Centro de Psicologia
do Comportamento Desviante

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO DESVIANTE

ACTORES E TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

ETNOGRAFIA DAS DROGAS NUMA PERIFERIA URBANA

José Luís Lopes Fernandes

Dissertação de candidatura ao grau de Doutor elaborada sob a orientação do Prof. Doutor Cândido da Agra

1997

Os lugares perigosos e a sua galeria de figuras ameaçadoras fazem, desde há muito, parte das imagens colectivas da cidade. Ecologias oblíquas, escapando aos planos lisos da urbe, seriam a marca necessária dos territórios do convívio marginal.

Os estados de consciência alterados são uma velha conduta dos homens. Conhecem hoje, no entanto, formas e usos mutantes que os afastam das ancestrais raízes psicadélicas.

Nas últimas duas décadas tem progressivamente vindo a emergir uma nova figura do urbano, nascendo da associação entre lugares perigosos e estados de consciência alterados: o território psicotrópico. Este trabalho debruça-se sobre a sua ecologia e procura caracterizar os seus actores centrais.

ÍNDICE

ABERTURA VII

INTRODUÇÃO X

PARTE A

CAP. 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO - 1 2

1. DE COMO M MÉTODO DEVE SER 4

2. O QUE O MÉTODO TALVEZ SEJA 8

2.1. JOGOS DE LINGUAGEM:

O IMPÉRIO DOS SENTIDOS E O IMPÉRIO DO SENTIDO 9

2.2. PLANOS DE MATERIALIDADE:

OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS 12

CAP. 2 RECORTAR O OBJECTO, DEFINIR O MÉTODO 20

1. UM CONSTRUTIVISMO DOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO 21

2. ESTUDOS EXPLORATÓRIOS 24

- ALGUMAS CONCLUSÕES DESTES ESTUDOS EXPLORATÓRIOS - 27

3. ESTUDO INTENSIVO 37

CAP. 3 ETNOGRAFIA URBANA DAS DROGAS 43

1. A ETNOGRAFIA 44

1.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ETNOGRAFIA 47

1.2. COMENTÁRIOS AO MÉTODO ETNOGRÁFICO 53

2. A ETNOGRAFIA APLICADA AO FENÓMENO DROGA
EM CONTEXTO URBANO 56
2.1. A OBSERVAÇÃO 61
2.2. O INFORMANTE PRIVILEGIADO 73
2.3. DOCUMENTOS 76
2.4. ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE 78

CAP. 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO - 2 85
1. PRIMEIRA APROXIMAÇÃO:
ESCOLA DE CHICAGO E SOCIOLOGIA DA DESVIÂNCIA 87
2. SEGUNDA APROXIMAÇÃO:
INTERACCIONISMO SIMBÓLICO E ETNOMETODOLOGIA 90
3. TERCEIRA APROXIMAÇÃO: PSICOLOGIA AMBIENTAL 94
4. QUARTA APROXIMAÇÃO: ACTOR SOCIAL 97

PARTE B

CAP. 1 PERSPECTIVA E DEFINIÇÕES 108
1. A PERSPECTIVA ECOLÓGICA 110
2. O TEMA DOS BAIRROS SOCIAIS 124
2.1. MODALIDADE ANALÍTICA 129
2.2. MODALIDADE TEMÁTICA 137
3. ALGUNS ESCLARECIMENTOS CONCEPTUAIS 140
3.1. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, APROPRIAÇÃO 143
3.2. DROGAS, USOS DE DROGAS E TOXICODEPENDÊNCIA 157
3.3. ESTIGMA 164
3.4. *HABITUS* 170

CAP. 2 AS DECISÕES INICIAIS 175

1. AS UNIDADES DE ESTUDO: CRITÉRIOS DE ESCOLHA 176

1.1. PRIMEIRO CRITÉRIO DE ESCOLHA 177

1.2. SEGUNDO CRITÉRIO DE ESCOLHA 181

1.3. TERCEIRO CRITÉRIO DE ESCOLHA 182

1.4. QUARTO CRITÉRIO DE ESCOLHA 182

2. O TRABALHO DE CAMPO ETNOGRÁFICO 184

2.1. ESTUDO EXPLORATÓRIO 184

2.2. ESTUDO INTENSIVO 185

CAP. 3 UMA PERIFERIA URBANA: ESPAÇOS FÍSICO E SOCIAL 193

1. ELEMENTOS HISTÓRICOS E SOCIO-DEMOGRÁFICOS 195

2. A PASTELEIRA NO DISCURSO COLECTIVO 199

2.1. OS ESPAÇOS 201

2.2. OS ACTORES 207

2.3. OS ACONTECIMENTOS 209

2.4. SÍNTESE CRÍTICA 210

CAP. 4 ESTUDO EXPLORATÓRIO:

ACTORES E TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS - 1 216

1. O ALEIXO 219

1.1. CARACTERISTICAS FÍSICAS E HUMANAS 221

1.2. AS DROGAS E SEUS ACTORES 227

2. CARACTERISTICAS COMUNS AO ALEIXO E À SÉ 238

3. O DISCURSO DIRECTO DAS DROGAS 243

3.1. OS DIFERENTES RELACIONAMENTOS INDIVÍDUO-DROGA 244

3.2. OS SIGNIFICADOS DOS CONSUMOS 259

3.3. A GESTÃO DA DEPENDÊNCIA 262

3.4. AS REACÇÕES SOCIAIS 266

3.5. AS INSTITUIÇÕES 268

4. CONCLUSÃO 272

4.1. O PLANO METODOLÓGICO E SUAS IMPLICAÇÕES CONCEPTUAIS..... 273

4.2. O PLANO DOS RESULTADOS 274

CAP. 5 ESTUDO INTENSIVO:

ACTORES E TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS - 2 279

1. OS BAIRROS DAS DROGAS:

CARACTERISTICAS ECO-SOCIAIS DA PASTELEIRA 282

1.1. OS BAIRROS NÃO SÃO TODOS IGUAIS 282

1.2. EVITAMENTO EXPERIENCIAL E REDUÇÃO COGNITIVA 288

1.3. OS LUGARES ONDE A CIDADE SE INTERROMPE 291

1.4. ESPAÇOS SOCIAIS PARALELOS 295

1.5. REDEFINIR "EXCLUSÃO SOCIAL" E "ESPAÇO MARGINAL" 316

1.6. TERRITÓRIOS ACOSSADOS - 1 322

2. AS DROGAS NOS BAIRROS: OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS 412

2.1. PROBLEMÁTICA GERAL: DROGAS, ACTORES E TERRITÓRIOS 326

2.2. INTERSTÍCIOS DE ESPAÇO E TEMPO 329

2.3. O QUE É UM TERRITÓRIO PSICOTRÓPICO 336

2.4. TERRITÓRIOS ACOSSADOS - 2 341

2.5. O MUNDO DO *DEALER* 347

2.6. O MUNDO DO *JUNKIE* 356

2.7. APRENDER A VIVER NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS 365

3. NOTAS FINAIS 371

CONCLUSÃO 378

BIBLIOGRAFIA 385

ANEXOS 402

ABERTURA

Esta é a abertura que andámos a prometer aos amigos que não escreveríamos. Que nos desculpem, primeiro por faltarmos à palavra - e depois por não lhes agradecermos a eles. Um trabalho científico não se agradece aos familiares, aos amigos e às namoradas, sob pena de parecer um programa de discos pedidos. Além disso, trabalhos que exigem longas horas de reclusão não se fazem porque se tem amigos, mas apesar deles... Limitaremos assim os agradecimentos ao plano da ajuda científica e técnica.

Quando um estudante, com ar de enfado, pergunta para que serve a teoria, respondemos-lhe ritualmente com Kurt Lewin: não há nada tão prático como uma boa teoria. Quando fomos estudante também perguntámos - e na altura a resposta pareceu-nos mais uma teoria. Pois bem: foi depois de virmos trabalhar com o prof. Agra, cujo cognome no meio académico é o de "o teórico", que atingimos finalmente a sabedoria da frase de Lewin. No futuro gostaríamos também de atingir a sabedoria de Agra, o teórico. Chega, como agradecimento? Não. É preciso acrescentar que, numa fase difícil do nosso trajecto nos últimos anos. em que, para resolver as limitações impostas por um grave problema de visão, nos vimos obrigados a reconverter radicalmente os processos de trabalho, pudémos contar com o apoio e os recursos do Centro de

Ciências do Comportamento Desviante, fundado e dirigido pelo prof. Agra. O "Centro do Comportamento Desviante", como é conhecido, é a tradução acabada do lado prático duma boa teoria.

Este apoio materializou-se, por exemplo, na possibilidade de contar com colaboradores de pesquisa e secretariado permanente, financiado exclusivamente através dos projectos de serviço à comunidade, particularmente os trabalhos de investigação solicitados pelo Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga. Concretizamos este agradecimento na pessoa do seu director, Dr. Joaquim Rodrigues, que tem acompanhado com grande interesse o nosso trabalho e viabilizou a primeira investigação de rua em Portugal sobre drogas, em 1991 - esboço exploratório deste que agora se apresenta.

Na fase, de instalação difícil, de ir habitar o bairro onde fizémos o estudo intensivo, foi-nos de enorme utilidade o Dr. Agostinho Rodrigues, o técnico de serviço social da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro. Trocámos, ao longo de toda a pesquisa de terreno, longuíssimas impressões sobre a vida local, que conhece em profundidade. Ah! E agradecemos à D. Gina, em casa de quem vivemos durante a estadia no bairro. As primeiras informações de grande utilidade prática sobre o sitio onde estávamos vieram de sí.

A inquietação de não podermos transmitir o que víamos no terreno senão através da prisão das palavras levou-nos a recorrer à fotografia. Ao longo do texto aparecerão imagens de Egídio Santos, Adriana Oliveira, Paulo Oliveira, José Maria Calisto e Arménio Pereira. Colaboraram ainda Eduardo Beira e Nuno Beira.

Na fase de tratamento de dados foram importantes as discussões com Celina Santos e Tiago Neves. Tendo sido professores da primeira, não tem já conta aquilo que nos ensinou - de outra forma não continuaríamos a partilhar o gabinete de trabalho consigo...; tendo iniciado o segundo na etnografia,

confirmámos que se trata de um vício contagioso e se tivessemos de nos retirar depois deste trabalho ficariamos tranquilos, que a saga dos territórios psicotrópicos prosseguiria.

Guardámos para o fim aquele por quem tem de se começar no momento de entrar num terreno desconhecido: o informante privilegiado. Continuaremos a chamar-lhe o R. S., tal como no nosso diário de terreno. Bastará dizer-lhe, a ele que não tem obrigação de conhecer as técnicas da etnografia, que os especialistas do método estão de acordo sobre o facto de ser quase inviável fazer um estudo com suficiente profundidade sem o contributo de informantes privilegiados, sobretudo quando se trata dum contexto de difícil acesso. "Já Percebi: queres que te abra as portas que têm umas fechaduras difíceis", disse-nos o R. S. no dia em que nos conhecemos e lhe propusémos ajuda. Pela nossa parte, esta formulação poderia passar a figurar nos manuais de metodologia para definir o intermediário de terreno. E não acrescentamos mais nada - com o R. S. também aprendemos que em certos momentos as palavras só estorvam.

INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta um trabalho de etnografia urbana levado a cabo em bairros sociais da cidade do Porto. O objecto de partida é o fenómeno droga. As drogas, os seus usos e as reacções sociais que originam são, já todas as instâncias que os falam o disseram, fenómenos complexos. E toda a noção complexa, sabemo-lo desde Bachelard, abre-se sobre si própria - os "átomos nocionais" abrir-se-iam às partículas constituintes. A sua unidade era ilusão. Assim é também com as drogas: de, chamemos-lhes, átomos nocionais na farmacologia (droga=substância=moléculas), na clínica (droga=comportamento perturbado), nas disciplinas do social (droga=desordem da sociedade=desordem da cultura), nos saberes jurídicos (droga=delinquência) e nos político-económicos (droga=mercado subterrâneo=rotas internacionais), de átomos nocionais, dizíamos, abrem-se a associações várias. No limite, rompem fronteiras disciplinares e exigem transdisciplinarização. No nosso trabalho de investigação vimos o objecto droga abrir-se-nos pelo menos em duas direcções dominantes: a do tema dos bairros sociais urbanos e a do tema da insegurança urbana.

Ao optarmos por uma postura generativa - deixar que o próprio terreno decidisse das hipóteses a ir levantando, das práticas a ir conhecendo e dos contextos a ir caracterizando - abrimo-nos nós próprios a uma série de aspectos do ilusoriamente unitário fenómeno droga. Tratou-se de procurar fidelidade aos planos de materialidade do objecto, característica que deve guiar o método etnográfico. Toda a PARTE B do texto da tese testemunhará o esforço de integrar dum modo inteligível um mosaico de situações e de interacções que fomos vivendo no trabalho quotidiano de observação participante; testemunhará o esforço de ir caracterizando actores e contextos com quem se foi aprofundando uma relação.

Estamos, portanto, perante um trabalho que procura conhecer desde o interior, a partir do acesso que tivemos ao ponto de vista dos actores, as práticas sociais em torno das drogas ilegais, o significado que estas assumem para quem as usa, o que pensam os utilizadores do "mundo normal", como interagem com ele, com as forças de controle social... Retoma-se, modestamente, a tradição inaugurada pela Escola de Chicago: estudar um "mundo desviante" particular, ligando-o à matriz ecológica em que se manifesta.

A opção pelo trabalho etnográfico teve dois pontos de partida: um institucional e um pessoal.

- *institucional:* dar continuidade às pesquisas de carácter eco-social que, desde 1985, são uma das linhas do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da FPCE-UP. Ao longo da PARTE A legitimaremos a pertinência das monografias etnográficas quando queremos conhecer fenómenos que, pela sua condição criminalizada, de exclusão ou de margem social, têm pouca visibilidade ou se não deixam captar para além dos pontos inevitáveis de entrada em contacto com o mundo - aceitemos por agora a dicotomia - da normalidade.

É também a mais indicada quando o contexto faz parte das incógnitas a ter em conta. Ou, dito de outro modo, quando se coloca a questão do "porquê aqui?", como se organizam os *territórios psicotrópicos* da cidade? Podemos descrever as regularidades socio-ambientais e fisico-ambientais de áreas que o discurso colectivo estigmatiza como "os bairros das drogas"?

- *pessoal:* condição primeira para se realizar um estudo de etnografia urbana: gostar da cidade. Gostar, talvez, *duma* cidade. Ter hábitos pedestres, palmilhar as ruas, sentar-se nos cafés, frequentar os espaços diversos. Ir para além das ruas da baixa, inquietar-se com as zonas mais obscuras, com os lugares menos acessíveis. Se é um estudo sobre comportamentos desviantes, ir ao encontro de sítios ameaçadores no imaginário colectivo.

"Here be dragons", lia-se nos mapas antigos, assinalando deste modo as zonas que ainda não tinham sido navegadas. Segundo Damer (citado por Taylor, 1987), as partes que nas cidades actuais são evitadas nos percursos do cidadão médio, os sítios de má fama, seriam também nos nossos mapas cognitivos lugares com o rótulo "Here be dragons" à entrada. Pois bem: também nós sentimos o peso deste esteriótipo. E, já que os bairros sociais ou se habitam ou se evitam, decidimos num dado momento do projecto etnográfico habitá-los para evitar evitá-los.

- "Here be dragons" -

Detenhamo-nos ainda um momento na opção pela etnografia. Poderíamos desenvolver uma argumentação teórica que a legitimasse; por ex. interrogar o porquê da escassez com que este método é utilizado na psicologia. Não nos antecipemos: é esse, entre outros, o objectivo da PARTE A. Fique no entanto já aqui dito que o recurso a um método de vocação interdisciplinar se deveu também à insatisfação pessoal com pontos de vista isolados pelas

fronteiras duma única disciplina - ainda mais no campo das drogas, objecto que rompe lógicas disciplinares autónomas e exige transdisciplinarização. A errância pelo terreno, exigida ao investigador pelas características do método, tem uma correspondência na errância por conceitos de regiões teóricas várias que ajudam a dar um sentido ao dado bruto na trama densa dos acontecimentos quotidianos dum local. Ao início pensávamos possível recorrer à psicologia ambiental como organizador teórico. Depressa fomos verificando que muitos dos conceitos de que se socorre têm genealogias antigas - por ex. na Escola de Chicago - e hibridações várias. No primeiro capítulo da PARTE B trataremos os conceitos que nos serviram à análise. Deixaremos para outros a maçada de catalogar, enfim, esta tese: tese em psicologia do comportamento desviante? Em criminologia urbana? Enquadrável nos estudos genericamente designados como de interaccionismo simbólico? Tese em sociologia da desviância? - em todo o caso à revelia de criminólogos e sociólogos... Tese - já o dissemos ao abrir - em etnografia urbana das drogas. A etnografia acolhe-os a todos; acolhe, também aqueles que dela mais têm andado arredados nas ciências sociais - os psicólogos; acolhe afinal, quem vindo daqui ou dali das diferentes regiões disciplinares, for fiel a um desafio: o de transferir para a rua o seu gabinete de trabalho, o de substituir o laboratório pela atenção ao labor miúdo dos factos do dia-a-dia da unidade de estudo escolhida.

Regresse-se, pois, aos determinantes pessoais duma escolha. No método etnográfico é impossível pôr entre parêntesis a pessoa do investigador - é esta à uma a sua força e a sua fraqueza. No registo de impressões e sentimentos relativo ao primeiro dia de permanência no bairro social onde iriamos estar vários meses, escrevíamos isto:

> "Enquanto me desloco a pé, mochila às costas, em direcção ao meu primeiro dia no bairro, penso na sensação que vivi em 1985, quando me desloquei as primeiras vezes à Ribeira-Barredo: ir em direcção a um sítio onde vai ter de se permanecer, trabalhar sem rede, no anonimato e sem o estatuto a proteger-nos; adoptar a rua como escritório de trabalho, aceitar a itinerância. E, reflecti para mim, é este mais do que um modo de investigação, um estilo existencial. Gosto de me diluir de encontro à cidade. (...) É um estilo existencial também pelo gosto de nos colocarmos em cheque, desconstruindo a forma de vida e o habitat que sempre tivemos."

É também um trabalho sobre nós próprios aquilo que se leva a cabo durante o labor etnográfico. Esta dimensão está bem presente na própria dificuldade em cumprir uma decisão tomada ainda longe do cenário concreto do trabalho de campo - quando, ainda apenas dum modo vago, resolvemos "e se eu fosse viver para lá?"

> "Ontem, enquanto arranjava a mochila para vir para o bairro, fui invadido por desconforto. Parecia-me que estava a despedir-me de alguma coisa. Apetece desistir. Mas... e o compromisso que já assumi comigo? e a quantidade de gente a quem já anunciei a ideia? como voltar atrás com as expectativas criadas?"

Houve, portanto, a tentação de matar o trabalho ainda antes de nascer. Houve a tentação de dar ouvidos a alguns comentários do tipo "vê lá no que te vais meter", "ainda morres"... Qualquer das pessoas que assim falava não

conhecia os bairros do "mundo da droga" senão pelas imagens dos meios de comunicação de massas - revelavam a força dos estereótipos e mostravam-me, involuntariamente, a necessidade de os analisar, primeiro, e confrontar, depois. Nas notas de impressões e sentimentos do primeiro dia como residente do bairro pode ler-se:

> "Este lugar parece-me acolhedor e nada ameaçador. "Here be dragons"? Não se vêem. Pelo menos pela rua. (...) Têm-me assomado ultimamente à cabeça hipotéticos encontros ocasionais que possa ter na minha nova vida aqui. Encontros ameaçadores que me colocam em situações a que não sei responder. (...) Sei donde me vêm estes pensamentos recorrentes."

Vêm, disse-se ainda agora, dos estereótipos. Vêm também do medo que cada um de nós carrega em relação aos encontros aleatórios da vida. Escolher um trabalho deste tipo vem talvez também da vontade de enfrentar o nosso medo - antecipar situações problemáticas, desenvolvendo o engenho de as dominar. Terminava assim as notas desse dia:

> "Às 23.00 h estou a entrar em casa. Calmíssimo, o bairro. Não há carros, há silêncio - só o ladrar dos cães, barulho estranho numa cidade... É isto o perigoso P. T.? (iniciais com que designo o bairro). Ninguém pela rua. "Here be dragons, but they are sleeping". Ou haverá olhinhos nas frinchas das janelas? Vamos lá matar a hidra de sete cabeças."

A estadia, ao longo de muitas horas vividas nesse e noutros bairros contíguos, encarregar-se-ia de matar a hidra. Afinal vivia apenas dentro de nós.

Não se trata de, no lugar do estereótipo negativo, romantizar a experiência de terreno e tornar a linha descontínua das periferias urbanas num horizonte de gente que precisasse da nossa voz para provar a sua inocência. Trata-se apenas de *naturalizar* lugares e actores: devolver-lhes um estatuto mais perto da vida do que aquele que os transforma nos protagonistas mediáticos da desordem urbana. Se tivermos conseguido fidelidade, no registo empírico, a esta vida diária, teremos cumprido o principal requisito duma boa monografia etnográfica. Se assim for, virá ao de cima aquilo que talvez mais importe reter na compreensão dos comportamentos desviantes: que não são, a maior parte das vezes, excrescência, excepcionalidade, ruptura ou fenda brusca no pano de fundo da normalidade.

*

* *

"ACTORES E TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS" divide-se em duas partes . A PARTE A é essencialmente metodológica e a PARTE B ocupa-se da monografia sobre os bairros "das drogas".

A discussão sobre o método segue um movimento do abstracto para o concreto, à medida que se avança ao longo da PARTE A. O 1° CAP. começa por responder à questão do que deve ser um método; na falta de resposta unívoca, procura-lhe as relações com racionalidades de fundo no trabalho científico - aborda, assim, as tradições positivista e fenomenológica. Nos CAPS. 2° e 3° descreve-se um método coerente com esta última - o método etnográfico - e argumenta-se sobre a sua adequação ao objecto de estudo que nos ocupa.

Detalham-se, em seguida, as técnicas que mais se utilizaram para o pôr em prática: a observação participante e o recurso a "observadores indígenas", seja no papel de informantes, seja no de facilitadores dos contactos no terreno. E, porque toda a opção por um método é uma opção por planos teóricos com os quais guarda íntima relação, conclui-se a PARTE A, no 4° CAP., com a referência às treorias que governaram de longe e nem sempre dum modo intencional a pesquisa.

A PARTE B dá continuidade ao trabalho teórico iniciado no final da anterior: que perspectiva geral nos guiou? - discutiremos aquela que, aparentemente, terá sido central: a ecológica. E como se aplica a unidades socio-espaciais concretas - os bairros sociais urbanos? Também aqui o movimento, vêmo-lo agora, se dirige do abstracto para o concreto. E, para, realizar o concreto da descrição empírica, que conceitos nos serviram de estrutura? - já que não há recolha de dados na ausência de alguma grelha, mesmo se totalmente implícita. Dedicamos, assim, ainda no 1° CAP., espaço à discussão de alguns conceitos que nos foram centrais. Vêm de vária áreas científicas, poderão dar a aparência de dispersão; aquilo que os une é o lado pragmático: a operacionalidade que demonstraram na integração dos dados empíricos. Guiou-nos, portanto, uma espécie de epistemologia oportunista: não importa donde vêm, importa que, existindo, podem ser reapropriados e exercitados em novas situações, servir a novos esboços e propôr configurações inteligíveis para a espessura do dado bruto.

O 2° CAP. procura tornar explícitas as decisões iniciais do trabalho de terreno. Que unidade de estudo escolher? Com que critérios? Como organizar a estadia no terreno? E como construir um diário de campo? Conta-se em poucas páginas aquilo que levou muito tempo a decidir e a tornar claro - o aspecto alinhado do texto não traduz as hesitações que se viveram nesta fase da investigação. O 3° CAP: dedica-se à caracterização da unidade de estudo.

Os dois CAPS. finais - o 4° e o 5° - são a parte monográfica da etnografia. Constituem, digamos assim, os "resultados". O 4° tem como figura principal o bairro social - a sua vida diária, os seus actores, o plano simbólico das suas relações com a cidade, e o 5° tem como figura principal o território psicotrópico - suporte físico, mas também, matriz produtora, dos encontros dos actores das drogas. Se houver uma subcultura *junkie*, ele é a sua materialidade no quotidiano.

Eis o programa. Dê-se início à festa - inspiramo-nos em Agostinho da Silva, quando, nos seus "dispersos" recomendava que olhássemos o palácio do saber como se ele fosse festa, e não como se nós fossemos o boi...

PARTE A

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO 1

Consultemos as várias definições de método. Façamo-lo aqui e ali, ao sabor dos vários manuais de metodologia que nos chegam.

Vejamos o que têm de comum as várias definições (cf., por ex., a compilação a que procederam Lakatos e Marconi, 1982). São consensuais em considerá-los: conjunto coerente de procedimentos; procedimento regular, sistemático, explícito; ordem a impôr para atingir um fim dado, um resultado desejado; caminho (para a verdade, que é a distinção verificável entre o que é falso e o que é como o método demonstra que é).

Ou seja, aquilo que parece importar à definição de método é a possibilidade de dominar o aleatório, instaurando ordem, segurança, sistematicidade; é a ordenação de sequências de acção (procedimentos). Seria a própria condição necessária à ciência, que com ele toma a forma de empreendimento racional, sistemático, replicável (porque se conhece o caminho) e controlado. Enfim, em sentido lato, métodos são regras que permitem escolhas e decisões, e as técnicas as próprias escolhas.

Sendo isto tão claro, deveríamos perguntar-nos porque não há então só um método; e perguntar-nos por que é que os cientistas procedem de modos tão diferentes entre si; e perguntar porque discutem acaloradamente também os métodos, porque tentam contrariar-se mutuamente argumentos. Escutemos

o que deles dizem epistemólogos - repitamos ainda outra vez a leitura de Popper, de Kuhn, de Bachelard, de Feyerabend... Vejamos o que dizem textos de diferentes disciplinas, de diferentes filiações. E dar-nos-emos conta de que o consenso primeiro, transmitido pelos manuais básicos de metodologia, era ilusório. Sintetizemos o que podem ser enunciações dispersas e diversas sobre *de como o método deve ser:*

1. DE COMO O MÉTODO DEVE SER

O método vem no fim, declarava Nietzsche, inspirador seminal da racionalidade fenomenológica.

O método estabelece-se claramente ao início - premissa basal da racionalidade positivista.

O método é um procedimento sistemático de verificação de hipóteses e teorias - proposta da epistemologia verificacionista.

O método é um procedimento sistemático com o fim de gerar teoria - proposta duma epistemologia interpretativista e hermenêutica.

O método deve ser essencialmente quantitativo, porque tudo o que existe existe numa dada quantidade.

O método deve ser essencialmente qualitativo, pois as propriedades fundamentais dos objectos do mundo social exprimem um sentido irredutível à extensão.

O método deve ser experimental, para se extrairem com rigor nexos causais e variáveis inequívocas - corrente experimentalista.

O método nas ciências humanas tem sido predominantemente não experimental, porque a vida não decorre em laboratórios (problema da generalização de resultados) e porque muitas situações são insusceptiveis de

transpôr para o laboratório (problemas éticos, problemas de exequibilidade prática) - correntes interaccionistas.

O método hoje é a sobrevivência dos procedimentos que resistiram à história - corrente historicista.

O método é um exercício de rigor que nos afasta da ilusão dos raciocínios primeiros; exercício pois da sucessiva eliminação do erro - corrente historicista e corrente positivista (desta vez de acordo...).

Os métodos são refinamento e desenvolvimento dos processos pelos quais o indivíduo comum conhece, na vida quotidiana - corrente etnometodológica.

O método hoje é como ontem, exercício lógico alimentado de substância empírica - correntes do empirismo lógico.

O método melhor é aquele que puder ser em cada ocasião, é aquele que provar ser: nem história nem razão, mas acaso e anarquia - vale tudo, eis a sentença da epistemologia irracionalista.

Das regras do método sociológico às ciências sociais sem regras, confrontamo-nos com uma dispersão de posições àcerca do que deve ser o método. E, se é ciclicamente, desde a origem primeira de raiz positivista, que surge e ressurge a dominância de procedimentos formais, quantitativistas e verificacionistas, é também desde a origem das ciências sociais que se avivam e reavivam procedimentos opostos. A tensão entre racionalidades diferentes do trabalho científico é contemporânea da emergência das ciências sociais.

Poderíamos agora encetar a discussão seguinte: já que há tanta forma de encarar o que deve ser o método e já que há tanto método no sentido estrito (conjugação de técnicas), qual deve ser o melhor método? Elucidar esta questão

seria legitimar uma escolha - resolvida a incógnita, dir-se-ia: vou por aqui. Ou, mais modestamente, por aqui não vou.

É este género de interrogação que tem alimentado oposições: os métodos quantitativos *versus* qualitativos, os laboratoriais *versus* naturalistas, os formais *versus* "impressionistas"... A interrogação estende-se às técnicas: a entrevista deve ser estruturada e fechada, no limite um questionário, ou semi-estruturada e aberta, no limite uma história de vida? A observação deve ser dirigida por grelhas previamente construidas, deve ser segmentar e frequencial, ou deve ser "impressionista", holista e descritiva em linguagem denotativa? E a análise de conteúdo? Frequencial ou não? Quantitativa ou qualitativa? Etc...

Evitaremos situar-nos nalgum dos termos destas oposições interpretando-as antes como as superfícies visíveis e manifestas duma tensão mais profunda e latente: a que opõe racionalidades científicas, a que opõe crenças e opções de trabalho distintas nas ciências humanas. Estas oposições têm sido objecto de análise de vários autores. Bastará lembrar o conhecido ensaio de Glaser & Strauss (1967), ou os mais recentes de Brewer & Hunter (1989) ou de Henwood & Pidgeon (1992). As questões como as que colocámos acima são as *aparências* que clivam os cientistas sociais - é nos das ciências sociais e humanas que pensamos ao longo desta reflexão. São elas, em grande parte, as responsáveis pela *aparência* de crise, no sentido kuhniano do termo, que as ciências humanas carregam desde que se constituiram. E são, no entanto, apenas efeito de superfície duma tensão subterrânea: o confronto entre racionalidades científicas. Eis porque as questões sobre o método são em última análise questões epistemológicas.

Já nos debruçámos noutro trabalho sobre este tema, na necessidade, então, de legitimarmos a escolha de métodos qualitativos e duma postura fenomenológica (cf. Fernandes, 1990). Defendêramos a natureza específica do

objecto de estudo das ciências humanas que o torna irredutível à postura analítica e generalizante das ciências exactas. A acção possui sempre um sentido, não é um encadeado de comportamentos que fosse externamente captável pelos procedimentos objectivistas clássicos.

Na alternativa à subordinação às ciências da natureza tem-se desenvolvido a defesa dum estatuto epistemológico próprio das ciências humanas. Boaventura Sousa Santos (1987) sintetizou-o bem:

> "(sobre as duas vertentes opostas) A primeira, que é dominante, aplica na medida do possível ao estudo da sociedade todos os princípios metodológicos e epistemológicos que presidiam ao estudo da natureza desde o séc. XVI; a segunda, durante muito tempo marginal mas hoje cada vez mais seguida, consistiu em reivindicar para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, com base na especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação à natureza".

A defesa dum estatuto epistemológico que as independentize das "ciências duras" (Maffesoli, s.d.) radica em primeiro lugar no objecto que lhes é próprio. E é próprio dele que não se limite a ser objecto, pois possui capacidade causal, possui actividade, reflecte sobre si e sobre o mundo, "tem as suas lutas periódicas para transcender, em vez de sucumbir, às circunstâncias que se supunha que o condicionavam e o conformavam" (Matza, 1969). Ou, na bela formulação de Herbert Blumer (1969), "um indivíduo pode ser objecto dos seus próprios actos", pois coloca-se de fora para se ver actuar e para captar como reagem os outros à sua conduta. Ou seja, não se comporta (reacção a factores externos que actuariam na sua motivação, etc.), mas age; não é um "organismo

de resposta cujo comportamento é produto dos factores que intervêm na sua organização, (...) mas converte em objecto aquilo que percepciona, confere-lhe um significado e utiliza-o como orientador da acção" (Blumer, 1969). A capacidade de entabular interacção consigo - na auto-interacção, que o instaura como ser social mesmo sem a presença de outrém - dirige e orienta os seus actos. A conduta é assim processo emergente e aberto - emerge na auto-interacção e na elaboração permanente de significados nos contextos reais de vida. O indivíduo, fazendo-se objecto, instaura-se como sujeito. Eis onde assenta a natureza dos objectos das ciências sociais, que os diferencia dos obejctos das ciências da natureza. Coloca-se naquelas, para além do problema das causas, o problema do sentido.

Demos breve notícia da argumentação a que então, baseados no discurso da epistemologia, procedemos, porque, de algum modo, sustentamos ainda a mesma filiação de pontos de vista.

Não retomaremos tal argumentação agora, não só porque não vale a pena fazer duas vezes a mesma coisa, mas também porque olhamos criticamente já para aquilo que aí nos parecia ser *a* crítica[1]. Encontrámos recentemente bem traduzida por Lyotard a razão deste recuo crítico, que passaremos brevemente a expôr.

2. O QUE O MÉTODO TALVEZ SEJA

Quem tem, por obrigação profissional, de seleccionar métodos e aplicar técnicas e de andar zelosamente à cata de razões teorico-epistemológicas que lhe fundamentem as escolhas, acaba por perceber que afinal a defesa dum

[1] Remetemos para Fernandes (1990), especialmente pp. 100 a 117.

método - de qualquer método - depende da argumentação. E da argumentação depende o consenso, que é um dos critérios principais de adesão dos cientistas às práticas a que se entregarão (cf. por ex. Kuhn, 1970; Bateson, 1979; Lyotard, 1979). A defesa e o triunfo dum método, por outro lado, dependem do êxito que tem em relação ao objecto sobre o qual se propôs resolver enigmas (Kuhn, 1970, 1977). Há dois modos fundamentais de resolver enigmas. Um, bem explorado nos trabalhos de Kuhn, é o de "encaixar" (é a sua expressão) o objecto no método: interroga-se daquele aquilo que este pode potencialmente resolver. Outro, mais explorado pelos epistemólogos da fenomenologia, é o de procurar um método para as sinuosidades que se vão identificando no objecto. Poiesis, escuta criadora, geram método (Agra, 1991). Vamos por partes:

2.1. JOGOS DE LINGUAGEM: O IMPÉRIO DOS SENTIDOS E O IMPÉRIO DO SENTIDO

Executar um conjunto de procedimentos para recolher dados é um acto técnico. Explicitá-lo, descrevê-lo, ensiná-lo ou justificá-lo é um acto de linguagem. Deste modo, os consensos sobre que métodos utilizar obtêm-se por argumentação: a que tem como referente a pertinência de tal procedimento técnico para tal objecto e objectivo. Assim como todo o objecto só existe no/pelo discurso, também todo o método é, em última análise, discurso. O conjunto de enunciados que consubstanciam um método deve permitir construir enunciados que definam objectos. São, por assim dizer, enunciados generativos. Atentemos em J.F. Lyotard (1979):

> "Quando Wittgenstein, ao retomar do zero o estudo da linguagem, centra a sua atenção sobre os efeitos dos discursos,

> ele chama jogos de linguagem aos diversos géneros de enunciados que ele referencia desta forma. Ele quer significar com este termo que cada uma destas diversas categorias de enunciados deve poder ser determinada por regras que especifiquem as suas propriedades e o uso que delas se pode fazer, exactamente como o jogo de xadrês se define por um grupo de regras que determinam quer as propriedades das peças, quer a maneira conveniente de as deslocar".

Neste sentido, os métodos são jogos de linguagem, definem-se com eles regras e estas são "lances" (Lyotard) num jogo. E os jogos propõem-se a uma agonística:

> " Falar é combater no sentido de jogar, e os actos de linguagem relevam de uma agonística geral. " (Lyotard, 1979).

Saibamos, pois, que tanto definir métodos como esgrimi-los entre si são jogos de linguagem; tenhamos consciência de que participamos do jogo, tornemos claro que aceitamos estar dum dos lados da agonística geral.

Pode ser atraente aderir a uma racionalidade do trabalho científico legitimando-a através da desqualificação argumentativa das outras. Foi, de certo modo, o que fizemos no trabalho anterior (Fernandes, 1990), quando aderimos a um jogo específico: o que procura regras próprias para as ciências humanas, levando-as a jogar um jogo independente do das ciências naturais. Analisando questões como a da relação sujeito-objecto, exterioridade-interioridade do conhecimento, quantitativo-qualitativo, saber positivista-saber fenomenológico, descrição e análise-interpretação e sentido..., procurávamos demonstrar a crise de uma racionalidade e o movimento

ascencional da outra. A fenomenologia, a crítica reflexiva e a hermenêutica fundamentariam as ciências humanas ante a queda inapelável do paradigma cientista e positivista.

Afinal, agora à distância, percebemos que nem um caiu nem o outro se lhe pôs no lugar. Continua, sim, a "agonística geral" pela qual cada uma das tradições procura legitimar-se. A legitimação não é um processo que se decida em nenhum tribunal epistemológico, é antes jogo de linguagem que se perpetua. E é mesmo o jogo fundamental da ciência, aquele que a distingue doutros géneros discursivos: enquanto aquela procura permanentemente legitimar-se, estes, porque imersos nas práticas culturais, estão auto-legitimados por elas. Assenta, tal "agonística geral", na argumentação e nos consensos provisórios, que momentaneamente dão a aparência de que uma dada ordem científica triunfou.

Não recusamos a adesão a uma dada tradição do trabalho científico, nem rejeitamos inspirar-nos e inscrever-nos num desses sistemas de regras que definem um jogo de linguagem. Chamemos-lhe, no nosso caso, o jogo fenomenológico, hermenêutico, interpretativo. Dispensar-nos-emos, isso sim, dum grande trabalho legitimador de opções que parecessem tomadas externamente e *a priori*, dado que para todo o jogo não se encontra legitimação senão no seu próprio interior .[2] E de resto, pertencer a uma tradição é já em si uma forma de alguém se legitimar - ou não é a tradição fonte justificativa suficiente? Se é tradição, é porque sobreviveu. O "reino da vida das ciências" (Agra, 1986) faz-se das espécies científicas que sobrevivem, que inauguram, perpetuam tradições, legitimando através deste jogo as *formas de fazer*.

---

[2] A própria epistemologia clássica vigilante da ciência através de uma relação de exterioridade, tem dado progressivamente lugar a uma epistemologia interna, emergente do interior dos próprios actores das ciência As regras buscam-se não num discurso além da prática, mas no jogo mesmo das práticas científicas. Cf. por ex. Agra (1986), Boaventura S. Santos (1987), Lyotard (1979).

Posta a questão nestes termos, não há uma racionalidade científica correcta - a nossa, pois claro - e uma outra que lavra em erro - a dos positivistas, no caso. Não substituamos *o império dos sentidos pelo império do sentido,* aceitemos apenas que jogamos regras diferentes (seja por exemplo a regra da relação sujeito-objecto, seja por exemplo a da relevância da quantificação...). E entretenhamo-nos, por vezes, em tenazes discórdias - para que não se perca o excelente estado de "agonística geral" que tem caracterizado desde as origens as ciências humanas.

Detenhamo-nos agora sobre a segunda questão que levantávamos atrás: a das relações do método com o objecto que se quer estudar, procurando adaptar aquele às sinuosidades deste. Parece-nos ser esta a via que seguimos para legitimar as nossas próprias escolhas metodológicas.

2.2. PLANOS DE MATERIALIDADE: OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

Mesmo assim, deve ser ainda necessário fundamentar uma escolha. Não se adopta um método por capricho, mas em razão - sem que a nossa razão obste à razão de métodos outros.

No nosso caso, ao longo dos anos em que fizemos da investigação prática profissional - vê-mo-lo agora olhando diacronicamente - temos adequado o método às exigências do objecto.

Um exemplo simples: desde há alguns anos, fomos acumulando evidência de que o toxicodependente não era apenas *coisa clínica* (a multiplicidade de expressões do objecto só artificialmente podia ser reduzida ao quadro da psicopatologia; a escuta clínica só induzia, e portanto só captava,

o lado queixoso e patológico do indivíduo);[3] experimentámos então a necessidade de lhe adequar um outro olhar. Modificar a percepção para poder surpreender o objecto noutras posições, procurar novas condições para o poder interpelar (para lá da posição interrogadora do relatório policial ou do confronto clínico). E sobretudo fazer do utilizador de psicoactivos sujeito-actor (em vez de vítima) do seu destino, produtor de si (em vez de ente agido, causado pela substância tóxica).

Acumulámos ainda evidência de que era muito maior aquilo que se escondia do que aquilo que se mostrava no mundo do consumidor de drogas; aquilo que se mostra (no contacto com as instituições) só muito parcialmente desvela o contexto real de muitos consumidores: mundo de grupos que se expõem pouco, que se resguardam, pela própria condição criminalizada do comportamento que adoptam; mundo de esquinas e de contactos e encontros breves, realizados nos interstícios de espaço e de tempo da cidade - lado clandestino da urbe.

Modificar, repita-se, a percepção, para poder captar esta clandestinidade de existências quotidianas. Adoptar posições perceptivas proximais de modo a chegar perto daquilo que habitualmente se não deixa ver. Fazer, em última análise, do cenário onde as drogas são protagonistas a nossa oficina de trabalho - uma etnografia urbana das drogas, uma pesquisa de terreno nos *territórios e com os actores do psicotropismo.*

Regressemos à questão, tendo o exemplo atrás em mente: como adequámos o método a estas exigências do objecto? Vale a pena determo-nos aqui um pouco. No final, teremos justificado não apenas a opção por certas

---

[3] Para uma crítica detalhada das interpretações clínicas e psicológicas da toxicodependência cf. Agra & Fernandes (1993). Chamávamos aí paradigma da droga-enigma ao conjunto das perspectivas que assimilavam o toxicodependente a grelhas teorico-metodológicas prévias, construídas para objectos de natureza distinta. Este paradigma tem sido construido predominantemente pelo corpo medico-psicológico de intervenção na toxicodependência, seja através de abordagens psico-terapêuticas, seja através duma linha epidemiológica e sanitária.

posturas metodológicas, mas a necessidade de *abertura* do próprio objecto: estudar os consumos de drogas num contexto urbano conduz-nos a interrogar, por exemplo, uma matriz ecológica específica, o bairro social; mas conduz-nos também a colocá-lo em relação com outros comportamentos e respectivos contextos - uma socioespacialidade do comportamento desviante.

Dito de outro modo, a fidelidade ao objecto acarreta pelo menos duas exigências: (1) adequar-lhe posições perceptivas de acordo com os seus planos de materialidade (questão da escolha do método); (2) deixá-lo abrir-se, envolver-se em relações com outros objectos - um objecto não é um sólido no vazio, mas nó de uma teia de condições (questão da sua construção). Se o método for fecundo, *abrirá* o objecto.

Condição primeira: onde e quando podemos ver o fenómeno droga? Em que contextos faz as suas aparições de modo a deixar-se estudar? Já vimos que nos retirávamos voluntariamente dum desses lugares, dado ser um lugar onde a sua presença é provocada - as instituições, sejam elas terapêuticas ou penais. Na primeira delas, o indivíduo quando entra já está codificado de antemão como doente, como toxicodependente, como enigma clínico; na segunda, codificado como delinquente, como traficante, como problemático socialmente. Queriamos deslocar-nos ao terreno do utilizador de drogas-em si, antes da sua codificação pelos especialistas. Deslocar-nos ao terreno não da presença provocada, não da convocatória clínica ou penal, mas da aparição espontânea: os lugares de encontro, de consumo, de compra e venda - os lugares onde a droga se fala toda sem ser para terceiros ouvirem. O terceiro, quando muito, seríamos nós - mas pelo lado de dentro, como actor social do mesmo contexto. Ser o terceiro sem ser, ver nas suas manifestações naturais aquilo que normalmente se oculta - eis o desígnio. Na PARTE B, CAP. 2, secção 1. justificaremos a escolha dos lugares onde levámos a cabo a investigação;

responderemos, em suma, à definição dos objectivos da pesquisa e ao problema de como escolher uma unidade de estudo relevante para tal. No próximo capítulo abordaremos também, de um modo ainda introdutório, esta questão.

Antes, porém, enunciemos brevemente os planos de materialidade que identificámos no fenómeno droga - já que é com eles que o método deve guardar relação.

- *materialidade espacio-temporal e discursiva*: o consumo de drogas na sociedade ocidental de hoje é dotado de novidade enquanto facto e enquanto facto de discurso.

Enquanto facto: rompe com os usos psicoactivos próprios das sociedades tradicionais, em que as drogas tinham funções e rituais de uso integrados e integradores socialmente. Hoje o consumo é, na maioria das vezes, socialmente desviante; conheceu uma democratização ao nível das classes sociais que atinge, de certo modo massificou-se e banalizou-se; é conotado negativamente, e tem no sector juvenil o seu grande protagonista.

Enquanto facto de discurso: tem vindo desde o século XIX a instalar-se no sistema de objectos-enigma da ciência actual, atravessando desde a farmacologia e a bioquímica às neurociências, desde os saberes clínicos à psicologia, à sociologia, à antropologia e aos saberes juridico-penais. A última década foi duma grande produção discursiva àcerca das drogas, tanto vinda das diversas áreas científicas como das instâncias do controlo social ou do sistema tecnico-interventivo sobre "o problema da droga". Segundo alguns autores começaria a haver condições para delimitar uma nova área, de carácter interdisciplinar, que seria consubstanciada nas ciências do comportamento adictivo (cf. por ex. Agra, 1995).

- *materialidade ecológica*: a droga é também um acontecimento sobretudo urbano. O espaço, aqui, releva menos do geográfico que do ecológico. Não significa isto porém situá-la apenas no espaço urbano - que é em todo o caso o seu espaço predominante -, mas situá-la numa faixa de comportamentos urbanizados, ou seja, numa estrutura de acção do campo social nitidamente diversa da que caracteriza espaços não-urbanos.

Hoje o terreno preferencial de expansão das drogas duras é o dos bairros resultantes da explosão de crescimento do tecido urbano, o das cinturas onde mais nitidamente se situam os signos da cidade do tipo industrial. Equacionar o fenómeno droga impõe assim escutar-lhe as significações relacionadas com esta matriz ecológica. A droga, no limite, é um analisador da urbanidade, enquanto forma de vida tendencialmente predominante e em construção permanente no mundo ocidental. A materialidade ecológica não é, no entanto, facilmente perceptível. Pelo contrário, tem um carácter pouco visível, que se prende com um plano de materialidade que referimos a seguir:

- *materialidade historico-social*: a droga está hoje colocada sob o registo da transgressão e do crime. Manifesta-se por isso com discrição, resguardando-se dos olhares públicos. Isso tem profundas consequências para a investigação do fenómeno: a sua visibilidade está dificultada por uma ocorrência, ao nível das manifestações quotidianas, num plano micro-sociológico difícil de captar. A droga ocorre nos interstícios da cidade - é quotidiana mas clandestina. E, nos últimos anos, tem atingido faixas sociais e territórios urbanos marginalizados da cidade dominante, autenticamente colocados nas suas traseiras, resguardados dos olhares do cidadão. Tem proliferado sobretudo naquilo que alguns analistas sociais designam por populações relegadas (Delarue, 1991) e com pouca visibilidade social (as "hidden populations", Adler, 1990). Perceber o porquê do estado actual a este respeito, do "problema da droga" exigiria que

nos detivéssemos no processo que fez dele uma entidade desviante - o processo da sua criminalização e da dos seus utilizadores[4]. Este processo mostraria também como se constrói a partir de substâncias químicas uma galeria de efeitos mitico-simbólicos que fazem do "drogado" uma figura protagonista dos males da sociedade e do "problema da droga" o bode expiatório que legitima todos os julgamentos. Resta-nos subscrever Jean Baudrillard (1987): "ao mesmo tempo que os corpos e os cérebros, as drogas estupidificam o julgamento a que as submetemos".

O "problema da droga" não existe, pois, só em razão de determinados produtos e de quem os consome, existe também em razão das sucessivas operações ideológicas sobre eles. Se insistimos nisto, é porque "ser-se drogado" não é um estatuto que se possa manter indiferentemente de tais operações - a materialidade do fenómeno droga inscreve-se assim na própria construção historico-social do objecto.

Em trabalho anterior (Fernandes, 1990) ocupámo-nos da materialidade discursiva: procedemos à análise crítica das grelhas compreensivas e explicativas do fenómeno droga desde os saberes do indivíduo (leituras medico-psicológicas) aos do corpo social (leituras antropológicas e sociológicas). Mais tarde, reformulámos este exercício (Agra e Fernandes, 1993).

Ocupámo-nos também da materialidade espacio-temporal: estudámos as práticas sociais em torno das drogas, desde os tipos de consumo às sociabilidades subculturais ou grupais protagonizadas por quem iniciou o seu, digamos, regime pós-moderno de uso - o sector juvenil. E dentro do sector juvenil, ocupámo-nos da subcultura que primeiro foi conotada com "o jovem drogado"- os *freaks*. Com eles, as drogas ligam-se à cultura juvenil da fruição

---

[4] Remetemos para as análises por ex. de Agra (1980, 1986a), Baratta (1988, 1990), Castel (1991), Espinosa (1989), González, Funes, González, Mayol, Romani (1989), Kaminski, (1990).

do tempo livre, ao cultivo do gozo, à fuga à lógica do trabalho e à moral burguesa familiar, à criação de novas identidades grupais, à invenção de novas imagens (por ex. os visuais - o *look*) e sensações, ao cultivo do *happening*. Neste sentido, a droga foi também ela signo de pós-modernidade. Hoje, no entanto, o uso de drogas *freak* está em desaparecimento (para o estudo desta subcultura cf. Willis, 1983).[5]

Ocupar-nos-emos nesta tese da materialidade ecológica, sem deixar, no entanto, de dar atenção aos outros planos que identificámos - se os dividimos foi, naturalmente, por imposição do trabalho analítico.

Em síntese: as concepções àcerca do método dependem das racionalidades que, de longe, vigiam e legitimam o trabalho científico. O confronto entre métodos é apenas signo superficial de confrontos entre regras do jogo científico - no limite, e no caso particular das ciências humanas, guerra enunciativa entre escolas. Ou, se retomarmos os termos de Lyotard (1979), jogo de linguagem: o método será uma forma particular deste jogo constituida por enunciados prescritivos. Estes enunciados devem poder conduzir a outros: os denotativos. Falar-se-á, então, o objecto.

Mas falá-lo como? A partir do método, pois. Mas dum método que se obsessione em adaptar-se às suas manifestações sensíveis, às suas modalidades concretas de existência - e estas, nos objectos das ciências humanas, revelam-se na insistência. Quer dizer, na repetição quotidiana, na aparição, constante e regular umas vezes, inopinada noutras, daquilo que queremos evidenciar

---

[5] O regime moderno iniciou-se ainda no séc. XIX: consumo de substâncias psicoactivas doutras culturas por adultos pertencentes às elites intelectuais, em que a droga era expressão de cosmopolitismo e vanguarda - o excelente livro de Baudelaire, *Os paraísos artificiais* testemunha o início deste regime, que fez emergir em paralelo uma literatura de raiz médica, psiquiátrica e sociológica sobre os porquês da "toxicomania". Se quiséssemos fazer a arqueologia do discurso científico das drogas teríamos de remontar aqui (Delrieu, 1988, faz um esboço esclarecedor neste sentido; e Renaud, 1991, utiliza a droga como analisador do indivíduo moderno).

como fenómeno[6]. É nesta trama não-linear que o objecto se desenha. A atenção do investigador, o exercício da observação e a cumplicidade com as micro-estruturas perceptivas com que o quotidiano se desvela e se esconde, se revela e se encobre, são o primeiro instrumento do conhecimento, aquele que permite fixar os seus planos de materialidade. Foi a quotidianeidade do fenómeno droga, o contacto com os seus lugares e actores, combinado com a análise dos enunciados pré-existentes a seu respeito, que nos permitiu destacar os planos de materialidade espacio-temporal e discursiva, ecológica e historico-social.

---

[6] Michel Maffesoli (s.d.) desenvolve as condições duma epistemologia do quotidiano, cuja fonte de conhecimento provém da atenção ao banal, ao repetitivo, mas também ao raro, ao intersticial, ao ínfimo - na sua linguagem, "ao "monstruoso". Retoma, segundo ele, a vocação inicial da sociologia na linha de Pareto e Simmel.

CAPÍTULO 2

RECORTAR O OBJECTO, DEFINIR O MÉTODO

Estudar, então, a materialidade eco-social do fenómeno droga. Dar atenção aos espaços mais frequentes, mais nomeados, mais etiquetados socialmente, em que ele se manifesta; e dar atenção aos actores que utilizam e co-constroem estes espaços. Proceder à descrição e à compreensão dos *actores e dos territórios psicotrópicos* - eis como podemos enunciar por agora um primeiro recorte do objecto.

Como elaborar um projecto que desse conta desta tarefa? Optaremos por descrever a nossa própria evolução na sua construção.

1. UM CONSTRUTIVISMO DOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

Vários autores têm apontado o carácter acabado dos textos científicos como uma das suas lacunas - pois omitem aquilo que é a natureza do trabalho de pesquisa, que é a dinâmica dos sucessivos esboços, dúvidas, tentativas e certezas. Jean Copans (1974) considera que a maior parte dos trabalhos científicos contêm "um vício epistemológico grave: desconhece-se em absoluto as condições da sua elaboração: o contexto da investigação, o modo como os materiais são recolhidos e depois tratados, os obstáculos encontrados pelo

investigador, as particularidades do seu campo". Dum modo mais eloquente, William Whyte (1995) escreve:

> "Estou convencido de que a evolução real das ideias de investigação não tem lugar de acordo com as exposições formais que lemos sobre métodos de investigação. As ideias nascem em parte da nossa imersão nos dados e de todo o processo de viver (...). Só ao acumular uma série de relatos de como se faz na realidade um estudo podemos ultrapassar a imagem logico-intelectual e aprender a descrever o processo de investigação".[7]

A atenção ao processo (e não apenas, como é comum, ao produto final) de construção dum projecto de pesquisa permite ainda trazer à luz o saber prévio, o "conhecimento tácito" (Polanyi, citado por Kuhn, 1970) que informa ou direcciona os esforços ordenados e sistemáticos que caracterizam o conhecimento científico. Este saber prévio não é resíduo que devesse expulsar-se, mas elemento constitutivo dos problemas e das hipóteses de trabalho e do modo de seleccionar o que se observa.

A descrição dos caminhos que conduzem ao recorte final do objecto e das escolhas metodológicas tem também a vantagem de servir como forma de controlo, por outros investigadores, do trabalho de pesquisa apresentado (algo de semelhante à validade de construção nos testes psicológicos...); finalmente, tem também um efeito de elucidação pessoal do modo como nos acercámos

---

[7] O apêndice metodológico que redige na 2ª edição do seu *Street Corner Society*, em 1955, mantém-se hoje como um clássico do processo de realização de observações participantes, de valor essencialmente pedagógico: "Não estou a sugerir que o meu sistema para *Street Corner Society* deve ser seguido por outros investigadores. Até certo ponto, o meu sistema deve ser único para mim (...). Por outro lado, deve trazer alguns elementos comuns do processo de investigação no terreno" (Whyte, 1955)

dos temas - todo o objecto é dotado de espessura e resiste aos esforços para o desvendar -, o que, no limite, é uma forma de nos organizarmos a nós próprios no emaranhado de "conhecimentos tácitos". Carl Rogers (1985) exprimiu-o bem, quando escreveu que "a investigação é um esforço permanente e disciplinado para conferir um sentido e uma ordenação aos fenómenos de experiência subjectiva (...). Foi assim que acabei por considerar ao mesmo tempo a investigação e o processo de construção teórica como tendo por objectivo encontrar uma ordem interna nas experiências significativas".

Em trabalho anterior já nos referíamos a esta vontade, chamemos-lhe, dum *construtivismo investigativo*:

"Quisemos também contar algo do processo de construção do trabalho de investigação, procurando que transparecesse no texto um itinerário e resistir à tentação de mostrar só o produto final. Gostaríamos mesmo, se tal não fosse bizarro dentro do contexto académico, de incluir um anexo final com os sucessivos manuscritos de guiões da investigação (ideias a desenvolver, planos de terreno a executar, hipóteses a trabalhar, procurar quem para tal informação, ir aonde...); seria o anexo que registava os rabiscos, as ideias falhadas, as hipóteses que depois se revelavam fantasistas". (Fernandes, 1990).

Tal anexo talvez seja bizarro. Mas desta vez vamos mesmo incluí-lo. Foucault (1969) advertiu-nos para o facto de "as margens dum livro jamais serem nítidas ou rigorosamente contadas". E Feyerabend (1975) advertiu que se não ocultássemos o processo de construção da ciência esta "apareceria tão complexa, caótica e cheia de erros como as ideias que contém. E estas ideias serão tão complexas, caóticas e cheias de erros e divertidas como as mentes de quem as inventou".

Concluamos, pois, que a unidade e linearidade com que se conta uma empresa científica não resulta da sua natureza, mas das regras de construção do texto, que o limpa das circunstâncias "não-científicas" que o tecem. E os

cientistas são particularmente hábeis na elaboração dos textos, fruto duma cultura institucional em que passam o tempo a ler-se mutuamente. São, na expressão sarcástica de Dan Rose (1990), "text-dependents". A isto não é estranha a imagem que a ciência tem junto dos profanos: eficácia, rigor, objectividade e certeza. Dito de outro modo, os textos científicos normalmente não contam aquilo a que P. Bourdieu chama o ofício: " A construção do objecto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observação ou de análise por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente à maneira do engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções ou de emendas sugeridas por aquilo que se chama *o ofício*, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas" (Bourdieu, 1989).

Sem abdicarmos do rigor que deve guiar um trabalho destes, contemos brevemente como se foi avançando - processo que implica ir abandonando ideias e esquemas primeiros, até à fixação dum programa de investigação realista.

2. ESTUDOS EXPLORATÓRIOS

O objectivo genérico que nos guiou de início foi o estudo do fenómeno droga nos espaços naturais onde ocorre. Tarefa primeira: identificar estes espaços; tarefa segunda: encontrar o modo de estudá-los, procurando saber como têm algumas disciplinas das ciências sociais ensaiado procedimentos de modo a esclarecer a ligação entre comportamentos e seus contextos de

ocorrência; tarefa terceira: fazer uma primeira pesquisa de terreno em unidades de estudo seleccionadas a partir da tarefa primeira.

Era necessário, portanto, proceder a estudos exploratórios. Dividamo-los, para facilitar, em: a) identificar comportamentos e espaços; b) identificar abordagens ecológicas; c) realizar uma pesquisa de terreno.

a) *identificar comportamentos e espaços*. utilizámos a revisão bibliográfica de obras, monografias e artigos científicos, procurando sintetizar como colocam actualmente as ciências humanas esta questão: que actores nomeiam, como os caracterizam, que ambientes referem.

Recorremos também à recolha de documentos de várias origens que dessem pistas àcerca dos espaços das drogas: desde textos de Juntas de Freguesia descritivos da "situação da zona X no que respeita aos problemas sociais" até a textos literários, desde relatórios de polícia até à análise duma amostra do discurso da imprensa. (Regressaremos com mais detalhe à utilização de documentos da pesquisa etnográfica na secção 2.3. do capítulo 3).

A análise de imprensa assume especial importância: é a imprensa (juntamente com a televisão) que mais insistentemente nomeia os "espaços das drogas". É ela que confere visibilidade aos actores anónimos da desviância. Tece, em suma, uma "proposta de realidade" (Nebreda, Sendra, Albert, 1987) àcerca do que são as drogas, do que são "os lugares de concentração do tráfico, dos toxicodependentes", contribuindo com o seu labor quotidiano para a fixação de esteriótipos. Produz-se, assim, um rumor que se actualiza a cada momento pelos *media*, actualizando por sua vez a imagem colectiva do fenómeno[8].

---

[8] Cf. os excelentes estudos de Nebreda, Sendra e Albert (1987) e de Badía e Ternero (1989) sobre a imgem da droga respectivamente na imprensa e na televisão. Os primeiros autores desenvolvem o conceito de "proposta de realidade": "o relato informativo é criador da realidade na medida em que a sua estrutura remete para um corpo de crenças, pressupostos e opiniões dos grupos emissores" (Nebreda, Sendra e Perales , 1987). As imagens do fenómeno da droga seriam assim uma

A recolha duma amostragem de imprensa acabou, a médio prazo, por originar um estudo autónomo sobre drogas e *mass media*. Ou seja, do objectivo inicial de mero indicador dos espaços socialmente etiquetados como das drogas, da tarefa de elemento de ajuda na escolha das unidades de estudo para a pesquisa etnográfica, acabou por evoluir para um estudo que não cabe já nos propósitos desta tese.[9]

b) *identificar abordagens ecológicas*. já tinhamos iniciado a tarefa em trabalho anterior (Fernandes, 1990). Prosseguiu-se com a pesquisa bibliográfica e realizaram-se contactos com investigadores nacionais, espanhóis e franceses que utilizam tais abordagens. Fez-se também uma pesquisa em base de dados. Uma vez que os espaços urbanos normalmente conotados com as drogas são também ditos de marginalidade e de crime, procurámos identificar investigações que associassem ambos os fenómenos e que seguissem métodos próximos daquele que utilizámos. Estávamos, nesta altura, a ponderar a possibilidade de *abrir* o objecto de estudo inicial a outros insistentemente associados a sí no discurso colectivo (para a análise dos resultados desta pesquisa , Cf. o trabalho referido na nota de rodapé nº 9).

A conclusão destas várias fontes é convergente: no tema das drogas, abordagens deste tipo seguindo metodologia naturalista são escassas.

c) *realizar uma pesquisa de terreno*: seleccionámos como unidades de estudo os dois bairros mais insistentemente conotados com drogas e seus actores, de acordo com o procedimento de identificação descrito em a).

"proposta de realidade" que determinados agentes sociais oferecem aos cidadãos através dos *media*.

[9] Esta análise da imprensa está incluida em "Etnografia urbana das relações entre droga e crime", trabalho que integra o conjunto de estudos sobre as relações entre droga e criminalidade realizado entre 1991 e 1996 pelo Centro de Ciências do Comportamento Desviante sob a direcção do Prof. Cândido da Agra, financiado pelo Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, e cuja publicação se iniciará em 1997.

Constituimos então uma equipa de terreno, a que nós próprios fizemos formação nas técnicas de recolha de dados em contexto de rua. Ao longo de cerca de um ano deslocámo-nos regularmente aos dois bairros. Este trabalho, que se pretendia apenas um primeiro ensaio, acabou por despertar o interesse do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga, que o financiou a partir de uma certa fase e o publicou, "obrigando" a torná-lo algo mais do que mero ensaio (Cf. Fernandes e Agra, 1991). Com efeito, originou uma primeira formulação teórica sobre as drogas em contexto urbano, de cariz fortemente empírico, e uma primeira construção de instrumentos: guiões de entrevista, grelhas de análise de conteúdo. No ANEXO I daremos conta dele. Nas duas páginas seguintes esquematizamos em diagrama esta fase exploratória.

- ALGUMAS CONCLUSÕES DESTES ESTUDOS EXPLORATÓRIOS -

Referimo-nos aqui a conclusões de ordem metodológica, pois as relacionadas com conteúdos e saberes seja das drogas, seja das abordagens ecológicas e das relações entre ambas, deixamos para capítulos posteriores.

O método de contacto proximal com os bairros ditos de drogados, bem como a análise da documentação reunida, obrigavam-nos a *abrir* o objecto inicial, o que por sua vez, retroagindo, acarretou uma *abertura* do método.

Com efeito, os actores na rua não são só os consumidores mas assumem grande protagonismo os *dealers* e outros agentes dum mercado subterrâneo. Este, enquanto espaço de intensa interacção e com as suas inserções ambientais típicas, passará a ser parte importante do objecto de estudo.

Em segundo lugar, é impossível isolar as drogas, ignorando a delinquência conexa. O que existe ao nível dos espaços naturais é uma associação de actividades que podemos dizer marginais, mais ou menos veladas, e um conjunto de indivíduos em que alguns são protagonistas não apenas do consumo de drogas mas dessas actividades. A droga tem de ser inserida num leque de práticas mais vasto, que importa, portanto, descrever para lhe discernir os traços essenciais.

Em terceiro lugar, as drogas andam associadas ao tema da insegurança urbana. E ambos andam associados a bairros sociais, que são vistos como problemáticos, conflitivos, geradores de insegurança, na imagem colectiva dominante, mas que nem sempre o discurso dos residentes confirma. Esta problemática foi-se impondo à medida que os dados empíricos se iam acumulando.

Em suma, abrimos o objecto ao triângulo *mercado - bairros - insegurança*. Por outro lado, a necessidade de dar atenção tanto aos espaços como ao plano individual das condutas sugeriu-nos a divisão metodológica em *componente eco-social* e *componente do acto*. Depois de terminada a pesquisa de terreno nos dois bairros sociais, no Verão de 1991, reformulámos então o projecto de investigação de acordo com a divisão referida, dando-lhe por isso um carácter mais complexo. Reproduzimos nas páginas seguintes o plano de investigação que elaborámos em Setembro de 1991, que julgávamos definitivo...

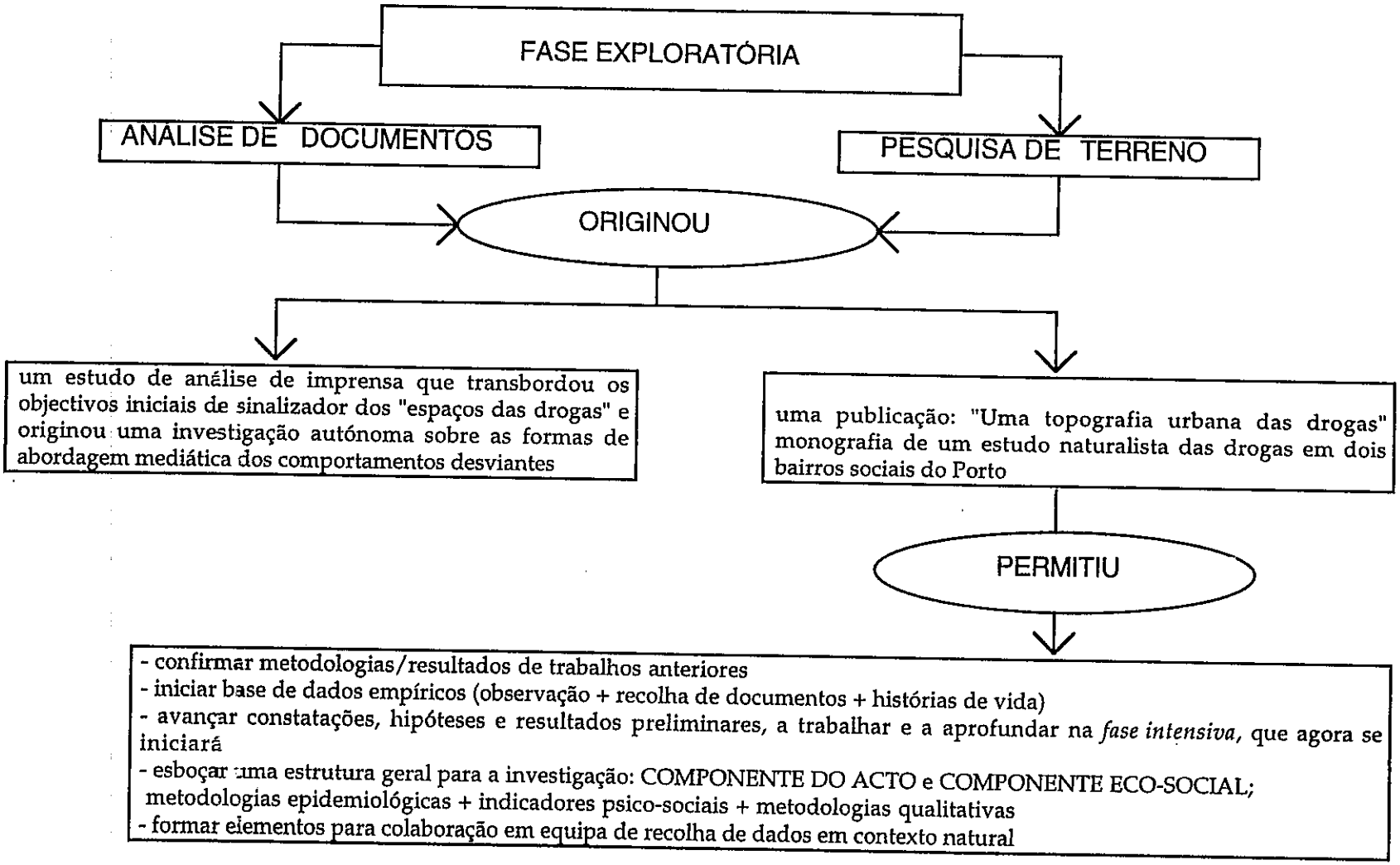


FIGURA1. - Fase exploratória da investigação, 1990-1991

FASE EXPLORATÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

AQUILO QUE ACABOU POR SE ABANDONAR

Pensávamos, para a componente eco-social, vir a utilizar metodologias epidemiológicas e a estabelecer indicadores psico-sociais para a descrição do ambiente onde efectuássemos o estudo intensivo. Influenciavam-nos, nesta altura, algumas leituras de estudos que se reclamavam "psico-socio-ecológicos" (cf. por ex. Aznar, 1989) e que representam, parece-nos, outra linha de desenvolvimento das abordagens ecológicas distinta da que derivou da escola de Chicago. Mais próximas duma tradição positivista que alimenta toda uma área dentro da psicologia social, as abordagens "psico-socio-ecológicas" seriam parte integrante desta disciplina. Também outros domínios da psicologia (particularmente a psicologia do desenvolvimento) passarão a participar desta vontade de leitura ecológica das condutas (cf. Bronfenbrenner, 1979). Influenciava-nos também a ideia, defendida por alguns autores, de combinar o quantitativo e o qualitativo (Cf. Ingold e Ingold, 1988; Gamella, 1993).

Afinal, acabámos por abandonar a ideia da epidemiologia e a dos indicadores quantitativos, aproximando-nos muito mais da tradição etnográfica largamente qualitativa que remonta à escola de Chicago - o que não é incompatível, como veremos, com uma psicologia ambiental de cariz fenomenológico.

O projecto de Setembro de 1991- o tal que já nos parecia definitivo... - compartimentava-se, vêmo-lo agora retrospectivamente, segundo a dupla influência tradição de Chicago/psicologia ambiental (*grosso modo*, evidentemente - falamos de esquemas gerais). Vejamos de novo a Figura 2.2.. Com efeito, se nos reportarmos à metodologia I tanto da componente fisico como da socio-ambiental verificamos que correspondem ao que se começou a fazer com os trabalhos de Chicago: combinar os dados, os registos, as estatísticas das instâncias de controlo da desviância com a experiência directa do investigador dos "mundos desviantes", dos "nichos ecológicos", das "comunidades urbanas", para retomar a linguagem da época. Por outro lado, dava plena continuidade à fase exploratória (ver Figura 1.).

As metodologias II do fisico e do socio-ambiental correspondem à nossa vontade de retomar a psicologia. Na altura vivíamos a dispersão por várias disciplinas como *divisão*, hoje vivemo-la como *nomadismo* intelectual, que é condição necessária à vocação interdisciplinar das ciências humanas (e nas ciências *tout court*).

O ensaio de técnicas apoiadas na apresentação de fotografias aos sujeitos radica nessa vontade de "fazer como os psicólogos". Uma certa ideia de projecção de conteúdos psicológicos a partir de estímulos físicos (fotos de ambientes construídos) estava presente: as pessoas associavam qualidades psicológicas aos espaços urbanos das fotografias? Estendiam-nas aos seus habitantes?

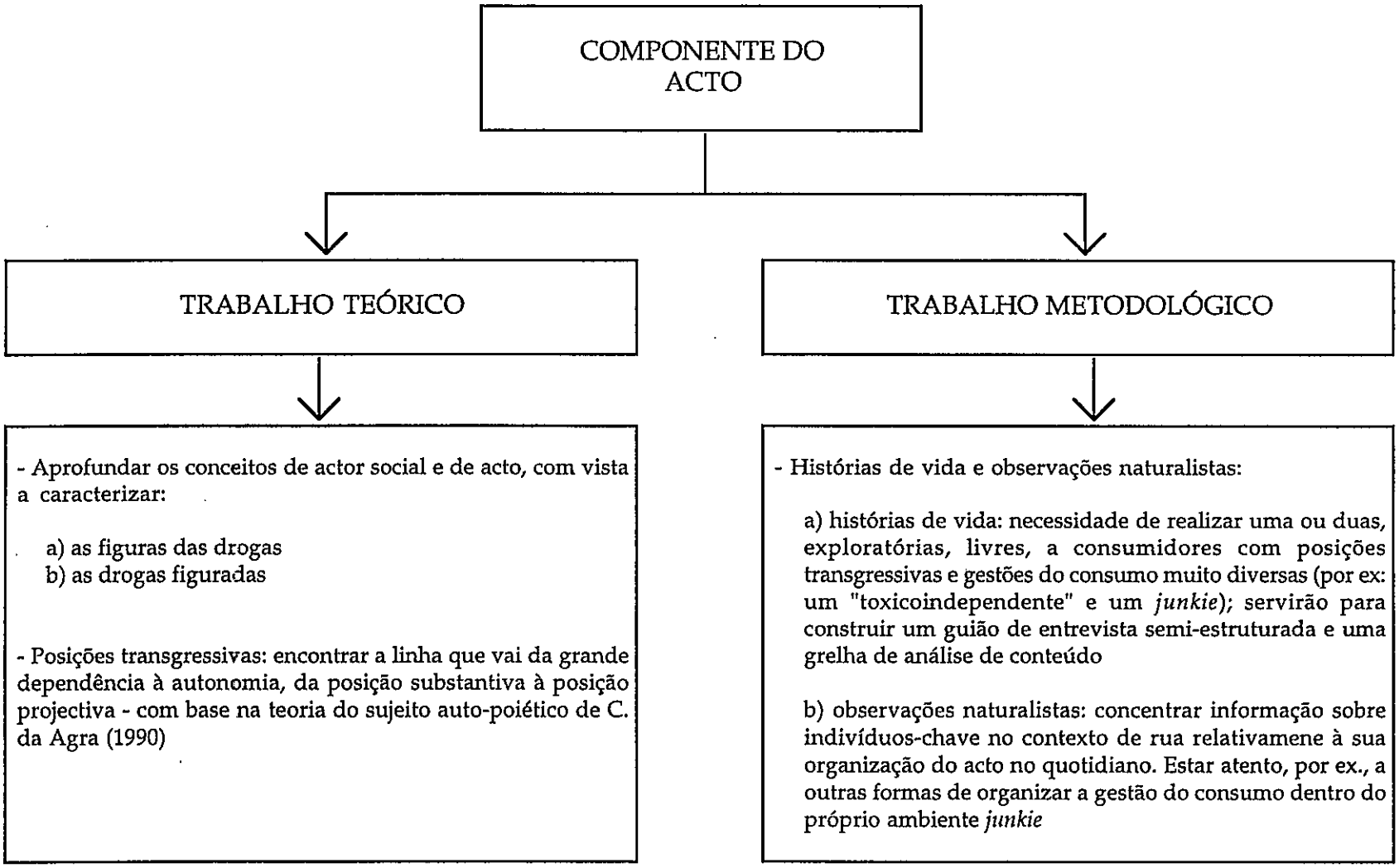


FIGURA 2.1.- Plano de investigação em Setembro/91

BREVE EXPLICAÇÃO DO ESQUEMA DA COMPONENTE DO ACTO

* *As figuras das drogas*: como podemos descrever os indivíduos que utilizam drogas ilegais? Que relacionamentos com as drogas têm, que modalidades de gestão dos psicoactivos adoptam?

* *As drogas figuradas*: se, nas figuras das drogas, procurávamos identificar actores e os respectivos regimes de consumo e modalidades de gestão da eventual dependência, trata-se agora de saber como fazem significar o acto que realizam. Relaciona-se de que modo com o curso das suas vidas? Que representações e atitudes têm eles não só das substâncias mas dos ambientes em que estas são protagonistas? E de quem a elas reage?

* *As posições transgressivas*: consumir drogas ilegais é um acto conotado negativamente pelo corpo social e criminalizado pelo sistema penal. Pode estar-se de diferentes maneiras num acto que se sabe transgressor e podem adoptar-se diferentes posições transgressivas (C. da Agra, 1990). Como podemos descrevê-las? Que implicações têm?

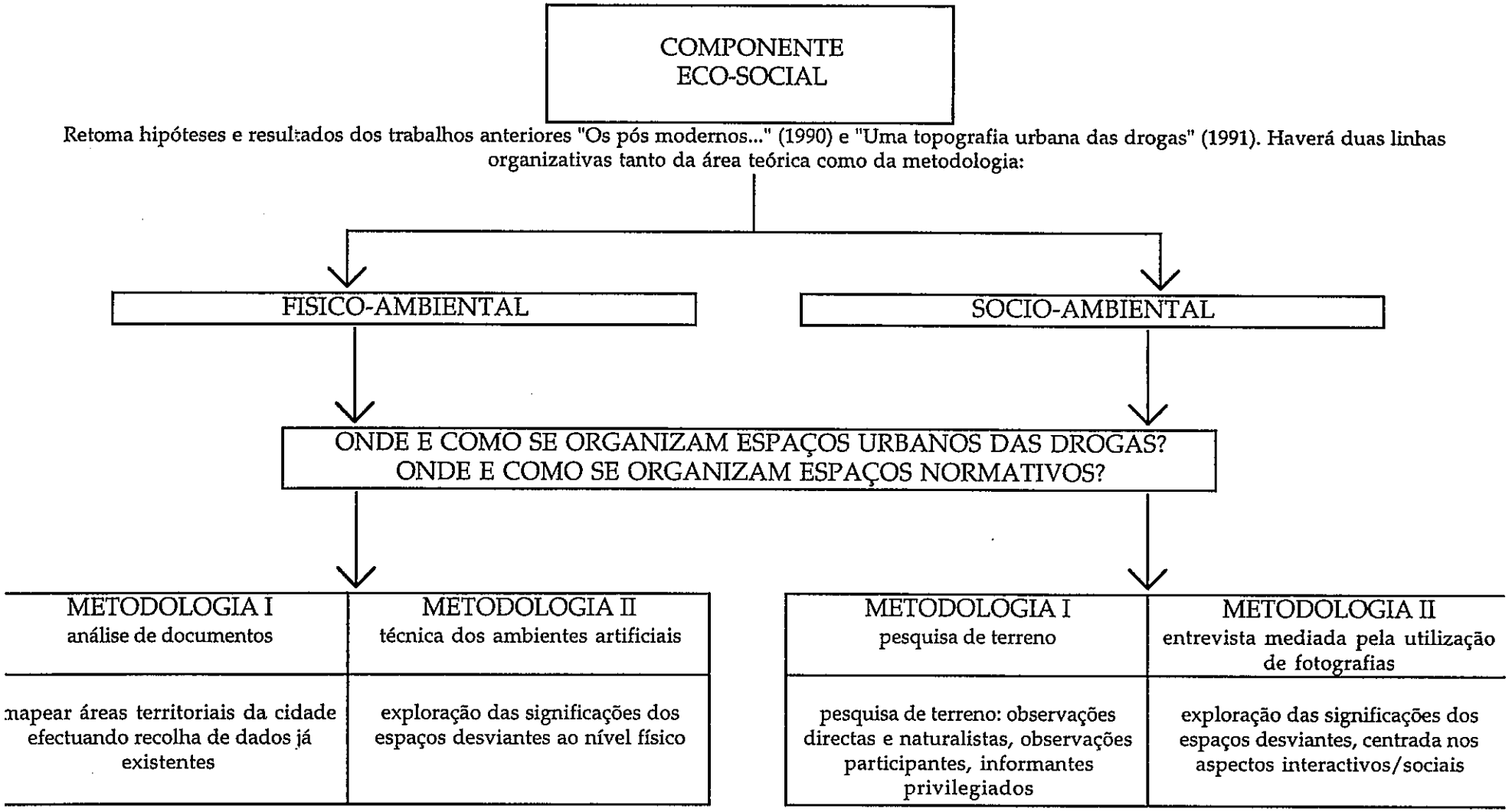


FIGURA 2.2. - Plano de investigação em Setembro/91

BREVE EXPLICAÇÃO DO ESQUEMA DA COMPONENTE ECO-SOCIAL

* Divisão *fisico-ambiental/socio-ambiental*: o *fisico-ambiental* diz respeito às características dos espaços físicos: blocos de habitação, espaço público, aspecto geral dos bairros; o socio-ambiental diz respeito aos aspectos sociais que normalmente invoca este tipo de espaços (por ex: quem mora aqui? Como se relaciona com o lugar ? Como reage às actividades desviantes que aí ocorrem?). É parcialmente recoberto pelo conceito de *clima social,* indesligável da matriz ecológica em que os grupos de indivíduos interagem.

* *Fisico-ambiental, metodologia I*: tratar-se-ia de recolher documentos vários sobre áreas desviantes e seus actores. Polícia, Instituto de Reinserção Social (IRS), imprensa, etc, permitiriam um mapeamento, pois funcionam como superfícies de emergência que identificam e propõem leituras dos espaços e das figuras desviantes. Seriam susceptíveis de dois níveis de análise:

a) nível objectivante: recolheria toda a informação de cariz epidemiológico

b) nível significante: como falam as notícias de tais áreas? Que determinismos do espaço ao comportamento veiculam? Propõem "significações ambientais"?

* *Fisico-ambiental, metodologia II*: a utilização de fotografias de espaços urbanos pode servir como indutor de um discurso sobre o ambiente e seus actores sociais (técnica dos ambientes simulados na linguagem da psicologia ambiental) - Como reage o indivíduo às formas e espaços urbanos?- em geral, ao M.A.C. (Meio Ambiente Construído)? Atribui-lhes características psicológicas? Detalharemos a utilização desta técnica num dos anexos.

* *Socio-ambiental, metodologia I*: diz respeito à investigação etnográfica, que analisaremos com pormenor na secção 3 deste capítulo. Implica ter já em fase avançada a metodologia I Fisico-ambiental, de modo a definir as unidades de pesquisa de terreno.

* *Socio-ambiental, metodologia II*: relaciona-se com a metodologia II Fisico-ambiental, mas procura agora centrar-se no clima social, no ambiente humano (Como são vividas as relações no bairro? E as relações com os actores das drogas? E destes com os seus habitantes?). Procura explorar a experiência de viver na cidade, de ser do bairro X, procura explorar as metáforas de ordem e de desordem...

Utiliza a técnica dos ambientes artificiais, mas agora apresentando as fotos como pretexto para a entrevista alargada, como indutor de temas específicos, e a ter lugar no próprio decorrer da pesquisa de terreno.

As metodologias II, respeitando uma divisão clássica dos manuais da psicologia ambiental entre o físico e o social, procuravam explorar as significações dos espaços. Orientáva-nos na altura aquilo que nos manuais (cf. o excelente manual de referência de Stokols & Atman, 1987) são as áreas do "environmental meaning", da percepção ambiental, da territorialidade, da "place identity"... Por sua vez, entrevíamos a possibilidade de transpôr para o ambiente as "posições de significação transgressiva" de C. da Agra (1990). Aquilo que na sua teoria se aplicava ao sujeito aplicar-se-ia aos espaços? Há, por ex., espaços a que as pessoas atribuem um determinismo quase absoluto? ("Se és daqui vais ser delinquente..."). O espaço é "transgressivo", tem essa significação? Como funciona, que modalidades assume? É, deste modo, possível identificar factores fisico-ambientais do sentimento de insegurança? E socio-ambientais também?

Aquilo que julgávamos ser de carácter definitivo veio no entanto a simplificar-se. Revelar-se-ia demasiado carregado e, por outro lado, a investigação no terreno provou não poder ser assim tão compartimentada... Nos quadros a seguir damos conta daquilo que acabou por se abandonar.

3. ESTUDO INTENSIVO

Era necessário, a partir de agora, empreender um estudo intensivo numa unidade espacial claramente delimitada. Pesquisa de terreno, estudo de caso, análise intensiva, etnografia - preocupar-nos-emos mais tarde com as designações e com aquilo que recobrem. Importava criar condições para um contacto proximal e naturalista com os fenómenos a descrever. Depois de ponderar várias modalidades para levar a cabo a recolha de dados, optámos por ir residir num dos bairros da zona escolhida como alvo. Instalar-nos aí como morador e, ao melhor estilo dos antropólogos e etnólogos, organizar paulatinamente um diário de terreno, com base na interacção quotidiana com os residentes e frequentadores. E a atenção, naturalmente, orientada sobretudo para os espaços e indivíduos que nos dissessem das drogas.

Tomada esta decisão, tornava-se necessário definir claramente como trabalhar. No CAP. 3 descrevemos detalhadamente o que é a pesquisa etnográfica, que técnicas se utilizaram, etc. Quanto ao modo como as articulávamos no contexto, no confronto com a realidade, e como organizámos um diário de campo, fá-lo-emos na PARTE B, CAP. 2., imediatamente antes de descrevermos os resultados do estudo. Aí contaremos, enfim, como levámos a cabo o projecto de ser, embora em *part-time*, um habitante dum bairro social.

Quanto às conclusões a retirar desta fase intensiva, elas constituem os resultados propriamente ditos duma *topografia urbana dos actores e territórios psicotrópicos*, descrevemo-los com pormenor ao longo da PARTE B.

PLANO DE INVESTIGAÇÃO DE SETEMBRO/91

AQUILO QUE ACABOU POR SE ABANDONAR

NA COMPONENTE DO ACTO

Abandonar, propriamente, não se abandonou nada. Mas utilizaram-se muito menos do que o previsto as histórias de vida. Tinham sido centrais na fase exploratória - recolheramos dez - mas o próprio curso da fase intensiva viria a ditar a secundarização desta técnica. Optámos por realizar poucas, doutro modo absorveriam sozinhas a recolha de dados e centrariam excessivamente a investigação na componente do acto. No limite, seria um estudo sobre drogas através das histórias de vida. O processo de entrada num ambiente de início difícil (e às vezes hostil) e o trabalho de observação participante, lento e exigente, a levar a cabo aí, acabaram por se tornar no eixo principal da pesquisa.

O facto de fazer poucas histórias de vida não compromete no entanto o rigor dos dados: o critério não é amostral ou de representatividade, mas o da sua significatividade, como discutiremos na próxima secção deste capítulo.

Do ponto de vista teórico abandonámos a ideia, que pensávamos possível em Setembro de 91, de encontrar uma linha desde a grande dependência à autonomia. O objectivo era ambicioso - não encontrámos uma linha, mas confirmámos a ideia de que há de facto diversas posições transgressivas e diversas modalidades de relacionamento com drogas e de gestão de consumos. Documentámos predominantemente uma posição radical, o *junkie*, de que daremos conta no capítulo dos resultados da pesquisa.

PLANO DE INVESTIGAÇÃO DE SETEMBRO/91

AQUILO QUE ACABOU POR SE ABANDONAR NA COMPONENTE ECO-SOCIAL

A figura 2. traduz claramente a ideia inicial de utilizar o método comparativo: pôr em confronto espaços urbanos considerados lugares de desviância com outros considerados normativos. Dado que viemos a realizar sobretudo investigação etnográfica em bairros sociais ditos "das drogas", acabou por não se concretizar este estudo comparativo. Também a técnica dos ambientes simulados deixou de incluir fotografias que se ordenavam ao estudo comparativo, excluindo ambientes normativos (por ex. zonas residenciais de classe média).

Por outro lado, no respeitante à análise de documentos privilegiámos as notícias de imprensa, passando para segundo plano registos e estatísticas policiais ou do IRS. Razões de ordem prática (acessibilidade da documentação, por ex.) justificam a opção. Mesmo assim, recolhemos ainda alguns dados dessas duas instâncias, bem como doutras (Juntas de Freguesia, por ex.).

As metodologias II tanto do físico como do socio-ambiental (ver figura 2.) foram utilizadas menos extensivamente do que previramos. Pensávamos que fossem instrumentos muito úteis no terreno mas verificámos ser menos intrusivo e mais naturalista esperar que dados do tipo que tais técnicas visavam fluíssem no decorrer das observações e na nossa participação diária em conversas ocasionais. Mas, nas vezes em que sentimos oportuno accioná-las (e é o *feeling* do investigador que tem de decidir...), revelaram-se adequadas e ricas de informação.

Em síntese, o projecto inicial conheceu sucessivas reformulações, que são o reflexo duma evolução pessoal nos aspectos teóricos e metodológicos e na clarificação de objectivos. Já contámos como foi necessário *abrir* o objecto depois do primeiro choque com a "realidade obstinada", como lhe chamava H. Blumer (1969). Podemos talvez afirmar que à medida que fomos complexificando o objecto, recortando-o com mais precisão mas também com mais "nuances", fomos simplificando o desenho metodológico. Se o método é um caminho, afinal só fomos ao encontro da sabedoria popular: nem percursos complicados nem atalhos. E se é verdade que, como dizia o poeta, o caminho se faz ao andar, foi o que fizemos: no terreno, no concreto do dia-a-dia da investigação ele foi-se desenhando, acabando por conferir uma grande supremacia à observação e à utilização de informantes privilegiados.

À entrada para o terreno - iniciámos a nossa vida de habitante do bairro em Outubro de 1992 - era este o estado do projecto (transcrevemo-lo do texto dessa altura):

- objecto de estudo -

O consumo de drogas é o objecto genérico de estudo. Centrar-nos-emos tanto na caracterização de diferentes regimes do consumo no indivíduo e suas possíveis significações (nível do acto) como na caracterização da inserção ambiental de tais regimes (nível eco-social).

- objectivos-

Pretende-se aprofundar o conhecimento do fenómeno droga procedendo a dois tipos de análises, que deverão num nível mais avançado do projecto retroagir uma sobre a outra:

a) *nível do acto:* sabemos que "o consumo de drogas" e "a toxicodependência" são designações gerais que recobrem e encobrem modalidades muito diversas de relação entre os indivíduos e as drogas. Tendo

já evidência empírica destes diferentes relacionamentos através tanto da literatura da especialidade como de estudos anteriormente efectuados, pretendemos agora dar-lhes sistematização, de modo a poder caracterizar os regimes de consumo desde o seu extremo leve ao extremo duro (a clássica toxicodependência). Trata-se de, no contacto com os indivíduos que utilizam drogas ilegais, dar conta não apenas do tipo de consumo e das formas pelas quais realiza (ou falha) a sua gestão, mas também das significações que assume uma posição existencial na qual as drogas têm um papel. Projecto, pois, de estudar as *figuras das drogas* : quem realiza em acto, no quotidiano, fora da visibilidade permitida pelos espaços institucionais (que são os espaços clássicos da "toxicodependência"), a expressão do fenómeno? E o que exprime de si nesta expressão? - economia psicológica das drogas.

Mas projecto, também, de estudar as *drogas figuradas*: que representações e atitudes têm delas os consumidores? Que drogas têm procura, que papel desempenham? Há uma diferencialidade do tipo de droga e do tipo de usos que se corresponde com a diferencialidade dos grupos do sector juvenil, das suas sensibilidades expressivas, das suas matrizes eco-sociais? E como se relaciona o indivíduo consumidor com o bairro e este com ele? Como agem e reagem um ao outro?

b) *nível eco-social*: os usos de drogas ilegais e as transações de que são o elemento central ocorrem preferencialmente em certos contextos. Mostrámos já em trabalho anterior, corroborando uma série de investigações, que um dos seus terrenos privilegiados é o contexto urbano-industrial. Tratar-se-á, neste nível, de interrogar a formação duma *topografia urbana das drogas*: conjunto de *territórios psicotrópicos* no seio dos quais indivíduos e grupos constituem carreiras desviantes ou, simplesmente, vivem a "parte desviante", relativamente oculta, das suas vidas "normais".

A formação destes territórios pode ser analisada pelo menos a dois níveis:

- como isola, nomeia e recorta a cidade dominante, normativa, tais espaços? Quais são as superfícies de emergência do objecto droga? Como desenvolvem o seu labor?

- como é o quotidiano dum território específico? É, de facto, um território? Quem são os seus actores? Que papel cumpre aí a droga? E que papel o do território em relação à cidade? Tal como parece haver planos de significação transgressiva ao nível do sujeito (Agra, 1990), poderemos identificar planos de significação eco-social, em que a forma como o sujeito lê a matriz ecológica das suas interacções quotidianas seja determinante para a sua conduta? Tal como há sujeitos que relevam de posições transgressivas, há *territórios transgressivos* ?

A possível existência destes *territórios transgressivos* levar-nos-á também à tentativa de identificação de factores tanto físicos como socio-ambientais que contribuam para as pessoas qualificarem tais zonas como "perigosas", ou "das drogras", etc... Questão dos factores psico-ambientais da génese do sentimento de insegurança. Importa, aqui, averiguar das percepções das pessoas relativamente aos diferentes contextos da cidade, de modo a lançar luz sobre a experiência de viver na urbe e sobre as metáforas de ordem e de desordem, de norma e de desvio, contidas na percepção do ambiente citadino.

CAPÍTULO 3

ETNOGRAFIA URBANA DAS DROGAS

Recortámos, finalmente, o objecto, traçámos objectivos genéricos e definimos uma atitude metodológica com fins operativos para o nosso trabalho de investigação. Resta-nos, agora, precisar com mais detalhe o método e focar as várias técnicas de recolha de dados. Analisaremos também as razões da pertinência do método etnográfico aplicado ao fenómeno droga em contexto urbano.

1. A ETNOGRAFIA

A escolha desta expressão esbarrou com dificuldades; com efeito há uma grande dispersão de nomes para a mesma coisa: pesquisa de terreno, trabalho de campo (hoje por vezes generalizado a todo o trabalho de recolha empírica, e portanto pouco útil para definir o modo de recolha), etnografia, recolha etnográfica ou método etnográfico, investigação naturalista, trabalho de rua...; por vezes confunde-se com uma das técnicas privilegiadas e chama-se-lhe observação participante, outras confunde-se com uma das suas características centrais e chama-se-lhe método qualitativo. Mas uma pesquisa de terreno pode não recorrer à observação participante e ter carácter também

quantitativo. Não pode em caso nenhum é prescindir do que a individualiza: o contexto natural.

Invocar a etnografia faz-nos certamente lembrar, dum modo genérico, as investigações da etnologia colonial e os trabalhos de campo da antropologia cultural. Wallace (citado por Sandays, 1979) diz que o "paradigma etnográfico" (e avisa que aplica o termo "paradigma" no sentido de Kuhn) tem as suas origens "na imagem de Franz Boas descendo do barco numa aldeia esquimó com a mala na mão, preparado para uma longa estadia". A importância dum contacto prolongado com a unidade em estudo e da observação participante continuam hoje a ser sublinhadas; Malinowski, em 1922, no seu "Os Argonautas do Pacífico Ocidental", considerado como o primeiro grande estudo etnológico de terreno (Evans-Pritchard, 1972; Platt, 1983; Coulon, 1992), especificava já consistentemente o método da etnografia; nos anos 20 e 30 deste século a escola culturalista americana utiliza-o maciçamente; e, nas mesmas datas sensivelmente, integra as novas direcções investigativas abertas pela escola de Chicago. Foi também abundantemente utilizado pelos investiogadores da corrente do interaccionismo simbólico, em áreas de estudo diversas como a comunidade, a raça, o trabalho, a família, a sociologia da arte, a da ciência e a da desviância (Becker e Mc Call, 1990).

É, parece-nos, na confluência das tradições da antropologia cultural e da sociologia da desviância que ele se solidifica[10]. Hannerz (1980) sublinha, reforçando-nos esta convicção, que "é importante assinalar que nessa época (anos 20, nos E.U.A.) os sociólogos tinham o cuidado de se familiarizar com o estado actual da antropologia e os antropólogos com o da sociologia, mais do que o fazem recentemente". Note-se, aliás, que aquilo a que hoje chamamos a Escola de Chicago era, até 1929, o Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago.

---

[10] Para uma análise crítica da história da pesquisa etnográfica remetems para Dan Rose (1990) e para J. Platt (1983).

Coulon (1992) coloca a hipótese de que a quase total ausência de referências aos pormenores do método etnográfico utilizado pelos sociólogos de Chicago se deveria a que o consideravam já legitimado pela tradição dos etnólogos: "é necessário ver na ausência de comentários dos sociólogos sobre os seus métodos de investigação o facto de lhes parecer natural investigar deste modo (...) não havendo necessidade doutra legitimação, aos seus olhos, do que aquela já adquirida pelas pesquisas etnológicas aprovadas". Há, porém, quem recue mais longe: Kaplan e Grund (1989) dizem-nos que é a mais antiga forma de investigação humana e que Heródoto foi o primeiro etnógrafo[11] Dão dela uma definição ampla - definem-lhe mais o estilo do que os procedimentos particulares: "a etnografia é falar, discutir, intercambiar (...). É também a tentativa de traçar os laços que unem as pessoas". Sublinham o carácter irredutivelmente qualitativo da pesquisa etnográfica, particularmente "nas questões complexas da droga" - domínio em que desenvolvem os seus trabalhos em Roterdão.

Se bem que com origens localizadas nas disciplinas citadas, começa a ser proposto em numerosos campos, "mas com considerável diversidade na sua prescrição e prática" (Atkinson e Hammersley, 1983). Firmino da Costa (1986) diz da pesquisa de terreno que "é a arte de obter respostas sem fazer perguntas. As respostas obtêm-se no fluxo da conversa informal e da observação directa, participante e continuada". E Becker e Mc Call (1990) dizem que "a melhor maneira de responder a questões é, simplesmente, ir ver o que se passa por si próprio..."

A participação do investigador, por um período longo, no ambiente e nas interacções em curso na unidade de estudo que seleccionou, a atenção ao

---

11 Para escrever a história das guerras do Peloponeso mandava a sua assistente ir aos banhos públicos. "Encontrava aí soldados vindos da guerra com os quais trocava os seus favores sexuais pelo relato deles. Dava-os então a Heródoto, que os classificava, codificava, formalizava" (Kaplan, 1989). O autor conclui com algum humor que "hoje, os banhos públicos de Heródito é a rua"... Sandays (1979) confirma também que o método é tão velho como Heródoto, que "registou a infinita variedade e estravagância que viu noutras culturas".

F. P. C. E. BIBLIOTECA U. P.

fluxo, regular umas vezes, inopinado outras, dos acontecimentos, o contacto directo com as pessoas, configuram o estilo geral deste método. Atkinson e Hammersley (1983) percorrem numerosos trabalhos baseados na etnografia e propõem dela a seguinte definição:

"É simplesmente um método de pesquisa em ciências sociais, não obstante pouco usual, que se constitui através dum largo espectro de fontes de informação. O etnógrafo participa, aberta ou anonimamente, no dia-a-dia das pessoas por um período extenso de tempo, vendo o que se passa, o que acontece, ouvindo o que lhe é dito, fazendo questões, colhendo os dados que forem possíveis (...)"

Os autores consideram-na a mais básica forma de pesquisa social - não só pela sua longa história, mas "porque guarda uma grande ligação com os processos de rotina pelos quais as pessoas atribuem sentido ao mundo, no seu quotidiano". Brewer e Hunter (1989), por sua vez, consideram-na uma das quatro formas dominantes de investigação, nas ciências sociais (juntamente com a experimentação, o *survey* e aquilo a que chamam a *nonreactive research*, como a recolha documental e a observação *couvert*). Acrescentam que preferem chamar-lhes estilos e não métodos, pois correspondem a formas distintas de estar nas ciências sociais, o que vai muito para lá das questões meramente técnicas de cada método e se prende precisamente com o... estilo. Definem o etnógrafo como alguém que "observa pessoas e acontecimentos em primeira-mão nos contextos sociais naturais".

1.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ETNOGRAFIA

Sintetizaremos brevemente a seguir as principais características do método, tal como as podemos delinear a partir da dispersão do que é dito na

literatura que se debruça sobre ele, e também tendo em conta a nossa própria experiência de trabalho:

- *principal instrumento de investigação*: a etnografia é um método de investigação em que o principal instrumento é o próprio investigador. Esta é talvez a característica mais constantemente salientada pelos diferentes autores, mesmo quando se inscrevem em referenciais teóricos divergentes (Mead, Metraux, Pelto e Wolcott, citados por Sandays, 1979; Atkinson e Hammersley, 1983; Lincoln, 1985). "Os investigadores de terreno aprendem a utilizar-se a si próprios como o principal e mais fiel instrumento de observação, selecção, coordenação e interpretação (Sandays, 1979). Ele é uma fonte de dados (através da observação participante, da interacção), instrumento da sua recolha (através da escuta, da interrogação, dos registos) e do seu tratamento.

Ainda quando o investigador o não diz explicitamente, as referências que faz à progressão do seu trabalho de terreno e todos os comentários de índole metodológica deixam perceber a sua posição central enquanto instrumento e enquanto decisor permanente nas tarefas de pesquisa.

- *pequenas unidades de estudo*: incide normalmente sobre uma pequena unidade de estudo. Um bairro, um bar, uma esplanada, uma esquina, um grupo... Adequa-se com dificuldade a estudos de carácter macro-social, onde não pode rivalizar com as técnicas de inquérito. Para ser intensiva e relevante tem de circunscrever o espaço a estudar - requisito tanto mais importante quando a relação entre a dimensão ecológica e os comportamentos é um objectivo.

- *holismo*: os procedimentos de recolha de informação são predominantemente do tipo descritivo e debruçam-se sobre todos os aspectos

da unidade em estudo a que o investigador puder ter acesso. Sobretudo se não se dispõe de estudos prévios sobre esse contexto e/ou de teoria relevante que dê sentido à dispersão do que se observa, não é aconselhável desprezar aprioristicamente nenhum aspecto que se ofereça como possibilidade de observação. Com o decorrer do tempo tornar-se-ão nítidos os aspectos a fixar mais detalhadamente, por se revelarem mais relacionados com os problemas em estudo (mas, mesmo nesta fase, sobra lugar para surpresas...).

Procedimentos vários de recolha de informação devem ser utilizados: monografias de investigação, artigos científicos, relatórios oficiais, artigos jornalísticos, auto-biografias, diários... Dum modo geral, todos os documentos relacionados com os problemas em investigação se mostram, dum modo ou doutro, utilizáveis nalguma fase do estudo. Este conjunto de fontes, advertem Atkinson e Hammersley (1983), "geram, no terreno, geralmente mais questões do que as que podem ser tratadas num único estudo".

- *"socialização" no contexto*: o acesso a uma percepção holista exige uma familiarização crescente do investigador com o contexto: deambular pelo espaço, falar com as pessoas, fazer perguntas, ser alvo de perguntas, participar em actividades próprias do local, fazer-se ver na comunidade de pessoas com inserção nas redes sociais locais são importantes processos de "socialização" no contexto. Ela é fundamental para reduzir o impacto da presença do investigador enquanto "corpo estranho" e para aceder a uma percepção proximal que possa dar conta das perspectivas dos actores sociais sobre as suas vidas, das significações que guiam comportamentos que, se vistos do exterior, parecem apenas antissociais e às vezes auto-destrutivos - como é o caso do consumo de drogas. Se a estranheza antropológica é desejável, ser-se corpo estranho é um obstáculo. Relembremos que a estranheza antropológica referida pelos antropólogos clássicos era provocada pelo mergulho do

investigador numa cultura que desconhecia, podendo, teoricamente, observá-la com exterioridade participando ao mesmo tempo - um fora/dentro simultâneo que conferia à antropologia uma singularidade própria nas ciências humanas. Hoje, no mosaico complexo dos mundos urbanos, a diversidade de lugares, populações e subculturas é tão profusa que continua a ser possível em boa medida a estranheza antropológica. Esta ideia, de resto, foi já defendida ao tempo da escola de Chicago.

Se combinarmos este processo de "socialização" com as exigências do carácter intensivo da observação, explica-se o longo tempo normalmente exigido para este tipo de investigações[12]. "Os etnógrafos vivem normalmente nas comunidads que estudam, e estabelecem relações de longo-prazo com as pessoas sobre quem escrevem. Por outras palavras, de modo a recolher dados significativos, os etnógrafos violam os canones da investigação positivista; nós tornamo-nos intimamente envolvidos com as pessoas que estudamos" (Bourgois, 1996).

- *flexibilidade*: diz respeito ao largo espectro de fontes de informação e à diversificação dos procedimentos do método do trabalho de rua. A flexibilidade é essencial para uma adequação ao fluxo dos acontecimentos no terreno, coisa que não está obviamente sob controlo do investigador. Dito doutro modo: uma realidade em curso ininterrupto, repleta de ocasional e de inesperado emergindo por sobre o fio das regularidades ou das rotinas do quotidiano da unidade de estudo, exige que o investigador utilize diferentes recursos. A pesquisa de terreno não pode ser planeada correctamente antes de ir para o campo de acordo com algum esquema pré-determinado. Talvez, melhor: o

[12] E, se combinarmos este longo tempo com o desconforto - para não sermos demasiado adjectivos na linguagem... - que inúmeras situações vividas no terreno acarretam, entenderemos também porque se levam a cabo tão poucas pesquisas de terreno. Iturra (1986) traduziu bem este sentimento: "Mas - digamo-lo directamente - é um método violento. Violento, para quem começa a ser observado; violento para quem observa. É uma relação onde a suspeita etnocêntrica é normalmente introduzida."

esquema pré-determinado deve conter a margem para a ocorrência indeterminada. Isto em nada invalida a necessidade duma preparação prévia, teórica e metodológica. Aliás, o carácter fluido e pouco sistemático das ocorrências em contexto natural exige precisamente uma solidez de formação e uma versatilidade do investigador que impeçam a sua dispersão ou desorientação total em relação ao que fazer.

O trabalho ocorre frequentemente em contextos em que o investigador tem pouco poder ou pouco conhecimento prévio - parecendo isto um inconveniente, revela-se no entanto em nosso entender uma vantagem. Por um lado, ordena o método em função do real e não o real em função do método - o plano de investigação guarda mais obediência à realidade do que a programas prévios. David Matza (1969), um dos clássicos da racionalidade fenomenológica na investigação social, vê nisto a principal característica duma abordagem *naturalista* dos fenómenos. E Herbert Blumer, o criador do termo "interaccionismo simbólico", vê nisto uma condição essencial da prática científica: o mundo empírico "tem um carácter obstinado que é o selo da realidade", tem capacidade de resistir às tentativas para o conhecer. Assim, "a metodologia e o acto científico na sua totalidade devem adequar-se ao carácter obstinado do mundo empírico em estudo; portanto, os métodos de estudo estão subordinados a essse mundo e hão-de ser verificados por ele" (Blumer, 1969). Por outro lado, a mudança na direcção da pesquisa é fácil[13]. Atkinson e Hammersley (1983) consideram que isto permite rápida triagem de ideias e problemas e por consequência produção teórica "altamente construtiva e económica", facto também sublinhado por Glaser e Strauss (1967), que consideram esta postura generativa de teoria (que opõem à tendência verificacionista demasiado implantada nas ciências sociais).

---

[13] Na secção anterior exemplificámos, através da descrição do desenvolvimento da nossa própria pesquisa, esta característica.

- *informalidade*: relaciona-se com a característica anterior e diz respeito ao estilo que o investigador adopta na rua: a participação informal em situações variadas. A nosso ver, a informalidade - característica salientada por todos os investigadores que consultámos - deve também ser entendida em relação ao estatuto do investigador: em inúmeras situações não tem o estatuto formal de "especialista" ou "técnico", limitando-se a participar anonimamente em actividades em curso (o caso paradigmático a este respeito é a observação directa sem recurso a interacção verbal em situações públicas impessoais, como estar sentado num bar). Mesmo quando (e se) o seu estatuto for introduzido, esta introdução deve ocorrer numa fase da investigação em que a "socialização" no contexto seja de molde a que ocorra uma aceitação que continue a permitir a informalidade. O estatuto *covert* ou *overt* do etnógrafo continua uma das opções problemáticas para quem decide ir para o terreno. Normalmente não se resolve na dicotomia (dizer/não dizer o que aqui faço), vai-se resolvendo por si à medida que os indivíduos da unidade de estudo progridem, eles próprios, na questão de "quem é este que aqui anda?". Há, assim, um momento da investigação em que se é *covert* em relação a uns sítios e *overt* em relação a outros. Sabemo-lo da nossa experiência, sentimo-lo a ler outros etnógrafos: desde os clássicos Nels Anderson (1983)[14] ou William Whyte (1955) aos recentes Patricia Adler (1990) ou Dan Rose (1990). Patricia Adler recomenda o estatuto *covert* para aquilo que designa "unpproachable people", sendo a passagem a *overt* um processo contínuo realizado através da construção de confiança. Esta seria a chave para estudar as "hidden populations", expressão que faz pleno sentido para a realidade social com que o nosso trabalho se confrontou.

---

[14] Nels Anderson conta neste artigo recente, de carácter auto-biográfico, os meandros da sua pesquisa etnográfica juntos dos *hobos*, trabalhadores itinerantes misto de aventureiros e vagabundos. Publicada em 1923, continua hoje como uma das referências históricas da sociologia da desviância de Chicago.

- *impacto mínimo*: define-se um pouco por oposição a técnicas como o questionário e a entrevista formal. Inscreve-se num debate geral que percorre todos os métodos: o da interferência do observador ou do experimentador com o objecto. Não entrando nos meandros de tal debate limitamo-nos agora a referir que conhecer é interferir um objecto, que toda a construção de teoria é uma ordenação lógica duma realidade muito mais desordenada, e que o problema da interferência não deve ser tomado como obstáculo epistemológico, mas objectivar-se e controlar-se, relacionando-o com o estatuto do dado produzido. Mesmo assim convém referir que há técnicas mais interferentes que outras - e que a este respeito a etnografia, quando convenientemente conduzida, é talvez o método menos interferente, o que se deve largamente às características de flexibilidade e informalidade já descritas.

1.2. COMENTÁRIOS AO MÉTODO ETNOGRÁFICO

Faremos ainda alguns comentários ao método etnográfico, de modo a situá-lo mais cabalmente na sua especificidade.

Acentua a importância da descrição detalhada da experiência concreta de vida, dos comportamentos e significações que lhes atribuem os actores; "resiste a traçar modelos ou esquemas que simplifiquem demasiado a complexidade da vida quotidiana" (Atkinson e Hammersley, 1983). Compromete-se com a tarefa de *compreender* , resistindo à *explicação* assente no estabelecimento de leis universais. "Para decompôr a mistura das relações causais reais, construimos relações causais irreais" (Max Weber, citado por Maffesoli, s.d.) - eis o que o método pretende evitar.

Apresenta-se como um método que, diríamos, *abre* o campo teórico do investigador. Com efeito, o conjunto dos problemas iniciais com que se parte

para o campo alargar-se-á à medida que o investigador toma contacto com factos que não previra ou que simplesmente ignorava que ocorressem. A investigação é permanentemente dinâmica, vê-se obrigada a reformular-se a si própria e tem de organizar-se em função duma realidade cuja complexidade não se mostra duma vez. Paul Willis (citado por Becker e McCall, 1990) refere como importante potencialidade metodológica da etnografia "a de se ser surpreendido, a de chegar a um conhecimento que não estava prefigurado em nenhum paradigma de partida". O que, adverte, não deve ser confundido com andar à procura dum "caminho verdadeiramente ateórico através do qual ver um objecto (...) de acordo com uma tendência positivista oculta, tentação que é preciso remover na investigação etnográfica".

A formulação explícita de hipóteses prévias ao trabalho no terreno não se apresenta, pois, como requisito básico; pode partir-se de interrogações iniciais relacionadas com teoria já existente no domínio ou com investigações anteriores, como forma de organizar perceptivamente o que se vê - mas as questões e as hipóteses são geradas, na sua maioria, na dinâmica do terreno[15]. Merton pôs justamente em relevo esta faceta da pesquisa ao afirmar que "encontrar a questão certa para pôr é mais difícil do que responder-lhe" (citado por Atkinson e Hammersley, 1983).

Este método possui assim importantes propriedades de gerador de problemas e hipóteses, impulsionando respostas teóricas assentes na identificação e relacionamento de variáveis e na "referência aos mecanismos e

---

15 Exemplifiquemos o carácter generativo da etnografia com uma investigação portuguesa que teve como objecto o fado em Alfama (Firmino da Costa e Mª das Dores Guerreiro, 1984): "E acorremos a tudo quanto pudemos, de forma inevitavelmente dispersa, 'provando' aqui e ali, em todas as direcções. Depois... Caímos nas teias de Alfama, e por lá ficámos, apanhados. Durante algum tempo o fado reduziu-se a um longínquo ponto de referência, nem sempre muito presente, à medida que íamos sendo solicitados por novos e variados motivos de interesse na vida do bairro. (...) Depois, o campo de análise precisou-se, os fios da meada foram-se unindo (...)". Este movimento de abertura inicial, que os autores vivem como "disperso", obrigá-los-á a um novo enquadramento do objecto (o fado) e à reformulação parcial de ideias e problemas que traziam sobre ele.

processos pelos quais a relação entre variáveis é gerada" (Atkinson e Hammersley, 1983)[16].

O dado, por sua vez, "não é apenas tomado no seu valor facial, mas tratado como um campo de interferências no qual os padrões de hipóteses podem ser identificados e a sua validade testada". (Atkinson e Hammersley, 1983). Uma das mais persistentes críticas que têm sido apontadas à etnografia tem precisamente a ver com o estatuto do dado recolhido: tanto este como as "descobertas" que fundamenta seriam subjectivos, impressões idiossincráticas que não podem fornecer sólida fundamentação para a análise científica rigorosa. Se é certo que se afigura difícil ou ilusório proceder a controle de variáveis na tentativa de trazer o dado empírico num estado de "limpeza", é certo em contrapartida que se aumenta em muito a *validade ecológica* do conhecimento obtido; por outro lado, ao utilizar uma variedade de fontes de dados diminui a probabilidade de obter resultados método-dependentes, passe o neologismo. Não enveredaremos aqui pelo inventário das vantagens e desvantagens do método. Além de estarem já inventariadas nos manuais de metodologia, estamos solidários com o argumento dos investigadores naturalistas quando afirmam que os métodos têm de ser seleccionados de acordo com os objectivos e com as características do mundo empírico a estudar - reivindicações gerais sobre a superioridade duma técnica sobre outra têm pouca força.

Um dos procedimentos que integram a pesquisa de terreno é ainda a colecta de dados sobre o próprio processo de investigação. O apêndice metodológico que William White escreve em 1955 no seu *Street Corner Society* inaugura este hábito próprio ao investigador de terreno (Cf. atrás nota de rodapé nº 7). O apêndice é hoje mais importante do que a obra e um dos

---

16 O desenvolvimento de teoria é, para os autores, o principal valor da etnografia e o critério de demarcação em relação, p.e., ao jornalismo, juntamente ao papel que ela desempenha na modificação de pré-concepções (não sei se não deveríamos traduzir por "preconceitos") que os cientistas sociais trazem para a pesquisa.

textos seminais da observação participante. Nele relata a sua "socialização" no difícil ambiente do ghetto italiano, a sua forma de trabalhar com a técnica de utilização de informantes privilegiados (Doc, o italoamericano), a sua própria evolução no terreno, o seu papel e a forma como suscita reacções, os seus sentimentos e vivências pessoais. Todos estes dados se revelam importantes fontes de conhecimento, contrariando o papel de obstáculos epistemológicos a que foram classicamente reduzidos.

2. A ETNOGRAFIA APLICADA AO FENÓMENO DROGA EM CONTEXTO URBANO

> "Não se entra no fenómeno da droga sem sair para a rua"
> C. da Agra (1991)

Na secção 2.2. do CAP. 1 referimo-nos àquilo que chamámos os *territórios psicotrópicos*: lugares urbanos onde é visível a ocorrência de actividades ligadas às drogas, desde o comércio ao consumo passando pelo convívio e pela ocupação do tempo tendo como elemento importante do encontro as drogas ilegais; alguns desses lugares são ao mesmo tempo etiquetados como "de drogados" pelo rumor social a respeito dos temas da insegurança urbana, dos comportamentos desviantes, etc. Impõe-se desde logo aqui uma primeira precisão: optámos, no nosso trabalho etnográfico, pelos lugares das drogas que são relativamente visíveis porque são feitos de encontros em ruas, esquinas ou sítios específicos de alguns bairros. Há-os, no entanto, com menos visibilidade pública, porque são feitos de clubes nocturnos de entrada controlada, de apartamentos, de *meetings* privados. Se bem que as drogas sejam um facto disseminado nos diferentes contextos e nos diferentes

estratos sociais, estes podem ser mais expostos ou mais opacos, mais vulneráveis ou mais defendidos. Há, digamos, territórios públicos, semi-públicos e privados. Optámos pelos públicos, que são também os que mais insistentemente são noticiados pela comunicação de massas e pelo rumor social quotidiano[17]. Mas de modo nenhum pretendemos dizer que são os únicos territórios das drogas.

Feita esta precisão, refira-se em seguida que a etnografia e as técnicas de observação participante têm sido múltiplas vezes apontadas como formas de pesquisa especialmente adequadas para estudar o fenómeno droga. R. Ingold, numa revisão das teorias e dos métodos que têm sido utilizados neste campo, refere que a maioria dos estudos são realizados a partir de toxicodependentes hospitalizados, em tratamento ou incarcerados, sem procederem à relativização que passaria por salientar o papel social, bem como à influência que o sistema assistencial tem sobre o próprio comportamento de dependência. Defende, "na esteira dos etnógrafos, uma resposta encontrada no terreno" (Ingold, 1987), que descreva do interior, a partir do meio natural dos toxicodependentes, a dependência enquanto processo e não enquanto estado. Esta necessidade era já identificada por um dos autores hoje clássicos na área das drogas, C. Olivenstein: "É necessário sublinhar a propósito dos utilizadores das drogas que as constatações dos especialistas devem ser relativizadas, tantos são os sujeitos que não passam pelos circuitos médicos" (Olivenstein & Braconnier, 1985).

Também Domingo Comas (1981) procede à revisão e avaliação dum grande número de investigações neste domínio, propondo a sua sistematização, do ponto de vista dos métodos utilizados, em quatro grandes grupos: (1) investigações psicossociológicas a partir de amostras de

---

[17] Subescrevemos totalmente Ingold (1988) quando afirma que "o discurso mediático insiste voluntariamente sobre o aspecto trágico ou catastrófico da situação das drogas". Desenvolvemos o tema das relações entre as mensagens mediáticas e os dispositivos de controle, por um lado, e os actores das drogas, por outro num trabalho recente (Cf. Fernandes, 1995).

toxicodependentes em consulta ou em reclusão; (2) inquéritos de opinião, com grandes amostras, passados a grupos muito definidos, normalmente estudantes do secundário; (3) análises sociológicas mediante questionário, com amostras amplas e estratificadas em função de diversas variáveis; (4) análises dinâmicas e antropológicas de grupos específicos. Conclui que "não cabem dúvidas de que os resultados destas últimas, de alta fiabilidade, podem trazer-nos muito na compreensão do fenómeno da toxicomania. Por causa do custo pessoal, dificuldades e pouca consideração institucional que merecem, sempre se realizaram muito poucas, mas estas deveriam ser de leitura obrigatória para todos os técnicos" (Comas, 1981).

Por sua vez, vários autores salientam o carácter fechado dos grupos de indivíduos que têm condutas alvo de reprovação social. Comas (1981) refere o contexto proibicionista como estando na base da formação de defesas que se traduzem pela ocultação de informação, recurso à mentira, ao segredo e a conformidade à expectativa da resposta, quando submetemos os consumidores de drogas às técnicas de inquérito; Ferrarotti (1981) fala, por seu turno, na "dificuldade de poder atingir faixas sociais e estruturas de comportamento que, pelo seu carácter de marginalidade e o seu estado de exclusão social, escapam imediatamente aos dados elaborados e adquiridos formalmente" e propõe as abordagens qualitativas - e em particular as histórias de vida - como as mais capazes de se aproximarem de tal objectivo; Walker e Lidz (1977) salientam a importância duma boa utilização de "observadores indígenas" (o informante privilegiado da antropologia) para ajudar o investigador: "Num sistema fechado e hostil como é a subcultura do uso de drogas, o sucesso do etnógrafo depende da sua capacidade de encaixar dentro do sistema com a mínima fricção"; Romani (1995) refere que "o campo das drogas é uma destas zonas da vida social que estão estigmatizadas, através da construção social do 'problema da droga' (...), estando pois o investigador perante um conjunto de 'populações

ocultas' criadas pelos processos de estigmatização, que resistem a ser penetradas pelos métodos clássicos de inquérito epidemiológico ou sociológico". Patricia Addler (1990) utiliza uma expressão semelhante: as "hidden populations", e salienta que "os desviantes são mais difíceis de localizar, estabelecer relação e investigar do que outras populações. (...) Exibir um comportamento franco e sociável ("friendly") não é suficiente para conseguir a entrada, sendo necessárias estratégias mais calculadas para estes grupos secretistas e desconfiados. (...) A natureza altamente ilegal da sua ocupação torna os *drug dealers* secretistas, desconfiados e paranóides; (...) constroem falsas fachadas, mentem e falseiam as informações". Conclui por fim que "o único caminho que encontrámos para chegar suficientemente perto destes indivíduos foi adoptar um papel de conviva ("a membership role") no contexto deles".

Tal como Adler, também Philippe Bourgois (1996) estudou através de observação participante *drugdealers* - no seu caso, no East Harlem Novaiorquino. A grande dificuldade técnica de aceder a estas culturas de rua é diversas vezes repetida pelo autor, que considera o método etnográfico o estilo de pesquisa mais adequado para o fazer: "As técnicas etnográficas da observação participante, desenvolvidas principalmente pelos antropólogos culturais desde os anos 20, são mais indicadas do que as metodologias exclusivamente quantitativas para documentar as vidas de gente que vive nas margens de uma sociedade que lhes é hostil".

Em síntese, o que ressalta da argumentação dos vários autores é a filiação da necessidade seja das abordagens qualitativas, seja da simples entrada em contacto estreito e no contexto dos consumidores das drogas, seja, mais sistematizadamente, duma pesquisa etnográfica a partir de: (1) crise dos outros

métodos; (2) características especiais do objecto, que obrigariam à adopção da estratégias também especiais de pesquisa empírica.[18]

A própria O.M.S., num dos seus relatórios de avaliação das distintas metodologias de estudo dos usos das drogas e dos problemas conexos, dizia que em relação ao *ratio* custos/benefícios, entendidos estes como uma maior quantidade e qualidade de informação, deveriam priorizar-se as metodologias de estudo seguindo a hierarquização: 1. recolha e balanço das informações já existentes; 2. entrevistas a informantes-chave; 3. observações directas, etnografia; 4. inquéritos a populações específicas; 5. sistemas de notificação e registos de casos; 6. inquéritos à população geral (Rootman, citado por Romani, 1995).

A etnografia dá coerência ao conjunto de técnicas que articula orientando-as para um mesmo estilo de recolha empírica. Na secção anterior já deixamos entrever o carácter multifacetado das fontes de dados, que exige por sua vez a diversificação da recolha. Não se priviligia um modo único de trabalhar, utilizam-se antes vários recursos que, no conjunto, deixarão a impressão de uma metodologia compósita. Por sobre a sua variedade, onde está aquilo que os organiza? O que há de comum a todos eles?

a) a ordenação a um mesmo objectivo

b) a ausência do laboratorial a das técnicas de inquérito

c) atitude naturalista: perceber o objecto no sistema onde é identificado e de que faz parte, recorrendo a posições perceptivas proximais

d) ponto de vista apreciativo: é um dos elementos-chave da atitude naturalista e define-se por oposição ao normativista ou ao correccional;

---

[18] A ligação entre etnografia e comportamento desviante é já antiga, se bem que a sua pertinência tenha sido nos últimos anos reiterada a propósito das drogas: "A preocupação com a 'underlife' da cidade, com o 'underdog' e com o 'desviante' tem-se mantido como uma preocupação característica da etnografia" (Atkinson, 1990). Se é verdade, como propõe Brown (citado por Atkinson, 1990), que existe uma relação directa entre os modos de representação textual e a 'distância' entre os investigadores e os seus sujeitos, a narrativa etnográfica corresponde ao modo que expressa a menor distância.

representa um compromisso com a natureza do fenómeno que se examina, adaptando o método à escuta do objecto em vez de submeter a realidade às necessidades dum método

e) carácter qualitativo, ditado não pela inscrição na querela quantitativo *versus* qualitativo, mas pela necessidade de captar aspectos não quantificáveis nem manipuláveis estatisticamente.

Passaremos em revista a partir de agora alguns procedimentos técnicos de colecta de dados, relevando-lhes esta ou aquela faceta, salientando-lhes uma ou outra virtualidade ou limitação a partir não só do recurso à literatura sobre metodologias mas também a partir da nossa experiência de trabalho com eles - é ela, afinal, que permite sentir-lhes as virtualidades e as limitações.

2.1. A OBSERVAÇÃO

A observação directa na unidade de estudo seleccionada constituiu-se como a estratégia que, no plano metodológico, se ordenou à ecologia do objecto droga. Foi também a estratégia central da pesquisa de terreno - central tanto quantitativamente (aquela que mais tempo exigiu e que mais dados forneceu) como qualitativamente (a que melhor e mais directamente permitiu uma percepção naturalista e proximal). Foi, ainda, central ao permitir identificar e ter acesso a outras fontes de informação - por ex. recrutar indivíduos para o estabelecimento de biografias.

Por observação directa entendemos, de acordo com Argilaga (1993), um "tipo de observação que se realiza *in situ* e *in vivo*, ou mediante um suporte químico - foto, cine - ou electrónico - audio, video - sem utilizar nenhum tipo

de instrumento intermédio (testes, questionários, etc.) para registar a conduta em situação natural do sujeito (simultânea ao acto de observação)".

Toda a observação directa, se "conduzida ao seu termo lógico, implica uma observação participante" (Copans, 1974). No entanto, o investigador, na observação directa, pode não recorrer deliberadamente à interacção. Observa o fluxo de acontecimentos da zona, mas mantém distanciamento. Faz parte da atitude naturalista que não recusa a solicitação a interacções espontâneas com os actores do *setting* , quando isso implicar uma distorção menor no curso dos acontecimentos do que a "neutralidade" do silêncio. Também aparece designada por vezes como observação não participante: "o observador não é percebido como tal pelo sujeito ou grupo observado. Portanto, é um tipo de observação não-reactiva, e o observador é independente quando realiza a observação sem se integrar dentro do processo" (Argilaga, 1993). Ao invés, exactamente, da observação participante. Antes de dedicarmos algum espaço a esta modalidade, referiremos duas outras que utilizámos diversas vezes:

- OBSERVAÇÃO OCASIONAL -

A *observação ocasional* utiliza acontecimentos ou situações fortuitas, de ocorrência inopinada. Estas situações, às vezes de curta duração, são completamente impossíveis de programar com antecipação, exigindo do investigador uma disponibilidade permanente; outras vezes acontecem sem que ele, nesse momento, "seja" investigador: p.e. quando se dirige para o restaurante apenas com a intenção de almoçar, ou quando toma um táxi apenas para chegar a casa e o condutor lhe começa a descrever "o drogado" que ainda agora transportou... Estas observações captam "estilhaços" do quotidiano, são frequentemente fragmentárias - mas revelam-se particularmente fecundas

quando postas em relação com outro material de terreno, como p.e. o fornecido pelas *observações sistemáticas.*

- OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA -

Neste caso, o investigador pode planear com antecedência o local em que decide observar, proceder, em dias amostrados, a uma amostragem horária, seleccionar comportamentos seus (por ex. não recorrerá à interacção verbal, manter-se-á anónimo e distanciado).

As observações directas podem ocorrer, em suma, com o observador em várias posições possíveis: desde aquela em que o seu estatuto é perfeitamente conhecido pelos observados até àquela em que estão desconhecedores da sua actividade (observação não obstrusiva); pode ocorrer com diferentes graus de "oportunidade": desde aquela que se planeia à ocasional; pode ser longa, durar horas, ou processar-se num breve encontro de acaso em dois minutos; pode ser generalista, chamemos-lhe, ou ser focalizada de acordo com interesses particulares do investigador. Assim, pode centrar-se em objectivos ambientais, que no limite até pode ocorrer na ausência de actores sociais (por exemplo, fixando seja com fotografia, seja com descrição verbal, os vários espaços da unidade de estudo; focar a atenção nas características destas, procurando relacioná-las significativamente com situações e comportamentos que aí ocorrem). De acordo com este objectivo criámos no nosso diário de campo um registo sistemático a que chamámos "observação ecológica" a que, demo-nos conta mais tarde, P. Atkinson (1990) chama "narrativa de campo de estilo topográfico", referindo-se aos registos sobre os espaços urbanos de E. Hughes. Com esta observação ecológica

procurámos dar conta duma exploração da unidade de estudo ao nível dos seus vários espaços. Focava a atenção nas suas características físico-ambientais (por exemplo, aspecto geral do bairro, malha urbana, tipo de prédios, distâncias e tipo de espaços comuns entre elas, tipo de habitação, ...) e socio-ambientais (por exemplo, tipo de ocupação do espaço de rua, tipos de interacções e actividades em função dos tipos de espaços públicos...). Enfim, procuravam relacionar-se as características ambientais com situações e comportamentos que aí ocorrem.[19]

- OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE -

É também um tipo de observação directa. Mas uma observação directa com características muito próprias. Começemos com três definições, uma vinda da psicologia, outra da sociologia e a última da antroplogia: "o observador partilha a actividade quotidiana do grupo a estudar, e esta integração reduz a reactividade mas pode supôr a perda de objectividade. O observador e o sujeito ou grupo observado formam um sistema interactivo cujo comportamento (e não só o dos observados) é aquilo que se descreve. Na observação participante não se considera a reactividade como enviezamento, mas sim que as condutas reactivas estão integradas no próprio sistema interactivo observador(es)-observado(s)" (Argilaga, 1993); J. Platt (1983), por sua vez, refere que "a concepção moderna da observação participante vê-a como um método não-quantitativo que reclama ter um acesso priviligiado aos significados ("meanings") através da partilha empática das experiências nos mundos que o investigador está a estudar; o facto da participação em tais mundos é visto como o ponto crucial que distingue este método dos outros".

---

[19] Este é o programa teórico da psicologia ambiental. Mas, como veremos à frente, noutra secção, os psicólogos ambientais recorrem com pouca frequência a métodos naturalistas para levar a cabo estes objectivos.

"A observação participante é o envolvimento directo que o investigador de campo tem com o grupo social que estuda dentro dos parâmetros das próprias normas do grupo" (Iturra, 1986).

Platt refere ainda que é actualmente vista como uma das técnicas *standard* da investigação; que os seus méritos geram controvérsia, mas que qualquer discussão sobre métodos a menciona; e que ela pertence a um conjunto de métodos cujo primeiro contraste é com o *survey* e de que são membros menos salientes a pesquisa de documentos (incluindo as histórias de vida) e a observação não-participante.[20]

Os autores que perspectivam este método na história das ciências sociais constatam que ele não designou sempre exactamente os mesmos procedimentos.[21] E não há amplo acordo sobre quais os estudos que inauguraram esta tradição em contexto urbano: uns situam-na em Nels Anderson (1923), outros situam-na no início dos anos 30 ainda na Escola de Chicago (Madge, citado por Pratt, 1983), outros em William White em 1943 (Bruyn, citado por Pratt, 1983). Só seria no entanto articulado e teorizado muito mais tarde e as formas diferentes com que foi praticado imputadas a práticas teóricas diferentes (Ackroyd e Hughes, citados por Pratt, 1983).

Sai fora dos nossos objectivos aprofundar esta discussão. Quisemos só salientar que a definição cabal dos procedimentos das técnicas de observação

---

[20] A oposição observação participante/"survey" actualizaria uma outra, que dominou até à 2ª Guerra Mundial, opunha o "case study" aos métodos estatísticos. A oposição qualitativo-quantitativo seria algo permanentemente instalado no debate das ciências humanas, mudando apenas as técnicas que se confrontam (Platt, 1983; Hammersley, 1989; Honwood e Pidgeon, 1992).

[21] Por exemplo a maior parte dos estudos sobre as comunidades urbanas feitos pelos etnógrafos de Chicago recorriam a outras pessoas que não o investigador para fazer observação participante, ou baseavam-se nos documentos dos trabalhadores sociais dando-lhes o estatuto de observadores participantes (o que é, no mínimo, discutível...), ou ainda tomavam o estabelecimento de histórias de vida por observação participante (Cf. Hannerz, 1980; Platt, 1983; Hammersley, 1989; Coulon, 1992). O autor mais frequentemente citado como um dos iniciadores da observação participante em contexto urbano, Nels Anderson, também da Escola de Chicago, diz que "nesse tempo (1923) nunca tinha ouvido falar do termo observação participante" (Anderson citado por Hammersley, 1989) e, noutro texto, diz que foi viver para o meio de indivíduos que estudou porque não tinha dinheiro para alugar quarto noutro lado! (Anderson, 1983).

participante não é tão unívoca como definir, por exemplo, o que é um inquérito por questionário; a própria história da técnica parece complicar-se quando ela é transposta dos "povos primitivos" dos pioneiros da etnologia e da antropologia cultural (Franz Boas, Malinowski...) para os contextos urbanos das cidades complexas.

Actualmente parece haver pelo menos três maneiras de conceber o envolvimento participante do investigador com a sua unidade de estudo (Adler, 1990):

- *papel periférico*: é o mais marginal e menos comprometido com o mundo que se estuda. Assume-se uma postura "por dentro" através duma interacção estreita, frequente e significativa com os membros do grupo em estudo. Mas não se assume posição de membro central e refreia-se a tendência a participar directamente em actividades que são fundamentais enquanto vinculadoras de pertença e identificação. É-se, no fundo, um membro (está-se "dentro"), mas um membro passivo.

- *papel activo*: assume-se uma posição mais central no contexto, tomando já parte nas actividades que referimos atrás.

- *papel completo*: em vez de se ser um mero participante, envolve-se no grupo inteiramente como "nativo". Tanto o pesquisador como os membros do grupo concebem-se entre eles como com igual estatuto, partilhando um conjunto comum de experiências, sentimentos e objectivos. Normalmente adopta-se um papel completamente explícito ("overt role").[22]

Acrescentemos que o papel periférico tem sido o tradicional nos estudos com observação participante e que o papel completo tem por vezes sido assumido por indivíduos que transformam a sua posição de membros do

---

[22] Dan Rose (1990) baseia neste tipo de envolvimento a sua proposta duma "etnografia radical", que "nos coloque tão próximos daqueles que estudamos que se corra o risco de se tornar nativo e não regressar". Curiosamente, ao longo do seu trabalho que culminou na monografia *Black American Street Life*, dirigida por E. Goffman, nunca revelou o seu papel de investigador enquanto foi mecânico de uma oficina de automóveis e deambulador pelos grupos da comunidade negra...

grupo na de investigadores. Aproveitam-se "oportunisticamente" da sua história pessoal e reconceptualizam o contexto do qual eram membros tornando-o uma unidade de estudo. Isto tem sido sobretudo comum, segundo Adler (1990), no estudo de "populações ocultas".[23]

Reflectindo sobre o tipo de papel que normalmente assumimos na nossa pesquisa, ele foi sobretudo o *periférico*. As fronteiras entre este e o activo são, no entanto, por vezes difíceis de definir - estar no terreno implica uma dinâmica que não se submete a posições inflexíveis e pré-defnidas.

É saliente a insistência dos vários autores que consultámos àcerca das características da observação participante: o acesso que permite aos pontos de vista dos actores envolvidos, o acesso a um conhecimento interno ("inside knowledge", por oposição ao "external knowledge" dominante nos estudos sociais). Isto significa que a técnica aposta no investigador enquanto actor social, pois é nesta qualidade, é através da interacção "que podemos aprender a subcultura da população que estamos a estudar (...) a atingir uma interpretação do mundo no mesmo sentido em que eles o fazem" (Atkinson & Hammersley, 1983). É por isso natural que seja a técnica eleita dos estudos de recorte etnográfico [24]: "se definimos a abordagem etnográfica em geral como uma actividade que consiste em partilhar durante um tempo uma parte da vida dos indivíduos sobre os quais se debruça a pesquisa, é necessário definir a observação participante como um dispositivo particular de pesquisa que toma lugar dentro desta perspectiva mais global" (Coulon, 1992).

---

23 De facto, o pioneiro Nels Anderson foi ele próprio, antes de chegar à Universidade de Chicago, um "hobo" (Anderson, 1983); e H. Becker era músico de jazz em clubes onde depois observou a "cultura da erva" (Becker, 1963). Mais recentemente, Patricia Adler (1990) aproveitou o acaso de ir residir para um prédio onde moravam os traficantes que passaram a ser seus amigos.

24 É igualmente natural que, pelas mesmas razões, os principais autores do interaccionismo simbólico tenham utilizado, desde W. White a H. Becker, desde Goffman a Matza, desde de Glaser e Strauss a P. Willis, e que seja ainda hoje a corrente teórica que normalmente enquadra os dados fornecidos pela observação participante.

F.P.C.E. BIBLIOTECA U.P.

Apresenta-se como uma técnica não selectiva (no sentido em que o são por exemplo a observação com grelha de unidades de comportamento, a observação de acontecimentos provocados experimentalmente ou o questionário), permitindo fixar inúmeros aspectos da realidade em estudo ; é holista, contextua os comportamentos, é intensiva e circunstanciada.

Tem como grandes dificuldades, para o observador com pouca prática, saber aquilo que deve reter quando ocorre muita coisa ao mesmo tempo (e nos contextos reais ocorre sempre...); Brewer e Hunter (1989) exprimem bem esta dificuldade: "o *fieldworker* percebe que os potenciais dados estão por todo o lado, mas que dados disponíveis para problemas específicos são mais raros"; de início é também complicado o facto de o registo ser posterior à observação (às vezes só se regista no dia seguinte).

Mas a principal dificuldade reside em saber até onde é que deve ir a participação do observador. Vive-se ao início um dilema que a seguinte situação hipotética ilustra bem: o etnólogo que penetra numa cultura em que um dos padrões colectivos de conduta é o banquete canibal deve comer com os outros? Acabou por se resolver: sentou-se à mesa mas ficava em jejum... Fazendo como este etnólogo, adoptámos a posição de não participar no comportamento específico do consumo de drogas - a nossa atenção dirigia-se ao contexto grupal, a nossa participação dizia respeito à aceitação natural, nossa mas também do grupo, do facto de estar ali.

Outra característica da técnica, que não nos atrevemos a decidir se é inconveniente ou vantagem, é a sua lentidão. É que ganhar o acesso a uma visão naturalista demora. Ilustramos isto com um excerto do nosso diário de terreno, escrito nove meses depois do início do trabalho de campo. Registámo-lo na parte do diário que dizia respeito aos comentários de índole metodológico:

> "Já se sabe: as observações participantes são lentas porque manda a sagacidade que confere a postura naturalista que se espere pelo momento. E o momento é quando o outro (o "investigado") olha para nós já sem olhar como olhava dantes. É preciso a lentidão de esperar que as primeiras vezes se diluam. E começa então um outro olhar do outro sobre nós. O olhar que confia, porque nos vê já perto das suas vidas e do seu mundo (Diário de terreno, 17 de Julho de 1993).

Contrariamente ao que acontecia na etnologia e na antropologia cultural clássicas, a observação participante é hoje (e desde a Escola de Chicago) aplicada no meio urbano a que o investigador também pertence; isto acarreta-lhe um carácter mais fragmentário: o próprio mundo urbano é fragmentário, a comunidade homogénea e bem delimitada que era objecto dos estudos clássicos não existe aqui - o que produziria uma "sensação de atomização" (Romani, 1982) no investigador, que tem origem no carácter inevitavelmente parcial das observações e contactos.

O inverso desta situação pode, porém, ocorrer. Brewer e Hunter chamam-lhe a "falácia do holismo", ou seja, a tendência de alguns observadores de terreno para perceber todos os aspectos duma situação social como convergentes. Temos visto noutros autores a expressão "romantismo": a excessiva identificação com o contexto ou os grupos em estudo pode gerar um tipo de visão "romântica" do estilo de vida que se está a estudar que, de facto, os actores envolvidos não possuem.

- REGISTO DAS OBSERVAÇÕES -

As observações não são efectuadas com a mediação de quaisquer grelhas de codificação de situações ou de comportamentos, de registos de frequências de unidades de comportamento, etc. O registo escrito recorre à linguagem corrente, fazendo-se um comentário extenso e o mais preciso possível de cada situação e comportamento que se descreve e definindo-se dum modo operacional os termos que deixem lugar a polissemias interpretativas.[25]

Se quisermos classificar este registo dentro do arsenal metodológico existente, podemos seguir a sugestão de Villaseñor e Argilaga (1993), que o consideram como uma das seis modalidades dentro dos sistemas verbais de codificação de dados (e estes são, por sua vez, um dos quatro tipos que consideram dentro dos sistemas de codificação). Sistemas verbais são "sistemas descritivos que podem fazer uso da linguagem escrita ou oral" e a sua unidade é a palavra; a relação entre as unidades é determinada pela sintaxe da linguagem. Com esta formulação complicada os autores estão a dizer que são sistemas que utilizam a linguagem corrente. Reconhecem-no, quando lhe chamam em alternativa registos narrativos, que definem assim: "sistemas abertos que não têm categorias pré-determinadas e que registam segmentos 'abertos' de eventos ou condutas em forma oral ou escrita". Acrescentam que, contrariamente ao que acontece nos sistemas de categorias, o observador é o instrumento primordial da observação, pelo que o procedimento "depende geralmente do sistema perceptivo do observador e da sua habilidade para captar em linguagem ordinária o que observa". É, ainda, um registo

---

25 Caberiam, aqui, as referências aos cuidados a ter decorrentes do efeito Rosenthal, da equação pessoal do observador, do efeito de halo, etc. Remetemos para as obras gerais de metodologia e de psicologia da percepção - deixaremos apenas dito que todos estes problemas dizem respeito à formação metodológica dum investigador e constituem preocupação permanente no controle observacional.

permanente do que se observa - no sentido em que não tenta filtrar de modo sistemático - aplicado a unidades macromoleculares (situações, acções, conduta, fenomenológicas e funcionais).

Quanto às notas de campo, uma das modalidades do sistema verbal de codificação de dados, "estão geralmente associadas à observação participante em antropologia e sociologia. (...) Têm sido utilizadas para estudar as formas de vida de uma cultura ou de um grupo social" (Villaseñor e Argilaga, 1993). Aquilo que se há-de observar e registar, acrescentam, depende da estrutura que guia a observação participante e do tipo de etnografia utilizada: compreensiva, centrada num tema, para testar hipóteses... Estes tipos de etnografia podem co-ocorrer.

O registo é feito o mais imediatamente possível a seguir à presença no terreno. Embora sem estandardização formal, é feito segundo critérios que se mantêm fixos para o conjunto das observações, de modo a torná-las comparáveis e categorizáveis. Transcreve-se não apenas o que se observa mas também, o mais fielmente possível, o que os actores sociais dizem, bem como aquilo que é referido pelos informantes privilegiados - obviamente, esta fidelidade implica o respeito pela sua linguagem. Enfim, enveredamos por um tipo de registo próprio da tradição etnográfica, no qual "o *fieldworker* tem de operar como um cronista do dia-a-dia (...). Todos os *fieldworkers* criam tais narrativas. (...) O primeiro estádio desta escrita descritiva, primeiro estádio desta representação textual, é a construção de notas de campo (*field notes*). O etnográfo regista as cenas e contextos que foram observados e em que esteve envolvido. (...) A condução dum projecto etnográfico resulta na acumulação, durante meses ou mesmo anos, de volumosas notas deste tipo (em conjunto com outros dados)" (Atkinson, 1990).

É este tipo de notas que constitui o conjunto de dados. Atkinson chama a atenção para o facto de "as notas de campo permanecerem como documentos

privados, (...) bases de dados que nunca são examinadas". É com elas que o investigador faz depois o jogo das inferências. O etnógrafo está permanentemente "envolvido num complexo conjunto de 'leituras' - de observações e inferências. Estas são transformadas na narrativa pessoal do etnógrafo, que constrói esta 'realidade' textual a partir das aparências (dos significantes) e dos testemunhos verbais" (Atkinson, 1990).

Uma fase seguinte do registo diz já não respeito aos dados primários. Nestes, como vimos, o etnógrafo estava envolvido na escrita daquilo que se passou. Uma transcrição que não deve ser interrompida por reflexões, ou pela intervenção da auto-consciência. Atkinson chama a esta fase o "writing down". Na fase seguinte, do "writing up", há "maior conotação com o lado construtivo da escrita". O autor acrescenta que, "como vimos, ambas as fases do trabalho envolvem a criação de materiais textuais; e em ambas se trata de construção textual". Trata os escritos "writing down" como dados brutos.[26]

Outra forma de registo que também utilizámos foi a fotografia. Fizeram-se registos dos bairros sociais em que decorreu a pesquisa de terreno, das zonas vizinhas, tentando captar as suas diferentes funções (residencial, industrial, agrícola, comercial...), do tipo de construção, do interior dos blocos e das torres dos bairros, dos seus diferentes espaços; captaram-se também os lugares onde mais vezes recolhemos dados (por exemplo o café mais frequentado do bairro onde fizemos mais observações, onde conhecemos vários consumidores e vendedores de drogas; e um espaço público, "o largo", onde se juntavam compradores de heroína e haxixe à espera da "distribuição");

---

[26] Só descobrimos estas sistematizações de Atkinson depois de já termos a nossa narrativa etnográfica pronta... Demo-nos conta de que tinhamos desenvolvido espontaneamente as fases do "writing down" e do "writing up". Na PARTE B, CAP. 2, secção 2, bem como no ANEXO II detalharemos a forma como organizámos os vários tipos de registos no nosso diário de campo. Inicialmente, ao ir para o terreno, guiámo-nos por alguns textos clássicos (especialmente White, 1955) e pela experiência transmitida em contactos pessoais por um etnógrafo urbano das drogas, O. Romani, que citamos em vários momentos deste texto. Para uma discussão aprofundada da construção textual da realidade remetemos para o autor que temos estado a citar: Atkinson, 1990.

captaram-se finalmente alguns actores sociais com quem mais convivemos nas observações participantes ou que, de algum modo, são amostrais dos tipos sociais da zona. Muitas destas fotos, para evitar a reactividade ao registo observacional, foram obtidas com o recurso a uma figura que trataremos na secção seguinte: o informante privilegiado. No ANEXO III, a que chamámos fotoleitura detalharemos a documentação fotográfica e faremos uma breve discussão sobre a sua utilização na etnografia.

2.2. O INFORMANTE PRIVILEGIADO

Esta figura aparece sempre referenciada tanto nas monografias da etnologia e da antropologia cultural clássica como nos estudos mais recentes de várias disciplinas sobre comunidades locais (mas do mesmo sistema cultural do investigador), sobre áreas urbanas específicas, etc.

Parece-nos, no entanto, que devem ser discernidas duas modalidades no que toca ao envolvimento de informantes privilegiados: a de informante privilegiado propriamente dita e a de intermediário. Nesta última ele serve como alguém que, por ser conhecido em redes sociais e em contextos de difícil acesso, permite, pela sua simples presença, a presença "natural" do investigador. Damos como exemplo simples dum contexto deste tipo, retirado do nosso próprio trabalho, as caves duma torre dum bairro social onde se "chutava" heroína, e cujo acesso estava estritamente controlado por vendedores de drogas duras colocados em grupo à entrada da torre.

O mesmo indivíduo pode, noutros momentos, ser informante privilegiado, tendo o papel de alguém que nos dá elementos circunstanciados sobre o que ocorre de acordo com a visão dos indivíduos implicados na acção. Ajuda-nos a reperspectivar o que vemos, ajuda-nos a abster dos nossos códigos

prévios de interpretação - por exemplo deixámos de ver "traficantes", víamos "o João (por hipótese) que anda a vender uns pacotes"; não víamos "concentração de drogados", víamos "o pessoal que está ali na esquina a dar uma fumaradas antes de ir ao tacho (jantar), para passar o tempo".[27]

Reflectindo sobre a nossa experiência de terreno, diremos que a simples presença do intermediário fornece, acima de tudo, um quadro referencial ao actor anónimo da unidade de estudo em que o investigador está - através dele, percebem-nos a nós; o informante privilegiado, ao invés, fornece-nos a nós um quadro referencial - através dele, percebemos o actor anónimo.[28]

O valor instrumental do intermediário reside na possibilidade de nos facilitar a mediação da nossa presença "nova" com os actores do local. Neste aspecto, tanto funciona como intermediário a senhora que nos aluga o quarto no bairro como um ex-*dealer* da zona que nos acompanha às esquinas de interacção das figuras das drogas. Sem esta mediação os actores não disporiam de nenhum elemento informativo que lhes permitisse interpretar a nossa presença ali, o que seria gerador de assinalável reactividade.[29]

Em suma, podemos dizer que o intermediário é importante na diminuição das resistências ao investigador. Walker e Lidz (1977) chamam-lhe, mesmo, o "assistente social": "Como *expert* prático no sistema em estudo, o observador indígena deve ser capaz de ensinar ao etnógrafo como participar efectivamente naquele sistema (mesmo que seja só como modelo)".

---

27 Percebemos depois que também existem os "traficantes", mas o rótulo reserva-se para indivíduos com uma relação mais profissional e mais estável com o negócio das drogas, que não se expõem habitualmente na rua e que são percepcionados como longínquos.

28 A informação que fornecem tornaria, de acordo com os etnometodologistas, "observáveis as estruturas sociais das actividades quotidianas" (Garfinkel, 1967); são, se adoptarmos este ponto de vista, sociólogos profanos: os sociólogos profissionais e os actores do senso comum constroem os seus mundo da mesma maneira.

29 A reactividade pode ser definida de modo estrito como "o processo pelo qual as variáveis de conduta adoptam valores devido a efeitos não desejados da intervenção do observador sobre o ambiente dos sujeitos" (Argilaga, 1993). No contexto duma observação participante deve entender-se, a nosso ver - já que a interacção observador-observado é assumida - como a perturbação das condições naturalistas em que a observação deve decorrer.

Estes autores consideram que a função de informante é só uma das quatro que o "observador indígena" pode assumir durante um trabalho etnográfico. Para além de informante, pode ser "facilitador" (temos vindo a chamar-lhe intermediário), "etnógrafo" e "validador". Mostram-se cépticos quanto à possibilidade de ser etnógrafo (salientam que E. Sutherland acreditava firmemente nesta possibilidade)[30]; pode ser "validador", quando o investigador submete os registos à sua revisão. Bourgois (1996) reitera este procedimento: não só se assegurou assim da validade do seus materiais de campo como eliminou, na monografia final, alguns pormenores a pedido dos *drug dealers* [31].

Walker e Lidz (1977) referem vários aspectos da utilidade metodológica dos "observadores indígenas" que nós confirmámos amplamente com a nossa própria experiência: "É agente de socialização (...) ensinando ao etnógrafo os 'dos and dont's' do sistema, estilos de vestir e linguagem e o conjunto dos actores principais"; "Uma extensão desta função de socialização é o uso de colaboradores nativos para estabelecer 'credibilidade'"; "eles (os "observadores indígenas") podem obter e gerir situações de entrevista que estariam fora do alcance mesmo do melhor etnógrafo".

A profundidade dos dados obtidos depende em certa medida da possibilidade de ter intermediários adequados - o que se revela um dos aspectos técnicos mais difíceis de preencher neste estilo de pesquisa. A economia da investigação é também beneficiada, pois tanto a "socialização" do observador como a condução do processo de observação são razoavelmente acelerados. A

---

[30] Só que, acrescentamos nós, Sutherland trabalhou com criminosos de "colarinho branco". Com *junkies* de rua torna-se difícil explicar o que é comportar-se como um etnógrafo...

[31] "Ooh, Felipe! You make us sound like such sensitive crack dealers." Eis o comentário de um *street dealer* de crack ao ler o que Bourgois escrevia sobre a East Harlem das drogas - o autor inicia a conclusão da sua monografia com esta frase. O. Lewis (que, nos anos 60, também investigou em East Harlem sobre a "cultura da pobreza") já chamava a atenção para a tendência a "adoçar" a vida real do grupo que estamos a estudar, fruto da empatia que vamos criando (curiosamente, Bourgois critica por sua vez a falta de perspectiva estrutural e hitórico-política da abordagem de O. Lewis...)

escolha da unidade de estudo deve ter em conta, entre outros critérios, a possibilidade de contar com intermediários.

2.3. DOCUMENTOS

A utilização de documentos de vários tipos como fonte de dados tem uma tradição longa nas ciências sociais. O uso inicial do termo "observação participante" fazia-se às vezes para designar a produção de documentos pelos participantes, isto é, pelos sujeitos a que hoje chamamos informantes (Atkinson e Hammersley, 1983; Platt, 1983).

Glaser e Strauss (1967), no seu influente estudo metodológico sobre a relação entre o uso de técnicas qualitativas e a construção de teoria, consideram que há duas espécies principais de dados qualitativos: de terreno (observação e entrevistas) e documentais. Estes compreendem os materiais que não são produzidos pelo investigador mas que se relacionam com os seus objectivos de pesquisa: "cartas, biografias, auto-biografias, memórias, discurso, novelas, e uma multitude de formas *non-fiction* (...), incluindo anedotas, fotografias e mapas da zona".

Sublinham que o uso de documentos pode ser uma fonte de dados primária, com o mesmo potencial para gerar teoria que têm entrevistas e observação. Referem-lhes, no entanto, outros tipos de usos que estão mais próximos do papel que lhes demos na nossa pesquisa:

a) "Especialmente nos primeiros tempos da investigação devem ser usados para ajudar o investigador a compreender a área real que se decidiu a estudar" (Glaser e Strauss, 1967). Mais do que como dado primário, são usados

como fontes informativas, que podem também ajudar a formular as primeiras hipóteses.

Exemplifiquemos com a nossa investigação: utilizámos uma monografia da Junta de Freguesia da zona onde pensamos delimitar a nossa unidade de estudo para legitimar a pertinência teórica da escolha (maior concentração de bairros sociais da cidade, pólo de crescimento demográfico acelerado, características de periferia urbana, referências a carências sociais e problemas de marginalidade e toxicodependência...); utilizámos um relatório do Comandante do Pelotão de Segurança da P.S.P. do Porto que nos confirmava o protagonismo dos bairros sociais no fenómeno droga (incluindo os bairros sociais da "nossa" zona) e que dava apoio empírico às nossas observações quanto ao tipo e à função dos actores sociais das drogas nestes contextos; utilizámos também dados do Instituto de Reinserção Social sobre a zona; considerámos também como material significativo alguns textos de ficção e de crónica que foram elaborados tendo como referente figuras e situações locais verídicas - alguns deles centrando-se no fenómeno droga na zona[32]; finalmente, fomos sempre recolhendo o discurso da imprensa, onde toda a área da nossa unidade de estudo só é convocada para se falar de bairros de habitação social, de concentração de marginais, de ocorrência de assaltos e de mercado das drogas.

b) "Estas fontes qualitativas são também usadas para análise descritiva, na tradição da ciência política e da história - mas tornou-se também uma orientação sociológica" (Glaser e Strauss, 1967). Neste sentido, recorremos por exemplo a levantamentos sócio-demográficos que a Junta de Freguesia da zona elaborou, utilizando-os como elementos descritivos que relacionados com outros dados, permitiram uma caracterização eco-social. Algumas descrições

---

[32] Dois desses documentos, em estilo de crónica social livre e ricos de informação em biografias desviantes e estilos de vida no interior duma cidade de *bas-fond*, foram produzidos por dois indivíduos que viriam a ser nossos informantes privilegiados.

feitas por técnicos sociais ou por planeadores urbanos que saíram na imprensa foram também utilizadas.

Se exceptuarmos a imprensa, o conjunto de fontes documentais sobre a zona não é abundante. E aquela que é produzida pelos indivíduos sobre os quais incide a pesquisa - essa então é rara. Hammersley e Atkinson (1983) já chamavam a atenção para o facto de haver culturas "cujas acções colectivas raramente dependem de produção, distribuição e preservação de documentos escritos. As culturas urbanas (*hobos*, prostitutas, consumidores de drogas...) são, nestes sentido, iletradas".

Em síntese, a recolha e análise de documentos permite legitimar escolhas, reforçar dados obtidos com outras fontes, abrir por vezes novas direcções, que se articularão no interior dos procedimento da etnografia.

2.4. ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE E HISTÓRIAS DE VIDA

- ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE -

Realizavam-se entrevistas com indivíduos que reunissem duas condições: serem importantes pela sua relação local com o uso de drogas e terem estabelecido connosco uma relação de confiança mínima que permitisse o carácter naturalista, digamos, da entrevista.[33] Eram entrevistas abertas, mas focalizadas no tema das drogas e da vida nos bairros.

---

[33] Exemplifiquemos com o "P.", um operário de 33 anos que na altura do nosso trabalho de terreno era um dos *dealers* mais activos dum dos bairros da zona, dizendo de si próprio que "fui eu que meti o haxixe aqui no bairro", e que acedeu a ser entrevistado depois de o conhecermos há mais de

Adoptámos uma "escuta activa e armada", como lhe chamou Pierre Bourdieu, e que definiu assim: "(a escuta) reclama uma postura na aparência contraditória: por um lado uma disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, uma submissão inteira à singularidade do seu caso particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adoptar a sua linguagem e a entrar nas suas vidas, nos seus sentimentos, nos seus pensamentos; por outro lado, uma interrogação metódica (...) e atenta aos efeitos da relação de inquérito" (Bourdieu, 1991).

Curuiosamente, realizaram-se mais entrevistas durante a fase exploratória do que durante a fase intensiva, pois nesta a observação e a recolha de depoimentos acabaram por ser centrais. Não procurámos um grande número de entrevistas, de acordo com algum critério de representatividade próprio do inquérito extensivo, procurámos sim a sua *significatividade*. Na próxima alínea discutiremos esta opção.

As entrevistas em profundidade podem evoluir naturalmente para histórias de vida. Foi o que aconteceu com algumas delas. Dedicaremos algum espaço a seguir à discussão das histórias de vida.

- HISTÓRIAS DE VIDA -

Instrumento antigo da antropologia e com posição destacada na Escola de Chicago, caiu durante longos anos em desuso. É precisamente a antropologia a primeira a dar-lhe um estatuto, na procura da compreensão do ponto de vista dos actores sociais e da ligação do indivíduo à sociedade e à cultura. A seguir à II Guerra Mundial quase deixa de ser utilizada, submergida pelos métodos que respondiam mais directamente a tratamentos formais,

6 meses. A entrevista decorreu no lugar onde habitualmente vendia, sentados num degrau com o gravador colocado no chão.

legitimadores da tendência objectivista que então atravessou as ciências humanas (Copans, 1974; Ferrarotti, 1981). É hoje outra vez utilizada, não raro como "um novo método" - quando, na realidade, enraiza longe o seu emprego. Para esta redescoberta Ferraroti aponta a busca de alternativas para a crise dos métodos quantitativos; Maffesoli diz que "o ressurgimento do método dito das histórias de vida pretende, quando não cai nos trilhos cientistas, responder ao sentimento de impotência formulado com graça por D. Bertaux: a verdade é que os sociólogos não sabem grande coisa das sociedades em que vivem" (Maffesoli, s.d.); ou, pior ainda, "falam dum mundo social que eles ignoram ao ponto de ignorar a sua própria ignorância" (Bourdieu, 1991, a propósito de certas "análises" produzidas sobre populações marginalizadas); ainda Ferrarotti (1981) acrescenta que "há hoje um pedido de consumir o acontecimento e a vida (...) uma fome de imagens e testemunhos" - a história de vida inscrever-se-ia na resposta a esta voragem consumista...; Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1983) dizem que se inscreve na recuperação do valor cultural da transmissão oral, em declínio nas sociedades industriais avançadas, e na recuperação do facto vivido e da quotidianeidade, da escuta do banal - a aproximação ao real concreto. Segundo os autores, elas são reveladoras duma tendência: "(...) a colecta de histórias de vida inscreve-se numa lógica insconsciente da memória colectiva e no quadro duma evolução profunda dos métodos e princípios da criação estética e científica. As histórias de vida querem fazer falar os 'povos do silêncio'". Ou, na expressão de P. Bourdieu (1991) a propósito deste método, trata-se de "dar a palavra (...) a pessoas que, normalmente, são faladas em vez de falarem". Poirier e col., consideram-nas ainda como "a matéria primeira duma ciência social transdisciplinar", analisando a convergência que realizam a história, a

antropologia, a sociologia, a psicologia e mesmo a literatura em torno da recolha directa de testemunhos vividos[34].

Em que consiste, afinal, a história de vida? Consiste no registo aprofundado da vida dum indivíduo, tal como é apresentada pelo próprio. Pede-se-lhe que se conte, que descreva a sua história pessoal.

A técnica pode variar dum modo significativo:

a) pode aproveitar como documento um registo autobiográfico - *biografias directas* -, elaborado pelo próprio sujeito, espontaneamente e sem a presença do investigador; pode basear-se exclusivamente nos dados produzidos na relação provocada entre o entrevistador e o biografado - *biografias indirectas*, habitualmente designadas simplesmente por histórias de vida;

b) Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1983) distinguem, na multiplicidade dos trabalhos que utilizam a perspectiva biográfica, os que se baseiam na unicidade do testemunho - *história de vida única*, com a singularidade irredutível do relator a revelar um certo vivido social - e os que se baseiam na acumulação de biografias múltiplas - *histórias de vida cruzadas* -, mais próximas do sociologismo do inquérito;

c) distinguem também as centradas sobre a pessoa - *psicobiografias*, nas quais a pessoa se conta no interior duma trama de acontecimentos - e as centradas sobre o acontecimento - *etnobiografias*, nas quais "a pessoa é considerada como o espelho do seu tempo e do seu meio";

---

34 Para a discussão teorico-epistemológica das histórias de vida e do seu significado cf. especialmente Ferrarotti (1981), que se preocupou em situar o lugar das histórias de vida na metodologia em geral, em destacar a sua singularidade e o seu valor heurístico e em justificá-las como método autónomo no centro duma concepção das ciências humanas que "ultrapassa o quadro logico-formal e o modelo mecanicista característico da epistemologia cientista estabelecida"; cf. também Poirier, Clapier - Valladon e Raybaut (1983), que, antes de fornecerem um verdadeiro manual completo desta técnica, fazem o seu enquadramento através da análise das condições socio-históricas do tempo presente e dos seus reflexos para o trabalho científico. Sempre gostaríamos de acrescentar que nos parece provável que a actual atracção que as histórias de vida estão a exercer sobre um número crescente de investigadores - afinal a "descoberta" é ressurreição - se ligue a uma vontade de formas de trabalho alternativas às duma racionalidade estritamente positivista das ciências sociais, o que viria apenas constituir mais um elemento no conjunto dos sinais que muitos críticos da ciência leêm como reveladores duma mutação em curso na racionalidade das ciências (cf., e para citar só autores portugueses, Agra, 1986a; Santos, 1987).

d) o tipo de relação biográfica, "essa relação específica que se institui entre locutor e questionador" (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1983), determina também a natureza da biografia obtida. A relação pode remeter-se a uma "anulação" voluntária do questionador ou ter nele, praticamente, um co-autor, pela forma activa como desempenha o seu papel, estruturando os momentos todos do encontro com o sujeito e dirigindo-lhe o seu processo de rememoração;

e) o papel que a história de vida desempenha no processo de investigação: tomada como *método*, ela é o objectivo central e o guia da investigação, assumindo autonomia e auto-suficiência na recolha de dados empíricos; tomada como *técnica* é frequentemente empregue como meio privilegiado de ilustração, a partir de indivíduos particulares, do conhecimento obtido com outras técnicas. O carácter pictórico, por vezes anedótico, do relato biográfico serve à vulgarização do dado psicológico, do mesmo modo que o relato em directo do paciente serve à vulgarização do dado clínico. Tanto uma posição como outra são, obviamente, formas radicais de encarar e utilizar as histórias de vida.

A riqueza e significatividade do material duma história de vida depende em larga medida da relação que for estabelecida entre o investigador e o biografado. A relação inicia-se no próprio modo como se identifica o sujeito: será diferente convidá-lo a contar-nos a sua vida depois de contactos prévios em contextos mais ou menos informais, como p.e. os efectuados durante uma pesquisa de terreno, ou quase coagi-lo aproveitando a sua presença numa instituição especializada (p.e. recorrer a um centro de droga para a biografia de toxicodependentes); tal como é diferente obter o seu contacto através dum intermediário que lhe ofereça confiança ou obtê-lo a partir da posição formal e distante de "psicólogo", ou "sociólogo", sem qualquer mediação. Depois,

estabelecido o acordo para as sessões, o estilo do investigador condiciona o relato do sujeito. Uma relação conduzida com a técnica da entrevista semi-directiva, livre, aberta, em profundidade, com lugar ao anedótico e à digressão, é a mais susceptível de suscitar no indivíduo uma expressão franca, que lhe facilita a rememoração de vivências significativas, de sentimentos, de interpretações de si e da realidade que vive, de atitudes. Este processo aberto de comunicação não deve, no entanto, perder de vista os objectivos a explorar - a existência prévia dum guião de entrevista interiorizado pelo entrevistador revela-se útil e é mesmo condição necessária quando se fazem histórias de vida cruzadas. O papel do entrevistador é o do incentivador do relato, o de coordenador e moderador. O facto de utilizar questões dum guião de entrevista é apenas um indutor de temas, "deixando toda a liberdade para lhes responder, para as iludir, para se alargar noutras, etc. Poderíamos dizer que os narradores possuem todas as respostas, mas que são incapazes de formular as questões" (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1983).

As sessões deverão ser gravadas, efectuando-se posteriormente o tratamento do material: transcrição para manuscrito respeitando a máxima fidelidade ao discurso, operações de manipulação da mensagem através da análise e categorização de temas gerais (primeiro nível de tratamento e utilização duma história de vida), ou da sua exploração analítica através de análise de conteúdo (segundo nível de tratamento)[35]. A opção por um destes níveis depende do valor que se confere ao material da história de vida no conjunto da investigação (se for apenas o valor de ilustração doutros materiais pode não ser muito económico utilizar o segundo nível), depende do carácter mais exploratório ou mais analítico do estudo (no primeiro caso pode bastar o

---

35 Não ignorámos uma limitação própria às transcrições: como registar os silêncios, os subentendidos, os lapsos, a entoação, a linguagem do corpo, os olhares, os gestos? Não ignorámos também que por mais fiéis que sejam, "não têm nada dum dado bruto. Todo o comportamento do investigador, a sua maneira de se apresentar e de apresentar o inquérito, as suas questões e os seus silêncios, os reforços e os encorajamentos que dá pelo gesto ou pela palavra, são indicações e intervenções que visam orientar o objectivo do inquérito e a estruturá-lo" (Bourdieu, 1991).

primeiro nível, no segundo caso utilizar-se-á o segundo). Este tratamento deve em todo o caso permitir no final "evidenciar indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (...) e permitir um jogo entre hipóteses e interpretações" (Bardin, 1979).

Descrevemos as principais técnicas que utilizámos ao longo da pesquisa etnográfica. Não procurámos ser exaustivos sobre cada uma delas, enumerar-lhes os prós e os contras, as vantagens e as desvantagens, o alcance e as limitações - nunca faríamos melhor do que um manual de metodologia, e não é um manual de metodologia o que aqui estamos a fazer. Tentámos, isso sim, situá-las na utilidade que têm quando articuladas numa mesma intenção de pesquisa e ordenadas à materialidade dum objecto. Falaremos ainda delas quando dermos conta dos resultados da investigação levada a cabo em territórios conotados com drogas. Aí, já informados daquilo que se disse até agora, daremos apenas notícia sucinta de como se registou a recolha empírica na nossa prática de terreno. Tratar-se-á, tão somente, de contar como se organizou e utilizou o diário de campo. Encerraremos a PARTE A da mesma maneira que começámos: com algumas considerações sobre o método.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO 2

Insistamos ainda no método. Tratou-se, logo de início, de o definir em abstracto - vimos como isso convocava o discurso epistemológico. Discutir as concepções metodológicas, fossem elas antagónicas, concorrentes ou complementares, conduzia à discussão sobre as racionalidades científicas de fundo que as sustentam. Tratou-se, a seguir, de estabelecer a opção por uma racionalidade, de descrever um método coerente com ela, de especificar as técnicas que o operacionalizam. Estávamos já num nível menos abstracto, pois pensávamos na necessidade de aceder a um objecto - algo que justificasse, afinal, o para quê do método.

Demo-nos conta também, neste trajecto, de que as sucessivas opções implicavam escolhas teóricas. Ou ao contrário: de que as escolhas teóricas implicam opções no método. Ou seja, de que avançar num implica ir aprofundando o outro. De qualquer modo, já que nos comprometemos com a tarefa de trazer à luz aquilo que, na maioria das vezes, fica no não-dito dos projectos científicos, teremos ainda de dizer algo sobre as aproximções sucessivas a áreas e a temas teóricos. "Escolher um método é escolher uma teoria. Nenhuma metodologia se justifica por ela mesma, é necessário, para lhe compreender a escolha e o uso, aproximá-la da teoria com a qual é compatível (...)" (Coulon, 1992).

1. PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

A primeira aproximação faz-se ao legado da Escola de Chicago e à sociologia da desviância. É clássico identificar-se esta escola como a iniciadora, a partir dos anos 20, das investigações naturalistas aplicadas aos comportamentos desviantes, bem como à concepção da cidade como lugar com uma ecologia própria. Dissolve-se enquanto escola homogénea durante os anos 30, mas deixa uma tradição na investigação social que se prolonga até aos nossos dias. Filiam-se nesta tradição a etnografia urbana, o uso de informantes e da observação participante e a utilização de documentos muito variados (incluindo, o que é pouco referido, os de carácter quantitativo). Todas as investigações de perfil naturalista levadas a cabo sobre áreas problemáticas e comportamentos desviantes em contexto urbano se lhe referem; e alguns dos ensaios metodológicos que, recentemente, procuravam fundamentar e sistematizar os métodos qualitativos de terreno, também (Cf. por ex. Glaser e Strauss, 1967; Blumer, 1967; Weppner, 1977; Hammersley e Atkinson, 1983; Platt, 1983; Hammersley, 1989; Denzin, 1989; Adler, 1990; Atkinson, 1990; Dan Rose, 1990).

Este alargamento das técnicas de recolha empírica é enquadrado, simultaneamente, por uma renovação conceptual, que propõe alguns dos conceitos que vão reaparecer periodicamente, como temas persistentes, na sociologia da desviância e nos estudos de ecologia social. Sairia fora dos nossos objectivos expôr aqui os pontos de vista e as genealogias teóricas, empíricas e mesmo disciplinares que potenciou ou originou. Trata-se dum tema vasto, que tem sido objecto de estudos aprofundados[36]. Sintetizaremos no quadro da

[36] Remetemos para U. Hannerz (1980) e para A. Coulon (1992) para a descrição minuciosa das investigações de campo e dos conceitos propostos pelos sociólogos de Chicago; para D. Matza (1969) e M. Hammersley (1989), que realizam estudos críticos e falam das ligações desta escola ao interaccionismo simbólico e aos modernos estudos sobre o comportamento desviante; para Cosnier (1987), para a sua influência nos estudos sobre interacção na vida quotidiana; para H. Farberman (1979), que a situa em relação à sociologia urbana; e para Brantingham e Brantingham (1981), que

página seguinte aquilo que identificámos como contribuições importantes da Escola de Chicago[37].

O peso duma tradição é, como sabemos, fonte de legitimação; o que nos legitimou esta aproximação à Escola de Chicago?

- a vocação interdisciplinar
- a vocação naturalista
- a pertinência do dado qualitativo
- o enquadramento eco-social dos comportamentos desviantes

Descobrimos também afinidade de interesses, que vimos bem traduzida em P. Atkinson (1990) ao descrever os sociólogos desta escola como pessoas ocupadas com "o *demi-monde* da vida de Chicago (...), a *underlife* na cidade, o *underdog* e o desviante". Trata-se de conceber a cidade como interrogação autónoma. Caracterizar este mosaico de espaços interdependentes corresponde a fazer a cartografia de novas formas de sociabilidade, pois a cidade gera modos interaccionais específicos. A "anti-sociabilidade", o indivíduo transgressor, os lugares de "má-fama", são formas existenciais e sistemas de normas em tensão com os sistemas dominantes. São talvez "mundos desviantes", como lhes chamava Nels Anderson (1983), são talvez zonas intersticiais, como lhes chamava Thrasher (Cf. Matza, 1969). Mas são, sobretudo, indivíduos e contextos "que têm de ser situados na sua luz própria, que é uma luz humana" (Matza, 1969), descrevendo com precisão "a anatomia social antes que possamos exactamente saber que fenómenos são os que vemos" (Becker, 1963). São, enfim, formas de sociabilidade com regras acessíveis à descrição empírica,

---

a situam em relação à criminologia. Remetemos ainda para Nels Anderson (1983), que num relato auto-biográfico descreve o ambiente intelectual do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago ao tempo de Thomas, Burgess e Park (seu orientador no hoje clássico "The Hobo").

[37] Os autores que citamos no quadro não figuram na bibliografia final; indicámos os títulos e as datas das obras para dar ideia dos temas e da sua cronologia.

QUADRO I - Descrição sinóptica da Escola de Chicago

OBJECTO	MÉTODO	CONCEITOS	ÁREAS DISCIPLINARES (originadas ou desenvolvidas)
- a cidade: interrogação espacial, interactiva, cultural (Park, Burgess, Wirth: The city, 1925; Wirth: Urbanism as a way of life, 1938)	-TÉCNICAS PRINCIPAIS histórias de vida; observação participante em meio urbano; utilização de documentos pessoais e de fontes documentais (estatísticas, censos...)	- desviância normativa - variação cultural, diversidade cultural - comunidade urbana, áreas naturais	- ecologia urbana - sociologia da desviância - criminologia ambiental - abordagens processuais microssociológicas e etnográficas
- os "mundos desviantes" (Anderson:The Hobo, 1923) - as "carreiras desviantes" (Sutherland: Professional thief, 1938) - as subculturas (Whyte:Street corner society, 1942)	- ESTILOS DE PESQUISA posições perceptivas proximais; estudos naturalistas; atitude apreciativa (por oposição à correccional - Matza, 1969); dar conta do ponto de vista dos actores envolvidos - inspiração nos métodos da antropologia, aplicando-os à exploração directa de tipos e de *settings* urbanos - multiplica os métodos de observação em ciências sociais	- nicho ecológico - território; zona intersticial - desorganização social - transmissão micro-cultural dos comportamentos desviantes - controle social informal	- *labeling theories* (no cruzamento entre Escola de Chicago e interaccionismo) - Intervenção comunitária (nocões de participação cidadã, auto-ajuda, cultura da pobreza)

com a sua lógica e o seu próprio ponto de vista, que podem ser captadas dentro da fidelidade ao princípio interaccionista. Eis-nos, já, na segunda aproximação.

2. SEGUNDA APROXIMAÇÃO

A segunda aproximação foi ao interaccionismo simbólico e à etnometodologia. Já nos referimos ao interaccionismo simbólico ao longo da exposição sobre as técnicas, nomeadamente quando falámos da observação participante e da captação do ponto de vista dos actores sociais. Tal como na alínea anterior, também não é nosso objectivo desenvolver os pontos de vista e as direcções investigativas desta corrente[38]. De qualquer modo, daremos uma definição breve do interaccionismo, para podermos tornar claro, afinal, aquilo de que nos aproximámos: Ridruejo Alonso (1982), no prólogo que escreve para a obra *Symbolic Interactionism Perspective and Methods*, de Herbert Blumer, o criador do termo interaccionismo simbólico, sintetiza-o em três premissas básicas: o ser humano orienta os seus actos em relação às coisas em função do que estas significam para ele; a fonte desse significado é um produto social, que emana das actividades dos indivíduos ao interactuar; a utilização do significado pelo agente produz-se através dum processo de interpretação própria, que supõe auto-interacção e manipulação de significados.

---

[38] Remetemos para H. Blumer (1969), criador do termo "interaccionismo simbólico" em 1937, para os fundamentos desta corrente; para Becker e McCall (1990), para a sua aplicação a várias áreas disciplinares; para Denzin (1989) para a descrição dos principais aspectos metodológicos; e para E. Goffman (1961), H. Becker (1963), S. Cohen (1972) e P. Willis (1983), que são estudos empíricos clássicos conduzidos de acordo com os princípios interaccionistas. Acrescentamos que H. Blumer (1967) refere que "entre os numerosos especialistas que utilizaram esta abordagem ou contribuiram para a sua consolidação intelectual figuram autores norteamericanos tão notáveis como George Herbert Mead, John Dewey, W. I. Thomas, Robert E. Park, William James, Ch. Cooley, Florian Znaniecki, J. Baldwin, Robert Redfield e Louis Wirth".

F.P.C.E. BIBLIOTECA U.P.

O comportamento é, pois, sentido - o acesso que podemos ter ao sentido só pode fazer-se através do discurso do actor sobre as suas acções, não está inscrito na acção em si mesma. Assim, consumir drogas, sendo aparentemente um comportamento observável e portanto descritível, é antes um *acto*: depende do sentido que faz para o sujeito (o modo como o inscreve na sua história e na sua cosmovisão), depende da forma como ele interacciona esse comportamento enquanto símbolo de alguma coisa em si e que a reacção dos outros lhe devolve também enquanto símbolo. O comportamento é, assim, um devir, aberto a diferentes possibilidades emergenciais de acordo com a própria reflexão que o actor produz enquanto se comporta - reflexão que depende da interacção de símbolos que ocorre incessantemente. Coulon (1992) enuncia assim o princípio fundamental do interaccionismo: "É necessário compreender o que fazem os indivíduos acedendo, do interior, ao seu mundo particular, e tratar-se-á pois de descrever os mundos particulares dos indivíduos dos quais queremos compreender e analisar as práticas sociais".

A etnometodologia defende, por seu lado, o princípio de que "somos todos sociólogos no estado prático. O real está já descrito pelas pessoas. A linguagem ordinária diz a realidade social, descreve-a e constitui-a ao mesmo tempo" (Coulon, 1987). Este princípio metodológico, embora algo radical, sublinha no entanto a importância que é dada ao actor social, a importância da fidelidade que a investigação deve guardar em relação à sua visão do mundo, à forma de o dizer e de se dizer a si próprio[39]. Contrariamente ao ponto de vista clássico nos estudos sociais, que utiliza a grelha conceptual e metodológica para produzir ordem num mundo social "aleatório", a etnometodologia concebe a vida social ordinária como um produto ordenado, cuja estrutura sai da acção dos actores concretos. "A organização da interacção quotidiana é devida às

---

[39] Para a descrição desta corrente remetemos para a sua obra fundadora (Garfinkel, 1967) e para um conciso texto de divulgação (Coulon, 1987). Recentemente o *Social Psychology Quarterly* (vol. 59, 1996) dedica uma parte da sua edição a Garfinkel. Chamamos a atenção, especialmente, para o artigo de D. Maynard e para um do próprio Garfinkel.

actividades e acções contigencialmente incorporadas dos participantes à medida que estas se manifestam como a concreta plenitude da experiência vivida" (Maynard, 1996). Garfinkel (1996) produz, a este respeito, uma curiosa reflexão: "Pensando melhor, ocorreu-me que deveria ter dito que a etnometodologia é, reespecificando o imortal Durkheim, a sociedade comum, fazendo-o evidentemente através do desenvolvimento de um esquema de pressupostos.".

Este ponto de vista parece não passar de uma aporia. Mas, se a tarefa do investigador é a de se debruçar sobre mundos desviantes (sejam "esquinas da droga" em bairros periféricos, para falarmos de nós), talvez a ideia mais comum a respeito deles não seja a de que são mundos comuns, e muito menos ordenados... e, no entanto, é isso que o nosso trabalho etnográfico encontrará (por ex.; ao descrever as práticas do *drug deal*, as interacções num território psicotrópico...), indo plenamente ao encontro de tal princípio etnometodológico.

Interaccionismo simbólico e etnometodologia têm concepções semelhantes sobre a natureza do mundo social (Hammersley, 1989): dão relevo ao carácter significante do comportamento humano e ao seu indeterminismo; as acções sociais ganham o seu significado a partir do contexto em que se situam, mas ao mesmo tempo definem esse contexto - Hammersley designa esta propriedade como *círculo hermenêutico*[40]; os actores partilham os métodos pelos quais produzem significados - é aqui que está o lado simbólico da interacção simbólica.

Acrescentaremos para terminar que o interaccionismo simbólico é uma corrente forjada através do trabalho de campo, cujas posições teóricas são fundamentadas na investigação etnográfica: "a interaccão simbólica é uma

---

[40] Denzin (1989) define-o como o facto de todos os actores estarem "prisioneiros" do círculo de interpretação ; "É impossível estar livre de interpretações, ou conduzir estudos puramente objectivos."

tradição de pesquisa empírica a par com uma posição teórica, e a sua força deriva em parte do enorme corpo de investigação que enquadra e dá sentido às suas posições abstractas" (Becker e McCall, 1990). Herbert Blumer (1969) define assim a sua orientação metodológica: "o interaccionismo simbólico é uma abordagem realista do estudo do comportamento e da vida de grupos humanos. O seu mundo empírico é o mundo natural dessa vida e comportamento. Remete para o próprio mundo os seus problemas, realiza os seus estudos no seu seio e extrai as interpretações com base nesses estudos naturalistas". Dá vários exemplos desta postura de exame directo do mundo social. Um deles refere-se, curiosamente, ao objecto que nos interessa: "Se o que se pretende estudar é o uso de drogas entre os adolescentes, recorrer-se-á à vida real deles para observar e analisar o uso que fazem delas (...)".

Maynard (1996), numa revisão ao trabalho dos principais etnometodólogos (inscreve o seu texto numa homenagem a Garfinkel), situa a etnometodologia na sociologia e na psicologia social (chama-lhe "*experience-based social psychology*") e cita Bourdieu, Habermans ou Giddens como "algumas das figuras proeminentes que lidam com a postura etnometodológica"[41]. Situaríamos também nós na charneira ente a psicologia social e a sociologia autores centrais para a nossa filiação teórica, como Herbert Blumer, Howard Becker e Erving Goffman. O que nos tranquiliza pelo menos um pouco àcerca dum dilema que vivemos durante a experiência etnográfica - o de estarmos a afastar-nos demasiado da psicologia...

---

[41] Por sua vez, situa esta tradição *"experience-based"* no funcionalismo estrutural de T. Parsons, na fenomenologia de Husserl e na filosofia da linguagem comum de Wittgenstein.

3. TERCEIRA APROXIMAÇÃO

Já referimos atrás, quando descrevemos os sucessivos planos de investigação que fomos reformulando, a vontade de aproximação à psicologia ambiental. Tratava-se de, no nomadismo interdisciplinar, não perder a referência da nossa disciplina de origem. Ao seguir o fio às abordagens ecológicas desde Chicago, demo-nos conta de que elas são introduzidas na psicologia, ainda dum modo pouco marcado, nos anos 60, começando a partir dos anos 70 a desenvolver-se e a reclamar identidade própria, sob a etiqueta da *psicologia ambiental*. No CAP. 1 da PARTE B dedicaremos espaço à análise da contribuição das perspectivas ecológicas. Por agora queríamos só salientar que a Escola de Chicago e a psicologia ambiental foram os referenciais com que procurávamos enquadrar teórica e metodologicamente a nossa vontade de abordar o ambiente dum modo naturalista[42].

Acontece que aquilo que encontrámos ao explorar a psicologia ambiental não foram indicações metodológicas precisas, mas uma dispersão de procedimentos. O que é, aliás, congruente com o seu "carácter pluriparadigmático, que conduz necessariamente a uma plurimetodologia" (Burillo e Aragonés, 1986). Este carácter advém-lhe, acrescentam os autores, do facto das relações homem-ambiente, objecto da psicologia ambiental, constituirem também os interesses de muitas disciplinas e mesmo doutras áreas da psicologia. E, dado que este objecto se desenvolveu primeiro na sociologia, na antropologia e na etologia, é natural que a psicologia ambiental reflicta nos seus modos de recolha empírica esta contingência histórica.

Em síntese, quando procurávamos fundar o método perto da região disciplinar da nossa própria formação académica, vimo-nos confrontados com

---

[42] Não partilhamos da concepção ingenuista que aconselha a ir para o terreno desarmado, como se existisse o estado de pura absorção empírica, ao estilo do marciano que chega e vê tudo a partir do zero. Ir para o terreno prepara-se longamente, prepara-se dentro duma tradição académica específica, e não corta radicalmente com a vida anterior do investigador.

a autoridade da afirmação seguinte duma das figuras cimeiras da psicologia ambiental: "encontramo-nos com uma variedade de técnicas de medida e de procedimentos de investigação susceptíveis de ser empregados, que já foram aplicadas em outras áreas das ciências do comportamento. Àparte dos problemas específicos a investigar, existem escassas diferenças no uso destas técnicas entre a psicologia geral e a psicologia ambiental" (Proshansky, citado por Burillo e Aragonés, 1986). Heimstra e McFarling (citados por Arias, 1986) são mais pessimistas e afirmam mesmo que "a psicologia ambiental não chegará num futuro próximo a um método específico". Para rematar este quadro, fiquemos com a constatação de Arias (1986): assinala uma única obra específica de método em psicologia ambiental, que "descreve unicamente planos de investigação usuais em psicologia". Enfim, coexistem nela as diferentes tradições, caracteriza-se por um pluralismo metodológico, o que pode, segundo os autores que temos estado a citar, ser reflexo da carência dum paradigma único e compreensivo da psicologia ambiental.

Do lado dos métodos não encontrámos, portanto, nada de importante Ensaiámos ainda uma técnica, descrita no ANEXO III, que utilizava fotos de ambientes urbanos como mediadores do contacto interpessoal nas entrevistas, mas nunca a utilizámos como procedimento nuclear. A revisão duma das principais publicações desta área, o *Journal of Environmental Psychology* (fundado em 1981), desde 1990 até agora, fundamentou-nos a convicção de que grande parte da investigação é de características experimentais ou recorre à uitlização de escalas, inventários, etc [43]. O método de observação directa é pouco utilizado, a observação directa em situações naturais é remetida para a antropologia cultural e a etnografia urbana - os lugares donde, afinal, já nós vínhamos, quando decidimos investigar em contexto urbano: "a observação em situações naturais permite muita liberdade ao investigador e

[43] Para uma proposta de classificação dos métodos utilizados na psicologia ambiental segundo os tipos de intercâmbio homem-ambiente cf. Stokols, *in* Arias (1986).

frequentemente é participante. É o método típico da antropologia social e da etnografia urbana. A sua meta não é testar hipóteses, mas descrever a conduta do grupo da melhor forma possível através de indicadores múltiplos: linguagem, costumes, valores, contactos sociais, incidentes críticos, movimentos, etc. Utilizou-se como método em numerosas áreas da psicologia ambiental, tais como espaço pessoal, análise de condutas ecologicamente relevantes, etc., se bem que a sua área tradicional de aplicação por excelência seja a denominada psicologia ecológica, cuja finalidade é a análise de comportamentos que ocorrem em diferentes lugares e situações" (Arias, 1986).

Esta autora, numa revisão ampla às investigações na psicologia ambiental, destaca-lhe cinco características unificadoras: (1) ecletismo; (2) análise da conduta em diferentes níveis; (3) interesse pelos processos subjacentes a um fenómeno; (4) utilização de estratégias diferentes para a análise dum mesmo fenómeno; (5) quando explica, fá-lo através de causalidade múltipla e circular, de acordo com a teoria geral dos sistemas. J. Morval (1981), por seu lado, fala numa "perspectiva metodológica ampla: pragmática, heterogénea, ecletismo metodológico, observação em meio natural" e num ponto de vista conceptual também amplo, interdisciplinar, aplicado a um "objecto de pesquisa constituido por grupos sociais reais no seu contexto habitual, (...) compreensão das unidades sociais tal como funcionam naturalmente".

Se bem que alguns destes princípios metodológicos estejam também presentes no nosso estilo de pesquisa, a aproximação à psicologia ambiental revelou-se sobretudo frutífera no aspecto conceptual, ao permitir enquadrar teoricamente dados empíricos (por exemplo, através de conceitos como território, de clima social, de significação ambiental; ou através de teorias que relacionam o tipo de espaço com a eficácia do controle social informal e a emergência de comportamentos desviantes).

Salientemos, no entanto, que tal como já acontecia com as técnicas de investigação em contexto natural também alguns dos conceitos que viemos encontrar na psicologia ambiental têm a sua genealogia em Chicago. Seja por ex. o de zona intersticial em Clifford Shaw, seja a da ligação entre *gang* delinquente e território urbano em Thrasher, seja a de controle social informal (Cf. Hannerz, 1980; Coulon, 1992). Parece-nos necessário problematizar a aparente novidade do discurso da psicologia ambiental, sem que isso sirva para negar aquilo que há de recente no estudo das relações entre o homem e o ambiente. No CAP. 1 da PARTE B referir-nos-emos em pormenor a estes conceitos e retomaremos aquilo que aqui fica só anunciado.

4. QUARTA APROXIMAÇÃO

A quarta aproximação faz-se ao conceito de actor social. Temos vindo desde início a utiliza-lo. Queremos com isso situar-nos numa concepção do sujeito específica, que procuraremos elucidar brevemente. Consideramos necessário fazê-lo neste momento porque tal concepção tem consequências metodológicas.

> "Sob o termo actor social são vinculadas as ideias de que o sujeito não é um ser passivo no qual o comportamento resultaria do jogo dos determinismos ou poderia explicar-se em termos de estímulo-reacção". (Debuyst, 1990).

Podemos fazer remontar o conceito a H. G. Mead e a A. Touraine. Citemos Touraine (1982):

> "O estudo da sociedade encontra-se constantemente dividido em dois: dum lado, a descrição das leis que regem a ordem metassocial, leis de evolução, princípios do direito, lógica interna da filosofia religiosa; do outro, apreensão do projecto dos actores fechados no mundo social, mas atraídos para o que o ultrapassa e lhe dá sentido. O estudo da sociedade só pode ser o de uma ordem; o estudo dos actores só pode ser o das suas crenças e dos seus projectos."

Blumer (1969), na sua análise ao pensamento de Mead, refere: "No seu esquema, Mead estima que a acção é uma conduta elaborada pelo actor e não uma resposta pré-figurada da sua organização pessoal". Em que difere esta concepção da acção humana das tradicionias que têm dominado na psicologia e na sociologia? Vejamos aquilo de que se afasta e aquilo que anuncia:

a) *aquilo de que se afasta*: da acção humana explicada através da causalidade elementar; do indivíduo como entidade agida por conjuntos de factores. Utilizemos as formulações de Christian Debuyst e de Herbert Blumer, respectivamente: "(a noção de actor social) constitui uma distanciação em relação às posições dos positivistas. Sublinhar esta afirmação não é outra coisa senão ter em conta o grau de complexificação que apareceu nas análises comportamentais feitas em psicologia e que dificilmente permaneceu numa explicação causal elementar" (Debuyst, 1990). "Este modo de considerar a acção humana é totalmente oposto ao que prevalece nas ciências social e psicológica. Ambas consideram tal acção como um produto de factores que influem no, e através do agente humano. Segundo as preferências do especialista, tais factores determinantes podem consistir em estímulos fisiológicos, impulsos orgânicos, necessidades, sentimentos, motivos conscientes ou inconscientes, sensações, atitudes, ideias, valores, normas, exigências do papel social,

requisitos do status, preceitos culturais, pressões institucionais ou do sistema social" (Blumer, 1969).

A acção seria, assim, um produto dos factores em função dos quais a investigação é planeada. "À luz desta fórmula, o indivíduo converte-se num simples meio para o funcionamento dos factores que produzem o comportamento" (Blumer, 1969).

b) *aquilo que anuncia*: anuncia o papel fundador da interacção e da interpretação, que dão a toda a troca social um carácter emergente. Utilizamos de novo as formulções de Ch. Debuyst e de H. Blumer: "trata-se (com a noção de actor social) de definir o sujeito como pólo interpretador e actuante a partir dum ponto de vista que tem a sua particularidade e que importa tomar em conta. (...) É no quadro social e no das inter-relações que o homem é chamado a ser actor (...)" (Debuyst, 1990). "Ao afirmar que se possui um *self* Mead quis dizer simplesmente que a pessoa é um objecto para si mesma. Pode perceber-se, ter conceitos, actuar e comunicar consigo mesma. Destes tipos de comportamentos resulta que o indivíduo pode converter-se no objecto da sua própria acção, o que lhe proporciona os meios para entabular uma interacção consigo mesmo interpelando-se, respondendo à interpelação e interpelando-se de novo" (Blumer, 1969).

Esta auto-interacção, utiliza-a para conformar e orientar a sua própria conduta. O que confere um carácter "radicalmente distinto" (Blumer, 1969) à acção humana é precisamente o carácter generativo da auto-interacção. É talvez importante salientar que, para Mead, o *self* era processo e não estrutura. Demarca-se assim da linha teórica que procura dotar as pessoas dum *self*, identificando-as com algum tipo de organização ou estrutura. O *self* constitui-se em permanência a partir do processo reflexivo - por outras palavras, tem a sua base na auto-interacção.

Atentemos, para finalizar, no papel do significado e da interpretação. Torna-se necessário problematizar o conceito de significado: Ele "não emana da estrutura intrínseca da coisa que o possui nem surge como consequência duma fusão de elementos psicológicos na pessoa, mas é fruto do processo de interacção entre os indivíduos. O significado que uma coisa encerra para uma pessoa é o resultado das distintas formas pelas quais as outras pessoas actuam relativamente a ela com respeito a essa coisa. Os actos dos outros produzem o efeito de definir a coisa para essa pessoa" (Blumer, 1969). Ou seja, falar do significado de alguma coisa só tem sentido por referência a um contexto. Parecendo isto elementar, encerra uma obrigatoriedade para o investigador: só pode compreeender o significado das interacções sociais se tiver maneira de as situar no contexto em que se co-produzem. Uma das maneiras de se situar é figurando como actor no mesmo contexto. O significado é um produto social e não uma imanência das coisas; o actor social é um produto e um produtor de significado - é actor justamente porque é personagem activo. A acção é uma conduta que requer ser elaborada pelo actor, e não resposta prefigurada; a interpretação é um "processo formativo no qual os significados são utilizados e revistos como instrumentos para a orientação e formação do acto, e não uma mera aplicação automática de significados estabelecidos" (Blumer, 1969).

As quatro aproximações que realizámos não foram simultâneas. São resultado dum processo de desenvolvimento pessoal ao longo da tarefa de recortar um objecto e de aceder a posições perceptivas que permitam descrevê-lo no seu próprio sistema natural. Vendo-as agora retrospectivamente não é difícil dar conta de que têm em comum a partilha de uma racionalidade fenomenológica das ciências sociais (na psicologia ambiental coexiste, no entanto, com outras racionalidades e aliás em posição minoritária, parece-nos). Se, na quarta aproximação, insistimos nos conceitos de actor social, de

significado e de interpretação, foi precisamente para chamar conceitos coerentes com esta racionalidade e para colocar o objecto das ciências sociais - o homem - numa relação particular com o investigador. Guy Berger (1992) define-a assim: "a tarefa do investigador, a tarefa de construção do saber, é precisamente ir buscar junto daqueles que sabem o discurso de que são portadores. (...) O papel das ciências sociais (...) seria, em última análise, o trabalhar o saber de que as pessoas são portadoras e não o de produzir saberes sobre as pessoas coisificadas que elas não seriam capazes de saber". Esta relação particular do objecto com o investigador é a oposta daquela em que este "é alguém capaz de saber o que os outros não sabem sobre a sua própria prática, produzindo um olhar exterior sobre comportamentos considerados como cegos e desprovidos de saber sobre eles próprios" (Berger, 1992).

Quando, atrás, descrevemos a componente do acto nos estudos exploratórios (Cf. figura 2.), orientávamos já a investigação por estes princípios. Parece-nos escusado determo-nos sobre as diferenças entre realizar entrevistas, recolher depoimentos, etc., colocando-nos numa ou noutra das duas posições que acabamos de descrever. Mesmo assim, gostaríamos de terminar toda esta primeira parte dedicada ao método com algumas reflexões a propósito dum suposto obstáculo epistemológico que costuma ser apontado aos dados empíricos obtidos tendo como base esta filosofia de pesquisa. Voltaremos, assim, ainda à questão das histórias de vida - por ser uma técnica que assenta na singularidade do indivíduo que se conta a si próprio e que tem como grande critério a significatividade, no lugar da representatividade própria do inquérito. Quando se escolhem os personagens adequados (em função das informações pretendidas e dos objectivos do estudo) e se verifica o estabelecimento duma "relação biográfica" que responda aos requisitos que acabamos de expôr, as histórias de vida revelam-se densas em informação -"e dum tipo de informação que, além disso, costuma ser difícil de obter de outra

maneira: carregado de vivências, percepções, sentimentos, valorizações" (Romani, 1983). Realizam, de algum modo, uma "introspecção do social" (Poirier, Clapier-Valladon, Raybaut, 1983); ou, nos termos de Ferrarotti (1981), representam "uma contracção do social no individual, do nomotético no idiográfico"; os sujeitos "não podem trazer o que têm de mais pessoal sem desenvolver no mesmo acto a verdade mais profunda duma posição social, que age neles e sobre eles (e que dá com frequência aos objectivos mais singulares na aparência um valor geral, enquanto enunciados de invariantes, verdades de toda uma categoria)" (Bourdieu, 1991).

Numa história de vida é a singularidade duma existência que vem ao de cima - "devemos tomar no centro mesmo do método biográfico os materiais primários e a sua subjectividade explosiva" (Ferrarotti, 1981). Obtém-se assim um documento que se constitui a partir, diríamos nós também, da subjectividade explosiva dos sujeitos, incorporando no método aquilo que até há pouco era visto como obstáculo epistemológico pela racionalidade dominante das ciências: a sua subjectividade. Objectivar a subjectividade, conferindo-lhe estatuto no documento em vez de a expulsar como resíduo, corresponde a restituir ao campo do conhecimento os sentidos que os actores atribuem à vida social e a reconhecer aos sujeitos aquilo que precisamente os institui como sujeitos psicológicos: a sua individualidade e a sua subjectividade. E há conhecimento científico, pode haver ciência a partir da subjectividade? Não nos alongaremos agora sobre esta questão, a que em parte já aludimos no capítulo anterior. Deixaremos em aberto, no entanto, duas vias possíveis de resposta - a primeira, de Franco Ferrarotti; e a segunda, de Cândido da Agra:

- o valor heurístico das histórias de vida está na sua função reveladora de todo um sistema social. Ler uma sociedade através duma biografia, eis a possibilidade. E como? Deve eliminar-se a distinção entre o geral (das

estruturas sociais) e o particular (da experiência dum indivíduo): "o indivíduo não é um epifenómeno do social" (Ferrarotti, 1981); é, sim, pólo activo, praxis sintética. Não reflecte o real - apropria-se dele, mediatiza-o, filtra-o, projecta-o noutra dimensão, precisamente a da subjectividade. "Cada história de vida conta uma prática humana (...). Uma vida é uma prática que se apropria das relações sociais (as estruturas sociais), as interioriza e as retransforma em estruturas psicológicas pela sua actividade de destruturação-reestruturação. (...). O nosso sistema social está todo inteiro na história da nossa vida individual". O sujeito individualiza a história social colectiva. É uma via não linear, adverte o autor. A relação que liga um acto a uma estrutura social está fora do determinismo mecanicista - "exige a invenção de métodos e chaves novos para se deixar percorrer".

A via apontada por Ferrarotti é, em suma, a duma interacção complexa do geral e do particular, da estrutura social e da estrutura psicológica, do universal e do individual; a existência irredutível do singular e do subjectivo não nega a visão do universal e da estrutura - pelo contrário, enquanto sua síntese activa, permite-lhes revelarem-se.

- em C. da Agra a questão deixa de ser a de poder haver ciência a partir da subjectividade ou apesar dela, mas a de se deve haver, e em que condições, uma ciência da subjectividade. C. da Agra toma a singularidade do indivíduo não como o obstáculo a contornar em direcção a um conhecimento geral do homem (ou a um conhecimento do homem geral), mas como objecto a reabilitar: a psicologia investigaria as formas de produção da individualidade e da subjectividade. Os indivíduos são fruto do jogo da determinação e da indeterminação, são fruto de causas externas que não controlam mas também da sua própria causalidade interna, sobre a qual podem tomar decisões, são à uma autor e produto da sua história - são singulares, irredutíveis à lógica causalista clássica e ao prognóstico fechado. Têm uma grande margem de

indeterminação, a novidade está inscrita no seu devir não como acidente mas como estrutura.

Assim sendo as histórias de vida - acrescentamos nós - aparecem como a estratégia que se empenha em captar a singularidade dum trajecto, a densidade duma história. A "subjectividade e a historicidade absoluta do material da história de vida" (Ferrarotti, 1981) poder-se-ia constituir, pensamos nós, numa matriz de análise das condições de produção da individualidade, e de exploração de lógicas explicativas que complexificam a causalidade clássica, abrindo-a à historicidade e à indeterminação (C. da Agra).

PARTE B

Apresentaremos a partir de agora uma síntese resultante da análise dos dados obtidos com o trabalho de campo etnográfico. Tratou-se de pôr em prática os procedimentos técnicos que descrevemos ao longo da PARTE A, efectuando uma recolha empírica que nos permita contribuir com elementos para uma psicossociologia dos usos de drogas em contexto urbano-industrial.

Situar-nos-emos a um nível eco-social, que é um dos níveis da pluridimensionalidade do fenómeno droga. A tomada de consciência da sua complexidade biopsicossocial deve afastar-nos de qualquer ilusão totalizante e remeter-nos para limites bem definidos[44]. Os resultados desta investigação devem portanto ser situados dentro destes limites, já assinalados no capítulo em que recortámos o objecto e definimos o método (Cf. PARTE A, CAP. 2, especialmente secção 2.3.).

Ao longo desta PARTE B justificaremos a escolha das unidades de estudo onde decorreram, respectivamente, o estudo exploratório e o estudo intensivo, daremos indicações sobre a organização das notas de terreno - a constituição dum diário de campo - e finalmente apresentaremos os resultados

---

[44] Esta investigação, idealmente, deveria poder ser lida como um dos níveis que integram o conjunto das pesquisas em curso no Centro de Ciências do Comportamento Desviante da F. P. C. E. - U.P.

da investigação. O capítulo de abertura, já a seguir, visa constituir um suporte teórico para os dados empíricos com que se construiram os capítulos 4 e 5, através da explicitação dos conceitos principais de que nos servimos.

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVA E DEFINIÇÕES

Este capítulo destina-se a fornecer uma base teórica para aqueles em que se descrevem os resultados da pesquisa etnográfica. Representa uma continuidade com o final da PARTE A, em que vínhamos explicitando os referenciais teóricos que nos guiaram (Cf. PARTE A, CAP. 4). Depois de fazermos, dum modo introdutório e breve, alguns comentários sobre o lugar da perspectiva ecológica nas ciências humanas, analisaremos os conceitos que se nos revelaram úteis na leitura dos dados empíricos.

Se, no final da PARTE A, dávamos conta das escolhas teóricas - exercício de tomada de consciência das opções de trabalho, labor de auto-vigilância epistemológica -, procuramos agora os conceitos que nos governaram. Já nos demarcámos, ao longo da PARTE A da crença que julga possível observar "em tábua rasa"; explicitemos, pois, as noções e conceitos de que nos servimos para dar sentido ao que víamos. Esta tarefa poupar-nos-á, adiante, nos capítulos 4 e 5, o sobrecarregar do texto com as tradicionais referências académicas de cada vez que se utiliza um dado conceito, podendo assim construi-lo dum modo corrido, como é próprio da tradição retórica da monografia.

Faremos, ainda, uma síntese dos temas que o objecto bairro social convoca. Há já uma considerável literatura sobre ele. Podemos nós destacar-

lhe algumas regularidades no modo como se lhe refere? Esta nossa preocupação liga-se, obviamente, ao tipo de unidade de estudo que seleccionámos: precisamente os bairros sociais duma zona do Porto.

1. A PERSPECTIVA ECOLÓGICA

"Tenho verificado no meu trabalho empírico a frequência com que os actores sociais do espaço que investigo (e onde me movo com eles) utilizam o espaço para se reconstituirem a si próprios no fio do tempo. Relembram com vivacidade a topografia da Pasteleira tal como era na infância deles (lugar de matas, com um ribeiro e o rio perto), relembram-se com carga afectiva saudosista. E definem-se grupalmente, na grupalidade adolescente que viveram, dum modo topográfico: "Vínhamos até ao caminho de terra aonde está agora a Diogo Botelho, que era a fronteira, apedrejar os gajos das Condominhas. Era Pasteleira contra Condominhas".

Os espaços topográficos definem espaços sociais. O espaço só existe como construção social, na medida em que é activado e apropriado pelos sujeitos. O espaço é um espaço de vida (Lewin), é uma matriz simbólica de identidade. É-se como se é porque se é de algum lugar. Na Pasteleira toda a gente é de algum lugar no lugar geral da Pasteleira: dos barracos, do Ouro (ligado à faina do rio), de Serralves (a zona que, sendo antiga, demonstra a ancestralidade do indivíduo ali...), do Aleixo (o estigma), do Pinheiro Torres...".

(Excerto das Notas de Terreno)

Este excerto do nosso diário de campo dá conta duma constatação que desde cedo fomos fazendo, ao longo do trabalho etnográfico: a da importância do espaço. Com efeito, ele aparece como dimensão importante nos indivíduos do nosso estudo; mas aparece como dimensão igualmente central para o próprio investigador - ou não é a opção pelos métodos naturalistas o reconhecimento da inseparabilidade de ambos?

Inscrevemo-nos, assim, na vontade que, pelo menos desde Kurt Lewin - e para nos remetermos só ao campo da psicologia - a comunidade científica tem de relevar a dimensão ambiental, tornando-a indesligável do estudo da conduta individual. As ciências humanas, no seu labor, instauram novos objectos; no regime de comunicação enciclopédica das ciências actuais (Agra, 1986), mais do que originarem, desse modo, novas disciplinas (o que seria próprio da bio-lógica do reino da vida das ciências - citamos ainda Agra, 1986), inauguram áreas de convergência temática entre elas. Outro modo deste regime enciclopédico se manifestar é o aparecimento, no interior de cada disciplina, da mesma área de estudos. Exemplifique-se com o ambiental: uma psicologia ambiental, uma sociologia ambiental e uma antropologia ecológica diferenciam-se mais ou menos ao mesmo tempo, ao longo dos anos 70. Se fizermos o exercício de percorrer manuais e artigos científicos dessas sub-disciplinas encontraremos, mais ou menos indistintamente em qualquer delas, toda uma linguagem que coloca o espaço como referente central do discurso. O espaço:

- *passa a enunciar-se no plural*: aquilo que poderia parecer uma categoria unívoca problematiza-se, multiplicando-lhe os sentidos. Assim, aparece um espaço físico, mas também um social; um pessoal, mas também um transaccional; o espaço invade-se, mas também se defende das intromissões (*defensible space*); há o espaço habitado, mas também o oco; o

denso e o vazio (*vacant space*); há o espaço público, mas também o privado (e o semi-público e o semi-privado); o espaço vivido, mas também o imaginário; o dominante, mas também o intersticial; e há o comunicacional, o apreendido, o simbólico, o vital; há o espaço que gera poder e o que gera desviância; aquele que normaliza e aquele que marginaliza - o espaço marginal; aquele que potencia controle social informal e o que potencia associação diferencial de grupos desviantes;

- *série de conceitos conexos do de espaço*: ambiente; meio; ecológico (matriz ecológica, ecossistema, habitat, etc.); contexto; cenário; *setting*; *behavioral setting*; território; meio ambiente construído (os estudos de Meio Ambiente Construído);

- *objectos de estudo que relevam do espaço*: a cidade, o urbanismo (como resultado social da estrutura urbana); a comunidade; o bairro (o bairro social, o ghetto, etc.); a zona; o quarteirão (o *street block*, variante americana); a esquina (o *street corner*, idem); o alojamento (o prédio em altura, a moradia unifamiliar; a satisfação residencial ligada a cada tipo de alojamento...); o urbanita (o indivíduo, sob esta designação, passa a ser concebido indesligavelmente da sua condição de ser, digamos, espacial).

"É necessário fazer uma crítica à desqualificação do espaço que tem reinado há já várias gerações. Será que isto começou com Bergson, ou terá começado antes? O espaço era aquilo que estava morto, fixo e não dialéctico, imóvel. Ao contrário, o tempo era rico, fecundo, vivo e dialéctico" (Foucault, citado por Alvarenga e Maltcheff, 1980). Esta constatação genérica do historiador pode ser facilmente subscrita no interior do campo da psicologia. Bronfenbrenner precisamente um dos autores que primeiro privilegiaram o espaço na investigação psicológica, recorre à fórmula lewiniana B= f (P, E) para lançar uma crítica aos estudos que a psicologia leva a cabo: "Hipertrofiaram o

conhecimento da variável P e quase nada se ocupam da variável E: o tamanho da família, a variação na classe social ou o *background* étnico. Mas, mesmo aqui, os estudos não se centram sobre os *settings*, mas sobre as pessoas. Como diferem as pessoas dum contexto das doutro? E, mais ironicamente, estes estudos fazem-se removendo os sujeitos do *setting* que está a ser estudado e colocando-os num laboratório! " (Bronfenbrenner, 1979).

Wicker (1979), por sua vez, apoia-se nos argumentos de Barker e Wright, considerados habitualmente os fundadores da psicologia ecológica, para produzir uma crítica semelhante à de Bronfenbrenner: " A maioria do conhecimento psicológico acerca do comportamento humano derivou das reacções das pessoas a certas condições experimentais produzidas em laboratório ou das suas respostas a testes psicológicos. Quase nada é sabido acerca dos *inputs* que as pessoas recebem do seu ambiente diário ou acerca de como estas reagem a diferentes situações que vão encontrando. Por outras palavras, os métodos existentes mostravam somente como é que a pessoa se *poderia* comportar sob determinadas condições; os métodos não revelavam como é que a pessoa *realmente se comporta* quando livre de constrangimentos (como questionários) que lhes são impostos pelos investigadores" (Wicker, 1979).

Seria necessário remontar aos anos 40 e a Kurt Lewin para dar conta do aparecimento do espaço como objecto de estudo relevante e do termo "ecológico" na psicologia - a "ecologia psicológica", que Lewin faz aparecer no cap. 8 do seu "Teoria do Campo nas Ciências Sociais" (Aznar, 1989). Poderia argumentar-se que as noções de meio e de ambiente sempre estiveram presentes na psicologia. Um dos debates dos fundadores é a questão hereditariedade/meio, que surge, desde 1860, com os trabalhos de Francis Galton e cujo objectivo era o de contabilizar a proporção de cada um deles na produção da esfera psicológica. Na escola behaviorista, tanto na primeira vaga

watsoniana como na elaborada tecnologia do comportamento de Skinner, o ambiente aparecia também como uma instância central: descrever estímulos, cadeias E-R, ou identificar e depois manipular contingências de reforço, eis a tarefa proposta pelo behaviorismo. Uma concepção restricta, atomista e artificial de ambiente que, no limite, propunha a criação de ambientes artificiais - proposta duma "tecnologia do comportamento" (Skinner, 1971, 1982)

Os autores habitualmente considerados como tendo estabelecido as bases da perspectiva ecológica em psicologia referem invariavelmente Lewin: Roger Barker filia nele a preocupação da psicologia ecológica tanto com o molecular como com o molar, com o ambiente psicológico ("psychological environment") e com o ambiente ecológico ("ecological environment"); e identifica o ambiente psicológico à noção lewiniana de espaço de vida ("life-space"), definindo-o como "o mundo como uma dada pessoa o percebe e, por outro lado, como é afectada por ele" (Barker, 1968); também Wicker (1979) e Bronfenbrenner (1979) relevam a sua importância. Este refere-se-lhe como "o gigante Lewin" (categoria em que inclui *ex-aquo* Piaget, Freud, G.H. Mead e Otto Rank...) e diz que "especialmente no seu aspecto formal, a concepção do ambiente como um conjunto de regiões em que cada uma contém a seguinte, inscreve-se nas teorias de Kurt Lewin. Este trabalho pode ser visto como uma tentativa para fornecer evidência psicológica e sociológica para a brilhante concepção lewiniana dos territórios topológicos" (Bronfenbrenner, 1979)

Não nos debruçaremos sobre o momento da emergência da perspectiva ecológica, nem é nosso objectivo aqui proceder a uma síntese nalgum dos campos em que ela é utilizada. Remetemos, e para citar apenas autores portugueses, para Bairrão (1995), para Soczka (1993) ou para Machado (1993), que reflectem sobre o seu estabelecimento, respectivamente, na psicologia da educação, na psicologia social e na sociologia. Procuraremos, antes, dar conta

do significado da "descoberta" de que os comportamentos, afinal, ocorrem num espaço e que espaço e comportamento são interdependentes.

A noção de *espaço* tem sido utilizada por disciplinas diversas e em acepções diversas. Fisher (1994) procede à sua revisão na biologia e na etologia, na geografia e na psicologia social. Os biólogos tratam a noção de meio ambiente e "propõem uma concepção de espaço como 'mundo à nossa volta' e 'ambiente' das nossas condutas. (...) O espaço é então definido na sua materialidade física e biológica, baseado numa visão determinista do meio e do comportamento. O denominador comum destas concepções é que o espaço se considera como uma entidade exterior ao indivíduo: é o 'fora' por oposição ao 'dentro'; um 'dentro' que seria o objecto verdadeiro da psicologia". Quanto à geografia, o espaço é tido em conta como um quadro físico, "uma extensão sem limite e sem qualidade própria" (Littré, citado por Fisher, 1994).

Em síntese, e ainda de acordo com o mesmo autor, o espaço tem sido tradicionalmente abordado através de análises macro. Urbanistas, geógrafos e sociólogos exemplificam-no: olham o espaço ao nível duma sociedade global; procuram esclarecer organizações gerais dos territórios humanos, dos ordenamentos populacionais no espaço; estudam a organização geral das concentrações urbanas, "que constituem pólos à volta dos quais se propaga toda uma sociedade urbanizada. Estes fenómenos formam um tipo de matriz que abraça o espaço social de forma global" (Fisher, 1994). Para uma análise do conceito de espaço e de espaço social, na sociologia, remetemos para Alvarenga e Maltcheff (1980); os autores revêm a noção de espaço nos pioneiros da sociologia, situando por exemplo em Durkheim a noção implícita de espaço social e concluindo que o utilizam mais como metáfora para explicitar os seus conceitos do que como categoria de análise; referem-se depois a concepções macro: espaço económico, espaço na geografia, espaço de poder (em M. Foucault); finalmente, debruçam-se sobre o verdadeiro corte operado nos anos

60 com trabalhos como os de Lebrut, Lefebvre ou Remy, em que o espaço entra para a sociologia como categoria central de análise.

Em síntese, o que parece revelar a insistência no *ecológico*? O espaço, o ambiente, o ecossistema, o contexto, o território...: toda a linguagem desenvolvida tendo estes conceitos como centro parece revelar preocupações comuns e simultâneas na comunidade científica que se ocupa dos comportamentos humanos. Traduziria, por um lado, uma vontade de reorganização do saber e, por outro lado, a emergência de um novo objecto de problematização social:

a) *vontade de reorganização do saber:* no interior do debate científico o ecológico tem tendência a aparecer como nova visão do mundo, como nova perspectiva, como paradigma - e, portanto, como *corte* em relação à ciência que o precede. Este corte seria - não muito em consonância com o que as análises sobre a história das ciências nos têm ensinado...- auto-consciente e traduzir-se-ia num comportamento de *oposição*. Oposição aos modelos psicológicos tradicionais, que estariam em crise de valor heurístico, desprovidos de validade ecológica e assentariam em concepções que não tomam em linha de conta os contextos, a mudança e o devir; oposição, em curtas palavras, "à vertente predominantemente teórica e laboratorial com que a psicologia tradicional se revestia" (Bairrão, 1995).[45]

A insistência no ecológico revelaria, pois, a crise das ciências. Há sinais claros desta crise no comportamento da comunidade científica: mal-estar,

---

[45] As práticas que procuram intervir no comunitário - desde a psiquiatria social à psicologia comunitária - são um bom analisador da falência dos modelos tradicionais e da vontade de reorganizar a intervenção clássica. São, ao nível das práticas, o equivalente daquilo que estamos a analisar no plano dos modelos teóricos. Fizemos já, noutro lugar, um exercício crítico - interpretativo sobre os possíveis significados da insistência no comunitário (cf. Agra e Fernandes, 1991).

oposição e auto-interrogação (cf. Kuhn, 1970, para o inventário dos comportamentos próprios das épocas de crise nas comunidades científicas). Da oposição, já fomos falando; do mal-estar, ele é "progressivo nas investigações e nas práticas" (Bairrão, 1995) e relaciona-se com a inoperância dos modelos teóricos face aos problemas práticos e com a falta de coincidência entre a esfera psicológica e comportamental saída do laboratório, dos testes e questionários e a esfera psicológica e comportamental saída da contextualização e da leitura ecológica; sobre a auto-interrogação, comportamento típico das fases em que as práticas científicas instaladas exibem debilidade, resumi-la-emos recorrendo ainda a uma frase de Bairrão (1995): "Uma auto-interrogação acerca dos seus fundamentos psicológicos no que respeita às suas unidades de análise e à forma como os processos temporais e de mudança são encarados". Poderíamos estender com facilidade esta auto-interrogação à discussão sobre os métodos - mas disso já nos ocupámos na PARTE A.

Sabemos, também, da história epistemológica das ciências, que um dos signos de mudança paradigmática é o da total redefinição dos conceitos-chave. Podem não ser necessariamente substituídos; mas, sob a mesma palavra alberga-se uma outra coisa - ou pelo menos uma coisa muito mais complexa [46] Eis o que acontece às noções de meio, de contexto e equivalentes: referem-se agora, já não ao conceito exteriorista que vimos há pouco no behaviorismo (meio e indivíduo são entidades separadas, resolúveis em séries V.I - V.D.) mas, ao *ecossistema*, transportado da biologia para as ciências humanas. Seguir o rasto às implicações que esta abertura nocional (tomamos o termo de Bachelard, 1984) tem sobre a forma de conceber o indivíduo, a interacção social, etc., seria só por si uma tese.

---

[46] Bastaria aqui lembrar as "aberturas nocionais" de Bachelard (1984), que exemplifica com o conceito de massa, desde o nível animista ao racional (massa newtoniana) e ao ultra-racional (a massa negativa da física teórica); ou com o conceito de energia historiado por Kuhn (1979). Desde a "Física electricista" do séc. XVIII à energia na teoria da relatividade.

b) *novo objecto de problematização social:* a perspectiva ecológica constitui-se como tema de importância crescente na sociedade em geral, particularmente desde os anos 60 - o ambiente torna-se tema de problematização social.

Poderíamos salientar vários indicadores da centralidade que o tema tem vindo a adquirir: ele faz parte dos elementos constituintes das primeiras subculturas juvenis nos anos 60 (o hippie é, em certa medida uma metáfora existencial da crítica do urbano); ganha importância como argumento socio-político (movimentos ecologistas dos anos 70) e entra depois para o cenário político-partidário (os "verdes" chegam a vários parlamentos); detectado pelos publicitários como nova preocupação social, passa a constituir elemento de *marketing* na promoção de produtos (as populações, consciencializadas ecológicamente consumiriam de preferência "produtos verdes"...). Todos estes factos remetem para um mesmo movimento próprio às sociedades urbanizadas ocidentais: a crítica do crescimento urbano, dos modelos economicistas do desenvolvimento da urbe, a apologia da fuga à cidade, a degradação dos recursos e da qualidade de vida. Há, enfim, o crescente reconhecimento da função do ambiente não como mero recurso (visão utilitarista que guiou o "progresso" desde a revolução industrial), mas como matriz fundamental no bem -estar do indivíduo.

As disciplinas que tomam o ambiente como enigma nas suas actividades de ciência normal (tomemos a linguagem de Thomas Kuhn) participam, pois, desta dinâmica sócio-cultural. "A corrente popularidade das abordagens contextuais na psicologia aparece enraizada tanto no desenvolvimento social como intelectual. (...) A um nível mais académico, a crescente tónica na teorização contextual e na investigação em psicologia pode ser vista como parte duma triagem conceptual dentro das ciências do

comportamento, longe das explicações exclusivamente intrapessoais do comportamento e em direcção àquelas que têm em conta não só o ambiente social imediato, mas também o cultural, histórico e geográfico" (Stokols, 1987).[47]

O ambiente, tornado primeiro objecto de problematização social, chega ao discurso científico redefinindo-lhe o ponto central de aplicação: já não o indivíduo (individualidade biológica, psicológica ou social), mas as múltiplas relações deste com os sistemas em que se desenvolve. O que as psicologias ambiental e ecológica revelam é o esforço de codificação científica da natureza incontornavelmente contextual e transaccional da conduta humana, correlativa duma percepção social crescente do papel jogado pelos ecossistemas; o que a ecologia social e a psicologia comunitária revelam é, por sua vez, a vontade de intervir sobre os diferentes subsistemas que contextuam o indivíduo. Retomamos aqui a análise crítica que fizemos noutro texto, em que a psicologia comunitária nos servia de analisador das deslocações nas estratégias de saber-poder nas ciências do comportamento: "Falámos duma operação em curso em que a estratégia anterior era a psicologia clínica e o indivíduo e, a actual, a psicologia comunitária e o tecido social. A psicologia clínica desenvolveu estratégias que, tomando o termo de Foucault, chamaríamos de *ortopedia do crescimento:* tal como outras disciplinas ocupadas da mais-valia da vida, inscreveu-se numa estratégia de gestão do tecido social a partir do indivíduo. Um bio-poder que invadiu o Ocidente num macro-estratégia de desenvolvimento desde o corpo (a anátomo-política do corpo traduzida ao nível do saber nas disciplinas da medicina e biologia) ao espírito (a medicina mental, a psicopatologia, a psicologia clínica) e ao corpo

---

[47] Historicamente, os estudos de ecologia social da Escola de Chicago foram já o resultado das solicitações feitas pelas instâncias de gestão da cidade de Chicago, preocupadas com o agravamento das condições da vida urbana (cf. Coulon, 1992; Hannerz, 1986; Anderson, 1983).

social (a bio-política das populações). A consulta psicológica parece ainda inscrever-se no prolongamento desta estratégia do fazer crescer, voltando-se para a potenciação das capacidades do indivíduo, para a promoção do desenvolvimento - descobriu que se pode desenvolver aquilo que já é desenvolvido, levando à fruição e a novos limites de si.

A psicologia comunitária aparece como o reajustamento destas estratégias de bio-poder, como a sua racionalização/optimização na vontade de recobrar a eficácia que estas haviam perdido num mundo que não é mais de indivíduos mas de sistemas..." (Agra & Fernandes, 1991).

Enfim, o contextual e o ambiente tornados preocupação social reclamam um realinhamento tanto nas estratégias teóricas como nas práticas - eis o que revela a emergência do "paradigma ecológico", materialize-se ele na psicologia ecológica, na intervenção comunitária, no discurso actual sobre a prevenção e o risco, na ecologia social, na sociologia ambiental... "A intervenção comunitária tem tendência a aparecer, de há alguns anos para cá, como *alternativa*. Apresenta-se como um reequacionar da prática dos técnicos que, algo subitamente, passam a percepcionar aquilo que até aí, sendo quotidiano, parecia no entanto não ser óbvio: que os indivíduos vivem em comunidade...Por si só, esta tomada de consciência seria já significativa: é no momento histórico em que a vida comunitária se encontra em diluição crescente dando lugar aos contextos urbanos impessoais, heterogéneos e de importância decrescente das relações grupais primárias, que é retomado o conceito de *comunitário* - compreensível nostalgia da densidade social anterior que nos situava na trama permanente de relações significativas" (Agra e Fernandes, 1991)

Prolongamento, pois, das estratégiasde bio-poder iniciadas na modernidade - seguimos explicitamente as teses de Foucault (1976), relendo através delas o caso que nos ocupa: a reivindicação do ecológico como um

novo paradigma. E dizemos "o caso", pois, tal na investigação policial, é necessário detectar-lhe os contornos, as filiações, os feixes de relações de onde emerge, antes de proclamar com pompa tratar-se dum novo paradigma... Ao menos ao nível das práticas - tomemos como analisador as intervenções comunitárias - parece, mais do que a ruptura inscrita na própria noção de paradigma, haver sim reenquadramento[48]. Será que, por sob a aparência de descontinuidade, se oculta apenas a continuidade duma biopolítica das populações (Foucault, 1976) que, se no séc. passado teve na democracia ou na economia os seus vértices centrais, tem agora nas disciplinas que se reclamam do ecológico, contextualização, do comunitário as suas estratégias de saber-poder?

Em síntese: as proposições básicas daquilo que aparece designado como paradigma ecológico são a adaptação, o crescimento e a evolução, ordenados por uma perspectiva sistémica em que indivíduo e contexto são interdependentes e jogam dinamicamente as homeostasias.[49] O paradigma ecológico "é interdisciplinar e fornece uma estrutura geral para a compreensão da natureza das transformações dos sujeitos com os seus ambientes físico e sócio-cultural" (Stokols, 1992). O trinómio adaptação - crescimento - evolução parece, aliás, governar a própria dinâmica científica - e, deste modo, é a própria ciência que se comporta como um sistema. "A ciência desloca-se dum registo

---

[48] Poderíamos detectar algo de idêntico na sociologia. P.Machado (1993), referindo-se à influência do "paradigma ecológico na sociologia urbana", refere que se traduz "numa relação indivíduo-meio ambiente mediatizada por uma organização, constituindo um sistema comunitário - a adaptação é interpretada como fenómeno de grupo e não como meramente individual. (...) A preocupação dos estudos ecológicos (está) centrada cada vez mais nas formas de organização das populações tendo em vista a sua sobrevivência no ambiente que ocupavam".

[49] Temos, no nosso momento actual de auto-organização neste tema, dúvidas em saber se se trata dum novo paradigma - nem isso talvez caiba a ninguém decidir, já que não se pode fazer história sobre aquilo que é presente. Aquilo que podemos dizer é que se detectam signos de crise na ordem que tem governado as ciências humanas - e a crise costuma preceder e provocar os novos paradigmas.

lógico e biológico ao ecológico. Donde, a desmultiplicação das emergências, das encruzilhadas e dos cruzamentos disciplinares. O sistema fechado das ciências do fixo e do invariável cede lugar aos sistemas abertos das ciências da mudança e da multiplicidade dos sistemas em comunicação" (Agra, 1986). Ou seja, o paradigma ecológico é, não uma teoria abrangente para um dado domínio do saber (seja a psicologia ecológica), mas a própria configuração dos saberes actuais (não há uma psicologia ecológica, mas a participação da psicologia numa racionalidade ecológica).

Reinterpretemos, à luz do que acabamos de dizer, os comportamentos de oposição, mal-estar e auto-interrogação detectados no discurso que reivindica o ecológico: são, em primeira instância, signos de crise. A consciência da crise parece ter tomado conta das micro-comunidades científicas, seja a dos sociólogos, seja a dos psicólogos sociais, a dos técnicos de intervenção social ou a dos criminólogos (domínio onde igualmente se propõe uma criminologia ambiental. cf. Favard, 19.. e Brantingham e Brantingham, 1981). No lado manifesto, a crise parece instalar-se em torno da concepção clássica de indivíduo e das intervenções sobre ele (o indivíduo saído do laboratório ou das baterias de medição, o indivíduo-traço-e-factor...; as intervenções da psicologia clínica tradicional, da psicopedagogia, etc...) cedendo lugar a um indivíduo em rede sistémica, com níveis integrativos desde o micro ao macro-sistémico (cf. Bronfenbrenner, 1979; ou as análises contextuais da conduta individual propostas pela já extensa investigação da psicologia ambiental).

Dum modo mais profundo, o que a crise trás à luz é a falência duma bio-lógica centrada no disciplinar autónomo (as disciplinas científicas comportar-se-iam à semelhança dos seres biológicos, crescendo por individuação autónoma e por selecção natural entre elas, cf. análise do Agra, 1986). Ao invés, cada disciplina procura participar de objectos

transdisciplinares, adaptando-se à estrutura em rede de fluxos informacionais dos saberes actuais. É como se a comunidade científica tomasse consciência de que não só os objectos que interroga que se estruturam em sistemas, mas de que ela própria se comporta como um sistema.

O ecológico e o urbano são actualmente de intensa problematização social; o seu transporte para o interior das disciplinas científicas é um bom analisador da mudança de regime dos saberes. De acordo com esta, chamemos-lhe de acordo com Agra (1986), tomada de consciência epistémica, preferimos situar o estudo que apresentaremos nos capítulos seguintes, não em qualquer das psicologias que se reclamam do ecológico (ecológica, comunitária, ambiental...), não na criminologia ou na sociologia urbanas, mas em algo que traduza o carácter interferente e comunicante das disciplinas científicas. Preferimos situar-nos, seja na ecologia social[50], seja na etnografia urbana. E não o fazemos para aderir a qualquer novidade, ou, como se usa agora, a qualquer alternativa. Com efeito, ambas remontam à já velha Escola de Chicago... Aquilo que se alterou foi a transposição do ecológico da sua sede inicial - primeiro biológica e sociológica depois - para uma série de nós emissores e receptores de informação (tomamos aqui a metáfora utilizada por Michel Sèrres para descrever a estrutura actual da ciência, citado por Agra, 1986); psicologias ecológica, comunitária e ambiental não são mais do que nós desta rede.

---

[50] A ecologia social é uma área de interferências. A mega-rede anunciada na seguinte definição ilustra-o: " ..é certo também que fenómenos da magnitude e complexidade de um meio urbano só podem ser abordados numa perspectiva de integração ecológica que reúna num mesmo processo urbanistas, geógrafos, técnicos da saúde e educação, psicólogos, sociólogos, antropólogos, arquitectos, engenheiros, decisores políticos e a própria população. Para a abordagem teórica e metodologicamente integrada dos fenómenos urbanos, nas suas múltiplas vertentes sociais, psicológicas, biológicas e físicas, propomos a utilização da expressão Ecologia Social. Esse movimento poderá eventualmente vir a constituir-se como um modelo integrado para a investigação em Ciências Sociais, superador das profundas clivagens que ainda hoje opõem uns aos outros, no plano conceptual como no plano das práticas, os múltiplos intervenientes na construção da Cidade."(Soczka, 1988)

O que faremos na secção a seguir é debruçar-nos sobre uma unidade contextual que tem ganho protagonismo nos estudos das ciências sociais ultimamente: a zona de periferia urbana degradada, materializada frequentemente na figura do *bairro social.* O seu protagonismo tem sido obtido pela ligação sistemática que o discurso colectivo efectua entre ele e o "problema da droga". Matriz ecológica relevante para quem, como nós, procura contextuar e naturalizar o fenómeno da psicoactividade? A resposta será desenvolvida nos restantes capítulos deste trabalho.

2. O TEMA DOS BAIRROS SOCIAIS

> "Os historiadores descreveram que os bairros da Inglaterra vitoriana se converteram na paisagem mental em que a classe média podia reconhecer e articular as suas próprias ansiedades acerca da existência urbana."
> Stanley Cohen, (1988)

Os bairros sociais urbanos são lugares delimitáveis dum modo claro no plano morfológico da cidade; o seu espaço físico, normalmente, é abarcável através de percursos pedestres que, em questão de minutos, dão a ideia do seu tamanho. É, pois, uma unidade apropriada para a realização de estudos intensivos e onde pode utilizar-se uma concepção particular de espaço: o *espaço psicossocial.*

Já vimos atrás como o termo espaço encerra diversas acepções; o espaço psicossocial corresponde a uma acepção micro e põe em relevo o nível das interacções. " ...a realidade social pode ser apreendida a partir da leitura dos diversos lugares, na medida em que todo o espaço circunscreve uma realidade social determinada como uma matriz no interior da qual se revelam as condições impostas a um grupo ou a um indivíduo na sua existência ou nas

suas actividades (...) O interesse crescente suscitado pelo estudo sobre o ambiente demonstra a importância que se atribui ao reconhecimento não só da influência do quadro físico, mas também ao valor psicológico e social de um lugar, de um bairro, de um meio de trabalho, etc, apreendida precisamente através da especificidade da relação mantida com ele." (Fischer, 1994). Esta especificidade compreenderia, ao nível das comunidades de vizinhança, uma dimensão cognitiva (reconhecimento mútuo, por parte dos residentes, das fronteiras do bairro), uma dimensão afectiva (vinculação espacial com este espaço colectivamente identificado) e uma dimensão avaliativa (capacidade de avaliar o posicionamento do bairro - por ex. o seu status social, o nível de segregação ecológica...) (Craveiro e Menezes,1993).

O espaço psicossocial define, pois, um dado nível de análise: abordagem psicossocial (Fischer, 1994) ou análise interaccional- construtivista (Craveiro e Menezes, 1993). "Para uma abordagem psicossocial, o ambiente é essencialmente o espaço organizado nas nossas sociedades; ele constitui o quadro social em que vivemos. Neste sentido, já não podemos dissociar características físicas e dimensões sociais de um lugar (...) A abordagem psicossocial incide precisamente nessas matrizes em que as interacções, o papel e o valor do espaço têm um carácter específico" (Fischer, 1994); a análise interaccional-construtivista releva os aspectos " culturais-normativos resultantes da interacção quotidiana, observando a sociedade como uma entidade proteicamente construida pelos indivíduos e grupos" (Craveiro e Menezes, 1993).

O espaço psicossocial define, a nosso ver, um nível de análise próximo daquele que definem os conceitos de *clima social* e de *identidade de lugar* ("place identity"). " Com a noção de *clima social* não vêm ao de cima tanto consonâncias transculturais, como aspectos de um mesmo perímetro cultural, pudendo ser predicado de grupos, organizações e *comunidades*, como as

famílias, os agrupamentos urbanos, as companhias militares, as empresas, *os bairros*, e qualquer outro similar. É o mesmo que dizer que se trata de uma noção de 'expressão colectiva' " Ridruego (citado por Aznar, 1989). A noção de identidade de lugar pode ser, por sua vez, definida Proshansky; Fabian & Kaminoff (1983), como " uma subestrutura da identidade do *self* que define a identidade pessoal do indivíduo em relação ao mundo físico através de memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, significados, e concepções acerca de comportamentos relevantes para esses contextos físicos na sua vida quotidiana".

O espaço é, portanto, organizador da interacção social. Favard e Ottenhof (1990) sintetizam bem a dimensão de análise que aqui nos ocupa: "No plano psicossociológico, o espaço adquire um valor mediador, sistema construido que organiza a interacção social.(...) É também no espaço da cidade que podemos extrair as dimensões de *espaço vivido* na sua função de enraizamento do sujeito (sobre uma dialéctica de pertença/não pertença), de *territorialidade* (sobre uma dialéctica 'dedans/dehors'), susceptíveis de reenviar aos grandes temas da constituição de identidades colectivas e de estratégias de informação e de comunicação social que podem ser desenvolvidas numa perspectiva de mudança"

Como têm os estudos das ciências humanas caracterizado os bairros sociais? Veremos como é tratado o tema sempre que estes estudos se refiram, mesmo que não o digam dum modo explícito, a níveis de análise aproximáveis ao clima social, ao espaço psicossocial ou à identidade de lugar.

Constataremos adiante, no CAP.3, que o discurso colectivo os constrói simbolicamente como espaços que carregariam uma espécie de determinismo social conduzindo a comportamentos problemáticos e a uma vida colectiva marcada por tensões e dificuldades - seriam regiões em corte profundo com a

cidade normativa e valorizada. Ora, as análises produzidas pelos especialistas, na sua maioria, não estão em descontinuidade com esta visão pessimista - relevam, também elas, dum *catastrofismo sociológico* (cf. B. Sousa Santos, 1980; Ackermann, Dulong e Jeudy, 1983; Bastenier, 1989; Lahosa, 1989; Juste, 1989; Madueño, 1989; Favard e Otenhoff, 1990; Bourdieu, 1991; Balazs, 1991; Champagne, 1991; Delarue, 1991; Spence, 1991; Almeida e col, 1992; Fatela, 1992; Imbert, 1992; Wacquant, 1992; Cardoso, 1993; Craveiro e Menezes, 1993; Torres, Wandschneider, Sousa, 1993; Cabeçadas, 1994; Cardoso e Perista, 1994; Boishue, 1995).

O bairro social é uma entidade que resulta dos fenómenos de espacialização das urbes. Todo o espaço urbano gera dinâmicas de diferenciação socio-espacial, consolidando e promovendo deste modo a heterogeneidade dos grupos e a diversidade cultural correlativa - este tema foi consagrado desde a Escola de Chicago, dando corpo a muitos dos trabalhos das sociologia e antropologia urbanas e da ecologia social.

Procurar equivalentes do bairro social noutros países, de modo a poder utilizar a literatura científica a seu respeito, nem sempre resulta fácil: as tipologias de construção, as configurações morfológicas do habitat e a sua relação com o resto da cidade são variáveis, e ainda mais variáveis se nos deslocamos para a América. Em todo o caso, "barrios" em Espanha e "cités" e "quartiers" nas sociedades francófonas, parecem apontar para entidades semelhantes: zonas de concentração de populações desfavorecidas, resultantes do crescimento acelerado, definindo uma paisagem de "banlieues", à uma delimitadores e distanciados da cidade valorizada.

Contribuem, deste modo, para a definição duma categoria: a do *bairro degradado*. Os bairros de promoção camarária - vulgo bairros sociais - seriam, ainda assim, os menos problemáticos, pelo menos do ponto de vista das condições físicas do habitat; abaixo de si estariam as zonas de barracas, que

encontra equivalentes no "slum" americano, no "bidonville" francófono, na "villa miséria" argentina, na "chabola" Espanhola, na "favela" brasileira ou no "guetto", figura do urbano que já se internacionalizou. Ou nos centros das cidades, alguns bairros de centro histórico, "ilhas", "pátios", "vecindades" (na América Latina).

Para o nosso país são propostas algumas classificações do urbano degradado que incluem o bairro social como uma das categorias e o assimilam ao tema geral com que ele é associado: a pobreza e a exclusão social (cf. Ferreira de Almeida e col., 1992; Ana Cardoso, 1993).

Independentemente das diferenças entre um "quartier de la banlieue" e um bairro camarário, podemos nós discernir as modalidades gerais com que se tece o discurso dos especialistas que tomam estas entidades como assunto?[51] A análise da literatura revela, com efeito, algumas regularidades (cf. a série de autores que referimos atrás), que enunciaremos assim:

- *modalidade analítica:* descritiva e explicativa. A primeira predomina largamente sobre a segunda e faz mais recurso ao sócio-demográfico do que ao eco-social. A modalidade explicativa não se remete ao porquê da situação actual destes espaços, mas também às consequências do seu estatuto.

- *modalidade temática*: a transgressão. Os bairros sociais protagonizariam a transgressão aos níveis estético e ético;

---

[51] Adiante, no CAP.3, daremos conta da forma de dizer o bairro social na imprensa, tomada como analisador das imagens colectivas, e salientaremos o reforço que a literatura científica faz de muitas destas imagens.

2.1. MODALIDADE ANALÍTICA

a) *elementos descritivos:* isolamento e ruptura com a cidade são o elemento espacial dominante; este isolamento é descrito como margem - a periferia é lugar de margem simultaneamente espacial e social. A "marginalidade socio-espacial" (A. Vant, 1986) ou as "classes socio-espaciais" (A. Reynaud, 1979) afiguram-se-nos noções que pretendem dar conta de novas realidades populacionais definidas por tais matrizes ecológicas; quanto a estas matrizes a "banlieue" seria uma das novas figuras do urbano (Bourdin e Hirschhorn, 1985) e o "bairro marginal" uma categoria espacial da sociologia urbana (B. Sousa Santos. 1980).

À observação mais proximal o bairro aparece como lugar mal conservado, ao nível dos espaços públicos e dos edifícios e com fraca qualidade dos alojamentos. Os elementos descritivos da população referem o baixo estatuto sócio-económico, a grande taxa de desemprego, o desequilíbrio na composição etária, o peso das economias informais e das actividades desviantes; o sócio-ambiente caracteriza-se pela sobre-ocupação e pela falta de equipamentos que organizem os tempos mortos e as sociabilidades.

Os elementos tanto físico como sócio-ambientais reforçar-se-iam mutuamente (por ex. a sobre-ocupação degrada o espaço físico, a degradação do espaço físico atrai vandalismo, o vandalismo gera percepções negativas do ambiente, estas diminuem a auto-estima dos residentes, o que provoca falta de interesse na conservação dos espaços, etc...). Exemplificaremos com dois excertos a caracterização descritiva dos bairros; o primeiro refere-se à cidade de Lisboa e o segundo a "cités" francesas:

> " (...) o baixo nível de rendimento e de despesa; o reduzido grau de instrução; precaridade do nível de saúde;

posição insatisfatória na actividade económica e no mercado de trabalho; alta propensão à não participação social; real marginalização e exclusão social." (Cardoso, 1993)

"Lugares urbanos de habitação social, lugares de pobreza - o espaço de acondicionamento de populações marginalizadas ou subalternas no circuito económico-social da cidade dominante" (Spence, 1991).

Os elementos descritivos com que hoje são caracterizados os grupos socio-espacialmente marginalizados nada acrescentam aos já inventariados por O. Lewis na década de 40. Refere como "características de ordem social e psicológica a falta de intimidade, espírito gregário, índice elevado de alcoolismo, recorrer frequente à violência na resolução de zangas, emprego da violência física na educação das crianças, bater na mulher, iniciação precoce na vida sexual, uniões livres ou por acordo, forte predisposição para o autoritarismo e uma grande importância dada à solidariedade familiar - só raramente posto em prática". Define, deste modo, características a que chama estruturais da pobreza, "dada a persistência de certos traços e semelhanças notórias. Na estrutura da família, relações interpessoais, orientação temporal, sistemas axiológicos, padrões de despesa e sentido de comunidade nas camadas sociais inferiores de Londres, Glasgow, Paris, Harlém e Cidade México" (Lewis, 1983).

b) *elementos explicativos:* o bairro social concentra populações desfavorecidas - eis a constatação primeira, da qual nenhum autor se afasta. Explicar a origem e as condições de reprodução destas unidades socio-espaciais exigiu, em primeiro lugar, uma distanciação em relação à forma vulgar de

falar a pobreza; as noções de exclusão social, de relegação, de segregação, de vulnerabilidade, de classe socio-espacial, de periferia social, de *ghetto*, de cultura da pobreza, de cultura da "banlieue" ou de etiquetagem e de estigmas socio-espaciais, são reveladores linguísticos da vontade de sobrepôr um discurso de recorte técnico àquele que vigorava - o da pobreza-ociosidade, o da pobreza degenerescência moral e perigosidade, que constituiu a modalidade discursiva dominante pelo menos desde a revolução industrial.[52]

A exclusão social é, portanto, a nova maneira de dizer pobreza, situando-a num limiar explicativo em corte com o regime da pobreza como *causa* dos males sociais; a exclusão social é, pelo contrário, *consequência*. De quê? De situações de acúmulo, ou da incidência simultânea duma série de factores. A um *modelo moral* assente na ociosidade e na perigosidade substitui-se, ao menos ao nível do discurso, um *modelo técnico* [53]. Compõem-se de vários tipos de elementos, que poderíamos dividir em três grupos: de base económica, de base ecológica e de base simbólica.

- *base económica*: as urbes não fogem à regra da sociedade em geral, sendo palcos de conflitos de interesse devidos à disputa pelos recursos e pelo poder. O acesso ao trabalho e à habitação são fontes permanentes de desigualdade social e o valor económico dos solos o determinante da

---

[52] O discurso da medicina mental do final do séc. XIX em Portugal tem já a vontade de corte com a ideia comum da pobreza-ociosidade, procurando-lhe uma grelha produtora situada tanto nas condições psicológicas do indivíduo como no seu meio social. São os primeiros esboços dum modelo técnico da pobreza que se situa para lá da grelha moral, tecido pelos primeiros especialistas a quem foi feito o pedido de defesa social dos "degenerados": os médicos "alienistas". São ilustrativos, a este respeito, os primeiros relatórios clínicos do primeiro hospital construido de raíz para "alienados", o Conde Ferreira (cf. A. M. de Senna, 1887).

[53] Outra coisa seria analisar as práticas dos técnicos de intervenção social, que já não "corrigem" nem "regeneram", antes detectam o risco, previnem, educam; já não intervêm nos "sítios de miséria", nos "meios malsãos", mas nas comunidades, na rede social, nos grupos de risco; e não partem do princípio de que o pobre é um "degenerado", mas um indivíduo vulnerabilizado ao acúmulo de desvantagens, educável (educação para a saúde, programas compensatórios escolares, etc) e reinserível (aumenta-se-lhe a auto-estima atingida pela etiquetagem negativa e faz-se dele o centro de iniciativas conviviais, recreativas e culturais). Ao nível das práticas torna-se mais difícil detectar o corte com a grelha moral do que ao nível do discurso...

periferização. A marginalização aparece assim como um fenómeno estruturalmente inscrito nas economias dos países industrializados e os grupos subalternizados descritos a partir de índices económicos e socio-demográficos. O lumpen, a *underclass*, os desqualificados, seriam assim o extremo social deste mecanismo cuja caracterização é inspirada numa sociologia do conflito que radica - ainda quando a superfície da linguagem parece afastar-se - na teoria marxista[54].

- *base ecológica*: procura esclarecer as dinâmicas de espacialização, que seriam fortemente explicativas de certos fenómenos, como a conflitualidade ou o tipo de tolerância a actividades e indivíduos desviantes. A delimitação de territórios, a visibilidade relativamente a outros grupos dentro do bairro ou fora dele (respectivamente visibilidades de semelhança e de contraste, na expressão proposta por Ferreira de Almeida e col., 1992), a privacidade, seriam fenómenos sociais cuja regulação produz um efeito de conjunto.

- *base simbólica*: é precisamente este efeito de conjunto que acaba por fazer cristalizar uma imagem do bairro. Esta determina grandemente as relações do bairro com a cidade: quando é construida em torno de factos considerados negativos (tráfico de droga, por ex.) o estigma a que este espaço fica sujeito potencia a sua ruptura com a cidade normativa, a homogeneização dos habitantes sob a etiqueta negativa, a perda da auto-estima colectiva e o consequente agravamento da situação (porque há quebra dos mecanismos de solidariedade e controle social informal, o que torna possível a presença de

---

[54] Um exemplo claro de uma investigação que recorre a esta forma explicativa é-nos dado por Boaventura Sousa Santos (1980) no estudo que efectua sobre uma favela do Rio de Janeiro, a que metaforicamente chama Pasárgada. Citemos ainda o seguinte excerto, igualmente exemplificativo:"A nova desigualdade social, nem sempre óbvia ao olhar do cidadão, está silenciada pelos meios de comunicação e relegada por aqueles que parecem ser os principais problemas das nossas cidades: o tráfego, o consumo de drogas, o crime de rua e a contaminação. Esquece-se assim que estes são, frequentemente, não tanto causa como expressão da *malaise* urbana e que é justamente nas fontes de desigualdade social que temos de indagar para encontrar soluções." (García, 1991).

mais indivíduos ligados às drogas e, por fim, o reforço da imagem do bairro como lugar de traficantes. Reabre-se o ciclo do estigma e assim por diante).

Os elementos ecológico e simbólico remontam aos trabalhos da Escola de Chicago, que investigaram as bases ecológicas da desorganização social e do *ghetto*. Nestes processos é necessário ter em conta a diversidade social e heterogeneidade cultural dos grupos em co-habitação e em vizinhança espacial, relacionadas com a assimilação, a integração e a segregação entre eles.

O modelo técnico é de vocação interdisciplinar, embora com o predomínio das enunciações sociológicas, e resulta, mais do que da tomada da marginalidade socio-espacial ou da exclusão social como objectos *de per si*, da construção paulatina destes temas como resultado da intervenção no terreno (com efeito, mais do que de objectos trata-se de palavras que concentram um conjunto de temas - cf. A. Vant, 1986 ou Romani, 1989 para uma definição crítica do termo marginalidade). Deste modo, o discurso sobre os bairros sociais aparece como consequência do panóptico médico-psico-social que sobre eles é aplicado (inspiramo-nos em M. Foucault, quando assim falamos). Eles são os concentradores espaciais das imagens da desviância nas sociedades urbanas - e por isso o lugar, enquanto objectos, de exercício de cruzamentos disciplinares[55]. Tal como a droga pode ser analisador do discurso científico sobre o comportamento desviante em geral (Agra, 1980, 1986), também o bairro social pode servir como analisador dos saberes que se reclamam do paradigma ecológico.

Reunamos, agora, bairros, ecologia e drogas. Como é dita a ecologia das drogas nos bairros?

---

[55] A ecologia social, que se auto-define, como já vimos, como disciplina de confluência duma série de áreas, tem tido precisamente nos bairros as suas unidades privilegiadas.

Em primeiro lugar, parece também não constituir um objecto *de per si*, encontrando-se diluida nas caracterizações socio-ambientais que são feitas sobre espaços urbanos degradados[56].

Podemos detectar quatro tipos de elementos explicativos da centralidade psicotrópica destes lugares:

- *aprendizagem através de associação diferencial:* "A droga agrava o problema, pois 'agarra' um determinado tipo de jovens e põe em perigo adolescentes que pretendem imitá-los (...). Grupos de adolescentes que se encontram em situação de alto risco de iniciar condutas delituosas, já que estão em contacto frequente com grupos de jovens adultos com uma importante história delituosa." (Juste, 1989). Estas frases ilustram um consenso entre os autores: o de que os contextos urbanos degradados são cenários de associação diferencial, expondo os adolescentes a comportamentos desviantes e proporcionando-lhes interacções com indivíduos com actividades em torno das drogas. No CAP.5, sob o título "A exposição ao pó", corroboramos com os nossos dados empíricos estas asserções.

- *potenciação ecológica*: " Longe do centro da cidade e do seu próprio distrito, rodeado de fábricas, campos e do rio Besos, o isolamento faz-se constatar, ainda mais se tivermos em conta que os transportes públicos são escassos. Esta circunstância é aproveitada por certos indivíduos que traficam drogas, e que se sentem mais seguros num lugar com estas características do

---

56 Na PARTE A, CAP.2 demos já conta da pouca abundância de investigação sobre a ecologia do fenómeno droga - esta escassez agudiza-se se procurarmos as que utilizam métodos naturalistas. Um excelente indicador da pouca apetência da investigação básica pela ecologia das drogas é-nos dado pelo levantamento efectuado por Ehrenberg (1992): das 26 teses de doutoramento realizadas em França até 1992 inventariadas pelo autor, e dizendo respeito a temáticas que foram o lado psicossocial e socio-cultural das drogas (sociologia, edidemologia, etnologia, antropologia, ecologia humana...), apenas uma diz respeito à ecologia humana.

que em zonas mais abertas e mais bem comunicadas" (Juste, 1989). Chamamos potenciação ecológica ao facto da topografia do lugar em relação à cidade, bem como a sua morfologia física interna, promover a reunião de indivíduos que se dedicam a actividades proscritas. A própria condição criminalizada da droga obriga-a ao interstício - eis outro dos consensos entre os autores que abordam as *áreas naturais* das drogas (inspiramo-nos nos antropólogos de Chicago, ao assim falarmos, salientando assim a corroboração que actualmente continua a dar-se aos seus trabalhos).

- *importância instrumental das economias subterrâneas*: "O desemprego é, mesmo assim, uma dolorosa realidade, tornando-se os cabo-verdianos presa fácil dos traficantes de droga. O pequeno tráfico, permitindo a realização rápida e fácil de dinheiro, torna-se muitas vezes a única hipótese de sobrevivência. Daí, talvez, a explicação para a relativamente elevada percentagem de cabo-verdianos nas prisões portuguesas por delitos relacionados com o consumo e tráfico de estupefacientes." (Cabeçadas, 1994); " Os vendedores habitam o bairro, partilhando uma mesma cultura; relação afectiva entre eles e o bairro. Vemos neles o produto de diferentes exclusões sociais, desde o fracasso escolar até ao trabalho" (Marcus, 1994); "O isolamento social e a falta de recursos económicos são aproveitados (...) pelos traficantes. Calcula-se que mais de 30% dos habitantes do bairro vivem do tráfico de droga" (Juste, 1989). Esta percentagem diz respeito a Barcelona; estudos em Paris e Lyon estimam-na nos 60 - 70% (Marcus, 1994; Balazs, 1991).

A importância que as economias informais desempenham nestes lugares é também sublinhada por muitos autores (cf. a revisão que Fatela, 1992, efectua a este respeito). O papel das economias informais nas populações socio-espacialmente desfavorecidas é amplamente reconhecido (para o contexto português, cf. Ferreira de Almeida e col., 1992, Craveiro e Menezes, 1993 ou

Cardoso, 1993). O que as drogas parecem ter produzido é, por um lado, uma visibilidade social destas economias (o recorrente tema do "enriquecimento dos traficantes") e, por outro lado, uma alteração do clima social de certas zonas. Isto forneceria um elemento explicativo não tanto daquilo que produziu os territórios das drogas, mas daquilo que as drogas produziram naqueles:

- *droga como desencadeador dum clima social:* "Mas ninguém fala disso (das implicações no tráfico), porque é um tema demasiado perigoso para se fazer algum tipo de propaganda. O temor respira-se no ambiente." (Juste, 1989). Num sentido quase oposto, Marcus (1994) chama a atenção para as solidariedades e as identificações; refere "A corrente de simpatia" de que os *dealers* gozam na população, manifestada na protecção desta perante as intervenções policiais; chama também a atenção para "um dos efeitos mais visíveis do uso e tráfico de estupefacientes no bairro", que diz respeito "à utilização do espaço, com uma forte identificação a certos lugares. Adquirem uma reputação que ultrapassa o bairro".

A forma de dizer a ecologia das drogas inscreve-se no discurso sobre os espaços urbanos periféricos, sobre os cenários degradados da cidade, sobre os grupos marginalizados. Ao reclamar intervenção, a droga acabou por chamar a atenção para as margens socio-espaciais, diluindo-se depois nos temas com que são narradas.

2.2. MODALIDADE TEMÁTICA

Os bairros sociais seriam o *topos* do perigo: sítios desagradáveis arquitectonicamente, a sua primeira forma de transgressão seria de *ordem estética* (são maciços, esteriotipados nas formas, com os edifícios mal conservados e os espaços públicos degradados, e encontram-se encravados em zonas peri-urbanas mal integradas na dinâmica da cidade...); sítios também desagradáveis do ponto de vista da civilidade, a sua segunda forma de transgressão seria de *ordem ética* (seriam o lugar das populações com desordens morais, bem traduzidas na não-conformidade à norma educativa - abandono e insucesso escolares -, à norma familiar - famílias desorganizadas, disruptivas... -e à norma laboral - viveriam de expedientes, desde a parasitagem do Estado através de subsídios de desemprego "vitalícios" até à delinquência e à organização de economias subterrâneas como o mercado das drogas. Lugares, enfim, socio-espacialmente centrifugados para os limites anónimos da cidade dominante - para a sua margem, sítios marginais e de marginais.

O discurso dos especialistas acerca do bairro social prolonga o tema da crise do urbano, vem na sua continuidade e é sua metáfora e extremo. Se a cidade medieval era a metáfora da ordem e da utopia, a cidade moderna é metáfora da desordem e da distopia (S. Cohen, 1985); as "doenças sociais" situar-se-iam, ao nível simbólico, nas "banlieues" (P. Champagne, 1991), construidas no discurso colectivo como os lugares da tensão e da transgressão; os processos de marginalização vão, deste modo, "acompanhados e reforçados por umas imagens culturais que racionalizam, a nível ideológico, os processos referidos..." (Romani, 1989); esta imagem distópica teria mesmo o poder de se erigir em cultura - a "cultura da *banlieue*, maneira pela qual se organiza e se

diz o social em torno do medo e do enfraquecimento das redes de vizinhança (...)" (Bourdin e Hirschhorn, 1985).

O catastrofismo sociológico, que parece orientar a maioria das análises sobre estes conjuntos urbanos, salienta a transgressão ética como o seu signo recorrente. Não se trata simplesmente de sítios onde se vive pior ou onde se concentram comportamentos desviantes; trata-se, sim, de lugares em corte com o consenso dominante sobre o que é um bom habitat, uma boa socialização, as regras, a ordem social... Daí falarmos em transgressão ética, que seria anunciada no próprio despropósito físico destas áreas urbanas - como se a transgressão estética fosse símbolo externo e atractor ecológico duma transgressão profunda. Vejamos alguns excertos exemplificativos:

> " (o bairro) designa rapidamente qualquer coisa de patológico: uma verruga, um cancro. Sabemos como a cidade é assemelhada ao corpo humano. (...) A impressão de abandono é forte. A cité é díspar, inacabada" (Delarue, 1991).
>
> "Como se o espaço não fosse senão o espelho (...) das práticas que ele alimenta ou abriga" (Fatela, 1992).
>
> "Alguns pontos do bairro onde se reunem jovens imersos no mundo da droga, onde esta se compra e se vende (...), jovens reincidentes de 20-30 anos, com problemas de desemprego,..." (Juste, 1989).
>
> "Ao longo dos anos 80 a cidade degrada-se, os locatários recentes são relativamente instáveis, frequentemente desempregados; são de 'famílias com problemas' que, ao introduzirem a droga no bairro, introduzem ao mesmo tempo a vigilância policial, a violência..." (Balazs, 1991).

O catastrofismo sociológico vai ao ponto de propôr a imagem do terrorismo, ao falar do "terrorismo interior" para caracterizar "a violência e a criminalidade que atingem os bairros pobres das cidades (...) com os pobres como principais vítimas":

> " (...) São os fornecedores dos sem-abrigo e palco duma espiral de violência, traduzida não só na expansão da criminalidade associada à droga como nas próprias condições de violência inerente à dissociabilidade das condições de vida." (Spence, 1991)

Ao longo dos capítulos 4 e 5 ocupar-nos-emos, também nós, da caracterização de lugares deste tipo. O nosso trabalho empírico confirma muitos dos elementos descritivos e explicativos que acabámos de expôr; propõe, no entanto, uma outra modalidade temática. Não o faz com algum objectivo mais ou menos difuso que saísse da vontade de reabilitar os bairros sociais, mas apenas porque se adoptou uma outra posição perceptiva para a observação. Deslocou-se, deste modo, a possibilidade descritiva dum *de fora* para um *de dentro*, cuja principal consequência é a de substituir uma *psicossociologia do excepcional* por uma *psicossociologia do quotidiano*. Ou, dito de outro modo, adoptou-se a posição perceptiva do etnometodólogo. Ao procurar este tipo de zonas, matrizes espaciais de grupos marginais e de actividades desviantes, aceitou-se também o repto da sociologia do quotidiano: "É portanto necessário que (a sociologia) reconheça que é seu dever enraizar-se num quotidiano que é *menos* um *conteúdo do que uma perspectivação*. (...) à semelhança de outras ciências, a sociologia deve à vida sem qualidade, à vivência em bruto, à existência quotidiana mesclada de anedótico e de trágico." (Maffesoli, s.d.). Acabámos de ver como os bairros sociais são tematizados

através da dupla transgressão ética e estética - seriam "verruga ou cancro" (Delarue, 1991) interrompendo a cidade contínua. Só que é justamente esta a particularidade que nos interessa, não para lhe sublinharmos o excepcional mas para lhe escutarmos o funcionamento ordinário: " A 'Monstruosidade', no seu sentido etimológico, é quotidiana, e só as belas almas ou os moralistas a negam. Quanto a nós, nesta reflexão epistemológica, basta assinalar que, para retomar uma expressão de Charles Fort, a ciência corre o risco de se tornar um 'polvo maneta', se evitar o contacto com o que é considerado como inquietante ou monstruoso pelo racionalismo dominante" (Maffesoli, s.d.).

Gostaríamos, no final, de poder dizer como Oscar Lewis, ao referir-se ao uso que fez das histórias de vida para estudar os pobres nas *vecindades* da cidade do México: "Creio que evitei os dois perigos mais comuns que ocorrem no estudo dos pobres, nomeadamente o da hipersentimentalização e o da brutalização" (Lewis, 1983).

3. ALGUNS ESCLARECIMENTOS CONCEPTUAIS

Dedicaremos esta secção à tarefa de precisar algumas noções e conceitos que nos permitiram enquadrar e interpretar o material da pesquisa de terreno. A procura e a selecção de conceitos é um trabalho que corre paralelo com a actividade de recolha empírica. Umas vezes o investigador serve-se daqueles que já possuia no seu reportório teórico - foi o que nos aconteceu com o conceito de território, por exemplo; outras vezes busca, por entre a profusão dos que as ciências sociais vão produzindo, aqueles que se revelem capazes de dar coerência a dados que, antes deles, pareciam dispersos - foi o que nos aconteceu com o conceito de *habitus*, por exemplo.

Mesmo as fases mais intensas de recolha empírica têm, assim, momentos em que o etnógrafo pára para pensar - aceitamos por agora esta dicotomia entre o fazer e o pensar. Com efeito, quando se interroga sobre como há-de evoluir e relê as notas de campo, experimenta a necessidade de dar coerência a dados que às vezes se apresentam dispersos e aparentemente não relacionáveis; a busca conceptual é a introdução de significado no empírico bruto - tal como este por vezes é a introdução de desordem no significado anterior, obrigando ao refinamento conceptual. Esta fase de labor teórico comporta riscos: é o momento frágil em que o investigador pode introduzir idiossincracias, ser tentado por súbitas invenções... Cede, quando assim é, perante os obstáculos epistemológicos da necessidade de encontrar sentido em tudo, produzindo grandes sínteses, no primeiro caso, e de ser original, no segundo. "A procura da originalidade a todo o custo, frequentemente facilitada pela ignorância e a fidelidade religiosa a este ou àquele autor canónico que leva à repetição ritual, impedem, uma e outra, a justa atitude para com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar em todo o pensamento disponível sem temer a acusação de seguidismo ou de ecletismo, para ir para além dos antecessores, ultrapassados assim por uma utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuiram" (Bourdieu, 1989)[57]. Seja-nos permitido citar Bourdieu sem que sejamos um daqueles que o autor acaba de denunciar. Fazêmo-lo porque encontramos na citação as palavras justas para o que queríamos dizer. Utilizaremos, ao longo dos capítulos 4 e 5, vários conceitos

---

[57] O autor acrescenta a esta frase uma nota de roda pé curiosa, que reproduziremos também neste roda pé: "(...) os valores da originalidade, que são os dos campos literário, artístico ou filosófico continuam a orientar os juízos; eles desacreditam como servil ou seguidista a vontade de adquirir instrumentos de produção específicos ligada a uma tradição e, deste modo, a um trabalho colectivo e, assim, favorecem os embustes sem futuro pelos quais os pequenos empresários sem capital têm em mira associar o seu nome a uma marca de fábrica - como se vê no domínio da crítica em que não há, hoje, autor que se não atribua um nome em -ismo, -ico ou -logia." (Bourdieu, 1989)

situando-os na sua tradição, mas propondo-lhes reutilizações de acordo com as nossas necessidades - é nesta operação que o conceito se revela instrumento. E é uma operação inscrita na própria dinâmica científica não como contingência, mas como fundo: Kuhn (1977) chama-lhe "tensão essencial" - ajustamento de forças entre a inovação e a tradição. Porquê utilizar, por exemplo o conceito de território? Usar um conceito já existente, diz-nos Bourdieu (1989) "É uma apropriação activa dum modo de pensamento científico". Esta operação faz "descer os conceitos da sua retórica, do seu monoteísmo, e devolve-os `a acção", produzindo "efeitos de conhecimento".

Usamos, pois, o território apropriando activamente - através da prática etnográfica - um conceito que funcionou no interior dum modo de pensamento científico. A psicologia ambiental tinha-o já apropriado: utilizando-o dum modo próximo da etologia - isto é, trazendo-o para uma escala interactiva, longe da macro-escala com que é utilizado na geografia ou na política - trabalhou-lhe sobretudo a dimensão simbólica. Foram os acontecimentos - a sua repetição, a sua redundância, a paulatina relação que iam impondo entre si - que exigiram o conceito, e não qualquer modelo teórico prévio que impusesse a triagem de determinados acontecimentos. Ou, ainda menos, que os produzisse para os registar a seguir. Para o etnógrafo, o acontecimento nunca está "errado", a teoria é que pode ser insuficiente; e a banalidade dum facto não o torna irrisório, antes o erige - eis o programa metodológico que nos guiou. O conceito ou a teoria não é a fortaleza de que se parte à caça dos factos, mas o lugar a que se chega quando o acumular destes exige o repouso das ideias. É este movimento que guia o vai-vem do etnógrafo, entre a experiência radical do terreno e o regresso a casa, momento da experiência intelectual das sínteses. Se assim não for, somos surpreendidos por aquilo que adverte Maffesoli (s.d.): "Com efeito, é fácil construir abstractamente um modelo teórico, ou fornecer uma grelha de leitura que

possa aplicar-se a todos os fenómenos, mas ficamos bastante surpreendidos quando nos damos conta que é sempre *à margem* que o acontecimento se situa, é sempre transversalmente que a vida quotidiana se afirma, se joga, usa a astúcia e resiste."

3.1 - TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, APROPRIAÇÃO

Ao iniciar a secção 2 deste capítulo debruçámo-nos sobre o espaço psicossocial. Precisávamos, nesse momento, de o definir, definindo com ele o nível de análise em que nos situamos ao falar dos espaços das drogas. O espaço psicossocial é, vimo-lo então, micro, revelando o nível das interacões; é ainda assim, menos micro do que um outro espaço - o pessoal. É em torno do *espaço pessoal* (e das distâncias definidas através do seu encurtamento ou alongamento: distância íntima, social e pública) que é proposto um nível de abordagem das condutas humanas - a proxémica (Hall, 1966, 1981). Ele não é fixo, dependendo por um lado do sistema cultural (o que revela que o espaço não é uma "categoria inata" como nos habituámos a pensar desde Kant) e por outro lado das situações concretas: "As interacções definem à nossa volta um campo imaterial, (...) uma zona psico-espaço-corporal que desenha em seu redor fronteiras e um raio de acção" (Fisher, 1994). Hall criou uma imagem para o visualizar: uma bolha imaginária que rodeia o indivíduo, "Esfera pequena e protectora que um organismo mantém entre si e os outros" (Hall, 1966).

O espaço pode ser concebido em termos de lugar; este "inclui o uso que dele se faz, as actividades que nele se manifestam e sobretudo o sentido que ele tem" (Fisher, 1994). De acordo com estas precisões terminológicas, podemos dizer que o nosso trabalho se interessou mais pelos lugares das drogas do que

pelo espaço pessoal dos actores nos seus contextos. Embora nos propunhamos a uma análise micro, situamo-la numa escala menos reduzida: mais do que pela zona definida pela bolha de Hall, interessamo-nos pelos territórios. A territorialidade é uma dimensão do espaço psicossocial que assenta, já o dissemos atrás, sobre uma dialéctica *dedans/dehors* susceptível de remeter para os grandes temas da construção de identidades colectivas (...)" (Favard e Ottenhof, 1990); é susceptível de remeter também, acrescentamos nós, para os processos de subculturização. Com efeito, a emergência de subculturas (e particularmente das criminais) é já desde a Escola de Chicago relacionada com a territorialidade [58]. Veremos, nos capítulos finais, como parece ser possível delimitar uma subcultura *junkie* tendo como matriz espacial os territórios psicotrópicos.

O que são então território e territorialidade? Coloquemo-nos, desde já, para cá dos seus níveis macro, próprios à política ou à geografia; na escala que nos interessa considerar, a biologia define território como uma área importante para os recursos do indivíduo, ligando-a a funções de sobrevivência; remete para o binómio introsão-defesa, que envolve fronteiras e suas marcações. " A maioria dos vertebrados superiores (aves, mamíferos, répteis) são territoriais. Mantém áreas específicas conhecidas como territórios individuais, de pares ou de grupos fechados e estes territórios são defendidos contra intrusos. A posse do território demonstrada pelo canto (aves), marcação através de odores (mamíferos), ou exibições comportamentais especializadas, geralmente inibem os estranhos de invadir um território ocupado. É ainda uma questão em aberto se é a expectativa de retaliação defensiva ou a

---

58 Cf. a revisão que fazemos deste tema (Fernandes, 1990), em que revisitamos as teses clássicas de Cloward e Ohlin (subculturas criminal, do conflito e do refúgio e sua ligação a matrizes espaciais) e de C. S. Fischer (subcultura como resultado do urbanismo, periferização dos *outsiders*...).

existência de uma norma de respeito pela posse (comparável às normas de respeito pela posse de um objecto ou companheiro) que previne a intrusão de um membro da mesma espécie." (Eibl-Eibesfeldt, 1989). Goffman (cit. por B. Brown, 1987) dá uma definição simples e directa, próxima desta concepção biológica: "São áreas controladas na base da pertença e da exclusividade de uso".

O estudo da territorialidade, do ponto de vista biológico, direcciona a atenção para a demarcação, controle e defesa do espaço: "Eu proponho que qualquer intolerância associada ao espaço seja chamada territorialidade" (Eib-Eibensfeld, 1989). Os sentimentos dos ocupantes ou a avaliação do espaço são alvo de pouca atenção. A definição de territorialidade nos indivíduos humanos parece, à primeira vista, não se afastar muito desta: "Por territorialidade humana quero significar a tentativa de exercer influência ou de controlar acções e interacções (de pessoas, coisas e relações) através do controle sobre uma determinada área geográfica" (Sack, cit. por Brown, 1987). No entanto, ela implica a identificação psicológica com o espaço; os territórios são importantes em razão do seu valor simbólico. Estas definições chamam a atenção para os pensamentos e sentimentos dos seus proprietários e para o valor simbólico da personalização, mesmo na ausência física do proprietário.

O transfert conceptual para os indivíduos humanos caracteriza-se, por um lado, pela confluência de várias disciplinas, e por outro pela abertura dos conceitos de território e de territorialidade seja a complexificações (por ex. a significação dos territórios), seja a objectos como o conflito de gangs, o crime ou o estudo do alojamento[59] . B. Brown (1987) salienta esta confluência disciplinar: "Ao contrário da abordagem biológica, a abordagem social do

---

[59] Eis outra linhagem de estudos que podemos fazer remontar à Escola de Chicago: no célebre "The Gang" de Thrasher, em 1927, a formação de bandos era esclarecida na ligação dos seus membros a um território intersticial (Muncie e McLaughlin,1996; Coulon, 1992; Hannerz, 1980).

território não pode reivindicar uma herança intelectual unificada. Ao invés, os seus proponentes advêm de campos da biologia, antropologia, geografia humana e comportamental, psicologia ambiental e psicologia social". Para estes proponentes, a abordagem bio é limitada. "Todos eles se centram no modo como lugares e coisas são partes inerentes dos processos sociais e da identidade humana".

A abordagem social dos territórios não contradiz a biológica. Mas salienta a dimensão tempo: os seus utilizadores não estão perpetuamente envolvidos na sua demarcação e defesa. Salienta também a identificação com os espaços. São importantes como valor simbólico - por ex. o valor simbólico das personalizações. O território não se faz só da presença dos proprietários, mas dos símbolos. "Comportamento territorial é um mecanismo de regulação das ligações entre o próprio e o outro, que envolve personalização e marcação dum lugar ou objecto e a comunicação da sua pertença por uma pessoa ou grupo. Personalização e pertença são planeados para regular a interacção social e ajudar a satisfazer variados motivos sociais e físicos. Respostas defensivas podem ocorrer, por vezes, quando as fronteiras territoriais são violadas" (Altman,1975).

A abertura do conceito por força da sua transposição para o comportamento humano manifesta-se de vários modos:

- *desdobra-se*: abrir-se significa revelar patamares no interior do que parecia uno. Os territórios podem ser primários, secundários e públicos (Altman, 1975; Altman e Brown, 1981); dos primeiros para os últimos, diminui a ocupação e a centralidade psicológica para o indivíduo; os *primários* acolhem, precisamente, grupos primários - família e pequenos grupos de relação face-a-face; os *secundários* são mais acessíveis ao estranho, que fica

sujeito ao controle aí exercido e são frequentemente associados a grupos, como vizinhos, co-trabalhadores, membros dum gang de rua. São mais propícios a serem controlados por grupos do que por um indivíduo. O tipo de identidade manifestada pode ser a identidade de grupo, pondo, por isso, em relevo apenas um dos papéis do reportório dos seus utentes; nos *públicos* há uma ocupação aberta a todos e são determinados na base "primeiro a chegar, primeiro a ser servido" - cabines telefónicas, autocarros... Ward e Russel (1982) sugerem que, mais do que definir tipos, esta divisão estabelece um continuum. Um *lugar*, de acordo com os autores, tem o seu significado percebido exactamente a partir dos indivíduos a quem pertence e dos indivíduos que lhe pertencem.

Particularmente interessante para relacionar com os nossos dados empíricos é a noção de *território interactivo* ou *portátil* (Brown, 1987): quando as reivindicações territoriais são feitas para proteger uma dada interacção, em vez do próprio espaço; uma variedade de sinais não verbais tanto estáticos como dinâmicos protegem os territórios interactivos. Veremos adiante que os territórios psicotrópicos que investigámos têm características de secundários e de interactivos; neste último caso, referir-nos-emos às características comunicacionais que os mantém.

- *adquirir características únicas:* "Nos animais o uso do espaço é esteriotipado, sugerindo um mecanismo de base biológica. Nos humanos é variável, sugerindo um mecanismo aprendido" (B. Brown, 1987); o do animal é exclusivo, o do ser humano pode ser partilhado. Os trabalhos de pesquisa da proxémica dão amplo suporte empírico ao uso aprendido do espaço e à plasticidade das vivências territoriais[60]. A territorialidade, na espécie humana,

---

[60] Cf E. Hall (1966, 1981) para uma revisão da proxémica feita por autores consagrados da psicologia ambiental, cf. Altman e Vinsel, 1977.

pode adquirir elaboradas mediações simbólicas - a lei é disso um exemplo[61] . Por outro lado, eles servem necessidades longe do biológico imediato: estatuto, reconhecimento pelos outros, realização, auto-imagem (Gold, cit. por Brown, 1987), necessidade de privacidade, intimidade e solidão (Altman, Taylor, Fergunson, Westin, cit. por Brown, 1987). Enfim, a territorialidade é um sistema social regulador e possuidor de símbolos de identidade - e " torna a vida preditível" (Eibl-Eibesfeldt, 1989).

- estabelece rede com outros conceitos: identidade de lugar; vinculação ao lugar, apropriação; enraizamento ('rootdness) e privacidade.

O primeiro deles já foi alvo de atenção atrás; quanto aos outros, esclarecemo-los um pouco adiante.

A multiplicidade das disposições territoriais, nas diferentes culturas, sinaliza a capacidade de adaptação ecológica dos indivíduos (Eibl-Eibesfeldt, 1989). Na cidade, verificamos que os territórios psicotrópicos se situam preferencialmente em espaços sociais paralelos. Desenvolveremos e interpretaremos esta constatação no CAP. 5 da PARTE B ("Os lugares onde a cidade se interrompe"). Por agora, vejamos o que designa a etiqueta "espaços sociais paralelos". Fischer (1994) divide-os em marginais, intersticiais, de errância e tomados. Para os nossos objectivos, vão interessar-nos os marginais e os intersticiais.

- espaços sociais paralelos: "São objecto de usos sociais não previstos e/ou em não conformidade com os códigos respectivos" (Fischer, 1994). O espaço social funciona como um campo topológico dos valores, onde estes estão hierarquizados segundo normas culturais. O espaço é uma forma

---

61 Cf. B. Sousa Santos (1980), que estuda a emergência de leis espontâneas em favelas do Rio de Janeiro como produto e regulação de disputas territoriais.

produzida materialmente, uma 'abstracção concreta' (Shields, 1991). Funciona num duplo registo de integração/exclusão e de liberdade/imposição (Fischer, 1994).

- *espaços marginais:* Albergam uma "vida social paralela" e têm três características, de acordo com Fischer (1994). A primeira é o *distanciamento*: sítios de populações marginais (vivem ao lado dum universo social valorizado), de indivíduos mal integrados, rejeitados, objecto de exclusão. A figura do *ghetto* exemplifica estes espaços[62] . A segunda é o facto de serem "*espaços caixote-do-lixo*, aos olhos duma concepção que estrutura a realidade social sob o princípio valorização/desvalorização". A terceira refere-se à manifestação de "*uma forma de vida social particular*, ou seja, em cuja margem se desenvolvem processos sociais que possibilitam que os indivíduos ressocializem o próprio tecido que os dissocializa" (Fischer, 1994).

No CAP. 5 retomaremos este tema, aplicando uma proposta de leitura funcional do espaço psicossocial à nossa unidade de estudo.

- *espaços intersticiais:* São espaços entre dois espaços, assegurando uma transição entre eles. "Não está inteiramente definido, dado que está entre dois, e no qual é possível a expressão duma iniciativa, duma conduta não prevista" (Fischer, 1994). São utilizados para usos que lhes conferem um outro papel que não o atribuido às suas funções (por ex: o "corner" entre dois blocos dum bairro social não foi concebido para lugar de consumo de drogas). "Os espaços

---

62 O *ghetto* é um objecto rico de informação sobre os processos de segregação ecológica urbana. Foi já nessa perspectiva que Louis Wirth o estudou, assinando um dos principais trabalhos da Escola de Chicago. G. Fischer (1994) considera-o um "espaço social paralelo ": "A aplicação do termo *ghetto* às condições de vida de grupos desfavorecidos que vivem em bairros urbanos periféricos, permite que se precise a mecânica da exclusão em territórios para onde foram relegados os mais desfavorecidos económica, social e culturalmente. Uma das características desses territórios marginais é que são sempre e ao mesmo tempo objecto de rejeição social, sem que os que neles vivem tenham, ao habitar nesses bairros, uma qualquer vontade de se diferenciarem e de viverem à parte. É pois o processo de segregação em toda a sociedade, através do qual se associaram espaço e segregação, o responsável pelo afastamento constituído precisamente pelos espaços marginais. É por isso que o local onde se vive constitui em si um traço cultural do habitante: a sua casa e, de maneira mais lata, o espaço social em que se encontra, são sempre vistos e designados à luz da norma de que eles são e de que ele é, do mesmo golpe, objecto."

intersticiais são zonas dificilmente definíveis, que se situam na fronteira do funcional e do não funcional. Um exemplo: os terrenos vagos nos espaços urbanos, que na verdade são espaços ocos, lugares vazios (...) que vão ser ocupados por grupos, às vezes marginais ou desviantes, que se vão apropriar deles segundo um estilo de ocupação que lhes dará o respectivo domínio, exercendo nomeadamente uma firme reivindicação territorial em relação a outros grupos (...) surge então como um resíduo, ou antes, como um espaço tolerado pelos espaços organizados" (Fischer, 1994).

O autor chama-lhes "Territórios de refúgio", que encerram criatividade social baseada numa ruptura provisória com sistemas diversos de imposição. Neste sentido, os territórios psicotrópicos são de refúgio e a subcultura *junkie* é a vida social paralela que testemunha tal criatividade social, fugindo ao modo de funcionamento formal, normal e aceite por um sistema. Podemos dizer, a propósito dos territórios psicotrópicos que investigámos e continuando a citar Fischer, sobre espaços intersticiais, que não se trata de meras categorias descritivas, antes "Exprimem uma dinâmica onde se joga uma parte da vida social. (...). Neste sentido, eles informam-nos sobre um processo de reapropriação quotidiana do tempo, dos espaços e dos objectos, o qual se manifesta de facto como uma apropriação selvagem; são lugares de socialização informal em que a vida e os contactos se exprimem de maneira mais ou menos clandestina".[63]

O tema da apropriação dos espaços aparece disseminado com frequência em vários textos da psicologia ambiental e da sociologia do espaço.

---

[63] Não resistimos a dizer que, antes de nos encontrarmos com o excelente texto de Fischer - um autor que exemplifica um modo fenomenológico de se situar na psicologia ambiental algo divergente do dominante nos E.U.A. - já tinhamos tanto nas notas de terreno como em algum texto (cf. Fernandes, 1993), discorrido sobre espaços intersticiais. Não queremos sublinhar com isto qualquer originalidade (Thrasher, em 1927, já falava em territórios intersticiais), mas antes por em evidência a validade do processo inferencial a partir da observação participante.

Talvez o facto da apropriação de algo estar inscrita na experiência antropológica de qualquer indivíduo justifique a pouca atenção que merece - utiliza-se para explicar algum processo em curso, e não como objecto que exija explicação. Na leitura *a posteriori* do nosso diário de campo verificámos a frequência com que utilizávamos o termo apropriação. Dediquemos-lhe, pois, algumas linhas, baseando-nos em Proshansky (1976).

A noção de apropriação pode ser concretizada a partir dos fins ou objectivos a atingir ou a partir de comportamentos com vista a accionar esses fins. O espaço é apropriado para se ter autoridade, domínio ou poder sobre ele; mas este processo não é instantâneo ou automático nem é necessariamente claro para os indivíduos ou grupos envolvidos. "Em cada pessoa, a definição do eu ou daquilo que é chamado de "o eu", a "auto-imagem", a "identidade do eu", inclui necessariamente dimensões de lugar e de espaço que, no seu conjunto, constituem aquilo que denominámos de identidade de lugar (...) a apropriação do espaço, torna-se um processo crítico para a compreensão do desenvolvimento das mudanças na personalidade da pessoa ao longo de todo o ciclo de vida (...) as pessoas não só apropriam o espaço como são também apropriadas por ele." (Proshansky, 1976).

A apropriação está relacionada quer com a vinculação quer com a identidade de lugar. "A vinculação ao lugar (*Place Attachment*) envolve experiências positivas de laços, por vezes ocorrendo de um modo não consiciente, que se desenvolvem ao longo do tempo através de ligações afectivas, comportamentais e cognitivas entre individuos e/ou grupos e o seu ambiente sociofísico. Esses laços fornecem uma estrutura para os aspectos tanto individuais como comunitários da identidade, tendo características estáticas e dinâmicas." (Brow & Perkins, 1992). Quando é experienciada negativamente, a vinculação pode ser vivida como alienação. Speller & Sime (1993) consideram

que existem três tipos de vinculação ao lugar: a vinculação a objectos e espaços pessoais, a vinculação ao grupo social e a vinculação comportamental que está relacionada com a tendência para o indivíduo ou grupo se comportarem de determinadas maneiras relativamente a objectos pessoais, ao lar e à comunidade.

O enraizamento (*rootedness*) refere-se, segundo Tuan (1977) ao sentimento de estar completamente em casa, num determinado lugar, o que, dum modo não reflectio, é seguro e confortável, a familaridade, a intimidade, a continuidade e a estabilidade relacionam-se com ele. Hummon (1992) sugere duas formas de enraizamento: o enraizamento do dia-a-dia e o ideológico. O enraizamento ideológico refere-se a sentimentos fortes de satisfação, vinculação e pertença que são associados a uma identificação consciente com a comunidade; no enraizamento do dia-a-dia não existem identificação, vinculação e sentimento de pertença, os indivíduos "estão empregnados por uma perspectiva relativamente simples, assumida como segura e largamente composta por imagens locais da vida comunitária" (Hummon, 1992).

Finalmente, a privacidade é um processo dialectico de abertura e retracção (*closeness*) regulado pelo desejo de contacto com os outros e pelo contexto socio-físico (Altman, 1974). Os mecanismos para obter privacidade podem ser "verbais e paraverbais ou o estilo e conteúdo das respostas verbais; espaço pessoal, definido em termos de distância e ângulo de orientação perante os outros e território ou uso e apropriação de objectos e áreas num determinado local geográfico".

3.2 - DROGAS, USOS DE DROGAS E TOXICODEPENDÊNCIA

Droga:: deveria ser simples defini-la. Mas não é. A razão fundamental reside no facto de a psicoactividade não ser um fenómeno pacífico ou neutro. "Quem busca objectividade cuidará de não misturar ética, direito e química", advertiu-nos Escohotado (1990). E acrescenta: "Até que não saibamos muito mais, poderíamos (para definir e classificar as drogas) partir de necessidades ou funções básicas, deixando que os legisladores expliquem porque é que compostos díspares recebem tratamento igual, ou porque é que compostos semelhantes recebem tratamento distinto, e esperando também que os químicos esclareçam porque é que irmãos gémeos exercem efeitos tão pouco análogos sobre o nosso organismo, e substâncias sem qualquer parentesco exercem uma acção tão similar. Estes enigmas do direito e da química talvez se resolvam com o tempo(...)".

Procuremos, mesmo assim, precisar o que é a droga. "Por droga -psicoactiva ou não- continuamos a entender o que desde há milénios pensavam Hipócrates e Galeno, pais da medicina científica: uma substância que em vez de 'ser vencida' pelo corpo (e assimilada como simples nutrição) é capaz de 'vencê-lo', provocando -em doses ridiculamente pequenas se comparadas com as de outros alimentos- grandes alterações orgânicas, anímicas ou de ambos os tipos" (Escohotado, 1996). Passemos da tradição à sua problematização: droga "é um termo vago, equívoco, que inclui substâncias perfeitamente heterogéneas, imprecisamente definidas, impossíveis de reunir sob uma única etiqueta, ao mesmo tempo que exclui indevidamente outras. Por outro lado o termo está carregado de conotações negativas irracionais" (Jervis, 1977). A afirmação de Jervis sintetiza bem uma problematização presente no discurso de muitos especialistas. Se ela é em primeiro lugar uma substância procurada pelas suas propriedades químicas, talvez lhe devêssemos

encontrar a definição partindo desse facto; foi, de resto, o caminho seguido tanto pela UNESCO, em textos informativos sobre o "problema da droga", como pela OMS: droga "é toda a substância que, pela sua natureza química, afecta a estrutura e o funcionamento do organismo" (Kramer e Cameron, citados por Comas, 1985; Nowlis, 1975). Tanto Kramer e Cameron como Nowlis propuseram esta definição em textos difundidos pela OMS e pela UNESCO em 1975. Ela poderia ter a vantagem de eliminar as conotações negativas irracionais a que Jervis se refere - a linguagem denotativa da farmacologia assegurar-lhe-ia a neutralidade. No entanto, a demasiada generalidade e o referencial exclusivamente farmacológico da definição retiram-lhe operatividade. Se a droga se pudesse definir no plano estritamente farmacológico deveríamos falar dela sempre no plural e dizer, p.e., "o problema das drogas". Com efeito, a procura de substâncias psicoactivas incide tanto sobre produtos euforizantes como sobre os seus contrários, incide tanto sobre estimulantes como sobre os seus contrários, incide tanto sobre produtos cujo efeito dura prolongadas horas como sobre outros que "duram" cinco minutos... Pelo lado das propriedades químicas a procura das drogas pareceria incoerente e dispersa, submetida a padrões contraditórios por vezes no mesmo indivíduo e durante o mesmo dia...

Jervis avança com uma definição para além da farmacologia: droga é todo o conjunto de substâncias químicas "introduzidas voluntariamente no organismo com o fim de modificar as condições psíquicas e que, enquanto tal, criam mais ou menos facilmente uma situação de dependência no sujeito" (Jervis, 1977). Seleccionámos esta definição de entre as várias disponíveis nos textos da especialidade por ser aquela que, em relação à definição proposta pela farmacologia, sem negar a necessidade do facto químico em si, o subordina ao plano psicológico: a substância retira a sua qualidade de "droga" ao ser manipulada voluntariamente por um indivíduo com o fim de interferir nas

suas próprias vivênvias psiíquicas. É, parece-nos, na desprogramação dos estados psíquicos habituais e na reprogramação de estados alternativos que emerge a primeira conotação irracional, retomando a expressão de Jervis, ligada à palavra "droga"[64]. Descentrando-a da possibilidade de se objectivar farmacologicamente, recentra-a na relação com o indivíduo: a "droga" é sobretudo um comportamento que utiliza instrumentalmente um produto químico determinado.

Parece-nos, pois, que ela se define desde logo em função dum primeiro nível transgressor: o psicológico. O indivíduo interferiria na sua programação psíquica, pagando o custo duma futura situação de dependência.

Esta possibilidade de criar dependência no sujeito, contida na parte final da definição de Jervis, tem sido tomada tradicionalmente como delimitadora do que é a droga. A *dependência física*, que segundo a OMS é o estado de adaptação que se manifesta por transtornos físicos internos quando se suspende a administração da droga, teria a sua manifestação mais visível no *sindrome de abstinência*: conjunto dos sintomas físicos e psíquicos resultantes da supressão brusca da ingestão duma droga da qual há dependência física. Entre dependência física e síndrome de abstinência há, pois, circularidade: para este se manifestar é preciso haver dependência, esta reconhece-se se aquele se manifesta. A *tolerância*, por sua vez, e ainda segundo a OMS, é o estado de adaptação caracterizado por diminuição de resposta a uma mesma quantidade duma droga determinada. Consequência: para se continuarem a experimentar efeitos semelhantes é necessário aumentar a dose, facto que não acontece, porém, com todas as substâncias classificadas como drogas.

---

64 A opção por estados psíquicos alternativos é ligada pelas imagens culturais do fenómeno à desordem mental, à desrazão e ao descontrole. A droga seria a primeira loucura investida de desejo na história do Ocidente (Agra, 1982 b). A reacção social repressiva em relação à "política do êxtase" (Cooper, 1974) que afirmava uma posição existencial e política a partir da vivência das drogas alucinogéneas (encontramos elementos da política do êxtase no movimento hippie) é a este respeito paradigmática.

Apesar do aparente distanciamento das definições dos organismos internacionais, é notório que funcionam no interior dum determinado referencial, que remonta ao ínicio da medicalização e da criminalização dos psicoactivos. Senão, vejamos como a tolerância a uma droga pode ser definida um modo oposto ao que acabámos de ver: "(...) desde as origens e até meados do século XX, os farmacólogos entendiam que 'a familiaridade tira o aguilhão ao veneno', e que o mais razoável uso dos tóxicos passava por uma habituação gradual a eles. A partir das leis repressivas, o factor de tolerância não se entende como capacidade de uma droga para estar em contacto com o organismo sem graves efeitos nocivos, mas como medida da sua propensão ao abuso(...)"(Escohotado,1990).

As noções de dependência, tolerância e síndrome de abstinência encontram-se já descritas na obra pioneira de Louis Lewin (1850-1929), fundador da farmacologia moderna das drogas e estudioso de aspectos antropológicos das substâncias psicoactivas em contextos culturais diversos. Em 1871 descreve pela primeira vez um caso de dependência da morfina, a que chamou "morfinismo"; em 1879 publica OBSERVAÇÕES SOBRE 110 CASOS DE DROGADICÇÃO, "que marcaram o início da preocupação pública, médica e política pelos problemas relacionados com a dependência de drogas" (Comas, 1986); em 1924 publica PHANTÁSTICA, "um texto de grande difusão que depressa se considerou a 'bíblia' das drogas". Estabeleceu também a noção de *efeito principal* característico de cada droga, entendido e descrito em termos psicológicos: euforizante, alucinogéneo, embriagante, narcótico e excitante. O modelo lewiniano generalizou-se: passando os limites da farmacologia e da medicina, determina ainda hoje as concepções sanitárias dominantes no campo das drogas e é responsável pelos esteriótipos do que se entende hoje em dia por droga. Comas (1986) adverte para a curiosidade de "a definição de

droga, apesar dos grandes avanços científicos, se ajustar ao estado da ciência de há um século"...

A capacidade duma substância causar síndrome de abstinência observável em indivíduos concretos e no nosso meio sociocultural pode, pois, ser tomada como critério daquilo que é uma "droga", de acordo com a perspectiva clássica imposta pelo modelo lewiniano. Domingo Comas, adaptando para todas as substâncias capazes de causar síndrome de abstinência a definição de dependência de álcool proposta pela OMS[65], avança com uma definição: "Droga é toda a substância que ao ser usada por indivíduos provoca em alguns deles síndrome de abstinência, percebido pelo próprio indivíduo, o seu envolvente grupal ou a sociedade como tal. A aparição dum síndrome de abstinência depende das propriedades farmacológicas da substância ao interaccionar com um organismo vivo" (Comas, 1984). O autor acrescenta, após a definição, que a compreensão da interacção indivíduo-substância exige a superação do modelo lewiniano: enquanto neste a farmacologia esclarecia a interacção (nomeadamente a noção de efeito principal, que determinava efeitos universais para todos os sujeitos com cada tipo de droga), hoje há condições para complexificar a concepção desta interacção, englobando codificações culturais, componentes simbólicas e determinantes socio-históricas. Adoptaremos uma definição coerente com os princípios do interaccionismo simbólico , inspirando-nos na que Becker utilizou para definir os indivíduos desviantes (Becker, 1969). Parecendo tautológica, afigura-se-nos a mais esclarecedora: "droga é só aquilo a que se chama droga. Enquanto uma substância não for denominada como droga não é droga, e inclusivé uma substância pode ser, em certas ocasiões e circunstâncias, droga e noutras não" (Comas, 1984). Restar-nos-ía acrescentar a sábia observação de Thomas Szazs

---

65 OMS (1977). INCAPACIDADES RELACIONADAS CON EL CONSUMO DE ALCOHOL. Genebra.

(1974), quando afirma que a diferença entre a água e a água benta não é química mas religiosa...

O conceito de droga e as práticas que proliferam a propósito de si enraízam num plano socio-histórico determinado - a "droga" só existe enquanto "problema" porque é uma entidade codificada culturalmente e detentora de constelações simbólicas próprias. Se atrás a tínhamos visto definir-se em função dum primeiro nível transgressor - o psicológico -, vemo-la agora fazê-lo em função dum segundo nível transgressor: o socio-cultural. *Mutantis mutandis*, poderíamos agora falar de desprogramação e reprogramação já não individual, ao nível psíquico, mas colectiva, ao nível socio-cultural [66].

A definição avançada sugere que a "droga" se identifica por meios mais socio-culturais do que farmacológicos. "Evidentemente, tal posição continua a implicar propriedades farmacodinâmicas comuns, mas já não necessariamente determinantes na delimitação das drogas e seus efeitos" (Comas, 1985). Assim, ao manancial das "drogas teóricas" descritas pela farmacologia corresponde-se um reduzido número de substâncias culturalmente codificadas como "drogas". E é com estas que um indivíduo concreto, num contexto socio-histórico concreto, pode chegar a criar uma identidade que inclua a componente "drogado" e ser etiquetado socialmente como tal. São estes os indivíduos que interessam ao nosso trabalho, é sobre as substâncias que as sociedades ocidentais seleccionaram mais ou menos consensualmente como "drogas" que nos debruçaremos. Este é, pois, um trabalho sobre o "fenómeno droga" enquanto realidade contemporânea que diz respeito ao uso e abuso de substâncias que a nossa formação social identifica como "drogas"[67].

---

[66] Reencontraremos esta temática no CAP. III, secção 1.3.

[67] O discurso dos especialistas tende hoje a assimilar o álcool, o tabaco e os psicofármacos ao conceito de "droga" - com o objectivo de chamar a atenção para a necessidade preventiva face à

Adoptaremos por isso a definição de Comas. Deixaremos de lado, nos interesses e nos objectivos deste trabalho, o álcool, o tabaco e os psicofármacos e seus respectivos utilizadores. E centrar-nos-emos sobre as substâncias, na sua maioria ilegais, que configuram o "problema da droga" no discurso colectivo: a cannabis (sobre as formas correntes de erva ou liamba e de haxixe), os alucinogéneos, a cocaína, os opiáceos (especialmente o mais difundido actualmente, a heroína) e algumas substâncias de consumo mais limitado e menos centrais no problema, como o crack e os solventes orgânicos. Consideraremos ainda os casos dos psicofármacos que, sendo de venda legal por prescrição médica, existem num circuito paralelo de tráfico e atingiram estatuto desviante quando consumidos sob certas formas (p.e. as benzodiazepinas quando ingeridas em combinação com o álcool - ou o curioso fenómeno de duas substâncias de consumo legal se associarem para produzir um combinado que é "droga"...; p.e. as anfetaminas de administração oral quando consumidas por via intravenosa...)[68]. Os psicofármacos assim consumidos fazem parte da panóplia das "drogas" e são parte da constelação de produtos presentes nas situações de politoxicodependência.

. *toxicodependência*: segundo a OMS é "um estado psíquico, e por vezes também físico, resultante da interacção entre um organismo vivo e um

---

perigosidade toxicológica destas substâncias, que sob este aspecto seriam "drogas". Mas o plano profundo que sustenta este discurso continua a manter a clivagem entre o legal e o ilegal - um alcoólico ou um adicto ao tabaco não são ditos "drogados". Não sustentam por isso o mesmo tipo de reacção social. Uma mesma substância é, assim, hoje no discurso dos especialistas uma droga farmacologicamente mas um produto sem conotação desviante do ponto de vista social. As "drogas" são hoje ao mesmo tempo drogas e não-drogas, facto que não favorece muito a clarificação do problema...

[68] Voltamos ainda ao tema da nota anterior: a questão da divisão tradicional das drogas em legais e ilegais. Dentro das legais há algumas cuja procura e tipo de consumo torna "ilegais" - mais ainda, torna objecto de tráfico não só o produto como as receitas médicas que permitem obtê-lo legalmente. Por sua vez, opiáceos de síntese como a metadona podem ser obtidos legalmente por consumidores de drogas ilegais em centros especializados. Portanto, o critério que faz duma substância remédio ou veneno - os dois sentidos originais do termo "pharmakos" - é pouco claro do ponto de vista farmacológico, prendendo-se sobretudo com o tipo de uso e as codificações culturais que origina.

produto tóxico, caracterizando-se por modificações do comportamento, e por outras reacções, que incluem sempre a compulsão para tomar drogas dum modo contínuo ou periódico, a fim de experimentar efeitos específicos ou de evitar o mal estar da privação" [69].

Esta definição subordina o comportamento de consumo a um "estado psíquico, e por vezes também físico", que se deve à interacção do tóxico com o sujeito - como se neste encontro se engendrasse uma modificação comportamental que levaria à situação de toxicodependência. Sem entrarmos ainda na discussão teórica, que deixaremos para mais tarde, sempre diremos desde já que esta definição da OMS presta-se a uma leitura linearista do fenómeno: encontro sujeito-droga ----> estado psíquico e físico ----> modificação do comportamento ----> toxicodependência. Ora, a determinação duma toxicodependência não provém linearmente do efeito químico da droga sobre o sistema físico do sujeito, nem duma modificação comportamental tão absoluta provocada pela droga, mas do comportamento do sujeito em relação aos psicoactivos - é este comportamento, que pode enraizar em modalidades de funcionamento do sujeito prévias, que, em etapa posterior, pode determinar dependência. Só este comportamento permite afirmar que há uma situação de toxicodependência. Dum modo mais esquemático, podemos dizer que a droga não determina mais do que a intoxicação; o desejo dela é que faz o toxicodependente. Pode haver assim muitas cambiantes na relação do indivíduo com o químico: um comportamento toxicodependente em relação a uma droga de baixa toxicidade e um comportamento de consumo ocasional em relaçao a uma droga "dura".

A terminologia actualmente empregue com respeito à dependência de drogas é algo confusa: os termos "adictividade" ou "adicção", "toxicomania",

---

69 OMS (1969) Série de Relatórios Técnicos nº 477, Comité OMS de especialistas de farmacologia. Genebra.

"toxicodependência" e "farmacodependência" vêem-se muitas vezes aplicados sem distinção entre si. Por vezes "hábito" utiliza-se também para significar toxicodependência. No sentido de reduzir a dispersão terminológica, a OMS tem dado directrizes específicas. Mas verifica-se que as próprias directrizes variam conforme o ano do relatório - ou seja, conforme o comité de especialistas. Assim, p.e., pode ler-se a recomendação dos termos "toxicomania" e "adictividade" para as formas graves de dependência e o de "habituação" para as formas leves (que são as que não incluem tolerância à droga, síndrome de abstinência por supressão daquela nem tomada compulsiva, mas apenas desejo intenso de consumo). Pode ler-se igualmente a recomendação da substituição do termo "toxicomania" pelo de "farmacodependência" - recomendação, diga-se, pouco acatada pela maioria dos autores. Enfim, há ainda a recomendação do termo genérico de "dependência" para as situações em que não seja óbvia a distinção entre uma situação de toxicodependência e uma de habituação; mas também se fala de "dependência" como o termo que recobre a dispersão dos outros, citados acima.

Que posição tomar? Perante a profusão de termos que circulam nos textos da especialidade, fácil se torna concluir que a própria OMS não tem logrado unificar a linguagem. Temos assim de optar, utilizando um critério que se mantenha constante em todo o texto. Utilizaremos *toxicodependência* como o termo que se ajusta às situações que nos interessam: as dependências criadas em relação a um produto cujo tipo de utilização torna tóxico[70]. Não utilizaremos o de "farmacodependência" pois a palavra "fármaco" generalizou-se na linguagem corrente para os medicamentos de utilização e

---

70 Vincar-se-á assim a distinção em relação a outras situações de dependência em que o objecto não é um tóxico - como por ex. situações de dependência afectiva identificáveis na relação amorosa (cf. Fernandes, 1987).

controle medico-legais[71] - o seu emprego resultaria assim restritivo. Reservaremos o termo *toxicomania* para quando, sobretudo no capítulo II, nos movermos no referencial clínico, que é o da sua origem.

. *toxicodependente*: "aquelas pessoas (normalmente uma minoria nos consumidores de drogas) cuja vida está centrada na dependência duma substância a tal ponto que produz consequências como (1) sérios transtornos físicos ou psicológicos; (2) impossibilidade ou dificuldade de livrar-se da dependência, inclusivé quando ela é vivida como destrutiva; (3) eventual aparição do síndrome de abstinência." (Jervis, 1979). Olievenstein propõe uma definição de acordo com a observação clínica: "Consideraremos como toxicómano todo aquele que, a partir dum produto de base, faz a escalada para um outro ou outros produtos, e/ou os utiliza quotidianamente ou quase" (Olievenstein, 1973).

. *consumo/uso/relação com drogas; carreira ou itinerário*: os trabalhos iniciais sobre o fenómeno da droga, ou os de carácter introdutório, dedicavam grande debate à necessidade de ser distinguido o contacto, ainda que regular, com drogas, da dimensão toxicómana que poderia vir a revestir[72]. Bastará de momento sublinhar que consumir drogas não é ser toxicodependente, nem tão-pouco é ter necessariamente uma probabilidade muito dilatada de o vir a ser. O conceito de *carreira* ou *itinerário* parece-nos útil a esse respeito, pois esclarece a relação dos indivíduos com as drogas não em termos de

---

[71] O que não impede que sejam utilizados como droga, no sentido em que a definimos atrás - assim, alguns toxicodependentes são sobretudo "farmacodependentes", como nos exemplos típicos da dependência de metadona e da de benzodiazepinas ("drunfos" tipo rohypnol).

[72] Esta distinção, bem como a distinção consumidor/traficante, óbvias hoje (ainda quando sabemos em certos casos a distinção ser inexistente) procuravam diferenciar os graus de envolvimento com as drogas, evitando meter tudo no mesmo saco e racionalizando o regime de penas a aplicar em cada uma das classes diferenciadas. A distinção proposta por H. Nowlis entre consumidor experimental, ocasional, regular e conpulsivo é provavelmente a mais conhecida e operacional (Nowlis, 1975).

comportamento mecânico com valor absoluto em si, mas em termos de percurso - séries distintas e complexas de comportamentos, processos, relacionamentos específicos. Assim, se em vez de falarmos de *consumo de drogas* - comportamento pelo qual um indivíduo introduz uma droga no organismo - falarmos antes de *relação com drogas* estaremos a sugerir a necessidade de compreensão dum itinerário, formado por relações sucessivas e sobrepostas do indivíduo com estruturas de que faz parte e em relação às quais a droga desempenha um papel e induz reacções. Estaremos não só a falar do comportamento imediato, mas do significado simbólico e social das condutas que incluem a droga, centralmente por vezes. Estaremos ainda a falar do modo como o sujeito se chega a percepcionar a si próprio e é percebido pelos que o rodeiam como "drogado" - momento fulcral para o desenvolvimento da carreira de toxicodependente.

Concluamos, dizendo que o "síndrome de abstinência é uma fase mais do utilizador de drogas, aquela na qual alcança o estatuto de toxicómano" (Comas, 1983). É, portanto, um ponto do itinerário, uma dimensão específica do relacionamento com drogas. Um ponto que pode nunca chegar a vir, que pode vir rapidamente, que pode vir e ir-se. Corresponde ao "estar agarrado", expressão que tende a vulgarizar-se, saindo do ambiente *junkie* de origem

Distinguimos também *consumo* de *uso* (a distinção britânica entre "take" e "use drugs"): o uso designa uma situação que vai muito mais além do que o mero encontro dum indivíduo com um químico. Um mesmo consumo duma mesma droga presta-se a usos muito diferentes. Esta situação fica bem ilustrada com o exemplo da subcultura *hippie*, que extrairemos de Paul Willis (1983): no contexto desta subcultura consumia-se cannabis ou alucinogéneos para se ficar *head* - estado de auto-percepção interior exploratória dos limites do eu, estado alucinogéneo de *trip*, estado de comunicação especial com o grupo. Um mesmo consumo por um indivíduo exterior à subcultura *hippie*

não o poria *head*, mas apenas *stoned* (experiência imediata do efeito da droga, sem o enquadramento simbólico *head*).

Em resumo, as noções de relação com droga e de itinerário (carreira) convergem na hipótese, que se afigura cada vez mais fecunda, de que o consumo de drogas não é explicável sem a referência ao modo ou à estrutura de vida. Os trabalhos de autores como Faupel ou Grapendeaal encorajam a adopção da perspectiva do "estilo de vida", conceito que utilizaremos frequentemente neste texto em vez do conceito de carreira.

Ainda um comentário final sobre a linguagem a adoptar: quando falarmos de *fenómeno droga, problema da droga* ou similares, estamos a aderir às designações correntes para os fenómenos da relação de indivíduos com drogas, no sentido em que as definimos atrás. Utilizaremos a expressão *objecto droga* para designar tal relação quando encarada do ponto de vista das ciências humanas. Não teremos assim como prioritárias a componente judicial, da comunicação social, do senso comum ou outras, que tecem a representação do "problema", da "epidemia", da "praga", da "peste do século" que dizem ser o fenómeno droga. Refira-se que este labor enunciativo, persistente e infiltrado nos interstícios discursivos que organizam e dizem o social, estabelece relações complexas com o próprio discurso com legitimação científica. Falaremos inúmeras vezes, simplesmente, nas *drogas* (por ex. as dorgas nos bairros), recobrindo as diversas práticas quotidianas em torno dos psicoativos.

3.3. ESTIGMA

A noção de espaço marginal, que tratámos no ponto 3.1, convoca uma outra - a de estigma. "Tudo se passa como se a característica dum espaço como

espaço marginal servisse socialmente de equivalente a um espaço topológicamente periférico, estigmatizado socialmente como espaço de rejeição." (Fischer, 1994). Shields (1991) chama a atenção para o carácter ambíguo destes espaços, ao mesmo tempo alvo de rejeição e de nostalgia e fascinação. Refere que o seu estatuto marginal pode advir da localização geográfica "out-of-the-way", do facto de serem sítios de actividades ilícitas ou desvalorizadas socialmente, da circunstância de serem o Outro pólo (maiúsculas do autor) dum importante centro cultural. A periferia não é necessariamente topográfica - há uma periferia social, na expressão de Shields. "Os espaços marginais não estão necessariamente em periferias geográficas, mas primeiro e acima de tudo, têm sido colocados na periferia de sistemas culturais de espaço, nos quais os lugares são ordenados uns em relação aos outros. Todos eles carregam a imagem e o estigma da sua marginalidade, que se torna indistinguível de qualquer identidade básica que alguma vez possam ter tido".

O conceito do estigma foi amplamente desenvolvido por Erving Goffman, no hoje clássico "*Stigma*" (1963). Os gregos "que aparentemente sabiam muito de meios visuais, criaram o termo *estigma* para se referirem a signos corporais com os quais tentava exibir-se algo de mau ou pouco habitual no estatuto moral de quem os apresentava". Sinais do corpo (cortes, queimaduras) advertiam que o portador era um escravo, um criminoso, um traidor - "Uma pessoa corrupta, ritualmente desonrada, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos". No cristianismo passa também a designar sinais corporais da graça divina (chagas).

Goffman relaciona este conceito com os de identidade, estatuto e informação sociais: a informação social é aquela que o indivíduo transmite directamente àcera de sí mesmo; o estatuto social inclui atributos pessoais (como a honestidade) e estruturais (como a ocupação); quanto à identidade

social, sublinha o facto de o meio estabelecer as categorias de pessoas que nele se podem encontrar. "O intercâmbio social rotineiro em meios pré-estabelecidos permite-nos tratar com "outros" previstos (aspas do autor) sem necessidade de lhes dedicar uma atenção ou reflexão especial". A identidade social corresponde à possibilidade de situar um estranho, prevendo em que categoria estará e quais são os seus atributos. As primeiras aparências jogam um papel importante neste processo; "Apoiando-nos nessas antecipações, transformamo-las em expectativas normativas" (Goffman, 1963).

Nem todos os atributos indesejáveis são alvo de atenção, mas apenas aqueles que são incongruentes com o nosso estereótipo ácerca de como deve ser determinada espécie de indivíduo "o termo estigma será utilizado, pois, para fazer referência a um atributo profundamente desacreditador; mas do que realmente se necessita é de uma linguagem de relações, não de atributos. Um atributo que estigmatiza um tipo de possuidor pode confirmar a normalidade do outro e, por conseguite, não é nem honroso nem ignominante por sí mesmo". Enfim, "Estigma é a situação do indivíduo não habilitado para uma plena aceitação social"[73]. Distingue os que têm por base deformidades físicas ("abominações do corpo"), os de base psicológica ("defeitos de carácter", em que inclui as perturbações mentais, reclusões, adicções a drogas, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio, condutas politicas extremistas) e os de base social ("estigmas tribais", incluindo raça, nação, religião e classe social). Em qualquer dos três tipos encontram-se os mesmos traços sociológicos: "o indivíduo que podia ter sido facilmente aceite num intercâmbio social corrente possui um traço que pode impôr-se pela força e que nos leva a afastar-nos dele quando o encontramos, anulando a atenção que nos despertariam os seus atributos".

---

[73] Goffman faz referência a E. Lemert, K. Lewin, F. Heider, R. Barker e B. Wright, como os autores mais importantes que se têm debruçado sobre o estigma na Psicologia Social.

Goffman concentra a sua atenção no estigma como modo de elucidar os conceitos de desviância e de indivíduo desviante. Fá-lo dum modo próximo do de Becker[74], e, à semelhança de muitos interacçionistas, acaba por sentir necessidade de definir normalidade antes de dizer o que é a desviância: "Darei o nome de normais a todos aqueles que não se afastam negativamente das expectativas particulares que estão em discussão".

Ao longo da obra não dedica atenção ao estigma que nos interessa considerar - aquele que recai sobre os espaços. Nos ultimos anos, alguns autores têm vindo a estender a sua aplicação a zonas urbanas e a populações marginalizadas (Cf. secção 2. deste capítulo e secção 3.2. do capítulo 3, mais à frente). Aquilo que mais próximo encontramos em Goffman é a classe social baixa, que corresponde a um dos tipos de "estigma tribal". "Na história moderna, particularmente na Grã Bretanha, o estatuto de classe baixa funcionava como um importante estigma tribal: os pecados dos pais, ou pelo menos do seu ambiente, eram pagos pelo filho se este crescia inadequadamente sobre a sua condição social inicial.". Refere igualmente que "na cidade existem comunidades residenciais cabalmente desenvolvidas - étnicas, raciais ou religiosas - que contam com uma elevada concentração de pessoas tribalmente estigmatizadas (ao contrário de muitas outras formações grupais existentes entre os estigmatizados) (...)".

Uma das morfologias espaciais no meio ambiente construido que tem vindo a ser alvo de crítica negativa é a habitação construida em altura. Yeung (citado por J. L. Sangrador, 1986) diz que tal se deve à generalização que se faz a partir das habitações sociais, identificando três ordens de factores para a má reputação destas: (1) Edificações com certos defeitos estruturais (monotonia,

---

[74] A obra "Stigma" e o célebre "Outsiders", de H. Becker, saem em 1963. Ambas se preocupam em definir a normalidade e a desviância como processos resultantes da interacção entre grupos sociais. Esta interacção, que esgrime símbolos da ordem e da desordem, faz emergir regras, conformidades e desvios. Num outro texto (Fernandes, 1990) procedemos à análise crítica de "Outsiders".

F.C.E. BIBLIOTECA U.P.

falta de espaços semi-privados, tamanho muito reduzido, etc.), o que as torna bastante diferentes dos bairros residenciais também construidos verticalmente; (2) São problemáticas em sí mesmas, por ex. pelo seu baixo nível sócio-económico. Isto influencia a sua auto-avaliação e motivação "Nesse pessimismo que os leva a aferrar-se à satisfação presente, deixando que o futuro se resolva por sí mesmo, e a sensação de que em vez de controlá-los, os acontecimentos os controlam a eles.". O autor aproxima este ponto de vista de algumas teses clássicas: "Não longe disto encontra-se a tese em torno da cultura da pobreza de O. Lewis, o desânimo aprendido de Seligman e o controle externo de Rotter."; (3) "Mas a explicação primordial parece residir na grande diferença entre o tipo de interacções sociais habituais nos bairros pobres e as que se dão nos novos blocos de vivendas populares. Com efeito, aqueles parecem ser sociópetos (Osmond), isto é, facilitam a interacção social com uma grande quantidade de espaços semi-privados (ruelas, esquinas, etc...), sob os quais é possível uma constante vigilância, já que portas e janelas costumam dar para a rua". Se juntarmos isto à malha de pequenos comércios, bares e cafés, vemos que são espaços que favorecem a interacção - o que "tende a gerar um estilo de vida (espontâneo, interactivo, orientado para a rua) comunal (...) onde a sensação de semelhança é grande, dado que se reconhece logo a entrada dum estranho".

Este excerto chama a atenção para um aspecto que nos parece primordial: o da conjugação de factores físico-ambientais com factores relacionados com um estilo de vida, um tipo de interacção, um modo próprio de apropriar o alojamento e a área de residência. É precisamente esta conjugação dos dois factores que temos de buscar se quisermos compreender o processo de estigma associado a certos tipos de *habitat* Faremos referência detalhada a isso no CAP. 5 da PARTE B, quando fizermos o exercício comparativo dum bloco popular e dum prédio de alto estatuto residencial,

ambos construidos em altura - aí, cruzámos dados da psicologia ambiental com o conceito de *habitus* para explicar as diferenças encontradas.

O processo de estigmatização de espaços, clivando "boa" e "má" cidade, parece remontar muito atrás. Brantingham e Brantingham (1981) referem o facto de haver em Londres zonas consideradas de má-fama que revela uma impressionante estabilidade: são-no há mais de 150 anos, o que os autores consideram não tanto como um facto natural mas como um verdadeiro enigma para a criminologia ambiental. Por sua vez, Muncie e McLaughlin (1996) referem que "A Grã-Bretanha vitoriana testemunhou uma segregação espacial entre os prósperos e os empobrecidos, entre pessoas respeitáveis e não respeitáveis e entre lugares seguros e inseguros". Stanley Cohen faz uma curiosa comparação entre a tarefa dos frenologistas do final do séc. XIX e os reformistas sociais. Os primeiros estavam empenhados em construir mapas da cabeça circunscrevendo as áreas do bem e do mal, os segundos estavam preocupados com as ruas e as "cloacas", distribuindo "os terrenos e contornos da pobreza, da desregração e da patologia" (Cohen, 1988). As análises ecológicas continuaram a ocupar criminólogos ao longo do séc. XX e "os geógrafos urbanos actuais, urbanistas e estadistas, estão também muito ocupados com os seus mapas de áreas de controle, espaços defensáveis, zonas de alto-crime, rotas de assalto e esquemas espaciais dos delinquentes. E em cada percepção quotidiana e *cliché* jornalistico, atribuimos um significado moral aos territórios do centro da cidade, bairros baixos, ruas seguras, parques públicos, siburbios"(Cohen, 1988)[75]

---

[75] Cohen relaciona, nalguns momentos desta obra, as técnicas de controle social com o estigma. No controle social que exclui (prisão por ex.) há muito maior riqueza simbólica: "o estigma e a degradação do *status* são mais agudos, os desviantes são claramente diferenciados dos não-desviantes e, acima de tudo, está a promessa de que vão ser evaporados, atirados rampa abaixo ou arquivados e não simplesmente regressando uma e outra vez para serem ressocializados" (Cohen, 1988).

Como já referimos, Goffman não aplica o conceito de estigma directamente aos espaços concretos da urbe. Mas, a propósito do "estigma tribal", tece uma consideração que nos importa aqui reter: "Em segundo lugar, aqueles membros da classe baixa que de forma bastante perceptivel levam a marca do seu status na sua linguagem e seus modos, e que, no que respeita às instituições públicas da nossa sociedade, resulta serem cidadãos de segunda classe". Estará Goffman a anunciar-nos aqui o *habitus* ?

3.4.*HABITUS*

O termo *habitus* é a tradução latina de *hexis* de Aristóteles. Tal como Goffman com o estigma, também Bourdieu recua ao lugar seminal da Grécia antiga para se inspirar. Não lhe pertence a responsabilidade de o trazer para a sociologia - mas é ele "que promove a centralidade de tal conceito na teoria social, bem como a respectiva elaboração com base numa matriz teórica específica, a teoria da prática (...)" (Casanova, 1995).[76]

Bourdieu vai-se referindo ao conceito várias vezes ao longo do tempo. Tomemos dois desses momentos, respectivamente "Esquisse d'une theorie de la pratique" (1972) e " Le pouvoir Symbolique" (1989). No primeiro, diz do *habitus* ser "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de acções,* e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas de modo semelhante e graças às correcções incessantes dos resultados obtidos,

[76] Remetemos para este autor, tomando a sua própria expressão, para "Uma avaliação conceptual do *habitus*". Desenvolve os antecedentes, as propriedades e as potencialidades, dificuldades e pistas de desenvolvimento do conceito de *habitus*.

dialecticamente produzidos por esses resultados"; no segundo, "como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista). O *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural".

A *hexis* era entendida como "princípio gerador duravelmente armado de improvisoções regradas" (Bourdieu, 1972). Casanova (1995), na revisão das formas de utilização do conceito, refere-lhe "utilizações pontuais na literatura sociológica clássica". Durkheim fala do *habitus* do nosso ser moral, que seria uma disposição geral do espirito e da vontade que faz ver as coisas sob uma determinada luz; Max Weber salienta o papel da ascese religiosa na transformação do *habitus* físico, mas é com Mauss que "esta noção ganha foros de instância sociológica e antropológica. (...) Mauss salienta, por um lado, a dimensão corporal (ou incorporada), das «improvisações regradas» apontadas na escolástica e, por outro (num período, ainda principiante, de afirmação da sociologia, sobretudo face à psicologia), a produção social do *habitus* realizada através da interiorização de disposições envolvidas nas relações sociais e no processo de socialização" (Casanova, 1995).

Bourdieu retoma, pois, o conceito a partir de uma tradição: "como em Merleau-Ponty ou Heidegger, designa uma relação de cumplicidade ontológica com o mundo, ou ainda no caso em que - como Mauss, o qual reconhece a dimensão corporal da *hexis* como porte ou postura - a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado" (Bourdieu, 1989). E considera que ele contém, ao assim ser retomado da tradição, "um princípio teórico, uma atitude epistemológica, que incita à sua reaplicação" - através, acrescenta ainda, não da contemplação mas da aplicação prática. Ainda assim há uma intenção explícita nesta reapropriação do *habitus* : "sair da filosofia da consciência, sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construção do objecto. (...) Neste sentido, por ex., a noção de *habitus* exprime

sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc." (Bourdieu, 1989).

Se fizermos o exercício de destacar aquilo que permanece nas várias formas de Bourdieu se referir ao *habitus*, damos conta da centralidade da *disposição incorporada:* "a palavra *disposição* parece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): com efeito, ela exprime, em primeiro lugar, o *resultado de uma acção organizadora*, apresentando então um sentido próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, *uma maneira de ser, um estado habitual* (em particular do corpo) e, em particular, uma *predisposição*, uma *tendência*, uma *propensão* ou uma *inclinação*" (Bourdieu, 1972). As disposições evidenciam durabilidade, isto é "a sua relativa inalterabilidade face a mudanças de conjuntura ou de circunstância" e são dotadas de materialidade, "patente quer no facto de serem socialmente produzidas, quer, na sua inscrição propriamente física, que faz delas no seu conjunto uma «quase natureza»" (Casanova, 1995). A disposição é estruturada - porque determinada através de processos de socialização dos actores - e estrutrante - porque concorre para a determinação das práticas sociais. Tem, deste modo um "carácter mediador entre as condições estruturais objectivas em que são produzidas e incorporadas (as disposições), e as práticas e representações sociais que estruturam" (Casanova, 1995).

Esta forma de conceptualizar os fenómenos sociais pretende respeitar o seu carácter dinâmico e ser sensível ao jogo das determinações e das indeterminações da conduta. Kardiner, nos anos 30, propõe já uma dialética que vai neste sentido. Pelo conjunto das instituições primárias (técnicas educativas, o tipo de estrutura da família, o tipo de economia/técnica de

subsistência...) o indivíduo é instituido; pela acção que tem nas instituições secundárias (sistema de tabus, religião, ritual, folclore, técnicas de pensamento...) ele é também sujeito instituinte. A dialética entre a personalidade de base presente numa cultura e as instituições primárias e secundárias actualiza-se no e pelo indivíduo.(Kardiner, 1939)[77] Poderíamos ver esta dialética reproduzida noutros binómios: o indivíduo é normalizado, mas é também sujeito normativo. Também aqui há uma dialética, no caso, entre o dispositivo na sua fase concreta e espontânea e o dispositivo normativo-racional[78].

Ralph Linton diz de Kardiner, na introdução à obra deste que estamos a citar, que ele é o primeiro a fazer uma ponte entre o psíquico e o cultural, integrando-os numa só estrutura dinâmica. Uma linha de trabalho que se nos afigura possível seria a de explorar até que ponto o *habitus* não funciona em Bourdieu como funciona a personalidade de base em Kardiner: como ponte entre o que é estrutura e aquilo que se modifica. Se Kardiner integrava o psíquico e o cultural, talvez Bourdieu integre este e as práticas sociais quotidianas. Ambos os conceitos remetem para o carácter impensado do agir. O primeiro faz assemelharem-se os indivíduos duma mesma formação social no sentido lato (a nação, por ex.) ou dum sistema ainda mais vasto (a personalidade base dos latinos, por ex.). O segundo faz assememlharem-se os indivíduos submetidos às mesmas condições sociais num sentido mais estrito (o *habitus* de classe, por ex.). A *actividade* dos grupos humanos concretos é, em Bourdieu, "o resultante de uma transacção entre, por um lado, os

---

[77] Interessante ainda assinalar no pensamento de Kardiner o recurso a esquemas explicativos que superam a causalidade linear (estávamos na década de 30, antes da expansão dos modelos de causalidade próprios da racionalidade sistémica - cujas bases estavam no entanto precisamente nesta década a nascer, sobretudo na engenharia de sistemas autorregulados e na fisiologia).

[78] Cândido da Agra introduz esta distinção nas aulas de Psicossociologia dos Dispositivos de Normalização do ano lectivo de 89/90, na F.P.C.E.-U.P. Poderiamos fazer um paralelo do dispositivo concreto com a instituição primária e do dispositivo normativo-racional com os dispositivos de conjunto de M. Foucault.

constrangimentos externos constitutivos dum campo social dado e actual e, por outro lado, um sistema de disposições duráveis que é o produto da experiência que o sujeito anteriormente fez das suas condições de existência" (Francois, 1990).

O *habitus*, enfim, representa um capital cultural; é um saber incorporado - cultura no estado prático.

CAPÍTULO 2

AS DECISÕES INICIAIS

"A ciência manipula as coisas e renuncia
a habitá-las".
Merleau-Ponty (1992)

1. AS UNIDADES DE ESTUDO: CRITÉRIOS DE ESCOLHA

Como se seleccionaram as zonas para levar a cabo a pesquisa etnográfica? Que critérios orientaram a escolha?

É uma afirmação amplamente consensual dizer das drogas que são um fenómeno característico das sociedades urbanizadas. Debruçámo-nos longamente sobre esta questão noutro texto (Cf. Fernandes, 1990): procurar estados alternativos de consciência é uma velha conduta dos homens, atestada pelos estudos históricos e pela antropologia (Cf. por ex. Levi-Strauss, 1976; Escohotado, 1989, 1996); "mas a instalação progressiva desta velha conduta no sector juvenil, sob formas e usos mutantes que a afastam das raízes psicadélicas, é um fenómeno só com algumas décadas. A cidade é o palco privilegiado deste novo hábito de intoxicação que se expande por uma grande quantidade de nossos contemporâneos, que utilizam uma gama de produtos psicoactivos naturais, refinados e sintécticos" (Fernandes, 1990).

A primeira decisão não parecia difícil - seria um estudo de etnografia urbana. Mas também não é difícil constatar, como já mostrámos ao longo deste trabalho, o seguinte: os lugares que atraem os consumidores, que fixam um comércio de substâncias psicoactivas, que vão sendo referenciados pelo discurso colectivo como "sítios da droga", não estão homogeneamente

distribuidos pela cidade. Onde ir, então? Que lugares se prestariam a uma aproximação naturalista, a uma percepção proximal? Quais se revelariam ricos de dados para os nossos objectivos?

"A chegada do investigador ao local da população que vai estudar é, de certo modo, resultado duma escolha dirigida pelas hipóteses que quer estudar; e, ao mesmo tempo, por circunstâncias que não controla" (Iturra, 1986). Recapitularemos num parágrafo aquilo que já ficou dito em capítulos anteriores: os lugares que têm adquirido maior relevância no discurso colectivo a respeito das drogas e de temas que são vistos como associados com elas (insegurança, crime) têm sido precisamente aqueles onde o crescimento do tecido urbano tem provocado mais tensões - periferias urbanas, aglomerados de habitação social, bairros degradados do centro histórico, zonas suburbanas. Também as zonas situadas fora das grandes cidades mas sujeitas em curto espaço de tempo a uma grande transformação dos seus modos de produção, dos equilíbrios populacionais e dos padrões de referência cultural têm ganho protagonismo. Ou seja, o "problema da droga" parece ter ligação evidente com determinadas ecologias que seriam, elas próprias, reveladoras das contradições existentes no desenvolvimento e na gestão das grandes urbes e dos espaços em desruralização e em urbanização acelerada. Não formulamos esta hipótese a partir de alguma necessidade teórica imposta pela sociologia urbana, pela psicologia ambiental, ou alguma outra disciplina - procuramos, sim, fazer eco de refrões existentes no discurso colectivo.

1.1. PRIMEIRO CRITÉRIO DE ESCOLHA

Procurávamos então lugares representativos do recente crescimento urbano do Porto, de grande densidade populacional e que tivessem diagnóstico

de "afectados pelo problema da droga". Alguns bairros camarários da habitação social - vulgo bairros sociais - são as áreas urbanas que melhor respondem a estas características. E o bairro mais antigo da cidade, a Sé, é visto como o principal foco de actividades das drogas no espaço público - a metáfora que a imprensa lhe tem dirigido é a de "hipermercado das drogas "[79].

A par do discurso da imprensa, são as próprias instâncias de controle social que fazem a associação entre bairros sociais e drogas, nomeando os que seriam mais activos a este respeito; "na cidade do Porto, a rua, entendida figurativamente como os locais onde a venda e o consumo de drogas se faz publicamente, está umbilicalmente ligada à ideia de ambientes fechados, degradação, bairros sociais. Nestas condições estão os bairros da Sé, Mitra, Cerco do Porto, Aleixo, Lagarteiro, S. João de Deus e muitos outros (...)"[80]. Hammersley e Atkinson (1983) chamavam justamente a atenção para esta característica dos lugares: "*settings* não são ocorrências naturais de fenómenos, eles são constituidos e mantidos através da sua definição cultural e de estratégias sociais".

Para a fase dos estudos exploratórios seleccionámos então a Sé e o Aleixo - bairro da Zona da Pasteleira que por vezes era dito tanto na imprensa como no discurso dos próprios consumidores de drogas como "um dos piores do Porto". Curiosamente, como que a dar razão à nossa escolha, no início de 1995 foram os dois bairros escolhidos pela polícia para intervenções maciças e

---

[79] A partir de inícios de 1995, portanto bastante depois de aí efectuarmos o nosso estudo exploratório, as instâncias de controlo social têm tentado alterar a imagem altamente estigmatizada do bairro. Depois do relativo falhanço das iniciativas de intervenção comunitária adoptaram uma estratégia dura, policiando o bairro em regime *non-stop*. Analisamos estas estratégias, os motivos que as desencadearam e os possíveis efeitos que virão a gerar num artigo recente (Fernandes, 1995). No final de 1996 toda a zona histórica é classificada como petrimónio da humanidade pela UNESCO, o que em principio impedirá que o bairro da Sé possa continuar a ser estigmatizado como até agora.

[80] Frase extraída dum documento não publicado apresentado no Encontro Nacional "Liberalizar as drogas - Sim ou não?" por Rui Alberto Fernandes, Comandante do Pelotão de Segurança da P.S.P. do Porto, em Julho de 1994.

sistemáticas, com postos móveis permanentes da P.S.P. a posicionarem-se nos sítios em que se pode constatar com facilidade a concentração de grande número de actores sociais das drogas. Reproduziremos, no entanto, aqui apenas o estudo do bairro do Aleixo e referiremos elementos comuns entre este e o bairro da Sé[81].

Para a fase do estudo intensivo fixámo-nos na Zona da Pasteleira, na Freguesia de Lordelo do Ouro. Desde o século XIX tem vindo a constituir-se num dos principais pólos periféricos do Porto tendo hoje importante função residencial e comercial. "Revelador desta última realidade é o considerável e permanente crescimento demográfico nos últimos quarenta anos. De facto, entre 1950 (com 10260 habitantes) e 1991 (com 22421) Lordelo teve uma taxa de crescimento na ordem dos 114,6% (contra 5,7% para o Concelho do Porto), sendo de resto, no conjunto das chamadas freguesias periféricas da cidade do Porto, a que apresenta a maior densidade populacional" (Rodrigues, P. Oliveira e T. Oliveira, 1995). A construção de bairros sociais, processo que se iniciou nos anos cinquenta e que ainda não cessou, é um dos traços marcantes desta área urbana: "note-se, a propósito, que 43,5% da população residente na freguesia habita em bairros de habitação social (...) e 39,6% dessa população tem menos de 25 anos" (Rodrigues, P. Oliveira e T. Oliveira, 1995).

Em suma, um dos pólos de maior crescimento urbano do Porto, revelado tanto na densidade populacional como no conjunto de bairros de habitação social, conservando os signos do carácter industrial da cidade e com forte incidência de população jovem - precisamente aquela que mais se relaciona com as drogas.

---

[81] Optámos por proceder deste modo porque, apesar de a direcção e o início do trabalho de terreno no bairro da Sé terem sido da nossa responsabilidadade, a maior parte da investigação aí desenvolvida e a produção de um texto que a sintetizava foram levadas a cabo por duas colaboradoras - Celina Santos e Carla Machado. Optámos também por mencionar apenas a investigação que tem uma ligação directa à zona onde decorreu o estudo intensivo.

F. P. C. E. BIBLIOTECA U. C.

O diagnóstico que lhe fazem os técnicos de intervenção social está bem traduzido no seguinte excerto: "de algum modo ligado a esta forte concentração de habitação social, para além obviamente de muitos outros factores, pela simples leitura e análise de alguns dados constata-se que Lordelo do Ouro é um espaço onde os problemas sociais como o consumo de drogas, os problemas ligados ao álcool, o insucesso e abandono escolar, a desestruturação e disfuncionamento familiar, etc., atingem proporções preocupantes, o que configura uma situação de particular risco social, sobretudo para a população mais jovem. (...) Freguesia de fortes contrastes onde além da habitação social coexistem, não sem conflitualidade, a habitação antiga e degradada e a dita habitação de luxo" (Rodrigues, P. Oliveira e T. Oliveira, 1995).

Um inquérito efectuado por técnicos da Junta de Freguesia de Lordelo a 178 indivíduos entre os 10 e os 16 anos e maioritariamente residentes nos bairros sociais, conclui que "se constata que há uma opinião generalizada e negativa do local de residência, associada quase sempre aos bairros de habitação social, vistos como espaços poluídos e feios. Para além disto e associado a estes bairros é identificado o problema da droga. (...) Na verdade, o quotidiano destes jovens residentes nos bairros de habitação social, é feito de situações onde o contacto com essa problemática é, de modo geral, frequente como se pode constatar pelas afirmações de alguns jovens: *já vi pessoas a injectarem-se...; há seringas nas ruas...; fazem bicha para comprar droga...*" (Relatório da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro; 1993).

Este tipo de diagnóstico é corroborado pelas notícias de imprensa que analisámos.

Em síntese, o primeiro critério de escolha da unidade de estudo tem em Lordelo do Ouro - vulgo Pasteleira - um espaço urbano que lhe satisfaz os requisitos.

1.2. SEGUNDO CRITÉRIO DE ESCOLHA

Foi ditado pela maior acessibilidade dum dado contexto de ocorrência do fenómeno droga em relação aos requesitos do método etnográfico. Fizémos já referência à visibilidade diferencial dos vários territórios das drogas (Cf. PARTE A, CAP. 2, secção 2.). Relembremos que, basicamente, há-os de carácter público e de carácter privado. Nos primeiros o principal é a rua, são sítios concretos de reunião dos utilizadores de psicoactivos, esquinas de compra e venda, lugares onde se vai "fumar uma ganza", "dar na prata" (haxixe e heroína, respectivamente). Na literatura anglo-saxónica já os vimos designados por "hot spots" (Nasar e Fisher, 1993), curiosa coincidência com a expressão que havíamos utilizado ao longo dos estudos exploratórios: "zonas quentes" (não fizemos mais do que adoptar a linguagem de um dos nossos informantes privilegiados). Nos segundos, os de carácter mais privado, incluem-se apartamentos onde se vendem substâncias psicoactivas, *meetings* onde se consome, lugares de diversão nocturna (e às vezes diurna...) onde, nos bastidores, se fazem contactos e consumos, e *shooting galleries* à portuguesa[82].

Optamos, pois, pelos territórios públicos. Não se deve a escolha apenas à vocação de rua própria da etnografia. Deve-se também ao facto de ser a rua que torna o fenómeno perceptível ao cidadão comum e o torna objecto acessível aos *mass media* - de ser ela, portanto, que materializa o "problema da droga", que substancializa o seu lado preocupante. Diríamos até que a rua, generalizando-o (na sua visibilidade), opera-lhe uma redução (o "mundo da

---

82 Em Portugal, que nós saibamos, ainda não há *shooting galleries* com a sofisticação e o profissionalismo das americanas. Uma tipologia destes locais é feita por Ouellet, Jimenez, Johnson e Wiebel (1991), que as hierarquizam segundo o tipo de serviços que oferecem ao utente (incluir *kit* de seringas, limão, garrote, etc...). Ver também Bourgois (1992, 1996), para uma descrição etnográfica de *shooting galleryies* e *crack houses* no East Harlem, e Nova Iorque

droga" seria o que nos dizem que se passa em certas ruas e bairros da nossa cidade).

Dentro deste critério de acessibilidade tomámos ainda em conta aspectos práticos: ser de fácil acesso, em tempo e custos, para o investigador; dispôr de documentação informativa sobre características históricas, físicas e socio-demográficas.

1.3. TERCEIRO CRITÉRIO DE ESCOLHA

Foi ditado pelo objectivo mais básico da ciência - conhecer. Iturra (1986), ao traçar uma breve história dos contextos e objectos a que se aplicou a observação participante, diz a certa altura: "e, finalmente, o objectivo passou a ser estudar locais onde se sabe que existe um tipo de fenómenos que não parecem ainda suficientemente esclarecidos ou suficientemente debatidos". Nada mais acrescentaremos, dado o consenso que reune esta constatação quando se trata do fenómeno droga. Ou antes, acrescentaremos, mais adiante, os modestos resultados duma pesquisa etnográfica.

1.4. QUARTO CRITÉRIO DE ESCOLHA

Convoquemos de novo a frase de Iturra (1986) que já citamos ainda antes do primeiro critério: "A chegada do investigador no local da população que vai estudar é (...) resultado duma escolha dirigida pelas hipóteses que quer estudar; e, ao mesmo tempo, por circunstâncias que não controla". Das escolhas dirigidas pelas hipóteses já falámos; das que são fruto das circunstâncias que o investigador não controla, não se deveria poder falar.

Mas, mesmo assim, pode tentar-se, em nome da crença que diz que aquilo que se não controla agora pode controlar-se depois. De facto, recuando no tempo, podemos dar-nos conta de que a componente estética influiu: Lordelo do Ouro situa-se na margem do rio Douro e próximo da Foz, enquadrado por zonas de moradias das mais harmónicas da cidade (Foz Velha, Avenida Marechal Gomes da Costa) e por uma zona de ruas estreitas por entre quintais que resistiu ao avanço das edificações urbanas; tem, próximo de si, a Cantareira, um dos últimos núcleos de pesca artesanal; e, mais à frente, a marginal com as praias. É, a nosso ver, uma das zonas mais bonitas do Porto. Estaríamos alienados da nossa vocação de psicólogo ambiental se não fôssemos sensíveis a estes factores de qualidade ambiental, que tornam sem dúvida mais suave a exigência metodológica duma longa permanência no terreno. Acresce que um dos bairros onde mais tempo passámos conserva ainda entre os blocos manchas verdes da mata onde o edificaram e tem na sua própria fronteira campos de hortaliça - insólito contraste na urbe moderna (ver imagem nº 13).

Se relevamos o factor estético é pela convicção que temos de que um etnógrafo tem de ser alguém que goste realmente dos espaços da cidade onde monta o seu trabalho - o equivalente talvez do gosto do investigador de laboratório pelos seus equipamentos e pela harmonia da sala em que trabalha.

Outro factor que influiu foi o facto de já termos pontos de contacto prévios na zona, o que facilitou tanto a obtenção de dados de caracterização sócio-demográfica como as primeiras explorações ambientais e a identificação de informantes-privilegiados. Estes pontos de contacto são fruto da nossa própria experiência de cidadão do Porto e devem-se ao aleatório das deambulações pela cidade.

Em síntese, podemos agora constatar *a posteriori* que estes critérios funcionaram na prática, permitindo um trabalho etnográfico que se mostrou

relevante para o objecto visado; reafirmamos assim o acerto da selecção deste espaço urbano, que durante um período passou a fazer parte das nossas rotinas e a entrar significativamente na nossa vida. E é esta uma das características mais marcantes da etnografia - não se sai do processo de pesquisa sem que este, activamente, nos provoque nas nossas concepções anteriores e nos obrigue a novas sínteses da realidade. Dan Rose (1990) dizia da sua experiência de etnógrafo enquanto preparava o seu "Black American Street Life: South Philadelphia" algo que partilhamos consigo: "senti que a lógica da investigação que fui aprendendo ao longo de anos duma educação universitária feita de leituras, seminários e discurso verbal foi detonada pela experiência de terreno". A etnografia como conhecimento sobre a nossa própria cultura ou sobre os outros provoca uma fractura com a nossa experiência de vida até aí - vem daí o seu poder generativo que permite novas narrativas e "interroga as velhas categorias".

2. O TRABALHO DE CAMPO ETNOGRÁFICO

Na PARTE A, CAP. 3 demos já desenvolvimento às questões relativas ao método etnográfico e à sua aplicabilidade aos estudos do comportamento desviante e do fenómeno droga em particular. Tratámos com algum pormenor diversas técnicas articuladas pelos métodos e fomos ilustrando a sua aplicação com alguns exemplos retirados da nossa experiência de terreno. Voltamos agora ainda ao método unicamente para esclarecer como actuámos na prática concreta da investigação.

2.1. ESTUDO EXPLORATÓRIO

O trabalho de observação realizou-se através das idas regulares às unidades de estudo. O registo era feito imediatamente a seguir. Quando íamos acompanhados por um intermediário ele também produzia o seu próprio registo de osbservação. Isto permitia afinar procedimentos de registo e aumentar a sua fidelidade à realidade observada.

As histórias de vida com consumidores de drogas foram focalizadas - dávamos especial atenção ao percurso biográfico a partir dos primeiros contactos com substâncias psicoactivas - e baseadas em entrevistas semi-estruturadas. Realizaram-se dez, todas elas em contextos informais - desde um banco de jardim à beira rio até ao interior dum automóvel. Gravaram-se em cassete, transcreveram-se e foram trabalhadas através de análise de conteúdo categorial temática. No ANEXO I daremos mais indicações àcerca do estudo exploratório, bem como do material utilizado (guião de entrevista, grelha de análise de conteúdo...).

2.2. ESTUDO INTENSIVO

Iniciou-se um ano e meio depois do estudo exploratório. Seleccionada a Zona da Pasteleira - já vimos no ponto anterior porquê - tratava-se agora de arranjar um processo eficaz de passar longo tempo no terreno acercando-nos aos poucos dos objectivos do nosso estudo. Ao longo do Verão de 1992 deslocámo-nos várias vezes à zona para falar com indivíduos que já conhecíamos desde o estudo exploratório (e mesmo de anteriormente). Fomos amadurecendo a ideia de que talvez o processo mais eficaz consistisse em ir residir um tempo para algum dos oito bairros da Pasteleira. Começámos a

inquirir nesse sentido. Mas depressa concluímos que as várias hipóteses iam sendo adiadas, as promessas de arranjar quarto em casa de alguém iam falhando... Acabaram por nos dizer frontalmente que havia receios e desconfianças, sobretudo se se tratasse de indivíduos que tivessem algo a ver com drogas. Procurámos então ajuda junto do técnico de serviço social da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, que já conhecia os estudos exploratórios e acolheu a ideia de um investigador-residente. Passado uma semana estava a apresentar-me a G., uma senhora de 75 anos moradora no bairro Nuno Pinheiro Torres - um dos que tinham fama da "bairro de drogados". Vivia sozinha - no apartamento ao lado vivia um filho casado e os netos - e alugou-nos um quarto, o único disponível.A casa era de dimensões exíguas, típica das construções de habitação social.

Iniciámos então passadas algumas semanas, o trabalho etnográfico: começou em Outubro de 1992, prolongando-se até Junho de 1993. Não estávamos, porém, a tempo inteiro neste contexto: íamos alguns dias para casa organizar as notas de terreno ou, mais prosaicamente, descansar dum trabalho algo desgastante e onde se está por vezes sob tensão, no meio de actividades cuja condição criminalizada torna furtivas e geradoras de desconfiança.

Tentaremos dar, dum modo conciso e sintético, notícia de como organizámos o nosso dia-a-dia nos territórios onde decorreu o trabalho de campo:

a) *organização temporal*: globalmente, estivémos oito meses em continuidade no terreno. Depois de deixar de lá residir fizémos algumas visitas esporádicas, tanto para ver "como estavam as coisas" como para fazer visitas a pessoas com quem se criaram relações cordiais.

Esta continuidade foi, no entanto, pontuada por interregnos de alguns dias para ir a casa (à outra casa, pois agora tinhamos duas...). Por exemplo:

estávamos de domingo a quarta-feira no bairro e depois saímos até sábado, regressávamos, etc.. Com o conhecimento que fomos adquirindo das rotinas diárias rapidamente nos apercebemos de que havia horas muito mais ricas para o trabalho de campo do que outras. O final da tarde - 18h em diante - até por volta da uma da manhã, à semana; sábados e domingos toda a tarde e igualmente de noite até à uma ou duas horas. Corroboramos, assim, Delarue (1991) quando nos seus estudos sobre as *cités* das grandes cidades francesas refere que os jovens vivem sobretudo das 19h às 3h da manhã.

b) *organização espacial*: residíamos num bairro, mas não nos confinávamos a ele. Em primeiro lugar, residir naquele e não noutro não dependeu de nós, mas da disponibilidade do quarto, coisa que não abunda nos bairros. Em segundo lugar, é fácil constatar no terreno que, se é verdade que os bairros são áreas facilmente territorializáveis através de fronteiras bem nítidas, também é verdade que há relações entre os habitantes duns bairros para os outros. Em terceiro lugar, pode começar-se agora aqui, no sítio X, uma interacção que seja oportuna para os objectivos do investigador e ir acabá-la, umas horas depois, no sítio Y. Em quarto lugar, os percursos sugeridos pelos informantes privilegiados acabam por criar rotas e contactos que não se conformam a delimitações rígidas. Deste modo, acabámos por contabilizar muitas mais horas na Pasteleira, bairro onde residia aquele que se tornaria o principal intermediário de terreno e o informante mais eficaz[83]. Isto deveu-se também à feliz coincidência, para nós, de ser esse o bairro que - excepção feita ao Aleixo, um caso à parte na própria cidade - mais movimentos em torno das

[83] Não confundamos bairro da Pasteleira com zona da Pasteleira. Aquele, por ser o bairro mais antigo (data de 1960), tomou o nome da zona - que, por sua vez, administrativamente se chama Lordelo, sendo Pasteleira a designação corrente e popular.

drogas registava, tornando não muito difíceis as ocasiões de observação participante.

A organização espacial no terreno dependia muito das possibilidades interactivas. Depois duma fase inicial em que não se sabe para onde ir, depois de algumas vezes se ter a sensação que nada se faz ali e que o estudo não avança, começam a definir-se "poisos" mais ou menos regulares e a conhecer, aos poucos, pessoas. Com a evolução da familiaridade e através da ajuda dos informantes privilegiados, a difícil questão inicial de "onde estar?", "onde ir?" começa a ter uma resposta: estar onde estivessem os "quase-grupos interactivos" (Mayer, citado por Romani, 1982). Este autor definiu-os como entidades sem uma estrutura reconhecível, mas cujos membros têm em comum certos interesses ou formas de comportamento que poderiam induzi-los a qualquer momento a configurar-se como grupos definidos. Podem considerar-se quase-grupos interactivos, já que se baseiam num conjunto de pessoas em interacção. Em alternativa aos quase-grupos interactivos, pode-se pelo menos estar em certos ambientes tomando-os como "behavioral settings" no sentido que lhes dá a psicologia ecológica. De entre o conjunto de características que definem o "behavioral setting" (Cf. Wicker, 1987; Burillo e Aragonês, 1986), salientamos a de que os indivíduos são anónimos, equipotenciais, a sua individualidade é irrelevante para os "settings", são substituíveis. Foi próximo da concepção de "behavioral setting" que observámos em certas esquinas de comércio de drogas, ou nalguns locais onde se "chutava" heroína ou cocaína. Não conhecíamos os indivíduos, provavelmente não voltaríamos àquele sítio, mas registávamos fielmente as condições do local e das interacções, procurávamos fixar o seu "programa de conduta" (Wicker, 1987).

Não entraremos aqui em discussão conceptual para tentar esclarecer se as noções de "behavioral setting" e de "quase-grupo interactivo" se recobrem,

se se reforçam mutuamente, se o conjunto de indivíduos dum "behavioral setting" é um quase grupo interactivo; o que nos interessa é que tanto as situações em que já íamos identificando vários indivíduos e relacionando-nos com alguns deles repetidamente, como aquelas em que não conhecíamos ninguém ou no dia seguinte já víamos outras pessoas fazendo o mesmo (por exemplo, comprando na mesma esquina: outros consumidores, outros *dealers*; por exemplo o mesmo café, as mesmas conversas sobre assuntos de drogas, mas outros convivas), qualquer destas situações, dizíamos, nos interessava e definia o nosso roteiro do "onde ir", "o que observar".

c) *o diário de campo*: de início, guardávamos para o regresso ao quarto o momento de registar as observações. Mas, à medida que fomos percebendo que o fim da tarde e a noite eram mais convenientes para os objectivos em vista, passámos a guardar o período da manhã para tal tarefa. Por volta das 9.30h - 10h deslocávamo-nos ao café do clube desportivo da zona para o pequeno almoço, seguido dum período de escrita que oscilva entre um mínimo de uma hora - nos dias em que pouco se tinha passado de interesse na véspera, servindo o registo para reiterar a "normalidade" do dia - e um máximo de três horas e meia, quatro às vezes - nos dias em que a véspera tinha sido fértil. Demo-nos conta depois que esta era também a rotina seguida por William Whyte durante o trabalho de campo do seu "Street Corner Society"; iniciava o dia de trabalho às 9.30h com o registo do dia anterior no seu diário de campo[84].

---

[84] Não resistimos a trancrever a curiosa e confessional passagem de Dan Rose (1990) ao descrever como levou a cabo o seu *fieldwork* para a dissertação do doutoramento: diz de si próprio que se tornou um aventureiro urbano e que "na *South Philadelphia*, onde fui residir, viver na rua no Verão, fazer trabalhos de ocasião (...) transcrevia as *fieldnotes* à noite, às vezes bêbado demais para poder raciocinar bem, trabalhando nesses casos nelas na manhã seguinte, mais sóbrio e menos envolvido com o que tinha acontecido no dia anterior".

O que é que se regista? Curioso "buraco negro" da vida dos etnógrafos, que normalmente não avançam grandes pormenores sobre o assunto nas monografias que escrevem; do mesmo modo, os diários de campo permanecem como documentos privados para uso do próprio à semelhança do investigador que utilizou questionários e, obviamente, não os publica. Paul Atkinson (1990) interroga-se justamente sobre este facto e, debruçando-se sobre o trabalho narrativo na etnografia, publica excertos inéditos de diários de campo - por exemplo do diário de Everett Hughes, conhecido sociólogo interaccionista.

De início pensámos fazer apenas registos descritivos das ocorrências, o mais objectivos e "fotográficos" possível. Mas depressa se tornou evidente que, para além destes, que são a base do diário, havia que proceder a outras espécies de registos. Fomos então diferenciando o tipo de notas, numa direcção bastante próxima da que identifica Corsaro (citado por Villaseñor e Argilaga, 1993) nos investigadores que constroem diários de campo: notas descritivas, notas metodológicas (posição do observador, da sua equipa, formas de aceder ao lugar...), notas pessoais (reacção do próprio observador) e notas teóricas (ligação entre teoria e padrão de conduta observado). Para não alongarmos o texto, remetemos para o ANEXO II, no qual daremos pormenores da organização das notas de campo segundo vários tipos e vários objectivos - descreveremos, afinal, o modo como constituimos um diário de terreno que reune mais de 800 páginas manuscritas. Remetemos também para a PARTE A, CAP. 3, secção 2., onde discutimos o processo de registo de observação.

No CAP. 2 da PARTE A, quando descrevemos o processo de evolução no terreno, fizemos já referência ao facto das técnicas de observação e de utilização de informantes priveligiados terem sido, de longe, os principais recursos para a obtenção de dados empíricos. Utilizámos, no entanto, outros

procedimentos de recolha: desde o levantamento fotográfico até à recolha de vários tipos de documentos sobre a zona em estudo; incluindo um *dossier* de artigos de imprensa. Salientaremos ainda a recolha de testemunhos sobre o dia-a-dia das actividades das drogas, em que assumimos claramente um papel *overt* .

Gostaríamos, finalmente, de fazer referência àquele que foi possivelmente dos dados com maior significatividade, quer pela centralidade dos indivíduos em relação aos nossos objectivos, quer pela dificuldade envolvida na sua obtenção. Recolhemos em registo magnético audio a história de vida de dois consumidores de drogas com papel activo como vendedores no mercado local de heroína, cocaína e haxixe. Um deles, mais velho (39 anos), era já um "histórico"[85] - depois de passar vários anos a cumprir pena por tráfico estava, à altura do contacto connosco, em liberdade há poucas semanas. A entrevista decorreu em sua casa. O outro, mais jovem (33 anos), era durante o nosso trabalho de campo um dos *dealers* de rua mais activos num dos bairros. Só ao fim de seis meses de nos cruzarmos com frequência, às vezes no seu "posto de trabalho", achamos criadas as condições para lhe revelar o nosso estatuto e propôr entrevistas gravadas. Decorreram primeiro ao ar livre, no "corner" onde vendia, e depois em casa do primeiro indivíduo. A dificuldade metodológica não diz, obviamente, respeito à entrevista em si, mas a todo o processo de evolução duma investigação, de modo a conseguir, por um lado, identificar e ganhar a confiança de indivíduos centrais para o objecto de estudo, e por outro lado naturalizar, digamos, as condições de recolha dos

---

[85] Por "histórico" designamos os indivíduos que assumiram papel impotante, quer como consumidores quer como *dealers* (e normalmente em ambas as coisas), desde os primeiros tempos do "problema da droga", na década de 70. Como na altura não eram ainda muitos, conhecem-se quase sempre e nomeiam-se uns aos outros através das alcunhas por que eram conhecidos. A cena *drug* era então limitada a certos lugares - o "Marquês", o "Fonte" (da Moura), o "Piolho"... - e tinha protagonistas que são ainda hoje lembrados.

dados - tanto mais que se trata de falar de actividades que se não contam a estranhos.

Em síntese, para a escolha da unidade de estudo utilizaram-se os critérios *sociológico* (o urbano periférico, os sitios estigmatizados como marginais), o *metodológico* (lugares que fossem ao mesmo tempo acessíveis à etnografia de rua), o *epistémico* (conhecer zonas, actores e fenómenos que se reconhece estarem mal esclarecidos) e o *estético*.. Seleccionada a unidade, referimo-nos aos aspectos organizativos do trabalho de recolha empírica: organização espacial, organização temporal e organização do diário de campo.

Os capítulos seguintes darão conta dos resultados alcançados com o trabalho de campo etnográfico. No próximo descreve-se a unidade de estudo através das várias fontes docomentais recolhidas; nos outros dois, apresentam-se os resultados dos estudos exploratório e intensivo, respectivamente.

CAPÍTULO 3

UMA PERIFERIA URBANA: ESPAÇOS FISICO E SOCIAL

1. ELEMENTOS HISTÓRICOS E SOCIO-DEMOGRÁFICOS

A freguesia de Lordelo do Ouro, situada na parte Sudoeste da cidade do Porto, ocupa uma área de 3,4 km2. Os seus limites são, a Norte, a freguesia de Ramalde; a Sul, o rio Douro; a Este, as freguesias de Cedofeita e Massarelos; a Oeste, as de Aldoar e da Foz do Douro.

Até 1836, Lordelo do Ouro pertenceu ao julgado de Bouças, comarca da Maia - este dado é, por si só, significativo da expansão do pólo urbano do Porto nos últimos duzentos anos. À época, era um espaço ocupado fundamentalmente por campos e pinhais, habitado por cerca de 2000 pessoas. A construção naval, a pesca e a marinhagem eram as principais actividades desenvolvidas no local; a construção naval era já uma actividade importante nos séculos XV e XVI, tendo saído dos Estaleiros do Ouro diversas embarcações que tomaram parte nos Descobrimentos.

O século XIX introduz algumas alterações neste cenário marcado por uma relação privilegiada com o mar, designadamente através da instalação da Fábrica de Lanifícios Lordelo e da Companhia Portuguesa de Fósforos - era a industrialização a dar os seus primeiros passos.

Esta vertente industrial não chegou, no entanto, a alcançar grande expressão, em boa medida devido à transformação de Lordelo do Ouro numa zona fundamentalmente residencial e de serviços - isto tem vindo a verificar-se muito especialmente a partir da segunda metade do século XX. A imagem com que se abre este capítulo pretende ilustrar este processo de perda de importância do tecido industrial (simbolizado pela imagem da fábrica em ruinas) e de ascenção do papal do sector dos serviços (simbolizado pela imagem duma das unidades hoteleiras mais importantes do Porto). A título de exemplo, diga-se que as empresas comerciais representam 88% do total das empresas existentes em Lordelo, sendo de carácter industrial apenas 12% desse total. Refira-se ainda que, de 1980 a 1990, houve um aumento de 43,2% nas unidades funcionais de Comércio e Serviços (dados da junta de freguesia de Lordelo do Ouro, 1993).

A transformação de Lordelo do Ouro em zona residencial e de serviços enquadra-se no processo de surgimento de novos centros urbanos na cidade do Porto: da Baixa à Boavista, estendendo-se esta última progressivamente para o lado do mar.

Lordelo do Ouro apresenta, no entanto, uma situação de certo modo paradoxal no que se refere ao ordenamento do espaço construído. Por um lado, é uma zona da cidade com uma situação estratégica, próxima do centro mas livre de alguns problemas urbanos (tais como o trânsito, o que faz com que seja um local mais aprazível para viver, até porque está também próximo do rio e do mar). Por outro lado, tem quase uma dezena de bairros camarários no seu interior. Verifica-se, então, um investimento forte no sector imobiliário privado e, por outro lado, um dado da história recente da cidade do Porto: a opção por Lordelo como local de implantação de bairros camarários (esta opção surgiu antes de Lordelo se ter tornado um espaço de procura imobiliária pelo sector privado). Um resultado disto é o facto de Lordelo se ter tornado numa

zona de constrastes sociais, económicos e habitacionais.Um outro aspecto a salientar é a altíssima taxa de crescimento populacional em Lordelo do Ouro entre 1950 e 1991: o valor desta taxa é de 114,6%, contra os 5,7% da taxa média de crescimento populacional no conjunto da cidade do Porto. De 1980 a 1991 verificou-se, todavia, uma tendência para a estabilização da população.

ANOS	População de Lordelo do Ouro
1950	10260
1960	15539
1970	17525
1980	22316
1991	22023

Fonte: "Lordelo do Ouro: características, limites e potencialidades de um espaço antigo em transformação" (1993).

Conforme já foi referido, tal deve-se não só ao aumento da procura no mercado imobiliário privado normal, mas também à construção de 8 bairros de Promoção Camarária entre 1953 e 1988. Depois de 1988 foram já construídos mais dois: o das Condominhas (2° fase) e o da Pasteleira (2° fase); este último ainda não se encontra habitado.

De acordo com a C.M.P., o total de fogos de habitação social existentes em 1991 em Lordelo do Ouro era de 2477, sendo na altura ocupados por 9640 indivíduos. É muito provável que este número não seja exacto, pois os inquilinos dos prédios de habitação social poderão ocultar, em seu próprio interesse, o número de individuos que habita determinado fogo.

Em 1991, o total de fogos na freguesia era de 7612. Isto significa que 43,6% da população (e é possível que, como já explicámos, essa percentagem

seja na realidade maior) vivia em 32% dos fogos. A questão da habitação é, aliás, reconhecida pela Junta de Freguesia como o principal problema da zona[86], isto apesar de haver poucos quarteirões dos quais a função-habitação está ausente.

Passemos agora à análise de alguns indicadores socio-demográficos sobre a população jovem (14 aos 25 anos) residente na freguesia. O primeiro elemento a salientar é o de que, tanto em termos qualitativos como quantitativos, os dados existentes são fragmentários. Na realidade, quase só existe informação acerca da população residente nos bairros de habitação social: em 1991, 23% dos habitantes dos bairros sociais são jovens, enquanto que a percentagem total de jovens para o conjunto da freguesia é de 17%.

Os bairros da Pasteleira (500 jovens) e do Aleixo (427) eram os que tinham maior número; no entanto, os que mais concentram jovens são Lordelo (27,5%), o Aleixo (27,3%) e Bessa Leite (25,8%).

Um inquérito levado a cabo pelo Centro de Iniciativa Jovem de Lordelo nas 6 escolas primárias e na escola C+S em funcionamento na freguesia, junto de 178 jovens com idades entre os 10 e os 16 anos, a maior parte deles residentes em bairros de habitação social, teve como principais resultados:

- esses jovens vêem os bairros em que habitam como espaços feios e poluídos;

- a droga é um problema com o qual existe um contacto diário;

- esses jovens passam grande parte do tempo na rua, onde não dispõem de nenhumas ou praticamente nenhumas estruturas de apoio lúdico-recreativo;

---

86 Dados recolhidos de uma entrevista dada à revista *Porto de Encontro* por Adriano Leitão, Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro.

- a escola é valorizada mais pela possibilidade de praticar desporto e de conviver com colegas e amigos do que pela aprendizagem e formação escolares.

De referir que cerca de 60% destes jovens já tiveram uma ou mais reprovações e que se verifica um forte absentismo escolar.

Por outro lado, se consultarmos os dados estatísticos da Equipa do Instituto de Reinserção Social do Porto/Menores, verificamos que, do total de pedidos de intervenção solicitados por escolas C+S junto do Tribunal de Menores, 38,5% foram efectuados pela escola C+S de Lordelo (44 pedidos num total de 114, entre Outubro de 1995 e Maio de 1996).

Procurámos, com os elementos apresentados, dar uma visão global da zona em que se situa a nossa unidade de estudo. Tratou-se de caracterizar, dum modo muito sintético, um dado ambiente urbano através duma escala macro-social. Passaremos, ao longo do capítulo que se segue, a utilizar um nível analítico micro-psico-social, que se debruça, "não sobre os territórios de conjunto, como a primeira, mas sobre uma escala em que a interacção é importante" (Fischer, 1994). Ou dito doutro modo, passaremos da leitura socio-demográfica dum espaço à leitura psico-social de alguns dos seus lugares, particularmente interessantes para nós pelas suas relações com o objecto que nos ocupa.

2. A PASTELEIRA NO DISCURSO COLECTIVO

Utilizaremos nesta secção o discurso da imprensa como fornecedor de elementos que nos ajudem a caracterizar a nossa unidade de estudo (na PARTE A, CAP. 2, secção 2 referimo-nos já à importância dos *media* como

F. P. C. E. BIBLIOTECA U. P.

criadores de "propostas de realidade"). Trata-se de notícias que fomos recolhendo em dois jornais diários de grande tiragem - o *Público* e o *Jornal de Notícias* - ao longo do tempo em que decorreu a pesquisa e que visassem directamente os bairros ou a zona da Pasteleira.

Esta recolha inseria-se na constituição dum dossier documental, como é próprio do procedimento etnográfico clássico; não se ordenava, pois, a um estudo exaustivo sobre o modo como os bairros sociais são tratados na imprensa. É constituída por 28 notícias (20 do *Público* e 8 do *Jornal de Notícias*) que, através da análise de conteúdo efectuada, permitem formar uma ideia do modo como o discurso dominante vê estes espaços e lhes associa determinados acontecimentos, actores e comportamentos. Descrevemos o modo como ela foi efectuada na secção 2. do ANEXO IV. Não se trata de extrair "a realidade" a partir dos artigos de jornal, mas de dar conta dos elementos simbólicos que são transaccionados na dinâmica social a propósito destes espaços[87]; ou se se quiser, trata-se de nos deslocarmos a um outro nível da realidade: não o do substancialismo das "coisas que se passam", mas o da interacção simbólica das "coisas que se dizem", demonstrado que está que este processo se relaciona com a definição de identidades colectivas e com a formação de reacções sociais.

Finalmente, poderemos confrontar as imagens que os *media* escritos fazem circular sobre os "bairros das drogas" com o nosso material empírico, sobre o qual se apoiarão os capítulos seguintes.

---

87 Cf. P. Champagne (1991), que analisa a forma como os grandes aglomerados das periferias urbanas são tratados na imprensa e como este nível simbólico interfere no próprio curso quotidiano da vida local.

2.1. OS ESPAÇOS

a) *físico-ambiental:* Lordelo é caracterizado como zona residencial, de serviços e de implantação de bairros. Estes parecem constituir a característica que confere identidade à zona, relativamente ao resto da cidade. É referida a transformação das suas funções: do pólo industrial de antigamente para o terciário da actualidade.

As características salientadas como positivas dizem respeito tanto ao meio ambiente construido como aos traços naturais. No primeiro, são referidas as edificações religiosas, tanto para salientar a riqueza patrimonial da freguesia como para sublinhar o lado estético; no segundo, refere-se a existência de locais de miradouro, o espaço aberto, a presença do rio e, ao nível das casas, a existência de "pequenos jardins improvisados pelos moradores"; os jardins públicos são também salientados (o jardim de Serralves é um dos mais importantes do Porto).

É curioso notar como a presença de elementos da natureza é valorizada; estudos de psicologia ambiental têm demonstrado a importância da presença de traços naturais no meio ambiente construido como importantes factores de satisfação residencial (cf. por ex., Soczka, 1988; Aznar, 1989; ou sínteses sobre esta área de estudos, por ex., Reis Cabrita, 1988; Sanabra, 1986).

Quanto às características vistas como negativas, o primeiro facto significativo diz respeito ao seu número: mais do triplo em relação às características positivas; o segundo facto significativo é a associação entre características negativas e bairros sociais - os aspectos criticáveis ou indesejáveis da zona têm o seu *locus*, quase sempre, na edificação camarária.

Ao nível dos blocos de habitação é salientada a degradação física ("péssimo estado"), a má qualidade da construção, o envelhecimento das infra-estruturas; ao nível dos equipamentos colectivos e espaços comuns, lamenta-

se a pouca quantidade; ao nível da implantação espacial, critica-se a proliferação deste tipo de habitação e a sobre-ocupação do espaço disponível ("Lordelo: incrível concentração de meia dúzia de bairros, uns em cima dos outros"; "insiste-se em construir ainda mais em bairros já demasiado gigantescos").

Os factores apontados para a degradação física dos alojamentos são a grande densidade populacional, a má utilização das casas e o vandalismo; para o demasiado crescimento da zona, o facto dos poderes públicos "não terem sabido resistir ao poder do mercado imobiliário".

Em síntese, os bairros sociais são vistos como zonas de grande concentração de meio ambiente construido, com exiguidade de espaço e geralmente degradadas. Quem mais tem a palavra ao traçar este quadro é o jornalista, seguido pelos decisores políticos; os interventores sociais (por ex., assistentes sociais) referem-se apenas uma vez ao lado físico-ambiental (veremos adiante que tomarão muito mais a palavra no socio-ambiental) e, quanto à população, é sempre àcerca de aspectos negativos que se pronuncia.

Há uma semelhança curiosa entre decisores políticos e população no que toca aos qualificativos negativos: ambos apontam exemplos que colocam em causa a gestão da Câmara (que é "um péssimo senhorio", que gasta menos nos bairros do que as rendas que recebe destes...); no entanto, os primeiros fazem-no utilizando argumentação política e os segundos fazem-no como denúncia da falta de qualidade da vida quotidiana (por ex., a degradação do interior das casas, as avarias nunca reparadas...).

b) *socio-ambiental:* esta é a sub-categoria com maior registo frequencial. Fala-se de Lordelo do Ouro, na maioria das vezes, para falar dos bairros; fala-se dos bairros, na maioria das vezes, para lhes referir características socio-ambientais (por ex., "desenraizamento das populações alvo de mobilidade

forçada"); e fala-se de características socio-ambientais, na maioria dos casos, negativas. Com efeito, das 108 vezes que classificámos texto nesta sub-categoria, 58% eram referências a aspectos vistos como problemáticos; e, se tivermos em conta que, das 37 vezes que são feitas referências a aspectos positivos (34%), 20 delas são-no em razão de aspectos negativos (por ex., projecto "Crescer Bem num bairro difícil"; "as ruas e caminhos da marginalidade deram lugar a aulas de aeróbica, inglês, pintura e cerâmica"), se tivermos isto em conta, concluiremos facilmente que os bairros são notícia porque são problema.

Que características são vistas como positivas? Em primeiro lugar, os bairros sociais não geram apenas problemas - também oferecem soluções. Com efeito, quem vivia em barracas encontra aqui melhor habitat, cuja qualidade chega ao ponto de "gerar a felicidade de alguns". Os decisores políticos sublinham o empreendimento de novas estruturas ou programas de apoio; estes programas são por vezes título da notícia. Embora sejam noticiados, em si mesmos, como iniciativas positivas, acabam por fazer falar as características problemáticas ("Programa comunitário para a diminuição das toxicodependências, do alcoolismo e da delinquência").

O que fazem os técnicos, protagonistas destes programas? Acreditando que "as pessoas da comunidade são capazes de resolver os seus próprios problemas", têm como objectivo "aumentar a sua auto-estima"; ou, dum modo mais concreto, organizam tempos livres, fazem animação cultural, promovem formação profissional, colaboram na reabilitação urbana... (ou seja, dirigem a sua acção, respectivamente, a sítios onde não há nada que fazer, onde há déficit cultural, onde há desemprego ou inadequação às exigências laborais, onde há degradação do habitat). E para quem fazem? Maioritariamente, para idosos, crianças, jovens e toxicodependentes.

E as características negativas? São referidas três a que poderíamos chamar ecológicas: a concentração, a sobre-ocupação e o desenraizamento. Por outro lado é feita uma associação frequente entre bairros camarários e, genericamente, problemas sociais. Estes problemas começariam na própria natureza da distribuição por grupos etários: "O Aleixo, o bairro da Pasteleira e o Pinheiro Torres estão pejados de gente idosa, crianças e adolescentes em risco, bem como de adultos desempregados" (são, curiosamente, os três bairros em que mais trabalhámos). Quando estes problemas são especificados, podemos dividi-los em dois grupos: os que se referem às condições dos residentes e os que se referem a comportamentos desviantes.

- *Condições dos residentes:* carências; assimetrias sociais; desemprego; miséria. A população "é de risco", particularmente a infantil, sendo diagnosticada por vezes uma "evolução para pior" destas situações. O risco parece ser, para as crianças, ter de crescer ali (daí um dos projectos, o "Crescer Bem"); para os adultos, o estar desempregado; e para os idosos, o próprio facto de serem velhos. No discurso dos decisores políticos, há críticas às respostas institucionais desenvolvidas que, como vimos, proliferam nestas zonas.

- *Comportamentos desviantes:* genericamente, é referida a marginalidade. Concretiza-se em assaltos e em tráfico e consumo de drogas. Curiosamente, o vandalismo é referido apenas uma vez.

No assalto, o próprio lugar permite inferir a motivação do crime: "Tendo em conta o lugar em que ocorreu o assalto, não é difícil imaginar para que serviu o dinheiro"[88] É como se o lugar carregasse um determinismo e os actores ali não pudessem ser senão toxicodependentes.

Os comportamentos que têm as drogas como centro são os mais referidos. "A zona" (de Lordelo, da Pasteleira) é com alguma frequência o

---

[88] O autor deste delito, morador do bairro do Aleixo, foi, curiosamente, um dos indivíduos com quem mais interaccionámos ao longo do estudo exploratório.

sujeito da acção: "zona marcada pelo flagelo da droga"; "a sua imagem de marca é o tráfico e consumo de estupefacientes"; "a zona transformou-se num grande centro de comercialização de droga, onde cada vez menos apetece entrar". O dscurso dos políticos procura por vezes contrariar esta imagem: "Recusa do anátema do tráfico de drogas com que se fustiga a população dos bairros"; "A droga foi eliminada do Aleixo".

Esta característica da zona revestiria ainda potencialidades de aprendizagem: "Os miúdos crescem no meio do flagelo (...) e estão demasiado expostos a todo este problema social"[89] . O "flagelo" continua, aliás, a ser o qualificativo por excelência. E é próprio dum flagelo que "alastre a olhos vistos" e que "piore significativamente" (sabemos como, desde o início do "problema da droga", tudo o que a ela se refere está em aumento).

É possível, ainda, identificar outras imagens associadas à droga: a da sua banalização ("Anda de mão em mão"), a da sua pornografização ("Lordelo: venda de droga às escâncaras na via pública), a do seu papel como mercadoria organizadora duma economia de interstício ("Hipermercado (...) centro da droga onde a clientela se abastece"; "É nos locais onde existem maiores disfunções sociais que a droga se pode vender com maior facilidade"; a principal actividade económica do bairro "é o tráfico de drogas; a sobrevivência de um número muito largo de famílias depende de actividades ilícitas ligadas a esse tipo de comércio"). Note-se que esta associação entre sobrevivência económica e mercado das drogas aparece no discurso dos interventores sociais. Note-se, ainda, que se fala de "droga" sem especificar qual - como se todas as drogas se equivalessem, homogeneizadas por um substancialismo inscrito na própria designação.

---

89 Na descrição dos resultados do trabalho etnográfico, sob o título "Exposição ao pó", referir-nos-emos a este aspecto, que nos parece de grande importância nestes contextos.

Já nos referimos ao discurso dos decisores políticos e dos interventores sociais. E a população aí residente? Como é chamada a contribuir para a construção destas imagens? Primeiro facto saliente: é ouvida muito pouco (apenas 6% das unidades de texto classificadas em socio-ambiental) e, sempre que fala, é para denunciar más condições de habitat ou comportamentos desviantes. No primeiro caso referem-se à sobre-ocupação e à impossibilidade de personalizar espaços na própria casa ("Acha que, se pudesse, ainda cá morava? Julga que estou à vontade a dormir no mesmo quarto que os meus filhos, já grandes?"); no segundo caso referem-se à delinquência e à droga ("O Aleixo mais parece um bairro de Nova Iorque. A delinquência faz parte do dia-a-dia e, agora, é um local apenas seguro para muitos marginais. Os desacatos são uma constante porque muita gente não trabalha").

Notemos que o bairro do Aleixo é o que mais vezes é assinalado como problemático, sendo mesmo apontado como símbolo do lado estigmatizado da cidade ("A pior chaga da cidade do Porto"). Veremos à frente, no capítulo referente ao estudo exploratório, como esta imagem negativa é reiterada por moradores, tanto do Aleixo como dos bairros vizinhos ("Aqui não é nada. Ali no Aleixo é que é mau"). A repetição insistente desta imagem acabará por ser legitimada pelos poderes públicos: cria-se um gabinete de intervenção social específico para o bairro (uma "task force para o Aleixo") e, em 1995, a polícia vigia em permanência as ruas e a entrada da torre mais conotada com reuniões de *junkies*. Seria curioso saber até que ponto o discurso mediático foi decisivo no desencadear destas respostas de controle social...

2.2. OS ACTORES

O discurso da imprensa é à uma reflexo e co-produtor das reacções sociais dirigidas a estas zonas urbanas. Que actores são retidos, do conjunto da população, para fazer notícia? Aparecem essencialmente três tipos de figuras: ligados às drogas, detidos e, chamemos-lhes, heróis da desgraça (indivíduos salientados pelo relato noticioso pela sua condição tão fora do mundo normativo que gera sistematicamente a interrogação "Como é que é possível viver assim?").

Os actores somam-se, assim, às características do espaço que já vimos atrás, na constituição duma imagem global dos bairros como áreas urbanas problemáticas (a droga), conflitivas (os detidos), pobres e de grande marginalização (os heróis da desgraça). Os bairros são regiões do social perto da anomia: "Os moradores dos bairros são votados à sua sorte"; "Estas crianças precisam de saber que o tráfico de drogas é um crime punido social e civicamente". Os únicos actores que são vistos como tendo uma acção positiva são os que realizam trabalho social.

É significativa a aparição duma nova figura para designar actores: a polícia. Refere-se sempre a indivíduos detidos, e quase sempre por actividades ligadas às drogas.

Detalhemos um pouco os três tipos de figuras que já referimos atrás:

- *ligadas às drogas:* são "traficantes e seus colaboradores"; há-os que são "barões" (signo: "anéis nos dedos e potentes viaturas à porta"), há-os "passadores e *dealers*" (signo: "aspecto miserável"), há-os "armazenistas" (para "guardar a droga duma esporádica e quase sempre inglória investida policial"). Quando são identificados pela polícia, constata-se que têm profissões variadas,

mas normalmente pouco qualificadas: feirante, servente, empregado de balcão, metalúrgico, operador de máquinas[90],...

As idades são variadas, desde "a terceira idade" a adolescentes; mas predominam os indivíduos entre os 25 e os 40 anos, normalmente do sexo masculino.

O *dealer* é, pois, a figura predominante no relato noticioso; o indivíduo exclusivamente toxicodependente não parece ser alvo de interesse e é diluído na "clientela (que) chega a formar bicha para comprar os gramas que lhe corroem o corpo";

- *delinquentes*: são menos referidos. Há "detidos" (supomos que em razão de algo ilícito, daí inferirmos que cometeram algum acto transgressivo), "assaltantes" actuando na rua, num posto de gasolina contíguo aos bairros, e "agressores" (não fala deles, mas da vítima, agredida à facada no bairro do Aleixo, ficando "com profundas perfurações corto-contusas no tórax" - deslocara-se aí para comprar droga);

- *heróis da desgraça*: são habitantes locais destacados pela notícia por causa de bizarrias ou de formas extremas de miséria - o indivíduo que colecciona lixo em casa ("Uma casa forrada a lixo"), "um homem meio cego vivendo com um filho idiota e bêbado".

Os actores anónimos deste lado oprimido da cidade "cavam a sua própria sepultura". O tom da notícia é normalmente adjectivante: falar destes indivíduos é tarefa carregada emocionalmente.

Há poucos elementos no relato noticioso que nos permitam aceder à imagem que os actores têm de si mesmos. Unicamente decisores políticos e residentes se exprimem a este respeito.

---

[90] Ser pequeno retalhista de drogas não parece, pois, ser ocupação a tempo inteiro; os nossos dados de terreno corroboram isto em parte, mas dizem-nos também da importância dos desempregados e dos indivíduos ocupados intermitantemente.

Das poucas vezes em que o fazem, os decisores políticos avaliam-se dum modo positivo e sublinham-no com duas acções que seriam demonstrativas disso: a melhor qualidade da habitação camarária empreendida agora, que "não tem nada a ver com os velhos bairros camarários", e a demolição de cerca de 1300 barracas nos últimos 3 anos.

A população tem uma imagem negativa de si própria (deveríamos dizer: o discurso jornalístico selecciona depoimentos que permitem sustentar o teor catastrofista com que geralmente o tema "bairro social" é noticiado, de acordo com aquele velho princípio jornalístico que diz que "bad news is good news"). Apesar dos pouco abundantes elementos classificáveis na sub-categoria "auto-imagem" da nossa grelha, damos conta de que as dificuldades económicas são o principal elemento duma identidade colectiva; altamente significativa disto é a tabuleta colocada pelo morador num dos jardins dum bloco no bairro da Pasteleira: "Quinta dos Pobres"; a luta pela sobrevivência quotidiana é expressa em frases como "Hoje em dia a boca leva o dinheiro todo"; o desemprego combate-se com a inciativa local espontânea: "Muita gente não trabalha e vive de expedientes", "Habituam-se a viver na expectativa de benesses que possam ainda vir".

2.3. OS ACONTECIMENTOS

a) *positivos*: correspondem a 31% do total de acontecimentos (13 em 42). Na sua grande maioria, referem-se a acções de intervenção social levadas a cabo na zona ("Pacote de medidas da C.M.P.") ou a iniciativas de animação recreativa e cultural ("Espectáculo de robertos ao ar livre"). Uma delas refere um outro tipo de acontecimento: "demolição da última barraca da mata existente no local" (a mata da Pasteleira, entre os bairros da Pasteleira e

Pinheiro Torres), em que o presidente da Câmara, simbolicamente, deu a última martelada[91].

b) *negativos*: correspondem a 69% do total de acontecimentos. Na sua maioria, dizem respeito a acções da polícia despoletadas por serem zonas de drogas: detenções, rusgas, operação especial anti-droga, prática de agente infiltrado, buscas domiciliárias, apreensão de ouro, objectos receptados e armas. Uma das notícias diz respeito à instalação de uma esquadra móvel no bairro do Aleixo[92].

Agressões à facada e assaltos nas imediações dos bairros (e não no interior destes) e uma morte que se suspeita ligada a assuntos relacionados com drogas, são os acontecimentos criminais referidos.

2.4. SÍNTESE CRÍTICA

Em síntese, que podemos destacar nas imagens propostas pelos media acerca dos bairros sociais da nossa unidade de estudo?

Noticiam-se preferencialmente características ambientais que relevam do problemático. Na dimensão física referem a concentração espacial exagerada, a degradação dos blocos habitacionais e dos espaços comuns; na dimensão eco-social referem a sobre-ocupação, o desenraizamento, o desequilíbrio na composição etária (seriam espaços concentradores de crianças, jovens e velhos).

---

91 Tratava-se do maior aglomerado de barracas da cidade, que foi crescendo naquilo que ainda resta da antiga mata da Pasteleira; este aglomerado começou a ser demolido poucos meses depois da nossa saída do terreno.

92 A grande quantidade destas notícias no total de "acontecimentos" corrobora aquilo que os nossos dados empíricos nos disseram acerca da polícia nos bairros, territórios vigiados e alvo de operações frequentes - desenvolveremos esta temática sob o título "territórios acossados" no capítulo sobre o estudo intensivo.

Os bairros sociais são, pois, notícia porque são problema. O desemprego, o dia-a-dia descrito como luta pela sobrevivência, a precaridade económica, as actividades desviantes e os comportamentos transgressivos são os elementos seleccionados para o relato noticioso. Estes locais carregariam uma espécie de determinismo social indesejável, que os múltiplos projectos de intervenção, os decisores políticos e os técnicos sociais procurariam minorar. São, na imagem da imprensa, regiões da vida social em corte com a vida colectiva da cidade, sendo os projectos de intervenção uma espécie de ponte entre tal descontinuidade.

Estas nossas constatações vão ao encontro do que têm dito alguns estudos sobre a forma como é tratada a questão das populações que vivem em habitação social, em aglomerados urbanos de periferia, etc. (cf. Ackermann, Dulong e Jeudy, 1983; Bastenier, 1989; Lahosa, 1989; Madueño, 1989; Favard e Otenhoff, 1990; Bourdieu, 1991; Champagne, 1991; Delarue, 1991; Fatela, 1992; Imbert, 1992; Wacquant, 1992; Cardoso, 1993; Boishue, 1995).

Alguns destes estudos centram a análise na construção social da "doença das periferias" (Champagne, 1991), que tem pelo menos dois aspectos importantes: a pouca contribuição que os visados dão enquanto detentores de discurso e a importância do acontecimento emocionante ou excepcional. Vimos, com efeito, na nossa análise, a pouca importância do discurso da população quando comparado à dos decisores políticos e, principalmente, à do jornalista. Lembramo-nos de Bourdieu (1991) quando nos diz que as pessoas dos bairros "são mais faladas do que falam". O labor de construção de imagens culturais fica assim quase totalmente entregue à encenação mediática. Champagne (1991) expressa-o bem quando diz que "os dominados são menos capazes de controlar a representação que se tem deles. (...) Assim se constitui, no grande público que, na sua maioria, não pode conhecer a situação destas periferias a não ser através dos artigos de jornais e das reportagens televisivas,

F.P.C.E. BIBLIOTECA U.P.

uma representação vaga dos problemas, que deve muito ao primado que os *media* dão ao acontecimento excepcional". Delarue (1991) reforça este ponto de vista dum modo contundente: "os jornalistas que não encontram (nas *cités* que o autor estudou) 'lixo visível' suficiente, escolhem outros locais para mostrar a miséria das *banlieues* "[93]

No capítulo dedicado ao estudo intensivo retomaremos estas questões, sob o título "Evitamento experiencial e redução cognitiva". É justamente o evitamento experiencial, pelo cidadão comum, destas zonas urbanas, combinado com a pouca voz dada aos que aí residem, que abre tal poder constitutivo do "facto" ao discurso mediático, "escapando assim a fabricação do acontecimento quase totalmente a essas populações" (Champagne, 1991).

É necessário, no entanto, resistir a leituras linearistas acerca das consequências desta fabricação. Com efeito, o receptor de mensagens mediáticas não se limita a um papel passivo. C. da Agra (1992), num trabalho sobre as relações entre as drogas e os *mass media*, e depois da revisão duma série de investigações que têm por objecto os efeitos dos *mass media* sobre as drogas (seja instigando o consumo, seja prevenindo-o), a delinquência e a violência, conclui o seguinte: "(...) os consumidores dos *mass media* não se comportam como as bestas do apocalipse que dizem sempre amén diante do trono da omnisciência e da omnipotência. (...) a complexidade do nosso sistema psíquico e comportamental quer que assim não seja: felizmente, para bem da nossa original condição humana que consiste na Liberdade possibilitada pela abertura do código genético e pela abertura não determinante das codificações sociais. Os *mass media* fazem parte do mundo social e este

---

[93] Citemos ainda Bourdieu (1991), sobre o papel do especialista que estuda as periferias sociais. " (...) tentar assim complicar um pouco a tarefa de todos os "habilidosos" (...) que se precipitam nos jornais ou perante as câmaras armados da pretensão ao magistério intelectual, para dizerem como é um mundo social que eles ignoram ao ponto de ignorarem a sua ignorância mesma".

mundo é susceptível de uma multiplicidade de significações quando se torna presente à subjectividade".[94]

A investigação que temos vindo a citar ao longo desta secção permite concluir que algumas das produções de significado a que se refere C. da Agra vão no sentido da criação de auto-imagens desvalorizadas nestas populações. Esta parece ser uma das consequências da selecção seja das actividades marginais mais extremadas, seja do acontecimento dramático ou excepcional - vimos na nossa análise a importância dos actores das drogas, dos delinquentes e dos "heróis da desgraça". Tratar-se-ia dum mundo à parte, como já dissemos atrás. "Beco sem saída, diz a cidade: o bairro ecoa essas palavras. A vida torna-se imóvel. (..) Têm a sensação de que o seu bairro é um outro mundo; a cidade opõe-se ao bairro em todos os sentidos do termo" (Delarue, 1991). Nas palavras de João Ferreira de Almeida e outros (1992), "O fechamento interno, a marginalização que lhes é imposta (aos habitantes dos bairros) mas que também criam, como recurso para a manutenção das actividades próprias e como expressão das suas práticas relacionais e culturais, a capacidade para se afirmarem na vida social, tudo é frequentemente visto nos meios envolventes como ameaça e como perigo para a ordem social". Vimos, ainda, como a população, nas poucas vezes em que era chamada a depôr, o fazia para exprimir condições e situações vividas como negativas. Delarue, chamando à auto-imagem que a população tem "consideração de si", sintetiza-a assim: "A consideração de si comporta dois aspectos. Uma imagem desvalorizada, que vem menos do bairro em si que do rótulo que lhe é aplicado (...) O segundo aspecto, largamente esquecido no testemunho dos "profissionais" do desenvolvimento, reside na ligação que esses habitantes têm com o seu bairro: é lá que eles vivem, são conhecidos e reconhecidos". A-M. Favard e Ottenhof

---

[94] Dum modo simples, podíamos apoiar esta reflexão com a humorística sabedoria das estrelas pop britânicas Talking Heads: "Space People read our mail. The Space People think that TV news programs are comedies, and soap operas are news." (T. Heads, "Stop Making Sense")

(1990), num estudo sobre o modo como são estruturadas as representações sobre as patologias sociais urbanas, concluem que o seu nível representacional é fortemente consensual, etiquetadora (a localização dos factos de delinquência é feita sobre zonas bem individualizadas da cidade) e agregada (a representação da delinquência associa os diferentes componentes da patologia social urbana: pobreza, emigração, droga, problemas psiquiátricos, suicídios). "A localização dos problemas de patologia social faz-se de forma homogénea e associada segundo o princípio do acúmulo de *handicaps*, realizado numa zona particularmente etiquetada. (...) Os habitantes (da cidade) têm um sistema de representação da patologia social urbana que testemunha dum modelo etiológico latente de tipo sociológico agregando, pelo efeito de halo, diferentes componentes sócio-demo-económicos (pobreza, emigração), e certos aspectos de desadaptação (delinquência, nomeadamente, e de forma menos marcada droga, suicídio, problemas psiquiátricos). (Favard e Ottenhof, 1990).

Os dados sobre a reacção dos habitantes destas zonas etiquetadas são também consonantes com os de Delarue: desenvolvem atitudes específicas que permitem um reajustamento na passagem da identidade conferida à assumida; os autores identificam estas atitudes (por ex: recusa da mistura, em que todos os habitantes seriam iguais nos problemas etiquetados, "emboîtement" da identidade, afirmação duma identidade diferencial...) e concluem que os habitantes dos bairros reconhecem as características pelas quais o seu bairro é marcado, defendendo-se contra a associação/agregação de problemas de patologia social.

A última frase da citação de Delarue chama a atenção para o lado, digamos, normal dos bairros: o sítio onde se vive todos os dias, onde se tem uma existência reconhecida, o sítio das identidades mais do que das desviâncias. Anuncia, assim, aquilo que trataremos nos capítulos seguintes - particularmente no do estudo intensivo. Através duma rotina construída -

chamemos-lhe, como nos manuais, trabalho etnográfico - descreveremos o lado da rotina espontânea, o curso banal, o fluir diário destes lugares. Mesmo quando o curso banal é o de se ser *dealer* ou *junkie*, mesmo se o fluir diário de certas esquinas é o de encontros e actividades dessas que fazem as manchetes dos *media*. Procuraremos dizer, do mesmo acontecimento onde estes vêem o dramático ou o excepcional, o lado do não-acontecimental.[95]

Depois de termos tentado discernir, nesta secção, as imagens colectivas acerca dos bairros da Pasteleira (dos bairros urbanos em geral, poderíamos, sem ser abusivo, dizer), avancemos agora para uma descrição fenomenológica dessas zonas "onde não se põem os pés, a menos que se habite lá" (Delarue, 1991, citando um chefe de projecto numa *cité*).

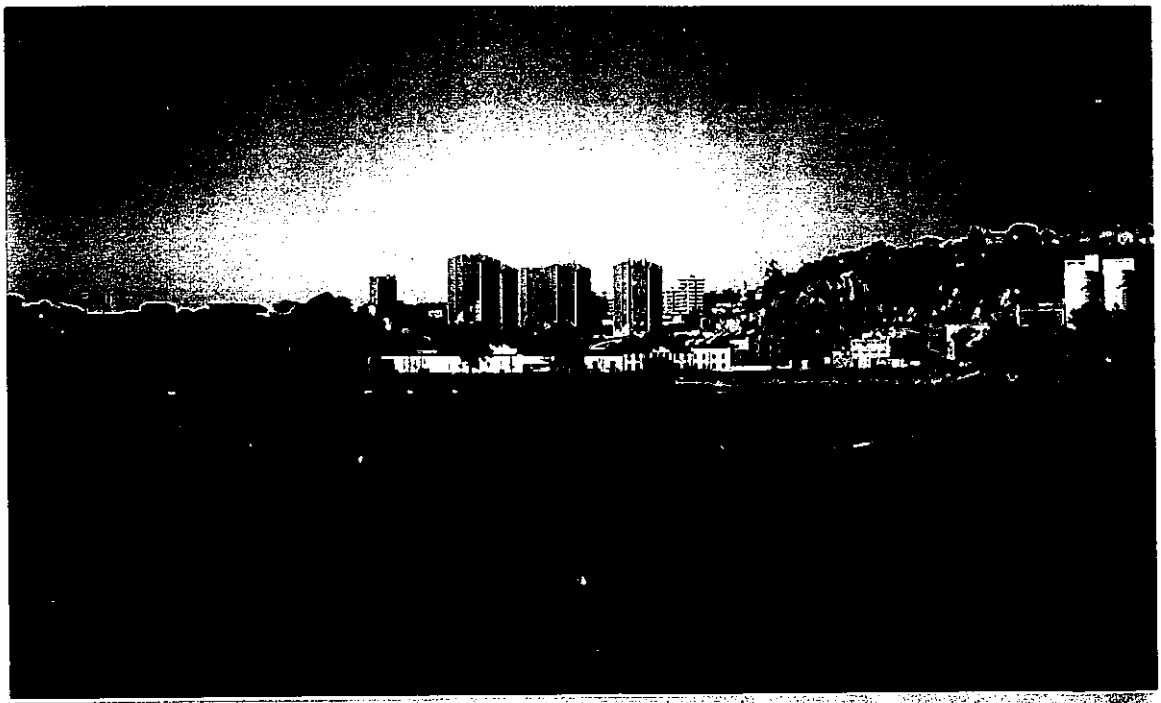
---

[95] Traduzimos livremente a expressão "non-événementiel" de Paul Veyne (1979) quando, na esteira dos historiadores que construiam a ruptura com a historiografia tradicional, propunha uma história do não-acontecimental, baseada não no acontecimento visível ou isolável, não no que aparentemente é brecha ou fende, mas no que instaura realidade nova através do anódino, daquilo que insiste e se desdobra devagar. Eis a história - sincrónica esta - que gostaríamos de poder contar tomando um bairro como itinerário.

CAPÍTULO 4

ESTUDO EXPLORATÓRIO

ACTORES E TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS 1



"E nascer numa torre do Aleixo? Traça a sina a um homem? Há ratos no porão, esquinas brancas e gente que se vigia mutuamente. Andar-se uma vida inteira a fugir no próprio lugar onde se mora. Cimento partido, a tarde a cair sobre as torres gigantescas. O bairro fecha-se, e a tarde a cair, muito estática. O rio, cego, ao fundo."
João Habitualmente, In prefácio de "Pasteleira City"

Desenvolveremos neste capítulo os resultados do estudo exploratório levado a cabo ao longo do ano de 1990 e início de 91 sobre os actores e as actividades das drogas em bairros sociais do Porto.

Reproduziremos aqui, da monografia que então escrevemos, a parte que diz respeito aos resultados da pesquisa etnográfica. Não incluiremos, porque seria redundante com outras partes do actual texto, o enquadramento teórico e os aspectos metodológicos.

Respeitaremos o texto original. A maioria dos temas nele tratados são retomados no estudo intensivo que nos ocupará no próximo capítulo: a caracterização do mercado das drogas, a descrição dos tipos de actores que interagem nas *zonas quentes*, a descrição dos seus estilos de vida e formas de encarar a sua ligação às drogas, as estratégias comunicacionais que aí encontrámos, as dinâmicas territoriais envolvidas... A opção pelo respeitar do texto original acarreta, no entanto, o inconveniente de uma ou outra repetição de conteúdos, seja em relação ao capítulo anterior, seja em relação ao que se seguirá. Entendemos, porém, que a fidelidade ao texto inicial corresponde à vontade de deixar aqui o testemunho "daquilo que sabíamos" nessa altura. Resistimos assim à ideia tentadora de o "limpar" (a não ser nalgum pormenor

gramatical ou expressivo) - e parece-nos que o inconveniente que representa uma ou outra repetição se encontra assim justificado.

Uma outra razão acresce ainda: a releitura do texto passados anos - e, mais importante, a sua releitura depois de todo o trabalho etnográfico que se lhe seguiu - não nos confrontou com a necessidade de o modificar, ou de negar algum dos resultados aí expressos. No fundamental, o estudo intensivo corroborou as análises nele avançadas. Aquilo que se modificou visivelmente foi a redução da importância do haxixe, o incremento da importância da cocaína e o aparecimento das bases (psicotrópico obtido por cozinhado caseiro a partir da cocaína). Esta *nuance* mercantil não põe em causa, no entanto, nenhum dos aspectos de fundo que aqui desenvolvemos. Diremos o mesmo para a evolução que tem conhecido o modo de consumo da heroína: grande centralidade actual da "chinesa" (heroína fumada numa prata) em detrimento da heroína injectada.[96]

1. O ALEIXO

O Aleixo é um bairro de habitação social constituído por cinco torres de 13 andares cada uma, com arruamentos largos entre si e praticamente sem espaços comerciais. Está implantado numa freguesia portuense - Lordelo do Ouro - que se caracteriza pelo forte contraste entre uma malha urbana tradicional, de habitações de um ou dois pisos em arruamentos estreitos, e novas edificações construídas em altura. E, ao lado destes "símbolos urbanos",

---

[96] É possível que a evidência da ligação entre as seringas e o HIV tenha tido impacto junto dos consumidores de heroína. Seria necessário também investigar a importância que um ou outro modo de administração - "chuto" ou "chinesa" - tem para a gestão dos consumos e para o aparecimento de toxicodependências. Este "advento da prata", chamemos-lhe, parece-nos poder reduzir francamente as consequências físicas do consumo de heroína.

terrenos que testemunham do carácter agrícola deste espaço num passado não muito remoto.

Seleccionámos o Aleixo como unidade do estudo por três razões básicas:

- tipificar um certo tipo de espaço urbano, os *bairros novos* (datam dos anos 50 para cá) de habitação económica, que a literatura da especialidade tem apontado como as matrizes eco-sociais da recente (na Europa) expansão das drogas.

- ter ligações funcionais com a Ribeira-Barredo, espaço urbano já estudado em anteriores trabalhos do Centro de Ciências do Comportamento Desviante.

- ser apontado frequentemente como um dos melhores exemplos (deveríamos dizer dos piores?) de degradação dum espaço urbano no Porto, aos níveis físico e social. A sua imagem colectiva é a dum "ghetto".

Esta estigmatização do Aleixo, representado como "ghetto", foi por nós confirmada tanto a partir da análise do discurso da comunicação social como do dos residentes e de consumidores de droga que aí se deslocam. Neste discurso é ainda saliente a sua conotação com a dissocialidade, incluindo centralmente "o problema da droga". Os bairros do tipo do Aleixo podem não ter muito a ver, na concepção urbanística, com aqueles de que nos fala a frase do pórtico, na Inglaterra vitoriana. Mas a função que parecem cumprir nas relações de força da cidade, nas metáforas da ordem social e da anomia presentes no discurso colectivo, não é diferente. O paralelo aumentaria se continuássemos a transcrever Cohen: "(esses) bairros surgiram não só como uma solução (colónias penais para onde podiam enviar-se os pobres, os inadequados e os malvados), mas também como um problema: sítios em que se estava criando maldade"[97]. Saliente-se, no entanto, que o Aleixo está longe

---

[97] Stanley Cohen (1985).

de estar sozinho no que toca a estas qualificações com que a cidade o etiqueta e segrega. A zona em que está implantado tem vários bairros de habitação social (por exemplo Rainha D. Leonor, Pinheiro Torres) e ainda a maior concentração de habitação clandestina do Porto, a chamada zona "das barracas". Toda esta área é conhecida genericamente como Pasteleira. Obviamente o Aleixo não está isolado em relação a este contexto e, várias vezes, no trabalho de terreno sobre o Aleixo, fomos "parar" ao Pinheiro Torres...

Toda a área da Pasteleira é próxima do rio Douro, entre a Ponte da Arrábida e o núcleo da Foz Velha, paisagisticamente aberta e atraente. Tem actividade piscatória, alguma indústria que emprega gente dos bairros locais e, para além da Foz, fica próxima dum dos centros direccionais do Porto: o Campo Alegre.

O Aleixo, especificamente, está inserido entre a avenida marginal do Douro (mas não abre ainda directamente para o rio) e a artéria que cruza todo o Campo Alegre, situando-se nas *traseiras* dum espaço comercial novo: o Centro Comercial do Campo Alegre. Dos andares cimeiros das torres há uma excelente vista panorâmica sobre a Foz do Douro e Vila Nova de Gaia.

1.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E HUMANAS[98]

Pela sua insersão, por um lado, e pelo tipo de arranjo urbano que apresenta à primeira vista - aberto, com luz, amplo - não se coaduna com o

---

98 Agradecemos à Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, na pessoa do assistente social Agostinho Rodrigues, os dados fornecidos acerca do bairro, tanto de teor quantitativo (alguns dos quais reproduzimos nos Anexos) como de teor qualitativo, através do conhecimento que nos transmitiu do seu contacto com a população.

estereótipo habitual do "bairro degradadado"[99]. É quando nos aproximamos mais de perto que começamos a descobrir uma micro-realidade por sob a primeira aparência. Desta micro-realidade faz parte toda uma actividade em torno das drogas, de que já falaremos. Primeiro, e depois da visão geral que demos atrás, "radiografemos" melhor o bairro - para assim situarmos na sua matriz ecológica os comportamentos de que falarmos.

a) *população residente e relação que mantém com o bairro*: tem cerca de 1700 residentes (1517 no último recenseamento da Junta de Freguesia, mas que, segundo entidades autárquicas, deverá ser corrigido para cerca de 1700). A quase totalidade deles está aí alojada por imperativos de transferência populacional imposta pela dinâmica da cidade. O maior contingente veio do Centro Histórico, do bairro da Ribeira-Barredo - e os mais velhos continuam com o desejo e a esperança de regresso ao bairro a que pertencem.

Duas consequências para o modo de vida do bairro decorrem já deste facto: por um lado, o sentimento de desimplicação relativamente àquele espaço, a falta de identificação com o habitat, própria a quem foi ali "posto" sem ter tido outra escolha. Por outro lado, o disfuncionamento que provoca ter passado dum bairro com fortes redes sociais e de vizinhança e com raízes bem situadas (a Ribeira-Barredo) para um outro em que se desarticulou tal conjunto de redes - pela construção em altura, pela concentração de gentes de diferentes proveniências - e que não possui quaisquer significações simbólicas ou referentes de pertença para os seus novos habitantes. Vários sinais apontam neste sentido: a forte degradação dos espaços físicos e arquitectónicos do bairro sinaliza o desinvestimento em relação àquele habitat; a imagem que

---

[99] O bairro foi projectado e construído visando ter uma composição social dum estatuto economicamente mais elevado - são torres panorâmicas sobre a Foz do Douro. Só que as necessidades de habitação social da cidade ditaram-lhe outro destino.

os habitantes construiram da população residente (ver ANEXO I) é negativa - 88% dos inquiridos num inquérito da Junta de Freguesia manifestam opinião negativa sobre a população sua vizinha!; depoimentos de vários moradores durante as nossas observações confirmam estes dados; finalmente, são ilustrativos, como comentários qualitativos aos dados de que a Junta de Freguesia dispõe no seu contacto com a população, as afirmações do assistente social da área: "O Aleixo é o paradigma deste tipo de transferências populacionais (...) marcado pelo desenraizamento de quem lá vive (...). Eles estão aqui como podiam estar noutro lado qualquer. Não sentem o espaço como deles. Há indiferença total em relação ao bairro. Por exemplo indiferença dos adultos ao presenciarem actos de vandalismo das crianças". Por outro lado, numa apreciação aos 88% de residentes que têm uma opinião negativa sobre a população diz que justificam esta posição referindo "que não gostam do bairro por causa dos vizinhos, dizendo frequentemente que no bairro só vivem putas, chulos, drogados e paneleiros".

Se olharmos para a estrutura da população, notamos de imediato a importância da faixa etária entre os 5 e os 25 anos, com maior incidência para o grupo dos 10 aos 15 anos. Importante também a faixa 35-40 nos homens e 30-35 nas mulheres (ver ANEXO I). Refira-se que os jovens com menos de 14 anos já nasceram, em princípio, no bairro.

Da população infantil (o importante número, em termos percentuais, de 491 crianças), 76% das que ainda não estão em idade escolar ficam em casa e só 16% vão para o jardim infantil. É omisso nos dados com quem ficam em casa. Das que estão em idade escolar, durante o tempo em que não estão na escola, 56% ficam em casa e 29% "andam na rua". Cerca de 8% frequentam ATL´s.

Salientamos destes dados uma constatação muito comum nas populações dos bairros de habitação social: aqui quase 1/3 das crianças têm

como meio de socialização a rua. A rua, nestes espaços urbanos, assume funções (lazer, socialidade) já perdidas nos espaços dominantes das cidades do tipo industrial.

Outra característica que sinaliza a situação de marginalização social da população diz respeito ao acesso aos recursos educativos. Segundo dados fornecidos pela Junta de Freguesia, em 1333 inquiridos só cerca de 100 têm ou tiveram frequência do ensino secundário e apenas 2 (ambos do sexo masculino) frequentaram alguma vez o ensino superior.

A análise do quadro 1 do ANEXO I faz ressaltar a importância da população inactiva: 45%, sendo metade de domésticos e reformados e a outra metade de estudantes. E do total da população activa, 27% não trabalham: destes, 31% andam à procura do primeiro emprego.

Quanto à distribuição profissional da população activa, os grupos mais importantes, por ordem decrescente, são: empregado de balcão/armazém, empregada de limpeza, costureira, empregado fabril, servente, lingador, trolha, estivador, empregado de escritório. Devemos salientar o grupo profissional mais importante, que a estatística refere como "outros": nada menos de 1/4 da amostra. Que farão os "outros"? Não sabemos. Talvez correspondam à população desempregada, que tenha sido contabilizada em "outros" na distribuição profissional (de facto havia 27% desempregados no quadro "população activa/inactiva").

Saliente-se, em síntese, a importância que assume a população inactiva, a população desempregada ou em busca do primeiro emprego, bem como uma composição profissional com grande incidência nos trabalhadores pouco qualificados.

b) *o espaço físico:* Uma realidade apresenta diversos contornos consoante a distância ou proximidade com que a vemos. Ou, se quisermos, há diversas realidades encerradas numa mesma entidade, dependentes da distância e do tipo de olhar que lançamos sobre elas. Assim é com particular nitidez no Aleixo. Quando o vemos de longe - é dessa forma que o vê a cidade na sua distracção diária - é um conjunto habitacional sem nada de especial, a não ser a proeminência em altura; os espaços circundantes são até atraentes e abertos, por causa da presença do rio e da Foz. Quando nos aproximamos e o vemos de dentro, constatamos como dado mais saliente a degradação física, tanto das torres habitacionais como dos espaços envolventes. Esta é uma constatação também muito sublinhada, por exemplo, pelos poderes autárquicos. Quando se entra numa torre, reforça-se esta impressão: o cimento não é pintado, ou é-o por um morador mas já não pelo seguinte, ficando "às malhas", está gretado, com mossas, dando a impressão duma obra que ficou por acabar. Os elevadores estão normalmente avariados, tornando penosa - sobretudo para os idosos - a ascenção dos 13 andares. Há roupa a secar no vão interior dos prédios e águas que escorrem e caem no rés-do-chão, formando poças. Não há portas de entrada do condomínio no rés-do-chão. O interior de cada prédio apresenta um aspecto nu, e o barulho proveniente da actividade humana intensa do interior, não encontrando amortecimento em revestimentos adequados, ecoa, provocando um ruído de fundo que emana do prédio. As condutas exteriores do lixo provocam, na sua parte terminal, pequenas zonas de concentração de desperdícios. Observar uma torre durante um pedaço de tempo faz-nos entender uma expressão do assistente social com quem falámos quando nos dizia que "as torres babam lixo"[100]. No entanto - e

---

[100] "Degradada e cheia de contrastes, a zona "J" é tudo menos o que se espera dum bairro social. As paredes, os corredores, os elevadores e as escadas dos prédios são imundos. Riscam-se as portas, danificam-se voluntariamente os elevadores e as campainhas dos apartamentos. Partem-se as lâmpadas e depositam-se sacos de lixo nos canteiros destinados às flores. (...) É fácil deparar com moradores a deitar lixo directamente das janelas das torres" Maria Luísa Rolim, in

para não ser tudo negativo - os interiores das casas são bons, se tomarmos como referência a habitação-tipo dos bairros sociais (o que é congruente com a opinião emitida pelos habitantes, na sua grande maioria, quando inquiridos acerca do grau de satisfação em relação à casa - ver ANEXO I).

Cada torre é uma micro-unidade social. Em cada patamar dos vários andares decorrem actividades quotidianas que testemunham duma apropriação do espaço semelhante à das "ilhas" (por exemplo um par de namorados abraça-se numa das esquinas, na outra andam crianças de triciclo, no meio uma dona-de-casa lava o cimento em frente à sua entrada...). Tudo parece passar-se como se as pessoas ensaiassem, adaptando à espacialidade vertical, os esquemas com que dantes funcionavam horizontalmente. É também notório, em cada torre, bastante movimento, provocado pelo fluxo de pessoas dentro e fora. Fica a impressão, ao estranho, de que ali o sossego está um pouco comprometido... Ao cidadão médio habituado ao tipo de habitat da classe média fica, num primeiro momento, um impacte gerado pelo contacto com uma "outra cidade", ali paredes-meias com os centros em que normalmente circula. Uma cidade que, na maioria das vezes, nunca viu, porque o bairro, "encravado" entre artérias de circulação rápida, quase não é cruzado pelos transeuntes. Percebe-se, nitidamente, que se entrou num território específico, até pelo modo de ocupar as ruas por parte dos residentes[101].

Expresso de 24/03/90, "Chelas: os ghettos da zona 'J'" Retiramos este excerto pela espantosa semelhança com a descrição que acabamos de fazer. Não quisemos com isto isolar o Aleixo, ou Chelas, como entidades que fossem patológicas ou especiais, mas sim utilizá-los como exemplificativos duma realidade de todas as cidades com modelos de crescimento e de diferenciação espacial semelhantes, e que genericamente a literatura da especialidade designa como cidades de tipo industrial. Ou seja, o Aleixo ou Chelas não aparecem como produto da negligência desta ou daquela instância, mas como componente duma realidade estrutural: a urbe industrial, nas suas dinâmicas de crescimento e diferenciação/segregação das populações.

101 Notámos que esta sensação era partilhada por indivíduos que nos acompanhavam ao bairro para no-lo "mostrar", quando nos diziam: "é preciso é andar naturalmente aqui, como se viéssemos cá fazer qualquer coisa"...

O bairro tem ainda uma escola primária e um parque de jogos (com tabelas de basquete e balizas de andebol) utilizado por crianças e adolescentes. Aos dias de semana tem um movimento moderado nas ruas (não dá, nem de longe, a impressão de "cheio"), com uma circulação automóvel escassa, bom número deles a deslocarem-se aqui por causa do mercado das drogas. Ao fim de semana apresenta um aspecto mais densamente povoado, com grupos de indivíduos em diversos locais do espaço da rua. Uma das razões que lhe confere a dimensão de território relativamente bem delimitado da cidade que o envolve prende-se com a "vigia" que os indivíduos que aí controlam o mercado das drogas exercem sobre os "forasteiros": tanto para detectar eventual presença policial, como para serem eficazes no contacto com os clientes, não os deixando escapar para *dealers* concorrentes. Começamos já, com estas constatações, a introduzir a secção seguinte, na qual daremos conta das drogas no bairro.

1.2. AS DROGAS E OS SEUS ACTORES

Constatação primeira: as drogas, tanto no acto de se transaccionarem como no de se consumirem, são uma realidade diária do bairro. Serem uma realidade diária implica que não são tabu ou motivo de espanto: transaccionam-se ali no mesmo sítio onde crianças de 10-12 anos jogam à bola, falam-se por entre as conversas rotineiras, consomem-se ali onde uma mulher de 35-40 anos, de bacia no braço, estende roupa. Fala-se do T... ou do X... que foi buscar pó para os clientes que estão à espera, e são as próprias crianças que informam acerca da sua demora.

Tentemos passar desta visão holística para um olhar mais proximal da realidade das drogas e para a leitura das suas significações na economia da vida do bairro.

a) o mercado. designaremos por *zona quente* o local onde funciona o mercado[102]. O mercado promove o encontro entre os diferentes actores sociais das drogas, gerando interacção entre os diversos indivíduos ligados pelo referente comum de vender ou comprar drogas. Estas interacções são em grande parte instrumentais, isto é, direccionam-se estritamente em função dos objectivos imediatos do conseguir droga (conseguir para vender, conseguir vender, conseguir comprar, conseguir angariar clientes, conseguir ser "bem servido"...).

Centrar-nos-emos, para efeitos de caracterização, apenas em três *zonas quentes*, duas de interior (um café e uma tasca, no caso) e outra de exterior (uma esquina ao ar livre).

Para ilustrar mais vivamente o que é uma *zona quente*, diga-se que é um local onde não é muito fácil ir sem ter lá que fazer - daí que no trabalho de terreno só se consiga vê-las proximalmente através da técnica dos intermediários. Doutro modo não se consegue aí permanecer, porque se é um "corpo estranho", que imediatamente gera desconfiança: "Procuras alguém? Queres pó? Então que queres?". Se não se procura pó nem se procura ninguém o melhor é ir andando, pois não é preciso ser perspicaz para dar conta dum clima tenso em seu redor... Esta sensação que tivemos várias vezes, é-nos também relatada por consumidores habituados às *zonas quentes*. Numa destas

---

102 Referimo-nos aqui àquele mercado que se consegue ver na rua, o da pequena venda, o do retalho. Sublinharemos isto mais vezes ao longo do trabalho, deixando clara a distinção que é preciso fazer entre este modo mercantil de subsistência e os outros negócios das drogas, uma "bolsa de valores" duma outra escala. Falamos aqui da pequena mercearia, bem longe das *wall streets*...

zonas onde realizámos observação um de nós chegou duma vez a identificar cerca de 12 indivíduos a vender! As *zonas quentes* de exterior foram mais difíceis de "penetrar", no nosso caso. Num café, apesar de tudo, torna-se mais fácil...

O facto de nos centrarmos num número muito restrito de zonas prende-se com o carácter intensivo que este tipo de recolha de dados impõe, e que não aconselha a que o investigador se disperse por muitos locais na tentativa ingénua de "ver tudo". Mas sempre diremos que, se tivéssemos optado por esta deambulação, não teria sido difícil ir ao encontro de muitas outras *zonas quentes* noutros locais da cidade - e aconteceu vermos por várias vezes os mesmos indivíduos em várias delas, dando razão a alguns depoimentos de consumidores de drogas que nos diziam "eles conhecem-se todos". Começaremos exactamente por aí:

-"eles conhecem-se todos"...-

O mercado de distribuição das drogas *ao nível da rua* apresenta espantosas semelhanças com qualquer mercado legal de transacção de bens. Vejamos:

- oferece-se um serviço (a distribuição dum produto, a sua comercialização) e um produto (vários tipos de droga).

- sujeita-se o serviço às regras da concorrência (concorrência na qualidade do serviço - "ser bem servido" - e do produto - "levar bom pó", "sem muita fatela", levar em quantidade e em qualidade). Esta concorrência gera uma escala de honestidade: há bons "dealers" e maus "dealers". O sistema de denúncias mútuas - "não compres naquele, anda ali a vigarizar" - obriga a refinar estratégias de venda para segurar o cliente.

- as regras da concorrência são em grande parte explicativas da eficácia do mercado distribuidor. Constatámos um mercado de distribuição das drogas

eficiente. Apesar da mobilidade que os locais de venda conhecem, a regularidade da oferta é uma característica fundamental para a eficiência referida. Esta oferta incide maioritariamente sobre o haxixe e a heroína, cuja vulgaridade nos circuitos de venda é de facto um traço constante. Esta constatação é reforçada também pelo depoimento de praticamente todos os consumidores que abordámos, que referem nunca ter problema para "arranjar produto", sobretudo heroína - o problema, esse sim, é o de arranjar dinheiro para ela. Isto é verdade para as várias *zonas quentes* espalhadas pela cidade com que mais esporadicamente contactámos ou sobre as quais obtivemos testemunho.

- a eficácia do mercado liga-se pelo menos a mais dois factores: (1) a enorme margem de lucro que sobretudo a heroína gera. De tal modo "que já não compensa fazer o haxixe", como ouvimos por vezes. Ou então "entrega-se o haxixe a outros e ficamos com o pó". A heroína apresenta a vantagem de possuir uma relação volume/preço muito atraente: com pouco volume extrai-se grande lucro. Este factor por si só bastaria para fazer com que haja sempre indivíduos a "arriscar" no mercado da heroína: são "dealers" porque usufruem da economia subterrânea que cobre as multi-deficiências económicas dos grupos marginalizados socialmente. Daí ser tão frequente haver "dealers" nas zonas mais deprimidas da cidade. (2) A estabilidade da procura, constituída por uma clientela que dá garantias da continuidade do negócio - a dependência que a heroína gera torna-a também uma droga vantajosa em relação a outras, do ponto de vista do vendedor.

- chegamos, assim, àquele que nos parece ser o ponto fulcral das drogas - heroína à cabeça - neste tipo de zonas urbanas: o seu imenso valor mercantil, que permite organizar uma economia subterrânea. As condições de precaridade económica ajudam a manter o seu alto valor instrumental. As

necessidades por parte duma clientela dependente garantem a procura deste tipo de transacção comercial.

- "eles conhecem-se todos"; na secção seguinte exploraremos melhor o tipo de actores das *zonas quentes*. Por agora, e ainda no que se prende às características do mercado, salientaremos que uma parte da clientela vem de zonas da cidade socio-economicamente favorecidas. Por que procuram estes lugares para se abastecer? Porque é aqui que há sempre mais indivíduos dispostos a apostar na distribuição, por necessidade e por estilo de vida organizado em torno deste negócio[103]. São aqueles que mais assumem o risco - são a "frente visível", a parte inevitável que tem de se expôr para assegurar que a transacção se possa dar. Qualquer negócio tem uma "montra". Tem-se menos a perder em "estar na montra" quando se é de uma zona como o Aleixo do que quando se é das Antas ou do Foco... Daí que os toxicodependentes destas zonas saibam que "lá" - na Sé, no Aleixo, etc... - "há sempre". Sempre gostaríamos de acrescentar que ser "dealer" é uma profissão de risco, e a exposição ao risco é diferencial nas sociedades[104].

- outra característica semelhante entre o mercado das drogas e os mercados legais é a frequência com que o cliente tem razões para reclamar do produto. Deve-se, num mercado e noutro, comprar a vendedores de confiança. Deve-se, num lado e noutro, verificar com cuidado a mercadoria que se leva. No caso do mercado das drogas a quantidade das vezes em que se é enganado é particularmente alta pelo seguinte: uma vez que a transacção é, só por si, delituosa, e o cliente sabe-o, este não pode reclamar, portanto a desonestidade do vendedor fica impune; outras vezes, na pressa de arranjar o produto, vai-se a um local desconhecido, e há uma tensão e um receio na compra (é um

---

103 "Eles vêm cá comprar nos seus Volvos. nos seus Alfa-Romeus, nos seus Honda. E nós é que vamos de cana" (dum depoimento durante o trabalho de rua).

104 É uma das razões pelas quais as populações prisionais são bastante homogéneas do ponto de vista da proveniência socio-económica dos reclusos.

F. P. C. E. BIBLIOTECA U. P.

ambiente estranho) que não se compadece com verificações do material; outras vezes a pressa faz com que qualquer coisa sirva - há um ponto na escalada toxicodependente em que se "chuta" tudo... Estas situações são classicamente designadas, pelos toxicodependentes, como os "micos", as "banhadas"... Às vezes o "mico" é tão requintado que o "dealer", a pretexto de ir buscar o produto "porque é muita quantidade e não tem ali", nunca mais regressa. Daí a importância do cliente ter um "dealer" certo, ou uma esquina onde possa apresentar o "cartão de visita" de conhecer bem esse "dealer" para ser "bem servido" - porque *"eles conhecem-se todos"*...

- finalmente, ainda relativamente à eficácia do mercado, saliente-se que ela também se mantém pela grande capacidade de adaptação que tem demonstrado em relação às estratégias repressivas e que lhe tem permitido manter-se mais ou menos imune à escalada de medidas de "combate". Mesmo o encarceramento de vendedores revela-se, do ponto de vista macro-social, ineficaz, porque a base de recrutamento de novos vendedores não cessa - haverá sempre quem "faça o lugar". Em síntese, a regularidade da oferta só é mantida porque os indivíduos que, na rua, tornam operacional a distribuição, se adaptaram aos condicionalismos impostos pelo carácter da ilegalidade da venda e do consumo, desenvolvendo estratégias de "sobrevivência" que permitem a regularidade e a imunidade de tal tipo de actividade relativamente às operações montadas de detecção de drogas e traficantes. De facto, as acções policiais de repressão não são percebidas, pelos indivíduos do mercado de distribuição que pudemos observar, como dissuasoras, mas apenas como obstáculos a contornar[105]. Estes obstáculos mantêm/reforçam o carácter

---

105 A este respeito vale a pena contar a façanha cómica dos "heróis" locais mais corajosos que, ao verem a brigada da PSP, metem à boca uma prata embrulhada - um estratagema já demasiado óbvio de esconder o produto ante a polícia. Ao serem revistados, a polícia apanha-lho, triunfal. Abre-o e não tem nada, era só realmente a prata, e os sujeitos faziam isto apenas para irritar os polícias. Por entre a risota que o episódio provoca no círculo local, o caso é contabilizado como "dealers" 1-polícias 0. Até ao jogo seguinte - em que possivelmente se estabelecerá o empate. É o risco de ser "dealer"...

secretista da relação de troca comercial que as drogas envolvem, suscitando a especialização de estratégias eficazes perante o sistema de repressão montado. Podemos sintetizar dizendo que a especialização dos meios de repressão e a especialização dos meios de mercado negro se reforçam mutuamente, ou, se se quiser, fazem uma escalada simétrica. À frente ainda voltaremos a este tema.

b) *ser junkie*: designa-se aqui por "junkie" o indivíduo cujo percurso existencial está intensamente marcado pela toxicodependência, na grande maioria das vezes heroinodependência. É o sujeito cuja actividade quotidiana se organiza em torno, e em função, da heroína. O "junkie" pode ser também vendedor - a clássica figura do "traficante-consumidor" -, mas é sobretudo alguém cuja vida é determinada pela heroína e que estreitou todo o seu campo de acção social (relações de interacção, organização das actividades diárias, etc.) em função da heroína.

-"um caldo a meielles e um fato de treino novo por mil paus"-

O "junkie" da *zona quente*, se for do bairro ou das vizinhanças, está por ali todo o dia. Se também estiver a vender, está atento a potenciais clientes. Se não, está por ali porque também não tem mais nada para onde ir ou que fazer. A desocupação marca o seu dia-a-dia. Quando trabalha, o que também é muitas vezes o caso, vai para lá ao fim da tarde ou à noite. O "junkie" pode ter 18 ou 20 anos, mas também pode ter 35 ou 40. Hoje o rótulo "toxicomanias juvenis" está esbatido: começa-se mais cedo e muitas vezes já se é chefe de família e ainda se mantém o padrão "junkie".

A interacção do "junkie" ocorre a propósito da heroína. Se não houver heroína, ocorre a propósito da falta dela: ir procurá-la, "chutá-la". Se não a encontrar, ocorre a propósito do Buprex - medicamento muito utilizado como

sucedâneo. Se não ocorre por causa da heroína, ocorre por causa da polícia especializada em estupefacientes. O círculo vicioso é interminável: tudo lembra a heroína, tudo é pretexto para falar dela. A sua rede de amizades orienta-se em torno dela, até por razões instrumentais, pois assim é mais fácil estar informado da sua procura, etc. E é também mais fácil repartir o dinheiro e "fazer um caldo a meielles" - ou seja, preparar um "chuto" a meias. Se não houver dinheiro talvez o "dealer" aceite um fato de treino em troca duma oitava (1/8 de grama). A heroína troca-se por qualquer coisa que tenha valor mercantil. É o produto perfeito, o único capaz de equivaler a uma outra coisa qualquer, desde que esta valha dinheiro. Eis uma das razões por que a delinquência, normalmente sob a forma de furto ou de desfalque, se associa às drogas. Diríamos que não se liga às drogas, mas ao inconcebível preço que atingiram (é o produto com a maior mais-valia do mundo) e que é mantido por causa das características do mercado negro[106].

O padrão de consumo do "junkie" é também muitas vezes solitário: em sua casa, a sós consigo. Isto na condição da pressa não o obrigar a "chutar" logo a seguir à compra.

Há vários tipos de relação do "junkie" com a *zona quente*. Há os que só vão abastecer-se, vêm das outras áreas da cidade, chegam de carro, sempre em número de dois, um sai para "transar". Há os que já são habituais e adquirem o produto através da janela do carro, com rapidez e sem maçada. Há os novos na zona, que têm de suportar o assédio de várias ofertas, optar por uma e verificar logo o que levam, por causa da "banhada" (de que já falámos). Há os que vão abastecer-se e são da área ou zonas limítrofes e conhecem bem as redes sociais. Há os que "estão por ali", a preencher o tempo - as suas redes sociais

---

106 Dispensamo-nos de as caracterizar. Tanto as suas características como os efeitos disfuncionais para a sociedade (por exemplo perpetuação daquilo que se quer exterminar, por exemplo organização delinquente em seu redor...) estão bem estudados pela sociologia desde o célebre exemplo dos anos 20 nos EUA, com a lei seca e os gangs ao estilo de Al Capone.

são as redes sociais que existem em torno das drogas, estão pois ali, diríamos, naturalmente. E há os "junkies" que estão ali também a fazer a sua venda e que às vezes vão dar o tal "caldo a meielles" com algum comprador que apareça e com quem tenham mais confiança ou ligação.

c) *dealers* e *chabalos*: a *zona quente* é, pois, dominada pela actividade do mercado. E porque se trata de mercado ilícito, desenvolve as suas estratégias de vigilância contra intromissões exteriores, sempre fantasiadas como incursões policiais. Há um "passa-palavra" rápido que sinaliza estranhos. Nestes "passa-palavra" vimos uma vez participar uma residente de cerca de 50 anos, que não esperávamos solidária com esta autodefesa. Veio relembrar-nos que aqui a relação com as drogas é quotidiana e de facto seria estranho que os adultos estivessem "autistas" em relação ao que se passa à sua volta...

-"engolir uma oitava p'ra fugir aos brancos"-

Quando o "passa-palavra" não chegou a tempo ou a incursão policial foi muito inopinada, resta sempre o último recurso, fisicamente perigoso: engolir algo que comprometa. Foi assim que vimos "passar a palavra" dizendo "eles vêm aí, ali em cima o... teve de engolir uma oitava por causa de dois brancos à paisana que vieram atrás dele"[107].

E *quem* é que tem de fugir aos "brancos"? Em primeiro lugar, qualquer consumidor que esteja na zona. A polícia tem por efeito provocar o evitamento ou a fuga geral, numa clara demonstração de que os indivíduos da *zona quente* têm a crença de que as medidas repressivas poderão atingir todos:

---

[107] Uma oitava é 1/8 de grama. Um "branco" é um agente da 1ª Esquadra da PSP do Porto, célebre entre os "junkies" pela sua eficácia, e que é comandada pelo sub-inspector Branquinho, uma figura tão (im)popular entre os consumidores como a própria droga. Os seus homens são os "branquinhos", "brancos" ou "B.B's (da Brigada Branquinho). Não são só os "brancos" que vigiam os "drogados" - os "drogados" vigiam os "brancos", por razões opostas...

consumidores e vendedores. Uma das principais consequências desta crença é a de que perante as forças que protagonizam o "combate" (desde polícias a juízes), tanto faz consumir como vender. E se vender até tem fortes vantagens económicas...

Num segundo olhar mais proximal, verificamos que quem também tem boas razões para evitar a brigada policial são os dois principais grupos de actores sociais que asseguram a venda:

- os *dealers:* têm normalmente para cima de 25 anos, muitas vezes mais de 30 e alguns cerca de 40 anos. São dum estrato etário já nitidamente fora do sector juvenil, se fizéssemos do critério idade o principal demarcador deste sector (há outros igualmente pertinentes, como por exemplo um modo juvenil de estruturar o tempo/o quotidiano). Estes *dealers* têm muitas vezes pequenos grupos de indivíduos mais novos que realizam os contactos directos da venda. São os:

- *chabalos:* são, etariamente, do sector juvenil, alguns com idade que os iliba de imputabilidade judicial. São eles que fazem muitos contactos para venda, assegurando a "cobertura" de terreno do seu "dealer". Trabalham por duas ordens essenciais de razões: ou porque as ligações familiares aos *dealers* fazem da sua actividade um "negócio de família", ou porque precisam do ganho que obtêm com a venda para alimentar a sua própria dependência de opiáceos. Muitas vezes este ganho traduz-se no pagamento directo em heroína - o "traço"[108].

Salientamos ainda outra vez que os *chabalos* não são, se os virmos inseridos no meio em que se movem, nenhum "produto estranho" (como seria tendencial encará-los a partir do ponto de vista dominante na sociedade). São simplesmente produto duma socialização específica destes contextos

---

[108] Nas seringas existe desenhado no vidro um traço que indica a medida. Isto é que dá o nome de gíria "traço".

(notemos que os sujeitos de 14 anos para baixo já nasceram no Aleixo). Não estamos a dizer mais do que aquilo que já haviam assinalado - e teorizado - sociólogos da desviância americanos (por exemplo A. K. Cohen ao caracterizar as "drug addict subcultures"). Limitamo-nos, pois, a corroborar a pertinência destas análises e a inscrever aí os indivíduos das *zonas quentes* que estudámos. O caso português, pelo menos no contexto urbano-industrial que investigámos, não se mostra dissonante. O arsenal de consequências teóricas - sobre os mecanismos que conduzem à desviância, sobre a sua manutenção/reforço, sobre as medidas de combate, sobre os julgamentos morais dominantes, etc... - já está suficientemente desenvolvido na literatura da especialidade para que possamos acrescentar algo de realmente aditivo (desta vez não é adictivo...) acerca destes temas.

d) *a comunicação nas zonas quentes:* daremos agora breve apontamento de algumas características comunicacionais das *zonas quentes*: a economia de palavras, a importância da comunicação não-verbal, certeira e rápida, que se realiza entre consumidor e vendedor. Um aceno de cabeça, um gesto labial, um movimento com os braços, pronunciar "pó" sem fazer ruído audível, fazem parte duma rotina comunicacional discreta e sóbria. Lembra-nos o "slogan" publicitário "palavras para quê?" - aqui também há "artistas portugueses", anónimos e das margens. Na zona quente não há muitas conversas. Há, somente, as conversas necessárias. A comunicação, tal como também já havíamos visto para as relações sociais (os "conhecimentos", etc.), tem um valor instrumental. A sua economia é condição da sua eficácia. Fica-nos a ideia de que um observador da classe média, estranho à zona quente, quase só ouviria coisas irrelevantes. O importante da comunicação passar-se-ia à sua frente sem que ele o visse - é largamente não verbal, feito de encontros,

de gestos fugazes, de frases com significações extremamente condensadas às vezes num único vocábulo[109].

2. CARACTERÍSTICAS COMUNS AO ALEIXO E À SÉ

Vamos referir-nos, nesta secção, a características comuns aos dois bairros onde decorreu a fase exploratória[110] . Estão, como é sabido, situados em zonas espacial e funcionalmente muito distintas dentro da mesma cidade - o centro histórico e a periferia. Há, apesar disto, regularidades evidentes entre os dois espaços. Vejamos, em seguida, algumas dessas regularidades.

a) a maioria dos consumidores é masculina (mais objectivamente: esmagadoramente masculina, como se as drogas na rua fossem "coisa de homens"...), na faixa etária dos 15-16 aos 35 anos. Varia entre os clientes locais (do próprio bairro, portanto) e os que vêm de fora. Nestes, há os ocasionais e os regulares. Nos regulares é frequente a ligação a um vendedor fixo.

b) se bem que no caso dos vendedores haja uma predominância de indivíduos das classes mais desfavorecidas nas *zonas quentes* (e falamos aqui destas zonas, sem nada extrapolar para outras áreas da cidade onde eventualmente haja vendedores de estatutos sociais dominantes), em relação aos consumidores a sua heterogeneidade não permite situá-los em qualquer estrato social preciso ou grupo específico de origem. O consumo de drogas parece estar difundido por todos os estratos sociais.

---

109 Ao início quem nos ensinou a "ler" esta comunicação foram consumidores de drogas. Alguns intermediários deram também ajuda relevante. Por fim, já "víamos" sozinhos (pelo menos, já "víamos" algo...).

110 Para o desenvolvimento do tema das drogas e dos seus actores no bairro da Sé, cf.- Celina Santos e Carla Machado, "A Sé" In Fernandes e Agra, 1991.

c) o mercado: enraizado e funcionando com eficácia, no que toca à obtenção de lucros e à distribuição do produto, com grande regularidade da oferta. Uma das zonas preferenciais do mercado é a:

d) *zona quente,* termo genérico (que tomamos da gíria) com que designamos áreas restritas, predominantemente situadas no espaço público e bem conhecidas pelos actores sociais das drogas e, pelo menos na convicção destes, pelos agentes do combate.

As *zonas quentes* são dotadas de mobilidade (não há a possibilidade de um mapa fixo ou definitivo delas) e da propriedade de se desarticularem rapidamente se os seus actores suspeitarem de ameaça externa à sua actividade. São também zonas que re-confirmam, se ainda fosse necessário, a teoria da associação diferencial de Sutherland: o contacto mais provável que promovem é entre diferentes actores sociais da desviância, que aí encontram um espaço em que não são alvo de estigmatização. Ex-reclusos, vendedores dependentes económica e fisicamente do produto que transaccionam, adolescentes "drop-outers" do sistema escolar e que aí passam o tempo, indivíduos do pequeno furto, prostitutas (no caso da Sé), interaccionam entre si preferencialmente.

e) existência de dois tipos principais de vendedores nestas *zonas quentes*: os "dealers" e os "chabalos" (designação da subcultura "junkie"), que correspondem aos médios distribuidores e aos pequenos agentes de venda. Independentemente da designação, referem-se aos dois tipos principais: o primeiro, de idade mais avançada (predominantemente na casa dos 30 anos), que opera com maiores quantidades de produto e tem por vezes "retalhistas" mais pequenos a trabalhar para si; o segundo, constituido por jovens muitas vezes dependentes de heroína e, no caso dos mais novos, já inseridos no "círculo junkie" através de uma socialização natural.

f) valor económico das drogas, que aparece como um dos principais vectores do fenómeno. Valor para a economia subterrânea de zonas

economicamente deprimidas e motivador da carreira de "dealer". Mas também expresso na dependência económica do "junkie", que aparece como uma das características mais problemáticas da gestão da sua dependência, mais insustentável e complicada do que a própria heroína (quer dizer, tem mais problemas pessoais com o dinheiro do que com a ingestão de heroína).

g) interacção específica das *zonas quentes*: caracterizada pela economia interactiva, com recurso a palavras-chave, a frases condensadoras, ao plano não-verbal. É certeira, rápida, sem grandes entrelinhas, reduz ao mínimo as acções necessárias para levar a cabo fins em vista. A comunicação assume um valor fundamentalmente instrumental, neste contexto.

h) a heroína e o haxixe são os produtos dominantes. Este porque é consumido por um largo espectro de indivíduos - diriamos estar banalizado; aquela, porque é a que mais depressa procura ser transaccionada, já explicámos porquê, e daí a sua grande assiduidade no vendedor (superior, em certas *zonas quentes*, à assiduidade do haxixe).

A cocaína aparece com uma expressão reduzida, que se traduz sobretudo no carácter pontual da sua presença. É uma droga que tem a imagem de "não ser para todos", nem para todos os dias... Não vimos, em nenhum dos lugares estudados, uma figura para a cocaína equivalente à dos heroinómanos. Não vimos nem nos foi nunca referido um padrão de uso semelhante ao do "junkie".

i) a mesma forma de ser "junkie": parece haver uma forma extremada de estar na droga - caracterizada pela invasão maciça que esta faz do acto do sujeito. Muitos dos "junkies", embora venham às *zonas quentes* abastecer-se, são de diferentes áreas da cidade. Corroboramos assim os dados de alguma literatura que apontam esta figura como a de maior centralidade nos contextos de tipo urbano-industrial. Tal centralidade não significa a sua predominância em termos quantitativos, mas a sua estabilidade e disseminação. Salientemos,

de passagem, que é esta figura das drogas a que é mais apropriada pelo discurso social dominante, contribuindo largamente para constituir um estereótipo cultural do "drogado" como dependente, incontrolável na sua adicção, "perdido", "irrecuperável", disposto a todos os expedientes para manter o seu torvelinho psicotrópico.

j) a mesma forma de o "junkie" se auto-percepcionar e ser percepcionado. Quanto à forma de ser percepcionado, ainda agora acabamos de a resumir. Quanto à forma de se percepcionar, não podemos ser tão afirmativos, por causa da mais escassa quantidade de dados neste sentido. Limitamo-nos a indicar aqui uma tendência, mesmo assim a merecer relativização pois pode ser originada na pressão ao conformismo que necessariamente se faz se o "junkie" perceber o seu interlocutor como exterior ao "mundo das drogas". Esta tendência é a de representar a sua adicção como fonte de problemas e "esta vida" como indesejável e não recomendável, por causa do tipo de pessoas que gravitam neste tipo de espaço social. "Aqui não dá para confiar em ninguém", "São uns bandidos", "Tem cuidado com eles", são recomendações típicas que nos fazem, aconselhando-nos a "Não passar por ali". A droga, o produto, é visto como um agente impiedoso: age sobre si de acordo com aquela fórmula "Não sou eu, é a droga".

Parece haver neste mecanismo cognitivo uma tendência externalista que preserva a "integridade moral" do sujeito. Este mecanismo é particularmente nítido no consumo de hipnóticos e sedativos associados ao álcool - os "drunfos" -, caso arquetípico em que a droga tomaria o lugar do sujeito e agiria por si. Com um "drunfo" a actuar o indivíduo deixa de estar presente: o seu ser passa a ser telecomandado pelo rohypnol (e análogos), desresponsabilizando-o dos actos. Diriamos que o sujeito se dissolve na pastilha e é ela que existe por si. "Não fui eu, foi o rohypnol" - eis o *script* da

existência do "drunfado", caracterizada por episódios soltos destes, após os quais volta a ser "sociável" e ele próprio. Com um drunfo nunca se sabe...

l) a forma pela qual é percepcionada a acção policial: não como dissuasora, mas como obstáculo a contornar. Uma estratégia central desta defesa é a do "passar-palavra", activado e rapidamente espalhado aos quatro cantos tanto pelos indivíduos implicados no mercado como por outros que nada têm a ver com a venda, mas que, seguramente, têm muito a ver com o quotidiano daqueles espaços urbanos. Testemunham certamente a solidariedade do bairro contra aquilo que é visto como intrusão externa. O quotidiano destes locais inclui as drogas. A polícia iria mexer com a tranquilidade deste dia-a-dia, parece ser a metáfora encerrada no "passa-palavra"[111].

A enunciação que acabamos de fazer destas regularidades verificadas em dois espaços diferentes é susceptível de várias interpretações. Ao nível exploratório em que nos situamos por enquanto, foi sobretudo importante dar conta da sua existência. Mesmo assim, não nos furtaremos ao exercício das hipóteses - se não servissem para mais nada permitiriam pelo menos refinar a observação em fase posterior da pesquisa (respondendo a uma das questões prementes para quem está no terreno: olhar o quê em tanto que há para olhar?).

Os dois bairros em discussão têm pelo menos uma característica em comum: fazer parte das *traseiras da cidade*. São lugares difíceis de percepcionar

---

[111] Este tipo de relacionamento com a polícia não esgota, de modo nenhum, as várias formas de perceber a sua acção nos bairros por parte da população. Destacaremos aquilo que pudemos constatar no bairro da Sé por parte daqueles a que Howard Becker (1963), na sua análise dos processos da desviância, chamou os "empresários da moral": indivíduos do próprio meio, normalmente com posições próprias da classe média (desde técnicos de intervenção social a educadores e pais). Destacavam a acção da polícia como eficaz, necessária, pecando por pouco frequente e podendo, se incrementada, resolver só por si muitos aspectos do "problema da droga". Particularmente "varrer daqui com os que, de fora do bairro, vêm para cá corromper os nossos jovens" - um claro processo de externalização do "mal".

nas rotas dominantes do cidadão. E, vistos desde o seu próprio interior, têm topografia labiríntica: as vielas, becos e casas em ruínas que acolhem práticas das drogas na Sé têm um equivalente nas traseiras e nas galerias dos blocos e nos terrenos intersticiais do Aleixo. Correspondência, em ambos os casos, entre a topografia labiríntica e o comportamento desviante.

Diríamos haver uma *potenciação ecológica* dos comportamentos desviantes: não se explicam de qualquer modo ou não importa onde reclamam uma ecologia feita também ela de espaço desviante: o recôndito, o protegido, o obscuro. Há, assim, uma homogeneidade funcional dos espaços que têm características para serem potenciadores ecológicos. É deste modo que o funcionamento dum beco da Sé pode ser idêntico ao duma cave do Aleixo. É como se houvesse, ao nível dos espaços e das práticas que neles têm sede, algo de semelhante ao que a clínica dos toxicodependentes já constatou há muito: a diversidade inicial dos indivíduos não impede as suas semelhanças ao nível dum funcionamento secundário (o que foi, não raro, confundido com o "perfil de personalidade do toxicómano").

3. O DISCURSO DIRECTO DAS DROGAS

A secção 3. está construída essencialmente com base na análise de biografias, conjugando-as quando necessário com outro tipo de dados.

Resulta, pois, em larga medida da análise do discurso directo dos sujeitos. Toma tal discurso como a superfície donde podem ser extraídos uma série de elementos que nos informam de como é que os próprios actores sociais das drogas "conceptualizam" a sua conduta, que crenças desenvolvem para justificar a dependência ou a saída das drogas, que imagem têm da heroína, do haxixe, da cocaína..., e que representações constroem dos diferentes agentes que

actuam neste campo: terapeutas, polícias, justiça penal... Ou então, por exemplo, o que é que pensam que os outros pensam "do drogado"...

Daremos, pois, a palavra aos sujeitos, de modo a que possamos perceber, através da análise do que dizem, que significações atribuem ao uso das drogas e ao campo social que a elas reage, que pontos de vista têm sobre os vários aspectos do fenómeno em que, embora sendo actores centrais, normalmente não são ouvidos senão enquanto sintoma. Este é o método para instaurar um diálogo que tem andado perdido - a deslocação ao ponto de vista do sujeito, fazendo-o, por um momento, a ele o "especialista"; ou, se quisermos, resistindo a dizer-lhe a ele o que é que ele é e por que é que se comporta assim, que é normalmente o que faz o especialista...

3.1. OS DIFERENTES RELACIONAMENTOS INDIVÍDUO-DROGA

O "consumo de drogas" em abstracto tem de ser relativizado: a "droga", o "drogado", não devem ser etiquetas homogéneas, se quisermos ser fiéis à manifestação ecológica do fenómeno. Há duas ordens de razões, que exploraremos sucessivamente, que nos levam a esboçar uma sistematização (ainda muito exploratória) dos diferentes relacionamentos indivíduo-droga. A primeira diz respeito à evidência do facto em si: constatam-se várias maneiras de consumir, gerir ao longo do tempo o consumo, e simbolizar tal conduta. A segunda diz respeito às distinções e distanciações que certos grupos de consumidores estabelecem em relação a outros grupos, que às vezes até consomem a mesma droga, mas que são percepcionados como muito diferentes, numa clara demonstração de que, para os consumidores, há "drogados e drogados".

a) *clivagem leves/pesadas:* "A droga", no discurso e nos juízos dos actores sociais das drogas, é a heroína. Outras drogas pesadas como por exemplo a cocaína estão pouco presentes - raramente falam nela espontaneamente. O produto mais consumido, esse, parece ser o haxixe. Mas não é encarado como droga. O produto mais oferecido, nos circuitos de venda, é a heroína. Haxixe e heroína dominam o panorama das drogas na rua, tal como também são centrais quando pedimos a alguém que fale das drogas (por exemplo nas biografias).

Parece haver aqui um contrasenso: não encaram o haxixe como droga e falam nele quando se lhes pede que falem de droga? Para clarificar isto, é útil passarmos em revista as imagens que os consumidores têm das diferentes drogas e do "problema da droga".

-"devia haver aqui quintais disso" -

> "Fumar haxixe não faz mal. Fica-se bem disposto e não se incomoda ninguém. Fumo há 15 anos e não noto consequências nenhumas. Articulo perfeitamente a ganza com as exigências profissionais. Não vicia. Nunca vi ninguém andar aí desesperado ou a roubar por causa dum "cacete" de haxixe. Se levasse às drogas pesadas os meus amigos já eram todos "junkies". Fico mais divertido, mas consciente. Com mais imaginação. Embora dê perda de memória. É pena ser caro, chego a gastar 3 contos por semana. É pena ser caro - devia haver aqui quintais disso."

Estas frases são fragmentos retirados de vários depoimentos e biografias, desde indivíduos de 15 anos (o que queria "os quintais disso"...) até sujeitos de 40. Seleccionámo-las por condensarem a imagem dominante do haxixe na população consumidora que contactámos, e por exemplificarem as crenças básicas (não causa dependência, não dá problemas de conduta, sociais, etc., não dá escalada). Na quase totalidade dos indivíduos que o consomem, aparece uma atitude francamente favorável em relação a este produto. Nalguns casos manifestavam espontaneamente a hipocrisia que consideravam haver em mantê-lo penalizado. "É como beber um copo com os amigos. Por que não proibem também o álcool?"

-"deviam inventar uma heroína que não viciasse"-

Esta imagem das drogas leves contrasta vivamente com a que circula acerca da heroína. Mesmo em indivíduos que consomem há anos sem aparentes problemas pessoais graves (por exemplo com boa insersão familiar e profissional e sem terem um estigma muito pesado de "toxicómanos") ela aparece como uma droga fortemente adictiva, com a qual se mantém uma relação extremamente complicada de gerir. Vejamos o discurso directo dos utilizadores, através dos fragmentos mais significativos:

> "É bom, e vicia mesmo sem se dar por ela. Só tem um defeito, vicia. Deviam inventar uma heroína que não viciasse. Conseguem inventar tudo, por isso é porque não querem inventá-la. Vejo muita gente a consumir heroína, isso a mim

preocupa-me. Vejo crianças com 14 e 15 anos, pá![112] Estupidificante. Um gajo plana e fica tipo vegetal."

Sintetizando a imagem que a heroína tem junto dos consumidores, e que é fortemente responsável pelo reforço das crenças que circulam sobre ela nesta população, diremos o seguinte: ela é percepcionada como muito espalhada, de fácil acesso portanto e que "atinge muita gente" (efeito sem dúvida da visão próxima que têm de amigos seus "agarrados" e que lhes causa a impressão de que "anda tudo na heroína"). O juízo dominante acerca dela é de tonalidade negativa, mesmo se se é (e talvez por causa de) consumidor. A heroína é uma "droga má", em contraste com o haxixe, que é uma "droga boa". Diríamos, reformulando as crenças correntes deles, que a heroína é uma droga inopinada - quando subjuga já plenamente o indivíduo ele ainda não se apercebeu. Vem depois a sua adicção, muito vivamente presente na representação que fazem dela, mas também o seu fascínio - porque desafia a capacidade pessoal de a controlar... A dimensão da adicção é geralmente atribuída ao forte impacto sentido logo às primeiras experiências: "o prazer corporal", por um lado, mas também "a personalidade que muda". Daí que se fique "sem reacção". No princípio de todo este complicado processo está o facto inequívoco de "aquilo ser mesmo bom, pá!"

b) *clivagem fumadores/junkies:* os fumadores são os indivíduos que têm longas carreiras de consumo de haxixe e erva, com atitude favorável a estas drogas e incorporação delas ao seu estilo de vida. Quanto aos *junkies*,

---

[112] Registamos como episódio curioso o dum dependente de heroína com opinião favorável relativamente a esta droga e que, confrontado com os prejuízos pessoais que já havia antes experimentado por causa dela, resolve rapidamente a dissonância cognitiva dizendo: "A heroína não faz mal nenhum, pá. O que faz mal é a ressaca..."

adictos à heroína, já falámos deles. Retomamo-los agora para sinalizar um facto que nos parece marcante: a clivagem, ao nível das imagens culturais das drogas, não se dá só no produto, de que já falámos na alínea anterior. Dá-se com igual ou maior intensidade ao nível dos actores dumas drogas e doutras. É o que desenvolveremos a seguir:

-"pacatos, alegres e felizes"-

Encontramos frequentemente no fumador de ganza uma atitude existencial bastante elaborada cognitivamente: aduzem racionalizações sobre a sua conduta que lhes conferem um sentido positivo na sua vida. Vejamos o excerto duma biografia de uma consumidora de drogas leves de há longa data, com 29 anos:

> "O haxixe está incorporado já no meu estilo de vida. Nem sequer se me põe muito a questão de... eu nem sei quando é que deixarei ou não este estilo de vida. Primeiro, porque isto não me afecta, pelo contrário, até (...). Até me ajuda a viver. E não sinto que isto me afecta de forma a ter de deixar. (...) Na medida em que me ajuda a viver e a manter um certo equilíbrio aqui nesta selva que é a vida. (...) E os fumos podem-me ajudar até... como tipo contemplativo. Até para me ajudar a contemplar, a ter uma certa sensibilidade que se calhar no meu estado natural não... não estou tão motivada para."

O que é o estado contemplativo?

> "É parada em frente ao mar, ver o mar e ser fustigada pelo vento. Quer dizer, e não só. Tem também intrínseco um

libertar do pensamento, quer dizer, e pensar também, meditar, vá. Estão um bocado aliadas estas coisas para mim."

O contemplativo é o intensificar da relação consigo. O haxixe aparece como um catalizador da sensibilidade[113]. Mas aparece com igual frequência como um catalizador do encontro, da reunião, do grupo. É uma droga "sociável" e facilmente partilhável, para o que contribui o seu preço relativamente acessível.

Nos fumadores de ganza encontrámos indivíduos com longa carreira de consumo, normalmente com uma etapa multi-drogas mas em que, a seguir, se processou uma estabilização em volta das leves, fazendo-as praticamente exclusivas. Esta longa carreira é marcada pela constância do consumo sem implicações assinaláveis na vida quotidiana do sujeito, desde a sua relação consigo aos critérios da chamada "adaptação social". Daí a representação sintética que deles fez um dos consumidores, quando os dizia "pacatos, alegres e felizes".

Estes "pacatos" fumadores de leves manifestam com grande frequência desconfiança e mesmo repúdio pela figura do *junkie* e pelo círculo em torno da heroína. Não é, aqui, tanto a droga que lhes causa impressão mas mais os que...

-*"andam aí às quartas e aos oitavos, são uma desgraça"*-

"Aquilo é um círculo. O círculo do pó é incrível.

Aquilo domina qualquer gajo, não é só a droga que domina o gajo, é todo o sistema que envolve aquilo tudo. Gira muita gente ali à volta. Havendo um gajo com pó na mão, 'tás

---

113 Confirmamos de novo com esta investigação os dados que já havíamos avançado no estudo dos *freaks* da Ribeira-Barredo, consumidores de drogas leves e protagonistas duma *subcultura da ganza*: Fernandes (1990) .*Os pós modernos ou a cidade, o sector juvenil e as drogas*. Porto: FPCE.

a ver? O pozinho. Faz-me lembrar os hipopótamos que andam com aquelas aves... aquelas aves parasitas, 'tás a ver? Um gajo andando com panfletos[114] tem 30 ou 40 parasitas à volta do gajo. Não podemos comparar fumos com drogas duras. Isso sempre me assustou, os gajos que fumam muito haxe, os que eu conheço que se assumem mesmo como fumadores de haxe nem sequer querem ouvir falar em agulhas, poeira, nada, pá. A vida para os da poeira é aquele bocado. Os que andam às quartas e aos oitavos são uma desgraça. Uma pessoa que chega à noite à cama e a única coisa que pensa é como é que vai arranjar aquela coisa, acho que não é vida. Eu vejo aquela gente perfeitamente apática. Não vivem, vegetam. Andam por aí só pra fumar droga, poeira ou injectar ou qualquer coisa.

Há muitas pessoas que roubam por causa do pó. Para alimentar o vício. E nunca vi nenhuma pessoa que por causa de fumar um cigarrinho de haxixe vá aí roubar. Não vi nenhum país em guerra por causa do haxe e da erva. Já a droga pesada vai muito ao lado mau, que é o dinheiro. Vê-se o caso da Colômbia."

Transcrevemos frases relativas aos juízos típicos que os consumidores de drogas leves tecem sobre o *junkie*. Esta montagem diz respeito a frases que vêm também de indivíduos que consumiram ou consomem heroína mas não se consideram *junkies*. Um deles, actualmente dependente de heroína e em tratamento de desintoxicação, ia ao ponto de dizer que "os *junkies* são todos atrasados mentais. Mas não foi a droga, já eram. São uns esfarrapados, andam para aí a roubar, não vendem o produto em condições".

---

[114] Pacos ou doses de heroína, quartos ou oitavas, dependendo.

Constatamos, pois, uma reacção em relação ao *junkie*, por parte dos outros actores sociais das drogas, talvez ainda mais extremada do que aquela que a própria cultura dominante tem. A imagem negativa dirige-se sobretudo ao "círculo do pó", ao que a organização específica do "mundo da droga" obriga o heroinodependente a sofrer. Este é pois interpretado como vítima: "o problema não é a droga, mas o que tem de se passar por causa dela". Não é tanto a droga-químico que preocupa, mas o que as redes que operam com ela, o "círculo *junkie*", obrigam a fazer. É assim, aliado isto à dimensão da dependência física, que encontramos a imagem do dependente desta droga como "o angustiado consumidor de heroína", como nos dizia eloquentemente uma consumidora que, obviamente, a si não se considerava como tal. Para esta angústia contribui largamente o problema económico da alimentação da dependência:

-"as drogas pesadas comem tudo, tudo"-

> "A vida deles é o gajo que não pagou para aqui, o gajo que micou para ali... Criam grandes conflitos dentro do grupo. Uma coisa que eu topei no meu contacto com eles é que hoje estão de bem amanhã estão de mal, este deve-me oito contos, aquele... É uma questão material, exclusivamente material. Não há amizade, não há puto. Neste género de gajos não há puto. Ali mica-se na próxima oportunidade. Dizem-te que te emprestam a casa e já estão a fazer as contas aos cê-cês[115] que vão mandar à custa disso. Há outro que tem carro, há outro que tem umas gajas e há umas merdas para micar que depois se vendem, e vamos comprar pó, e não sei que mais. E enquanto

[115] C.c., ou centímetro cúbico, medida da seringa.

se vai conseguindo, a coisa corre menos mal, mais dor de cabeça, menos dor de cabeça, o essencial é que haja pó. Há muita pessoa que até está bem socialmente e até consome pó, mas acabam por se arruinar. As drogas pesadas comem tudo, tudo!"

Novamente excertos que nos falam não apenas da vida do *junkie* como da imagem que os outros consumidores têm dele. Salienta-se com muita evidência a dimensão económica do problema, que é não apenas um dos vectores fundamentais da dependência como aquele que é responsável por uma certa dissolução da solidariedade do grupo, por uma quebra dos laços de confiança interpessoais, por uma desconfiança generalizada que aparece como a tónica ou clima geral do encontro *junkie*. Esta é, a nosso ver, a principal dimensão da *escalada*: mais do que a extremização da relação de consumo com a heroína, é a extremização das progressivas falências dos laços sociais do indivíduo. Até ao ponto em que lhe resta unicamente o "círculo *junkie*", que ele próprio percepciona negativamente. Agudiza-se neste processo uma "concepção desesperada do mundo", tomando as palavras de R. Ingold[116]

c) *os toxicoindependentes e o haxixe na vida doméstica:* detectámos, até ao momento, três tipos básicos de relacionamento com drogas a que chamaremos os *toxicoindependentes*:

---

116 Reforçamos com os nossos dados as conclusões dos estudos de R. Ingold acerca da dimensão económica da dependência e das suas implicações para o sistema etico-moral do sujeito, para a sua concepção do mundo e, obviamente, para as consequências sociais deste processo, traduzidas pelo progressivo fechamento do indivíduo no "mundo *junkie*". Ver por exemplo Ingold (1984).

- os que já foram dependentes de uma ou várias drogas e abandonaram consumos "pesados", conseguindo eliminar a sua dependência sem recurso a instituições ou técnicos especializados;

- os que mantêm consumo regular e bastante sustentado no tempo de várias drogas (incluindo opiáceos), mas conseguem parar os consumos mais ou menos por decisão pessoal (em alturas "em que não dá jeito consumir", por variadas razões) e não obedecem ao padrão típico do toxicodependente nem são conotados socialmente como "drogados";

- os fumadores de ganza, com o haxixe incorporado no seu estilo de vida e com um consumo doméstico, especialmente. São os protagonistas do *haxixe na vida doméstica*, que é um dos relacionamentos frequentes com drogas, geralmente leves, em muitas famílias jovens - são, muitos deles, ex-*freaks*, ou "*freaks* reformados", expressão com que às vezes gostam de se "insultar".

Quanto ao primeiro grupo, não o trataremos neste trabalho. Referimo-los apenas porque correspondem a um grupo que já identificámos anteriormente e que nos limitamos agora a referir no sentido de diferenciar o mais possível os relacionamentos com drogas. Salientamos também o interesse que revestem para a compreensão de processos de abandono espontâneo da dependência. Talvez mais do que os próprios "pacientes clínicos" das drogas, estes *toxicoindependentes* possam contribuir para o esclarecimento da saída das drogas, sobretudo se se trata de casos, como alguns que pudemos identificar, em que houve um padrão de dependência multi-drogas muito intenso.

Quanto aos do segundo grupo, evidenciam a possibilidade de padrões de consumo racionais - chamemos-lhes assim. De formas de relacionamento que parecem querer dizer que, mais do que drogas perigosas, há formas

perigosas de as consumir. Evidenciam, por exemplo, que consumir heroína não é necessariamente a irreversibilidade da escalada "junkie". Sobre como é que é possível manter este padrão racional necessitamos, tal como no caso do primeiro grupo, de prosseguir investigação. Mesmo assim deixaremos algumas direcções de resposta, apenas iniciais, à frente, na secção em que tratarmos da gestão da dependência.

Este segundo grupo reveste-se ainda de interesse porque pode permitir uma compreensão sobre os processos de reacção social às drogas, no nosso meio socio-cultural, de etiquetagem e de julgamento moral, determinantes na fixação da carreira do "drogado". Com efeito, muitas vezes estes indivíduos não são "drogados", porque não há a identificação pública generalizada da sua dependência. Que consequências tem este resguardo da "etiqueta" para a possibilidade de gerir a dependência? Qual é o papel do estigma na progressão (ou não) da relação com a droga? Eis outro campo aberto a investigação futura.

Finalmente, em relação aos do terceiro grupo, o do *haxixe na vida doméstica*, acedemos a este através da observação participante em contexto de pequeno grupo predominantemente a partir de espaços privados (por exemplo a residência do consumidor) da área em que decorreu a investigação. Consome-se o haxixe como um "produto", não como uma "droga". Aparece nestes sujeitos banalizado, incorporado às rotinas normais da vida. Não confirmam, a partir da sua experiência, o "perigo da escalada"; nem relatam consequências nos critérios de funcionamento e adaptação tanto psicológicos como sociais.

Os actores do *haxixe na vida doméstica* por vezes não têm aparência nem estilo de vida *público* consonantes com a imagem social dominante do "drogado" - *aparentam* conformidade com os critérios sociais de normalidade. Outros, pelo contrário, continuam a manter no visual a marca da passagem pela vivência *freak*. Têm mais de 25 anos, no geral, e são, digamos (para dizer

como eles), "*freaks* reformados" - uma espécie de "amigos de Alex" com alguma carga nostálgica. Frequentemente não é só o visual mas o estilo de vida mais abrangente que traz consigo ainda agora o património *freak*. Por exemplo a subsistência através do trabalho fora dos circuitos produtivos dominantes. Dizia-nos um deles, sintetizando eloquentemente o que acabamos de afirmar: "Invento formas de rendimento. E então é a Vandoma[117], e depois faço umas t-shirts, o A... estampa-as e depois vendemo-las. E fazemos uns bonequinhos com bolas de pingue-pongue e vamo-nos desenrascando mais ou menos".

Nos "*freaks* reformados" há alguma fuga real à cultura dominante, como acabamos de testemunhar. Nos do *haxixe na vida doméstica* em conformidade com ela, há fuga simbólica. O haxixe é a evasão, "é o meu desatino das quartas-feiras", como nos dizia um fumador. À quinta, pontualmente às 9 horas, estará no escritório.

Os estilos de vida dos *toxicoindependentes* falam-nos dos processos de integração das drogas nas rotinas diárias da cultura urbana e obrigam-nos a equacionar dum modo menos linear as relações entre o consumo regular de certos psicoactivos e a escalada para a toxicodependência.

Se juntarmos isto aos dados expostos nas alíneas a) e b), teremos de reafirmar a clivagem entre drogas leves e pesadas. A vivência *soft* do haxixe e a representação social que os seus actores têm do círculo *junkie* torna evidente a clivagem. Qualquer que seja a tónica posta pelos técnicos na necessidade de homogeneizar a imagem da droga de modo a fazer prevenção "de cima a baixo" nos produtos de consumo ilegal, o que é certo é que este discurso tem pouca ressonância nos consumidores reais e nos seus círculos de pertença: não confirmam a escalada, marcam grande fronteira leves/pesadas, não vêem o

---

117 Vandoma é uma feira de velharias à mistura com artesanato urbano que se realiza no Centro Histórico do Porto ao sábado. Serve para provar que o que é lixo em casa duns é peça útil em casa doutros.

haxixe como droga, muito menos como perigoso e são críticos em relação ao discurso socialmente dominante sobre a perigosidade das drogas.

Se quisermos ser fiéis à expressão natural do fenómeno temos pois de aprofundar a "cartografia" aqui iniciada: sinalizar a dispersão de tipos de uso de psicoactivos que vai desde o *haxixe na vida doméstica* à mais completa dependência psicofísica e económica; sinalizar a dispersão de actores e as suas representações mútuas, desde o "*freak* reformado" ao contemplativo, desde o toxicoindependente multi-drogas ao junkie...

d) *a cocaína, a noite e os locais "in"*: Dada a escassez de referências à cocaína por parte dos sujeitos que entrevistámos, bem como a sua fraca presença ao nível das unidades de estudo em que trabalhámos, sentimos necessidade de ampliar o nosso campo de investigação e tentar saber dela num outro espaço, que nos fora indiciado por alguns informantes privilegiados: o espaço da vida nocturna que é frequentado predominantemente por indivíduos de classe social média ou média-alta[118].

Sintetizaremos a seguir algumas constatações já possíveis: alguns locais de grande movimentação nocturna, revelam-se de facto pontos de encontro/difusão do consumo/venda de drogas, nomeadamente da cocaína. Sendo do conhecimento de todos os que aí trabalham e daqueles que assiduamente os frequentam, não é contudo um fenómeno facilmente

---

[118] O primeiro passo nesta pesquisa foi a procura de um contacto com alguém que tivesse uma boa integração nesse meio e, sobretudo, que tivesse conhecimento de/contacto com indivíduos ligados ao consumo e venda de cocaína. Conseguido este primeiro contacto, realizámos posteriormente seis observações em dois locais distintos da noite e, através desse informante privilegiado, estabelecemos contacto com quatro indivíduos, dois dos quais consumidores de cocaína, entre outras drogas, e dois que, não sendo consumidores, detinham um bom conhecimento das redes de consumo e venda de cocaína neste meio.
Um dos contactos viria a revelar-se infrutífero, pois apesar de se ter mostrado muito receptivo ao diálogo e ter combinado connosco quatro encontros para realização da entrevista, faltou a todos, sempre apresentando uma desculpa justificativa e prometendo não faltar ao encontro seguinte.

detectável a um observador exterior ao meio ou a quem os frequenta apenas esporadicamente. O seu conhecimento implica uma prévia introdução/contacto mínimo com as "redes" de consumo aí existentes.

Esta é desde logo uma grande diferença relativamente aos espaços de rua dos bairros estudados, o que se liga, inevitável mas não exclusivamente, ao carácter de recintos arquitectonicamente fechados em que se centram estes meios.

Quem trabalha nestes locais da vida nocturna conhece bem quem consome, quer entre colegas quer entre os clientes habituais, que frequentemente fazem a transacção e consumo do produto antes de aí entrarem. Este raramente é consumido no seu interior, o que contribui para a sua fraca visibilidade.

A cocaína é, juntamente com o haxixe e, em menor grau, com a heroína, uma droga que circula com certa frequência e intensidade neste meio. A faixa etária dos consumidores parece oscilar entre os 16 e os 40 anos, maioritariamente entre os indivíduos do sexo masculino, sem contudo deixar de se verificar também, com muita frequência - talvez maior aqui do que a encontrada no geral - entre as mulheres, sobretudo entre as que trabalham nestes locais.

O consumo de haxixe parece generalizado entre os indivíduos que trabalham e "vivem na noite"[119] sendo o consumo de cocaína, embora mais frequente que nos outros contextos, mais restrito que o de haxixe, predominando no círculo de indivíduos com maiores recursos económicos. Tal como acontecia nas restantes unidades de estudo, a cocaína é referida como uma droga de elite, mais custosa, apesar de mais saudável, que a heroína.

---

119 Referimo-nos aqui não a todos aqueles que com maior ou menor assiduidade frequentam locais nocturnos em busca de diversão, mas àqueles - e são ainda em número elevado - que praticamente "só vivem na noite", quer porque aí trabalham, quer por preferência pessoal, invertendo o horário habitual de vida - dormem quase todo o dia e "vivem" durante a noite...

Afirmava-nos um dos sujeitos entrevistados que a cocaína seria certamente a droga favorita naquele meio, se não fosse tão cara, porque é "uma droga porreira" e "mais saudável"...

O haxixe está tão difundido que praticamente perde a conotação de "droga", para ser encarado como mais um produto de "consumo obrigatório" na noite. Não é invulgar acabar-se a noite (a noite termina em geral por volta das 6-7 horas da manhã) em torno de um pequeno-almoço acompanhado de uma boa dose de haxixe "para retemperar as forças e aliviar os cansaços".

A estas drogas associa-se o consumo de álcool em grandes quantidades dada a sua fácil acessibilidade, quer por parte de quem aí trabalha, quer por parte de quem frequenta este meio com fins lúdicos.

O consumo de cocaína é referenciado como "uma moda", como uma forma actual de "estar in", como "uma procura" em indivíduos que estão em fases de mudança e "não sabem ainda quem são nem o que querem!"; ou ainda como "uma procura narcísica de beleza ou de um bem-estar, ambos artificiais"[120] mas muito funcionais para uma integração completa no meio característico que é "o de uma certa noite" portuense. Surge ainda a referência ao seu uso como uma forma de arranjar forças para aguentar a pressão e a fadiga constantes em quem trabalha na ou vive "a noite". Estas são algumas das "relações causais" estabelecidas pelos próprios indivíduos, e que diferem, como se pode verificar, das encontradas nos outros meios estudados.

Geralmente, o processo de entrada no consumo segue o padrão de curiosidade e pressão de grupo, havendo contudo, aparentemente, uma maior auto-gestão dos consumos neste meio. Também aqui o consumo depende

---

[120] Note-se a diferença entre a linguagem usada neste contexto e a que é usada nos restantes contextos estudados...

muito da disponibilidade financeira do momento, em conjugação com a disponibilidade do produto no mercado[121].

As dificuldades de penetração no meio, bem como de estabelecimento de relações de total confiança com os indivíduos aí contactados, que sentimos mais aqui que em qualquer uma das outras unidades de estudo, parecem-nos resultar de todo um conjunto de factores. Em primeiro lugar remetem para a questão da existência de uma visibilidade ou transparência diferencial entre meios ou entre classes socias distintas. Remetem ainda para a grande selectividade que este meio nocturno opera, face aos que o pretendem frequentar, sendo simultaneamente um meio "aberto a todos" mas extremamente fechado a quem nele se queira, de facto, integrar. Remetem também para uma grande preocupação em defender um estatuto social que não é compatível com a marginalização ou/e a estigmatização geralmente associadas ao consumo de drogas, particularmente das drogas ditas pesadas.

3.2. OS SIGNIFICADOS DOS CONSUMOS

Os diferentes relacionamentos com drogas que explorámos relacionam-se com diferentes posições do sujeito relativamente ao seu acto privado de consumir um produto alterador da consciência. Relacionam-se não apenas, portanto, com diferentes modalidades de exprimir um acto (desde o extremo *soft* à compulsão do opiáceo ou ao "vício da agulha", extremo *hard*), mas com as diferentes simbolizações que o preenchem, nuns casos, o esvaziam noutros. Num extremo, o contemplativo; no outro, o pesadelo *junkie*:

---

[121] Referia-nos um dos nossos informantes que há quem, quando recebe quantias mais avultadas, se abasteça de heroína ou cocaína em doses elevadas e desapareça durante uma semana, com a desculpa de que está doente, para só reaparecer ao trabalho quando todo o produto foi consumido.

> "É necessário retirarmo-nos da posição causalista (seja na sua versão psicologista, sociologista, seja ainda na sua versão biologista ou no conjunto das três) que quer que a transgressão seja um efeito duma causa situada algures, e adoptar um lugar epistemológico que permita antes aceder à *lógica da transgressão*, quer dizer, à sua racionalidade em si própria, e talvez sobretudo quando ela parece de todo irracional" (C. da Agra, 1990).

Ou seja, seria possível identificar, ainda na linguage do autor, "posições de significação transgressiva".

Podemos nós, a partir da análise dos significados dos consumos de drogas que estudámos, dar alguma evidência empírica a estas intenções teóricas? Que significações, que simbolismos transparecem nos nossos sujeitos? Enunciá-las-emos sem as desenvolver, conscientes de que apontamos apenas uma direcção de análise que pode constituir objecto de aprofundamento noutra ocasião, se soubermos situar o material empírico numa leitura das "posições de significação transgressiva".

-"comecei a fumar assim em ocasiões festivas e fui tornando todos os dias festas" -

Eis o significado hedonista do consumo nos fumadores de drogas leves. Este era o programa *freak* para as drogas. Encontra-se agora no "*freak* reformado" e noutros *toxicoindependentes*.

-"é parado em frente ao mar, a ver o mar e a ser fustigado pelo vento"-

O significado contemplativo das drogas. Olhar o mundo à volta como se ficasse diferente, olhar-se a si em percursos interiores ausentes no estado sóbrio.

-"a vida para eles é aquele bocado"-

A droga dura é um precipício químico. O indivíduo tem consciência da sua degradação. Descansa entre um chuto e outro, volta ao sofrimento na abstinência. Tem de ter mais um chuto para voltar à vida, que é aquele bocado. Eis a concepção desesperada do mundo traduzida no psicotrópico.

-"já passámos aquela fase, flores, amor e paz"-

A droga esgota-se na droga. É o consumo pelo consumo. O acto começa e acaba em si, perdeu os simbolismos com que inicialmente se havia expandido no sector juvenil.

-"toda a gente agora... fica bem consumir heroína"-

É um fenómeno de moda, também. É assim que alguns dos "pacatos fumadores" de leves às vezes iniciam uma escalada. A heroína não é só dependência *junkie*: uma "chinesa" em certos contextos pode ser uma coisa "in". As drogas têm, de resto, uma componente de moda desde o início do fenómeno juvenil das subculturas. Os psicotrópicos são assim entidades culturais, para além de substâncias químicas.

-"eu acho que os drogados são o expoente máximo do sistema capitalista"-

A droga é a metáfora da própria sociedade. O hiperconsumo, a voragem da sedução do produto, a atracção do hipermercado, são levadas ao paroxismo no caso do consumo de drogas e dos seus "hipermercados". Eis o excerto dum consumidor que fala desta metáfora da droga: "E a heroína acho que é o expoente máximo, a heroína ou qualquer droga, mas a heroína sobretudo é o expoente máximo do consumismo. Faz-me lembrar aquela canção dos TÁXI, "chiclete, mastiga deita fora sem demora". Acho que esta sociedade de consumismo só fomenta precisamente que a pessoa se sinta bem a consumir, só se realizam a consumir, mais nada! Eu acho que os drogados são o expoente máximo do capitalismo".

3.3. A GESTÃO DA DEPENDÊNCIA

Viver com as drogas exige uma série de estratégias de controlo da dependência - exige um saber pessoal de gestão do consumo. Nos casos mais bem sucedidos chega-se à possibilidade da *toxicoindependência*. Nos casos mais mal sucedidos, atinge-se uma ruptura nas possibilidades de gestão, traduzida na posição *junkie*.

Mas, antes de abordarmos tal questão, tratemos aquela que é complementar desta: que crenças mantêm os consumidores acerca das razões da sua iniciação? Que sistema causal privado racionaliza, a seus olhos, a relação com a droga?

- a curiosidade, o querer experimentar, associado ao convite. O convite não surge no vazio, mas no contexto do pequeno grupo *natural* em certas matrizes eco-sociais urbanas onde a omnipresença das drogas submete os indivíduos à exposição permanente da sua visibilidade.

- o *ghetto*, que procura formas de ascender economicamente, como resposta às expectativas económicas geradas e ostentadas pelo estrato dominante.

- a dependência é responsável pela dependência. Esta é uma causalidade em círculo vicioso muito típica nos consumidores, segundo a qual alguém "está nas drogas" porque não se livra da dependência física e psicológica, e não se livra da dependência física e psicológica por causa das drogas. Há uma nítida dificuldade em conceptualizarem a escalada da dependência para além deste raciocínio circular[122] . A frase mais típica segundo a qual se exprime esta crença obedece à causalidade la palissiana: a dependência é causada porque um indivíduo fica dependente.

- não relatam, no geral, nenhum facto marcante (do tipo, por exemplo, do clássico "traumatismo") associado ao início dos problemas pessoais com as drogas[123].

Relacionando-as com estas, que crenças podemos identificar nos consumidores relativamente à forma como julgam (e por vezes conseguem) controlar efectivamente a dependência?

- a crença mais enraizada: mais do que qualquer tratamento, mais do que com qualquer estratégia exterior, é com a decisão interior do próprio indivíduo que se consegue um consumo controlado, ou mesmo a retirada das drogas. Deixar a droga não é questão de terapêutica, mas de "ideia fixa de deixar". A "força de vontade" parece ser o exemplo que recolhem de consumidores que conhecem e que foram bem sucedidos, ou que recolhem da sua própria experiência. Mais uma vez, esta crença obedece a uma lógica la

---

[122] Esta é uma das várias curiosas semelhanças entre toxicodependentes e técnicos encarregados desta área.

[123] Os psicanalistas veriam aqui evidência do recalcamento que comprovava o traumatismo inconsciente.

palissiana: deixa-se deixando... O *script* para a libertação do círculo fechado psicotrópico é a "garra", a "força". A decisão, processo cognitivo primeiro e comportamental depois, é o seu processo básico. Com a condição de que não apareça muita "tentação" pelo caminho, o que se prende ao critério seguinte:

- o evitamento. A diminuição das hipóteses de contacto com o produto e com a rede social habitual que proporciona o contacto. É o "ir para longe, onde não haja heroína ao lado". Atentemos na eloquência do seguinte depoimento: "eu estou a trabalhar, estou a ressacar e vejo os gajos no café em frente a venderem heroína, ui! Como é que eu consigo sair? Não consigo, não consigo! Não é por falta de força de vontade. Eu isso tenho. Só que, enfim... é muito difícil!"

- o problema não é só, ou não é tanto, deixar a droga. Mas deixar os círculos habituais, as rotinas diárias, os lugares... O problema é conseguir inventar outras possibilidades existenciais. Deixar as drogas aparece por isso ligado à possibilidade de abandonar por uns tempos as redes sociais. E deixar de ser urbano: ir para o Alentejo, ir para a quinta dum amigo... A dependência das drogas aparece neles conceptualizada como a dependência dum sistema de vida, duma inserção eco-social, dum "mundo". "Deixar o cavalo ao fim destes anos?" Seria, não cortar com a heroína, mas com a forma com que aprendeu a viver... "Ir pra longe" é a fantasia de que poderá organizar-se doutra maneira. "Eu fora do Porto não preciso de me drogar. Nem me lembro" - dizia-nos um deles. Mas regressa-se e recai-se - a droga é urbana, tão fatal como a cidade.

- o vazio do tempo, o tempo sempre igual, tem influência no consumo. "Não há nada pra fazer". O vazio de tempo, à noite. "Ir ao café, depois é chegar lá, sempre ao mesmo café, é fumar um charro..." Particularmente nítido isto no quotidiano do bairro. "Praticamente nunca saio daqui". A droga ajuda a estruturar o encontro (com o grupo, com o café, único espaço social viável...), ajuda à evasão e a um bairro menos cinzento.

- auto-especialização em farmacologia. Por exemplo, arranjar Buprex como sucedâneo. "Fazia bem e tirava a ressaca. E não habitua. É como a metadona, só que não vicia". Esta estratégia é exemplo duma táctica mais geral, a que chamaríamos *auto-especialização em farmacologia das drogas* e que consiste na procura duma solução química para um problema (químico...) através da exploração activa da informação. Demonstra a tendência que os toxicodependentes têm para, utilizando a ordem médica, a iludirem e se furtarem a ela; negoceiam com o médico o tratamento, as doses de medicação, discutindo assim o poder tradicional neste tipo de relação; auto-controlam os parâmetros fisiológicos ("tenho um aparelho de medir tensão em casa"), ingerem produtos que sabem atingir a saúde e depois ingerem outros por causa de a terem atingido... São tubos de ensaio duma outra relação com a medicina convencional: não a recusam, utilizam-na, mas alterando-lhe os dados...

- a auto-especialização em farmacologia testemunha, na vertente química, a especialização do saber do acto (de usar drogas), frequente no consumidor. O sujeito cria um saber do seu acto (da sua vivência química, das formas pelas quais a verbaliza, do "clima" em que a quer viver, de como a deve fazer para que esteja sob controlo...), em que é capaz de múltiplas diferenciações do que faz e potencia a sua melhor gestão.

- um longo interregno no consumo não parece ser um critério decisivo para o corte definitivo. O interregno, só por si, não chega. Contudo, não nos é possível com os dados actuais evidenciar que mecanismos teriam de acompanhar o interregno para o fazer efectivo. Quando falamos de longo interregno referimo-nos a períodos que vão de 8-10 meses para cima e que, num dos nossos biografados, foi de 4 anos de ausência de opiáceos, com posterior regresso ao consumo com maior grau de dependência ainda.

- experiência emocional intensa: uma experiência significativa, marcante, "pesada", pode ser determinante para deixar de picar. "Ele picou no

mesmo sítio onde eu picava (falando dum amigo morto por *overdose*), disse para mim nunca mais pico. E não piquei"[124]. A decisão da mudança parece ter de implicar uma experiência emocional intensa, provocada não por qualquer terapia mas por um facto saliente da vida privada. Implica mudança concomitante, pelo menos nalgum grau, da atitude (da "lua-de-mel" para a condenação, por exemplo).

3.4. AS REACÇÕES SOCIAIS

Como é que os actores das drogas percebem/avaliam as reacções sociais ao "drogado", ao "mundo da droga"? Como julgam que os outros os representam?

> "Um drogado é um moço esquelético, com os dedos magros e muito compridos, com os pés inchados, cheio de cicatrizes... é um extraterrestre, quase".

Um dos sujeitos que nos contou a sua história de vida testemunha assim aquilo que é talvez o extremo negativo do julgamento social do drogado, tal como o percebe. Mas, se as crenças dos actores das drogas não são assim tão negativas sempre, são no caso geral demostrativas de que eles se sentem alvo de atenções sociais de tonalidade dominante desfavorável e mesmo

---

[124] Este género de episódio passou-se connosco mais duma vez: numa cave estilo "underground" da residência dum indivíduo que sabíamos consumir drogas vimos, por entre cartazes de grupos rock e objectos da cultura pop, uma escultura com uma caveira e uma seringa espetada no crânio e ao lado um cartaz, feito por ele, com uma mensagem contra a droga. Contou-nos como aquilo era uma homenagem ao seu melhor amigo morto por *overdose* e como, desde esse dia, nunca mais chutou, embora continue a consumir drogas leves. Repare-se como o "não à droga" dizia respeito à heroína - é esta que é "a droga".

estigmatizante. Poderiamos sintetizar deste modo o tipo de representações negativas:

- os "drogados" não são gente como a outra. O excerto acima, em que são quase extra-terrestres, é exemplo. Haveria, desde logo, uma diferença física. Mas também uma diferença nas regras mais básicas da sociabilidade.

> "O meu avô tem uma quinta e foi à bouça e estavam lá uns gajos a fumarem. Veio para casa e disse-me "apanhei lá um drogado em cima... mas eles falam! Falaram comigo!", espantado como é que um drogado também consegue dizer qualquer coisa. "E até foi educado!"."

- os "drogados", mesmo quando "são gente", não têm o valor da outra gente: "não valem nada". Esta seria a grande causa de marginalização a que têm de ser sujeitos (por exemplo no acesso ao trabalho).

- "a droga" é uma entidade que as pessoas percepcionam homogeneamente. "Droga é droga, independentemente do tipo". Consequentemente, o "não valem nada" do ponto anterior aplica-se mais ou menos indistintamente a um fumador de ganza ou a um *junkie*.

- os "drogados" captam pessoas, aliciam. "As pessoas julgam que andamos para aí a oferecer droga. Mas na droga ninguém dá nada a ninguém".

- a "droga" tem consequências diferentes do álcool: a "desgraça" neste, o "perigo" naquela. Droga conota-se frequentemente com perigo, "um perigo que é preciso abalar a todo o custo".

A droga, em síntese, associa-se a qualidades pessoais negativas, coisa que é sentida pelos consumidores como injusta, pois não têm a experiência de que essa associação seja óbvia e alguns fazem explicitamente mesmo a sua dissociação.

3.5. AS INSTITUIÇÕES

Referir-nos-emos ao que os actores das drogas dizem a respeito das instituições que mais frequentemente aparecem nos seus discursos: as de repressão ao tráfico e consumo e as de tratamento.

a) *repressão ao tráfico e ao consumo:* a justiça penal e a polícia não são referidos com muita frequência (menos ainda aquela do que esta). Comparativamente às instituições de tratamento têm nos seus discursos uma expressão reduzida, o que faz com que devamos ter muita precaução sobre aquilo que podemos extrapolar - a menos que devêssemos considerar o silêncio como significativo...

-"foi lá a GNR (...) com o cão a farejar, só para disfarçar"-

Sobre a polícia, a própria gíria fala da forma negativa como é encarada: os bóias, os cucos, os chuis, os branquinhos, os bê-bês, a judite, os monos... Há a convicção de que os das brigadas especiais conhecem tão bem como os *junkies* os lugares da droga. Aliás, há mesmo a convicção de que "toda a gente sabe". Tal sabedoria é assim pelo menos um pouco estranha, pois não lhe corresponderia nenhuma acção efectiva. É este, aos olhos dos consumidores, o motivo da facilidade com que o tráfico continua a operar. As autoridades policiais teriam uma acção marcada ou pela inércia ("não actuam"), ou pelas "incursões para tapar os olhos ao povo", em que os bodes expiatórios seriam os pequenos traficantes/consumidores.

Dois factos são aqui curiosos: a inconciliável relação entre polícias e "drogados", com uma representação negativa destes sobre aqueles (temos pena de não ter explorado a relação simétrica...) e a forma como nestas afirmações deixam transparecer a ideia de que o puro tráfico deveria ser objecto de acção policial eficaz.

A acção policial revestir-se-ia assim de ineficácia preventiva - coisa que é concordante com o que realmente observámos nos contextos estudados, pois mais do que uma dissuasão da venda o que ela provocava era o refinamento das estratégias. Esta ineficácia seria, ao nível da imagem pública da polícia, colmatada com incursões para produzir espectacularidade, mas não resultados: "Foi a GNR não sei donde lá ao... ó pá, não conheciam ninguém, com o cão a farejar, pra disfarçar..."

Quanto à justiça penal, aparece com muito pouca frequência nos discursos dos actores das drogas. Registaremos como significativo um dos sujeitos com quem fizemos história de vida e que esteve preso 11 meses por posse de droga - haxixe, numa quantidade que diz não chegar a 1 grama! Tem um sentimento pessoal de que a Justiça lhe prestou uma grande injustiça, e partilha com outros consumidores duma crença que vimos frequente - a de que o verdadeiro tráfico escapa à Justiça, sendo penalizado quem não detém lugares importantes nas engrenagens do tráfico:

> "Eu acho que a combaterem tem de ser o tráfico. As pessoas que usam isto pra ter lucros de milhares. É coisa que eu não vejo. Eu vejo pessoas que nem dinheiro para a comida delas têm, são condenadas assim a sério mesmo".

A diferente exposição ao risco entre indivíduos das classes desfavorecidas e indivíduos de estratos dominantes, ou seja, a maior ou menor transparência social dos grupos, faria também com que os mais opacos raramente fossem alvo da justiça:

> "Eu acho que a pessoa rica tem mais acesso a ter as coisas sem andar aí... ó tio ó tio. O rico é capaz de ter dinheiro pra comprar um bocado bom e só vai lá daqui a um mês ou dois, não é? Quando lhe acaba a remessa que ele tem. O pobre vive mais do seu dia-a-dia, é capaz de ser mais visto, mais frequentemente, não é? O pobre tem que andar mais vezes nesses sítios a procurar do que o rico."

b) *tratamento:* Quando se fala em "instituições" é frequente fazerem a associação imediata com "tratamento". E, dentro do tratamento, a terapia de substituição por metadona detém o maior número de referências. Para alguns o tratamento é igual a "Centro da Boavista" (Centro de Estudos da Profilaxia da Droga/Norte) e este igual a metadona. O local mais referido a seguir é o CAT (Centro de Atendimento a Toxicodependentes). Referências à Linha Aberta, apenas uma, no conjunto de toda a investigação (pouquíssimo, se atendermos a que por exemplo em cada uma das biografias aparecem no mínimo três e no máximo 13 referências a instituições). Quanto ao *Le Patriarche*, também apenas uma referência.

-"no CEPD dão meta, no CAT dão conversa"-

As instituições e os tipos de tratamento que oferecem são vistos *pela totalidade* dos indivíduos contactados como ineficazes. Retiraremos os excertos que consideramos típicos do discurso sobre as instituições:

> "Não fazem nada"
>
> "Têm a visão do toxicodependente como um ser improdutivo. Desresponsabilizam o toxicodependente"
>
> "Não deviam estar à espera que deixássemos duma vez a heroa"
>
> "O drogado é perigoso, tem de ser vigiado nos movimentos e escoltado nos percursos pelo interior da instituição"
>
> "É pior do que ambiente de hospital. Odeio hospitais, mas prefiro ir ao S. João".

Por razões éticas, não diremos a que instituição específica se refere cada um dos comentários. Diremos apenas que, se fizermos um balanço, o CEPD tem uma representação mais omnipresente e mais positiva do que o CAT. Aquilo que parecem expectar duma instituição é a ajuda medicamentosa - desvalorizam ou pura e simplesmente ignoram a componente psicológica. Sobre as psicoterapias, dizem liminarmente coisas como "a parte psicológica é só lições de moral" ou "a psicoterapia não serve para nada".

Sobre o tratamento por metadona as opiniões dividem-se, desde os que consideram que "para quem tiver cabeça para gerir as gotas aquilo dá" aos que acham que "vicia e há falta de qualquer controlo sobre o utente", desde os que dizem que "eles vão ao Centro porque estão todos podres e o Centro pelo

menos vai dando para eles irem dormindo" até aos que vêem a metadona "como uma chupeta. Quando o bebé chora dão-lhe a chupeta."

-"o terapeuta não compreende a problemática"-

Os terapeutas estão frequentemente ausentes, diluídos na instituição. A instituição é vista no global, não diferenciam actividades particulares de técnicos. Talvez porque, como nos dizia um deles, "o contacto é muito generalizado, muito igual, não atende à individualidade"... O técnico parece ser uma figura vaga, é percepcionado homogeneamente, como se cada um fosse igual ao outro. Estariam muitas vezes na instituição "para ganhar o deles", "só com formação académica e desconhecendo o fenómeno".

Os técnicos ficam nitidamente a perder em relação à metadona. É como se o químico fizesse a terapia sozinho: "aquilo lá é só um balcão, toma-se aquilo e venho-me embora". No CAT, nem um balcão há...

4. CONCLUSÃO

Salientaremos neste apontamento final alguns aspectos que nos parecem centrais no estudo aqui apresentado. Fá-lo-emos não apenas para os sublinhar, mas, ao situá-los nas diferentes partes que constituem o texto, para que o leitor se possa situar melhor na sua leitura, fazendo até eventualmente entradas directas a meio dele, de acordo com aspectos do tema que lhe mereçam mais atenção.

4.1. O PLANO METODOLÓGICO E SUAS IMPLICAÇÕES CONCEPTUAIS

As características particulares do objecto a estudar forçaram a procura de posturas técnicas de recolha empírica, ao invés do percurso que tem sido clássico: da pré-fixação de metodologias *standard* às quais o objecto tem de se adequar. Assim, procurou desenvolver-se uma linguagem observacional que descrevesse a anatomia dos locais, dos actores e suas condutas e da interacção entre locais e actores, na procura da fidelidade à expressão directa dos fenómenos em estudo. Esta exigência passou pelo requisito de técnicas naturalistas, de percepção proximal do investigador, com grande envolvimento no contexto - mesmo quando este oferecia aos primeiros contactos opacidade e resistência.

Colocámos os actores das drogas como emissores directos dos significados das suas condutas. Particularmente a secção 3., em que pusemos em relevo as concepções que têm das drogas e de quem as usa, ou as que têm das reacções sociais a seu respeito, dá conta desta preocupação. Trata-se, da parte de quem investiga, da possibilidade de aceder à sua cosmovisão, à imagem que constroem de si e do seu meio. São estas que estruturam no tempo as condutas, conferindo-lhes regularidade, mesmo se vistas do exterior podem parecer irracionais, autodestrutivas ou desordenadas.

A título de exemplo (cf. secção 3.): ao explorarmos as formas e o significado do consumo de haxixe descobrimos que desenvolveram uma "microcultura do haxe" em que este detém posição positiva e conotações inversas às que lhe atribui o modelo sanitário que informa o discurso dominante dos especialistas. Quanto à heroína, pelo contrário, há grande consonância entre consumidores e técnicos. Ou seja, os consumidores têm uma preocupação marcante em distinguir produtos e seus efeitos,

discriminando-os, conotando positivamente uns e negativamente outros, ao contrário do discurso comum nesta área, que uniformiza a noção de "droga" e desenvolve por exemplo acções de prevenção a partir deste pressuposto. Ter em conta as concepções da subcultura das drogas para potenciar o diálogo preventivo pode ser um dos efeitos práticos da postura metodológica que este trabalho exemplifica.

4.2. PLANO DOS RESULTADOS

Do conjunto dos resultados salientaremos em primeiro lugar o papel instrumental que o "mundo da droga" desempenha. É necessário assim introduzir vertentes do fenómeno até agora secundarizadas no debate público, como por exemplo a reorganização económica em torno dos psicotrópicos ou a questão da dependência económica, embrenhada indissociavelmente na própria dependência de opiáceos; por sua vez, o valor deste papel instrumental das drogas liga-se ao processo pelo qual foram sendo criminalizadas. A "zona quente" que analisámos demonstra a rápida organização marginal que se produziu (data do início dos anos 80) no aproveitamento eficaz das potencialidades de um mercado subterrâneo que só sobrevive pela forma como os produtos aí transaccionados foram sendo incorporados (simbólica e juridicamente, no caso) pela sociedade. Isto obriga a reconceptualizar o fenómeno da droga, que não é só feito de "toxicómanos", mas de um conjunto de figuras com papéis diferenciados que tentámos por em relevo. A "toxicomania" talvez seja um problema clínico. Mas ser *dealer* não é nenhum síndrome, prende-se com o acesso a dinâmicas de mercado subterrâneo bem explicáveis se descermos às condições de vida das unidades sociais que investigámos. O "toxicómano-delinquente" talvez seja uma figura

ameaçadora, hoje no centro do delito urbano. Mas, mais do que exibir alguma psicopatia, limita-se a uma conduta instrumental para assegurar um produto que, nas suas condições de adicção, lhe é vital.

Em segundo lugar, destacaremos as dimensões ecológicas do fenómeno. Ao olhar a droga, fomos remetidos para a especialização espacial da cidade. Há bairros "com muita droga"? Estivemos neles, como relata a secção 1. deste capítulo. Acontece que a questão não pode ser posta deste modo. O que resulta, sim, é uma dinâmica urbana que favorece a segregação recíproca entre grupos humanos com posições de dominação muito diferentes (a começar pela económica). Ou seja, tal diferenciação espacial, concentra em territórios específicos grupos desfavorecidos na luta pelos recursos (desde, por exemplo, os territoriais aos educativos, às oportunidades de trabalho), reproduzindo de uma forma topográfica um fenómeno que na base é economico-político: o da estratificação social. Esta concentração espacial tem, como sabemos já desde os trabalhos da Escola de Chicago, efeitos específicos: gera subculturas instrumentais, cuja função é permitir uma resistência acrescida de tais grupos às condições de marginalização em que se encontram. Gera, igualmente, associação diferencial. Tal como gera processos de micro-socialização que, só por si, assegurarão o "êxito desviante" do aglomerado.

A droga cumpre, actualmente, papel privilegiado nestes processos: (1) pela forma como estrutura uma actividade económica alternativa, sustentada por indivíduos que, na competição directa nos circuitos económicos normativos, nunca teriam os mesmos lucros; (2) pela forma como, através da "pedrada" permanente, é indutora de um prazer aqui e agora que permite a fuga às condições do *ghetto*, que vêm de ontem e continuarão amanhã. Solução rápida? Manter-se continuamente no presente através da psicoquímica; (3) pelas suas dimensões simbólicas, que direccionam

largamente a interacção do grupo e lhe condicionam a sua vertente socializante; (4) por ser geradora de estigma ("rouba por causa da droga", "esteve preso porque andava a traficar", "não conhece amigos, anda na droga"...), favorecendo deste modo a associação diferencial, tal como demonstrámos ao descrever as "zonas quentes".

Deste modo, podemos dizer que há hoje espaços urbanos que têm mais condições de desenvolver actividades em torno das drogas. Esta situação manter-se-á provavelmente, de um modo mais ou menos imune às campanhas medico-sanitárias ou à abertura de novos atendimentos para toxicodependentes, enquanto se mantiverem os processos que têm estruturado espacialmente os grupos humanos deste modo, criando condições para o desenvolvimento de técnicas de sobrevivência, de que o "mundo da droga" é o exemplo paradigmático hoje.

É necessário ainda ver como este processo de segregação espacial dos grupos permite desenvolver um mecanismo de "equilíbrio" que pusemos em relevo quando fizemos a análise das representações mútuas entre consumidores e população em geral (cf. particularmente secção 1.). Os bairros apresentados no discurso social como problemáticos, a despeito de praticamente desconhecidos do cidadão médio, que na maioria das vezes nunca lá foi, constituem para este uma oportunidade de projectar naqueles espaços a imagem da dissocialidade e da perigosidade... Permitem personificar topograficamente os "alfobres do mal". Processo, de resto, muito potenciado pelo discurso dos *media*, como vimos, que proporcionam uma simulação, à base da notícia e da imagem, do que seriam estes "centros de marginalidade". Função, pois, que cumprem tais unidades eco-sociais nas relações de força da cidade: manter vivas as metáforas da ordem e da desordem (com identificação

a espaços e a grupos humanos concretos, que no entanto permanecem largamente fora da visibilidade comum); afastar o mal, que ao estar plantado (é o termo, porque nasceu e cresce...) nesses locais, não está ao pé da cidade "normal", mas permanece dentro de um relativo isolamento.

A face complementar deste processo é a forma como o "antro do mal" considera ser vítima do abandono e da marginalização a que é votado pela cidade dominante, imputando até as actividades dos *dealers* e dos toxicodependentes maioritariamente aos que vêm de fora do bairro. É o processo, a que aludimos ao longo do trabalho, de externalização do mal, que o povo celebrizou com a frase "a culpa morreu solteira".

Destacamos ainda, na secção 3., a percepção que o consumidor de drogas tem das reacções sociais a seu respeito. Esta componente é parte fundamental da questão das toxicodependências, pois gera estereótipos circulantes cuja pregnância interage com a auto-imagem que o consumidor constrói de si - e esta é determinante na fixação de condutas. Mais não fazemos aqui do que constatar, se ainda fosse preciso, a utilidade das teorias da etiquetagem e do estigma, que destacam o papel dos "empresários da moral" e dos julgamentos morais sobre os sujeitos. Quisemos, assim, com a abordagem exploratória das reacções sociais ao consumidor, por em relevo a percepção que este tem do labor dos "empresários da moral" a seu respeito e da forma como situa a sua auto-imagem face a isso.

Por último, uma palavra relativamente à secção final "INSTITUIÇÕES": parece concluir-se, das avaliações feitas pelos consumidores acerca das instituições que se lhes dirigem, que estas "não são boas" (mas isto não é, nem de longe, específico do caso português - não há "boas instituições" em lado nenhum, ao que parece...). Cremos que esta afirmação carece de sentido, porque é simplista. Aliás, podíamos invertê-la e dizer que "não há

bons drogados". Também é simplista. Existe, sim, uma novidade intrínseca nesta nova figura da desordem[125]: o toxicodependente evade-se da ordem médica, ou se quisermos medico-psicológica, utilizando-se dela para depois a iludir, não empatiza com o terapeuta, interpreta a psicoterapia como "conversa", como "lições de moral", entrega-se na posição de paciente mas imediatamente se retira dizendo que os especialistas não percebem nada... O toxicodependente, se o encararmos pela óptica médica, é o único paciente que acha que sabe mais do que o especialista, é o único paciente que discute a terapia, que entra e sai dela a seu bel-prazer, é o único a quem a "doença" parece não ter fragilizado de modo a provocar - como acontece no paciente clássico - a adesão inquestionável ao tratamento proposto.

Neste sentido, podemos dizer que está ainda por descobrir o tratamento, a instituição ou o tipo de técnico que pudesse re-conduzir o toxicodependente obrigando-o a jogar com as regras da ordem médica. A outra maneira de escrever este parágrafo é dizer que a ordem medico-psicológica ainda não pôde distinguir aquilo que o toxicodependente lhe exige de uma nova postura médica. Talvez que a toxicodependência anuncie o tipo de mal-estar que reclama uma ordem pós-médico-psicológica. Já escrevemos algures que as drogas são os pós do pós. Referíamo-nos aí ao estado pós-moderno da cultura contemporânea. Dizemos agora que elas são os pós que exigem a pós-medicina. Até porque "os drogados não se querem curar", como nos disseram vários. E portanto talvez não seja mesmo da medicina clássica que aqui se trata, porque a medicina não lidou nunca até agora com pacientes que se não quisessem curar...

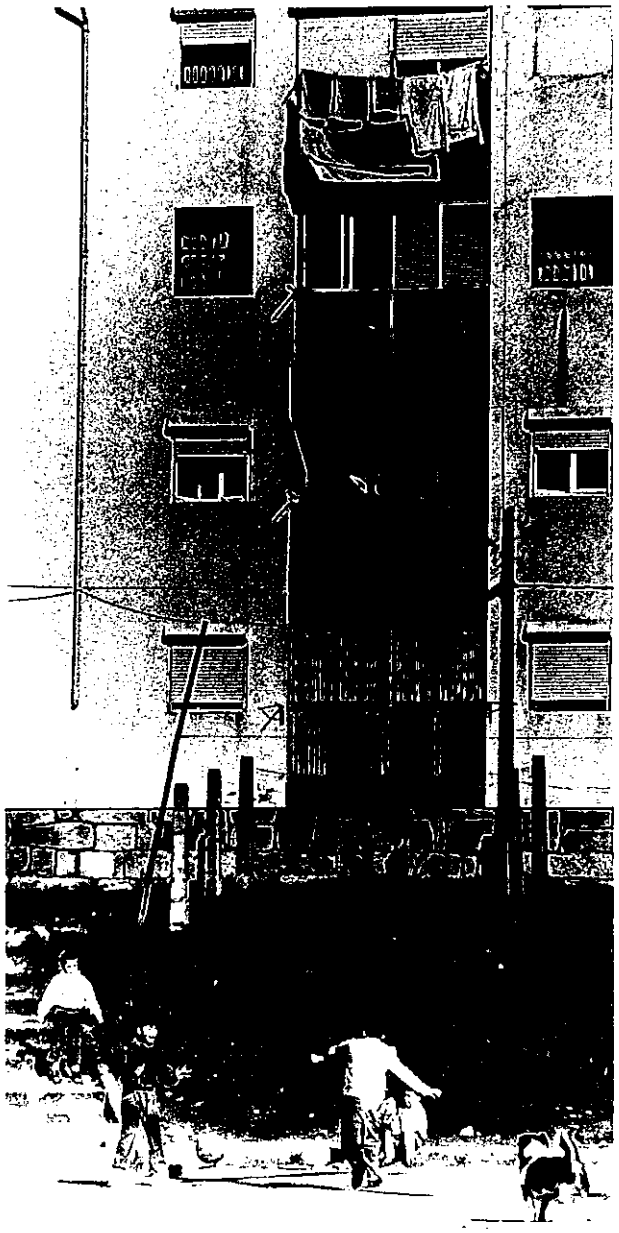
---

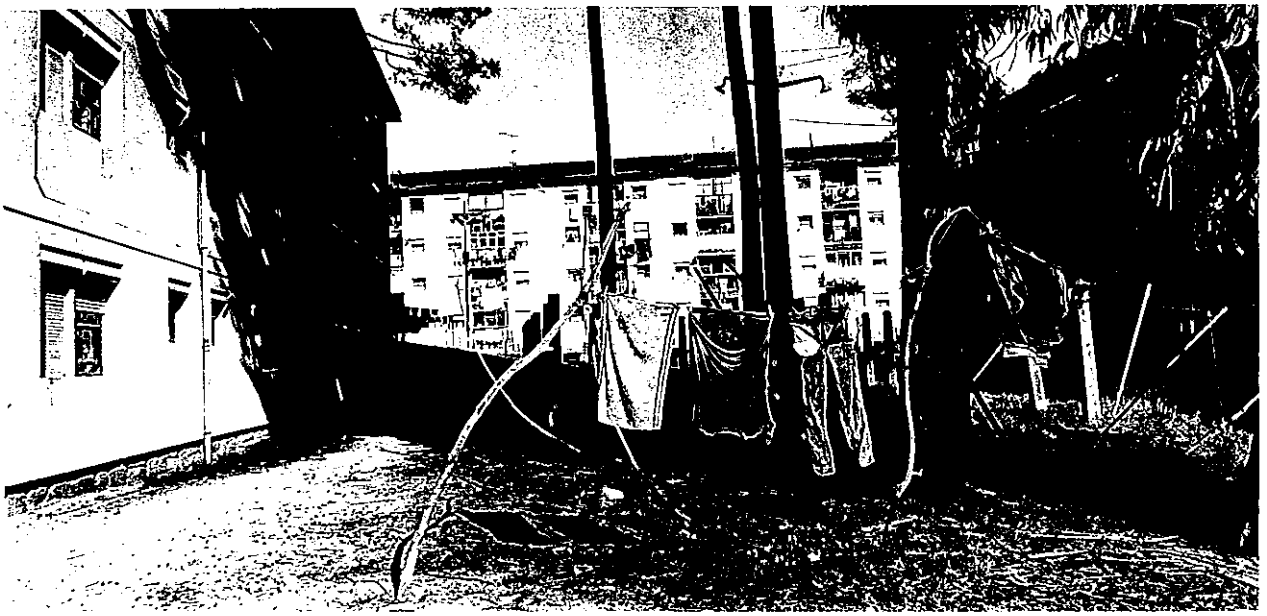
125 Cf. C. da Agra (1980, 1986).

CAPÍTULO 5

ESTUDO INTENSIVO

ACTORES E TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS 2





Este capítulo é composto pela monografia relativa ao estrudo intensivo. Prolonga e aprofunda os temas do capítulo anterior e desenvolve temas novos. Na primeira parte fala dos *bairros "das drogas"* e na segunda das *drogas nos bairros* ; o alvo da atenção é, pois, inicialmente, a vida diária de bairros habitualmente vistos como zonas degradadas e como zonas de drogas, para em seguida se centrar na vida diária dos actores e das actividades em torno dos psicoactivos.

Com todas as questões metodológicas já tratadas em capítulos anteriores, aqui dedica-se apenas atenção ao que os dados empiricos autorizam a dizer àcerca do objecto que nos ocupa.

As várias notas de rodapé que surgem ao longo do texto são, geralmente, destinadas a assinalar alguma relação que nos pareça importante sublinhar na altura entre o nosso material empírico e outras investigações ou produções teóricas. Não o fazemos em rodapé porque achamos este exercício coisa secundária, mas para seguirmos a tradição do texto monográfico das etnografias: um relato discursivo em profundidade dos dados empíricos recolhidos pelo etnógrafo.

1. OS BAIRROS "DAS DROGAS": CARACTERÍSTICAS ECO-SOCIAIS DA PASTELEIRA

Desenvolveremos esta secção a partir dum tipo específico de notas de terreno: as que registavam aspectos físico e socio-ambientais das zonas em estudo, colhidos no contacto directo ao longo do trabalho de campo. A acumulação deste tipo de notas foi revelando regularidades ambientais e foi-nos sugerindo por vezes possibilidades comparativas: dos bairros entre si e destes com outros tipos de habitats urbanos.

Procedendo a uma análise temática destes registos damo-nos conta de que no fluxo aparentemente compacto das notas, se vão desenhando alguns temas claramente: a comparação entre bairros àcerca de características físicas e dos cenários de rua; a dicotomia bairro marginal - cidade normativa; o bairro social como lugar onde a cidade se interrompe; o público e o privado no espaço dos bairros; a polivalência funcional dos espaços; habitar em altura: o bloco do bairro social e o prédio destinado à classe média.

1.1. OS BAIRROS NÃO SÃO TODOS IGUAIS

Embora os especialistas em habitat urbano façam distinções entre vários tipos de bairros sociais e evitem a identificação entre estes e áreas habitacionais degradadas, é inequívoco o poder redutor da etiqueta "bairro social": designaria uma entidade socio-territorial mais ou menos semelhante em todos os grandes aglomerados.

Quando viemos para a zona da Pasteleira sabíamos já da necesidade de resistir à realidade *a priori* instaurada pela etiqueta. Déramo-nos por diversas vezes conta de que os portuenses exteriores à zona falavam dos "bairros da

Pasteleira" como dum conjunto homogéneo. É como se um bairro não passasse dum bairro, quer dizer, fosse sempre semelhante a outro bairro - o nome bastaria para explicar a coisa. Mesmo se nomeássemos o, na altura, mediático Aleixo, associavam-no facilmente às drogas mas não lhe conheciam nenhuma outra particularidade específica[126] .

Ora, precisamente uma das primeiras constatações no terreno é a de que os habitantes dos vários bairros da Pasteleira diferenciam-nos claramente entre si; e micro-espacializam ainda mais finamente a sua experiência do habitat, pois no seu bairro nem todas as partes são equivalentes - por muito idênticas que pareçam ao forasteiro. Entre os residentes, o Aleixo reune consenso: tratar-se-ia dum mau lugar para estar, concentrando delinquentes e mantendo um clima social de rua tenso, que faria dele um sítio a evitar. "Só lá há indíos", dizía-nos um adolescente do bairro da Pasteleira, sintetizando nesta frase uma série de qualificativos que fomos recolhendo de vários actores sociais.

O evoluir da nossa experiência no terreno foi-nos impondo, de facto, diferenças importantes por sob a aparência primeira de homogeneidade dos diferentes bairros. Daremos alguns exemplos, tomando como elementos comparativos o Aleixo e o Pinheiro Torres (ver imagens nº 1 e nº2). São ambos bairros conotados com drogas, como confirmámos quer pela análise da imprensa, quer pelos processos judiciais de técnicos de reinserção social, quer pelos testemunhos que fomos recolhendo; e são ambos construidos nos anos 70. O Aleixo é constituido por torres de 13 andares, o Pinheiro Torres, constituido por blocos em barra de 4 andares; ambos são facilmente

---

[126] Mostrámos por diversas vezes fotografias do Aleixo a indivíduos não residentes em bairros e normalmente não o reconheciam nem o localizavam na cidade, embora dissessem tratar-se "dum bairro" e lhe associassem qualificações negativas, salientando designadamente a desindividuação que um espaço daqueles provocaria (dados da aplicação experimental - que depois quase abandonámos - da técnica dos ambientes artificiais. Cf. PARTE A CAP. 2 e anexo FOTOLEITURA).

Imagem nº 1

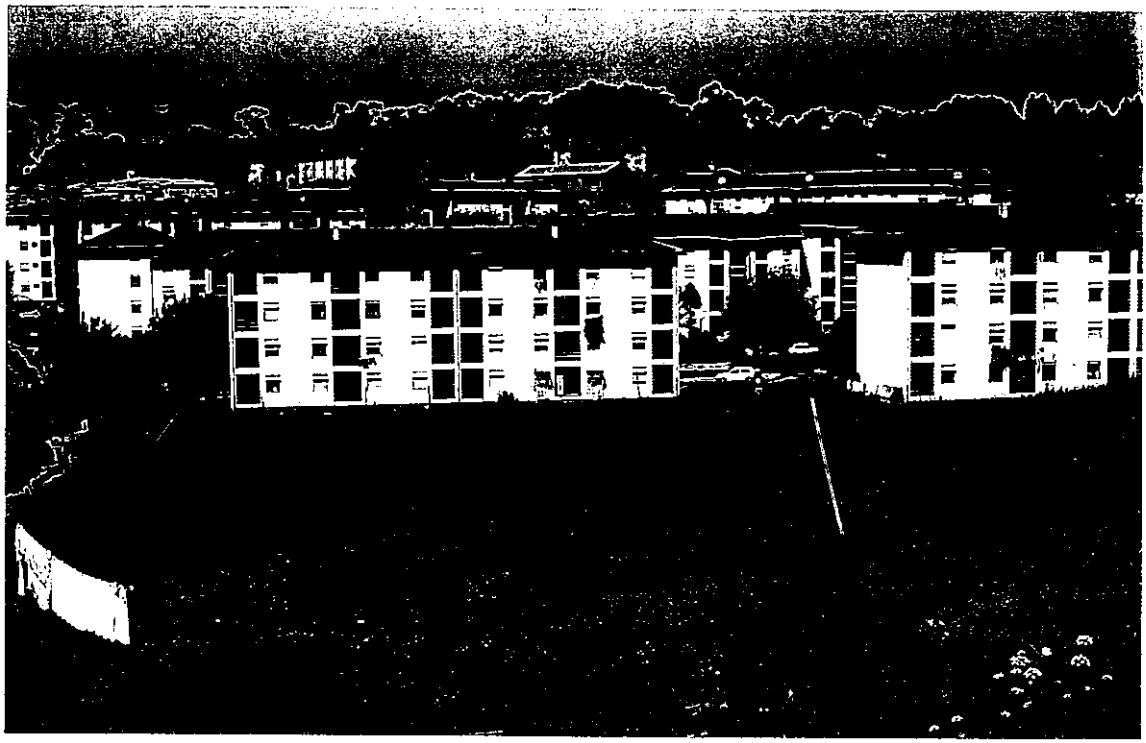


Imagem nº 2

delimitáveis mesmo por um estranho, mas o interior do Aleixo resulta praticamente impossível de avistar de fora. O contraste entre a sua volumetria gigantesca e as casas baixas que o rodeiam é um traço visual marcante.

> "Noto como o volume, a massa impressionante das torres vistas ao perto, cerca o espaço, para lá do qual, num pano de fundo de ruídos longe fica a cidade. E noto também como o que rodeia o Aleixo é terreno intersticial - espaços ocos, sem atribuição funcional, deixados ao abandono. A norte, fábricas desactivadas ou com aspecto degradado." (Notas de terreno, 18. Fev. 93).

Este contraste é muito mais esbatido no Pinheiro Torres, que se constitui como um território menos fechado, com várias entradas (o Aleixo só tem duas entradas) e com uma interface com três fábricas em plena laboração, que lhe abrem a fronteira sul a um movimento fabril.

Primeira consequência: o Aleixo tem tendência a aparecer como um território isolado, um sítio àparte; o forasteiro percebe claramente o momento em que franqueia um limiar físico que lhe abre o espaço para dentro dum território muito específico. Esta sensação de território onde se desenvolveria um mundo social muito próprio é reforçada pela actividade de rua. Gente a pé, sobretudo jovens, cruzam o bairro para cima e para baixo. Aos fins de semana e nos dias de sol esta actividade aumenta; há grupos de mulheres encostadas aos muros, crianças a brincar, e pequenos grupos de indivíduos nas transacções em torno das drogas. Estas concentrações do *deal* são frequentes á entrada, sobretudo, de uma das torres - "ali é a secção poeira", na expressão eloquente dum *junkie* do bairro. Os contactos nestas entradas desmultiplicam-se; o forasteiro é sempre observado e às vezes interpelado no sentido da compra de

drogas. As entradas de algumas das torres perdem o seu carácter de espaço semi-público ou lugar de transição (entre o público e o privado) e são apropriadas por actores de actividades desviantes - convertem-se em espaços marginais.

O Pinheiro Torres, pelo contrário, não provoca um corte tão acentuado com a organização espacial envolvente, dá a impressão dum sítio recolhido sobre si próprio, centrado sobre a sua vida privada, a rua não é nele local de interacção tão densa nem se apercebe venda pública de drogas como no Aleixo.

> "Ao longo do dia há um fluir de gente que não dá a sensação senão de residentes em actividades ordinárias. São rotas pedestres de conveniências[127]; por ex., a mercearia é um atractor pedestre feminino." (Notas de terreno, 18. Fev. 93).

Díriamos, utilizando uma expressão de Michel Certeau (1980) que as retóricas pedestres são muito diferentes no Pinheiro Torres e no Aleixo: no primeiro predominam as de conveniência no segundo as desviantes (a "movida" *junkie*).

Por outro lado, a muito melhor conservação física tanto dos blocos como dos espaços semi-públicos e públicos, os traços naturais (árvores, relva, sebes e vedações vegetais), um fontanário e uma capela, contribuem para criar a impressão dum habitat que não está em descontinuidade profunda com a experiência corrente do espaço. Os sinais bem visíveis de degradação física das torres e das zonas públicas, e mesmo de vandalização[128] , criam nas primeiras

---

[127] Tomamos aqui o termo *conveniência* de Mayol, cit. por Prost (1990): o conjunto das regras que regem as trocas de vizinhança, desde a aparência pública, o visual, até às compras no merceeiro aos percursos no bairro... São o limiar que assinala o que é normal e o que o não é. O café e o merceeiro seriam sítios de conveniência respectivamente masculino e feminino.

[128] "Costumava queixar-se amargamente o vereador da habitação da C. M. P. (...) Em 1993 contou que no bairro do Aleixo foi necessário comprar portas de elevadores em aço inoxidável, único material capaz de resistir à urina..." (Jornal de Notícias, 27. Nov. 95)

vezes que se entra no Aleixo a ideia dum sítio de facto em descontinuidade com a cidade - é enclave urbano onde as regras colectivas parecem ter pouco poder (ver imagens nº 1 e 2).

Se refinarmos a observação para uma escala mais proximal, verificamos facilmente que o Pinheiro Torres tem muito mais marcadores físicos e simbólicos de pertença territorial do que o Aleixo: há maior personalização dos espaços semi-públicos (extensões ajardinadas em frente á entrada dos blocos, vedação de sebe, vasos, lampiões, objectos pessoais...).

Em síntese, temos dois bairros vizinhos, edificados com seis anos de intervalo entre si e que no entanto apresentam diferenças marcadas: um é enclave urbano degradado fisicamente, com as actividades do mercado de drogas a organizarem grande parte da interacção do espaço de rua; o outro, embora mais antigo, está mais bem conservado, tem muito poucos sinais de vandalização de espaços e equipamentos, é mais centrado na vida doméstica, tem um quase nulo *deal* de rua e parece ser muito mais apropriado pelos seus moradores (presença de marcadores territoriais, signos de conservação física...).

Estes dados obrigam pelo menos a problematizar a dicotomia redutora cidade desviante - cidade normativa, que faria dos bairros os grandes agentes da primeira. E confirmam o estereótipo socio-espacial negativo sobre o Aleixo - esta imagem desvalorizada é de resto referida nos discursos dos moradores dos próprios bairros sociais vizinhos: "o Aleixo é que é mau" -, estabelecendo assim nitidamente uma hierarquia na qualidade de vida entre os diferentes bairros da zona.

1.2. EVITAMENTO EXPERIENCIAL E REDUÇÃO COGNITIVA

Já tratamos a questão do estigma ligado a espaços e seus habitantes tomados em conjunto no CAP. 1; a manutenção deste estigma alimenta-se sem dúvida do facto de "os bairros serem todos iguais". Por um processo idêntico ao que Goffman (1963) descreveu para a etiquetagem de indivíduos, procede-se assim também à etiquetagem de espaços, que passam a ser recorrentemente sublinhados como lugares de marginalidade.

A própria etiqueta de "espaço perigoso" é mantida graças a um duplo processo, de acordo com a constatação que fizémos ao longo da nossa experiência de terreno. Chamamos aos seus dois constituintes *redução cognitiva* e *evitamento experiencial.* Pelo primeiro, cujo agente laborioso é o rumor e veículo fundamental os *media*, os indivíduos identificam os lugares inseguros e as actividades desviantes através dos estereótipos circulantes - procedem a uma *redução cognitiva.* Ora, o que permite que esta não seja confrontada com uma realidade que eventualmente a contradiga é precisamente o *evitamento experiencial*: O cidadão normativo evita os "lugares perigosos". Sabe-os diferidamente (pela notícia), alucina-os (pela imagem televisiva), mas raramente os pisa. De resto, a própria topografia da cidade facilita o evitamento experiencial: os bairros sociais não levam a lugar nenhum, não é preciso lá ir ou passar por lá para os serviços normais que uma cidade oferece. Os bairros sociais ou se habitam ou se evitam. Constituem enclaves, áreas delimitadas, na melhor das hipóteses situam-se ao lado dum eixo viário importante, constituindo um cenário fugaz a 120 Km/hora.

Esta dupla redução, cognitiva e experiencial, alimenta representações sociais simplistas e esteriotipadas em torno de realidades ameaçadoras. Eis a base do *imaginário de insegurança,* tema actualmente alvo de grande atenção científica; eis a base dos *territórios do medo* (Lahosa, 1989): tal como os

indivíduos que julgamos serem a causa da delinquência e aos quais aplicamos uma etiqueta, também alguns espaços são alvo de etiquetagem. Trata-se, pois, dum processo de construção de esteriótipos socio-territoriais cujo efeito é homogeneizar os indivíduos duma mesma zona "mal afamada", considerando-os a todos "problemáticos" e dirigindo-lhes indiscriminadamente a mesma reacção social[129] .

Seriam os concentradores, num mosaico urbano descontínuo e heterogéneo, da ideia comum de "espaços perigosos" - funcionariam como os territórios que *acossam* a cidade normativa. Delarue (1991) sintetiza bem este processo a propósito de estudos conduzidos em *cités* francesas: "uma imagem desvalorizada que vem menos do bairro em si que da marca que se lhe coloca. Pela assimilação que é feita entre o bairro e os seus habitantes, habitar lá não é - longe disso - ser delinquente; mas é carregar consigo a imagem da delinquência. O desejo de escapar a este estigma social é, para algumas famílias ao menos, uma luta suplementar (...)".

Outro fenómeno que a etiqueta "espaços perigosos" produz reflecte-se na própria população que, por extensão, é alvo do rótulo: acaba por se desenvolver a crença na pouca viabilidade do destino colectivo do bairro, da sua infestação por indivíduos marginais (que "vêm de fora" no discurso dos residentes). No limite, é a auto-estima duma colectividade que é afectada ao ser posta sob mira. Este mecanismo acentua a eventual exclusão social que já existe. O estigma aplica-se aqui, não ao eu, não a indivíduos, mas a populações e seus habitats. Lagrange e Zauberman (1991) traduzem bem isto: "O sentimento de insegurança tem por efeito produzir etiquetagens. Neste sentido, contribui para apontar certas categorias de população como suspeitas

---

129 Sobre a relação que esta etiqueta tem com a auto-imagem e a identidade dos habitantes destes espaços e sobre a própria ocorrência e reforço de actividades desviantes que os elegem como cenário há uma extensa literatura. Cf., a título de exemplo, Lahosa (1989), Dupree (1991) ou Fernandes & Agra (1991).

de serem autores de actos de delinquência". Esta identificação estereotipada dos transgressores tem um papel simbólico importante na manutenção da normatividade do tecido social: "a marginalidade é a colocação sob o olhar social duma parte da população" (Yves Barel, cit. por A. Vant, 1986).

O quadro que acabámos de traçar faz parte duma certa realidade eco-social dos bairros, se adoptarmos o princípio interaccionista que Fischer (1994) enunciou bem: "a realidade social é o que as pessoas pensam dela, como a designam, e pouco importa a conformidade com os cânones duma definição - aliás, é precisamente aí que reside o seu interesse psicossocial".

Esta realidade psicossocial, a que os situa como lugares do estigma e cenários priveligiados de exclusão social e que vimos confirmada pelos nossos dados empíricos, corresponde de algum modo a um ponto de vista exteriorista - ainda que captável também nos seus habitantes. E também a este respeito haverá que reiterar que os bairros não são todos iguais. Basta lembrar o caso daquele onde fizémos o estudo exploratório, mais fortemente afectado pelo estigma, mais designado como *ghetto* e mais desvalorizado pelo discurso colectivo.

A obtenção de dados a partir duma escala mais proximal e quotidiana forja, no entanto, uma outra leitura, permitindo perceber uma outra realidade eco-social. A atenção ao *microacontecimento*, às *microapropriações*, que são aqueles que escapam à observação própria às instâncias do controle social (Fischer, 1994), a atenção a factos como as *retóricas pedestres* (Certeau, 1980) ou os acontecimentos sonoros, permitem, de facto, destacar um outro bairro por sob aquele que serve á iconografia dos *media* trata-se do bairro de quem lá está permanentemente, não do de quem lá vai fugazmente.

Os bairros podem ter "um impacto visual massivo", ser "uma ilustração infeliz da cidade que não conseguimos dissimular" (Delarue, 1991).

Mas no seu interior desenham-se territórios vários, apropriações múltiplas, tramas interactivas densas. São sem dúvida um horizonte permanente das grandes cidades; fazem parte da sua especialização funcional - mas são também os lugares onde ela se interrompe. Debrucemo-nos pois sobre os dados que nos falam dos microacontecimentos.

1.3. OS LUGARES ONDE A CIDADE SE INTERROMPE

Os bairros sociais são lugares onde a cidade urbano-industrial se interrompe, são os sítios onde a urbe cosmopolita cede lugar a uma outra figura. São, com frequência, vistos como espaços de marginalidade. Mas é necessário que problematizemos a expressão *espaço marginal*, de modo a precisar-lhe um significado que a afaste da acepção do senso-comum.

Podemos opôr espaço marginal a espaço central: um é valorizado socialmente (e mesmo administrativamente), o outro é desvalorizado. De acordo com Fischer (1994) o espaço marginal situa-se na franja dum sistema social, tanto do ponto de vista topológico como comportamental: simultaneamente afastado (das áreas valorizadas) e desviante (em relação aos comportamentos normativos). Esta caracterização está próxima daquilo a que Goffman (1974) chamou *bastidores*, a propósito dos lugares afastados do espaço consagrado à encenação propriamente dita; sítios escondidos, labirínticos, eles oferecem um território de refúgio que possibilita a capacidade de se isolar e agir ao abrigo de olhares indiscretos. "Globalmente, podemos concluir que um espaço marginal corresponde a um espaço retirado, ou seja, afastado duma zona de visibilidade e de transparência" (Fischer, 1994). Nas nossas notas de campo tínhamos utilizado já a expressão *traseiras da cidade* neste sentido. Escrevíamos então:

> "São zonas de pouca visibilidade a partir da urbe dominante, a das ruas da baixa e dos eixos comerciais. Situam-se frequentemente mesmo por trás destes lugares de grande actividade, escondendo-se para lá das esquinas que conduzem a aberturas amplas para outra cidade. Quarteirões, ilhas e bairros inteiros organizam-se, assim, nas traseiras da cidade dominante. Em poucos metros, dobrando-se sobre si própria, a topografia da urbe transforma-se repentinamente".

Voltaremos a esta questão dos espaços marginais ao longo do texto. Quando, ao falar das drogas, as situamos em espaços marginais e lhes chamamos territórios psicotrópicos, fazemo-lo no sentido que acabamos de ver e não no sentido reducionista do senso-comum (e mesmo das instâncias de controle). Em todo o caso, o bairro social é um intrincado de espaços marginais e normativos, um xadrês de recantos e de sítios expostos, um cenário de desviâncias e de conveniências[44]. Interrompe a cidade aos níveis físico-ambiental e funcional/das práticas de sociabilidade.

- *fisico-ambiental*: espacialmente, os bairros sociais em que investigamos constituem unidades próprias, que, como já vimos, não é preciso atravessar quando nos deslocamos na cidade. Os restantes habitantes desta não precisam de lá passar, vislumbram-nos só de longe. Delarue (1991) talvez tenha razão quando nos diz que quem aí não reside tem sobre eles "um olhar forçado. Quaisquer que sejam as suas dimensões, torres e barras estão fora de proporção com o construido da cidade".

É também um espaço que interrompe a nossa experiência acústica na cidade. Há poucos transeuntes e pouco tráfego automóvel, que é o principal signo urbano. Isto provoca *efeitos sensoriais* próprios: quando entramos num bairro destes não são só a configuração do espaço e a tipologia das casas que nos fazem saber que estamos num território próprio; é também o *espaço sonoro*, feito dum estranho silêncio do lugar onde os carros se calaram e de vozes humanas que se distinguem nitidamente. Ouvem-se cães e pássaros - é impossível não invocar a aldeia. Rádios a tocar nos blocos de habitação, gritos de crianças a brincar - ao fundo, muito ténue, o ruído da cidade. O barulho maquínico desta é aqui substituído por uma sonoridade própria do mundo humano. A sensação, de início, é a de estarmos num lugar que fugiu à pressa urbana e onde se pode caminhar pelo meio da rua. Um bairro é um acontecimento sonoro específico.

Encontrámos em A. Prost (1991) bem descrita a sensação que tínhamos à medida que nos íamos sentindo um habitante local e que iamos reforçando a evidência duma especificidade físico-ambiental: "Para aquele que o habita, o bairro define-se subjectivamente pelo conjunto de itinerários percorridos a partir de casa. Percorridos a pé, entenda-se, já que a área do bairro é a do caminhar, enquanto que o espaço da aglomeração é o dos meios de transporte." - um bairro é, também, um acontecimento pedestre. "O espaço concreto do bairro ou da aldeia é um espaço aberto a todos, regido por regras colectivas, mas que em sentido óptico tem por sede um lugar fechado, uma casa nossa. É um *de fora* definido a partir de um *de dentro*, um público de que o centro é um privado".

- *funcional e das práticas de sociabilidade:* a vida quotidiana de alguns dos bairros que estudámos interrompe uma certa ideia pessimista da cidade que tem origem nos trabalhos de Louis Wirth (distância social, insensibilização, indiferença, anonimato, quebra das solidariedades,

enfraquecimento do controle social informal...). Há de certo modo a restauração do comunitário, a dois níveis: a) forte identidade de lugar; b) trama significativa e densa de relações sociais, muitas vezes familiares. O *dealer*, figura típica da galeria dos delinquentes urbanos, é aqui (se for do bairro) recolocado no seu estatuto de cidadão normal: a despeito de vender drogas mais ou menos veladamente "é bom rapaz", é um vizinho e um amigo. Quando é visto negativamente pela vizinhança, isso acontece por ser qualificado como "mau vizinho" - coisa que se deve mais aos traços de carácter do que á condição de *dealer*, podendo esta, neste caso, servir para reforçar a opinião negativa. O mais frequente é ser um conviva nas muitas horas "em que não há nada para fazer" - é que, contrariamente ao que acontece no ritmo citadino, o tempo sobra - desempregados, velhos, e mesmo quem trabalha durante o dia, "estão por ali", dada a pouca variedade de lazeres e o hábito de utilização da rua ou do largo como espaço convivial.

Finalmente, refira-se a frequência com que a utilização dos espaços público e privado é aqui invertida, interrompendo as relações público-privado típicas do cidadão médio urbano. Com efeito, há a marcação (com vedações, com cobertos, com vasos...) e a funcionalização para fins privados de espaços públicos, ocorrendo em simultâneo a comunalização de espaços privados (por ex. ter a porta aberta permanentemente). A interacção do indivíduo com o seu território envolvente, bem como as possibilidades de contacto social, estão assim potenciados. "o bairro é um espaço de conhecimento mútuo (...) nos bairros populares toda a gente se conhece. A vida privada não pode permanecer totalmente secreta" (Prost, 1991). O típico prédio de apartamentos onde ninguém se conhece e com as áreas comuns a gerarem interacções inevitáveis e desejavelmente breves aqui não existe. A rede de vizinhança funciona activamente, mesmo quando através da tensão e do conflito.

Se as cidades são, como se diz, os sítios onde se fica só no meio da multidão, nos bairros que estudámos torna-se difícil estar só e a multidão é uma coisa longe, na cidade ao fundo.

Dedicaremos atenção em seguida às funções sociais dos vários lugares que compõem o espaço do bairro. Podemos nós destacar as práticas de sociabilidade a partir das relações das pessoas com eles? Cruzaremos aqui temas que já fomos aflorando atrás: o da apropriação, o das delimitações entre o público e o privado, o da polivalência funcional dos espaços (ver imagem nº 3) Estas notas sobre a vida ordinária do bairro permitir-nos-ão, adiante, enquadrar dum modo mais holístico as actividades desviantes, os espaços marginais e, finalmente, os actores das drogas.

1.4. ESPAÇOS SOCIAIS PARALELOS

> "Nas extensões contíguas às portas dos apartamentos do rés-do-chão, há uma série de estruturas acrescentadas pelos moradores: galinheiros, pequenas casotas de arrumos, feitas em materiais vários, com coberturas de plástico. Há uma profusa variedade e densidade de objectos aí, que testemunham uma apropriação do espaço típica do bairro : a extensão do espaço doméstico ao espaço público da rua. O público é como que privatizado. A própria forma como alguém de fora se sente aqui alheio e observado não é indissociável desta apropriação privada do espaço público." (Notas de terreno, 27. Dez. 92).

A divisão crescente entre o público e o privado enquanto esferas reguladoras de papeis e de momentos diferenciados é, sabemo-lo, uma característica da modernidade[130]. As cidades foram, precisamente, o palco priveligiado desta divisão; a cidade moderna é o lugar da especialização funcional e um dos seus vectores é a delimitação entre o público e o privado. Prost (1991) salienta que "a oposição entre um *chez soi* inteiramente privado e um *dehors* inteiramente público é uma maneira de apreender o espaço social própria da burguesia". Antes mesmo de estarmos certos desta evolução histórica, escrevíamos o seguinte, nas notas de terreno:

> "O espaço público prolonga sem transição o espaço doméstico. Penso para mim, e pelo que já conheço tanto dos interiores como da sobrelotação das casas, que a melhor solução para ter espaço pessoal é capaz realmente de ser sair de casa. Aqui, na rua conquista-se, paradoxalmente, a privacidade, a soberania de ter um espaço seu. Esta deve ser uma das razões do valor da rua nos bairros, logo do encontro; logo duma socialização muito específica que aqui se gera, onde a relação face-a-face ainda é quotidiana e intensa e se pode falar em vizinhança no sentido real do termo. A vizinhança aqui não é mera proximidade física, como nas zonas urbanas da média burguesia que habitam em altura (porque nas que vivem em vivenda é um pouco diferente...), mas proximidade social, encontro, saudação, mandar umas "piadas", todos os dias as mesmas... Esta socialidade específica do bairro urbano, acaba,

---

130 Cf., por ex., Rodrigues (1985), para uma síntese da constituição histórica das categorias da privacidade e da publicidade.

parece-me, por ser próxima da da aldeia" (Notas de terreno, 21. Jan. 93).

Esta aproximação dos lugares de habitação social à aldeia não é invulgar nos autores que têm estudado este tipo de espaços urbanos[131] . Encontramos, assim, forte apoio às nossas constatações, bem traduzido na seguinte passagem de A. Prost (1991): "Para o povo francês, como para os napolitanos descritos por Sartre, (...) a oposição [público-privado] não é tão nítida. O espaço do bairro distingue-se bem do espaço privado, mas não lhe está vedado. Bem pelo contrário, forma à volta dele como que uma zona protectora. A conveniência permite que o bairro continue a ser um espaço aberto, público, e que, no entanto, a vida privada de cada um encontre nele um prolongamento, um eco, um apoio, por vezes também uma censura. O bairro, ou a aldeia, asseguravam uma transição complexa entre o público e o privado."

Num dos bairros - o da Pasteleira, aquele que tomou o nome da zona e onde mais tempo passámos - é a própria configuração dos blocos habitacionais que promove uma relação intrincada entre a vida privada e a pública. Com efeito, ao nível de cada andar há uma *passerelle* para a qual abrem todos os apartamentos; esta *passerelle* funciona como varanda sobre o espaço público em frente (ver imagem nº 4). Para além da constante visibilidade deste espaço a partir da habitação de cada um, permite ainda falar para a rua sem ter de lá ir - o que acontece com grande frequência, dando um fundo de vozes humanas ao ambiente. É este um excelente exemplo do contrário dum bloco de

---

131 De resto, a própria dicotomia rural/urbano encontra-se hoje submetida a crítica - cf. o artigo de síntese desta problematização em Guerra (1992). Aquilo que estamos a salientar prende-se, no entanto, não com a invasão do mundo rural pelo mundo urbano, mas com a recriação de sociabilidades típicas daquele no seio deste. É possívelmente num sentido próximo que Cabrita (1988), apoiando-se em Chombart de Lawe, fala em "cultura de periferia", caracterizada seja por uma vida urbana incompleta, seja por uma vida rural degradada, seja pela coexistência de ambas.

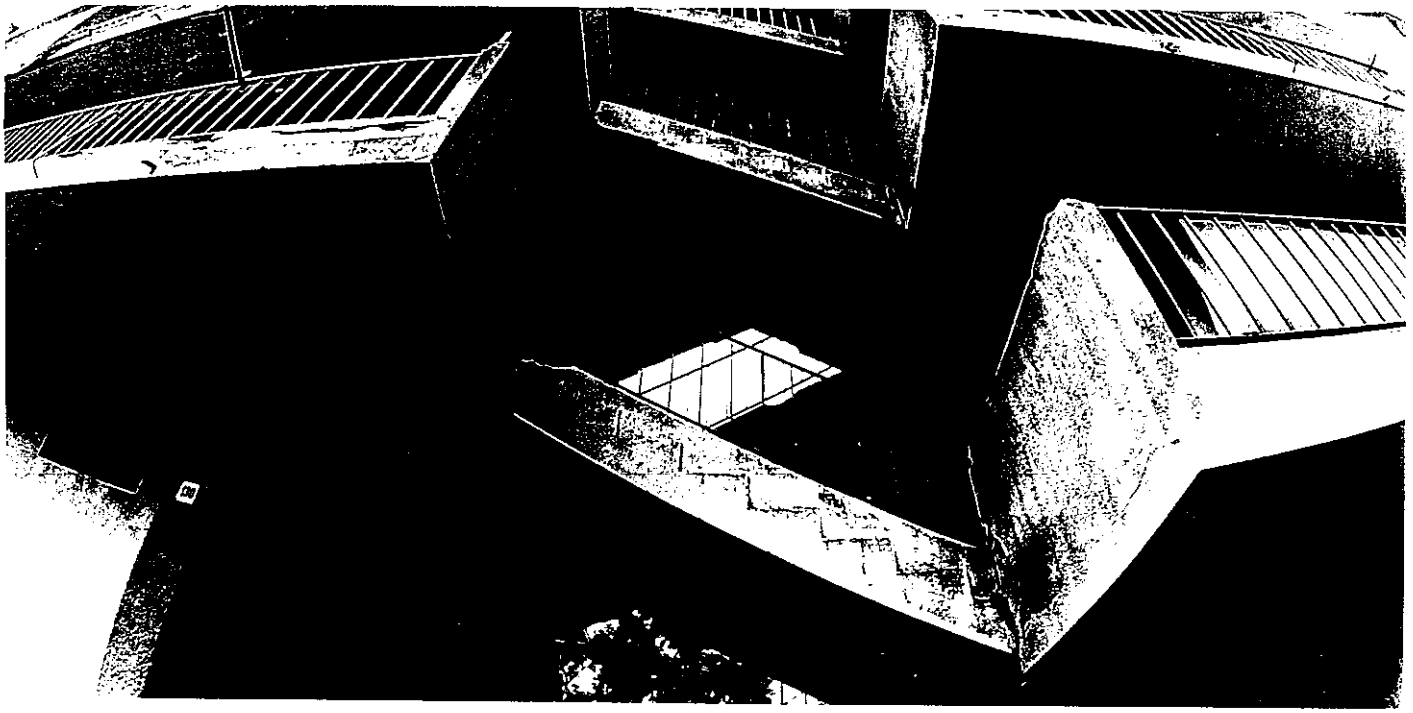


Imagem nº 4: Bairro da Pasteleira. "Passerelle" de ligação entre dois blocos habitacionais através de varandas comuns

habitação sociófugo, isto é, um edifício que dificulta as interacções sociais entre os residentes (Osmond, cit. por Sangrador, 1987).

Num destes blocos uma das habitações funciona como posto de venda de cervejas, batatas fritas, etc. Bate-se à porta, entrega-se o dinheiro e fica-se ali, por vezes, na *passerelle*, encostado a beber - é, à noite, um dos "poisos" conviviais do bairro; vai-se saudando quem passa na rua e é fácil testemunhar a grande relação face-a-face existente aqui. As janelas das habitações que dão para a *passerelle* não podem evitar comunicar com o café assim improvisado; os parapeitos são as mesas para pousar as cervejas; quando algum morador sai ou entra em casa não o pode fazer senão pelo meio do "café"...

Este exemplo testemunha ainda da *polivalência funcional dos espaços*: a habitação é também estabelecimento comercial; a área de condomínio é também, chamemos-lhe, um café; em frente, há roupa a secar - nos bairros há sempre roupa a secar, mesmo quando chove intensamente... (imagens nº5 e nº6) -, cães deitados, crianças a brincar e, permanentemente, pessoas nas suas rotas pedestres. Acrescentemos, finalmente, que um forasteiro não descobrirá com facilidade aquele "café": faz parte dum certo *de dentro* da vida social do bairro - tal como, veremos mais tarde, o consumo de drogas[132] .

O bairro social obriga a reproblematizar, portanto, as relações entre o público e o privado. A compreensão sobre o fenómeno droga nestes espaços poderá ganhar, assim, outros contornos; de facto aquilo que deveria ser inteiramente privado, pela sua condição criminalizada e pelo seu estatuto de tabu, conquista aqui lugar no espaço público - ou seja, instala-se nele através das condições criadas pela relação não-convencional entre o privado e o público.

---

132 Eis aqui o contrário daquela frase publicitária que, incitando a fazer férias em Portugal, diz "vá para fora cá dentro"; aqui, está-se dentro cá fora.

F.F.C.T. BIBLIOTECA U.P.

Imagem nº 5

Imagem nº 6

Recorreremos a partir de agora aos conceitos de *habitus* e de *apropriação* (Cf. PARTE B, CAP. 1, secção 3. para o seu desenvolvimento) como instrumentos que permitem problematizar os dados brutos[133] , na tarefa de continuar a esclarecer a função social dos lugares. Se o conceito de apropriação é mais intuitivo - diríamos mais facilmente apropriável pela nossa experiência cognitiva -, já o de *habitus* obriga a que relembremos que o tomamos aqui como "sistemas de disposições produzidas pelas estruturas sociais, ou, para ser mais preciso, produzidos pelos condicionamentos sociais, associados a uma classe particular de condições de existência" (François, 1990). Continuaremos, ainda, a desenvolver o tema das práticas de sociabilidade próprias deste tipo de unidades socio-territoriais; já vimos como, de certo modo, interrompem a lógica da cidade dominante. Daremos dois exemplos: a ecologia social do bloco de habitação e o "largo", um lugar convivial.

a) *ecologia social dos blocos de habitação:* demos já atrás, ao descrever o café improvisado numa área de condomínio dum bloco habitacional, um exemplo de apropriação dum espaço originalmente destinado apenas à função residencial, instaurando-lhe outras funções e convertendo-o em lugar de sociabilidade. Detenhamo-nos com mais pormenor nesta escala de microanálise, ou seja, na escala em que a interacção é importante - a dimensão psicossocial dos lugares. A unidade sobre que nos debruçaremos agora parece-nos ilustrativa dos diferentes usos que os indivíduos fazem do ambiente construido, de acordo com processos de apropriação e com *habitus* diferentes.

Os estudos da psicologia ambiental sobre a habitação em altura não parecem ser conclusivos, havendo no entanto alguma evidência de consequências negativas para os moradores (por ex. desterritorialização,

---

133 Inversamente, poderíamos ver nos dados brutos a corroboração empírica de teses teóricas; mas, na realidade, fomos *a posteriori* ao encontro dos conceitos que dissessem numa linguagem formal aquilo que dizíamos numa linguagem empírica.

enfranquecimento do controle social informal...); é sabida por outro lado, a reacção condenatória que gera a política habitacional de alojamento em "caixotes" e o grande aglomerado tem vindo a tornar-se símbolo da periferia urbana desqualificada e do seu rol de problemas. Que pode a nossa observação dizer sobre isto?

Antes de qualquer outro comentário, rejeitemos como ponto de partida qualquer análise tendente a leituras lineares do físico-ambiental ao comportamento (por ex. as torres do Aleixo, enormes para a escala volumétrica do Porto, não podiam gerar senão um *ghetto*); o espaço, por si só, não gera efeitos - ou melhor, pode ser a sede de qualquer efeito. O que gera efeitos é a interacção de pessoas concretas com espaços concretos. O que nos obriga a problematizar este tema através, pelo menos, de dois conceitos que se nos afiguram aqui operativos: o de apropriação e o de *habitus*.

Os bairros onde estivemos são vizinhos de zonas de alto estatuto residencial. Por ex., a poucas centenas de metros do bairro da Pasteleira há um conjunto de blocos de habitação de luxo (imagem nº 7); o mais alto é uma torre de nove andares. A maioria, são blocos de três andares. Todo o espaço entre os blocos está impecavelmente ajardinado; não há nele movimento de peões ou crianças a brincar; as portas dos prédios estão fechadas e não há qualquer concentração de pessoas no espaço semi-público que elas definem, em grande contraste com o que acontece nos bairros. Outro contraste: os prédios estão bem conservados, não se vê neles gente à janela ou nas varandas e não têm roupa a secar nas fachadas. Ainda outro contraste: os moradores entram de automóvel directamente para o interior do prédio, utilizando pouco a pé a rua.

Ao fim de três meses de andarmos quase exclusivamente nos bairros, detivemo-nos em algumas observações neste conjunto habitacional, atraídos pelo contraste que representavam, apesar da quase contiguidade espacial. Escrevíamos nessa altura, nos comentários aos registos de observação:

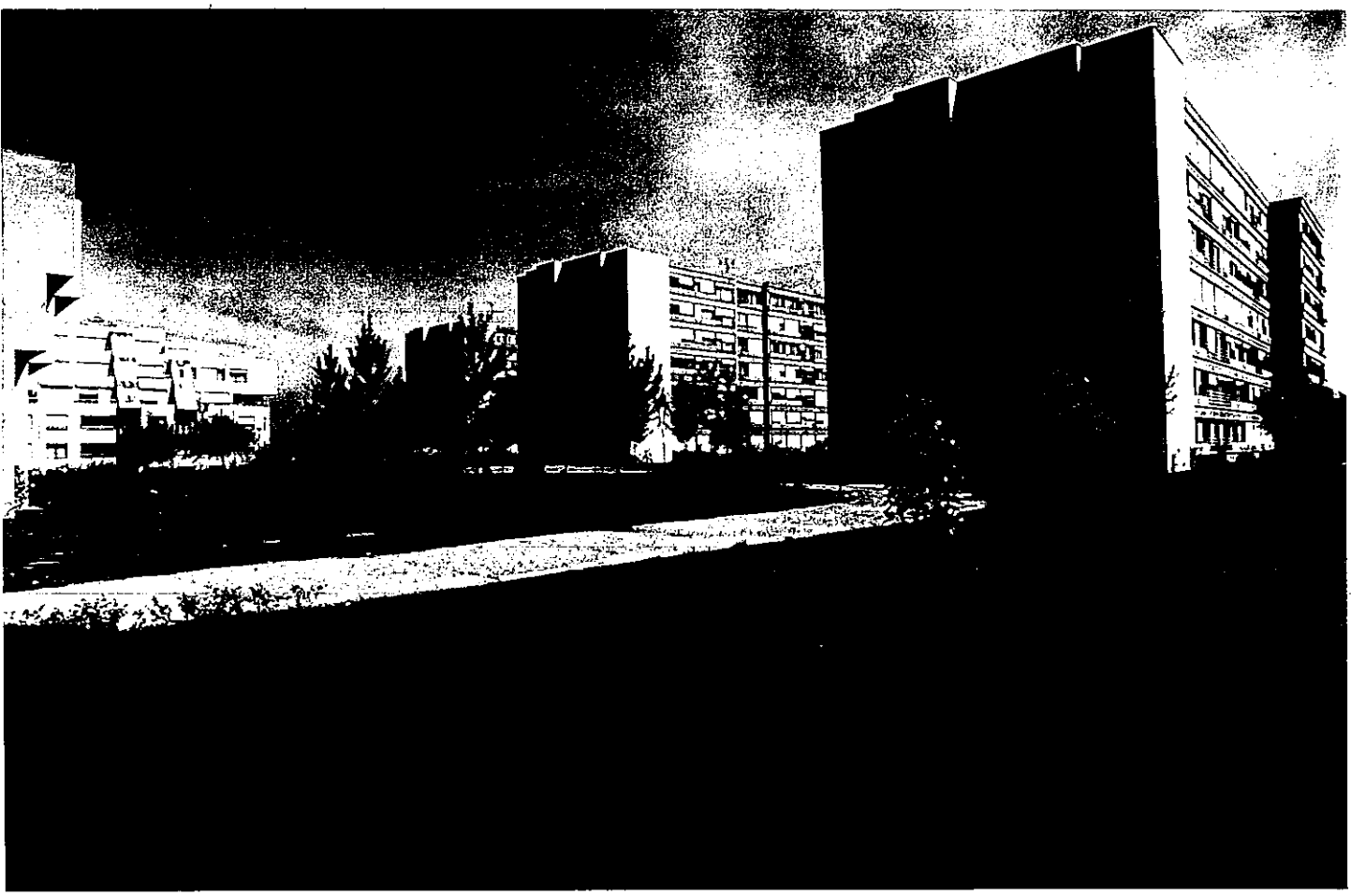


Imagem nº7: Bairro habitacional de classe média-alta
situado ao lado dos bairros em estudo

"Reafirmo a minha verificação de que a construção em altura, só por si, não é problemática - depende de para quem se constroi em altura, talvez. As classes altas territorializam dum modo distinto das populares as torres. Conservam-lhes as entradas fechadas, a zona de condomínio não é utilizada para convívio; impedem que a torre funcione como lugar de concentração; os jovens da classe altaocupam muito menos tempo na rua, distraem-se mais no espaço doméstico (...) ou deslocam-se a outras zonas da cidade onde há lazer organizado em função do sector juvenil como grupo social de consumo. Têm modo de alargar o seu território de lazer (*scooters*, motas, carros), o que evita que tenham de se concentrar no território imediato à habitação, como acontece com a entrada do bloco no bairro social.

Esta dupla de circunstâncias - vivência do espaço doméstico, alargamento dos sítios de lazer, torna menos premente a territorialização dos espaços imediatamente contíguos às torres. A "mania da conservação", típica dos moradores dos conjuntos habitacionais de alto estatuto (ver a relva, os espaços de condomínio, etc.), é possível também que exerça um controle social informal apertado sobre comportamentos que favoreçam a concentração de grupos conviviais. (...) Ou seja, ao mesmo tempo que se impede que se degradem os espaços público e semi-público, dissuade-se a concentração juvenil, o que é, obviamente, um círculo vicioso, pois vai acentuando o controle social informal à medida que a zona reforça o seu estatuto, aumentando provavelmente a

longo prazo o contraste com os bairros sociais vizinhos." (Notas de terreno, 9. Jan. 93).

O que parece ressaltar daqui é a constatação duma série de comportamentos diferentes, entre as classes sociais aqui em comparação, no que respeita ao modo de apropriar uma torre. O que dependerá por sua vez do *habitus* de classe como "funcionamento sistemático do corpo socializado, (...) disposição incorporada, quase postural" (Bourdieu, 1989)[134].

Nesta linha de análise, estreitemos ainda mais a escala de observação - desloquemo-nos ao interior duma torre. Tomemos para comparação dois exemplos bem extremos: a torre (de nove andares) do conjunto habitacional que temos vindo a considerar, e uma torre do Aleixo (treze andares). A primeira diferença ocorre ao nível dos dispositivos físicos que impedem ou facilitam a interacção:

"O video da portaria, artefacto distintivo da construção dita de qualidade, destina-se a permitir o controle de presenças indesejáveis, sem que para isso seja necessário sair da esfera doméstica - controle territorial à distância. O video da portaria é bem o signo da primazia da vida doméstica sobre a vida colectiva; as portas dos prédios não são lugares para ninguém

---

134 "Como Merleau-Ponty ou Heidegger, (a noção de *habitus*) designa uma relação de cumplicidade ontológica com o mundo; ou ainda, no caso em que - como Mauss, o qual reconhece a sua dimensão corporal como porte ou postura - a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado" (Bourdieu, 1989). Talvez estejamos a simplificar, mas encontrámos aqui o princípio teórico que nos lançou luz sobre o porquê de conhecermos, só pelo andar, pela postura, mesmo ao longe ou de costas, um jovem de bairro; de igual modo, as rotinas convencionais, os tiques de voz, os temas, são imediatamente indicadores de pertença eco-social dos actores envolvidos. Talvez estejamos a simplificar, mas sempre nos tranquiliza saber que estamos a seguir as recomendações do próprio Bourdieu, que incita "à reaplicação", "fazendo funcionar a respeito dum objecto diferente o modo de pensamento que nele se exprime, reactivando-o num novo acto de produção tão inventivo e original como o acto inicial" (Bourdieu, 1989).

> estar, nem mesmo as áreas interiores do condomínio. O prédio é assim impedido de gerar áreas conviviais. A própria ligação directa da habitação à garagem através do elevador reduz ao máximo os contactos sociais." (Notas de terreno, 27. Dez. 92).

Em contraste, o simples facto dos elevadores no Aleixo estarem grande parte do tempo avariados e, mesmo, quando funcionam, não inspirarem confiança, promove o cruzamento sistemático dos moradores, escada acima, escada abaixo. O instrumento que num lado dificulta a interacção, promove-a no outro... A ausência, já não diremos de video de portaria, mas da própria porta numa torre do Aleixo torna fácil o acesso a estranhos - o que não é um factor desprezível para o bom funcionamento do mercado das drogas. Neste caso, o controle do estranho não é feito por qualquer artefacto, mas pelos actores desse mercado, o que acaba por se revelar mais difícil de contornar do que qualquer video de portaria...

> "A porta da garagem de controle celular acaba por tornar o morador quase invisível aos seus vizinhos. Podemos co-habitar um prédio com pessoas a quem desconhecemos a altura, porque sempre que as vimos iam sentados... Os contactos assim reduzidos reforçam a independência de cada agregado familiar, tal como a teria numa vivenda unifamiliar. Enquanto as torres das classes populares são ilhas ao alto[135] (...) o prédio de luxo é uma máquina feita para impedir contactos e concentrações." (Notas de terreno, 27. Dez. 92).

---

135 Muitos dos habitantes dos bairros camarários foram aqui realojados em resultado da demolição das ilhas, que representavam uma tipologia de alojamentos contemporânea do desenvolvimento industrial do Porto e destinada às classes populares. Paulo Seixas "As ilhas do Porto" (texto policopiado).

A concepção do prédio destinado às classes altas reflete a importância dada por estas à vida privada e ao controle dos imponderáveis. A valorização duma normatividade nos comportamentos residenciais traduz-se na criação de códigos escritos (o estatuto do condomínio); a ordenação e conservação dos espaços de condomínio e das áreas contíguas ao prédio incita à regra. A racionalização do habitat pede a racionalidade da conduta. Não há nisto direcções causais, mas reforço mútuo. Escrevíamos assim nas notas de terreno de 27. Dez. 92:

> "O *habitus* de classe tende a reforçar esta maquinaria vigilante do prédio, desencoraja os contactos, cultiva a aparência do espaço habitável; o estatuto de classe passa por signos visíveis: o automóvel[136] , o prédio onde se escolheu comprar apartamento[137] · (...) Rege-se o quotidiano por uma privacidade doméstica quase sagrada; signos populares que tendessem a criar percepções dum espaço colectivizado, como a roupa a secar no exterior, são liminarmente proibidos."

Ao invés, numa torre do Aleixo a abertura do prédio ao exterior, o prolongamento das actividades dele ao espaço de rua (seja a brincadeira das crianças, sejam os jogos interactivos dos negócios das drogas), convocam a

---

136 Uma das primeiras constatações que fizémos ao chegar ao bairro onde habitámos foi a do tipo de automóveis: uma grande facilidade em encontrar automóveis já praticamente fora de circulação (o Ford capri, o Datsun 1200, o Morris...). Estas marcas associam-se a um estatuto social prestigiado nos anos 70.

137 Fizémos nesta altura uma análise de conteúdo sumária aos anúncios de venda de habitação na imprensa - e é clara a associação entre reforço do estatuto social e características de habitação e dos serviços adjacentes (banco, *health club*...), curiosa foi a constatação de que os anúncios dirigidos a sectores de elevado poder de compra incitavam a "fugir da cidade" (áreas de condomínio fechado), enquanto que aqueles que se dirigiam a sectores de pouco poder de compra incitavam a "vir viver na cidade".

interacção; e o prédio, enquanto dispositivo físico habilita muito menos o residente a comportamentos de controle social; há a apropriação privada de áreas de condomínio (dê-se o espectacular exemplo dum morador que vedou com grades pontiagudas vários metros quadrados a seguir à sua porta, num 6º ou 7º andar, obrigando os outros moradores a ir à volta...) (ver imagens nº 8 e 9); e cada patamar de andares funciona como palco de várias actividades, desde o namorar ao lavar a roupa, desde o adulto a fazer *bricolage* à brincadeira infantil, um pouco ao estilo da ilha donde alguns vieram, um pouco ao estilo da vida de pátio da Ribeira-Barredo, donde veio a maioria.

Em síntese: demos aqui conta de coexistências sociais tão diversas apesar de tão grande proximidade física; e damos apoio à ideia de que o prédio, a construção em blocos, não determina linearmente as condutas dos residentes; ele é que, por sua vez, depende da forma como estes o apropriam e que as formas de apropriação se ligam estreitamente ao *habitus* de classe. Somos obrigados, assim, a problematizar uma afirmação do senso-comum pelos vistos já velha: em 1663 Sir Balthazar Garbier constatava que "too many stairs and backdoors make thieves and whores"...

b) *o "largo", lugar convivial:*

> "Nota-se que aqui as pessoas se conhecem, que há relações de vizinhança densas e significativas. Vejo um velho, curvado a mancar e apoiado na bengala, que atravessa o grupo de jogadores de bola. Um deles, o único que já não é jovem - é um adulto com cerca de 40 anos - pára o jogo retendo a bola e rouba a bengala ao velho. Com um ar duro, onde se percebe obviamente o lúdico, obriga-o a caminhar sem bengala. Todo o

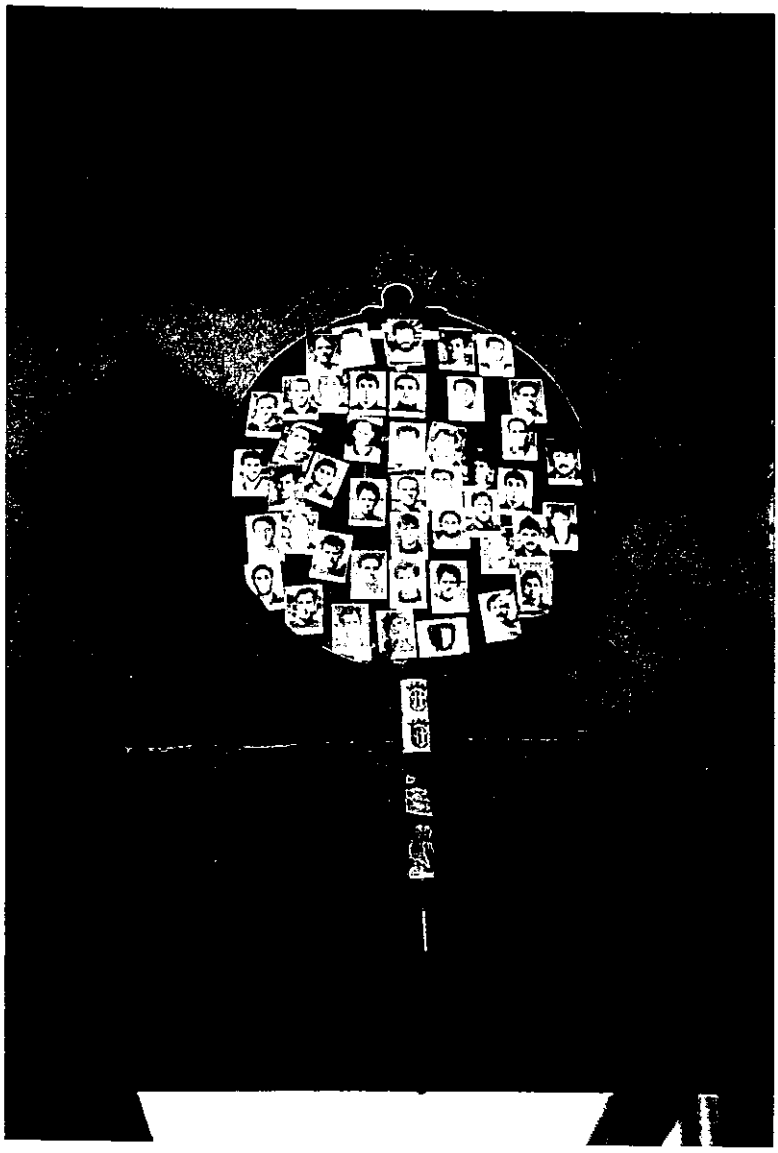


Imagem nº 8: Vandalismo ou apropriação e marcação territorial?

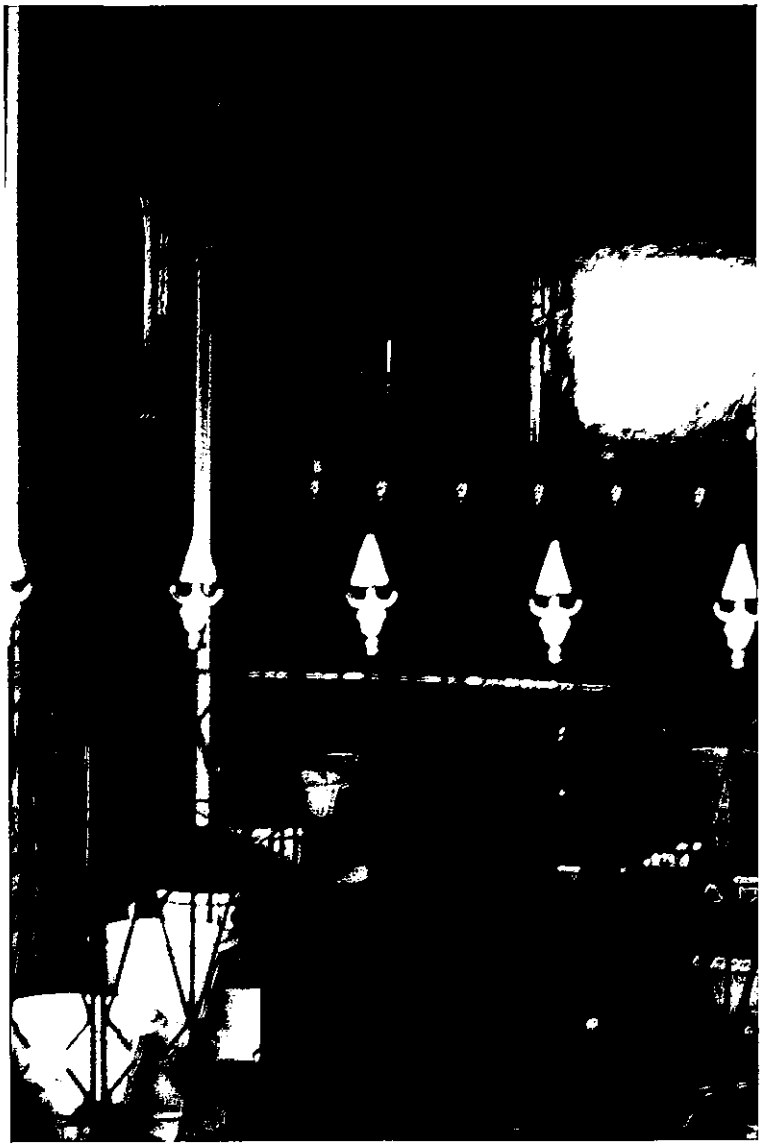


Imagem nº 9

grupo de jogadores fica a gozar a situação. Como o velho não saia do sítio, o indivíduo puxa-lhe uma orelha e ele grita "ai", mas ri-se ao mesmo tempo. Comento ao Feijão, ao meu lado nesse momento:

- Coitado do velho. O gajo não se chateia?

- Ná! [Sorri, também divertido com a cena]. O velho curte, meu. Se não for isto nem dá conta que existe, o gajo precisa é de ser assim, mexido, 'tás a ver? Ele curte, meu. Que é que lhe resta, se não forem assim umas brincadeiras?" (Notas de terreno, 7. Mar. 93).

Analisaremos agora um lugar significativo do bairro da Pasteleira: o "largo" (imagens nº 10 e 11), espaço de terra batida enquadrado pela associação desportiva e recreativa (conhecida pela "sede" e lugar também central na vida quotidiana daqui) e por blocos de habitação cujas varandas abrem para o "largo". Iremos reencontrar o "largo" quando, mais à frente, falarmos de drogas, pois à altura do nosso trabalho etnográfico operavam nele vários vendedores de haxixe, heroína e (menos) cocaína. Afigura-se-nos, assim, um bom exemplo da complexa sobreposição entre a vida normativa do bairro (o lazer, o convívio, o "estar por ali") e as actividades desviantes.

O "largo" fica numa das saídas do bairro, sendo perfeitamente visível ao passar de carro na rua limítrofe. Isto tem importância para facilitar a interacção com os compradores de psicoactivos que vêm de fora do bairro. É uma área de sociabilidade intensa; se o tempo está bom compra-se cerveja na "sede" e vem-se beber cá para fora, ficando por ali à conversa. Saúda-se quem passa, a maioria das vezes utilizando o nome próprio. Uma regularidade comunicacional: meter-se com alguns indivíduos que chegam, através do comentário jocoso, da ironia, da depreciação; normalmente ou não há resposta

Imagem nº 10: O "largo", enrolar um charro na entrada de um bloco

Imagem nº 11: O "largo", o lazer ao longo da tarde (fica-se curiosamente de pé)

verbal, ou se responde com uma frase curta que inclua três asneiras em cada quatro palavras - vamos percebendo com o tempo que não há nisto insulto, é tão só um hábito instalado.

"Se não for isto, nem dá conta que existe", escreviamos nós acima ao citar as notas de terreno. Esta rede interactiva que reitera a cada dia a identidade foi bem caracterizada por Prost (1991): "Na verdade, há aí mais do que conhecimento mútuo: há um intercâmbio social. Cada habitante do bairro ou da aldeia retira um certo benefício desta vizinhança se satisfizer o preço que há a pagar. Recebe dos outros pequenas gratificações: sorrisos, bons dias, saudações, palavras de circunstância que proporcionam o sentimento de existir, de se ser conhecido, apreciado, estimado."

Está-se, simplesmente, "por ali" - eis uma actividade típica num sítio onde raramente acontecem lazeres formalmente organizados. Às vezes, "está-se ali" mas com uma intenção concreta: aguarda-se pacientemente que chegue alguém de quem se espera que traga haxixe. Outras vezes "está-se ali" mas vai-se fazendo algum contacto em ordem a ir vendendo algumas drogas. Encontramos algumas semelhanças entre o "estar ali" que faz do "largo" uma extensão da "sede" e aquilo que Machado Pais (1990) descreve sobre as práticas de sociabilidade juvenil na cultura operária: "*Parar no café* não significa, para eles, apenas usufruir do seu espaço interior; é também - e principalmente - estacionar à sua porta ou nos passeios contíguos. (...) *Parar no Café Tourada* não é uma actividade apenas associada ao *consumo*, é também uma actividade de *produção*: de produção de sociabilidades."

O "largo", para quem o observar atentamente, funciona como cenário de actividades múltiplas. Joga-se, às vezes, à malha mesmo ao lado; e vai constituindo entretenimento para quem vê. Vejamos um excerto do diário de campo relativo a um domingo à tarde, por volta das 18 h. dum dia de sol:

"No "largo" convive-se de pé. Um ou outro senta-se nos beirais que supostamente desenhariam os canteiros, transformados em chão de terra batida. Os blocos cujas fachadas abrem para o "largo" têm gente à varanda e emanam barulho, que se mistura ao já produzido no espaço público. É um lugar denso de ruídos. O R. S. fala alto, desde a rua, para a varanda dum dos blocos onde mora um irmão. Começa a desenrolar-se, daí a momentos, um jogo de bola entre indivíduos que estão no "largo". A bola, em mau estado e vazia, serve como projéctil de "tiro ao alvo" sobre um jovem que o grupo de jogadores elegeu, tacitamente e sem palavras, como o "cristo" de serviço. O jogo parece divertir os participantes, onde se inclui um *dealer* e um "chabalo" que faz pequenos recados para *dealers*." (Notas de terreno, 11. Mar. 93).

A actividade lúdica que consiste em escolher um indivíduo e, em grupo, fazer recair sobre ele ataques verbais e por vezes pequenas agressões (os "cachaços") é frequente. Ao início, tem-se a impressão de que o contacto social é sempre tenso, por vezes hostilizador. Mas corresponde a um modo de comunicação perfeitamente rotineiro, que não é vivido a maioria das vezes como ofensivo e que treina os indivíduos, desde muito jovens, para a auto-defesa. Conviver, aqui, é resistir à chacota, saber ripostar com rapidez, mostrar-se hábil no jogo das agressões verbais - o tom, o fundo, é lúdico. No dia seguinte repete-se o jogo, e reproduz-se sempre este estilo de relacionamento (retomaremos este tema na secção 2. em "As boas maneiras").

Qualquer pequeno acontecimento serve de distracção: um jovem que tropeça num canteiro e fica de gatas ouve de imediato "O canteiro já aí estava não já? Não estragues essa merda, caralho!"; ao som das gargalhadas alguém

aproveita a posição de gatas do acidentado para lhe enfiar um pontapé no rabo. Há aqui uma grande atenção ás falhas, aos gestos desajeitados, a uma palavra com sílabas trocadas... O banal é erigido em teatro e aproveitado para o gozo colectivo.

O que importa aqui sublinhar é a função social de certos espaços, como a "sede" ou o "largo", a importância que têm como matrizes que promovem o encontro, a relação face-a-face, a distração. Funcionam como organizadores do tempo e das relações sociais e são os sítios onde melhor se exprime a "aldeia" que ali há. Isto obriga-nos a problematizar uma noção muito frequentemente associada aos bairros: a exclusão social.

1.5. REDEFINIR "EXCLUSÃO SOCIAL" E "ESPAÇO MARGINAL" -

As zonas socio-espacialmente marginalizadas da cidade dominante são, com grande frequência, etiquetadas como lugares de exclusão social, como *ghettos* de dissocialidade, como sítios "de relegação" (Delarue, 1991). Parece-nos mais adequado conceber a cidade dum modo não dicotómico (cidade valorizada/desvalorizada; centro/margem; integração/exclusão social; trabalho/desemprego). Assim, é preferível utilizar uma hierarquia complexa que vai do pleno trabalho ao pleno desemprego (as figuras do extremo seriam o*workaholic*, adicto ao trabalho e o desempregado de longa data, adicto a um "estar por ali" como posição existencial totalitária); pelo meio dos extremos há diversas possibilidades: trabalhar num trabalho que não é reconhecido como trabalho (o *dealer*, por ex.), trabalhar só quando apetece (o "biscateiro"), trabalhar em sistema intermitente de modo a ir gerindo o subsídio de desemprego, combinar um trabalho legal com uma economia subterrânea, combinar a reforma com o *deal*.. De tudo isto vimos um pouco nos actores

sociais dos bairros. De igual modo, aceitando por agora a etiqueta de "excluido", a cidade é também uma hierarquia desde o muito integrado nas tarefas e papéis reconhecidos socialmente ao muito excluido (o mendigo, o sem-abrigo). Cada espaço de "exclusão social" mostra-se, no entanto, capaz de produzir uma vida social espontânea que não se assemelha muito à exclusão. Não estamos a dizer nada de novo: as velhas monografias da Escola de Chicago já tinham chamado a atenção para a vida social dos espaços intersticiais e dos "mundos desviantes". Aquilo que nos merece interrogação é o porquê, nesse caso de se insistir tão assiduamente nas dicotomias.

Daremos a seguir um exemplo extraido do diário de campo que demonstra a capacidade integradora dos espaços ditos excluidos. Trata-se do episódio em que a protagonista é uma mulher deficiente mental, de idade acima dos 50 anos, que quase diariamente víamos na "sede":

> "Enquanto estou sentado com o R. S. na "sede", cada um com a sua garrafa de cerveja, vou reparando nas pessoas. Daí a poucos minutos uma mulher já com cabelo branco e com uma barriga muito saliente começou a gritar, fazendo queixa de que lhe dão com uma garrafa de cerveja na cabeça. Dirige os protestos ao balcão. Mas noto que nem no balcão nem na sua mesa lhe prestam atenção. Continua a queixar-se, está quase a chorar. Interrogo o R. S.:
>
> - Aquela mulher está brava!
>
> - É o bobo da corte, sabes? Não é que seja o único que cá temos, mas quando ela está é ela o bobo da corte.
>
> Curiosa semelhança com o bobo da aldeia, penso para mim." (Notas de terreno, 21. Jan. 93).

Durante a nossa permanência no bairro, fomos sempre vendo esta mulher. Participava do "estar por ali", falava com as pessoas, sentava-se na mesa delas. Era um deles - embora de vez em quando solicitada para a função de bobo. Provavelmente, numa zona da cidade com redes de vizinhança mais diluídas ou fragmentárias, esta mulher fosse de facto excluida da possibilidade do convívio e dum papel - mesmo aparentemente pouco convidativo... - e lhe restasse a posição solitária do mendigo.

Se esta sociabilidade específica do bairro tem semelhanças com a da aldeia, há porém algo em que é muito distinta:

> "O que já é menos parecido com a aldeia é a tolerância que esta "aldeia" aqui do bairro tem em relação aos protagonistas de actividades desviantes." (Notas de terreno, 11. Mar. 93).

Com efeito, a "sede" era frequentada por consumidores de drogas e por *dealers*, embora se abstivessem dentro dela das actividades respectivas; e isto no mesmo espaço em que se jogava à sueca e ao dominó, reproduzindo uma típica cultura tradicional operária. Verificámos estas coexistências noutros lugares de convívio, como por ex. as clássicas tascas de petiscos e vinho a copo, nas proximidades dos bairros e frequentadas pelos seus habitantes.

Encontramos aqui claramente lugares que correspondem à definição de *espaço marginal* proposta por Fischer (1994): marginal topologicamente e pelos comportamentos possíveis de encontrar nesse lugar. O marginal não diz aqui respeito ao desestruturado, ao anómico, ao inseguro. Diz respeito mais àquilo que Goffman (cit. por Fischer, 1994) chama *bastidores* e a que nós já havíamos

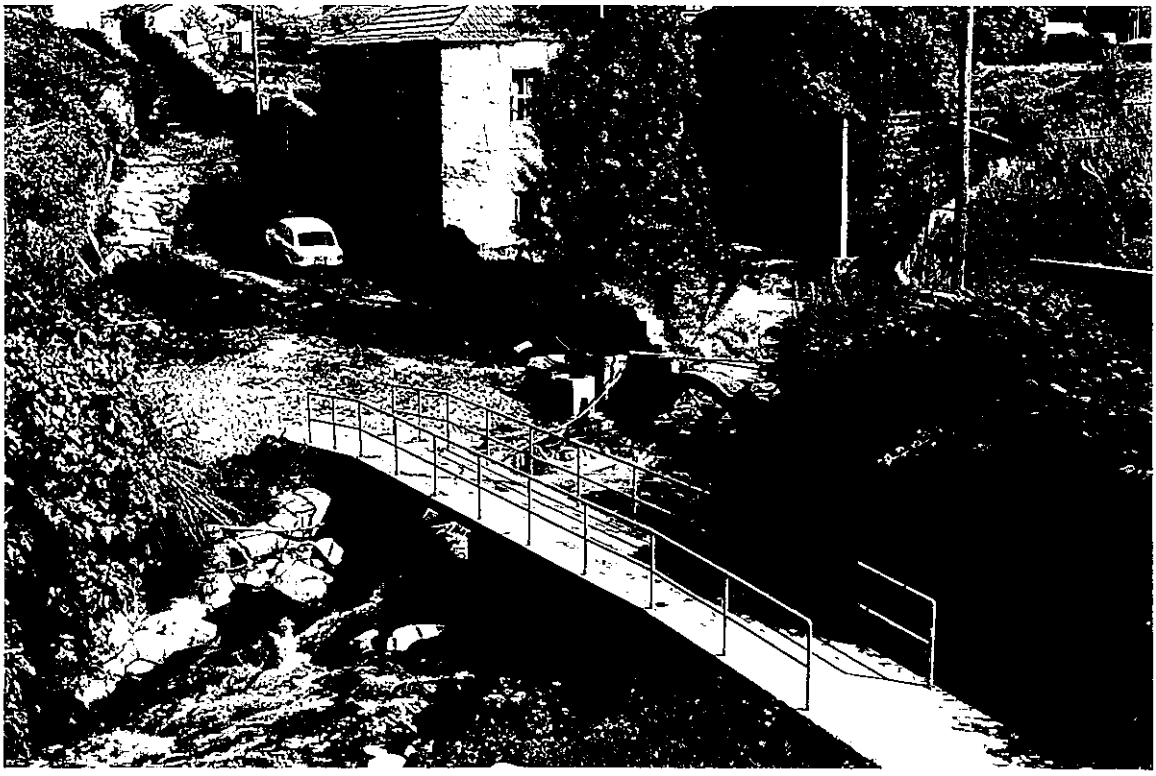


Imagem nº 12: Esta "sobrevivência rural" estava situada mesmo por trás dum hotel de cinco estrelas e do bairro Pinheiro Torres. Foi parcialmente destruida em 1995 para a construção dum nó rodoviário. A Ribeira da Granja, apesar do ar bucólico da imagem, está completamente poluida e exala um forte cheiro.

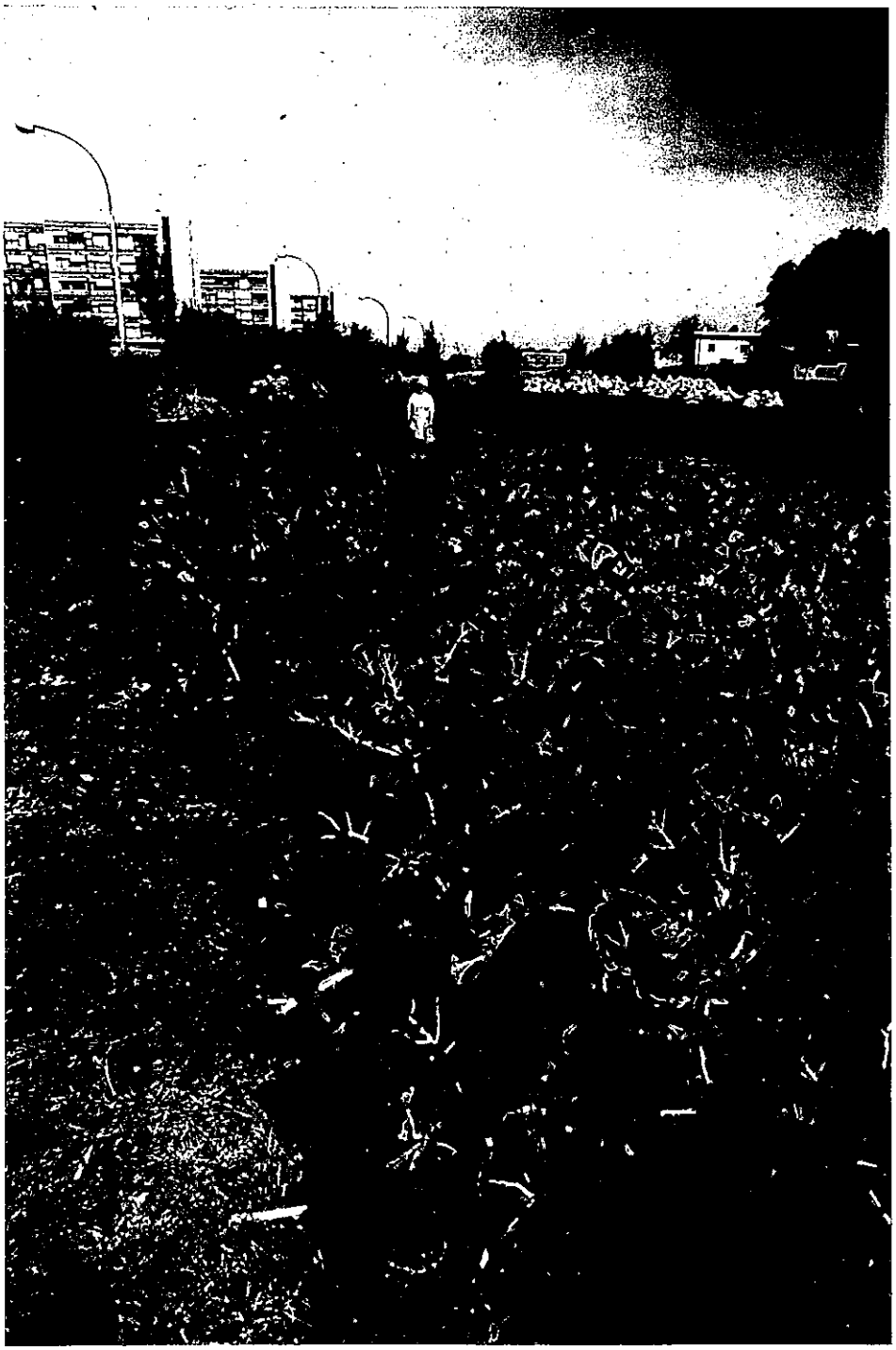


Imagem nº 13 : um campo agrícola, entre um bairro social e uma zona residencial de alto estatuto

chamado *traseiras da cidade* (Fernandes e Agra, 1991): espaços de invisibilidade, retirados, sem transparência.

Ora, aquilo que parece ser próprio destes espaços não é necessariamente a dissocialidade, o desregramento, a transgressão (embora sob certas condições possam aproximar-se desse quadro), mas a criação duma "vida social paralela": "O espaço marginal pode ser considerado como um espaço onde se manifesta uma forma de vida social particular, ou seja, em cuja margem se desenvolvem processos sociais que possibilitam que os indivíduos ressocializem o próprio tecido que os dissocializa" (Fischer, 1994). Ou, na linguagem expressiva de Stanley Cohen (1985), "a extraordinária capacidade humana para criar uma identidade nas gretas, nos interstícios do sistema."

Continuemos ainda com o tema da "exclusão social", para dar conta agora duma estratégia aparentemente paradoxal: um espaço marginal, no sentido em que o acabámos de definir, passa progressivamente a marginalizado através da centralidade que assume no discurso social. A *margem* socio-espacial é hoje *centro* discursivo. Só que os temas que o preenchem constroem uma imagem unilateral da margem, onde se destacam a "exclusão social" e a "marginalidade" - são, portanto, não apenas realidades sociais mas efeito retórico. Constituem modalidades centrais duma narrativa em moda sobre a grande urbe.

Os espaços sociais que temos vindo a caracterizar são, deste modo, lugares cercados - em primeira instância pelo estereótipo que sobre eles se reactualiza incessantemente. São, chamemos-lhes, *territórios acossados.*

1.6. TERRITÓRIOS ACOSSADOS - 1

Problematizemos, portanto, a leitura corrente que faz dos bairros lugares que acossariam a cidade, ao serem a sede de indivíduos marginais e o centro das dissocialidades que afectariam o equilíbrio da urbe. Acossá-la-iam também porque funcionariam como autênticas escolas do crime, dado o contacto precoce das crianças com fenómenos desviantes de toda a ordem. E se os territórios que acossam fossem afinal territórios acossados?

Um bairro pode funcionar como um sítio protector para o indivíduo: o sítio da sua rede de sociabilidades, dos seus percursos familiares, da repetição quotidiana dos encontros e das rotinas. É neste sentido que funciona como um território. Um território é, mais do que coisa nossa, a coisa onde o que é nosso ganha significações. Mas pode também ser o sítio que serve à topologização da insegurança urbana, das drogas, da delinquência: o "é ali" destes fenómenos. A repetição ritual do "é ali", se coincidir com o aumento visível de actividades proscritas, legitima a intervenção das instâncias de controle social.

Foi assim, por ex., que enquanto estávamos no terreno assistimos à progressiva sinalização do Aleixo como "hipermercado das drogas". Isto coincidiu de facto com um grande movimento de mercado, sobretudo de heroína, e da fácil identificação, para quem se dispusesse a entrar no bairro, duma grande quantidade de actores das drogas. Seguiu-se uma investida policial, com tiros pelo meio, que culminou com o encerramento das *roulottes* à entrada do bairro, pois seriam entrepostos comerciais de psicoactivos. Pouco tempo mais tarde - cerca de um ano depois de acabarmos a fase do trabalho etnográfico em que fomos "moradores" - foi colocado policiamento permanente, particularmente em frente da torre onde decorria não apenas a maior venda de drogas do bairro como uma actividade *underground* de consumo. Dizemos bem, *underground*, pois tratava-se das caves, de acesso

estritamente controlado pelos actores das drogas, onde várias vezes descemos, naqueles que foram os momentos mais intensos do nosso trabalho. Pouco antes, a Câmara do Porto tinha tomado "medidas de emergência" para o bairro, abrindo um gabinete "com uma equipa multidisciplinar" numa das torres.

Se nos colocarmos no *de dentro* que é um bairro, se procurarmos transportar-nos à vivência de muitos actores sociais com quem contactámos, estes são territórios sob mira. Não é por acaso que há, como pudemos verificar, sistemas de detecção e vigilância dos forasteiros - desenvolveremos isto à frente ao falar das drogas. Dizíamos, são territórios sob mira:

- *policial*: as pessoas sabem que há frequentes (mas inopinadas) incursões de polícia à paisana. Certos indivíduos estão referenciados. Há um sentimento de se ser observado no seu próprio espaço de vida. Como nos dizia um *dealer* de esquina durante uma incursão de "paisanas" em que também fomos envolvidos, "não se consegue estar sossegado, anda-se sempre com o coração nas mãos"...

- *técnica*: os agentes medico-sanitários e os técnicos de prevenção decidiram que estes espaços são os ideais para as suas campanhas de "educação para a saúde", de "intervenção comunitária", de "prevenção do risco de...". Sentem-se assim legitimados a inquirir, a vasculhar, a espreitar. Por sua vez, técnicos de reinserção social colhem nestas famílias os dados necessários para o controle judicial de indivíduos que delinquem, com o argumento da sua reinserção - mesmo que estes não estejam desinseridos, coisa que deveria ser sempre necessário ter em conta...

- *engenharia social dos projectos comunitários*: a nossa recente adesão à Europa mais desenvolvida economicamente acarretou a injecção de verbas para "populações socialmente em risco", que originou diversos programas em decurso actualmente. Se é ainda cedo para avaliar dos seus possíveis méritos,

deficiências, ou pura e simples inutilidade, não é difícil prever que, não se articulando com as acções dos vários agentes *psis* a actuar já no terreno, implicarão mais uma vez a inquisição ao quotidiano dos habitantes das "zonas de risco"...

O tom crítico com que referimos a tentativa de normalização sanitária e moral das populações em causa não pretende obscurecer a realidade em que frequentemente vivem: a pobreza, manifestada não apenas pela escassez financeira, mas sobretudo a falta de acesso aos recursos integradores da cidade dominante (desde logo aos laborais e aos de formação profissional) precariza a condição em que se vive e eterniza a marginalidade socio-espacial. Trata-se, em suma, na linguagem agora em voga dos investigadores da desviância urbana, de "populações relegadas", de "meios fortemente criminalizados e marginalizados"; trata-se, enfim, de ambientes onde as existências desviantes e as carreiras delituosas estão *potenciadas ecologicamente*: a errância por um dado território que concentra uma actividade delituosa, o grupo de rua, a esquina de compra-venda de drogas, são interactivos e promotores de socialização, permitem os contactos instrumentais necessários a um "mundo desviante". Há um *way of life* afastado de actividades e de contactos sociais normativos - ou, se se quiser, propiciador duma "desviância normativa", como diziam os sociólogos de Chicago[138].

Ao longo desta secção a que chamámos "territórios acossados" fomos já falando de actividades desviantes e de drogas. Colocaremos a partir de agora no centro da nossa atenção os indivíduos, as interacções e as sociabilidades em torno das drogas. Falaremos dos *territórios psicotrópicos*.

---

138 Aquilo a que aqui chamamos a potenciação ecológica, embora sem estar enunciada, estava já implícita na formulação da Teoria da Associação Diferencial de E. Sutherland nos anos 30.

2. AS DROGAS NOS BAIRROS: OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

Escrevemos já há algum tempo que a cidade é o palco dos *pós modernos* (Fernandes, 1990). Desde o início da década de 80 e em Portugal o principal é o *pó* , simplesmente - o nome mais repetido na gíria *drug* para designar a heroína. Em igualdade de importância figura também o haxixe. É mais ou menos consensual dizê-los espalhados "por todo o lado" e "em todas as classes sociais"; é no entanto necessário introduzir mediações nestas imagens, se quisermos ser fiéis às figuras e aos territórios das drogas.

Façamos, então, uma advertência antes de entrarmos no detalhe descritivo. A fase intensiva de trabalho de terreno terminou no verão de 1993, limitando-nos depois a algumas visitas aos mesmos locais, espaçadamente. Estas visitas posteriores, bem como a atenção permanente a factos e às conversas dos actores das drogas, reforçaram-nos uma ideia que já tínhamos: a da contínua mobilidade do fenómeno droga. Se bem que a fase iniciada com a heroína venha mantendo as mesmas características gerais, há rearranjos nos elementos constitutivos do fenómeno psicotrópico. Exemplifiquemos: a partir de 1995 o Aleixo diminuiu o seu protagonismo de "hipermercado das drogas" e novos espaços vêm para o centro do discurso colectivo (por ex. o bairro do Lagarteiro); ganha impacto uma nova figura no jogo dos actores: a milícia popular; relativamente aos produtos, a heroína continua no topo das transacções, torna-se cada vez mais frequente fumá-la - o que tem consequência no estilo de vida *junkie* -, o haxixe tem falhas de distribuição no pequeno retalho do *deal*, a cocaína democratiza-se e tem maior presença nos bairros e um novo produto confeccionado caseiramente a a partir desta vem ganhando importância: a base, termo de gíria para um *crack* à portuguesa. Paralelamente, noutros espaços bem diferentes daqueles que investigámos

assume progressiva importância o *ecstasy* e, agora, dizer "meti pastilhas" pode já não querer dizer que se consumiu rohypnol, mas esta nova (embora já velha) droga da moda.

Quer dizer, a cidade química é dinâmica. Mas nenhum dos novos contornos que acabámos de enunciar nos parece alterar as suas significações de base. Utilizando uma metáfora retirada a Kuhn, os usos vão-se modificando, mas não o paradigma que os acolhe - nem por parte de quem consome, nem da reacção social que provoca[139]. Ou, continuando com metáforas da epistemologia: nenhum dos novos factos vem falsificar as linhas que desenvolveremos a seguir.

2.1. PROBLEMÁTICA GERAL: DROGAS, ACTORES E TERRITÓRIOS

Partimos inicialmente à procura das drogas ilegais na sua expressão quotidiana numa cidade de características industriais - o Porto. Verificámos rapidamente que "as drogas" eram sobretudo a heroína e o haxixe, depois e em menor grau vários psicofármacos, de entre os quais ganha relevo a gama dos sedativos, hipnóticos e similares conhecidos como "drunfos".

A cidade química dominante, do lado dos produtos ilegais ou comercializados ilegalmente e vista a partir da rua, é sumariamente uma panóplia de *pós* (heroína, mais e cocaína, menos), de *pastilhas* (rohypnol com destaque) e de *pedras* (as tabletes compactadas de *cannabis*).

A cidade química é também a distribuição dos seus actores: *dealers*, mais velhos, e indivíduos mais jovens que trabalham em ligação com eles de

---

139 Também ao nível discursivo seria necessário referir o crescendo das críticas à política criminalizadora das drogas e a instalação finalmente às claras do debate sobre a legalização/liberalização. Talvez surja do seu interior a anomalia que vai obrigar à substituição de paradigma, para continuar com a metáfora Kuhniana.

modo a assegurar o funcionamento do mercado das drogas; consumidores, de várias idades, com várias preferências por este ou aquele produto e com vários regimes de consumo - desde o *junkie* de pós pesados, toxicodependente, ao fumador diletante, toxicoindependente. Íamos à procura da droga no sector juvenil e somos obrigados a constatá-la, com peso importante, em indivíduos acima dos 30 anos.

A cidade química é ainda um conjunto de territórios: uns relativamente visíveis, porque são feitos de ruas, de esquinas ou de partes de bairros; outros relativamente ocultos porque são feitos de clubes nocturnos de entradas seleccionadas, de apartamentos ou de "meetings" privados. Se bem que a droga seja um facto espalhado nos diferentes contextos e nas diferentes classes, uns e outras podem ser mais expostos ou mais opacos, mais vulneráveis ou mais defendidos. Eis outra das constatações interessantes: todo o mercado ilícito precisa duma frente visível para funcionar, uma "montra" que ofereça o produto e assegure a transacção. Esta é uma das razões que está na base da formação de *territórios das drogas*. Há quem o faça dum modo imperceptível, organizando esquemas opacos à visibilidade pública - são os *territórios privados* ; há quem o faça tendo de sair para a rua, porque não tem condições para organizar um esquema opaco - constitui os *territórios públicos* .

Pela própria natureza da nossa metodologia, dedicámo-nos aos territórios públicos (esporadicamente, a partir destes, tivemos acesso aos privados).

Depois das fases da *pedra* e das *pastilhas*, assiste-se desde o início dos anos 80 ao aparecimento e à estabilização da fase do *pó*. Os *territórios duros* são aqueles onde se desenvolveu esta etapa da cidade psicotrópica. Esta fase tem como predominantes e característicos um produto, novos actores sociais, um mercado e um tipo de território. A heroína, *junkies* e *dealers* , mercado das

drogas duras, bairros sociais e zonas socialmente desfavorecidas, alterarão o cenário das drogas na década de 80[140].

Traseiras da cidade e bairros periféricos (alguns situados já no Grande Porto) são locais preferenciais de instalação dum mercado de rua do pó, que tem como actores centrais *dealers* e *junkies* . São as *zonas quentes* [141], lugares centrais dos territórios psicotrópicos duros.

São áreas restritas, predominantemente situadas no espaço público, onde se reúnem os actores das drogas. Um café (com o apoio indispensável do seu W.C.), uma esquina estratégica (deve permitir por exemplo registar visualmente a aproximação de transeuntes de forma a antecipar-lhes os desígnios), uma entrada dum prédio, um *hall* resguardado - são, digamos, as *shooting galleries* à portuguesa, locais de concentração de indivíduos cuja vida se realiza em torno dos pós. São também, para tomar a expressão do clássico E. Sutherland, lugares onde ocorre associação diferencial.

Estes locais fornecem algum apoio instrumental aos consumidores: contactam com quem precisam para manter as informações acerca dos diversos aspectos que é necessário dominar para "andar na droga"; contactam o seu *dealer*; e são locais relativamente seguros, pois dispõem dum sistema de "vigia" que os indivíduos que controlam o mercado das drogas exercem sobre intromissões de fora. Este aspecto, ligado à conotação simbólica que o local

---

140 Seria interessante acompanhar com mais *nuances* a trajectória das drogas e ver como um opiáceo como a morfina teve o seu auge ainda no final dos anos 70, precedendo a eclosão da heroína na fase de início da decadência *freak* , mas o seu protagonismo foi episódico; ou como os ácidos fazem reaparições esporádicas; ou como as pastilhas, mesmo em plena fase do pó, se mantêm; ou como à cocaína era mais difícil de seguir o rasto...

141 Nasar e Fisher (1993) utilizam uma expressão próxima desta: "*Hot Spots* of Fear and Crime". No nosso caso adoptámo-la da própria linguagem *junkie*. Ouvimos na altura outras sugestivas como "secção poeira" ou "zona petrolífera"; a primeira aponta para um *zoning* interno do bairro de acordo com funções especializadas e a segunda salienta o lado económico: a venda de drogas poderia ser o petróleo do local...

acaba por ganhar, é um dos elementos que lhe confere a dimensão de território.

2.2. INTERSTÍCIOS DE ESPAÇO E DE TEMPO

As drogas ilegais vendem-se, compram-se, consomem-se, trocam-se por objectos, às vezes oferecem-se, "dispensam-se" (emprestam-se), perseguem-se ("quem tem?", "viste o Zé?") - e falam-se. São uma referência permanente nas conversas. Um território psicotrópico é, em primeiro lugar, um espaço onde é bastante provável que nos falem de drogas em qualquer encontro ocasional; ou onde ouçamos falá-las ao passar; ou onde, ao sabor das conversas ordinárias, o tema vá acabar por se dirigir para elas. Mas esta fala não é indiscriminada; não se expõe, não corre riscos desnecessários, faz-se ouvir, mas é velada - exige requisitos para poder ser escutada. É, em suma, uma fala que se produz sob certas condições, cuja primordial função é manter as práticas *drug* num foro de clandestinidade; chamemos a estas condições *interstícios de espaço e de tempo.*

Um mesmo espaço pode servir de matriz a actividades normativas - as conveniências, para retomar uma noção de que já nos fomos servindo - e a actividades desviantes. O "largo" do bairro da Pasteleira é um claro exemplo: coexistem actividades e estilos de vida que no plano da vida simbólica local, estão distantes uns dos outros (por ex. um operário de 50 anos que vem beber a sua cerveja ao fim do dia tem pouco a ver com o *dealer* de 30 anos que ali passou a tarde toda). O que permite, então, manter estas coexistências em graus de equilíbrio que, na maior parte do tempo, não é feito de tensão ou de conflito?

O fenómeno droga manifesta-se por *disseminação ínfima*. Manifesta-se através duma espécie de omnipresença; mas omnipresença *ínfima*, no sentido em que é intersticial, no sentido em que ocorre discretamente, recorrendo a elementos duma subcultura *junkie* cuja função é ocultarem-no dos olhares do cidadão médio. A disseminação ínfima realiza assim um paradoxo: ocultando as drogas, torna-as omnipresentes (fisicamente ou no discurso). Ou melhor: consegue mantê-las presentes trazendo-as ocultas.

Poderíamos concretizar o *carácter intersticial* da presença das drogas, dividindo-o em *interstícios de espaço e de tempo.*

• *de espaço*: sabe-se que as drogas estão na rua. É um dado adquirido. Mas onde estão? Como se operacionaliza esta sensação do senso-comum?

A dificuldade em operacionalizar "o lugar concreto" das drogas resulta da natureza dos interstícios de espaço: ocorrem bruscamente numa esquina, num bar, a partir dum pequeno gesto, dum olhar... Há esquinas certas, sem dúvida - mas prontamente se diluem, "limpando" a rua num minuto... O indivíduo que "fazia a esquina" (o *dealer* que aí vendia) estará já então dentro de momentos noutro local, imprevisível para um indivíduo exterior à subcultura *junkie*, mas previsível para aquele que lhe pertence - este identifica-o a partir de itinerários mais ou menos conhecidos, da topografia dos "poisos", ou a partir de pequenas perguntas do tipo "viste o Zé...?", "o X passou com o Z?", que ocorrem quase como senhas abrindo a possibilidade de informações precisas. "Ver o Zé..." é um interstício de espaço. O cidadão médio não vê nunca um sujeito que procura haxixe ou heroína a encontrar-se com Zé..., embora possa estar bastante perto - só que não está apto a identificar o interstício de lugar. Pertencer à subcultura *junkie* é ter uma relação directa com a toponímia dos cafés e dos snacks, é dominar a topografia de certas zonas da

cidade, das suas esquinas, das rotas entre os pontos de encontro - é, enfim, saber ler a disseminação ínfima dos psicoactivos pelos interstícios da cidade[142].

O carácter intersticial revela-se ainda na própria presença física do produto na rua. Assegurar uma venda eficaz sem cair nos dispositivos de vigilância policial é inventar múltiplas maneiras de "desmarcar" pós, pastilhas e pedras. "Desmarcar" o produto é tê-lo à mão sem o ter consigo, evitando assim o flagrante delito de que o aparelho judicial necessita para incriminar alguém. Implica pois recriar uma cidade feita de buracos, vãos, boeiros, frinchas e outros locais de interstício, às vezes localizados no próprio corpo e suas extensões (roupa, objectos...). Há na droga uma espacialidade oblíqua, uma espécie de dimensão cuja chave só detêm polícias e "drogados". Pode por ex. "desmarcar-se" uma pedra de haxixe nas próprias pedras da rua. Aqui a droga é mais do que nunca intersticial - oculta-se nos interstícios dos paralelos, no tronco duma árvore, num boeiro...

• *de tempo*: dizem respeito à percepção que os indivíduos da subcultura *junkie* têm relativamente às oportunidades que se lhes deparam para encontrar quem lhes arranje drogas, ou para encontrar quem queira juntar dinheiro para ir comprar (a "vaquinha"); dizem respeito à eficiência de conseguirem o tempo exacto para o encontro. Este tempo é também intersticial: acontece às vezes no encontro fortuito, não premeditado, na rua, no café, no bar. Outras vezes acontece com mais premeditação, sabendo os horários e os ritmos diários de certos *dealers*, conhecendo a probabilidade de acertar com a altura em que há algum produto psicotrópico que se possa conseguir...

---

142 "Da Cantareira à baixa, da baixa à Cantareira, conhece os flipados todos de gingeira(...) Fareja a judite a cada esquina" - o "freak" Chico Fininho, personagem fictício de Rui Veloso/Carlos Tê, dá-nos um bom exemplo do indivíduo que domina os interstícios de espaço da sua zona urbana de acção. Isto permite-lhe não só os contactos necessários (com os "flipados") como a protecção necessária (pressente a judiciária...). Eis uma bela metáfora daquilo que nós próprios encontramos com grande frequência durante as observações.

É corrente na experiência dos psicoterapeutas a dificuldade de os seus clientes dependentes de drogas cumprirem horários; parecem incapazes de se adaptar à lógica temporal da vida de uma instituição. No entanto, vistos no seu espaço, não parecem assim desorganizados. O que acontece, a nosso ver, é que a lógica do tempo intersticial, que é a que se vive no território psicotrópico, talvez seja pouco compativel com a do tempo dominante, que é a que se vive nas instituições. Por outro lado, é sabido como a experiência psicotrópica provoca um tempo interno muito próprio[143] .

Juntemos agora os interstícios de tempo e os de lugar, traçando apontamentos sobre a sua importância na subcultura *junkie* e depois levantando hipóteses.

Estar regularmente em contacto com as drogas e os seus actores é desenvolver aptidões de leitura dos interstícios de tempo e de espaço. Estas aptidões permitem a eficiência da participação na subcultura *junkie*, facilitam o êxito de comportamentos necessários nela - por ex. o encontro para a aquisição do produto, o encontro para trabalhar o produto ("enrolar o charro", "fazer a sopinha" de heroína...), o encontro para "curtir" (a dimensão hedonística, sem a qual se tornaria difícil explicar o porquê de tanto empenho nos comportamentos anteriores...)[144] .

Quem dominar os interstícios de tempo (que afinal pautam uma organização específica do tempo diário baseada na disponibilização para ocorrências mais ou menos imprevistas, e portanto na pouca estruturação fixa

---

143 Sobre a vivência do tempo no toxicodependente Cf. Félix da Costa (1995).

144 Verificamos curiosamente que se esquece esta dimensão quando se fala de drogas: elas são delito, são perigo, são destruição, são sintoma de várias coisas disfuncionais na psique e na sociedade. A pergunta seguinte deveria ser: e porque se correm então tantos riscos consumindo-as? Os trabalhos da comunidade científica das drogas têm-se debruçado mais sobre a intoxicação do que sobre a embriaguez (tomada como estado de ânimo alterado por qualquer psicoactivo), mais sobre a dependência do que sobre o gozo. debrucámo-nos já sobre este tema noutro lugar (cf. Fernandes, 1993).

a longo prazo) e os interstícios de espaço, conhecendo as disseminações ínfimas, tem um acesso às drogas muito mais eficaz do que um indivíduo que não domine estas dimensões - é neste sentido que dizemos que as drogas podem ser omnipresentes: depende da capacidade que se tem de adequação à sua disseminação intersticial e ínfima.

Estas constatações permitem-nos levantar hipóteses: a marcação dos ritmos diários da cultura dominante (largamente dependente de marcadores domésticos e laborais) e a relação pouco intensa e fugidia do cidadão médio com a cidade vivida na rua parecem não se coadunar muito bem com o consumidor regular de drogas. Pelos *interstícios de tempo* organiza o quotidiano dum modo peculiar, que foge largamente aos marcadores da cultura dominante - o seu ritmo é desviante, neste sentido; e pode ser vivida como violenta a submissão aos marcadores familiares e laborais. Há, parece-nos, a vivência duma tensão profunda ao tentar coordenar-se o ritmo temporal da cultura dominante com o ritmo temporal da subcultura *junkie*. Por outro lado, pelos *interstícios de espaço* investe certos lugares urbanos conferindo-lhes o valor territorial duma matriz ecológica que só ele (a sua subcultura) sabe ler (é por isso que o cidadão médio não "vê" os "drogados": olhando os planos lisos da cidade, escapa-lhe o interstício, ainda quando a fenda se abre perto de si...).

Na fase inicial da pesquisa de terreno tinhamos dificuldade em ver os interstícios. Por isso, quando acompanhados por algum indivíduo da subcultura psicotrópica, ficávamos atónitos com a sua perspicácia, com a sua certeza nos percursos que vão direitos ao "alvo" - ali onde nós agora mesmo não víamos nada que pudesse indiciar...-, com a eficácia da sua comunicação: dir-se-ia que fareja o produto, desdobra-se em encontros, quase todos fugidios e que dão a impressão de ser exercidos em meias-palavras; meias-palavras é o que fica para o observador novato - a droga, o essencial da mensagem, é quase

sempre dita com as outras meias... Há uma grande economia da palavra - mas há, parece haver, frases certas, intensamente significantes, concentradas, eficazes. Fluem numa rede de encontros e cumplicidades que nos fez representar, passado pouco tempo, estes territórios como espaços de interacção mas também progressivamente familiares[145] .

Identificámos vários tipos de espaços que se configuravam como territórios psicotrópicos: a entrada do bloco de habitações, o café e zonas mais ou menos vagas entre blocos (do tipo do "largo"). Todos eles têm extensões conhecidas dos frequentadores. Por ex. a entrada do bloco tem continuidade, num dos bairros, nos compartimentos das caves, que funcionam como *shotting galeries*; outro exemplo: um café situado numa zona de passagem entre dois bairros, que tem extensão na rua defronte da sua porta, prolongando-se até à esquina da rua. Na verdade, pareceu-nos ser um território que se estendia desde o W. C. até à esquina.

Detenhamo-nos um pouco neste café, conhecido em toda a zona, à altura da nossa investigação, como "café de drogados" (tomamos a precaução de dizer que o era nessa altura, pois a topografia das "zonas quentes" é móvel, no jogo da fuga ao controle policial). O que nos reteve a atenção ao início foi a evidência com que funcionava como lugar de venda de heroína. Os indivíduos não pareciam ter grande necessidade de resguardar encontros breves em que se trocavam "pacotes", notas de mil escudos, palmadas nas costas, informações sobre "as vidas" (na gíria, as actividades com o pó como centro). Foi o sítio menos minimalista, ao nível da comunicação, que

---

145 Gostávamos de deixar claro que falamos aqui duma desviância "intersticial". Não pretende negar-se a outra, a de evidência imediata, a que corresponde melhor aos esteriótipos do "marginal" e que, pela sua exibição mais ou menos aberta, os confirma e reforça. Esta é a desviância de extremo, e aqui falamos sobretudo da de interstício, que tem também uma centralidade quotidiana mas que se expressa com discrição e manifestando-se por disseminação ínfima.

conhecemos. Percebemos com a continuação que isto se devia ao facto de funcionar como um território bem delimitado: o sistema de alarme de aproximações indesejáveis funcionava a partir da esquina, limite mais longínquo deste "poiso", e os indivíduos dentro do café pareciam conhecer-se todos, ou pelo menos conhecer sempre alguém que vinha com um eventual desconhecido. Foi assim que também nós entramos: desconhecido à primeira vez, mas na companhia de alguém conhecido para eles. Verificámos que quando entrava um desconhecido sozinho o tom das vozes podia acalmar e passar a evitar-se, não o tema, mas certas palavras.

> "Há sempre indivíduos fora e dentro, para fora e para dentro. Mexem-se neste espaço com um comportamento que indicia um uso já costumeiro do café para as práticas do *deal*. Do interior do café ao passeio, deste à esquina, estão no seu terreno." (Registo de observação, 30. Out. 92).

Cá fora fumavam-se com frequência charros, enquanto iam controlando aproximações: as desejáveis (clientes) e as indesejáveis (polícias). O café situava-se numa zona de passagem entre bairros, sem grande movimentos de peões - um espaço intersticial, desinvestido, onde o acontecimento era a esquina e a chegada de automóveis que abrandavam, viam quem estava e umas vezes seguiam e outras paravam, saindo alguém que iniciava um contacto verbal com algum dos vendedores.

Alguns tascos antigos nas imediações dos bairros funcionam como lugares de encontro de actores das drogas. É nestes sítios que mais espectacularmente se revela o interstício de espaço. Chegámos à curiosa situação de estar a escutar, com um ouvido, uma conversa telefónica em que se combinava uma transacção de algum produto ilícito e, com outro,

comentários sobre a qualidade das iscas no pão e da cebolada. Criámos na altura uma expressão para caracterizar estes contactos instrumentais típicos do *way of life* do pó: interacções mínimas em espaços tradicionais.

2.3. O QUE É UM TERRITÓRIO PSICOTRÓPICO

Proponha-se, mesmo antes de avançar na sua caracterização, uma definição de *territórios psicotrópicos*.

À medida que ia evoluindo o nosso reconhecimento dos actores sociais, quer dizer, quando nos foi possível passar a identificar os indivíduos com quem nos cruzávamos, que víamos aqui e ali ou com quem tínhamos interacções de circunstância (por ex. na "sede"), foi-nos evidente a grande frequência com que tinham algum tipo de relação com drogas. Em Março de 93, no diário de campo, esboçávamos então uma primeira concretização desta noção a partir da probabilidade de encontro com *dealers*,, com utilizadores de drogas e com indivíduos com passagem pelo sistema penal por motivos relacionados com elas.

Um território psicotrópico era, pois, muito simplesmente, um lugar de concentração de actores sociais das drogas. Estes podiam ter diferentes relações com o lugar: ser residentes, ser vizinhos (vir dum bairro próximo), serem indivíduos que se deslocavam ali de mais longe procurando produtos; mas o quase-grupo interactivo das drogas é sobretudo local[146] .

---

146 Relembremos, por facilidade de leitura do texto aquilo que já dissemos na PARTE A. Mayer (cit. por Romani, 1982) define quase-grupos interactivos como "entidades sem uma estrutura reconhecível, mas cujos membros têm em comum certos interesses ou formas de comportamento que poderiam induzi-los em qualquer momento a configurar-se como grupos definidos. (...) Estes podem considerar-se como quase-grupos interactivos, já que se baseiam num conjunto de pessoas em interacção".

De acordo com esta primeira formulação de Março de 93 seria possível conceber os territórios psicotrópicos como os lugares dos quase-grupos interactivos das drogas. Todo o lugar tem uma função - é o conjunto das suas funções que o institui como lugar, distinguindo-o do mero espaço, digamos, oco. O território psicotrópico funcionaria como um atractor de indivíduos com interesse comum num estilo de vida em que as drogas desempenham papel significativo - seria um concentrador, matriz espacial duma subcultura *junkie* de rua[147] . Esta função de atractor é mantida, conferindo-lhe estabilidade, pelo facto de ser facilitadora do lado instrumental deste estilo de vida. E acrescente-se que, dada a condição criminalizada das drogas, este lado instrumental oferece dificuldades que consomem grande parte da energia e da imaginação dos prosélitos de psicoactivos - diremos, ironicamente, que tal condição acaba por desenvolver a imaginação, como que a contrabalançar a anestesia que a heroína lhe provoca...

Uma observação de 12. Dez. 92 viria, entretanto, reforçar-nos a ideia de que os espaços ocupados pelos actores das drogas se estruturam como território.

"Acabados de sair do bairro de S. Vicente de Paula chegamos a um alto; depara-se-nos aí um caminho de terra batida,

147 Tomamos aqui o termo subcultura numa acepção mais limitada do que a que lhe demos ao estudar a subcultura *freak* da Ribeira-Barredo em meados dos anos 80 (Fernandes, 1990, 1993). Esta era sobretudo expressiva, centrada no pólo estético (por ex. os visuais juvenis), na atitude (a pose *cool*) e no significado simbólico da cannabis; a subcultura *junkie* é sobretudo instrumental: forma de encontrar solução colectiva para problemas experimentatados colectivamente (aqueles que coloca a "vida do pó"). Claro que, vista desde a cultura dominante, ela apresenta-se não como a solução mas como o problema. Enfim, utilizamos aqui *subcultura* mais próximo da acepção já antiga de A. K. Cohen, de Cloward e Ohlin e O. Lewis e menos da dos autores na linha dos "cultural studies" que produziu importantes trabalhos sobre as subculturas juvenis ao longo dos anos 70 (Cf. S. Cohen, 1972; S. Hall e T.Jefferson, 1983; P. Willis, 1983).

íngreme, por onde não cabe um carro. Ao fundo ergue-se o bairro da Mitra[148]. Diz-me o R. S.:

-Consegues ver aqueles gajos lá em baixo? Aquilo é o bairro da Mitra. Vamos lá?

-Talvez não valha a pena...

Ele insiste, tranquilizando-me, e descemos. Convence-me, dizendo que "aquilo ali não é deles". Mas mal acabamos de descer o caminho e nos aproximamos penso para mim que se não é, parece. É que um grupo de 6 ou 7 indivíduos guarda - é o termo - uma entrada estreita que dá acesso à Mitra. Reparo que quando passamos mesmo junto ao grupo o R. S. tenta manter a conversação num tom descontraído e natural, mas avisa-me logo a seguir que "ali ninguém me conhece". Verifico que se comporta de acordo com as regras da prudência." (Notas de terreno, 12. Dez. 92).

Estávamos, ocasionalmente, num bairro do lado oposto aos da nossa unidade de estudo, onde o R. S. era conhecido e se sentia à vontade. Noutras alturas verificámos de novo este comportamento contido e de prudência ao entrar numa zona que, sabendo-se de mercado, se não conhece. A forma como um actor dum território psicotrópico (seja o R. S. num dos bairros da Pasteleira) se comporta num espaço que lhe é estranho (seja o R. S. na Mitra) demonstra o carácter territorial do fenómeno droga na rua.

---

[148] A Mitra era um bairro de pré-fabricados só dum piso, ocupando o terreno duma antiga quinta - a quinta do Mitra. Habitavam-no cerca de 140 famílias, que tinham sido aí realojadas há 12 anos, ao serem retiradas do centro histórico do Porto. Foi demolido em 1995 para dar lugar a um prolongamento da VCI. Sobre a sua demolição o presidente da C. M. P. diria que se tratava do "desaparecimento duma nódoa negra da cidade (...). Acabando com este *ghetto* estamos a criar algumas dificuldades ao negócio da droga"; e o vereador da habitação diria que "o gangsterismo era evidente" (Jornal *Público*, 15. Jan. 95).

Por outro lado, constatámos que, nos vários territórios que fomos conhecendo, havia regularidades comportamentais e interactivas; legitimam afinal, a expressão comum "vida das drogas", "mundo da droga"... e fazem assemelhar-se umas às outras as "zonas quentes". O lado funcional deste facto é o de permitir a um utilizador de drogas qualquer saber como se há-de comportar se necessitar de se deslocar aí para adquirir algum produto; ou seja, se o reportório de condutas e estilos de interacção (por ex. as interacções minímas, de interstício) não fosse semelhante, as "zonas quentes" perderiam poder operativo. Esta semelhança permitiria tratá-las como *behavior settings* (Wicker, 1987)[149] ; e o inventário do seu reportório comportamental chegaria para infirmar a ideia de que o "mundo da droga" é desorganizado e sem regras.

Alguns territórios psicotrópicos são o "é ali" das drogas: zonas onde o discurso colectivo referencia actividades e indivíduos marginais. Constituem, através deste processo de etiquetagem, o lado objectivável do "problema droga". Já vimos como são zonas de evitamento experiencial para o cidadão comum, que as conhece a partir de relatos em segunda mão. Quer dizer, o "lado objectivável" é afinal um sítio que existe mais no discurso do que na experiência social, relevando por isso mais do rumor que do facto, mais do esteriótipo em diferido que do real em directo[150] . O território psicotrópico, seja

---

149 Tomamos aqui o conceito de *behavior settings* a partir de Barker (cit. por Wicker, 1987), que os considera como "sistemas sociais de pequena-escala cujos componentes incluem pessoas e objectos inanimados"; e do próprio Wicker, colaborador de Barker, que atende aos aspectos da dinâmica interna destes sistemas referindo-se nomeadamente às características de auto-regulação e sinomorfismo, estruturantes do programa de actividades de determinado *behavior setting*. Este conceito permite conceber os indivíduos como anónimos e equipotenciais.

150 Vários autores que tratam os temas do medo e do sentimento de insegurança referem este facto (cf. Favard e Otenhoff, 1990; Lagrange e Zauberman, 1991 ; Nasar e Fisher, 1993). Em Nasar e Fisher vimos, além disso, a sugestão dum paralelo entre os *behavior settings* e os "hot spots" - lugares que compõem o mapa mental do medo nas urbes. "Tal como nos *behavior settings*, o padrão de comportamento num *hot spot* varia com o tempo, com os ocupantes e com as características físicas do *setting*. As pessoas podem sentir-se inseguras apenas a certas horas ou durante certos acontecimentos. As 'partes do *behavior setting*', os objectos, crimes, medos e reacções, 'encaixam compativelmente'. As 'pessoas são componentes substituíveis e intermutáveis'(Wicker)" (Nasar e Fisher, 1993).

sob a designação de "bairro degradado", de "concentração de marginais" ou de "hipermercado das drogas", é também um território simbólico: reactualiza o jogo entre o equilíbrio e a desordem social, entre o normal e o desviante, entre a segurança urbana e o medo da cidade; reactualiza, em suma, a legitimação do controle social, como iremos ver adiante quando voltarmos a falar de territórios acossados.

O que é, então, um território psicotrópico? Definição provisória: é um atractor de indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com um programa comportamental orientado para os aspectos instrumentais ligados a um estilo de vida em que elas têm um papel importante; tem como característica comunicacional a interacção mínima e estrutura-se como interstício de espaço e de tempo. É, normalmente, um território secundário e a mobilidade de que é capaz, fruto da resposta às ameaças externas que se lhe dirigem, configura-o, por vezes, como território interactivo ou portátil (Cf. PARTE B, CAP. 1, secção 3). É o lugar do elo final da maquinaria de distribuição das drogas, em todo o caso aquele que lhe dá alguma visibilidade - é o conjunto dos territórios psicotrópicos que materializa essa entidade abstracta do "mundo da droga", fornecendo os elementos de que se compõe o seu esteriótipo[151] .

Prossigamos, agora, na procura de traços característicos dos territórios psicotrópicos e dos seus actores.

---

151 É possível que isto tenha um papel na economia dos medos colectivos. Com efeito, se bem que o "problema da droga tenha atingido todo o tecido social" (frase recorrente do discurso colectivo), ele diz sobretudo respeito àquele que se acredita ser o lado desgovernado da cidade: zonas degradadas, socio-espacialmente marginalizadas... Topologizamos assim em lugares concretos aquilo que podia ser difuso, circunscrevendo o mal; circunscrever, a espaços e a actores designáveis, é o primeiro passo para dominar. Exploramos a possível função social dos sítios das drogas em Fernandes (1995).

2.4. TERRITÓRIOS ACOSSADOS 2

Um território psicotrópico é, normalmente, um território acossado. Retomaremos, assim, o tema que já tínhamos aberto na secção anterior; e se aí o fazíamos tomando o bairro no seu conjunto, façamo-lo agora a propósito das actividades em torno das drogas.

Yves Barel (cit. por J. Y. Authier, 1986) definiu a marginalidade como a colocação sob o olhar social duma parte da população. É a assunção, pelo controlo social formal, deste olhar que converte um espaço em território acossado. Digamos, muito simplesmente, que um território acossado é um lugar sob mira. "As pessoas podem até não saber onde é o bairro da Pasteleira, mas o certo é que é famoso em todo o Porto", dizia-nos um dos nossos informantes privilegiados. O território acossado é identificado através dum processo de etiquetagem social; a etiqueta, junto com a marginalidade topográfica em relação à cidade dominante, determina o evitamento experiencial, a que já nos referimos no início da secção anterior.

Foi a regularidade da repetição de certos acontecimentos que nos criou a evidência do território acossado. Por ex., a frequência com que é referida, por parte dos actores das drogas, a possibilidade de "eles virem cá" ("eles", os polícias); ou as estratégias informais de detecção da presença de forasteiros; ou ainda o facto de sermos, nós próprios, várias vezes suspeitos de andar ali com fins pouco claros.

Quanto à possibilidade do "eles virem cá", a aparição da polícia é tida como uma eventualidade permanente; pode dizer-se que, para quem se dedica a actividades que sabe serem ilícitas, o tema da polícia é constante. Ela tem, por isso, uma presença regular - nas preocupações dos sujeitos - embora de facto a sua presença seja inopinada

"Cerca das 7h00, munidos de mandatos de busca, mais de quatro dezenas de efectivos desta polícia [a PSP] - alguns deles usando coletes à prova de bala, armados com metralhadoras e ajudados por cães treinados - formaram um cordão policial e entraram nas quatro residências visadas (...)"

In *Público*, 29 de Abril de 1995.

Daí a necessidade dum sistema de vigilância permanente, de que já falaremos. Acrescentemos, ainda a propósito do "eles vêm cá", a ambivalência com que esta crença é vivida: ora se crê que há quem saiba disso de antemão, ora se crê que só vêm para cumprir calendário e "só chateiam os pequenos, nunca se metem com os grandes", ora se crê que vêm realmente "combater a droga". Os polícias seriam actores dum teatro que é preciso manter em cena, seriam cúmplices de solidariedades pouco explícitas, ou seriam de facto agentes repressores a evitar com cuidado. Como nunca se sabe qual das hipóteses ocorre, sempre que as estratégias informais de detecção funcionam, o melhor é evitá-los... De qualquer modo, o desviante devolve ao mundo do combate ao ilegal a imagem que este tem do desviante: pouco sério, bastante inconfessável[152] . A polícia permanece como uma instância com intervenções e acções ambíguas - como se o mundo do combate ao ilícito estivesse estranhamente próximo dele. Um outro exemplo da proximidade dos dois mundos é a facilidade com que alguns agentes à paisana logram iludir *dealers* fazendo-se passar por compradores, provocando assim o flagrante delito. As notícias de polícias a serem presos por tráfico e de traficantes "a sério" na

---

152 Matza (1969), na sua "visão apreciativa" (que opunha à correcional) das subculturas delinquentes e da desviância, descreveu as técnicas de neutralização, "constructos linguisticos cujo fim é neutralizar os constrangimentos normativos pré-existentes" (Brake, 1985, sobre Matza). Um dos cinco tipos de técnicas de neutralização é a de condenar os condenadores. Os vários processos judiciais em que policias têm sido acusados de tráfico de drogas têm concerteza algum reflexo na eficácia desta técnica de neutralização...

impunidade reforçam este cenário em que o controle social e a transgressão não podem ser representados como esferas separadas[153] . Confrontemos isto com a tónica que muitos estudos sociológicos de espaços urbanos têm posto na denúncia da "criminalização crescente da vida quotidiana dos bairros pobres" (Spence, 1991); se esta criminalização for real, é natural que o que acabamos de dizer acerca da forma de viver a relação com a polícia seja um mecanismo cognitivo para lidar com o facto de estar sob vigilância: desconfia-se das intenções de quem vigia, desqualificam-se os valores normalmente associados à polícia. Afinal, "são como nós e até há um que vem cá comprar pó", como nos dizia um jovem do bairro...

Mas, para além da hipotética existência deste mecanismo cognitivo, há mecanismos ligados à defesa do território que são detectáveis no quotidiano do trabalho etnográfico. Daremos alguns exemplos:

a) *"Vieram tirar-te a fotografia"*: nas primeiras vezes em que entrámos na "sede" - de que já falámos atrás - era notório que nos olhavam com atenção. Mas, mais curioso, entravam indivíduos - que depois viemos a conhecer e a saber que eram consumidores e vendedores de drogas - e logo saíam. Não tinham entrado, aparentemente, para nada... Um dos informantes esclareceu-nos com uma bela metáfora: "vieram tirar-te a fotografia, mas levam comigo no negativo". O facto de ele ficar "no negativo" da fotografia era um indício tranquilizador para tais "fotógrafos", ao mesmo tempo que naturalizava a nossa presença ali.

b) *"Não vás agora para casa"*: estávamos, uma tarde, num café ao lado dum dos bairros em diálogo com um *junkie* de longa carreira na heroína, de cerca de 30 anos de idade. Entrou então uma criança, dirigiu-se a ele e disse: "Não vás agora para casa. A mãe mandou-me avisar-te que a polícia anda nas

153 Ocorreu nesta altura a prisão e a condenação do agente da PSP "mais condecorado de Portugal" (notícias dos jornais) no combate à droga, precisamente por envolvimento no tráfico.

roulottes"; "É o meu irmão, tem 11 anos", esclareceu-nos o nosso interlocutor. Este episódio diz-nos várias coisas: fala do sistema informal de defesa perante o controle social externo; demonstra como o bairro etiquetado negativamente é um território precário, que exige alerta permanente; e documenta a aprendizagem precoce de estratégias para lidar com esse controle (desenvolveremos o tema da socialização infantil à frenre, em "A exposição ao pó"). Acrescente-se que ficámos ali até ser razoável pensar que ele podia regressar ao bairro - estava "preso" no lado de fora do seu território...

c) *a desarticulação duma esquina*: os "poisos" de venda de psicoactivos no espaço de rua têm uma boa adaptação à incursão inopinada da polícia. Basicamente, funciona um sistema de detecção visual da sua aproximação, que rapidamente é comunicada; em seguida dá-se um repentino desvanecer do grupo que nesse momento esteja no "poiso". Tivemos por duas vezes a oportunidade de estar num destes "poisos" quando chegou a polícia - numa delas processava-se uma transacção de haxixe que presenciávamos atentamente, interrompida de modo abrupto.

O processo é rápido e bastante simples. Pode ser a percepção directa, por parte dos *dealers*, duma carrinha - estão sempre em locais onde controlam aproximações[154]. Mas, mais habitualmente, é o aviso: "Vem aí a bófia, dois gajos a pé"[155]. Este aviso pode vir de indivíduos exteriores ao mercado das drogas. Fazem-no por solidariedade, ou simplesmente porque avisam um amigo: ali não há traficantes, há o Joaquim, o Manel, o António, que não se deseja ver detidos.

---

154 Fez-nos sentido, nesta altura, a expressão "controladores", com que por vezes são designados: controlam marcas de automóveis (já sabem quais são as da polícia), controlam forasteiros, controlam clientes, controlam o produto (partem-no, repartem-no, multiplicam-no), controlam os indivíduos que trabalham para eles...

155 No bairro da Sé, a senha para dispersar é "água". Curiosa semelhança com o que se passava na Sé de antigamente: ao aviso "água", o transeunte tinha de se afastar, porque cairia água de alguma janela.

A sequência seguinte ao aviso é a da rápida dispersão: não em corrida, mas como quem acabou de decidir convictamente ir para casa... Irradiam assim em diferentes direcções, dificultando obviamente a tarefa aos polícias. Quando se torna demasiado ostensivo sair dali e não ter nada no bolso que certifique o flagrante delito, "É disfarçar e fazer de conta que não se passa nada", como ouvimos ao *dealer* que nesse momento transaccionava haxixe, no episódio que presenciámos.

Em suma, fugir radialmente como quem não vai a fugir, ou disfarçar como quem não está a fazer nada, eis as duas estratégias para desarticular a esquina. Passados breves minutos - não mais do que 15, nas nossas observações - a esquina é reconstituída e acaba-se o negócio que ficara interrompido.

O que nos permite concluir, em suma, a desarticulação e posterior recomposição duma esquina? Corroboramos, em primeiro lugar, o que já constatáramos durante o estudo exploratório: a polícia não dissuade, apenas interrompe momentaneamente os negócios ou o simples encontro grupal:

> "Afinal, a vinda da polícia é uma rotina. É um mal necessário, como os que existem em todas as práticas profissionais, desagradável, indesejável - tivemos ocasião de verificar que infunde medo - mas contornável. A vinda da polícia é um inopinado previsível" - notas de terreno de 20 de Março de 1993.[156]

---

156 O que posteriormente se passaria nos bairros da Sé e do Aleixo, com a polícia a invadi-los em regime permanente, parece demosntrar que só acções de fundo deste tipo permitem alterar cenários quotidianos de há muito instalados. Só que estas acções são altamente intrusivas e criminalizam a vida comum das populações, provocando um contexto de excepção no espaço que devia, justamente, ser o mais natural de todos: o sítio em que se vive. E seria necessário estar atento aos efeitos secundários destas acções: alguns *dealers* do Aleixo foram trabalhar para o bairro da Pasteleira, inaugurando um novo foco de encontros *drug*, gerador de tensão na zona em que se instalou (dados de observações posteriores ao nosso trabalho contínuo, bem como de recolha de testemunhos).

Em segundo lugar, o mercado organizado em "zonas quentes" de rua revela uma grande resistência ao controle externo. Isto permite explicar em parte a estabilidade temporal tanto dos territórios psicotrópicos como da carreira de alguns *dealers* (temos conhecimento de alguns que se mantêm em actividade desde o início do nosso estudo exploratório, contando portanto pelo menos cinco anos de carreira - regressaremos a este dado à frente, em "O mundo do *junkie*").

É necessário, no entanto, acrescentar outros factores para explicar a estabilidade dos territórios psicotrópicos. Por exemplo, as condições de pobreza das zonas onde estes se instalam, que oferecem uma boa quantidade de indivíduos recrutáveis para a venda; dito de outro modo, referimo-nos ao papel que desempenham as economias subterrâneas nas populações precarizadas economicamente e com dificuldade de acesso aos recursos normativos. Outro exemplo, que desenvolveremos à frente, é o da precoce socialização nas actividades ligadas às drogas - a precoce *exposição ao pó*, como metaforicamente lhe chamamos. Num território acossado aprende-se não só o que fazer com o pó, mas o que fazer com a polícia. E não há razão para pensar que a actividade do *deal*, por exemplo, não se rege pela mesma lógica de qualquer outra actividade - nesse caso, a aprendizagem precoce é garantia de bons profissionais, coisa indesligável da estabilidade das "zonas quentes". Debrucemo-nos, então, sobre estas "zonas quentes", a que já aludimos no estudo exploratório - e centremo-nos num dos seus actores principais, o *dealer*.

2.5. O MUNDO DO *DEALER*

O mundo profissional do *dealer* decorre a maior parte do tempo na "zona quente". Um conjunto de zonas quentes com relação entre si define um território psicotrópico; aquilo que lhes confere relação é, em primeiro lugar, a proximidade espacial, a referência a uma zona ("a Pasteleira", por ex.); e é, em segundo lugar, o facto dum mesmo *dealer* ser conhecido em todas elas, conhecer gente em todas elas e mover-se dumas para as outras, tendo no entanto a que lhe é preferencial. Nesta, exerce domínio ("Fui patrão de esquina", dizia-nos um *dealer* reformado), ou pelo menos conhece claramente o seu papel, de maior ou menor subordinação ou dependência doutros indivíduos.

O mundo do *dealer* é, assim, em primeiro lugar, o do seu território. Fora dele perde operatividade - a actividade do mercado das drogas é, digamos, territoriodependente.

Mas a quem estamos a referir-nos ao utilizar a expressão *dealer*? O mercado das drogas faz, como é sabido, intervir vários actores em posições hierárquicas muito distintas, com funções muito diversas e situados em lugares muito diferentes[157]. Ocupamo-nos aqui daquele que o nosso trabalho de campo permitiu conhecer de perto: o elemento final da cadeia de distribuição. É o pequeno retalhista, aquele que tem de realizar o encontro de rua com o cliente, utilizando também com frequência a própria casa. É quase sempre consumidor - corresponde à categoria do traficante-consumidor no discurso instituído pelo dispositivo das drogas. Trabalha em colaboração com *dealers* ainda mais pequenos do que ele, que é já de si pequeno *dealer*; e em colaboração com consumidores que o ajudam, a troco de "panfletos" ou de

---

157 Ver, por exemplo, as tipologias apresentadas por Rui Alberto Fernandes (1994) e João Fatela (1992).

"pacotes" (1/8 ou 1/4 de grama de heroína); podem ajudá-lo a angariar clientes, a fazer pequenos transportes de "pacotes", a "desmarcar produto" (pôr droga em sítios insuspeitados pela polícia ou simplesmente a vigiar a aproximação desta).

Este pequeno *dealer* tem com frequência idade superior a trinta anos, não raro superior a quarenta; a idade vai descendo à medida que perde importância a função desempenhada[158] - a do *dealer* ainda mais pequeno - e, em tarefas de simples recados, pode ter-se 10 ou 12 anos (verifica-se, actualmente, uma certa tendência para jovens de 13 e 14 anos serem requisitados para a própria venda das drogas, pois os seus "empregadores" - frequentemente, os pais - sabem que há menos probabilidades de jovens dessa idade serem importunados pela polícia). Na caixa em destaque na página seguinte utilizamos os elementos biográficos recolhidos no contacto com actores da venda nas "zonas quentes" para ilustrar este tipo de indivíduo.[159]

---

158 Também Patricia Adler (1992) faz referência a esta situação, ainda que num contexto espacial diferente: "Os traficantes jovens desejam adquirir walkmans, sapatilhas de 150 dólares e correntes de ouro e, ao envelhecerem e subirem de escalão, passam a desejar aparelhagens estéreo, automóveis de luxo e férias".

159 Os dados foram obtidos tanto nas "zonas quentes" como na própria casa dos sujeitos.

O C.(42 anos, 4º classe) conta-me a sua vida oscilando entre o patético (quando fala dos acidentes que teve, ou da injustiça que a entidade patronal está a cometer consigo, quando diz que "estou trauma da guerra do Ultramar"...), o fanfarrão (quando fala das suas "cobranças difíceis", dos socos e desforras), o irritado (quando diz ao S.R. que não precisa dos conselhos dele sobre "chibadelas" que os eventuais "clientes putos" façam; quando diz ao S.R. que às vezes está "à rasca, com ressacas, ele não aparece, ninguém aparece...").

Oscila, diria eu, entre o herói e a vítima. É, de qualquer modo, um personagem singular, rico de experiências e peripécias ao longo duma vida, um actor dos subterrâneos e das margens, o típico "mangão" que já habitou vários bairros sociais, com o curriculum habitual destas figuras da desviância: ex-combatente do Ultramar, ex-mulher que é prostituta, filhos dela no Instituto de Reeducação e no Tribunal de Menores, vários empregos (herói: episódio do salvamento de uma senhora idosa encurralada na habitação em chamas, cobranças difíceis no Porto; herói do bairro social; ligações aos territórios psicotrópicos da Pasteleira, do Aleixo, da Mitra, do Cerco, do Falcão...; trabalhador normativo: operário no serviço público). Para completar o quadro, é reformado por invalidez e heroinómano de "chinesa", alimentando os consumos com a actividade do pequeno comércio de drogas.

Penso agora no F.: aos 35 anos também já é reformado, era porteiro dum serviço público. Consome actualmente dois litros de álcool por dia. Diz-me que agora não está agarrado à heroína - "Não quer dizer que não dê o meu fuminho, mas esporadicamente. Não ando atrás." - ao contrário do que já aconteceu. Tem dois filhos. No curto espaço de 2 meses contacto dois indivíduos mais proximamente, ambos com legitimações sociais para "não fazerem nada": são reformados por incapacidade. E por falar em incapacidadade, estou por agora incapaz de discernir se se trata de um mecanismo de exclusão finamente levado a cabo pelos dispositivos de normalização (neste caso a Segurança Social, o mundo do trabalho...) ou de uma justificação que tais actores conseguem, aproveitando-se das brechas do Estado Assistencialista, para uma legitimação própria da ecologia desviante: sou *dealer*, sou "heroinómano", porque não dou para o trabalho ou porque sou injustiçado neste (C.) ou porque a lógica que este impõe é muito divergente da minha lógica (parece-me ser este o caso do F.).

(Seis meses depois de ter terminado o trabalho de terreno, soube que o F. estava internado numa estrutura hospitalar, para uma cura de desintoxicação).

O P., operário qualificado de 33 anos, actualmente desempregado, foi o primeiro *dealer* que conheci no Bairro da Pasteleira. Ele próprio se assume como *dealer*: "Fui eu que meti o haxixe aqui no bairro. Vêm gajos de muito lado comprar. Agora já não é preciso ir fora, têm aqui. Já não é preciso ir a Rio Tinto, e assim... Metia aqui, o ano passado, dois sabonetes por semana! Sem problemas...". Na adolescência esteve internado num instituto de reeducação; mais tarde esteve preso 3 anos por crime de tráfico. Também consome. Diz que se meteu pouco no pó mas que "já piquei de tudo".

Vende à tarde e à noite em frente à sede da Associação Recreativa e Desportiva. Combinei com ele uma entrevista em Maio de 93, depois de ele me ter reconhecido num programa de televisão e se ter vindo sentar à minha mesa, entrevista essa que no entanto só veio a ser realizada em Junho de 94.

A relação comercial que o *dealer* estabelece depende do grau de conhecimento que tem do cliente. Se este é completamente desconhecido, a transacção rápida, às vezes através da janela do automóvel, é a única relação. Se, pelo contrário, é um actor do mesmo território, a interacção pode ser bem diferente[160] :

> "Aquele é o gajo que me vende. É um grande amigo. Não é dos que com mil paus te dão três parafusos. Nã, dá para cinco charutos, e mesmo que um gajo não tenha dinheiro

---

160 Para uma notável descrição de uma transacção, ver Ph. Bourgois, 1992. Para um breve apontamento sobre a extraordinária eficiência de uma rede de distribuição, ver Anne Coppel (1994); também João Fatela (1992) aborda a questão da grande capacidade de organização do mercado de venda a retalho.

desenrasca sempre. É um amigo. Vende, mas também fuma contigo. Por isso agora não o vou deixar ali sozinho. É um amigo, ainda hoje me convidou para irmos a Cascais, vai lá fazer serviço da empresa onde trabalha. É bom rapaz." (Observação Participante em Dezembro de 1992).

Ser pequeno *dealer* não é mera função comercial. É um estilo de vida em que a dimensão relacional se revela importante - é por isso que falamos de subcultura *junkie*. Atentemos agora neste outro excerto de observação:

"Diz-me o Ch.:

- O X. está todo fodido. Já fui grande amigo seu, mas agora evito-o".

Retrata-o como um indivíduo sem escrúpulos e que já queimou o seu capital de confiança, encontrando-se sozinho."

O X. é um *dealer* toxicodependente, ex-recluso e com actividade delinquente (furto, receptação). Está na casa dos 40 anos. Se, no primeiro excerto, tínhamos um vendedor "amigo e que desenrasca sempre um gajo", temos aqui um que, se puder, o prejudica. Exemplificamos assim os dois extremos duma escala de valores no mercado das drogas. Dum lado, o servir bem (quantidade e qualidade), o ter uma relação positiva com o cliente (não se troca só um produto, troca-se um convívio); do outro, o servir mal (no limite, dar "o mico", desaparecer com o dinheiro sem trazer o produto) e minar a confiança do cliente[161]

---

161 Bean & Wilkinson (1988), num estudo desenvolvido em Nottingham, constatam que cerca de 70% dos consumidores de drogas têm *dealers* regulares.

É este segundo tipo de *dealer*, frequente aliás, um dos responsáveis pela imagem de que "na droga não há amigos". Reforçamos, assim, o que já havíamos escrito no capítulo anterior sobre as relações comerciais centradas na droga. Será necessário, contudo, ter em consideração a existência do conhecido dito "amigos, amigos, negócios à parte". Queremos com isto salientar que nos parece que o carácter empresarial do comércio de drogas não se afasta do chamado "espírito capitalista" sobre o qual assenta a organização das sociedades modernas. Philippe Bourgois (1992) diz-nos que "Como todo os bons americanos, os *dealers* crêem intensamente no "american dream": dos tostões aos milhões graças à iniciativa privada".[162] Chamaremos, ainda, a atenção para um aspecto: a subcultura *junkie* inverte a lógica dominante a propósito da droga. Com efeito, o Ch. fala do indivíduo que lhe vende não como um traficante, mas como um bom amigo. Aqui, o bom amigo não é o que nos livra do perigo (droga-doença), mas o que sabe aquilo que precisamos (droga-prazer). A questão das "más companhias" - tema clássico a que os técnicos chamam os "grupos de pares" - é, como se vê, bastante relativa...

O dia-a-dia do *dealer* é agitado e pleno de contactos. Sem precisar de ter lido o Código Penal, sabe perfeitamente o que é flagrante delito; daí que não traga consigo senão doses que não possam ser consideradas como tráfico. Ou então nem sequer traz nada, indo e vindo ao sítio onde "desmarcou o produto" de cada vez que tem um cliente, ou mandando ir e vir aqueles que o coadjuvam.

---

162 Para o contexto português, Arménio, um ex-*dealer*, diz-nos o seguinte: "A procura [de drogas] torna-se mais acentuada; começaram então a aparecer grupos de indivíduos que, ao aperceberem-se destas situações, as aproveitavam formando uma cadeia de fornecedores de produtos procurados. A procura do lucro fácil já estava a tomar forma. Surgiram, então, os primeiros *dealers*. Drogar-se passou a ser uma forma de moda. Havia que agir como tal" (texto incluído nas Actas do Encontro Nacional "Liberalizar as Drogas: sim ou não" [1994], no qual este ex-*dealer* participou numa mesa redonda).

O mundo do *dealer* é minimalista. Em primeiro lugar, no produto: à altura do nosso trabalho de campo, o principal era a heroína, porque "trabalhar com haxixe já não compensa". Ora, a heroína ocupa pouco volume e o vendedor, em sua casa, num trabalho de paciência, reparte-a ainda mais, fazendo à mão "panfletos" de facto pequenos. Em segundo lugar, é minimalista nos contactos: o "street corner" exige brevidade, eficácia, parcimónia. O *dealer* é um especialista do interstício (ver atrás "interstícios de espaço e de tempo"), é um hábil reconhecedor de caras, está treinado em ver ao longe e fá-lo permanentemente num autêntico hábito incorporado. A vigilância faz parte da sua postura habitual; mas não vigia só a polícia - e podemos dizer que um *dealer* vigia mais do que um polícia - vigia também os colaboradores, que com frequência se "esquecem" dos compromissos.

Um *dealer* tem uma grande probabilidade de conhecer um outro *dealer*. Se for do seu território, conhece-o concerteza - outra coisa é saber o tipo de relação que têm... Se for dum outro território, ou o conhece, ou conhece sempre alguém que conhece. Há um grande inter-conhecimento no *deal*, um autêntico xadrez *drug* que faz com que a toponímia dos poisos desenhe uma cidade química previsível para estes actores[163] .

O *dealer*, já sabemos, negoceia em drogas - e particularmente em heroína. Mas a heroína é uma mercadoria com características muito especiais: de grande valor (cerca de quinze mil escudos o grama, preço que tem revelado uma espantosa estabilidade), pode ser trocada por qualquer outra coisa, desde que por sua vez esta valha dinheiro. Desde peças de roupa a pequenos objectos, desde ouro a automóveis:

---

163 Também os consumidores tentam que os territórios químicos nos quais se movem sejam, tanto quanto possível, previsíveis. Bean & Wilkinson (1988), no seu estudo desenvolvido em Nottingham, apoiam esta ideia, afirmando que a segurança e a facilidade de compra de droga por parte dos consumidores são factores decisivos na sua escolha do local onde comprar e do indivíduo a quem comprar: praticamente 90% dos consumidores compravam a droga na sua cidade ou em locais onde eram bem conhecidos.

(À porta dum café onde está a funcionar venda de heroína) "Sabes como é que aquele gajo arranjou o carro? Trocou-o por heroína: dás-me tanto e mais o carro e já está", conta-me o Ch. (*junkie* do Aleixo) ao aproximar-se um Fiat Tempra".

(Observação em Dezembro de 1992).

O *dealer* é personagem sobre o qual roda uma micro-economia[164] que envolve vários actores. Os actores hibridam-se, concretizam-se em novos personagens: o *junkie-dealer* (o "traficante-consumidor"), o sem-abrigo-*junkie* (os mendigos pós-modernos), o ex-recluso-*dealer*, a prostituta-*junkie*, o polícia-que-afinal-é-*dealer*, o adolescente desecolarizado-angariador de *junkies*, a senhora idosa do bairro-vendedora-de-limões, a "velhota"-que-deixa-guardar-pó-em-sua-casa, e finalmente o recém-aparecido arrumador de automóveis. Desenvolve-se uma micro-economia que o discurso social diz que é ali (ali, no Casal Ventoso, na Buraca, na Pedreira-dos-Húngaros; ali, na Sé, no Aleixo, no S. João de Deus...).

Esta micro-economia tem um largo impacto ao nível do bairro, sendo um excelente exemplo da importância das economias proscritas nos contextos urbanos precarizados. Neste sentido, as múltiplas práticas ligadas aos mercados das drogas não só não rompem com um certo modelo de vida dos grupos sociais destes contextos como se inscrevem numa das suas principais características. João Ferreira de Almeida e outros (1992) chama-lhe "expediente" e diz-nos sobre ele o seguinte: "O expediente enquanto principal

---

164 Temos vindo a constatar um aumento continuado de investigações sobre a "economia das drogas" tanto a uma escala micro (ver *L'Économie souterraine de la drogue*, 1994) como a uma escala macro. Neste último caso, parece-nos um indicador significativo deste interesse o facto de uma revista da área da economia ter dedicado um número à economia das drogas (cf. *Economistas - economia de las drogodependencias*, 1990).

competência social e "profissional", revela, por sua vez, grande capacidade para jogar com o estatuto de pobreza nos relacionamentos sociais, incluindo as relações com os serviços de protecção social e a reivindicação, aos mais diversos níveis, de esquemas "excepcionais" - porque dirigidos aos mais necessitados - de apoio, investimento e geração de recursos".

Isto explica em parte a impossibilidade prática de querer definir fronteiras entre um mundo do tráfico e a população envolvente, que simplisticamente seria sua vítima ("contágio" dos adolescentes, desordem pública...). De facto, constatámos que não há uma ruptura, por ex., entre *dealers* e *junkies* e o resto dos habitantes. Partilham o mesmo espaço, os mesmos lazeres, uns sabem a vida dos outros mas, em territórios precarizados como estes, vender substâncias proibidas é só uma forma de ganhar a vida. Daí que a divisão normal/desviante esteja diluida e os actores que a cidade julga os protagonistas do delito e da insegurança aqui têm nome próprio e participam da vida comum como indivíduos comuns que são. Lembra-nos isto a frase que nos dizia um deles: "os delinquentes são como as pessoas"...

2.6. O MUNDO DO *JUNKIE*

No estudo exploratório (Cf. PARTE B, CAP. 4, secção 1.2.) caracterizámos já sumariamente esta figura, central no contexto em análise. Pormenorizemos agora a caracterização, que o estudo intensivo permitiu confirmar e aprofundar.

O principal cliente da zona quente é o *junkie*. Caracteriza-se por organizar toda a sua vida em função da sequência *compra-chuta-curte-ressaca-compra* . Quando compra só pensa em chutar, quando regressa do chuto só pensa em chutar, para isso tem de comprar e quando consegue comprar só

pensa em chutar. Tudo o que faz é em função disso, todas as suas interacções também. O seu dia-a-dia, quando não fica em casa com o sofrimento da abstinência ou com a aquietação de "estar bem" (quando tem pó), é uma sucessão de encontros, pequenas viagens (às *zonas quentes*), táxis, seringas, "chinesas"... As suas relações sociais, normalmente fragmentárias, são instrumentais: ocorrem por causa do pó. Fora do pó, a vida é um longo momento em que se desmultiplicam estratégias (interactivas e económicas) para arranjar pó. Fora do pó só há o pó. Com o pó também - eis o desígnio *junkie* , dimensão refinada da toxicodependência[165]

O *junkie* é também muitas vezes vendedor. Nas *zonas quentes* é predominantemente masculino, entre os 15-16 e os 35-40 anos. É do bairro ou dos bairros vizinhos mas também de fora e, neste caso, de todas as classes.

O *junkie* é, pois, aquele cujo acto foi invadido pelo pó, passando de sujeito que dispunha de si a indivíduo determinado rigidamente pelo químico. "(O comportamento toxicodependente) é um jogo trágico. Um jogo porque o toxicodependente estabelece uma relação lúdica de sí consigo mesmo, que consiste em tornar-se outro no interior e a partir de sí, trágico porque esse jogo termina na perda de sí enquanto actor e pela perda do outro que se desejava ser." (C. da Agra, 1991).

O que esta figura tem de particular é a sua já longa estabilidade - desde o início dos anos 80 -, muito superior aos actores das drogas que descrevemos antes de dele (Cf. Fernandes, 1990). Parece anunciar assim um modo mais

---

165 O *junkie* , figura que corresponde e reforça o esteriótipo social do "drogado", é um actor do extremo das drogas. É nele que o paraíso artificial se converte em inferno, como descrevia Baudelaire para o opiómano já no século passado. É ele também o alimentador de vários circuitos profissionais : o dos *dealers* , o dos psis (é o *junkie* o tipo de cliente que recorre à "desintoxicação", embora um grande número nunca recorra), o dos polícias e, cada vez mais, o dos investigadores científicos e das comissões de peritos. É ele também o causador dum voyeurismo na nossa sociedade: vontade de espreitar o que transgride, o que se transmuta (química e psicologicamente), bem expresso na forma como é tratado nos *mass media* . O toxicodependente é o novo objecto pornográfico dos meios de comunicação de massa.

estável de relacionamento com drogas, simétrico da estabilidade dum mercado subterrâneo.

Os usos de drogas associavam-se, desde meados dos anos 70, a estilos juvenis em que elas eram elementos potenciadores do encontro, da diversão, da festa (Cf. Fernandes, 1990, 1993); eram o catalisador, à uma químico e simbólico, do "desatino", um estilo convivial assente na boémia e no culto do excesso. Esta fase da boémia psicotrópica vai agonizar lentamente à medida que avança o protagonismo da heroína, de tal modo que os utilizadores de drogas que vêm dessa época, hoje com mais de 35 anos de idade, recordam-na como "a fase feliz", estragada pela hegemonia da heroína e do seu torvelinho de interesses económicos, que teria ditado o fim da boémia. O *junkie* actual é, pois, uma figura em corte profundo com o regime anterior das drogas. Se antes havia o "desatino" (simbolizado positivamente) e o "estar ganzado" era vivido como uma fruição, o consumo de drogas é hoje indesligável da toxicodependência pesada, do *deal*, do confronto permanente com a polícia, da prisão,... Na trajectória social das drogas contada pelos seus actores há, assim, uma memória nostálgica dos bons velhos tempos e uma crítica à narcose em que o consumo se transformou e ao servilismo que implica ser *junkie*.

Em síntese, o regime anterior de consumo, baseado nos padrões e estilo de vida de subculturas juvenis, diluiu-se. Estas subculturas, pela sua própria natureza psicossocial, são fugazes. Quando se diluíram, desapareceu ou sobrou residualmente o tipo de consumo de psicotrópicos que se lhes associava. O *junkie* não é já fenómeno subcultural juvenil, é actor social que protagoniza uma nova relação com o mundo, feita da alternância entre o paroxismo e a anestesia psico-afectivos propiciada pela heroína. O mundo do *junkie* despovoou-se de heróis (bem presentes na fase anterior das drogas) - reina agora a heroína.

Se já falámos, atrás, de subcultura *junkie*, referiamo-nos ao aspecto instrumental que a definição de subcultura encerra - e só a este. Quanto ao lado expressivo, tão exuberante nas subculturas juvenis típicas das décadas anteriores (Cohen, 1972; Brake, 1985; Romani, 1985; Feixa, 1987; Feixa, 1988; Baron, 1989; Rácz, 1992), "já não tem assunto". Esta frase, carismática da subcultura *junkie*, concentra numa curta expressão a metáfora da vida no bairro. O bairro "não tem assunto"; as drogas, também "já não têm assunto". Esgota-se o assunto quando o assunto é sempre o mesmo: as mesmas esquinas, as mesmas rotas pedestres, as mesmas caras, os mesmos polícias, a mesma poeira. A perspectiva temporal do *junkie* é pouco ambiciosa - aliás, é difícil ver para além do tempo que medeia até à próxima compra, ao próximo "chuto" ou "chinesa". A tarefa principal do dia nem é arranjar pó - esse, sabe-se onde está, "não tem assunto"; é, isso sim, arranjar com que o comprar. A dependência *junkie* é também uma dependência económica[166] , que sobrevive à custa seja da colaboração na distribuição do produto, seja duma série de esquemas que é necessário inventar a todo o momento e que obrigam a uma atenção permanente na relação social que ele estabelece. Esta relação social é sempre pressentida como uma possível relação de interesse financeiro. O *junkie*, para além de ser um conhecedor, como já vimos, dos interstícios de espaço e de tempo, é um especialista do *interstício financeiro*: Toda a informação que lhe é dada é convertível em trocas, negócios, notas de mil, moedas de cem... Nas condições actuais de instalação do fenómeno droga é impossível não estar permanentemente a falar de dinheiro; a definição de dinheiro, para o *junkie*, é a duma coisa que se está sempre a dever a alguém e a "cravar" a alguém (obter através dum pedido, normalmente embrulhado na palavra empréstimo).

---

166 Remetemos para a excelente investigação de R. Ingold (1984) sobre a dependência económica na heroinomania em Paris, ou para Ph. Bourgois (1992, 1996) para Nova York.

Lemos uma vez algures que em Portugal nada se compra, tudo se arranja; pois bem, no *junkie*, tudo se arranja sempre para a mesma compra: a do pó.

Um dos refrões do discurso colectivo associa drogas a delinquência e a sentimento de insegurança. Parece-nos, de todas as questões suscitadas pelo fenómeno droga, aquela que se afigura menos enigmática. Com efeito, não é possível arranjar dinheiro diariamente para um consumo regular. A única saída é a de colaborar, com diferentes graus de implicação, nas economias informais. Recorramos à investigação de Coppel (1994) a este respeito: "Os toxicómanos com quem falámos reconheceram os roubos, a utilização de cadernetas de cheques roubadas, como fontes de financiamento, embora nenhum deles se tenha afirmado como traficante. O produto pode, de qualquer modo, ser trocado por serviços ligados ao tráfico, à vigilância, à protecção física dos traficantes, a informações sobre as actividades dos serviços (polícia e município) ou sobre o tráfico noutras *cités* e a venda de produtos de corte, etc.".

Esta dependência económica não é vivida sem ambivalência. Há frequentemente uma consciência aguda de se ter desperdiçado a possibilidade de uma vida menos difícil, mais tranquila e confortável:

> "Também já vivi em Chaves. Gostava de andar a cavalo, pá. (Faz o gesto de galope). Fartava-me de andar. Grande charuto, óculos Ray-Ban, boné, era à gringo. Todo fora da carola, ali a andar a cavalo. Então, em vez de gastar tudo no cavalo, não podia ter agora dois ou três daqueles? (...) Tinha duas motas, uma 125 e uma 50. Destilei-as. (Sorri). Estão destiladas."
>
> (Observação Participante 29/Out/92)

Nas notas de comentário desse dia, escrevíamos: "O "Ch" colocava um tom humorístico ao contar o seu trajecto pessoal. Parece-nos ter um sentimento misto de orgulho e de trágico nas suas aventuras." Notámos, com efeito, nos indivíduos que partilharam connosco reflexões sobre as suas vidas na heroína esta oscilação: à sensação de gozo e de superioridade (com o pó fica-se inatingível pelo comezinho quotidiano), sucede-se a da falta e a da perda. A sensação de perda podemos enunciá-la sob a forma da questão, que o *junkie* não explicita mas que fica latente naquilo que conta de si: "Que fiz eu da minha vida?". Normalmente não chega a responder - chutará antes disso. Adiar esta questão obriga a uma estratégia: viver no presente. Quanto mais se avança na heroína mais se vive no presente: o estilo de vida *junkie* impede o futuro.

A delapidação material do adicto a consumos pesados é paralela a um afrouxamento dos critérios morais. A urgência da heroína é, no discurso dos seus actores, justificativa do acto que os próprios condenam. Exemplifiquemos com a reunião e o consumo público mesmo ao lado de um infantário: "Eu sei que é chato, mas...". Torna-se, no entanto, mais fácil denunciar o lado condenável do psicotropismo através do exemplo alheio. O *junkie* produz, com frequência, juízos morais em contradição aparente com as suas opções de vida: os ambientes das drogas duras seriam dominados por indivíduos sem regras de convivência dignas, onde a necessidade imediata do lucro (no *dealer*) ou da dose seguinte (no adicto) anula o plano ético:

> "E então o X. anda a vender com a mãe? Vê lá se tem jeito, mãe e filho a vender. Outro dia passei por lá, ela estava à janela e eu perguntei:"Minha senhora, não há daquilo?" e ela disse "Espere aí um bocadinho que eu atendo já." Ao que chegámos, mãe e filho a vender.

(Fragmentos Discursivos 28/Out/92)

As drogas duras, se as virmos à escala do indivíduo adicto e de acordo com as suas próprias crenças, são desorganizadores existenciais projectivamente, mas são organizadores existenciais do instante diário - provocam a tirania do presente. Se as virmos à escala das relações interindividuais, são agentes de anomia: o "mundo da droga" é visto pelos próprios como o sítio onde a regra é impôr a nossa regra à regra do outro - e a possibilidade de a impôr é, claramente, diferencial, sendo o factor económico o decisor da eficácia da regra. O "mundo da droga", à semelhança do mundo, produz uma escala social de dominância que vai do despojado de qualquer influência - o *junkie* que só compra - ao detentor de poder - o grande *dealer* que tudo vende. Esta escala tem uma regulação interna muito dinâmica no seu extremo superior[167] ; se, na base, o *junkie* é sempre *junkie*, já o *dealer* de hoje pode ser o recluso de amanhã, a sua riqueza (à escala do bairro) dar lugar à precaridade e o seu posto ser ocupado por outro:

> "O P. chegava aqui de Alfa Romeu. Ficou sem nada...Chegava aqui de Alfa Romeu, cinco mil contos no bolso. E agora? Que é que tem? A bófia caiu-lhe em cima, oh! O F., esse, passava o dia a contar notas (faz a mímica). A tarde toda. Agora está dentro. Eram aos 10 e 20 mil contos. Ficou sem apartamento, sem carro, a bófia caiu-lhe em cima..."
>
> (Fragmentos Discursivos 3/Fev/93).

---

167 Poderíamos falar da violência como um dos factores desta regulação. De facto, alguns autores têm chamado a atenção para o facto de a violência gerada pelo fenómeno droga dizer sobretudo respeito ao interior do sistema de distribuição (cf. Brochu, 1994; Bean & Wilkinson;1988; Fernández, 1990; Fatela,1992). No que se refere à nossa experiência de terreno, não falaríamos tanto de violência no sentido da ofensa corporal, que é esporádica, mas de ambiente tenso - mesmo assim, típico só de algumas "zonas quentes".

Seria curioso saber mais sobre a probabilidade de se ser *dealer* por longo tempo, o que estará concerteza inversamente relacionado com o facto "da bófia cair em cima". Do *junkie*. já sabemos poder ter um itinerário longo: alguns dos indivíduos que fomos conhecendo consumiam heroína e outros produtos há mais de vinte anos, e muitos deles há mais de dez (com as típicas interrupções "para limpar", normalmente auto-geridas); do *dealer*, sabe-se muito menos. Adler (1992) num dos poucos estudos que se debruçam sobre esta questão sem ser a partir de indivíduos em contacto com o sistema judicial ou penitenciário, refere uma média de 5 a 10 anos para a carreira de *dealer* nos E.U.A. Quanto aos nossos dados, podemos apenas referir o seguinte, que nos parece significativo: os dois *dealers* com quem viemos a ter mais interacções, frequentando mesmo num dos casos a sua casa, continuam, à data da redacção deste texto, a exercer esta actividade - fazem-no, portanto, pelo menos há quase quatro anos, e já o faziam antes de os conhecermos. Acrescente-se que são ambos consumidores, um deles manifestando grande dependência de heroína.

Estas constatações reforçam uma tese clássica, bem enunciada por D. Matza (1969), um dos autores que mais contribui para a naturalização do olhar sobre a desviância: a empresa desviante, aos olhos do próprio, afigura-se viável e sustentável e nada estranha e patológica. É exactamente por isso que pode estruturar-se em carreira, à semelhança dos mundos profissionais normativos.

O *junkie* é. enfim, um indivíduo com uma relação intensa com a heroína, assumindo as outras drogas, no seu consumo, um papel subsidiário

ou complementar.[168] "Heroin is my wife and is my life"[169] - eis uma bela metáfora daquilo que parece ser o seu *script* existencial.

O estatuto da heroína, nas crenças dos seus prosélitos, não se compara ao de qualquer outro produto. Um pequeno episódio que presenciámos é bem disso o exemplo: um indivíduo do Bairro do Aleixo conta-nos o "descaramento" de um amigo seu, que vai a casa dele pedir dinheiro emprestado. "Vê lá. foi pedir cinco contos à minha velhota; ainda se fosse para heroína, mas era para coca".

As crenças dos consumidores estão. por vezes, extremamente perto da ideologia dominante em torno da droga; por ex. a de que um adicto não aguenta a abstinência, como que se a heroína fosse, das drogas, aquela com que não se pode brincar... Em contrapartida, não vimos partilhada po estes actores a crença da escalada do haxixe para a heroína. O filtro do charro nos interstícios dos paralelipípedos, ao longo das calçadas do bairro, é bem o símbolo da sua banalização; um consumo público que nem sempre se oculta do transeunte. Quanto à heroína, não constatámos, pesem embora as imagens da comunicação social, a assumpção pública do seu consumo. Vimo-la, por outro lado, cindida em dois tipos de uso, ao nível das crenças: o da "chinesa", uso leve duma droga dura - "só dá mais paz, mais nada": e o clássico "da agulha", próprio "dos agarrados", uso duro de uma droga dura.

Numa das páginas dedicadas a comentários e reflexões do diário de campo, sintetizámos assim aquilo que observávamos nos actores da heroína:

---

168 Estamos a ser fiéis aos dados à altura da nossa pesquisa. Trabalho de campo posterior temnos vindo a demonstrar a importância que está a assumir, nestes contextos e no *junkie*, a "base", produto obtido a partir da adição do bicabornato de sódio com a cocaína - uma espécie, portanto. de "crack". A frase típica ao chegar a uma "zona quente" é agora "Castanha? Base?" O haxixe, em perda de protagonismo, já tem substituto...

169 Frase de uma canção rock de Lou Reed, "Heroin".

"A heroína, droga da paz. A ausência dela. um inferno. Apaziguar-se. O poder governar quimicamente o (des)ânimo, eis a conduta que intervala o fatalismo da vida. O esmagamento social, económico, laboral, habitacional. Os factos a ocorrerem todos contra nós e apesar de nós. Contra os factos não há argumentos - mas há heroína."

2.7. APRENDER A VIVER NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

O contacto quotidiano com as drogas retira-lhes a carga com que são figuradas no discurso colectivo. É neste sentido que deve entender-se, a nosso ver, a afirmação corrente, nos técnicos, de que "as drogas se banalizaram". Não se banalizaram porque muita gente as consuma ou aprove o seu consumo. Aquilo que as torna banais é o espectáculo diário que oferecem: nos *media*, onde são elemento constitutivo da excepcionalidade (as apreensões, os "mundos da droga"...), e nos territórios psicotrópicos, onde são elemento constitutivo duma rotina.

a) *a exposição ao pó:* o habitante do bairro, ainda que nada tenha a ver com drogas, sabe que muito do que vê e ouve todos os dias, ao sabor dos seus percursos pedestres, das suas entradas e saídas de casa, ao sabor do que vê da sua janela, tem a ver com as actividades que têm nos psicotrópicos o centro. Está, portanto, duma forma sistemática, *exposto ao pó.*

Se deslocarmos a nossa atenção para os sectores etários da infância e da adolescência, esta exposição remete para o tema da socialização. Recorreremos a um excerto do diário de campo onde, a propósito de várias observações nas casas de alguns *dealers-junkies*, procurávamos reflectir sobre o que aí víramos:

"Já da outra vez, em casa do C. (um *dealer-junkie* de 42 anos) eu tinha reflectido sobre a socialização *drug* neste tipo de contexto, que passa essencialmente pela exposição das crianças e dos jovens a comportamentos que são alvo de censura social, mas que neste *setting* são corriqueiros, ocorrem naturalmente, sem discursos valorativos em torno de comportamentos de consumo, que são expostos na sua evidência à criança, pela simples razão de que, para estes actores sociais, parecem naturais. Digamos que está desvalorizado, à força de se ter tornado banal."

(Notas de Terreno, 27/DEZ/92)

A quotidianeidade apaga os mitos. Aquilo que é um mundo longe fica ao alcance da trama diária das relações. É o que acontece com a droga aqui. Se conjugarmos este facto com um outro típico destes contextos, que é o da grande participação das crianças na vida social corrente, utilizando as habitações, os patamares dos blocos e a rua como lugares de encontro e de jogo e estando em permanente contacto com os adultos, é natural concluir que aprendem, desde cedo, esta *banalogia* das drogas (tomamos o termo de Maffesoli, s.d.).[170]

"O C., da vez anterior, era o modelo, ao preparar a chinesa, ao alisar a prata, ao fazer o risco, ao acender o isqueiro, ao aspirar a coluninha de fumo, ao reter nos pulmões, ao

---

170 Mesmo os contextos que, formalmente, promovem uma clivagem com esta vida social, acabam por estar inseridos nela. Por exemplo, o infantário, normalmente dentro dos bairros, tem vistas, nalguns deles, para concentrações de actores das drogas...

F. P. C. E. BIBLIOTECA U. P.

acender de novo o isqueiro e repetir a operação. O seu filho de onze anos vê. Está em condições de imitar o consumo. Imitar ou não, consoante as auto-determinações da sua individualidade.

Este era o primeiro acto. O modelo, a exposição. Tal como vêm nos cânones da teoria da aprendizagem social. (...) Segundo acto: ao filho mais velho (tem 14-15 anos) manda-o à rua comprar ganza. Parece que se confirma a teoria - este filho já passou da observação do modelo à imitação[171]. Sabe como fazer para adquirir o produto, não faz qualquer pergunta. Parece dominar os comportamentos necessários ao estilo de vida *drug*. Já tem, diz-nos o pai, asas para andar. Destas asas se fazem por aqui os voos adolescentes, acrescentamos nós.

Mais uma vez a droga, neste caso a sua aquisição, é falada de um modo natural, desvalorizado, como se se tratasse de ir comprar cerveja - aliás, é comprada em simultâneo, como se ganza, cerveja e fiambrino estivessem em pé de igualdade no lanche que se prepara".

(Notas de Terreno, JAN/93).

---

171 "Especificamente, este modelo (Teoria da Aprendizagem Social) defende que a exposição a amigos ou a pais que consumam substâncias, irá moldar o uso de substâncias através da modelagem de 2 aspectos específicos relativos ao consumo de substâncias. Primeiro, a observação dos modelos que experimentam determinadas substâncias, vai modelar directamente as expectativas, as crenças dos adolescentes relativamente às consequências mais imediatas, às consequências sociais, pessoais e fisiológicas do uso de substâncias (...) Bandura (1977, 1982) propôs que os modelos poderão modelar quer a auto-eficácia em relação ao uso, quer a auto-eficácia em relação à recusa. Por exemplo, a observação dos pares a comprarem e a inalarem marijuana, pode providenciar aos adolescentes o conhecimento e competências necessários para obter e utilizar marijuana" (Petraits, Flay e Miller, 1995). Neste artigo, que propõe uma revisão das principais teorias acerca do uso de substâncias nos adolescentes, a teoria da aprendizagem social é incluida e a sua origem situada em 1939, na teoria da associação diferencial de E. Sutherland.

Outro episódio que presenciámos - e a que fizemos referência atrás, em "Território Acossados. 2." - é revelador da precocidade das aprendizagens necessárias à sobrevivência nos territórios psicotrópicos (trata-se do episódio da criança de 11 anos que vai ao café avisar o irmão mais velho da presença da polícia no bairro). Nas reflexões desse dia no diário de campo escrevíamos:

> "Noto como fala sem tabus, em frente do irmão de 11 anos, das suas idas ao CEPD tomar metadona, das rixas e pancadaria em que umas vezes é ele que dá e outras é quem leva. O irmão ouve com um ar em que não deixa denotar emoções. Escuta, apenas, quieto na cadeira".

Este acontecimento é ilustrativo da socialização nos territórios acossados. E tem algo em comum com o anterior, protagonizado pelo C.: num caso o irmão mais velho, noutro o pai, ambos *dealers-junkies* de bairro social, funcionam como modelos de condutas relacionadas com as drogas[172]; e ambos se apresentam como indivíduos que, através do tipo de façanhas que relatam, valorizam a masculinidade, a coragem física (mesmo quando são eles quem perde) e a agressividade[173] João Ferreira de Almeida e outros (1992), na caracterização que faz da convivialidade em grupos afectados pela vulnerabilidade à pobreza, afirma que este tipo de grupos sociais, que valoriza as "formas de sociabilidade exuberantes" e o "prazer convivial", recorre muitas

---

172 " Os adolescentes adquirem as suas crenças relativamente aos comportamentos delinquentes através dos seus modelos, especificamente amigos próximos e familiares" (Petraits, Flay e Miller, 1995).

173 A valorização destes traços foi já salientada por O. Lewis (1983) na sua caracterização da cultura da pobreza. Não deixa de ser espantoso verificar como esta caracterização, feita nos anos 40 num grande contexto urbano (Cidade do México), continua hoje plenamente aplicável, dando razão à tese aí defendida: a da pobreza como estrutura, e não como contingência económica. O valor da masculinidade nos meios sociais populares é, para o contexto português, salientado por Machado Pais (1990).

vezes, para a resolução dos frequentes conflitos, "a uma verbalidade tão rica quanto agressiva ou à violência física - em correspondência, aliás, com a valorização da potência muscular, da destreza, da sagacidade e da coragem".

Esta constatação foi diversas vezes reiterada. O desenvolvimento da nossa própria socialização nestes contextos obrigou-nos a redefinir aquilo a que o senso-comum chama "má-educação", "malcriadice", "boçalidade", etc.

b) *as boas-maneiras:* lentamente, fomos descobrindo que também neste meio social funcionam regras de etiqueta bem precisas para com o forasteiro. Exemplificaremos com uma delas, que consiste na proibição de agradecermos alguma oferta que nos façam como estratégia para nos colocarem "como em casa". Se dizemos, ao oferecerem-nos uma cerveja, "obrigado", podem ocorrer respostas como: "Mas aqui ninguém foi obrigado a nada", ou, dum modo mais veemente, "Não me digas obrigado, caralho! Foda-se, obrigado o caralho!". Ou ainda, da primeira vez que visito a casa do "C.", na companhia dum informante privilegiado (o "R.S."), o modo como ocorre a despedida:

> "Cerca das 19.30 h., diz-me o R.S.: "Vamos indo?". Noto então que o C. se despede com grande deferência - à sua maneira, claro - de mim:
>
> - Queres senhas de autocarro? - menciona procurá-las, mas o R.S. diz que já tem para mim.
>
> - Olha, agora já sabes onde aqui o C. mora. Qualquer coisa que precises... Isto ou aquilo... Ó pá, não sei, qualquer coisa... Se precisares de dar uns socos num gajo... Vens aqui, a porta está sempre aberta...
>
> - Obrigadíssimo - digo eu.

- Obrigadinho o caralho, ó, lá está tu! Assim já não quero nada!

O R.S, intervém em minha defesa e diz: - São princípios... (refere-se aos meus modos, pelos vistos excessivamente polidos)."

(Obs. Participante, 12/DEZ/92).

Este comportamento parece paradoxal: insulta-se alguém para o pôr à vontade, utilizam-se asneiras para se ser educado. Aos primeiros contactos, as interacções parecem-nos carregadas de violência verbal e o ambiente tenso, e mesmo inóspito. Vamo-nos apercebendo com o avançar do tempo que este é um estilo convivial típico e que a sua incorporação natural na comunicação rotineira o esvazia da carga que, noutros contextos, temos tendência a atribuir-lhe. Vimos já, também, na secção anterior, como por exemplo o troçar de alguém fazia parte dos costumes de diversão locais.

As crianças e os adolescentes estão, em suma, em contacto com um mundo comunicacional marcado pelo confronto verbal. Além de, como vimos, expostas ao pó, estão expostas à linguagem local, em que a expressão eivada dos popularmente chamados "palavrões" predomina. Aprendem assim um modo comunicacional adaptativo ao seu contexto de vida. Subscrevemos inteiramente a tese, já antiga, de O. Lewis (1983): "Muitos dos elementos que caracterizam a *subcultura da pobreza* podem ser considerados tentativas locais de resolução de problemas". A tese é tanto mais verdadeira se algumas destas crianças vierem a ser *dealers* mais tarde, pois é uma actividade que exige uma constante agonística interactiva.[174] Diríamos, retomando o conceito de *habitus*,

---

[174] O que se liga claramente ao facto de se tratar dum delito sem vítima, no sentido em que o definiu a criminologia crítica: dado que se trata de transacções de forte procura mas proscritas legalmente, o único modo de fazer valer direitos é o recurso ao confronto directo (Espinosa, 1989).

que este modo comunicacional é um dos elementos constitutivos do *habitus* de periferia urbana; é como se nos territórios duros, como já lhes chamámos (Fernandes, 1993), a linguagem fosse igualmente dura; ou como se, em sítios "onde a vida diária já é luta" (Delarue, 1991) o simples acto de falar traduzisse essa postura de combate.

O que a exposição ao pó parece revelar, encontramo-lo numa formulação de O. Lewis (1983) a propósito da cultura da pobreza: "Um estilo de vida altamente estável e persistente herdado por cada geração dentro da mesma linha genealógica". E o que a incorporação e reprodução dum modo comunicacional duro parece revelar, encontramo-lo ainda no mesmo autor: "Constitui um factor dinâmico que atinge a esfera da participação numa cultura nacional mais ampla e se converte ela própria numa subcultura".

3. NOTA FINAL

A abordagem proximal e numa escala psicossocial micro que adoptámos procurou a necessidade de problematizar dicotomias redutoras. Os bairros, ao perto, não são todos iguais. Não há, pois, a cidade normativa, valorizada e dominante a um lado e o urbano degradado do outro. O bairro não é sempre degradado, nem é muitas vezes urbano no seu todo: a vida local tem características que a aproximam, a vários níveis, do espaço tradicional antes da grande cidade.

As dicotomias vivem, pois, mais na narrativa habitual sobre a cidade do que na sua dinâmica real - e as imagens que temos dos fenómenos desviantes e dos grupos marginalizados não têm sempre uma grande coincidência com as manifestações da vida diária das periferias sociais.

Relembremos um exemplo da necessidade de diferencializar: as retóricas pedestres no bairro do Aleixo eram predominantemente desviantes e as do Pinheiro Torres eram de conveniência. O primeiro confirmaria, ao observador externo, as imagens da desviância; o segundo, o da aldeia dentro da grande cidade - com a experiência comum desta interrompida aos níveis fisico-ambiental e das práticas de sociabilidade.

Certas práticas desviantes e seus actores não estão necessariamente em corte com a vida local. A própria forma de estruturar as esferas pública e privada, com uma complexa série de transições e até de inversões, assim o determina. A experiência da desviância feita pelo habitante comum do bairro não é realizada através do plano simbólico, como no cidadão da urbe dominante; enquanto este conhece tal experiência através na notícia mediática ou de contactos breves com os "desviantes", aquele tem um certo grau de fusão com eles, ditado pelas redes de vizinhança intrincadas e pela visibilidade directa - um bairro é, neste sentido, um cenário permanente e a expressão actor social recupera aqui a sua dimensão dramática. Ao evitamento experiencial do primeiro substitui-se, no segundo, uma quase imersão.

Seria curioso explorar, em futura investigação, as consequências disto no estereotipo que se tem dos "mundos marginais" e no tipo de relação que se estabelece com os seus actores - seria um contributo para a compreensão das reacções sociais ao comportamento desviante, normalmente tão redutoras e carregadas de emocionalidade.

Enfim, o bairro social não é só uma entidade socio-morfológica, é um efeito de retórica na narrativa do urbano, que convoca os temas da insegurança, da dissocialidade, da exclusão social. Eis o que a leitura proximal permite questionar: este efeito retórico, persistente e infiltrado no imaginário social, deriva duma vontade de pôr em causa as coexistências da vida colectiva - tentativa de reordenação das "populações perigosas". A segregação espacial

das heterogeneidades culturais e sociais da grande cidade tem, assim, um mecanismo alimentador na segregação simbólica. Possa a narrativa sobre as periferias sociais construida através do trabalho etnográfico ajudar a complexificar o argumento que tem servido ao jogo de tal segregação simbólica, subtraindo à fixidez em que repousa - efeito imobilizador da nossa ideia de cidade, autorizando à reprodução incessante dos mesmos cenários e do mesmo desempenho de papeis.

E as drogas? O mundo psicotrópico? Diga-se deles o mesmo que se disse dos bairros: desça-se das imagens gerais até à escala local, desloque-se o ponto de observação das formas macro do discurso colectivo às manifestações micro dos múltiplos discursos, anónimos e quase silenciosos, dos actores dos territórios psicotrópicos.

O "hipermercado das drogas" define uma relação de exterioridade: o "mundo da droga" é ali, diz o rumor colectivo. Os psicotrópicos e os seus actores têm um sitio. Topologizar uma ameaça difusa é circunscrevê-la, definir-lhe o *topos* é externalizar o mal - eis a funcionalidade da etiqueta "população em risco".

O território psicotrópico instaura uma relação em que o transaccional substitui a exterioridade: a interacção entre os actores é o alvo da análise; constrói-se sobre as ocorrências quotidianas, e não sobre o acontecimento excepcional.

A nossa etnografia diz respeito a territórios, actores e tipos de relação com drogas que, na mobilidade que caracteriza o fenómeno droga, começaram a instalar-se no início dos anos 80. O *junkie* demonstra, assim, uma constância que contrasta com a fugacidade das figuras de relação com drogas antes dele - por ex. o *freak* das subculturas juvenis de grande dominância do pólo expressivo. A "durabilidade" do *junkie* é correlativa da solidez do mercado de

rua das drogas duras e da associação deste com as periferias sociais. Tem-se vindo a instalar ao nível da rua uma subcultura das drogas de carácter instrumental, que o discutrso colectivo tem filtrado redutoramente como "o mundo da droga".

Criando uma cidade que só pode ser lida por quem se acultura no estilo *junkie*, os interstícios de espaço e de tempo possibilitam os encontros instrumentais necessários à vida nas drogas; a sua centralidade deve-se à capacidade dos seus actores para criar interstícios. A própria linguagem é lugar de interstício, a droga pode falar-se sem que um profano entenda o essencial da mensagem que se cruza à sua frente.

As drogas são mantidas num foro de clandestinidade através dos interstícios de espaço e de tempo. O fenómeno psicotrópico manifesta-se por disseminação ínfima, a sua omnipresença é intersticial, ocorre discretamente. A função da *subcultura junkie* é proceder a esta intersticialidade, mantendo a droga fora do cidadão médio. O interstício de espaço realiza a disseminação ínfima, realizando com ela um paradoxo: mantendo as substâncias ilegais ocultas, torna-as omnipresentes. Pertencer à *subcultura junkie* é conhecer a toponímia psicotrópica, é saber a disseminação ínfima dos psicoactivos pelos interstícios da cidade.

Há na droga uma espacialidade oblíqua, uma espécie de dimensão cuja chave só detêm policias e consumidores. Há, também, um tempo oblíquo: a vivência duma tensão profunda ao tentar coordenar-se o ritmo temporal da cultura dominante com o ritmo temporal da *subcultura junkie*. O oblíquo surge aqui por oposição aos planos lisos da cidade: o interstício, como o nome indica, é fenda, interrompe o plano.

Propusemos neste trabalho uma definição de território psicotrópico a partir das regularidades observacionais. Salienta-se, com ela, o carácter fortemente territorial do mercado de retalho das drogas, bem como a

vantagem, do ponto de vista do utilizador, de dispôr dum programa comportamental característico do território psicotrópico. Salienta-se, ainda, o carácter simbólico do território psicotrópico: protagonizando o "é ali" das drogas, permitiria topologizar no concreto o medo difuso que inspiram (no discurso colectivo droga - crime - insegurança urbana). Esta topologização tem um papel na economia dos medos colectivos e legitima o reforço do controle social. Signos recentes disso são a escalada do policiamento nos bairros ou o discurso político do aumento das penas para os traficantes.

Os territórios psicotrópicos evidenciam uma grande capacidade de resistir ao controle social que se lhes dirige. Não obtivemos, em nenhum momento, qualquer indício de que o controle dirigido a estes espaços fizesse diminuir a oferta de drogas; quando muito, faz diminuir ou cessar uma esquina, um grupo de *dealers*, ou a centralidade de um bairro; mas logo outro fica no centro, logo outras esquinas entram para a topografia dos poisos, outros *dealers* actuarão...

Ser *dealer* não é, normalmente, mera função comercial - é um estilo de vida; é uma ocupação mais ou menos diária que se aproveita da desocupação de quem a exerce: vender drogas numa esquina é "estar por ali", revelando-se a dimensão relacional importante. É personagem central duma microeconomia de bairro, com grande papel em contextos vulneráveis à pobreza. Daí a impossibilidade prática de dividir estes contextos no "mundo do tráfico" e no resto do bairro. A rede e as ligações são mais complexas e os mundos sociais nunca são delimitáveis como se se tratasse de substâncias físicas.

O impacto da dimensão económica das drogas faz-se igualmente sentir no tipo de consumidor a que demos atenção ao longo da pesquisa: o *junkie*. É esta dimensão que o liga ao acto delituoso, e não qualquer efeito resultante da substância que ingere - não comete delitos, quando comete, por ter ingerido a

substância, mas porque ainda a não ingeriu; não comete actos antissociais sob o seu efeito, mas porque o busca afincadamente - e enquanto este durar não pensa em importunar ninguém... Em suma, o principal delito do *junkie* é a sua participação nas redes informais da economia subterrânea (o que pode implicar envolvimento na receptação de objectos furtados, na sua venda ou no próprio furto).

Tratamos por fim o problema de esclarecer como se começa: como se dá a aprendizagem das actividades das drogas num território psicotrópico? A necessidade analítica dos especialistas fá-los partir o objecto. É hoje amplamente aceite que o fenómeno droga é biopsicossocial. Pois bem: nesse exercício analítico diríamos - embora avisados na necessidade de estabelecer pontes entre os níveis - que se os factores biopsicológicos são necessários para explicar as adicções de maior ou menor gravidade, os factores de ordem social chegariam para dar conta da iniciação nas drogas - sendo a exposição ao pó o elemento central e a aprendizagem social o mecanismo.

É esta dureza, somada à imagem insistente e ameaçadora que estes contextos têm no imaginário social, que continuará a impedir que os trabalhos etnográficos baseados na observação participante se façam com mais abundância. A dureza do fenómeno determinará a escassez das tentativas para o tornar objecto científico. Pode ainda aplicar-se com mais propriedade à investigação etnográfica dos "espaços perigosos" e dos actores do desvio a reflexão de Cândido da Agra: "O fenómeno criminal, o fenómeno da droga, e o comportamento desviante em geral são objectos malditos, indignos do imaculado pensar científico. (...) Como se os problemas da desordem e da ordem constituissem *tabus de verdade*. Como se a razão tivesse de ficar

adormecida quando deles se aproxima."[175] Talvez, do ponto de vista ético, isso seja uma circunstância feliz...

175 Extraida do texto "A cidade e os medos" enviado para publicação na imprensa por C. da Agra e L. Fernandes em Janeiro de 1997

CONCLUSÃO

Uma conclusão não deveria precisar já de falar do objecto, nisso nos ocupámos nas centenas de páginas anteriores. Nem deve ocupar-se do que poderia ter sido o objecto, ou do que o objecto há de ser: aquele discurso de muitos textos científicos que enumera as limitações do trabalho que se apresenta, lamentando-se a capacidade finita do empreendimento individual - como se fosse necessário lamentarmo-nos por causa da nossa própria natureza. Ou ainda aquele que enumera o que poderá fazer-se no próximo projecto. Perguntaram uma vez ao poeta, no dia do lançamento do seu livro, o que escreveria no seu próximo livro; ele respondeu: porquê, não gostou deste? - Ora eis algo que podemos dizer sobre as muitas páginas que estão para trás. Não nos pedem por enquanto que façamos um novo trabalho, mas que contemplemos este durante algum tempo.

Portanto, nem as limitações do actual, nem o seu alcance - que não nos cabe a nós decidir - nem os projectos para o futuro. Ainda assim, façam-se algumas considerações. Dividimo-las em *lógica* e*deontológica*

- LÓGICA -

"É objectivo deste estudo não enfatizar demasiado o particular e o local, mas sim os aspectos genéricos e universais da cidade e da sua vida, fazendo destes estudos não somente um contributo para a nossa informação, mas sobretudo contributo para o conhecimento científico da cidade como um tipo comunal" (Park, 1964). Robert Park, uma das figuras fundadoras da escola de Chicago, escreve esta consideração no prefácio que faz para a 4ª edição do "The Hobo" de Nels Anderson. Sentimos hoje o mesmo dilema que, ao que parece, sentiram já o autor e o conselheiro científico duma das primeiras monografias sobre os actores da desviância no contexto urbano. Com efeito, aquilo que vimos e analisámos intensivamente foi uma área delimitada de uma grande cidade. Demos toda a atenção de que fomos capazes à vida local, aos indivíduos que a reproduziam diariamente. A seu modo, este local era único e irredutível a qualquer outro. Mas era também exemplar: fazia falar a periferia socio-espacial, era um dos pontos típicos da linha descontínua que caracteriza os limites das grandes cidades.

Debruçámo-nos com tanto pormenor sobre os critérios de escolha da unidade de estudo pecisamente para nos assegurarmos de que a sua identidade não lhe anulava a generalidade. Em certa medida, escolhemos um ponto do horizonte periférico com a convicção de que um ponto é sempre igual a outro ponto. Sabemos, no entanto, como isto é um exercício que releva sobretudo das operações intelectuais, característico dos comportamentos da comunidade científica. Todas as ciências sociais e humanas vivem esta tensão desde a sua origem: tensão entre o particular, o identitário, o único e o geral, a categoria abstracta, a configuração nomotética. Tem sido assim também com a psicologia, na tensão entre estudar indivíduos e teorizar sobre o Homem.

A ciência visa produzir enunciados com sentido àcerca dos objectos do mundo. O "mundo da droga" é, no entanto, visto pela cultura dominante

como uma perda de sentido. A nossa pesquisa guiou-se sempre em confronto com essa ideia - um mundo que perdura e se reproduz tem de encerrar uma lógica e um sentido. É necessário, no entanto, reconhecer aquilo que continua a escapar-nos. Somos obrigados a admitir que, mesmo depois da vivência próxima proporcionada pelo trabalho etnográfico, continua a escapar-nos a atracção totalitária exercida pelas drogas duras; a urgência e a prioridade que impõem a quem está adicto são grandemente incompreensíveis ao observador e as explicações que eles nos fornecem são pálidas verbalizações para algo que está para além da tradução por palavras. O *junkie* continuará ainda por muito tempo a alimentar a curiosidade social, pois é personagem duma dimensão existencial que, apesar de muito discursificada, continua obscura.

- DEONTOLÓGICA -

Observar de perto a vida dum grupo é uma actividade que pode ser indiscreta. A legitimação baseada nos fins da ciência, mais ou menos governados pela ideia de nobreza do conhecimento, não é suficiente. Se a ciência habitasse uma esfera intangível, longe das práticas sociais, estaria ao abrigo de efeitos indesejáveis - mas nesse caso também não serviria para nada. Pertencendo ao mundo dos homens, sendo produto que serve à interacção, coloca problemas ao ser utilizada.

Gostaríamos que o acto de descer a uma escala analítica micro, que se traduziu no contacto íntimo que é a característica nuclear do trabalho etnográfico, pudesse produzir uma possibilidade de recuo ou afastamento. Os epistemólogos têm-nos ensinado que o conhecimento científico é já em sí crítico - é crítica do conhecimento comum. Permita-nos a etnografia proceder a uma dupla crítica: do estereótipo e das práticas estereotipadas.

- *afastamento do estereótipo*: sobre os espaços perigosos, os grupos de marginais e os consumidores de drogas. Não para colocar no seu lugar alguma versão romântica destas figuras, transformando-as em heróis das margens, nem para negar o lado desagradável dos "submundos". Assim como não gostaríamos de os condenar, não pecisam de nós para os absolver. Queríamos apenas realizar um exercício de fidelidade ao fazer deles objecto de estudo. Observando os pricípios da fenomenologia, procurámos colocá-los sob uma luz humana, como recomendava Matza, abstraindo-nos da etiqueta com que existem no jogo das categorias (anti)sociais; observando um pricípio hermenêutico, mais do que contribuir para o desenho mais ou menos pitoresco dos nossos "folk devils", gostaríamos de chegar perto duma escuta de sentido dos "mundos marginais", das suas actividades e daquilo que move os seus protagonistas.

A epistemologia tem vindo a substituir a imagem a preto e branco da ciência por uma outra com gradações várias. Quando era a preto e branco, vivia de dicotomias: o que se desconhece e o que já se fez enunciado lógico, o que está por desvelar e o que já é lei, o erro e a verdade. Hoje, habituando o nosso olhar à historicidade, procuramos caracterizar a actividade dos cientistas com outros critérios: o de epistema, o de falsificabilidade, o de consenso... Nem verdade nem erro, mas conhecimento justo. Um conhecimento que os próprios indivíduos visados, que são actores e não objectos, fossem capazes de reconhecer. Curiosamente, os etnógrafos urbanos agem por vezes deste modo, ao mostrarem manuscritos aos sujeitos em estudo. Asseguram-se assim, não apenas dos limites éticos do que podem dizer, mas do seu próprio processo de conhecer, tendo por adquirido o princípio etnometodológico de que os actores partilham os métodos pelos quais produzem significado.

- *afastamento das práticas estereotipadas:* muitos textos científicos acabam com recomendações de carácter prático, supostamente aplicáveis à intervenção. Não faremos, é claro, tais recomendações - seriam

despropositadas e ingerência em casa alheia. Em todo o caso, são do conhecimento geral as críticas que têm sido dirigidas a alguma intervenção comunitária que, na pressa de agir, invade e coloniza. Partem da evidência, que não demonstram, de que é preciso intervir, e intervêm na imposição de modelos assentes no sanitarismo e na ortopedia moral, para tomarmos a consagrada expressão de Foucault. Nels Anderson, na conclusão do seu "The Hobo", dizia que " a atitude de Chicago para como os *homelessmen* foi sempre uma atitude de defesa (...) e o serviço social que se lhes tem dirigido é mais paliativo do que preventivo, é desorganizado e descoordenado" (Anderson, 1923). Pensava que o seu estudo sobre a vida dos "hobos" podia trazer informação para uma outra maneira de actuar.

A aproximação afasta as aparências primeiras. Aderson, um dos primeiros sociólogos a habitar um "mundo desviante", demonstrou que aquele que parecia um pária era afinal um indivíduo com uma subcultura bem estruturada, com hierarquias e leis e capacidade de transmissão aos novos "hobos"; e fez saber que o "hobo" amava a "jungle" (a sua "área natural"), a estrada e as noites à volta da fogueira; e que as respostas institucionais que se lhe dirigiam lhe propunham uma substituição que, aos seus olhos, era bem mais pobre do que a pobreza de que o queriam livrar. Reportamo-nos aqui ao "hobo" porque foi o primeiro desviante a fazer história nos estrudos da especialidade; dele até ao *dealer* de rua a ao *junkie* vão 60 anos de distância - que não resolveram as contradições entre os estilos de vida que ameaçam o *mainstream* e a vontade de homogeneizar as existências humanas.

Os especialistas da intervenção continuarão a discutir se nos bairros sociais há ou não demasiada rua, se a rua é boa ou má; se um atelier com computadores ou umas instalações desportivas disputam à rua o seu apelo irresistivel; se o desporto radical pode sibstituir a emoção das incursões dos "miudos dos bairros" através da cidade adormecida, se uma excursão às paisagens do Gerês consegue sobrepôr-se à excitação da paisagem psicotrópica

das traseiras dum bloco. Mas, ao menos, que estas discussões se façam não no *a priori* da ditadura do homem médio, mas no conhecimento da natureza dos "mundos desviantes" e dos seus actores. Para que aquilo que se faça não seja impelido pelo nosso medo da co-habitação com os que ameaçariam a ordem colectiva. Muitas vezes, ao longo do trabalho de terreno, demos connosco a inverter a clássica questão que alimenta a grande maioria dos estudos: porque vivem eles assim? De facto, porque vive cada um de nós como vive? Um bairro, visto da cidade dominante, parece um sítio pouco atraente; a cidade, vista dum bairro, também. Se o nosso trabalho tiver como efeito produzir questões em quem o ler sobre a legitimidade de intervir, terá já alguma consequência prática. Poderiam acusá-lo de demasiadamente descritivo, fugindo às questões práticas que devem guiar os técnicos das ciências humanas. Mas não há nada tão prático como um boa descrição...

BIBLIOGRAFIA

ACKERMANN, W.; DULONG, R.; JEUDY, H.-P. (1983) *Imaginaires de l'insecurité.* Paris: Librairie des Méridiens.

ADLER, P. (1990) Ethnographic research on hidden populations: penetrating the drug world. National Institute on Drug Abuse Research: *Monograph Series.*

ADLER, P. (1992) Carriéres de trafiquants et réintégration sociale aux États-Unis. In Ehrenberg e Mignon (eds), *Drogues, plitique et societé.* Paris: Le Monde Éditions et Éditions Descartes.

AGRA, C. da (1980). *Déviance juvenile et toxicomanie - approches épistémologiques et historico-politiques.* Louvain: U.C.L.

AGRA, C. da (1982). A toxicomania: desordens bioquímicas e ordem social. *Psicologia,* 3, 71-78.

AGRA, C. da (1986). *Science, maladie mentale et dispositifs de l'enfant. Du paradigme biologique au paradigme systémique.* Lisboa: I.N.I.C.

AGRA, C. da (1989) Ciência, sujeito e poder - esboço de epistemologia (não publicado).

AGRA, C. da (1990) Sujet autopoiétique et transgression. In *Acteur Social et délinquence* (obra colectiva). Bruxelas: Mardaga Editeurs.

AGRA, C. da (1991) Sujet autopoiétique et toxicodependance. (Dactilografado)

AGRA, C. da & FERNANDES, L. (1991). Elementos para uma reflexão crítica sobre a psicologia comunitária In F. Morais e E. Fernandes (Eds). *Psicologia comunitária: experiências e reflexões.* Porto: APPORT

AGRA, C. (1992) *Mass-media e droga. Exercícios empírico-teóricos para um programa crítico.* Lisboa: Comissão das Comunidades Europeias.

AGRA, C. da & FERNANDES, L. (1993). Droga enigma, droga novo paradigma. In Agra (Ed) *Dizer a droga, ouvir as drogas.* Porto: Radicário

AGRA, C. da (1995) Da rapsódia à sinfonia. Sentido para a composição dum sistema de pensamento na área das drogas. *Toxicodependências I,* 1, 26-32.

ALMEIDA, J. ; CAPUCHA, L.; COSTA, A. ; MACHADO, F. ; NICOLAU, I.; REIS, E. (1992). *Exclusão social - factores e tipos de pobreza em Portugal.* Oeiras: Celta Editora.

ALTMAN, I. (1974) Privacy: A conceptual analysis. In T. Margulis *Privacy.* EDRA Proceddings

ALTMAN, I. e VINSEL, A. (1977). Personal space: an analysis of E.T. Hall's proxemics framework.In I. Altman e J. Wohlwill (Eds). *Human behavior and environment. Advances in theory and reserch.* Nova Iorque e Londres: Plenum Press.

ALTMAN, I. e WERNER, C. M. (Eds.) (1985) *Home environments,* vol. 8 - *Human behavior and environment.* Nova Iorque e Londres: Plenum.

AMEDEO, D. e YORK, R. (1990). Indications of environmental schemata from thougts about environments. *Journal of Environmental Psychology.* 10, 219-253.

ANDERSON, N. (1961). *The hobo - the sociology of the homeless man.* Chicago. The University of Chicago Press

ANDERSON, N. (1983) A stranger at the gate. Reflections on the Chicago School of Sociology. *Urban life,* 11, 396-406.

ANGERA-ARGILAGA, M (Ed.), (1993). *Metodologia Observacional en la Investigación Psicológica.* Barcelona: P. P. U. Editores (Vol. 1 e 2).

ARIAS, M. (1986). Métodos de investigación en psicologia ambiental. In Burillo e Aragonés (Eds.), *Introducción a la psicologia ambiental.* Madrid: Alianza.

ATKINSON, P. (1990). *The ethnografic imagination. Textual construction of reality.* Londres e Nova Iorque: Routledge.

AUTHIER, J. (1986) Centre ville et marginalité. Les "groupes" de jeunes dans la rue de la République à Lyon. In Vant, A. (Ed.) *Marginalité sociale, marginalité spaciale.* Paris: Éditions du CNRS.

AZNAR, C. (1989) *Técnicas de investigácion social: los indicadores sociales y psicossociales.* Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias.

BACHELARD, G. (1984). *A filosofia do não. Filosofia do novo espírito científico.* Lisboa: Editorial Presença.

BADÍA, P. e TORNERO, J. (1989) Droga, television y sociedad. *Comunidad y Drogas,* Nov. (Volume monográfico).

BARDIN, L. (1979). *L'analyse de contenu.* Paris: P.U.F.

BARKER, R. (1968). *Ecological Psychology. Concepts and methods for studying the environment of human behavior.* California: Stanford University Press

BARON, S. (1989). Resistance and its consequences. The street culture of punks. *Youth & Society,* 21, 2, 207-237.

BASTENIER, A. (1989) *L'immigration au quotidien. Essai sur la fontcion sociale de la rumeur.* Bruxelas: Academia, édition et difusion.

BATESON, G. (1979). *Metadiálogos.* Lisboa: Gradiva

BAUDELAIRE, Ch. (1971) *Os paraísos artificiais.* Lisboa: Ed. Estampa.

BAUDRILLARD, J. (1987). La part maudite. *Le Courrier,* UNESCO, Julho, 7-9.

BEAN, P. e WILKINSON, C. (1988) Drug taking, crime and illicit supply system. *British Journal of Addiction,* 83, 533-539.

BECKER, H. (1963). *Outsiders - studies in sociology of deviance.* Nova Iorque: The Free Press of Glencoe, inc.

BECKER, H., e MCCALL, M. (1990). *Symbolic interaction and cultural studies.* Chicago: The University of Chicago Press.

BERGER, G. (1992) A investigação em educação: modelos socio-epistemológicos e inovação institucional. *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação,* 3/4, 23-36.

BLUMER, H. (1969). *Symbolic interactionism. Perspective and method.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

BOISHUE, J. de (1995) *Banlieue mon amour.* Paris: La Table Ronde.

BOURDIEU, P. (1989) *O poder simbólico* Lisboa: Ed. Difel.

BOURDIEU, P. (1991). Introduction à la socioanalyse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 90,* 3-5.

BOURDIEU, P.(1991) L'ordre des choses. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 90,* 7-19.

BOURDIN, d'A. e HISCHHORN, M. (1985). *Figures de la ville: autour de Max Weber.* Paris: Aubier.

BOURGOIS, Ph. (1992) Une nuit dans une "shooting gallery": une enquête sur le commerce de la drogue à East Harlem. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* 94, 59-88.

BOURGOIS, Ph. (1996). *In search of respect.* Cambridge: Cambridge University Press

BRAKE, M. (1985). *Comparative youth culture.* Londres e Nova Iorque: Routledge & Keegan Paul Ltd.

BRANTINGHAM, P. e BRANTINGHAM, P. (1981). *Environmental criminology.* Londres: Sage Publications

BREWER, J. e HUNTER, A. (1989) *Multimethod research: a synthesis of styles.* Nova Iorque: Sage Publications.

BRONFENBRENNER, V. (1979). *The ecology of human development.* Cambridge: Harvard University Press

BROCHU (1994) Consommation de psychotropes et questions criminelles. In Denis Szabo et Marc Leblanc (Eds), *Traité de Criminologie Empirique.* Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal.

BROWN, B. (1987) Territoriality In D. stocols e I. Altman (Eds.) *Handbook of environmental Psychology.* E. U. A. John Willey &Sons

BROWN, M. e PERKINS, D. (1992) Disruptions in Place Attachment. In I. Altman & S. M. Low (Eds.) *Place Attachment. Human Behavior and Environment. Advances in Theory and Research.* Nova Iorque e Londres: Plenunm Press.

BURILLO, F. e ARAGONÉS, J. (Eds.) (1986) *Introducción a la psicologia ambiental.* Madrid: Alianza Editorial.

CABEÇADAS, M. (1994). A prevenção das toxicodependências em contexto pluricultural: factores de risco e factores de equilíbrio nas comunidades Cabo-Verdianas imigradas em Portugal. *Antropologia Portuguesa,* 12, 137-153.

CABRITA, A. (1988). O meio e a qualidade do habitat residencial. *Psicologia,* VI, nº 3, 283-306.

CARDOSO, A. (1993). *A outra face da cidade: pobreza em bairros degradados de Lisboa.* Câmara municipal de Lisboa.

CARDOSO, A. e PERISTA, H. (1994). A cidade esquecida. Pobreza em bairros degradados de Lisboa. *Sociologia - Problemas e práticas,* 15, 99-111.

CASANOVA, J. (1995). Uma avaliação conceptual do habitus. In *Sociologia - Problemas e Práticas.* Nº18, 1995, pp 45-68.

CERTEAU, M. (1980). *Arts de Faire.* Paris: UGE.

CHAMPAGNE, P. (1991) La construction médiatique des "malaises sociaux". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* 90, 64-75.

COHEN, S. (1972). *Folk devils and moral panic.* Londres: Blackwell.

COHEN, S. (1988). Visiones de control social. Barcelona: PPU editores.

COLLIER, J. (1973) *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa.* São Paulo: E.P.U.

COLLINS J. (1990) Summary Thoughts About Drugs and Violence. National Institute on Drug Abuse Research: *Monograph Series.*

COMAS, D. (1981). Para una sociologia de las toxicomanias. Panorama y alternativas metodológicas en el estudio de los aspectos sociales y culturales del consumo de drogas en España. Zaragoza: comunicação ao I Congresso de Sociologia, Set.

COMAS, D. (1984). Las bases simbólicas de la conception del uso de drogas como enfermedad. San Sebastian: comunicação ao III Congresso da Antropologia.

COMAS, D. (1985). *El uso de drogas en la juventud.* Barcelona: Publicaciones de Juventud y Sociedad, S. A.

COMAS, D. (1986). Uso de drogas: del paradigma lewiniano al nuevo rol de las expectativas simbólicas. *Jano*,30, 17-22 .

COOPER, D. (1974). *A gramática da vida.* Trad. portuguesa de 1979 p. editorial Presença, Lisboa.

COPANS, J. (1974) *Críticas e políticas da antropologia.* Ed. 70, Lisboa.

COPPEL, A. (1994) Bagneux - Enquête dans le quartier de Blagis. In M. Schiray (Ed.) *L'économie souterraine de la drogue.* Ed. Conseil National des Villes.

COSNIER, J. (1987) Les interactions dans la vie quotidienne - perspective etho-anthropologique. Publication de l' A.R.I.C. (Application des Recherches sur les Interactions et la Communication) (brochura).

COULON, A. (1992) *L'École de Chicago.* Paris: PUF

CRAVEIRO, J. e MENEZES, M. (1993). Ecologia social de um bairro degradado de Lisboa: a Quinta da Casquilha nas vésperas da mudança. *Estruturas sociais e desenvolvimento.* Actas do II congresso português de sociologia. Vol.II.

DEBUIST, Ch. (1990). Présentation et Justification du thème. In *Acteur Social et Delinquence* , obra colectiva. Bruxelas: Mardaga Editeurs.

DELARUE, J. (1991) *Banlieues en difficultés: la relégation.* Paris: Syros/Alternatives.

DELRIEU, A. (1988) *L'inconsistance de la toxicomanie - contribution à l'histoire des discourses et des pratiques médicales.* Paris: Navarin Editeurs.

DENZIN, N. (1989). *Interpretive interaccionism.* Califórnia: Sage Publications.

EIBL - EIBESFELDT, I. (1989). Human ethology. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.

EHRENBERG, A. (1991). *Individus sous influence. Drogues, alcools, médicaments psychotropes.* Paris: Éditions Esprit.

EHRENBERG, A. (1992). *Pensons la drogue, pensons les drogues.* Vol III. Paris: Ed. Descartes.

EHRENBERG, A.; MIGNON, P. (Eds.) (1992) *Drogues, politique et societé.* Paris: Le Monde Éditions & Éditions Descartes.

ESCOHOTADO, A. (1989) *Historia general de las drogas.* Madrid: Alianza Ed. (3 vols.).

ESCOHOTADO, A. (1990). *El libro de los venenos* :Madrid: Mondadori.

ESCOHOTADO, A. (1996). *História elemental de las drogas* Barcelona: Anagrama.

ESPINOSA, E. (1989). *Delitos sin víctima. Ordem social y ambivalencia moral.* Madrid: Alianza Editorial

EVANS-PRITCHARD, E. (1972). *A antropologia social.* Lisboa: Ed. 70.

FARBERMAN, H. (1979). The Chicago School: continuities in urban sociology. *Studies in Symbolic Interaction,* 2, 3-20.

FATELA. J. (1992) *Drogue, micro-economie et pratique urbaines en France.* Conselho de Europa: Grupo Pompidou.

FAVARD, A. e OTTENHOF, R. (1990). Nouvelles approches de criminologie clinique. Aix-en-Provence: érès.

FEIXA, C. (1987) De joves, bandes i tribus. Les subcultures juvenils des de l'antropologia. *Antropologies,* 1, 32-42.

FEIXA, C. (1988) *La tribu juvenil - una aproximación transcultural a la juventud.* Torino: Editzioni d'Ochiello.

FERNANDES, L. (1990). *Os pós modernos ou a cidade, o sector juvenil e as drogas.* Porto: FPCE-UP.

FERNANDES, L. (1995) O sítio das drogas. Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos. *Toxicodependências*, 2, 22 - 32.

FERNANDES, L. e AGRA, C. da (1991) *Uma topografia urbana das drogas - estudo exploratório no Porto.* Lisboa: GPCCD.

FERNANDES, L. (1993) O gozo e a ganza: problematização. Jornal *Universitário do Porto*, nº 1, ano 8.

FERNANDES, L. (1993). Territórios psicotrópicos. In Cândido da Agra (Ed.) *Dizer a droga ouvir as drogas.* Porto. Radicário.

FERNANDES, L. (1996). Definition et ulilization de la notion de territoire psychotropique. In *Actas do simpósium "La ville, l'argent, la mort"* (no prelo)

FERNÁNDEZ, E. (1990) Una aproximación a las relaciones entre conductas adictivas y delincuencia en la población juvenil. *Comunidad y drogas*, 16, 39-49.

FERRAROTTI, F. (1981). *Histoire et histoires de vie.* Paris: Méridiens.

FEYERABEND, P. (1975). *Against method.*Londres: NBL.

FISCHER, G. (1994) *Psicologia social do ambiente.* Lisboa: Instituto Piaget.

FOUCAULT, M. (1969). *Archeologie du savoir.* Paris: Gallimard.

FRANÇOIS, J. (1990). Structures sociales, structures psychiques et activité du sujet. In op. col. *Acteur social et délinquance - Hommage au Professeur Christian Debuyst.* Bruxelas: Pierre Mardaga.

GAMELLA, J. (1993) Censo intensivo de los heroinómanos de un barrio de Madrid mediante métodos etnográficos. *Antropologia*, 4.

GARCÍA, S. (1991). Desigualdades sociales metropolitanas. In *La ciudad ante el 2000*, separata de Barcelona, nº15 (publicação periódica da Câmara de Barcelona).

GARFINKEL, H. (1967). *Studios in ethnomethodologia.* New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs.

GLASER, B. e STRAUSS, A. (1967) *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research.* Nova Iorque: Aldine dee Gruyter.

GOFFMAN, E (1963). *Estigma - La Identidad Deteriorada.* Buenos Aires: Amorrortu Editores

GOFFMAN, E. (1974) *Asilos, Prisões e Conventos.* São Paulo: Ed. Perspectiva.

GONZÁLEZ, C.; FUNES, J.; GONZÁLEZ, S.; MAYOL, I. e ROMANI, O. (1989). *Repensar las drogas.* Barcelona: GRUP IGIA.

GRAHAM, P. e CLARKE, J.(1996). Dangerous places: crime and the city. In J. Muncie e E. MacLaughlin (Eds).*The problem of crime.* Londres: Sage.

GUERRA, P. (1992) Tecido urbano actual - continuidade ou descontinuidade. *Sociologia* - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2, 145-175.

HALL, E. (1966). *The hidden dimension.* Double day

HALL, E. (1981). Proxémique. In Yves Winkin (Ed.), *La nouvelle communication.* Paris: Ed. du Seuil.

HALL, S. e JEFFERSON, T. (1983) *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain.* Londres: Hutchinson.

HAMMERSLEY, M. e ATKINSON, P. (1983) *Ethnography: principles in practice.* Londres: Tavistock Publications.

HAMMERSLEY, M. (1989). *The dilemma of qualitative method -Herbert Blumer and the Chicago tradition.* Londres e Nova Iorque: Routledge.

HANNERZ, U. (1986) *Exploración de la ciudad - hacia una antropología urbana.* México: Fondo de Cultura Económica.

HENWOOD, K. e PIDGEON, N. (1992) Qualitative research and psychological theorizing. *British Journal of Psychology,* 83, 97-111.

HUMMON, D. (1992). Community Attachment. Local sentiment and sense of place. In I. Altman & S. M. Low (Eds) *Place Attachment . Human Behavior and Environment: Advances inTheory and Research.* Nova Iorque and Londres: Plenum Press.

IMBERT, G. (1992) *Los escenarios de la violencia.* Barcelona: Icaria Editorial.

INGOLD, F. (1984). La dépendance économique chez les héroinomanes. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique,* 3, 331-338.

INGOLD, F. (1986). *La prise en charge medicale des toxicomanes et le reseau sanitaire specialisé: essay d'évaluation.* Rapport au Ministre Delegué chargé de la famille et de la santé (brochura).

INGOLD, F. (1987). La dépendence économique. *Science & Vie,* 160.

INGOLD, F. e INGOLD, S. (1988) Complementarité methodologique des approches quantitative et qualitative de la recherche dans le champ de la toxicomanie. *Bulletin de Méthodologie Sociologique,* 20, 33-48.

ITURRA, R. (1986). Trabalho de campo e observação participante. In Madureira Pinto e Santos Silva (Eds.) *Metodologia das Ciências Sociais.* Porto: Afrontamento.

JERVIS, G. (1979). *La ideologia de la droga y la cuestion de las drogas ligeras* Barcelona: ed. Anagrama.

Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro (1993) Características, limites e potencialidades de um espaço antigo em transformação. Porto: edição da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro.

KAPLAN, C. e GRUND, J. (1989). Epidémiologie et ethnographie. *Rétrovírus - la Revue du SIDA,* 3, 83-89.

KARDINER, A. (1939). *L'Individu dans sa societé, essay d'antropologie psychanalytique.* Paris:Gallimard.

KUHN, T. (1970). *La structure des révolutions scientifiques.* Paris: Flammarion.

KUHN, T. (1977). *A tensão essencial.* Lisboa: Edições 70.

LAGRANGE, H. e ZAUBERMAN, R. (1991). Introdution: du débat sur le crime et l'insecurité au politiques locales. *Déviance et Societé.* 15, 233-255.

LAHOSA, J. (1989). Los territorios del miedo. *Prevenció,* 3, 75-84.

LAKATOS e MARCONI (1982). *Metodologia científica.* S.Paulo: Ed. Atlas

LEVI-STRAUSS, C. (1976) *Antropologia estrutural.* Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

LEWIS, O (1982). *Los hijos de Sanches.* México: Gujalbo.

LINCOLN e CUBA (1985). *Naturalistic inquiry.* Beverly Hills: Sage Publications.

LYOTARD, J.-F. (1979). *La condition post-moderne.* Paris: Ed. Minuit.

MACHADO, P. (1994). A perspectiva ecológica em sociologia: abordagem de um paradigma e resumo de uma experiência de investigação sobre a cidade em Lisboa. In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento - actas do II congresso português de sociologia.* Lisboa: Editorial Fragmentos.

MAFFESOLI, M. (s. d.). *O conhecimento do quotidiano* Lisboa: Vega Editora.

MARCUS, M. (1994). Synthèse du colloque d'Antony. In M. Schiray (Ed.) *L'économie souterraine de la drogue.* Ed. Conseil National des Villes.

MATOS, F. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social,* 29, 677-695.

MATZA, D. (1969). *El processo de desviación.* Madrid: Ed. Taurus.

MERLEAU-PONTY, A. (1992) *O Olho e o Espírito.* Lisboa: Vega.

MORVAL, J. (1981) *Introduction à la psychologie de l'environment.* Bruxelas: Pierre Mardaga.

MUNCIE e McLAUGHLIN (1996). Dangerous places. In Muncie & McLaughlin*The problem of crime*

NASAR, J. e FISHER, B. (1993) "Hot spots" of fear and crime: a multi-method investigation. *Journal of Environmental Psychology,* 13, 187-206.

NEBREDA, B., SENDRA, J., PERALES, A. (1987) La imagen de la droga en la prensa española. *Comunidad y Drogas* , Dez. (Volume monográfico).

NOWLIS, H. (1975). *A verdade sobre as drogas.* Lisboa: Edição do GPCCD.

OGIEN, A e WEINENBERG, M. (1992). Le development de la recherch sociologique et ethnologique sur les pratiques de l'usage de drogues. In A. Ehrenberg e P. Mignon (Eds). *Pensons la drogue, pensons les drogues.* Vol.II. Paris: Éditions Descartes.

OLIEVENSTEIN, C. (1973). *Écrits sur la toxicomanie.* Paris: Ed. Universitaires.

OVELLET, L.; JIMENEZ, A.; JOHNSON, W; WIEBEL, W. (1991) Shooting galleries and HIV disease: variations in places for injecting illicit drugs. *Crime and Delinquency,* 37, 64-85.

PAIS, J. M. (1990) Lazeres e sociabilidades juvenis - um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social,* 25, 591-644.

PETRAITS, J.; FLAY, B. e MILLER; T. (1995). Reviewing theory of adolescence substance use: organizing pieces in he puzzle. *Psychological bulletin,* 117, 67-86.

PLATT, J. (1983) The development of the "participant observation" method in sociology: origin, myth and history. *Journal of the History of the Behavioral Sciences,* 19, 379-393.

POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S.; RAIBAUT, P. (1983). *Les récits de vie - théorie et pratique.* Paris: PUF.

PROSHANSKY, H. (1976). The appropriation and misapropriation of space. In Korosec- Serfay (Ed.) *Proceedings of the 3rd international Architectural Psychology conference at L. Pasteur University,* Strasburg, June 21-25.

PROSHANSKY, H., FABIAN, A. e KAMINOFF, R. (1983) Place Identity: Physical World Socialization of the Self. *Journal of Environmental Psychology,* 3(1): 57-83.

PROST, A. (1990). Fronteiras e espaços do privado. In Philippe Ariés e Georges Duby (Orgs.) *História da vida privada (Vol. 5).* Porto: Edições Afrontamento.

RÁCZ, J. (1992). Drug use by the members of youth subcultures in Hungary. *The International Journal of the Addictions,* 27(3), 289-300.

REMY, J. (1990) La ville cosmopolite et la coexistence inter-ethnique. In Bastenier, A. & Dassetto, F. (eds.), *Immigrations et nouveaux pluralismes: une confrontation de societés.* Éditions Universitaires/De Boeck Université.

RENAUD, A. (1991) Individu, dependence et autonomie. In Ehrenberg, A. (Ed.) *Individus sous influence. Drogues, alcools, médicaments psychotropes.* Paris: Éditions Esprit.

RODRIGUES, A. (1985). O público e o privado. *Revista de Comunicação e Linguagem*, 2, 7-14.

RODRIGUES, A.; OLIVEIRA, P.; OLIVEIRA, T. (1995) *Comunidade reactivada, um espaço de juventude.* Porto: edição da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro.

ROGERS, C. (1961). *Tornar-se pessoa.* Trad. portuguesa de 1985. Lisboa: Moraes Editores.

ROGERS, C. (1985). *Reinventer le couple.* Paris: Éditions Robert Laffont.

ROMANI, O. (1982). *Droga i subcultura. Una história cultural del "haix" a Barcelona (1960 - 1980).* Tese de doutoramento, departamento de Antropologia Cultural da Universidade de Barcelona, não publicado.

ROMANI, O. (1983). *De peito aberto.* S. Paulo: Editora Brasiliense.

ROMANI, O. (1989). *Presa de contacte amb els drogodependents d'alt risc.* Barcelona: Ajuntament de Barcelona. (não publicado)

ROMANI, O.(1990). *Presa de contacte amb grups de drogodependents d'alt risc.* Barcelona: Institut Municipal de Salut Pública.

ROMANI, O. (1995) Etnografia y drogas, Discursos y practicas. *Las adicciones. Hacia un Enfoque Multidisciplinario* (para publicação no Vol. III deste periódico).

ROSE, D. (1990) *Living the ethnographic life.* Newbury Park: Sage Publications.

RUPP, J. (1995). Les classes populaires dans un espace social à deux dimensions. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 109, 93-97.

RUSSELL, J. e WARD, L. (1982). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 33, 651-407.

SANABRA, F. (1986) Percepcion ambiental. In Florencio J. Burillo e Juan I. Aragonés (Eds.) *Introducción a la psicología ambiental*. Madrid: Alianza Editorial.

SANGRADOR, J. (1986). El medio fisico construido e la interacción social. In Burillo e Aragonez (Eds.) *Introducción a la psicologia ambiental*. Madrid: Alianza Editorial.

SANTOS, B. (1980). O discurso e o poder - ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, nº especial de homenagem ao prof. José Joaquim Ribeiro.

SANTOS, B. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Ed. Afrontamento.

SENNA, A. (1887). *Relatório do serviço médico e administrativo do HCF relativo ao 1º biénio (1883-1885)*. Porto: Hospital Conde Ferreira.

SHIELDS, R. (1991). *Places on the margin: Alternative geographies of modernity*. Londres: The international library of sociology.

SCHIRAY, M.; LALAM, N. ; MAYOUX, M. (1994). Argenteuil. Enquête dans le quartier du Val d'Argent. In M. Schiray (Ed.) *L'économie souterraine de la drogue*. Ed. Conseil National des Villes.

SKINNER, B. (1971). *Para além da liberdade e da dignidade*. Lisboa: Edições 70.

SKINNER, B. (1982). *Tecnologia de la enseñanza*. Barcelona: Nueva Colección Labor.

SOCZKA, L. (1988) Ecologia social do risco psicológico em meio urbano. *Psicologia*, Vol. VI, nº 3, 307-346.

SPELER, G. e SIME, J. (1993) Antecipating environmental change: the relocation of a village and its psycho social consequences. *Journal of People and Physical Environmental Research*, 43:3-18.

SPENCE, L. (1991). Des havres de sécurité?. *Déviance & Societé*, 3, 317-328.

STOKOLS, D. e ALTMAN, I. (1987) *Handbook of Environmental Psychology.* E.U.A.: John Willey & Sons.

STOKOLS, D. (1987). Conceptual strategies of environmental psychology. In D. Stokols e I. Altman (Eds). *Handbook of Environmental Psychology.* E.U.A.: John Willey & Sons.

STOKOLS, D. (1992) Establishimg and mantaining healthy environments - toward a social ecology of health promotion. *American Psychologist,* vol. 47, nº 1, 6-22.

SUTHERLAND, E (1981) *Ladrones professionales.* Barcelona: Las Ediciones de la Piqueta.

SZAZS, T. (1974). *Cerimonial chemistry. The ritual persecution of drug addicts and pushers.* Nova Iorque: Anchor Press - Doubleday.

TAYLOR, R. (1992) The physical environment of street blocks and resident perceptions of crime and disorder: implications for theory and measurement. *Journal of Environmental Psychology,* 12, 21-34.

TOURAINE, A. (1982) *Pela Sociologia.* Lisboa: D. Quixote.

TORRES, A. ; WANSCHNEIDER, M. e SOUSA; P. da S. (1993). Pobres: modos de ser e de parecer. *Actas do II congresso português de sociologia.* Vol.II

TUAN, (1977) *Topophilia*

VANT, A. (1986) *Marginalité sociale, marginalité spaciale.* Paris: Éditions du CNRS.

VILLASEÑOR, A e ARGILAGA, M. (1993) Sistemas de codificacion. In Maria Teresa Argilaga (Ed.) *Metodologia observacional en la investigación psicológica.* Barcelona: P. P. V. Editores.

VEYNE, P. (1979). *Comment on écrit l'histoire.* Paros: Éditions du Seuil.

WACQUANT, L. (1992) The zone. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* 93, 39-59.

WALKER, A. e LIDZ, C. (1977) Methodological notes on the employment of indigenous observers. In Robert Weppner (Ed.) *Street ethnography* Beverly Hills: Sage Publications

WHYTE, W. (1955) *Street Corner Society. The social structure of an italian slum.* Chicago: University of Chicago Press.

WICKER, A. (1979). *An introdution to ecological psychology.* Cambridge: Cambridge University Press.

WICKER, A. (1987). Behavior settings reconsidered: temporal stages, resouces, internaldynamics, context. In D. Stokols & J. Altman (Eds). *Handbook of environmental psychology.* E.U.A.: John Willey & Sons.

WILLIS, P. (1983). The cultural meaning of drug use. In S. Hall e T. Jefferson, (Eds.) *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain.* Londres: Hutshinson.

ANEXOS

ANEXO I

ESTUDO EXPLORATÓRIO

Este anexo inclui dois tipos de material: instrumentos que foram desenvolvidos para levar a cabo o trabalho etnográfico do estudo exploratório e informações de carácter socio-demográfico sobre o bairro onde decorreu o trabalho.

1. INSTRUMENTOS

Decorreu em simultâneo com o trabalho no bairro do Aleixo (a que decicámos todo o CAP. 4 da PARTE B) um outro, de recorte idêntico, no bairro da Sé. Havia por isso que uniformizar, pelo menos num certo grau, os procedimentos dos vários elementos da equipa de investigação. Para os pormenores de todo este processo, remetemos para a descrição detalhada em Fernandes e Agra (1991). Aqui incluimos somente os instrumentos que foram criados para a recolha de dados empíricos e para a sua análise: um guia das observações de terreno, um guião de entrevista para as histórias de vida e a respectiva grelha de análise de conteúdo.

GUIA DAS OBSERVAÇÕES

I. VENDA/CONSUMO

1. DE RUA.

2. DE INTERIORES.

• Quem?

Quem compra; quem vende?

(Sexo, idades, ocupação, outros dados biográficos gerais...)

• Onde?

(Não o nome mas o tipo de sítio: cruzamento, esquina, rua, porta do tasco ou café, W.C., casa de jogos/máquinas, residência particular,...)

• O Quê?

(Que droga consome/vende? No caso do consumo: pormenorizar o tipo de consumo, possíveis significados, funções/objectivos do consumo, como se insere na economia do quotidiano,...)

• Estilos/estratégias existenciais relativamente à venda e ao consumo:

(Como se consegue arranjar sempre o produto? Que estratégias pessoais implica? Que organização exige ao indivíduo? Como se processa o "abastecimento", para as drogas serem tão omnipresentes?

Enfim, elementos para uma organização subcultural da margem...)

II. OS CONSUMIDORES DE DROGAS REPRESENTAM...

1. OS MARGINAIS (referenciam-nos como marginais? Ou como consumidores de drogas? Ou como...)

2. AS INSTITUIÇÕES (os técnicos, as terapias, as campanhas que lhes são dirigidas, os discursos oficiais das drogas...)

III. OS CONSUMIDORES DE DROGAS CONSTROEM CAUSALIDADES.

- Sobre o porquê da venda, do consumo, da marginalidade...
- Sobre o porquê da dificuldade/facilidade em sair das drogas, ...

IV. ESTRATÉGIAS ESPONTÂNEAS DE CONTROLO DA DEPENDÊNCIA/DO CONSUMO.

1. **O que constatamos** (observação)
2. **O que nos dizem** (testemunhos, informantes privilegiados,...)

V. CARREIRA DE CONSUMIDOR.

- Momentos importantes para o sujeito na sua iniciação e na progressão no "mundo" das drogas.
- Relações transgressão/norma: todo o indivíduo é "normal", mesmo quando exerce a desviância "a tempo inteiro". Como gere isso? Como se integra na cidade/como exerce a sua cidadania/como exerce os papéis ditos normais?
- Como reage o trabalho, a família? - <u>LIMIARES DE TOLERÂNCIA.</u>

	segrega		integra
A norma:		o desvio; este	a norma
	integra		segrega

Etiqueta

- (Labbeling) Episódios que o indivíduo identifique como importantes para estabelecer/construir/desenvolver a sua identidade de "drogado".
- Reacção pessoal à etiqueta.

GUIÃO DA ENTREVISTA

- DATA(S) DA ENTREVISTA:	- REGISTO EM CASSETE:
- IDENTIFICAÇÃO:	

- IDADE
- SEXO
- NATURALIDADE
- PROFISSÃO
- ESTRUTURA DO GRUPO COM QUE VIVE HABITUALMENTE
  - SOLTEIRO
  - CASAL
  - COM A FAMÍLIA (neste caso, transitar para o item seguinte)
  - OBSERVAÇÃO SOBRE DINÂMICA/FUNCIONALIDADE DO GRUPO
- DADOS DA FAMÍLIA DE ORIGEM
  - IDADE APROXIMADA DOS PAIS
  - ACTIVIDADE/PROFISSÃO DOS PAIS
  - ORIGEM DOS PAIS (rural/citadina/outras)
  - ESTUDOS/NÍVEL CULTURAL
  - ESTRUTURA FAMILIAR (nº de irmãos; posição na fratria)
  - OBSERVAÇÕES SOBRE DINÂMICA/FUNCIONALIDADE DA FAMÍLIA (estabilidade/instabilidade, situações problemáticas/patológicas...)
- ZONA DA CIDADE ONDE VIVE
  - TIPO DE INSERÇÃO NA ZONA (passa lá muito tempo? Só lá dorme? Frequenta o café de lá? Tem grupo de amigos?)
  - COMO REPRESENTA A ZONA (expressões afectivas que indiquem aproximação/implicação com a zona, ou distância, desligamento, negativismo face ao local e às suas gentes ...)
  - GRUPOS DE AMIZADE/CONTACTOS (características, idades, local onde "páram", o que dizem...)
  - "EMIGRAÇÕES" (dentro da mesma cidade para bairros/zonas distintos; para outras cidades...)
  - HISTÓRIA ESCOLAR (habilitações; detectar conflitos objectivos).

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

NOTA: a grelha que se apresenta é uma adaptação feita em função dos objectivos deste trabalho duma grelha que o Centro de Ciências do Comportamento Desviante tem vindo a construir a longo de anteriores trabalhos.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS		INDICADORES
EXPERIÊNCIA VIVIDA E	ELEMENTOS BIOGRÁFICOS b		Referências diacrónicas ao seu percurso escolar, profissional, geral; mensagens adjectivas, indicadores subjectivos, com tonalidade afectiva; toda a referência à experiência pessoal, indicadores léxicos como "eu", "nós"...;
	DAS DROGAS d	TIPOS DE USOS	Referência ao tipo de droga, ao tipo de consumo, aos efeitos; qualificações atribuídas a estes/elementos experienciais afectivos; iniciação, primeiros contactos, trajectória
		GESTÃO DEPEND.	Referências às maneiras utilizadas para controlar ou abandonar o consumo; referências às causas das recaídas.
		SIGNIFICADOS DOS CONSUMOS	Funções das drogas; simbolismos associados aos usos; significados do consumo/ /da droga
SABER DAS DROGAS Sd	TIPOS DE USOS		Em S cabe tudo o que releve da informação de teor cognitivo, e não, como em E do experiencial - p.e. estratégias para obtenção das drogas; sistema causal do sujeito sobre o consumo/dependência; etc.; de um modo geral mantêm-se os temas referidos nos indicadores de E, mas agora de teor cognitivo.
	GESTÃO DA DEPENDÊNCIA		
	SIGNIFICADOS DOS CONSUMOS		
ÉTICO E CULTURAL EC	REACÇÕES SOCIAIS rs		Referências ao que pessoas ou instituições pensam de quem consome drogas; a sua consciência pessoal sobre as representações sociais dos outros àcerca das drogas; referência aos seus sentimentos perante tais representações.
A	IMAGENS CULTURAIS ic		A sua visão pessoal sobre o fenómeno droga; mensagens que impliquem julgamentos/atitudes face a ele - tanto daquilo que vê como do seu próprio comport.
INSTITUIÇÕES I	NO GERAL	CUIDADOS cu	Em I cabem todos os enunciados acerca das instâncias de controle oficial das drogas, desde os de simples comentário ou informativos aos de juízo avaliativo.
	TÉCNICOS		
	TRATAMENTO		
	POLÍCIA	REPRESSÃO re	
	JUSTIÇA PENAL		

2. RECOLHA DE DOCUMENTOS ÀCERCA DO BAIRRO DO ALEIXO

1. IMPRENSA

Consultaram-se os jornais O Público desde o seu primeiro número até ao final do ano (1990), e o Jornal de Notícias de Outubro a Dezembro de 1990. Em todo o material consultado, encontramos apenas um artigo (do J. N.) que se referia detalhadamente ao Aleixo. As palavras-chave acerca da realidade deste espaço urbano eram: degradação física do espaço, lixo, problemas de habitação, desenraizamanto, vandalismo, consumo de drogas. O bairro, no seu todo, era apontado como exemplo do desleixo e degradação a que são votados os espaços urbanos.

2. DADOS SOCIO-DEMOGRAFICOS DA POPULAÇÃO

Mapas caracterizadores dos aspectos humanos do bairro, fornecidos pela Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, são apresentados nos quadros I a V das páginas seguintes.

A gradecemos à Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, na pessoa do seu assistente social Agostinho Rodrigues, a colaboração prestada, sem a qual nos teria sido difícil aperceber determinados aspectos da realidade social do Aleixo.

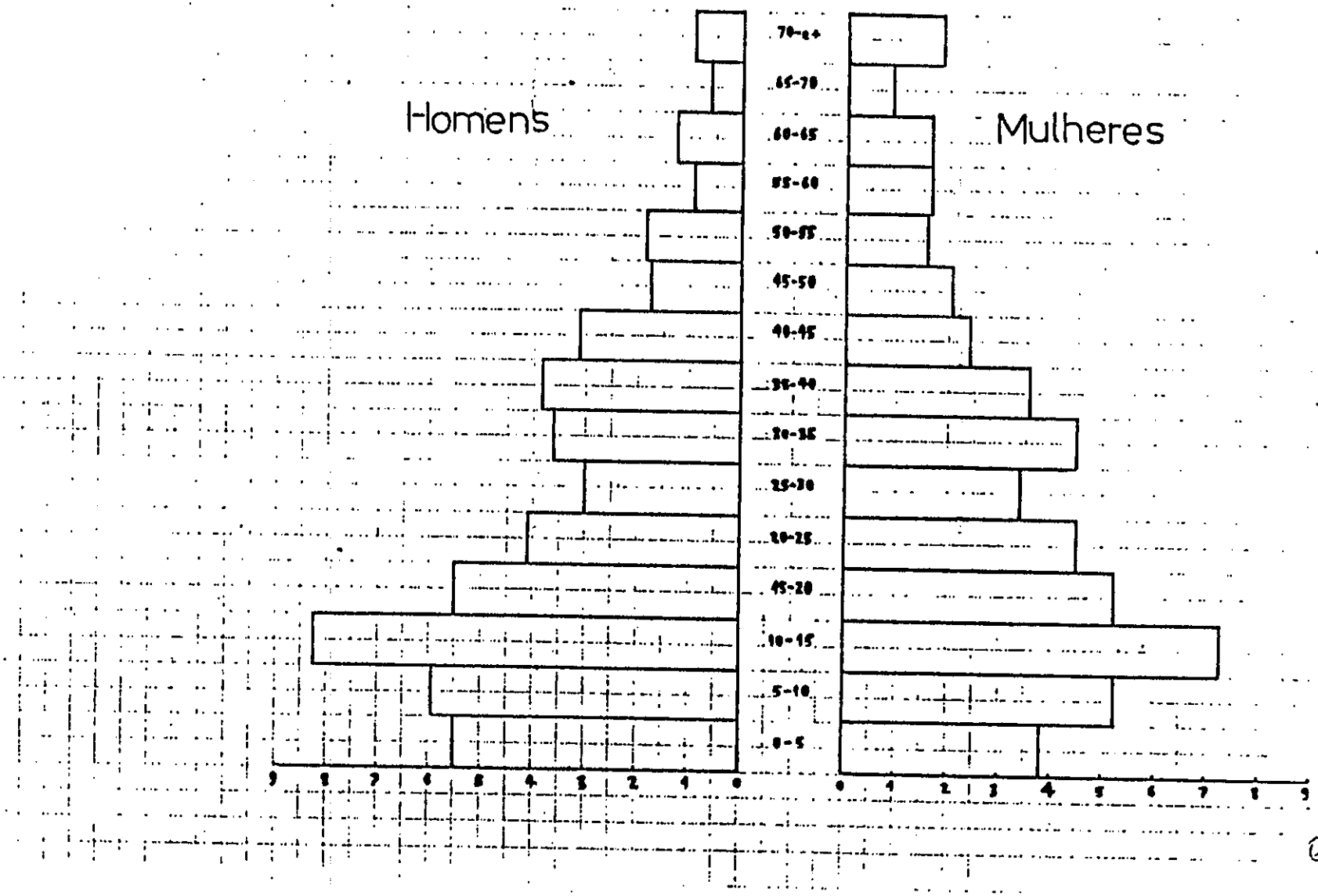
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

Universo: 1917

População Activa 628 (41,4%)	Empregada 461 (73,4%)		
	Desempregada 167 (26,6%)	À Procura de 1º Emprego	52
		Outros	115
População Inactiva 684 (45%)	Estudantes		358
	Domésticas		209
	Reformados		106
	Outros		11

Quadro I

PIRÂMIDE ETÁRIA - BAIRRO DO ALEIXO



Quadro II

POPULAÇÃO INFANTIL COM IDADE ESCOLAR

Onde ficam as crianças durante o período em que não estão na escola / Classe etária	Frequentam ATL		Ficam em casa		Ficam em casa de familiares		Ficam em casa de vizinhos		Andam na rua		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
6 - 8	-	-	19	9	-	3	-	-	11	4	46
8 - 10	4	6	15	30	1	2	1	1	15	2	77
10 - 12	2	4	31	27	6	4	-	1	21	11	107
12 - 14	6	1	20	16	3	2	-	-	16	6	70
Total Absoluto	12	11	85	82	10	11	1	2	63	23	300
Total Relativo	7,7		55,7		7		1		28,6		100

Gráfico II

DELINQUÊNCIA
(Tipo de Infracção)

Está ou esteve Preso / Sexo — Motivo	Está Preso		Esteve Preso		Total
	M	F	M	F	
Consumo de Estupefacientes Furto	—	1	3	—	4
Furto	2	—	5	—	7
Consumo de Estupefacientes	1	—	1	—	2
Tráfico de Estupefacientes	—	—	1	—	1
Problemas Políticos	—	—	1	1	2
Problemas no Serviço Militar	—	—	2	—	2
Multas	—	—	1	—	1
N/ refere	1	—	3	—	4
Total	4	1	17	1	23

Quadro IV

Opinião / Local de Origem	Opinião quanto à Casa		Opinião quanto à população residente	
	Positiva	Negativa	Positiva	Negativa
S. NICOLAU	47	23	9	57
SÉ	3	–	–	1
LORDELO DO OURO	1	–	–	1
VITÓRIA	1	–	–	1
Sto ILDEFONSO	1	–	–	1
GAIA	–	1	–	–
MATOSINHOS	1	–	–	1
TOTAL	54	24	9	62

Quadro V

ANEXO II

O DIÁRIO DE CAMPO

Este anexo destina-se a pormenorizar elementos sobre a constituição do diário de campo. Ao longo do texto fomos fazendo referência ao modo do investigador se organizar no terreno, desde os aspectos temporais ao desenvolvimento da sua socialização numa cultura específica.

O diário de campo é, precisamente, uma peça-chave neste processo de organização: ordena-se, através do fio narrativo, a dispersão de acontecimentos do dia-a-dia. Mas não se ordena apenas o dado descritivo - ordenam-se uma série de cognições e de sentimentos que constantemente se produzem no contacto permanente com a vida social do local. Escrever estas notas de terreno é, portanto, processo de construção de sentido. Mas este processo tem de construir, no seu interior, formas de auto-controle, de modo a tornar pertinente aquilo que se regista e a evitar obstáculos epistemológicos (por exemplo, afectar o registo observacional com o clima emocional gerado no observador pelos próprios factos).

O processo de auto-controle fundamental que utilizámos ao passar a experiência etnográfica para discurso escrito foi o de separar claramente as modalidades narrativas. O labor de passar à escrita o dia, cada dia, do etnógrafo, provou-nos desde cedo que seria empobrecedor utilizar apenas uma modalidade de texto. Não rejeitámos, por isso, o comentário impressivo, a

reflexão existencial ou o esboço teórico. Ao ler o que outros etnógrafos escrevem sobre como escrever notas de terreno, demo-nos conta de que sentiram a mesma necessidade. Na rememoração do dia anterior estes registos misturam-se. A nossa memória é multi-género: ao evocar visualmente uma cena, procurávamos registar "fotograficamente" a interacção; mas logo assomavam evocações do plano emocional envolvido, tanto o expressado, mesmo não verbalmente, pelos actores, como o nosso próprio; e logo surgia relação entre a cena e outras anteriores; ou entre todas e um elemento teórico que lhes dava coerência, sugerindo de imediato esboço conceptual - era então momento de produzir "grounded theory" ao estilo do que recomendavam Glaser e Strauss...

Escrever notas de campo é disciplinar o acontecer simultâneo das várias memórias que se cruzam na rememoração dos factos. A organização de várias modalidades narrativas é a estratégia que nos parece adequada. Numa mesma manhã de escrita,[1] começando com o registo das observações o mais descritivo, denotativo e factual possível, íamos efectuando outros tipos de narrativa à medida que a "parasitagem" doutras evocações mnésicas ia sucedendo. Estes vários registos eram, porém, colocados em separado. A escrita passava, assim, dum modo flexível, duns compartimentos do diário a outros, procurando respeitar a dinâmica do processo evocativo e evitando reduzir o dado empírico ao "facto".

Dan Rose (1990) reflecte sobre a evolução das práticas etnográficas e considera que nos últimos vinte anos têm sofrido uma grande transformação. Um dos vectores dessa transformação é o da escrita; haveria um número crescente de etnógrafos a construir as suas notas de modos heterogéneos - etnografia com assento no narrativo, próximo da construção própria à novela,

---

[1] Demo-nos também conta de que os etnógrafos gostam de escrever de manhã; um deles confessa que à noite já estava bêbado para o fazer... (Dan Rose, 1990).

e assente na co-habitação de géneros. De acordo com este autor, "A novela invadiu a monografia científica e transformou-a, não através do uso de ficção, mas através da descrição dos cenários, da narração das histórias dos indivíduos locais, da utilização do diálogo (...) da notação de emoções e reacções subjectivas e envolvimento do autor nas actividades em curso. Bakhtin mostra-nos que a novela (a história) inclui uma consciência em vários estratos, coordenadas temporais radicais e um contacto máximo com o presente. Estas características estão a ser mais usadas na *etnografia narrativa*".Dan Rose conclui com uma convicção que também desejaríamos que acontecesse: "A minha ideia é de que o futuro da etnografia (...) será uma construção polifónica, heterotemática e multi-género, incluindo:

- a voz do actor e as suas reacções emocionais;

- mini-ensaios críticos, teóricos e humanistas que abordam e avançam a literatura ou sub-literatura específica das ciências humanas ou de disciplinas particulares;

- as conversas, as vozes, as atitudes, os tipos visuais, os gestos, as reacções e as preocupações da vida quotidiana das pessoas com quem o autor participa, observa e vive, tomarão a forma de narrativa e de discurso no texto - existirá um *story line*;

- a poesia juntar-se-á à prosa;

- fotografias e desenhos, esboços, assumirão uma nova e mais íntima relação com o texto - não servirão para ilustrar o texto, mas para documentar dum modo próprio aquilo que as palavras documentam do modo que lhes é próprio;

- as junções (cruzamentos) entre os géneros analítico, ficcional, poético, narrativo e crítico serão claramente assinaladas no texto, mas cohabitarão com o mesmo volume (livro, peça)".

Utilizámos cinco modalidades narrativas básicas. O diário de campo tem, deste modo, cinco partes, que foram sendo escritas em simultâneo. A seguir pormenorizamos cada uma delas, transcrevendo excertos das notas de modo a exemplificarmos cada uma das partes.

1. OBSERVAÇÕES

Esta é a parte mais extensa do diário. Já vimos (Cf. PARTE A, CAP. 3) como o tipo de observação pode variar conforme as circunstâncias e as oportunidades, desde uma observação directa distanciada e desimplicada em situação de anonimato até a uma observação participante demorada e intensa, na posição de co-actor (*overt* ou *covert*).

> Nº DE PÁGINAS: 340

> INÍCIO E FIM: 28/OUT/92 A 27/JUN/93

> IDAS POSTERIORES À PERMANÊNCIA CONTÍNUA NO TERRENO: 22/JUN/94, 28/JUN/94, 29/JUN/94, 7/MAR/95, 9/MAI/95.

25/OUT "Eu e o J.A. entramos no Bigodes, está o dia mesmo a desaparecer e tempo chuvoso. Está cheio de homens - exclusivamente homens - que comem petiscos e bebem. Homens "do povo", casacos grossos e boné alguns deles. Sentamo-nos na mesa de um, que terá mais ou menos 65 anos e lê um jornal desportivo. Comemos sandes e iscas e cerveja com Seven-Up.

Reparo como a frequência deste espaço, a típica tasca tradicional à beira-rio com calendários nas paredes e petiscos tipo sandes de rojão ou de iscas, é também ela tradicional: velhos, também homens dos 40-50 anos, alguns de sapatilhas. E como é ao mesmo tempo local de frequência de *drugs*. Já o

verifiquei pessoalmente e já mo disseram vários que lá vão... Na TV toca, ao chegarmos, um videoclip de David Byrne, "Girls on my mind" - símbolo da sofisticação pós-moderna... Ninguém parece prestar-lhe atenção...

Permanecemos aqui mais ou menos 45 minutos. Como não ocorre "nada", o J.A. decide irmos dar uma volta ao bairro do Aleixo".

29/OUT "Começa, depois, a falar-se das idas à caça para Trás-os-Montes, que o J.A. faz. Diz o "Ch.":

- Também já vivi em Chaves. Gostava era de andar a cavalo, pá. [faz o gesto do galope]. Fartava-me de andar. Grande charuto, óculos Ray-Ban, boné, era à gringo. Todo fora da carola e ali a andar a cavalo. Havia um cavalo e uma égua. Eu gostava mais da égua. Era mais mansinha. Então em vez de gastar tudo no cavalo não podia agora ter 2 ou 3 cavalos daqueles? [risos].

(...)

- É verdade, as tuas motas? - pergunta o J.A.

- Ei, tinha uma 125 e uma 50 - responde o "Ch."

- Que lhes fizeste?

- Destilei-as. (sorri) Estão destiladas".

10/NOV. "O R.S. deixa, por mais duma vez, a imagem de que o bairro do Aleixo "já foi", o Pinheiro Torres "já foi":

- Os lugares vão mudando, uns são presos, outros deixam o negócio. Dantes era o Pinheiro Torres, agora é a Mitra, é a Pasteleira... O café "N." já foi... Os indivíduos que lá estavam agora trabalham cada um no sítio onde mora. Houve um tempo em que se pensava que eles iam dar droga p'rá porta dos liceus. Agora já não saem de casa, é à porta da casa. Cada gajo que estava no "N.", por exemplo, dispersou e foi montar o seu pequenino foco à porta de sua

casa. Que depois já não é tão pequenino como isso, e se calhar a coisa ainda se espalha mais. Dantes, para comprar alguma coisa era preciso ir aqui ou ali. Agora há em todo o lado, quase que basta bater as palmas e os gajos até vêm trazer a casa".

24/NOV. "Miradouro de Sta. Catarina. Deslocamo-nos, a pé, até esta colina donde se dominam alguns dos bairros de Lordelo do Ouro (por exemplo, a Previdência, a mata dos barracos, o Pinheiro Torres) e a Foz do Douro, Cantareira ao fundo, "na zona chamada dos pilotos", conforme me informa o R.S. Mais perto de nós, o Jardim do Calém. Visão magnífica, luzes no escuro da noite, e o rio no encontro com o mar. Gaia em fundo, é só uma linha escura do outro lado do rio. Chove (embora pouco) e o vento, em rajadas, é de tal ordem que os nossos corpos abanam a cada rajada. Diz-me o R.S. (com agrado e saudade):

- Antigamente era para aqui que vínhamos. Deus me livre. E então com ácido? Um gajo ter isto tudo ao alcance da mão! Vês esta paisagem toda? Estas casas, tudo? Sabes o que é tê-los ao alcance da mão, como uma maqueta, poderes mexer nelas?

E acrescenta:

- Às vezes dá-me umas saudades desse tempo!... As coisas que já se fizeram na vida..."

12/DEZ. "O R.S. sugere que eu vá comer uma sandes à Rua da Madeira, já que ainda não almocei. É um sítio das traseiras da cidade, cheio de indivíduos em mau estado físico, velhos alcoólicos, encostados às paredes dos tascos de longos sobretudos a apanharem sol. O cheiro a fritos de má qualidade é enjoativo. Quando passamos a passagem subterrânea de S. Bento já cheira aos tais fritos:

- Cheira bem - diz o R.S. - eu dantes almoçava muita vez aqui.

Entramos num tasco. Os tais personagens enjeitados da cidade habitam-no. Peço uma cerveja e um panado e vamos para um canto, numa barra de pé, comer. Ao lado, um homem de idade indefinível, com a cara congestionada de vermelho e as mãos inchadas e vermelhas, bebe um copo de vinho branco. Sinto um pouco de repulsa, procuro não reparar nele. Mas ele interpela-me:

- Esse pão aí é seu?

Refere-se a meio pão que está em cima da barra, mas que já lá estava quando cheguei, e digo:

- Não, de força!

Ele pega no pão e come-o. Depois, quando já vou a meio da minha sandes, pede-me um pouco. Digo:

- Espere aí um bocadinho...

Tiro mais uma dentada e passo-lha para a mão. Agradece e come-a avidamente, dizendo ainda: "Pagaram-me este copo."

12/DEZ. "Verifico que no quarto se desenrola uma grande actividade *drug*: o "C." retira uma prata dum rolo daqueles que se vendem no Continente para enrolar sanduíches e, colocando-a sobre uma cómoda, alisa-a com cuidado. Os 2 jovens preparam um chuto de heroína. Noto que o "C.", que se tinha ausentado por um curto momento, entra com um copo de água e uma colher, que dá a um dos jovens. Ele entala a colher numa gaveta da cómoda, de modo a que ela fique suspensa sem ser preciso segurá-la e, de cócoras, prepara a sopinha. O colega, na janela, aguarda. Eu, sentado na cama, observo. O jovem que prepara a sopa de costas tapa-me um pouco a visão da manobra com o próprio corpo. Mas não me mexo, para não demonstrar uma curiosidade excessiva. Vejo-lhe uma agulha na mão. Enquanto isso o "C.", de pé, já fuma a

heroína sobre a prata. Concluo então que não vai chutar. Pergunta-me se não quero e o R.S. diz "aqui o meu amigo não fuma".

- Óooh! Não fuma? - di-lo com ar de desdém um dos jovens, já com a seringa pronta. (...)

Ele dirige-se então para próximo da janela e inicia o pico. Quando termina, o colega dirige-se à colher e vai encher a máquina. Reparo que ela ainda tem um pouco de sangue do amigo dentro. (...)

Um dos jovens comenta que a heroína é boa, "esta sim, bate". O "C." reforça: "Eu não te dizia? Mas vocês julgam que estão com quem?"

Mais tarde, já depois dos jovens se terem ausentado, entendo porque os levou lá o "C.", já que não ia chutar - e portanto, em princípio, não teria interesse em meter chutadores em casa se também não fosse chutar. Diz-me o "C.":

- Sabes, vendi Nestum (termo de gíria para referir Noostan) aos gajos. Levaram Nestum, uma quarteira a um, ao outro...(esqueci-me). Roubei-os, pá, era só Nestum, roubei-os.

Diz isto para mim, com os olhos a brilhar e auto-consciente do que tinha feito.

- Por isso hoje trouxe os rapazes para dar um pico de borla. Assim fica tudo bem. Foram 8 contos a um e 3 a outro. 11 contos, pá!

Compreendi então porque lhes disse o "C.", quando os jovens se despediam: "Agora já está, já não devo nada", ao que eles concordaram.

(...)

Por sua vez, o "C." define-os (aos jovens), já na sua ausência, como "pipis", "meninos finos", "de gente bem". Diz-me que já foi uma vez a casa de cada um deles e foi sempre bem recebido. O pai de um deles disse-lhe:

- 'Antes quero que os meus filhos andem a drogar-se do que sejam paneleiros!'

Sim, que o mais velho é bibi, o velhote lá sabe o que diz..."

19/JAN. "Depois de entrarmos na Associação Desportiva e Recreativa da Pasteleira e bebermos um copo ao balcão, saímos. Enquanto o R.S. retorna lá dentro para conversar com um indivíduo, eu e a I. ficamos cá fora, em plena "zona quente". Vários indivíduos estão aqui. Um deles, de cabelo comprido negro e sapatilhas, com ar de *freak* da "underclass", calças de ganga muito sujas e folgadíssimas no rabo, olha-me com alguma insistência. É gente *drug*, já o vou sabendo e confirmá-lo-ei pelo que o R.S. me diz a seguir:

- Quando fui lá dentro uns indivíduos perguntaram-me se os meus amigos não precisavam de nada. É sinal de que já são aceites. Não se pergunta assim sem se saber quem é ou quem não é... Se vocês não estivessem comigo... Agora para estas zonas, vindo com uma pessoa como eu..."

28/MAI "Depois de jantar no NHAC-NHAC com a M., por companhia a alta burguesia portuense (encontro uma colega de curso com o marido, estacionaram o Range Rover à porta e vêm, muito elegantes...). Sigo, com o J. Selvagem (morador em frente aos barracos, mas do lado "fino" da Pasteleira) e a M., no carro desta, para o bairro da Pasteleira, onde combinei o encontro com o R.S.

Chego e encosto na esquina que faz fronteira entre o bairro da Pasteleira e o bairro Gomes da Costa. Vejo logo aproximarem-se dois vultos: o R.S. e - surpresa! - o "C.". Este dirige-se a mim com um ar muito sério (no seu aspecto já de si um caso sério...) e diz:

- Não sabes o que aconteceu?

- Quê?

- Morreu o pai do R.S.

- Não sabia!

- Pois não! Pois não! (parece zangado, mas sei que não está - é assim o seu modo de falar). Ele não te quis dizer...

Desloco-me até ao R.S., que veste todo de preto (tal como o "C.", mas este de camisa branca) e falo com ele. As conversas rituais neste tipo de circunstâncias. Estamos, os 5, de pé, na estrada, ao pé do automóvel. Reparo que o "C.", de repente fitando pelo sobrolho um Autobianchi preto que acaba de parar em frente a nós, diz para o R.S.:

- Eh! Que é que aqueles dois querem?

Fala baixo, lado a lado com o R.S., virados para o carro (a 6-7 metros de nós) mas como se não o vissem. O R.S., olhando o chão, olhando noutras direcções, como se não estivesse a ver aquilo de que fala, diz:

- É o "mexicano" e o outro chui.

Tomo então consciência de que se trata de 2 polícias. Não o diria: num Autobianchi pequenino, utilitário... Pergunto-me como o detectaram tão rapidamente o R.S. e o "C." - é o "faro" de quem tem de viver nos territórios acossados...

Note-se que os dois polícias se prostraram mesmo defronte do "largo", embora ainda fora do bairro. Claro que "espantaram a caça", pelo que já pude ir observando.

Decide-se então rapidamente ir tomar café ao Centro Comercial da Rádio Nova, como estratégia de sair dali, dada a presença incómoda dos polícias. Mas encaminhamo-nos sem pressas, em passo de passeio. Formam-se dois grupos: eu sigo mais à frente com o "C.", mais atrás o R.S., a M. e o J. Selvagem. Diz-me o "C.":

- Já estou aqui com duas bases. Já fumámos duas bases e uma quarta. E ainda há aqui qualquer coisa.

Di-lo com um ar de satisfação. Eu pergunto:

- Tens aí contigo?

- Tenho.

- Então quando viste os polícias ficaste à toa...

- Claro!"

2. NOTAS DE TERRENO

É a parte mais conceptual do diário. Regista as "descobertas" que o investigador vai fazendo. A etnografia consiste em descobrir sozinho aquilo que os de lá (de lá, da unidade de estudo) sabem há muito, dizendo-o depois no texto monográfico dum modo que os de lá nunca diriam. Assim, o investigador "descobre" um contexto há muito descoberto pelos nativos. E estes, se lerem o etnógrafo, descobrem um novo sítio no sítio que pensavam saber tudo.

Algumas partes das notas de terreno são utilizáveis directamente no texto final. Elas são, de algum modo, já resultados, e não os dados brutos dos registos de observação. São a "grounded theory" do diário de campo.

> Nº DE PÁGINAS: 241

> INÍCIO E FIM: 19.OUT. 92 - JUN.93

> IDAS POSTERIORES À PERMANÊNCIA CONTÍNUA NO TERRENO: 29.ABR.94; 22.JUN.94

> TEMAS:

1. OS ASPECTOS AMBIENTAIS

- características físicas e socio-ambientais dos bairros; comparação entre vários bairros (nomeadamente Aleixo, Pinheiro Torres e Pasteleira)

- movimentações quotidianas das pessoas

- pontos atractores das actividades e dos lazeres quotidianos

- importância da rua nos bairros

- relação entre os espaços "desviantes" e os convencionais

- marcação e apropriação do espaço: o público e o privado nos bairros

- as torres nas áreas residenciais de alto estatuto e as do bairro do Aleixo: comparação da ecologia social do prédio em altura nos dois casos; hipóteses sobre os efeitos diferenciais da construção em altura

- territórios "duros" das drogas: o que faz com que ele seja "duro"?

2. AS DROGAS

- tipos de drogas que circulam na rua; as mais abundantes, as que variam; como e porque preço se vendem

- quotidianeidade *drug*: tipos de interacção entre consumidores; o funcionamento do mercado de rua; convívios e socialização *drug*

3. ACONTECIMENTOS ESPECIAIS

- o funeral: rito e religiosidade; vivência do acontecimento numa família típica do bairro

- a sessão de fados na paróquia: lazer e arte populares

- intervenção da PJ nas roulottes do Aleixo

- rusga policial numa esquina de venda de psicotrópicos: estratégias de defesa dos actores das drogas; reacções e comentários dos *dealers*; efeitos destas acções na actividade do *deal*

4. O TEMA DA EXCLUSÃO SOCIAL NO INTERIOR DO BAIRRO

5. A "ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL" NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

6. O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA VIVIDO AO CONTRÁRIO: os TERRITÓRIOS ACOSSADOS, ou de como as "figuras ameaçadoras" andam ameaçadas.

ALGUNS EXCERTOS EXEMPLIFICATIVOS

11/DEZ. "Nova deambulação pelo bairro da Pasteleira acompanhado dum seu morador, o já habitual R.S.

Hoje evoluo mais um pouco no meu conhecimento do bairro: dado o bom tempo - frio de Dezembro, mas céu limpo e uma lua cheia espectacular a iluminar a noite - pode-se circular melhor, e há mais gente pela rua. Depois de ir à Associação Recreativa, o R.S. propõe-me ir conhecer um pequeno local, num bloco de habitação, onde vendem cervejas. Mais um poiso, portanto. E o que noto de especial?

- em primeiro lugar, o tipo de sociabilidade que este tipo de espaço promove; A configuração destes blocos de habitação social é algo diferente da do P.T. Assim, a "passerelle" a todo o comprimento das duas habitações que há em cada andar, espécie de varanda para a rua, promove facilmente a reunião, fazendo da saída da habitação um espaço facilmente habitado por convivas, de algum modo público. Nas habitações, parece-me, não há maneira de não comunicar com este local: tanto a porta como três janelas de cada apartamento comunicam necessariamente com a "passerelle". Assim, a relação de vizinhança está forçosamente votada à interacção, por breve, neste espaço comunicacional.

Para além deste factor arquitectónico, físico-ambiental, que tem a ver com a forma como o espaço público prolonga sem transição o espaço doméstico, há também um factor socio-ambiental a registar: o funcionamento de um pequeno estabelecimento de venda de bebidas, batata frita, bolachas, absolutamente insuspeitado para o estranho que passe por ali, dado que funciona num bloco de apartamentos no interior duma habitação. Não há, na rua, qualquer sinal que o anuncie. É, pois, para os de cá, local só possível para os do bairro. O factor socio-ambiental curioso diz respeito ao seguinte:

- utilização dum espaço doméstico para uma actividade comercial (polivalência funcional dos espaços);

- promoção, por esta via, da reunião, do grupo, num local que em princípio deveria ser investimento territorial exclusivo dos moradores;

- tolerância, neste tipo de ambiente social, desta utilização socio-espacial do prolongamento da moradia (o que implica não só tolerância à presença de indivíduos que não moram naquele bloco ou mesmo no bairro [como eu, por exemplo!] como ao ruído que reparo que se verifica, dada a conversa dos presentes. A cerveja é pousada às vezes no peitoril das janelas...).

Em suma, a apropriação do bloco de habitação é muito menos exclusiva dos moradores do que nos prédios (não se diz "blocos"!) da média burguesia. O bloco é um espaço interferido, há uma trama intensa de relações sociais (o convívio) e de actividades comerciais (a actividade legal do tasquinho, a actividade clandestina do "deal") que têm o bloco como suporte físico".

29/DEZ "Diz-se, frequentemenete, destes territórios centralizados pelo bairro social, pelas 'zonas quentes', que são sítios perigosos. Acossariam, assim, o cidadão que neles se aventurasse. Hoje torna-se-me claro, a partir duma série de elementos que tenho vindo a recolher, que, se os vivermos do ponto de

vista de quem neles tem de sobreviver quotidianamente, é justamente ao inverso: eles é que se sentem acossados. (...)

É ainda testemunha deste acossar a permanente referência da imprensa a actores delinquentes destas zonas que foram interceptados pela polícia. (...) A casa, o bloco onde se vive, é um território insuficiente ou precário na segurança individual. Mesmo aí se é vasculhado. Do território mais vasto do bairro ao mais privado da casa, todos os espaços aqui são acossados".

21/JAN "Penso para mim, e pelo que já conheço tanto dos interiores como da sobrelotação das casas, que a melhor solução para se ter espaço pessoal é capaz realmente de ser sair de casa. Aqui, na rua, conquista-se, paradoxalmente, a privacidade, a soberania de ter um espaço seu. Esta deve ser uma das razões do valor da rua nos bairros, logo do encontro, logo duma socialização muito específica que aqui se faz, onde a relação face-a-face ainda é quotidiana e intensa e se pode falar em vizinhança no sentido real do termo".

28/MAI " "Está a chegar o táxi". Um dos filhos do morto quando vê chegar o carro funerário.

"Deixa-me lá ir comer um bocado de papelão". Um dos filhos do morto, ao ver que se vai desenrolar a comunhão na missa de corpo presente.

"O padre é um mentiroso do caralho. Primeiro um gajo ressuscita. Depois já não ressuscita! Foda-se lá o caralho do padre". O "C.", mal acaba de sair da missa, desabafando acerca do que o padre disse. (...)

Cá fora - saímos, agora chove muito - alguns comentários como os que registo (...) não são ditos com ironia ou despropósito - é assim que esta gente vê aquilo que se passa à sua frente. Grande frieza e dureza no modo de lidar com

as coisas, mesmo com estas. Expressões duras. Não vejo choros em homens (nos filhos, por exemplo), e mesmo em mulheres quase também não.

No cemitério a cerimónia é breve. O normal na descida à terra: silêncio, recolhimento. E a chuva a cair. O "C.", com o caixão já na cova, pega em terra e lança um punhado para cima. Depois o R.S.: pega na pá do coveiro e lança a primeira pazada. Retiram-se depois as pessoas em silêncio.

Hora e meia durou missa mais enterro. Sem grandes alaridos ou encenações. Tudo simples como esta gente simples. Aqui senti que morrer é natural, e a despedida um acto breve. Das despedidas interiores cada um que responda.

Regressamos ao meu carro (dei boleia ao R.S:, a outro filho do morto, ao "C." e a um velho de 80 anos, barbeiro, a quem os mais jovens cedem o lugar da frente - a hierarquia da velhice) e diz o R.S.:

- Agora vamos afogar as mágoas.

E vamos à "sede" beber um martini cada um."

20/MAR (comentário) "A desarticulação instantânea do "corner": chega a polícia, no "corner" onde se processava uma dada transacção. A *detecção* da polícia acontece através de dois canais: a) um jovem que avisa "Vem aí a bófia, 2 gajos a pé"; b) identificação directa por parte do *dealer* duma carrinha que estaciona a 30-40 metros. A *resposta* para o segundo canal de detecção é "fazer de conta que não se passa nada", "ficar com um ar natural" (cito). Para o primeiro canal, a rápida dispersão do local, antes que os tais "dois bófias" que são denunciados apareçam realmente, e aí já seria tarde para fugir.

Conclusão: "disfarçar" ou fugir, duas respostas para dois modos de detecção que oferecem perigosidades diferentes".

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Cumprimos aqui a recomendação que, desde William Whyte, fazem os manuais de metodologia a propósito da etnografia: registar comentários de índole metodológica. O auto-controle dos procedimentos num trabalho dificilmente redutível a cânones rígidos é, a nosso ver, o objectivo principal. A fixação de aspectos interessantes num método que tem como grande característica ser aberto é outro objectivo: fazer etnografia é largamente tarefa auto-didacta, e este tipo de notas permite registar as aprendizagens que o investigador vai fazendo. Comunica-se o saber-fazer da etnografia através de notas deste tipo. Infelizmente, não abundam nas monografias dos etnógrafos.

As notas metodológicas devem cumprir também o objectivo de auto-vigilância do investigador: vigia o seu próprio auto-conhecimento, no confronto de si com um meio social que o provoca nas suas concepções e nos seus hábitos. É aqui que o registo escrito deixa transparecer o carácter de experiência radical do conhecimento que a etnografia constitui (Dan Rose, 1990).

Por outro lado, parece-nos ser neste tipo de notas que tem lugar a modalidade narrativa a que Dan Rose chama *poética etnográfica*. Os excertos com que ilustramos esta parte do diário de campo relevam desta poética - se bem que só nos tenhamos dado conta disso *a posteriori*, ao reflectir sobre a etnografia como experiência estética (não no sentido artístico, mas existencial).

> Nº DE PÁGINAS: 72

> INÍCIO E FIM: NOV. 92 - 17 JUL.93

> IDAS POSTERIORES À PERMANÊNCIA CONTÍNUA NO TERRENO: 21.OUT.93 (um ano depois); 22.JUN.94

> TEMAS:

- o informante privilegiado e a evolução do conhecimento das redes sociais

- confronto da minha experiência com as notas metodológicas dum clássico: Street Corner Society

- o "timing" na etnografia: a lentidão e a paciência que exige, não ter pressa...

- a evolução do investigador no terreno

- saturação do material recolhido (quando é que "chega" o que já se tem ?); a validade do material

- avanços e recuos, dúvidas e certezas, quanto à condução do trabalho de campo

- os sentimentos e as emoções vividas pelo investigador no terreno (que fazem com que ele tenha movimentos de aproximação afectiva mas também de certa recusa da sua vida naquele sítio)

- sobre o estatuto do investigador (mais ou menos *overt/covert*)

- sobre a utilização dos instrumentos de pesquisa de terreno

ALGUNS EXCERTOS EXEMPLIFICATIVOS

Início de Novembro. "Mais do que ser, como dizem os antropólogos, um informante privilegiado, o indivíduo que tem integração nas redes sociais da comunidade de estudo é sobretudo um intermediário. Com efeito, o seu valor instrumental reside na possibilidade de nos facilitar a mediação da nossa presença "nova" com os actores do local. Sem esta mediação, os actores não disporiam de nenhum elemento informativo que lhes permitisse ler/interpretar a minha presença no território deles.

A simples presença do mediador junto de nós fornece, pois, em primeiro lugar, um quadro referencial ao actor anónimo do espaço público da unidade de estudo - através dele, percebe-nos a nós. A confirmação empírica: a forma como conversas mais ou menos perigosas se desenrolam de imediato na minha presença".

4/DEZ "Comecei esta semana (dia 3) a ler William Whyte, no seu célebre Street Corner Society. Espantosa a forma simples como relata o seu envolvimento no estudo duma comunidade urbana; simples, quase infantil na forma como expressa indecisões e receios e ignorâncias iniciais, mas extremamente aguda também. Dou-me conta de inumeráveis paralelos com a minha própria experiência de trabalho de terreno. Tal como me dou conta duma postura semelhante na forma como encara o método, a escolha duma técnica de trabalho, como um *processo* - que é aquilo que ele descreve no célebre apêndice metodológico.

Descrever o processo pelo qual se chega a fixar uma posição investigativa: eis o que eu também tinha pensado fazer, construindo assim talvez um capítulo da tese. Já para Janeiro, aquando duma primeira paragem para reentrar no gabinete?"

10/DEZ "Hoje só vim ao Pinheiro Torres por mais ou menos 1 hora, buscar papéis de que necessitava. E esta hora revelou-se frutuosa, tanto na técnica do informante (como percepciona o seu bairro e os bairros vizinhos, por exemplo), como no evoluir da minha estadia cá (encontro com os netos da Dª. G, que fica combinado). Evoluir no terreno é súbito e não é proporcionalmente directo ao tempo que se gasta em "estar": evolui-se por sinuosidades e pelo aparecimento brusco de momentos reveladores, carregados e ricos".

27/DEZ "Hoje o R.S. não apareceu à hora que eu disse à mãe dele (ele não estava, de tarde) que apareceria no "Bigodes". Fiz horas, primeiro, sozinho na Associação Recreativa de Lordelo. Observei o vai-vem de indivíduos. Depois fui para a marginal, esperar pelo R.S. Não apareceu. Há pouca gente nas ruas, é Dezembro, estão recolhidas, ainda por cima é Natal.

Dou comigo a pensar: "Que ando aqui a fazer?" Olho para tudo e não vejo nada. Nem mesmo pessoas. Regresso a casa, por volta das dez da noite, e não me cruzo com ninguém... Assim, penso para mim, o trabalho nunca mais avança. Tomo consciência da necessidade do R.S. para o meu trabalho ser viável. (...)

Já ao entrar no Pinheiro Torrres, são 22h., venho com a cabeça ocupada com estes pensamentos e penso para mim: dá vontade, às vezes, de desistir. E se telefonasse à I. e lhe dissesse que me venha buscar agora mesmo? Mas no momento seguinte percebo que este pensamento é apenas configurar mentalmente um cenário, uma possibilidade. Porque na realidade não o faria. Tenho, isso sim, de diversificar as estratégias metodológicas. De depender menos duma situação, dum método".

18/MAR "Congratulo-me com a continuidade que desta vez o meu trabalho de terreno tem tido. O que me dá a possibilidade de desalietorizar o que vejo e registar regularidades, redundâncias, rotinas. Tal como permite "seguir" o destino quotidiano dos actores - veja se o caso do "Feijão".

Mas senti hoje pela primeira vez que as vindas aqui à sede começam a saturar-se. Não a saturar-me, pois a minha familiaridade com actores e contextos cresce, permite-me estar aqui "como em casa". Mas a saturar-se ao nível dos dados".

21/OUT/93. "Em 19/OUT/92 entrei, pela primeira vez, de "armas e bagagens", no terreno onde conduziria o meu trabalho. Custou-me ir, adiei-o sucessivamente, mas também me deu um prazer, o do meu desejo pessoal e o da descoberta dos espaços pouco óbvios da urbe.

O bairro recebeu-me com sol. Mas rápido veio Novembro e longas tardes de chuva e noites de Inverno. O primeiro encontro do bairro veio com a chuva, com as noites húmidas, os pinheiros a pingarem grossas pingas e charcos e lama no bairro da Pasteleira. E os whiskies à entrada do bloco do R.S., o meu intermediário de terreno, de pé, abrigados da chuva, enquanto contava as peripécias do bairro e as suas próprias, as que o haveriam de conduzir por mais duma vez "à cana". Às vezes éramos interrompidos por algum vizinho, que logo o R.S. me referenciava. Foi assim que fui conhecendo os personagens do bairro, os *dealers* da zona, os vagabundos (o "Delfim"), os amigos *junkies* do R.S - recordo o Feijão, que partilhou estes whiskies nocturnos na "esplanada" da entrada do bloco do R.S. "Qualquer dia mando aqui fazer um fogão de sala. 'Tou-te a dizer! Aproveito a conduta do lixo para chaminé". Soube há pouco que o Feijão deu entrada no Conde Ferreira para mais uma desintoxicação...

Paulatinamente, fui passando a poder beber Portos ou whiskies já em casa do R.S. ou em casa do cunhado, o "C.", figura arquetípica do "bas-fond" de bairro. Até que jantei finalmente com a sua família, um domingo. É assim a progressão no terreno: o aprofundamento de relações, o conhecer mais a fundo os personagens, os cenários das suas vidas, a trama interaccional. Até nos sentirmos já implicados com aquilo, até conhecermos já o bairro pelo cheiro ou pelos gritos das crianças que se chamam de bloco a bloco. Até sermos interpretados como alguém que, embora sendo de fora e "com outros modos", faz parte daquele sítio, porque vai lá porque quer, porque vai lá porque é amigo. Até sermos utilizados - porque somos doutro mundo, com mais poder

negocial e mais conhecimentos... - para um pedido. Recordo a cunhada do R.S., que me pediu por familiares presos em Custóias por tráfico. Foi também por este motivo, o da ligação que se vai tendo com os aspectos mais quotidianos da vida social, que fui ao funeral do pai do R.S.

A tensão entre dois mundos vivi-a sempre, ao longo do trabalho de terreno. Sou duma pertença espacio-social diferente da que escolhi para investigar. E, apesar das boas relações que aí fiz e mantive, nunca o consegui esquecer. É um universo demasiado diferente para que o possamos integrar em nós pacatamente. A começar nas posturas, nos visuais, nas formas de encontro, nas sociabilidades. E a acabar na linguagem, nas propostas para preencher o tempo, no ocupar o dia, nos hábitos de consumo. O cenário é também demasiado diferente: nunca se consegue esquecer que se está num bairro. Sentimo-nos olhados, e mesmo quando não nos olham há as casas propriamente ditas, o espaço fechado sobre si, a roupa a secar, as fachadas repetidas e monótonas, o chão ocre e sujo, as crianças por todo o lado. E um fundo de pobreza isolado da cidade, porque o bairro, no seu interior, é isso: o sítio onde a cidade se interrompe, física e sensorialmente, socialmente também. As cidades, pelo lado de fora, na sua epiderme, têm bairros implantados. Mas não sabem deles senão no mapa. E os mapas, pelo lado de dentro, entalam-se nas próprias vielas e fachadas, e deles nada se vê para a cidade. No bairro da Pasteleira, há o autocarro 35 para chegar à baixa. Apanha-se no limiar do bairro, já numa fronteira com a zona normativa ("um bairro de quadros médios") e é o primeiro local de mistura de gentes: a fronteira e o autocarro ele mesmo.

Esta tensão fez-me muitas vezes, estando no bairro, desejar ir para casa (a casa em Gaia, o lado normal da cidade, a cidade-tal-como-a-conhecemos). Ao domingo à noite, escuro já, tentando jantar por ali, nalguma tasca de Lordelo, chegava a ser desolador. Mas foi esta entrega à solidão, ao confronto directo

com o mundo social ali, do qual me recusava obstinadamente a fugir, foi o sentar-me aqui e ali, tasca sim tasca não, à escuta - do sítio, dum estilhaço de conversa, medindo gestos, rostos e expressões, interrogando sempre - foi esta quase exigência asceta que me abriu ao conhecimento.

Por vezes não resisti e refugiei-me. Logo ao início, nos primeiros tempos, no bar do Fluvial, na Faculdade de Letras à procura de uma socióloga conhecida, em casa do Alves, na Boavista, à hora do jantar, indo depois a pé, às 22 ou 23h., para o bairro. A presença e o apoio do R.S. foram também decisivos. Sem ele, o bairro não se me teria aberto como se abriu. E a tentação de fugir refreava-se marcando encontros com ele. Era uma forma de me obrigar a permanecer.

Mas esta tensão tem também o outro lado: o conforto de ter um quarto no bairro, no Pinheiro Torres. Regressar a ele todas as noites, quase sempre escoltado pelo R.S. E encontrar a cama quente, o quarto confortável, reencontrar os ruídos da casa e dos vizinhos (dado o mau isolamento acústico), os sons que se foram tornando familiares e acolhedores. Nunca senti ameaçadora a minha rua no bairro, o meu bloco, mesmo quando me diziam que "havia ali gente esquisita". E senti sempre confortante e acolhedor o meu quarto e a companhia, nunca intrusiva, da Dª G, a senhora que me alugou o quarto. De manhã, um pouco antes das 9h., acordava invariavelmente ao som de "Ó Paulo!". A avó, no andar de cima, chamava o neto para ir trabalhar. Passou a ser um despertador para mim, um despertador mais humano do que o que tinha em casa... Às vezes acordava a meio da noite. No inverno chovia intensamente. Ouvia a chuva na janela, o bairro mergulhado num silêncio profundo. Ficava assim acordado um pouco, mas nunca era de desgosto esta sensação de estar acordado a meio da noite. Pelo contrário. Pelas 9h. da manhã levantava-me, sempre com vontade de começar o dia. E começava-o com os

registos de campo do dia anterior, depois do pequeno almoço e da leitura do jornal no bar do Fluvial.(...)

O bairro começou a tornar-se o meu local e comecei a levar lá alguns amigos. Tinha a ideia intuitiva de que "naturalizariam" a minha presença no bairro, e nunca tive prova em contrário. Quando algo me corria mal no "mundo normativo" pensava logo em desabafar com o R.S., que entretanto se foi tornando grande amigo e mesmo confidente, tal como eu o era de si.

Dou-me agora conta de que, um ano depois, rememoro sobretudo o plano afectivo do meu trabalho. Foi, sobretudo, uma experiência de vida. Mas é precisamente isto que distingue o trabalho etnográfico, é isto que faz dele um método exigente e que nos transforma. Podia agora também falar no "inside knowledge" que me provocou. Hoje tenho sobre os submundos urbanos, e particularmente sobre o campo das drogas, uma visão muito particular, talhada no contacto directo, que curiosamente - ou não - me distancia da linha que tem sido dominante na produção científica sobre as drogas. Penso que é nas consequências ético-morais e não nas estritamente científicas que este tipo de trabalho me distancia das convicções da comunidade científica das drogas".

4. FRAGMENTOS DISCURSIVOS

Esta parte do diário visou registar dados que surgiam inopinadamente, fragmentários ou fugazes. Exemplifique-se com o motorista de táxi que nos conduz ao bairro e nos começa a falar "dos drogados que lá há"... Muito do que aqui consideramos dado empírico seria desprezado por um investigador de terreno que não adoptasse os princípios etnometodológicos.

Pela sua natureza, esta secção inclui registos muito diferentes entre si: excertso de diálogos, de conversas, frases mais ou menos soltas, difíceis de

integrar nas observações sistemáticas. São "estilhaços" de discurso carregados de valor informativo sobre o objecto de estudo e que tenham surgido espontaneamente em situações naturais.

> Nº de PÁGINAS: 41

> INÍCIO E FIM: 19/OUT/92 A 7/MAR/93

> ACTORES:

- a Dª. G.; o "Ch."; R. S.; assistente social de Lordelo do Ouro; o J. A.; um desconhecido; o "Feijão".

> TEMAS:

- problemas nas relações entre moradores "normativos" e desviantes; problemas da socialização no contexto da "exposição ao pó";

- a dependência da heroína;

- as doenças transmissíveis através de seringas contaminadas;

- o funcionamento de uma transacção; a angariação de novos clientes;

- efeitos de diferentes drogas;

- os anos de 78/79: o início do comércio das drogas;

- os territórios acossados;

- formas de tratamento de toxicodependências.

28/OUT "Fui ali a um sítio (o Ch. não é explícito, mas refere-se a uma *shooting gallery*, provavelmente no bairro do Aleixo)... nunca mais lá vou. Era só gajos a mandar. Ó pá, esses gajos compram a doença por 50 paus. A trocarem de seringas... Mas é que nunca mais lá vou! E depois um deles... Esteve ali a

tarde toda a mandar coca e à noite vai lá a minha casa, chega lá e pede de comer à minha velhota. E ela ia-lhe dar! Eu disse-lhe: "Veja lá se ganha juízo... Comer com os mesmos talheres?". Se lhe quer dar alguma coisa, ele que traga um tacho lavado e bota-lhe lá a comida... Agora assim... Já não lhe basta o meu problema, e o daquele ali deitado (refere-se ao irmão, 21 anos, toxicómano)? Que vá comer onde esteve a chutar..."

10/DEZ (excertos de conversas com a Dª. G., moradora no bairro Pinheiro Torres a quem aluguei o quarto em que morei) "Moro aqui há 20 anos. E olhe, não nos metemos na vida uns dos outros. Cumprimenta-se e já está. Este prédio é sossegado, graças a Deus não há problemas. E aqui neste meio também não (refere-se à zona vizinha do prédio, que é a avenida principal do bairro). Já se formos para ali para trás, já não é bem a mesma coisa! Porque eu à noite não saio, não é? (...)

Só os daqui de baixo (refere-se aos vizinhos do rés-do-chão) é que são uma gente assim um bocado... Dão alguns problemas...

- Mas de que género? - pergunto eu.

- É a droga, não é? Às vezes é aí à bicha. Vêm aí carros. Outro dia chovia! Chovia! E um rapaz, coitado, passou a tarde a vir aí, de cá para lá, à procura daquilo, não é? Tocava, decerto não estava ninguém, ia, depois voltava a vir. Todo molhadinho, a escorrer, mas precisava daquilo... Pode ser que a chuva lhe refrescasse a cabeça, ai meu Deus!"

29/DEZ "(diz o T.)

- Já fui um bandidola... Agora estou retirado... Mas já fui grande bandido.

- Sim? O que é que fizeste? - pergunta o J.A.

- Ui, tanta coisa... Foram tantas situações... (Não se abre, não especifica)

- E estiveste de cana?

- Várias vezes. Ao todo, dá 6 anos dentro. Mas fez-me bem. Fez-me pensar...

- Sim? É a primeira vez que ouço um gajo dizer que a cana lhe fez bem...

- Fez, fez. Fez-me pensar. Uma situação dessa natureza obriga a pensar. E há muitos gajos a quem faz bem, só que não querem reconhecer, são sempre situações chatas... Mas a mim fez-me pensar. Eu já andava aí numa vida! (franze a testa e suspende o discurso, deixando adivinhar ao interlocutor que vida seria essa...)"

5. ACTORES DAS DROGAS

Constituimos uma ficha biográfica para cada um dos actores sociais que contactámos mais regularmente. A inscrição de dados nas fichas era gradual, à medida que íamos, em diferentes alturas, ouvindo os indivíduos falar de si. Não resultaram, pois, as perguntas feitas pelo investigador; seguiram o preceito que diz da etnografia ser a arte de obter respostas sem fazer perguntas.

N° de PÁGINAS: 44.

INÍCIO E FIM: 23/OUT/92 A 20/MAR/93

REGISTOS POSTERIORES À PERMANÊNCIA CONTÍNUA NO TERRENO: 22/JUN/94; 28/JUN/94

N° ACTORES: 14

ANEXO III

FOTOLEITURA

Nos planos iniciais do trabalho de investigação pensávamos utilizar a fotografia de dois modos: como instrumento para um levantamento da unidade de estudo, documentando visualmente espaços e actores sociais; e como técnica de simulação de ambientes urbanos produzindo respostas verbais em sujeitos a inquirir. Daremos neste anexo notícia dos dois modos de utilização da fotografia, o primeiro destinado a permitir e o segundo a induzir *leituras* do ambiente - chamemos-lhes fotoleituras.

1. REGISTO VISUAL DA UNIDADE DE ESTUDO

Fotografar a unidade de estudo é um procedimento comum na antropologia e nas práticas etnográficas. A foto "permite um registo sistemático e repetido da realidade física dos seres e das coisas. (...) É selectiva como o olhar humano que ela prolonga, mas é também uma espécie de abstração, uma síntese instântanea de dados diversos" (Copans, 1974). Foi justamente neste sentido que procedemos ao registo fotográfico, em *slide* e em fotografia normal, duma diversidade de aspectos da unidade de estudo. Subscrevemos Copans quando afirma que ela é um documento da mesma forma que o é um

questionário ou uma entrevista. É particularmente útil ao permitir, por outro lado, "uma sincronização da descrição etnográfica" (Copans, 1974) - uma sincronização não apenas temporal, mas espacial, acrescentamos nós.

Os antropólogos que a utilizam como técnica central referem-lhe três utilizações possíveis, que Copans resume assim:

- o registo de dados materiais (por ex. vida rural, mundo técnico...);
- o registo das relações sociais;
- a foto como método de investigação.

Como procedemos? Basicamente através de dois modos de obtenção das fotos: as que nós próprios produzimos e as que recolhemos.

• *As que produzimos*: com a ajuda dum fotógrafo profissional[2] fizemos a amostragem visual dos principais espaços físicos e do meio ambiente construido. Seguimos o critério funcional dos espaços: habitacional (quarteirões residenciais, bairros sociais), comercial, industrial (incluindo o importante tecido industrial desactivado da zona), agrícola (paredes-meias com centros comerciais...), viário, intersticial (lotes de terreno vagos, recantos, zonas "de ninguém", áreas que perderam a função anterior...).

Este material revelou-se de utilidade para a caracterização eco-social da Pasteleira. Comprovámos com a nossa própria experiência a utilidade da fotografia para "situar o enquadramento do objecto de estudo. (...) a fotografia de habitat permite tornar as descrições mais objectivas" (Copans, 1974).

Pormenorizámos, depois o bairro do Aleixo, onde tinha decorrido o estudo exploratório[3] . Para além da fotografia panorâmica, obtida do alto dum

---

2 Agradecemos a Egídio Santos, fotógrafo do *Independente*, a pronta disponibilidade e o excelente trabalho realizado, e a Nuno Beira o trabalho gráfico de integração de fotos no texto final.

3 Agradecemos a Eduardo Beira as fotos panorâmicas do bairro do Aleixo e a Adriana Oliveira e Paulo Oliveira o trabalho fotográfico realizado no interior das torres.

13° andar, recolheu-se imagem do interior dos blocos, que constituem habitat muito específico.

Utilizámos também um dos intermediários de terreno para fotografar interacções sociais: tanto dum dos principais pontos de convívio *drug* (o largo) como das actividades no interior das casas - o lado relacional do bairro.

• *As que recolhemos*: trabalhos de fotógrafos sobre o bairro da Pasteleira, o local onde mais horas passámos durante o estudo intensivo: o espaço físico e também um lugar intensamente interactivo, a "sede" (funcionando na prática como café central do bairro)[3].

A foto de actividades sociais, sobretudo no contexto em causa, revela-se sempre intrusiva. Foi com a intensão de minorar este inconveniente que utilizámos um intermediário, do próprio lugar, para obter o material. Se nos rodearmos destas precauções, estaremos prontos a subscrever Copans (1974): "mas é ao nível das manifestações humanas que a foto pode desempenhar um novo papel. (...) a foto regista tudo: a evolução das atitudes e dos gestos, a utilização do espaço, o estilo de comunicação, etc."

2. TÉCNICA DOS AMBIENTES ARTIFICIAIS

Esta técnica releva da utilização da foto como método de investigação de acordo com a sistematização, a que já aludimos atrás, de Jean Copans (1974). A psicologia ambiental tem recorrido com alguma frequência à fotografia como expediente para a obtenção de dados. Pode ser utilizada de vários modos e com diferentes objectivos. Arias (1986), numa revisão aos estudos na psicologia ambiental, salienta-a como técnica de observação, procurando esclarecer como

---

[3] Agradecemos a cedência de fotos do espaço físico do bairro a José Maria Calisto, da "sede" a Adriana Oliveira e da sociabilidade em espaços públicos a Arménio Pereira.

reagem os indivíduos a situações que ainda não existem (construção dum edifício, planificação de áreas residenciais...); em avaliação ambiental é também usada, expondo o sujeito a fotos, videos ou maquetes que representam modelos do mundo real e submetendo-o depois a questionários ou *check-lists*.

Não discutiremos aqui as vantagens da técnica dos ambientes artificiais - remetemos, por ex., para Arias (1986) ou para Amedeo e York (1990) - também não discutiremos as vantagens e limitações relativamente à técnica de exposição directa a ambientes naturais, e remetemos para os mesmos autores. Diremos, somente, que a nossa experiência com esta técnica a revelou adequada para os nossos objectivos e rica de informação. Apesar disso, a evolução do trabalho de campo no sentido da observação participante e das técnicas mais clássicas de etnografia viria a remeter para um plano secundário a sua utilização. Alguma das vezes em que tínhamos as fotos à mão acabávamos por não quebrar a situação natural. Reforçamos, através da nossa experiência, Amedeo e York (1990): "o acto de questionar é disruptivo da transação pessoa-ambiente." Perderam-se dados? Talvez; aumentou-se a validade ecológica? De certeza. São as decisões que têm de se tomar a cada momento quando se utilizam planos de investigação com pouca estruturação pré-definida, como é próprio da etnografia.

Como pensávamos utilizar então a técnica dos ambientes artificiais? Realizámos um pré-teste em que a ensaiámos de dois modos: primeiro como situação com um procedimento fixo, bastante estruturada, em que os indivíduos eram colocados perante fotografias e pedia-se-lhes para relatarem os seus pensamentos imediatos ao olharem-nas; segundo, como método de entrevista.

O primeiro dos modos de utilização tem sido mais empregado[4]; o segundo tem uma utilização mais próxima dum referencial fenomenológico,

---

4 Tomamos como indicador o *Journal of Envitonmental Pshychology*, uma das mais representativas publicações nesta área.

pois trata-se de propôr interpretações e significações sobre o ambiente, utilizando a fotografia como indutor temático na relação com o entrevistado[5]. Collier (1973) refere que: "as fotografias estimulam a memória e dão à entrevista um carácter de proximidade com os objectos. (...) A oportunidade projectiva das fotografias oferece um sentido agradável de auto-expressão, enquanto o informante é capaz de explicar e identificar o conteúdo e instruir o entrevistador com o seu conhecimento."

2.1. APRESENTAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS COM PROCEDIMENTO ESTRUTURADO

O ensaio desta técnica foi realizado por nós com a ajuda de dois investigadores. Cada um, de início, experimentou um procedimento diferente (por ex. apresentar as fotografias uma a uma *versus* apresentar em simultâneo), de modo a procurar a melhor forma de apresentar a tarefa a realizar com os sujeitos. Cada um trabalhou também com conjuntos de fotografias distintos, de modo a ensaiar potencialidades de cada fotografia como evocador de verbalizações sobre o ambiente.

• *Tipos de fotografias*: todas a cores e em formato 10x15 cm, obtidas em diferentes lugares do Porto e Grande Porto[6]. Havia dois tipos principais: ambiente construido (casas e espaços residenciais) e figura humana em ambiente edificado. Chamemos-lhes respectivamente fotos tipo 1. e tipo 2.. Nas

---

5 Copans (1974) refere mesmo que: "também é utilizável no âmbito das análises projectivas. A vantagem reside no seu realismo. Com efeito, as reacções registadas são apreensíveis a dois níveis: simbólico e concreto. (...) Para se compreender bem todas as informações que ela contém é necessário fazer uma análise metódica do conteúdo e da disposição dos elementos que a compõem."

6 Agradecemos a Eduardo Beira o trabalho fotográfico realizado.

de tipo 1. incluiam-se 4 subtipos: grande aglomerado tipo bairro social; grande aglomerado tipo condomínio fechado; habitação isolada unifamiliar, habitação isolada tipo casa degradada. Nos dois primeiros subtipos havia fotos panorâmicas e fotos de grande plano (mais analíticas, portanto). Quanto às do tipo 2., diziam respeito a pessoas, mas de tal modo que o espaço físico envolvente resultava muito evidente. Testaram-se dois subtipos: figura humana em ambiente fisicamente degradado e figura humana em ambiente normativo (uma zona comercial e de lazer).

- *Nº total de fotografias:* ensaiaram-se 20 do tipo 1. e 6 do tipo 2.
- *Amostra de sujeitos*: 20 para as fotos tipo 1. e 10 para as de tipo 2. Foram seleccionados indivíduos dos dois sexos, variando entre os 20 e os 68 anos, de profissões diversas - o seu contacto foi feito utilizando a rede social dos próprios investigadores.
- *Procedimento:* cada investigador trabalhou com fotos dos 4 subtipos do tipo 1. e dos dois subtipos do tipo 2. Para cada sujeito e para cada uma das fotografias perguntava-se: "Que lhe sugere esta foto?". Depois das primeiras respostas eram feitas algumas questões visando induzir associações entre espaço e características sociais; por ex. pedia-se para imaginar quem aí vive, o que faz; como ocupa o tempo; como é a família nesta zona; que estruturas/equipamentos há aqui; o que fazem os jovens aqui nos tempos livres? Nas fotos tipo 2. procurávamos saber se são as pessoas que induzem qualificações ao espaço, ou se é ao inverso.

2.2. ENTREVISTA COM MEDIAÇÃO ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA

Cada um dos investigadores ensaiou uma entrevista a um sujeito, utilizando fotos do tipo 1, como mediadoras dos temas a explorar. Para além

das questões que também se punham na apresentação das fotos que vimos anteriormente, perguntava-se agora, por ex.:

- Esta zona faz-lhe lembrar outras do Porto? Quais? Porquê essas?

- Que zonas do Porto e arredores acha que têm mais problemas? E menos? Porquê?

- O Porto é uma cidade segura? Que zonas são mais seguras/mais inseguras? O que as tornou assim?

- Que elementos (nas fotos) o indicam?

- Se vir estranhos à sua porta, que faz/que sente? Se vir uma zaragata, intervém?

- As zonas que se vêem nestas fotos, são agradáveis ou desagradáveis? Porquê? Que tipo de ambiente há aqui?

Estas questões - a entrevista era semi-estruturada - baseavam-se na exploração das dicotomias percepção negativa/positiva do espaço, espaço seguro/inseguro, ordem/desordem, possibilidade/impossibilidade de exercer controle territorial, associação entre o tipo de ambiente construido e as características sociais. Partimos, para as questões, de asserções já bem estabelecidas na pesquisa empírica de psicólogos ambientais sobre o sentimento de insegurança, a desordem e o comportamento desviante (Cf. Taylor, 1987, 1992; Nasar e Fisher B., 1993; Stokols, 1992).

O ensaio desta técnica foi comprovador das suas reais potencialidades. Já referimos atrás que, apesar desta indicação positiva, poucas vezes nos socorremos dela no trabalho de campo - e já explicámos porquê.

Em síntese, com a técnica dos ambientes artificiais visávamos a utilização da fotografia como indutor dum discurso sobre o ambiente. Como reage o indivíduo às formas e espaços urbanos? Atribui-lhes características psicológicas? Como as relaciona com comportamentos e vivências? E que diz

sobre os grandes aglomerados, as zonas de bairros sociais, que foram os lugares do nosso estudo intensivo?

Referiremos em seguida alguns comentários aos dados obtidos nesta fase exploratória. Estes comentários resultam da análise de conteúdo efectuada às respostas dos sujeitos, através duma grelha que reproduzimos no final deste anexo[7].

- COMENTÁRIOS AOS DADOS OBTIDOS -

• Parece poder sair desta técnica um mapear das zonas marginais da cidade; as pessoas são induzidas, a partir dum estímulo (foto) que parece ser descodificado como "habitação social", "bairro", "urbanização", a generalizar para zonas que conhecem (tentam fazer o reconhecimento, generalizar, a apartir dum único estímulo). Ou seja, a foto aparece como o elemento que as remete à sua experiência da cidade: reconhecer uma zona (no tipo genérico - "habitação social"; no local concreto - "bairro X"). Baseiam o reconhecimento no tipo de construção (tipo e disposição dos prédios) e na cor. O mapa que vai saindo: Alameda das Antas, Vila d´Este, Cerco, Contumil, Sé, Ribeira, barracas da circunvalação.

• Qualificações deste tipo de espaço: "são todos iguais"; "lixo normal"; construção esteriotipada e homogénea; "alienante viver aqui".

• Quando associam a figura humana (não é logo imediato, tem de ser solicitado) fazem-no associando características económicas: "pouco poder económico..."

---

7 Não falamos ainda de resultados - tratou-se apenas de avaliar as potencialidades da técnica com um primeiro ensaio de aplicação. Faremos, isso sim, comentários indicadores do tipo de dados que podem esperar-se.

- COMENTÁRIOS ÀS POTENCIALIDADES DA TÉCNICA -

• Pode, sem dúvida, dar indicações sobre a experiência do espaço urbano que as pessoas têm: como qualificam psicologicamente a cidade? que superfícies desviantes lhe reconhecem e como as qualificam? (metodologia II da componente eco-social, ver figura 2 PARTE A, CAP. 2).

• Mais do que estandartizar fotos (investigação psicométrica) interessa identificar aquelas que têm potencial evocativo - produzir associações a espaços citadinos concretos que as pessoas tenham tendência a qualificar. Fotos, pois, que se revelem instrumentos de entrevista em que as pessoas falem da sua experiência do espaço e deixam vir ao de cima as significações que atribuem aos ambientes, as suas percepções - as suas posições de significação ambiental.

• Parece, para já, haver uma posição de significação que as pessoas atribuem aos espaços que elas próprias identificam como "habitação social": desindividuação (traduzida no "tudo igual", na esteriotipia do espaço, no "homogéneo").

• Todas as fotos, até ao momento parecem revelar-se evocativas. Tanto a apresentação simultânea como uma a uma são funcionais.

• Necessidade de aprofundar em que signos particulares as pessoas se apoiam para construir as percepções, por ex. "Como reconheceu este espaço?"; "Pelo tipo de casa?"; "Pela cor?".

ANEXO IV

ESTUDO INTENSIVO

Este anexo inclui duas partes. na primeira fornecem-se vários elementos que permitam um conhecimento mais profundo da zona em que decorreu o estudo de campo. Compõe-se de documentos que nos foram disponibilizados pela Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro. Na segunda parte reproduz-se a grelha de análise de conteúdo construida para fazer o tratamento das notícias de imprensa a que se alude na PARTE B, CAP. 3, secção 2.

1. ELEMENTOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS

Os quadros que se apresentam a seguir dizem respeito, nuns casos, ao conjunto de Freguesia de Lordelo do Ouro, e noutros apenas aos bairros sociais

No primeiro caso referem-se às actividades do sector económico e às estruturas e equipamentos sociais existentes; no segundo caso, referem-se à estrutura da população. à ocupação profissional e à composição da população jovem[1]

[1] Estes quadros foram obtidos em "Lordelo do Ouro: características, limites e potencialidades de um espaço antigo em transformação", Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, (1993).

SECTOR DE ACTIVIDADE	Nº	%
PRIMÁRIO	75	0.8
SECUNDÁRIO	3.537	37.7
TERCIÁRIO	5.769	61.5
TOTAL	9.381	

QUADRO 1 : INDIVÍDUOS ACTIVOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE - 1981 (INE)

SECTOR ACTIVIDADE	Nº	%
SECUNDÁRIO	3.382	40.8
TERCIÁRIO	4.902	59.2
TOTAL	8.284	

QUADRO 2 : EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE - 1990 (CCRN)

SECTOR ACTIVIDADE / ANOS	1983	1992
INDUSTRIAIS	65	52
COMÉRCIO E SERVIÇOS	348	613
TOTAL	413	665

QUADRO 3 : UNIDADES OCUPADAS PELOS SECTORES DE ACTIVIDADE - 1983/1992 (GPU)

EMPRESAS	Nº
INDUSTRIAIS	93
TOTAL	769

QUADRO 4: EMPRESAS EXISTENTES - 1990 (C.C.R.N.)

INSTITUIÇÃO SUPORTE	DESIGNAÇÃO	VALÊNCIAS	ANO DE FUNDAÇÃO
Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto	*CENTRO SOCIAL DA PASTELEIRA*	- Creche - Jardim de Infância - A.T.L. - Posto Médico - Centro de Dia - 3ª Idade	1965
Obra Diocesana de Promoção Social na C. Porto	*CENTRO SOCIAL DO B. RAINHA D. LEONOR*	- Creche - A.T.L. - Centro de Dia - 3ª Idade - Grupo de Jovens	1966
Associação das Obras Sociais de S. Vicente de Paula	*CENTRO DE DIA DE LORDELO*	- Centro de Dia - 3ª Idade -Lar	1974
Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro	*JARDIM INFÂNCIA DA JUNTA DE F. LORDELO DO OURO*	- Jardim de Infância	1978
Associação de Moradores do Aleixo	*ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ALEIXO*	- Jardim de Infância - A.T.L. - Centro de Convívio - 3ª Idade	1981
Centro Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda	*CENTRO DE ACOLHIMENTO À CRIANÇA E JOVEM EM RISCO*	- Creche - Jardim de Infância - A.T.L. - Gabinete de Apoio Social - Grupo de Jovens	1967
Obra Diocesana de Promoção Social na C. do Porto	*CENTRO SOCIAL DO B. DR.NUNO PINHEIRO TORRES*	- A.T.L. - Grupo de Jovens - Centro de Dia - 3ª Idade	1982
Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro	*CENTRO SOCIAL DA ARRÁBIDA*	- Centro de Dia - 3ª Idade - Centro de Convívio - 3ª Idade	1988
Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro	*CENTRO DE INICIATIVA JOVEM*	-Ateliers Ocupacionais -Orientação Vocacional/Profissional -Espaço Lúdico Recriativo	1993
– –	*INFANTÁRIO "PALMO E MEIO"*	- Infantário	– –
– –	*OBRA DA CRIANÇA ABANDONADA "BERÇO DA CARIDADE"*	- Lar para Crianças	– –

QUADRO 5

DESIGNAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	ACTIVIDADES PRINCIPAIS
CLUBE FLUVIAL PORTUENSE	1876	- Natação - Remo - Vela - Basketball - Polo Aquático - Voleiball
CLUBE INFANTE SAGRES	1936	- Hoquei em Patins - Patinagem Artística
CENTRO DESPORTIVO DA UNIVERSIDADE DO PORTO - CDUP	1954	- Atletismo - Andeball - Voleiball - Etc.
GRUPO DRAMÁTICO DE MORADORES DA ARRÁBIDA	1915	- Cultura - Desporto - Recreio
CENTRO POPULAR DE TRABALHADORES DA FREG. LORDELO DO OURO	1919	- Futeball - Basketball
ASSOCIAÇÃO RECRIATIVA " UNIÃO PORTUENSE "	1920	- Cultura - Futeball - Recreio
GRUPO COLUMBÓFILO DE LORDELO DO OURO	1927	- Columbofilia
JUVENTUDE ATLÉTICA DE LORDELO DO OURO	1952	- Futeball - Folclore
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECRIATIVA DA PASTELEIRA	1962	- Futeball - Atletismo
ASSOCIAÇÃO RECRIATIVA E CULTURAL DO B. RAINHA D. LEONOR	1964	- Futeball Junior e Senior - Teatro
ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO B. RAINHA D. LEONOR	1974	- Apoio à Criança e Juventude
"DURIUM SETENTA"	1976	- Desporto
NÚCLEO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE LORDELO DO OURO	1981	- Ecologia Urbana
" SINAL DE ALERTA"	1981	- Música - Teatro - Palhaços
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DO B. ALEIXO	1982	- Instituição de Solidariedade Social - Futeball
GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL "LORDOURO"	1989	- Futeball de Salão - Atletismo - Cicloturismo
CLUBE COLUMBÓFILO NACIONAL	1991	- Columbofilia

QUADRO 6

BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL
Lordelo do Ouro

DESIGNAÇÃO	ANO DE OCUPAÇÃO	FOGOS	TIPOLOGIA	POPULAÇÃO	DIMENSÃO MÉDIA DO AGREGADO FAMILIAR
RAINHA D. LEONOR	1953	250	T2 - 88 T3 - 131 T4 - 30	1.066	4.3
CONDOMINHAS	1955	26	T1 - 4 T2 - 11 T3 - 10 T4 - 1	60	2.4
PASTELEIRA	1960	600	T1 - 36 T2 - 130 T3 - 410 T4 - 32	2.400	4.0
DR. NUNO PINHEIRO TORRES	1970	430	T1 - 24 T2 - 120 T3 - 232 T4 - 48 CAVE T1 - 6	1.609	3.8
ALEIXO	1976	320	T2 - 130 T3 - 130 T4 - 60	1.534	4.8
LORDELO	1977	179	T1 - 16 T2 - 24 T3 - 72 T4 - 56 CAVE T1 - 3 CAVE T2 - 7 CAVE T5 - 1	808	4.5
BESSA LEITE	1982	328	T1-16 (4 VEND.) T2-54 (18 VEN.) T3-163(48 VEN.) T4 -45(12 VEN.) T4E -11 (VEN.)	1.031	4.6
MOUTEIRA	1988	336	T1 - 39 T2 - 117 T3 - 159 T4 - 9 T4E - 12	1.132	3.5

QUADRO 7

BAIRRO DR. NUNO PINHEIRO TORRES

PROFISSÃO	f	%
EMP. DOM. / LIMP. / DIAS	49	6,2
COSTUREIRA	30	3,7
SERVENTE	23	2,8
EMP. COMERCIAL / BALCÃO	23	2,8
METALURGICO	22	2,7
MOTORISTA	17	2,1
EMPREGADA TEXTIL/CONF.	16	2,0
SERRALHEIRO	15	1,9
OPERÁRIO/A	15	1,9
CONTA PRÓPRIA	15	1,9
ELECTICISTA	13	1,6
EMPREGADO ESCRITÓRIO	12	1,5
EMPREGADO DE ARMAZÉM	11	1,4
SOLDADOR	8	1,0
CAIXEIRO	8	1,0
TIPÓGRAFO/GRÁFICO	8	1,0
MECÂNICO/OP. MÁQUINAS	7	0,9
TROLHA/CONST. CIVIL	7	0,9
EMPREGADA HOTELEIRA	6	0,7
ESCRITURÁRIA/O	5	0,6
LITÓGRAFO	5	0,6
EMPREGADO DOS C.T.T.	5	0,6
PAQUETE	5	0,6
CABELEIREIRO/A	5	0,6
TORNEIRO MECÂNICO	5	0,6

PROFISSÃO	f	%
MONTADOR	4	0,5
CORTADOR	4	0,5
TECELÃO	4	0,5
PREPARADOR	3	0,4
PROFESSOR/A	3	0,4
PINTOR	3	0,4
COZINHEIRO/A	3	0,4
COMERCIANTE	3	0,4
CALDEIREIRO	3	0,4
PADEIRO	2	0,3
LINGADOR	2	0,3
POLIDOR	2	0,3
PORTUÁRIO	2	0,3
EMBALADOR	2	0,3
ENFERMEIRA	2	0,3
ACABADOR	2	0,3
DACTILOGRAFIA	2	0,3
AJUDANTE DE CAIXA	2	0,3
TRANSPORTADOR	2	0,3
EMPREGADO B.S.B	2	0,3
ESTAMPADOR	2	0,3
EMPREGADO DA COMANOR	2	0,3
FRESADOR	2	0,3
REVISTADOR	2	0,3
EMPREGADO DE CAFÉ	2	0,3

cont:

BAIRRO DR. NUNO PINHEIRO TORRES

PROFISSÃO	f	%
OPERADOR/A	4	0,5
MARCENEIRO	1	0,1
P. S. P.	1	0,1
GERENTE	1	0,1
SAPATEIRO	1	0,1
EMPREGADO BANCÁRIO	1	0,1
CHAPEIRO	1	0,1
SECURITA	1	0,1
REPÓRTER	1	0,1
ALFAIATE	1	0,1
TINTUREIRO	1	0,1
DECAPADOR	1	0,1
CAIXA	1	0,1
FUNDIDOR	1	0,1
PORTEIRO	1	0,1
REMATADEIRA	1	0,1
COLABORADOR	1	0,1
CONTROLADOR	1	0,1
VIDRACEIRO	1	0,1
CARPINTEIRO	1	0,1
EMPREGADO DE GARAGEM	1	0,1
FOTOCOMPOSITOR	1	0,1
RESTAURADOR	1	0,1
EMP. AGÊNCIA VIAGENS	1	0,1
TÉCNICO DE CONTAS	1	0,1

PROFISSÃO	f	%
ESTOFADOR	1	0,1
EMPREGADO DE SEGUROS	1	0,1
CORTADOR DE CARNES	1	0,1
OPERÁRIO QUÍMICO	1	0,1
COBRADOR	1	0,1
IMPRESSOR	1	0,1
EMPREGADO LABORATÓRIO	1	0,1
DISTRIBUIDOR	1	0,1
AJUDANTE DE CORTE	1	0,1
BRUNIDEIRA	1	0,1
AFINADOR	1	0,1
FOTÓGRAFO	1	0,1
REBARBADOR	1	0,1
GASPEADEIRA	1	0,1
DESENHADOR	1	0,1
AJUDANTE DE FARMÁCIA	1	0,1
TORCEDEIRA	1	0,1
TRANSITÁRIO	1	0,1
LAVADOR DE VEÍCULOS	1	0,1
CONSERVEIRO	1	0,1
ESPELHADOR	1	0,1
PERCEPTORA	1	0,1
REMOLADOR	1	0,1
MONTADOR DE TECIDOS	1	0,1
BARBEIRO	1	0,1

cont.

BAIRRO DR. NUNO PINHEIRO TORRES

PROFISSÃO	f	%
CAPATAZ	1	0,1
FERREIRO	1	0,1
EMPREGADO DA RAR	1	0,1
GRIFADEIRA	1	0,1
BORDADEIRA	1	0,1
OUTROS	74	9,1

PROFISSÃO	f	%
CANTONEIRO	1	0,1
MARMORISTA	1	0,1
EMP. SUPERMECADO	1	0,1
AUXILIAR DA ACÇÃO EDUCATIVA	1	0,1
COM BAIXA	27	3,7

BAIRRO DR. NUNO PINHEIRO TORRES

		f	%
POPULAÇÃO ACTIVA	EMPREGADA	560	34,8
	DOMESTICAS	119	7,4
	SERVIÇO MILITAR	8	0,5
	DESEMPREGADA	126	7,8
POPULAÇÃO INACTIVA	ESTUDANTES	202	12,5
	REFORMADOS/PENSIONISTAS	313	19,5
SEM INFORMAÇÃO		281	17,5
	TOTAL	1609	

BAIRRO DA PASTELEIRA

PROFISSÃO	f	%
EMP.DOM./LIMP./DIAS	55	7,0
COSTUREIRA	46	5,9
SERVENTE	33	4,2
SERRALHEIRO	31	0,4
EMPREGADA ESCRITÓRIO	28	3,6
OPERÁRIO/A	27	3,5
EMPREGADA DE BALCÃO	27	3,5
EMPREGADA TEXTIL	23	2,9
MOTORISTA	19	2,4
EMPREGADO DE ARMAZÉM	17	2,2
METALURGICO	15	1,9
LITÓGRAFO	14	1,8
VENDEDOR	13	1,7
EMP. CONS. CIVIL	12	1,5
ELECTRICISTA	11	1,4
EMPREGADO DE MESA	11	1,4
PINTOR	10	1,3
MECÂNICO	9	1,2
PADEIRO	8	1,0
TORNEIRO	7	0,9
COZINHEIRO	7	0,9
EMBALADOR	7	0,9
CABELEIREIRA/O	7	0,9
ENCADERNADOR	6	0,8
CAIXEIRO	6	0,8

PROFISSÃO	f	%
CONTA PRÓPRIA	6	0,8
ESCRITURÁRIO	5	0,6
TECELÃO	5	0,6
TIPÓGRAFO	5	0,6
POLIDOR	4	0,5
CANALIZADOR	4	0,5
TINTUREIRO	4	0,5
CARPINTEIRO	4	0,5
EMPREGADO DOS STCP	4	0,5
FUNDIDOR	4	0,5
EMPREGADO T.L.P.	4	0,5
EMPREGADO DE COPA	4	0,5
EMPREGADO BANCÁRIO	4	0,5
OPERADOR DE MÁQUINAS	4	0,5
OPERADOR QUIMICO	4	0,5
ESTAMPADOR	3	0,4
DESENHADOR	3	0,4
PORTEIRO	3	0,4
SOLDADOR	3	0,4
P. S. P.	3	0,4
CHAPEIRO	3	0,4
SAQUEIRO	3	0,4
EMPREGADO DE SEGUROS	3	0,4
PREPARADOR	3	0,4
LUBRIFICADOR	3	0,4

cont.

BAIRRO DA PASTELEIRA

PROFISSÃO	f	%
BOBINADOR	3	0,4
REPUXADOR	2	0,3
LINGADOR	2	0,3
EMP. C. T. T.	2	0,3
COMERCIANTE	2	0,3
DESPACHANTE	2	0,3
TELEFONISTA	2	0,3
BRUNIDEIRA	2	0,3
CALDEIREIRO/A	2	0,3
CANTONEIRO	2	0,3
FOSFORISTA	2	0,3
ABASTECEDOR	2	0,3
AJUDANTE DE FARMÁCIA	2	0,3
ALFANDEGÁRIO	2	0,3
EMPREGADO DE TALHO	2	0,3
ALFAIATE	2	0,3
REBARBADOR	2	0,3
EMPREGADO DE OURIVES	2	0,3
MONTADOR	2	0,3
OPERADOR	2	0,3
MANIPULADOR	2	0,3
AJUDANTE DE CORTE	2	0,3
AUXILIAR MÉDICO	2	0,3
GERENTE	2	0,3
CORTADOR	2	0,3

PROFISSÃO	f	%
EMP. SMGE	1	0,1
SECURITAS	1	0,1
COBRADOR	1	0,1
CORTADEIRA	1	0,1
MARCENEIRO	1	0,1
EDUCADORA	1	0,1
CONTABILISTA	1	0,1
EMPREGADA ESTAMPARIA	1	0,1
CALIBRADOR	1	0,1
CAVADEIRA	1	0,1
COVEIRO	1	0,1
DECAPADOR/A	1	0,1
GUARDA G.N.R.	1	0,1
PICHELEIRO	1	0,1
PANTAGROFISTA	1	0,1
GASPIADEIRA	1	0,1
ESTOFADOR	1	0,1
PREP. DE SERRAS	1	0,1
ROLADEIRA	1	0,1
FORNEIRO	1	0,1
PREPARADOR DE TINTAS	1	0,1
CARDADOR	1	0,1
ESTIVADOR	1	0,1
TRATADOR DE ANIMAIS	1	0,1
APONTADOR	1	0,1

cont.

BAIRRO DA PASTELEIRA

PROFISSÃO	f	%
EMPREGADO DE BAR	1	0,1
GARAGISTAA	1	0,1
DOBADEIRA	1	0,1
DESCARNADOR	1	0,1
CALANDRADOR	1	0,1
EMPREGADA DE OCULISTA	1	0,1
BOMBEIRO	1	0,1
SABOEIRO	1	0,1
TORCEDEIRA	1	0,1
MEDIDOR	1	0,1
MÚSICO	1	0,1
CONSERVEIRO	1	0,1
CONFERENTE	1	0,1
OUTROS	106	13,6

PROFISSÃO	f	%
SAPATEIRO	1	0,1
ENGRAXADOR	1	0,1
PEIXEIRO/A	1	0,1
REMATADEIRA	1	0,1
REMATADEIRA	1	0,1
ENCARTADOR	1	0,1
FIADEIRA	1	0,1
METALIZADOR	1	0,1
COMPOSITOR	1	0,1
AJUDANTE MÁQUINAS	1	0,1
ENCERADOR	1	0,1
REVISTADOR	1	0,1
APLICADOR CANDEEIROS	1	0,1
COM BAIXA	28	3,6

BAIRRO DA PASTELEIRA

		f	%
POPULAÇÃO ACTIVA	EMPREGADA	781	32,5
	DOMESTICAS	206	8,6
	SERVIÇO MILITAR	29	1,2
	DESEMPREGADA	178	7,4
POPULAÇÃO INACTIVA	ESTUDANTES	349	14,5
	REFORMADOS/PENSIONISTAS	367	15,3
SEM INFORMAÇÃO		490	20,4
	TOTAL	2400	

BAIRRO DO ALEIXO

PROFISSÃO	f	%
EMP. DOM. / LIMP. / DIAS	53	9,9
SERVENTE	43	8,0
COSTUREIRA	34	6,4
EMPREGADA COMERCIAL	25	4,7
EMPREGADA ARMAZÉM	17	3,2
MOTORISTA / AJ. MOTORISTA	15	2,8
SERRALHEIRO	14	2,6
EMPREGADO ESCRITÓRIO	12	2,3
OPERÁRIO/A	10	1,9
TIPÓGRAFO	10	1,9
ROLHA	9	1,7
METALÚRGICO	8	1,5
PINTOR	8	1,5
MECÂNICO	8	1,5
LINGADOR	7	1,3
EMPREGADO DE MESA	7	1,3
COZINHEIRO / AJ. COZINHA	7	1,3
SOLDADOR	6	1,1
SAPATEIRO	5	0,9
DISTRIBUIDOR	5	0,9
EMP. TEXTIL / CONFEC.	5	0,9
PAIXEIRO	4	0,7
PORTUÁRIO	4	0,7
ESCRITURÁRIO/A	4	0,7

PROFISSÃO	f	%
EMP. DOS T. L . P.	4	0,7
"BARMAN"	4	0,7
ELECTRICISTA	4	0,7
TECELÃO / TECEDEIRA	3	0,6
LITÓGRAFO	3	0,6
ESTOJEIRO	3	0,6
ESTUCADOR	3	0,6
ESTIVADOR	3	0,6
POLIDOR	2	0,4
PESCADOR	2	0,4
CANALIZADOR	2	0,4
EMPREGADA HOTELEIRA	2	0,4
CHAPEIRO	2	0,4
BRUNIDEIRA	2	0,4
GERENTE	2	0,4
AJUDANTE DE CONFEITARIA	2	0,4
LUBRIFICADOR	2	0,4
CARPINTEIRO	2	0,4
REPUXADOR	2	0,4
COMERCIANTE	2	0,4
FUNDIDOR	2	0,4
DESENHADOR	2	0,4
ENCADERNADOR/A	2	0,4
CORTADEIRA	2	0,4

cont.

BAIRRO DO ALEIXO

PROFISSÃO	f	%
PAQUETE	2	0,4
PICHELEIRO	2	0,4
EMPREGADO CLÍNICA	2	0,4
EMPREGADO DE COPA	2	0,4
PADEIRO	1	0,2
FOTOGRAFO	1	0,2
GUARDA	1	0,2
EMBALADOR	1	0,2
GUILHOTINEIRO	1	0,2
DESPACHANTE	1	0,2
ANALISADOR	1	0,2
EMPREGADO DOS C.T.T.	1	0,2
CABELEIREIRA/O	1	0,2
PEDREIRO	1	0,2
EMPREGADO B.F.C	1	0,2
IMPRESSOR	1	0,2
MARCADORA	1	0,2
EMPREGADO DE JORNAL	1	0,2
CORTADOR	1	0,2
REPOSITOR/A	1	0,2
OPERADOR MÁQ. SOLDAR	1	0,2
P.S.P.	1	0,2
LAVADOR/A	1	0,2
SEPARADORA	1	0,2
OUTROS	89	11,0

PROFISSÃO	f	%
ESTOFADOR	1	0,2
LAVADOR DE VIDROS	1	0,2
GUARDA CABOS	1	0,2
EMPREGADO DOS S.M.A.S	1	0,2
COBRADOR	1	0,2
AUX. ACÇÃO EDUCATIVA	1	0,2
AMANHADORA	1	0,2
TELEFONISTA	1	0,2
OURIVES	1	0,2
ESTAFETA	1	0,2
PRENSADEIRA	1	0,2
APONTADOR	1	0,2
ROTOR	1	0,2
IMPERMEABILIZADOR	1	0,2
CANELEIRA	1	0,2
EMPREGADO DE QUARTOS	1	0,2
EMPREGADO DOS S.T.C.P.	1	0,2
INSPECTOR	1	0,2
MARCENEIRO	1	0,2
EMP. SEGUROS	1	0,2
CARTONAGEIRO	1	0,2
EMP. S.M.G.E	1	0,2
EMPREGADO D.R.E.H.	1	0,2
EMPREGADO CHUSSOL	1	0,2
COM BAIXA	14	1,7

BAIRRO DO ALEIXO

		f	%
POPULAÇÃO ACTIVA	EMPREGADA	534	34,8
	DOMESTICAS	158	10,3
	SERVIÇO MILITAR	7	0,4
	DESEMPREGADA	112	7,3
POPULAÇÃO INACTIVA	ESTUDANTES	255	16,6
	REFORMADOS/PENSIONISTAS	171	11,1
SEM INFORMAÇÃO		297	19,4
	TOTAL	1534	

POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO

BAIRRO DA PASTELEIRA

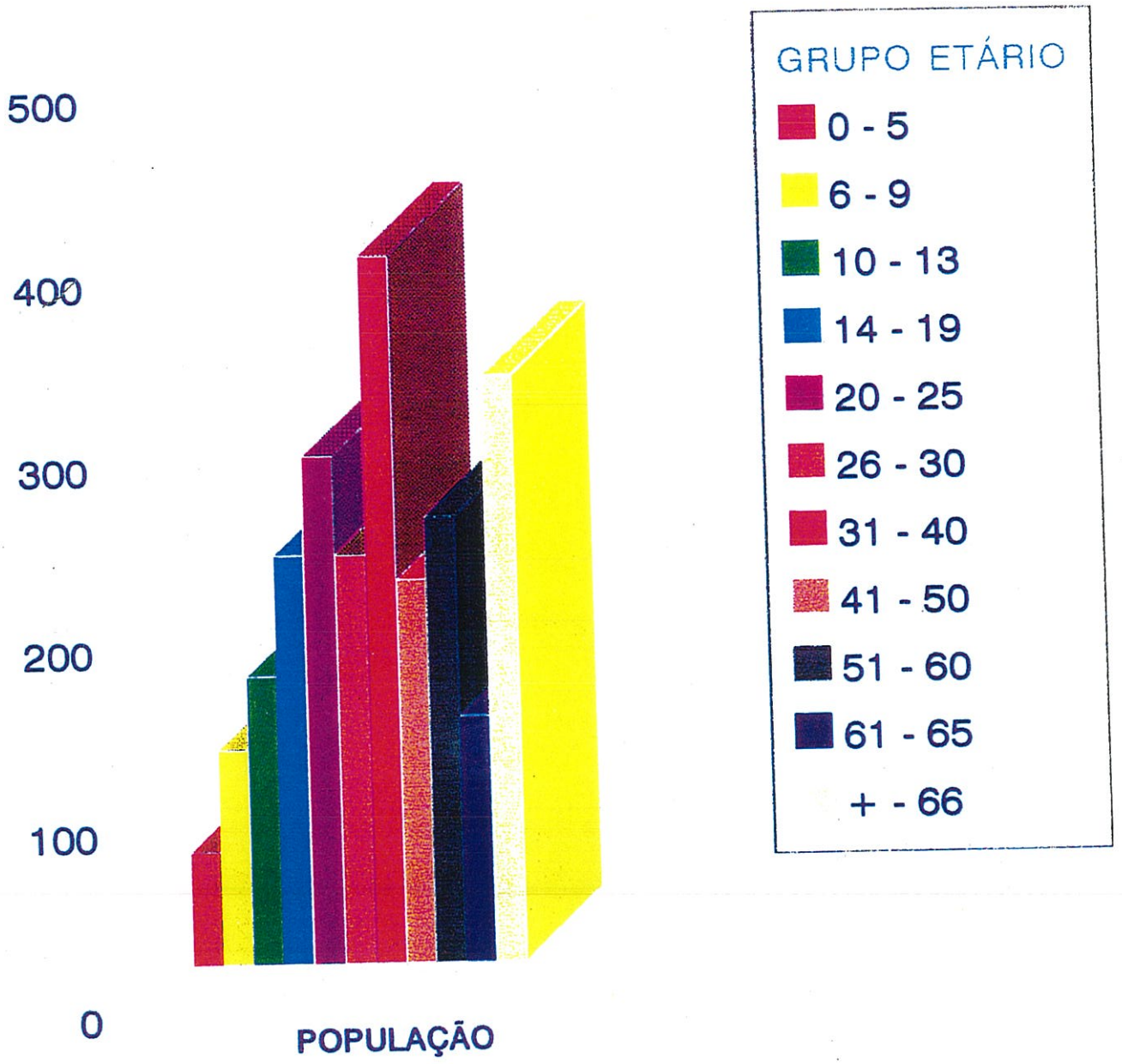


GRÁFICO 4

POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO

BAIRRO PINHEIRO TORRES

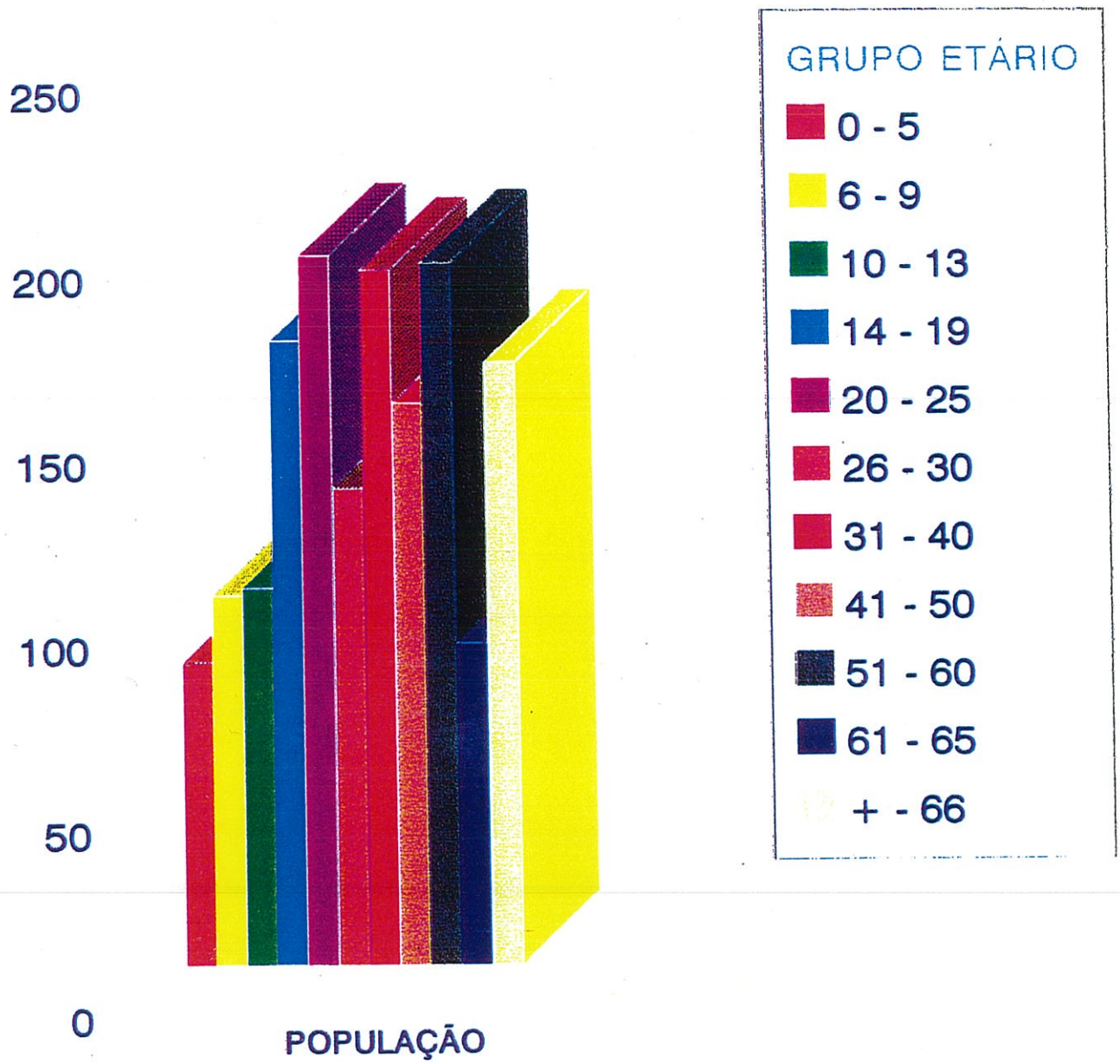


GRÁFICO 5

POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO

BAIRRO DO ALEIXO

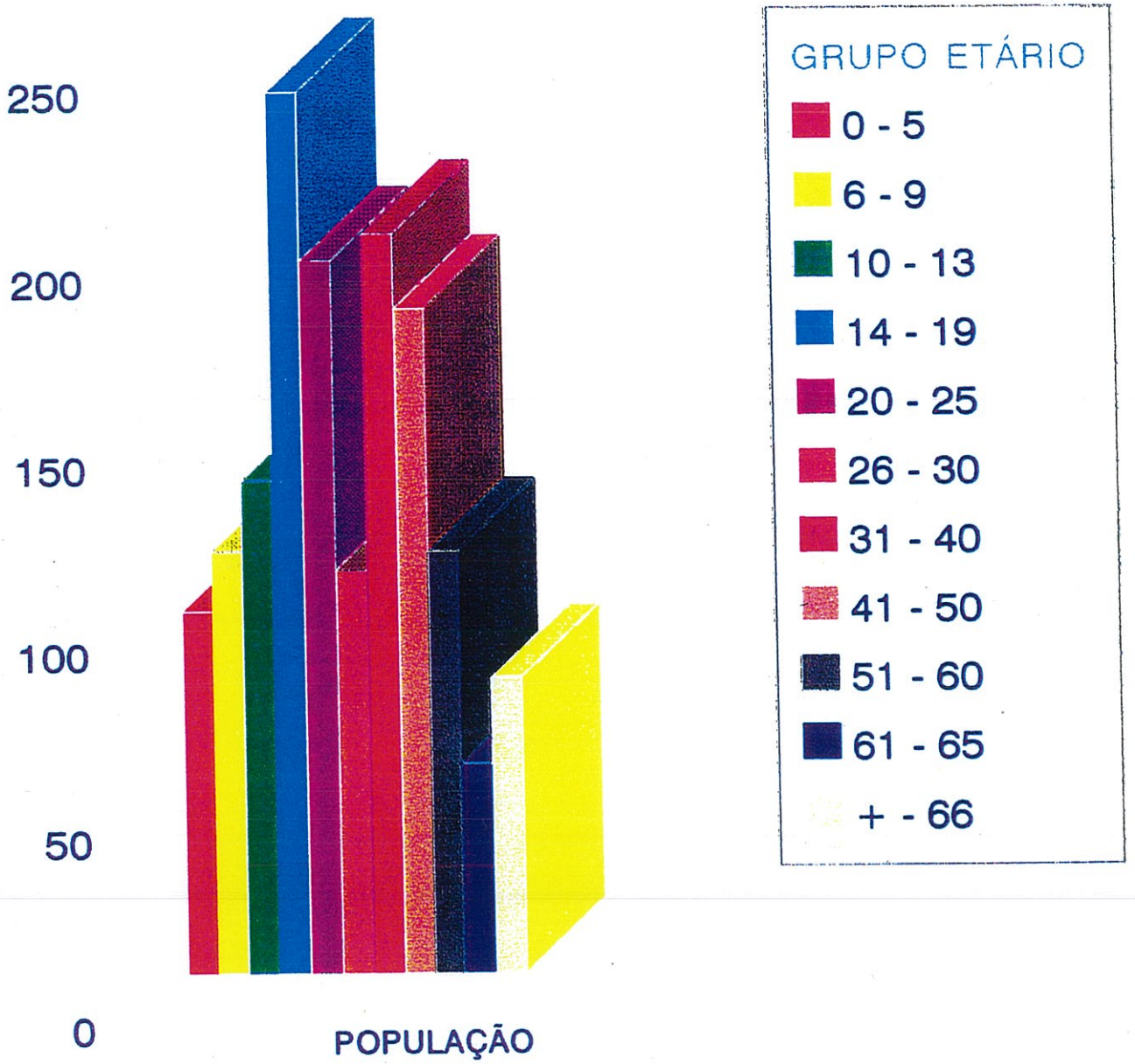


GRAFICO 6

POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO

TOTAL DOS BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL

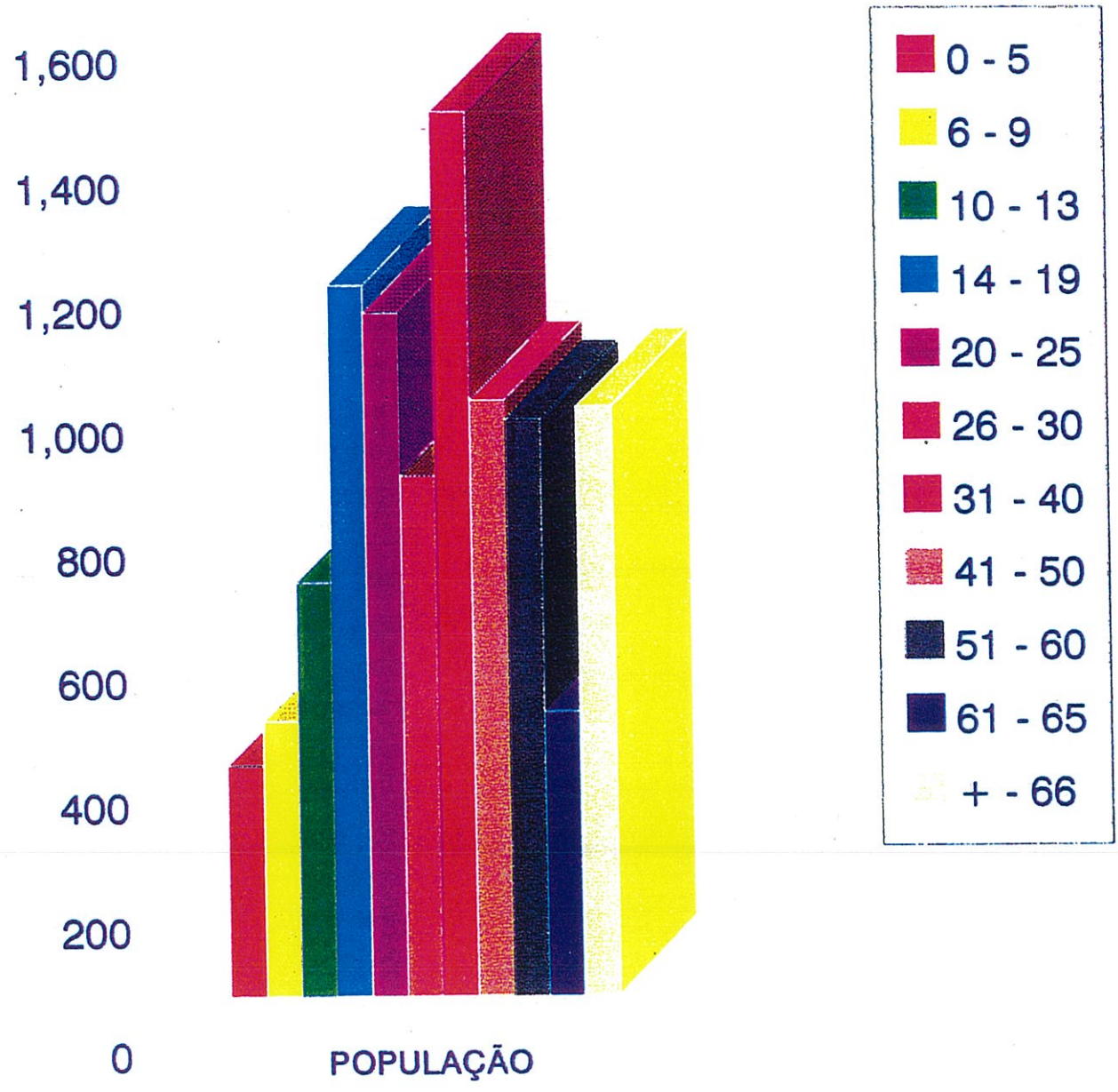


GRÁFICO 10

POPULAÇÃO JOVEM (14 - 25 ANO)

RESIDENTE NOS BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL

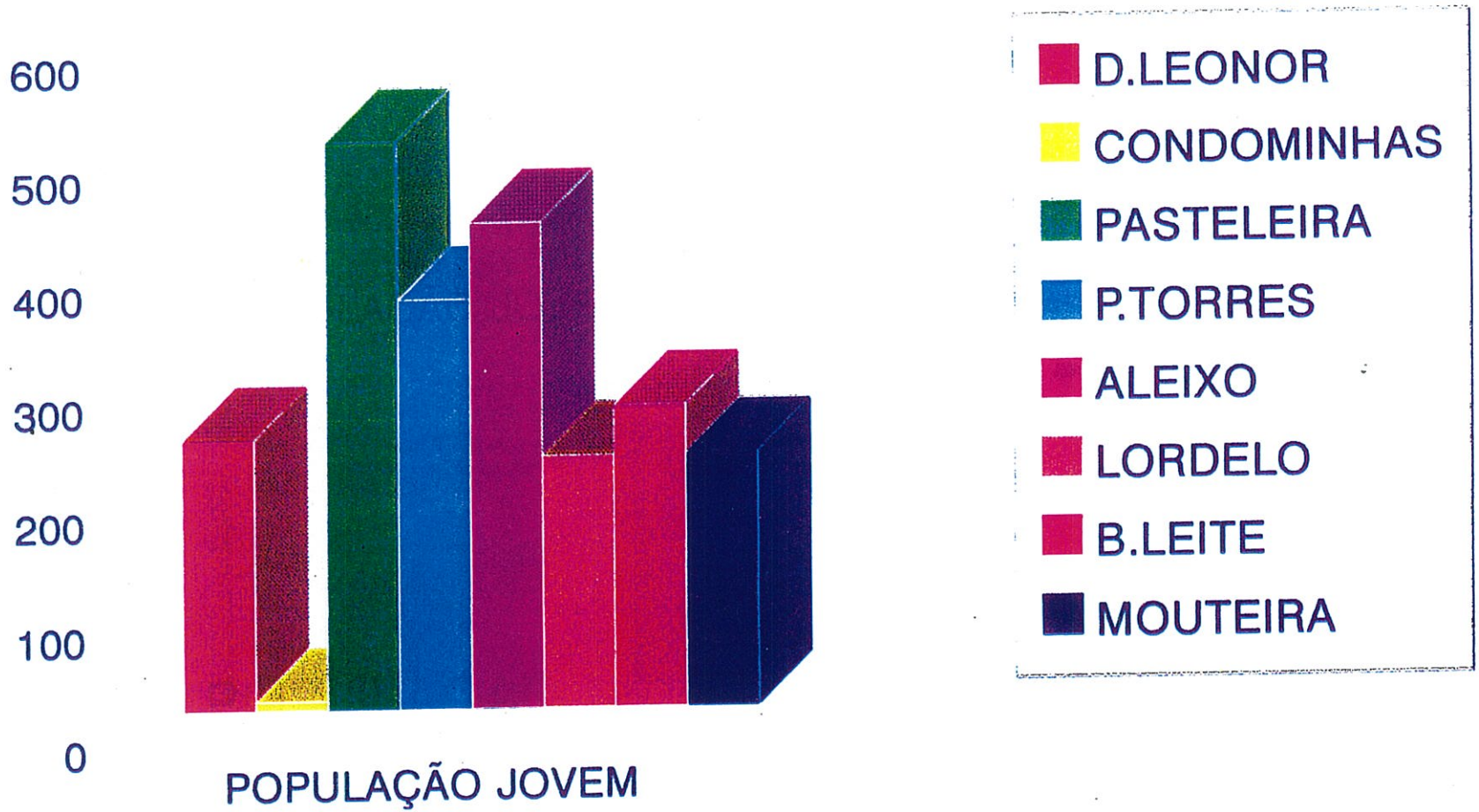


GRÁFICO 11

% DE POPULAÇÃO JOVEM (14 - 25 ANOS) NO TOTAL DA POP. POR BAIRRO

RESIDENTE NOS BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL

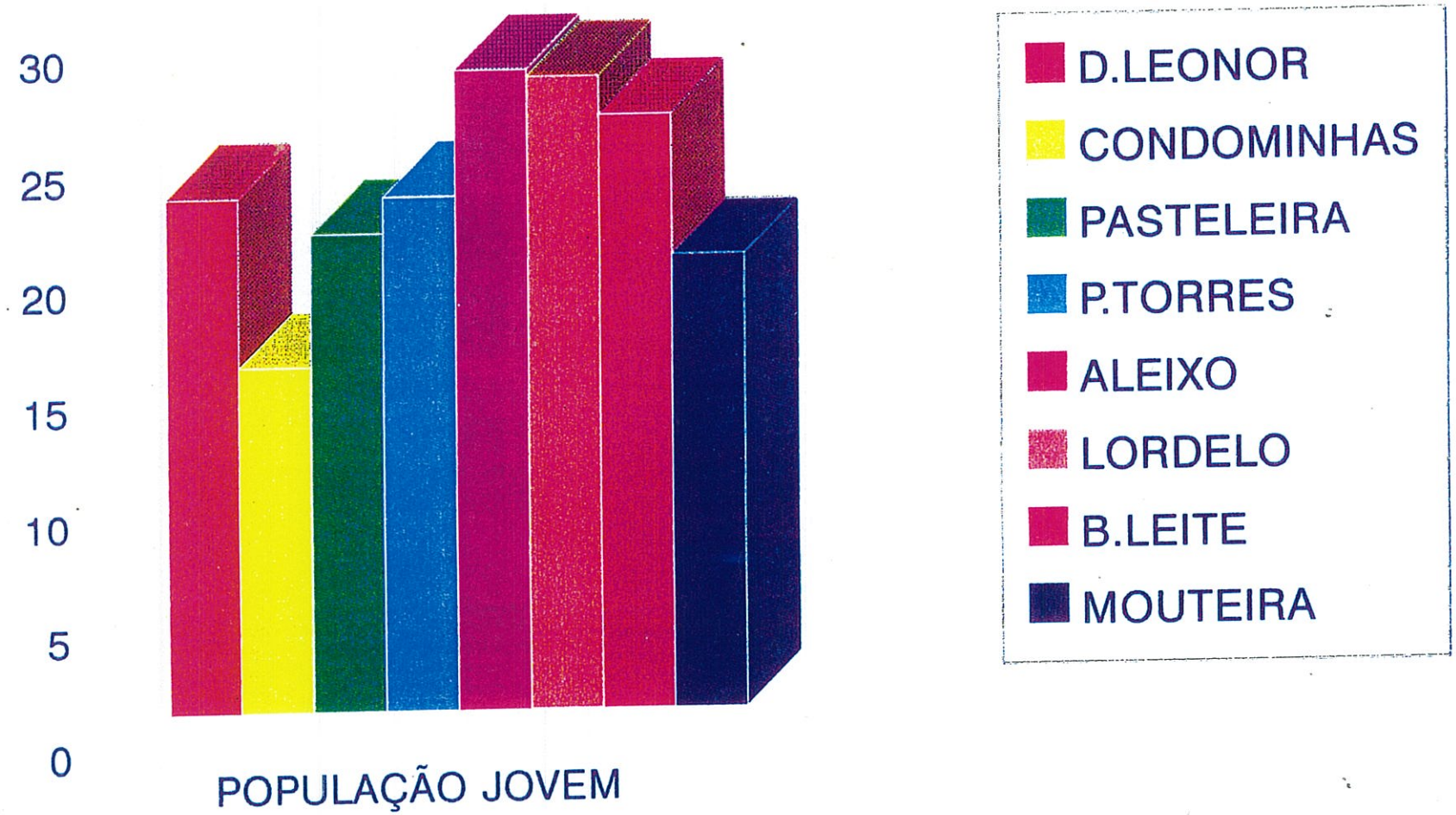


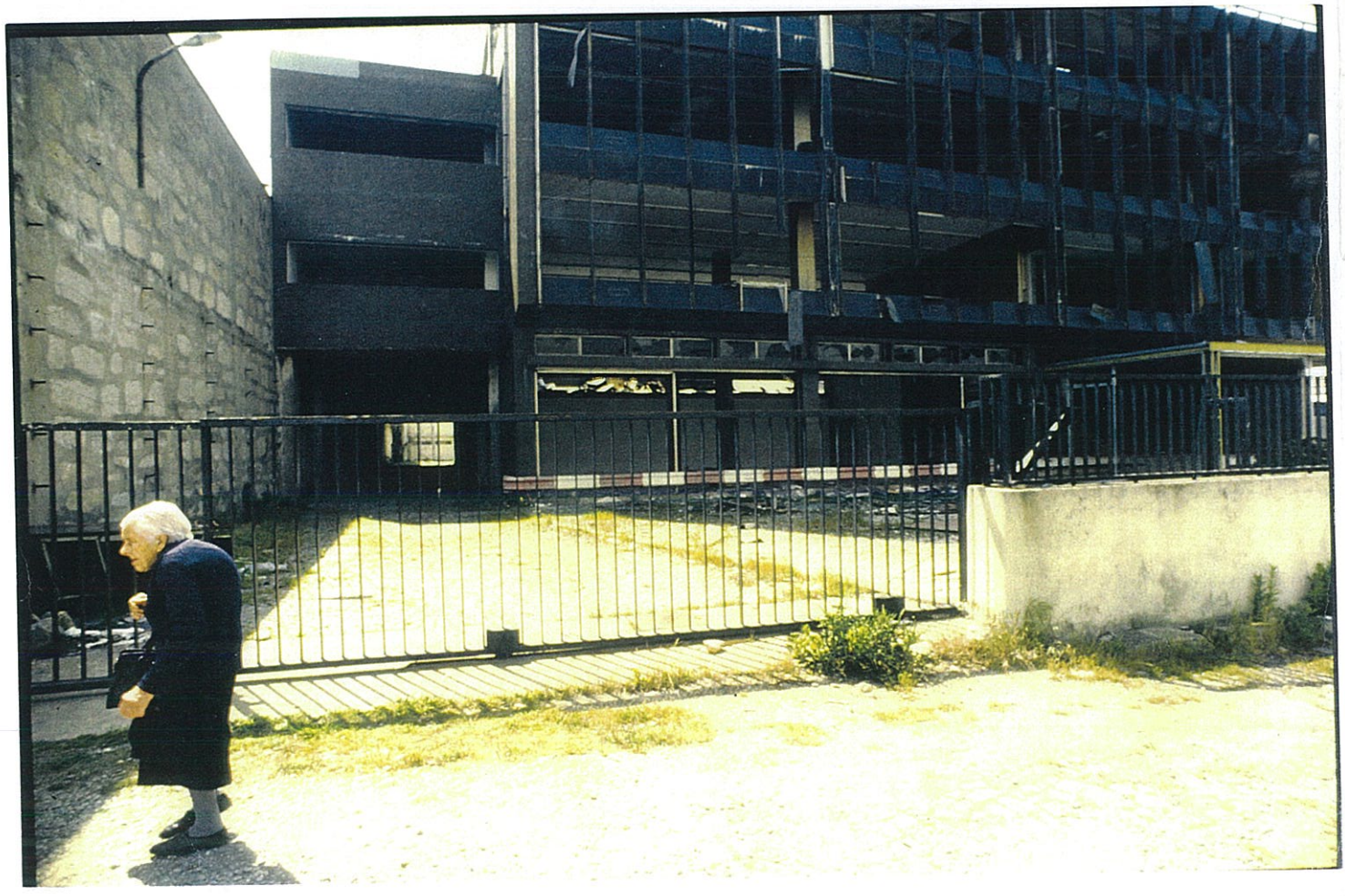
GRÁFICO 12

2. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Na nossa análise de conteúdo analisámos as notícias segundo três grandes categorias: o espaço, os actores e os acontecimentos. No espaço, considerámos as sub-categorias físico-ambiental (o meio ambiente construído) e socio-ambiental (características humanas e sociais em relação com o espaço); nos actores, considerámos as sub-categorias reacção social (o que os outros, os "de fora" dizem sobre espaços, pessoas e acontecimentos) e auto-imagem (o que dizem os próprios sobre si: moradores, actores das drogas,...); nos acontecimentos não foram consideradas quaisquer sub-categorias.

Em cada uma das categorias dividimos os enunciados de acordo com o tipo de emissor: quem diz os bairros, a droga, etc? Quem tem voz na definição dos problemas? Finalmente, estes enunciados foram classificados em positivos, neutros e negativos, de acordo com o tipo de juízos e conotações que os emissores lhes dão ("O Aleixo é a pior chaga da cidade"; "Têm-se feito coisas positivas com os jovens em risco",...).

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	TIPO DE EMISSOR	TIPO DE JUIZOS			INDICADORES
			+	=	-	
ESPAÇOS (E)	FISICO-AMBIENTAL (EFA)	Discurso população Discurso decisores politicos Discurso técnicos Discurso jornalista Discurso polícia				E - Toda a referência objectiva ao espaço físico (área, zona, bairro, ...) e às caracteristicas que lhe são associadas. EFA - Referências aos aspectos morfológicos e funcionais do espaço. (bloco de habitação, paruqe de lazer, ...) e características que lhe são associadas. ESA - Sempre que as referências a indivíduos ou a grupos e respectivas actividades têm um carácter espacial (população concentrada, gente desenraizada, ...).
	SOCIO-AMBIENTAL (ESA)	Discurso população Discurso decisores politicos Discurso técnicos Discurso jornalista Discurso polícia				
ACTORES (A)	REACÇÃO SOCIAL (ARS)	Discurso população Discurso decisores politicos Discurso técnicos Discurso jornalista Discurso polícia				A - Sempre que se refiram pessoas através de designações de nomes próprios, características etárias, designações de papel / act. profissional. Classificam-se também aqui os problemas sociais de que os actores são portadores/causadores/ vítimas ("o drogado", ...). ARS - Toda a referência que implique juizos de valor sobre o comportamento e as actividades de outros grupos ou actores (os decisores falam dos técnicos de intervenção, a população fala dos decisores políticos, uma parte da população fala dpoutra parte, ...). AAI - Toda a referência de actores ou grupos ou instituições sobre o seu próprio comportamento e actividades.
	AUTO IMAGEM (AAI)	Discurso população Discurso decisores politicos Discurso técnicos Discurso jornalista Discurso polícia				
ACONTECIMENTOS						Refere-se aqui tudo o que releve do factual, os verbos de acção são o indicador lexical típico, bem como os qualificativos associados à acção (demolir barracas, transaccionar drogas, fazer rusgas, invadir o bairro, ...).

Imagem nº 3

IPANEMA PARK HOTEL